

MARIA CRISTINA FREITAS BRISOLARA

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA CIDADE DO RIO
GRANDE EM DOIS MARCOS TEMPORAIS: UM OLHAR
SEMIÓTICO SOBRE UM JEITO DE FAZER HISTÓRIA**

PORTO ALEGRE
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA CIDADE DO RIO
GRANDE EM DOIS MARCOS TEMPORAIS: UM OLHAR
SEMIÓTICO SOBRE UM JEITO DE FAZER HISTÓRIA**

MARIA CRISTINA FREITAS BRISOLARA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA DA GRAÇA KRIEGER

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE
2007



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras



ATA Nº 166/2007

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e sete (20/12/2007), às 09 horas, na Sala 120 do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus do Vale, reunida a Banca Examinadora, realizou-se em sessão pública a avaliação da **Tese de Doutorado** intitulada *A representação da mulher na cidade do Rio Grande em dois marcos temporais: um olhar semiótico sobre um jeito de fazer história*, área de Estudos da Linguagem, especialidade de Teorias do Texto e do Discurso. Após a argüição feita nos termos regimentais à Tese apresentada pela Professora **Maria Cristina Freitas Brisolara**, procedeu-se à discussão sobre o conceito a ser atribuído ao referido trabalho. A Banca Examinadora, por *unanimidade*, conferiu à candidata o conceito *“.....”*. E, por ser verdade, foi lavrada a presente ATA, que será lida e assinada pela Banca Examinadora e visada pela Coordenação do Programa.

“Observação: A concessão do título de doutor só estará em plena validade após terem sido preenchidos todos os demais requisitos para a concessão do título, no prazo de 90 dias, conforme previsto no regimento do curso e na legislação superior pertinente e a homologação da presente ata pela Comissão de Pós-Graduação.”

Profa. Nisia Martins do Rosário
UNISINOS

Profa. Nea Maria Setúbal de Castro
FURG

Profa. Elena Cristina Palmero Gonzales
FURG

Profa. Rita Terezinha Schmidt
UFRGS

Profa. Dra. Maria da Graça Krieger
Orientadora – UFRGS

Prof. Dr. Pedro de Moraes Garcez
Coordenador Substituto do PPG - Letras
UFRGS

Dedico esta tese

*à minha mãe, Iracy, que me pôs a estudar piano, dizendo:
“Filha minha não entra na cozinha, não se envolve com
panelas, não encarde as mãos em fogão de patroa. Filha
minha vai estudar no colégio das freiras, vai ser moça
culto, vai tocar piano.”;*

*às minhas avós, Sylvia e Zeferina, honradas cozinheiras
de casas de famílias ricas da cidade do Rio Grande, que
me contaram muitas histórias de mulheres dessa cidade.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de servir, sendo instrumento de sua obra; pela acolhida, nos momentos mais difíceis desta jornada; pelo privilégio de poder chegar, na vida que Ele me concedeu, à conclusão de mais uma etapa que se consuma neste trabalho.

Ao anjinho que escolheu minha família para ser um elo entre nós e o céu.

Ao meu pai, Carlos Josué – *in memoriam* – por tantos esforços e sacrifícios que fez em prol de minha formação. Onde estiveres, *Seu Freitas*, obrigada.

Às minhas filhas, Roberta e Renata, que, ao longo deste trabalho, torceram por mim e souberam entender minhas horas de tensão. Obrigada. pelo amor paciente, carinho e incentivo com que me apoiaram e me incentivaram, compreendendo-me pelos muitos momentos em que estive ausente de suas vidas.

Aos meus netos, Fernando e Isabella, com os quais, na inquietude de suas adolescências, é uma bênção conviver, pois me fazem mais realizada e feliz. Para eles, como fazem todas as avós, colocando outros tons e outras cores, reinventei histórias que contei para minhas filhas. Pena que o tempo passe depressa demais e que logo os tenha adultos. Através deles, durante a realização deste trabalho, Deus me mostrou, todos os dias, a maravilha de ser mãe e de poder ser de novo uma reedição de afetos. Obrigada por tê-los ao meu lado.

Ao meu esposo, Oscar Luiz, pelo convívio produtivo e apoio em momentos precisos de incertezas e perplexidades, pela sua paciência em ouvir minhas leituras e releituras, pelos comentários tão enriquecedores. Em momentos difíceis – amoroso, intuitivo e sensível – foi suporte e afago. Com ele pude dividir preocupações, dores e somar alegrias, o que só fortaleceu nossa união. Obrigada, amor.

À minha orientadora, Prof^a Dr.^a Maria da Graça Krieger, que, com extrema competência, dedicação, paciência, orientou-me, soube tolerar e compreender minhas angústias, depositando confiança na minha pessoa. Obrigada por ter acreditado no meu trabalho, incentivando-me, dando-me a liberdade necessária, dividindo comigo expectativas,

conduzindo-me a maiores reflexões e, dessa forma, enriquecendo-me. A ela, meu imenso carinho, minha especial admiração e gratidão. Obrigada por ter compartilhado comigo seu imenso conhecimento. Obrigada pela sua amizade.

Ao Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, pessoa com quem aprendi muito e que teve uma influência marcante sobre mim e sobre meu trabalho. Obrigada pela valiosa contribuição que deu ao meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional, durante suas aulas da disciplina de Linguística Geral. Obrigada pelos comentários esclarecedores, pelas sugestões e pelo apoio dados no processo de qualificação.

À Prof^a Dr.^a Nísia Martins do Rosário que me fez descobrir novos caminhos, a partir das sugestões, tão profícuas, que me deu no processo de qualificação.

À colega, Prof^a Dr.^a Marilei Resmini Grantham, pela possibilidade de descoberta de novos valores dentro da amizade e pelo constante apoio oferecido.

Às minhas memorialistas, que contribuíram, fornecendo-me, de viva voz, objeto para o meu estudo. Agradeço a todas e a cada uma em particular.

A Antonio Abreu pela solidariedade prestada em momento de muita preocupação, quando meu PC fez birra e conspirou contra mim. Obrigada por ter buscado soluções imediatas para o problema que enfrentei, o que foi uma demonstração de afeto pela qual sempre serei grata.

A Jonni Zabel pelo apoio afetivo no nível espiritual. Obrigada por me ensinar que poder pessoal é atitude, é energia que existe no corpo físico e na mente subconsciente, energia capaz de controlar a própria vida. Estou aprendendo.

À Prof^a MSc. Luciene Bassols Brisolara, a *Duda*, pela disponibilidade e presteza. Obrigada por sua disposição em dedicar um pouco de seu escasso tempo para me prestar carinho e apoio técnico.

"O que querem, afinal, as mulheres?"
(Sigmund Freud)

RESUMO

Neste trabalho, colocando no cerne a representação da mulher, empreendo investigações, no discurso jornalístico impresso e no relato oral próprio. Preponderantemente, por meio de uma leitura semiótica de concepção greimasiana, verifico a forma como é mostrada e se mostra a mulher, na cidade do Rio Grande – RS, em um *corpus* formado por três coletâneas de textos. A primeira e a segunda coletânea compõem-se de notícias do jornal *Diário do Rio Grande*, centradas no referente “mulher”, veiculadas no ano de 1900. A terceira coletânea constitui-se de textos obtidos do relato oral de quatro mulheres de mais de oitenta anos, acerca de suas vidas. Aparentemente heterogêneos, os objetos de análise têm na sua unidade a representação dos papéis femininos.

A análise observa como textos jornalísticos de um periódico, representante da dita “imprensa séria”, que circulava na cidade do Rio Grande, naquela época, trata da mulher, dirige-se à mulher ou dá espaço para sua voz; como depoimentos memorialísticos orais obtidos de fontes vivas – relatos de mulheres de 81, 84, 86 e 91 anos – representam o feminino, compreendidas as ocorrências narradas em nível de concomitância, por tratarem-se de mulheres que viveram um espaço-tempo comum, articulando suas histórias pessoais com a História Oficial.

Averiguo, semioticamente, comparando dados, em que medida a condição de *ser mulher*, no espaço sócio-físico-temporal da Rio Grande de 1900, mostrada pelo jornal, assemelha-se ou diferencia-se da relatada por mulheres rio-grandinas, nascidas em torno dos anos de 1920, que se formaram como pessoas, convivendo e absorvendo influências de mulheres que viveram no mesmo espaço que elas, porém, no limiar do século XX.

Observo como esses textos constroem-se para relatar acontecimentos do mundo-referência, de modo a torná-los aceitáveis enquanto registro do “real”; como exercem persuasão; como, especificamente, o texto jornalístico busca sedimentar crenças, incutir valores e determinar atitudes, sustentando tudo no e pelo discurso.

Partindo da hipótese de que o texto jornalístico da imprensa considerada “séria” – a que se definia como honesta, ética, isenta, em oposição a outra, a imprensa chamada “sensacionalista”, vista como aberta, impactante, voraz – é a fonte jornalística de maior credibilidade utilizada pela pesquisa histórica que se realiza na Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), da cidade do Rio Grande – RS, para reconstruir a História da cidade, investigo, se há, forjados na imprensa “séria” da cidade, no marco temporal de 1900, indícios de comportamentos transgressores. Da mesma forma, pela análise dos textos orais, verifico se, passado o tempo, falando de si mesmas, mulheres que foram jovens na década de 1940, possibilitam deixarem-se ver, em algum momento, como agentes de ações infratoras.

Pela análise dos textos jornalísticos comparada à análise dos relatos orais, verifico a confirmação ou não de meu pressuposto de que as formas normatizadoras da uma conduta feminina de dedicada mãe, esposa, filha, sustentada na moral e na virtude – perfil de mulher que a História da cidade reproduz – resultam de uma pesquisa que se pretende neutra, por originar-se de fonte entendida como isenta, não tendenciosa; de que os textos jornalísticos da imprensa “séria”, procurando dissimular um discurso revelador, deixam brechas que possibilitem detectar uma imagem de mulher menos idealizada.

Com a intenção de mostrar que o conhecimento da Semiótica Greimasiana pode possibilitar uma mudança de visão na pesquisa histórica da FURG, especialmente no que se refere à reconstrução da imagem da mulher da cidade do Rio Grande, ao discorrer sobre a representação feminina, nos textos da imprensa e nos textos orais que integram o *corpus* deste

trabalho, faço reflexões sobre noções da Semiótica e da História, no que se refere ao mito da "verdade" e suas implicações com as idéias de "fato" e de "realidade" e ao mito da "totalidade".

Afora examinar a representação da mulher na cidade do Rio Grande, divulgar histórias de mulheres dessa cidade, bem como ampliar os alcances do conhecimento da Semiótica Greimasiana no espaço acadêmico, foi também meu intuito direcionar um novo olhar para a narrativa jornalística e para a narrativa oral produzida por fontes-vivas, suscitando questões que abram espaço para a aproximação entre Semiótica e História, no âmbito da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, com vistas à implementação de futuras pesquisas que venham a consumir o caráter interdisciplinar desta proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica Greimasiana, História, mulher, veridicção, jornal, textos jornalísticos, textos orais.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, en plaçant dans le cerne la représentation de la femme, j'entreprends des recherches, dans le discours journalistique imprimé et dans le récit oral individuel. Majoritairement, par le biais d'une lecture sémiotique de conception greimasienne, je vérifie la forme comme est montrée et se montre la femme, dans la ville de Rio Grande – RS, dans un corpus formé par trois recueils de textes. Le premier et le second recueils sont composés de nouvelles du journal *Diário do Rio Grande*, centrés sur le référent "femme" véhiculés dans l'année 1900. Le troisième recueil est constitué de textes obtenus à partir des récits oraux de quatre femmes ayant plus de quatre-vingts ans, à propos de leurs vies. Apparemment hétérogènes, les objets d'analyse ont dans leur unité la représentation des rôles féminins.

L'analyse fait remarquer comment des textes journalistiques d'un périodique représentant de la dite "presse sérieuse" qui circulait dans la ville de Rio Grande à cette époque-là, traite la femme, s'adresse à la femme ou donne place à sa voix; comment les narratives de mémoire oraux obtenues de témoins vivants – des récits de femmes ayant 81, 84, 86 et 91 ans – représentent le féminin compris les événements racontés dans le niveau de concomitance, comme il s'agit de femmes qui ont vécu un espace-temps commun, en articulant leurs histoires personnelles avec l'Histoire Officielle.

Je recherche, sémiotiquement, en comparant des données, en quelle mesure la condition d'être femme, dans l'espace socio-physique-temporel de la ville de Rio Grande de 1900, montrée par le journal, ressemble à ou diffère du rapport de femmes rio-grandines, nées autour des années 1920, qui se sont formées en tant que personnes en convivant et en absorbant des influences de femmes qui ont vécu dans le même espace qu'elles, mais, au seuil du vingtième siècle.

J'observe comment ces textes se construisent pour rapporter des événements du monde-référence, de telle manière qu'ils deviennent acceptables comme enregistrement du "réel"; comment ils exercent de la persuasion; comment, expressément, le texte journalistique cherche à sédimenter des croyances, à inculquer des valeurs et à déterminer des attitudes, en soutenant le tout dans et par le discours.

En partant de l'hypothèse selon laquelle le texte journalistique de la presse considérée "sérieuse" – celle qui s'auto-définit comme honnête, éthique, impartielle, en opposition à l'autre, la presse appelée "sensationaliste", vue comme ouverte, impactante, vorace – est la source journalistique de plus grande crédibilité utilisée par la recherche historique qui se réalise dans la Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG), de la ville de Rio Grande – RS, pour construire l'Histoire de la ville, je recherche, s'il y a, forgés dans la presse "sérieuse" de la ville, dans la limite temporelle de 1900, des signes de comportements transgresseurs. De la même manière, par l'analyse des textes oraux, je vérifie si, en avançant le temps, en parlant d'elles-mêmes, les femmes qui étaient de jeunes filles dans la décennie de 1940, permettent de se laisser voir, par moments, comme des agents d'infraction.

Par l'analyse des textes journalistiques comparée à l'analyse des textes oraux, je vérifie la confirmation ou non de ma pressupposition selon laquelle les formes normatisatrices de la conduite féminine de mère dévouée, épouse, et fille, soutenues dans la morale et dans la vertu – le profil de femme que l'Histoire de la ville reproduit – résultent d'une recherche qui se veut neutre, comme elle s'origine d'une source entendue comme la plus impartielle, la moins tendancieuse; de qui les textes journalistiques de la presse "sérieuse", en cherchant à dissimuler un discours révélateur, laissent des brèches qui rendent possible de détecter une image de femme moins idéalisée.

Avec l'intention de montrer que la connaissance de la Sémiotique Greimasienne permet d'accéder à un changement de point de vue dans la recherche historique de la FURG, spécialement en ce qui concerne la reconstruction de l'image de la femme de la ville de Rio Grande, quant on discourt sur la représentation féminine dans les textes de la presse et dans les textes oraux qui composent le corpus de ce travail, je fais des réflexions sur des notions de la Sémiotique et de l'Histoire, en ce qui concerne le mythe de la "vérité" et ses implications avec les idées de "fait" et de "réalité" et le mythe de la "totalité".

En plus d'examiner la représentation de la femme dans la ville de Rio Grande, de diffuser des histoires de femmes de cette ville, ainsi que d'amplifier les domaines de connaissance de la Sémiotique Greimasienne dans l'espace académique, mon but a été aussi de diriger un nouveau regard sur la narrative journalistique et sur la narrative orale produite par des sources vivantes, en suscitant des questions qui font place à une approche entre Sémiotique et Histoire, dans le domaine de la Fundação Universidade Federal do Rio Grande, dans l'objectif d'implémenter de futures recherches qui viendraient consumer le caractère interdisciplinaire de cette proposition.

MOTS-CLÉ: Sémiotique Greimasienne, Histoire, femme, véridicité, journal, textes journalistiques, textes oraux.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ESQUEMAS

ESQUEMA	39
---------------	----

QUADROS

QUADRO 1	50
QUADRO 2	56
QUADRO 3	156
QUADRO 4	158
QUADRO 5	173
QUADRO 6	206
QUADRO 7	207

GRÁFICOS

GRÁFICO Esquema narrativo canônico.....	54
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	A que venho.....	15
1.2	Por que a mulher?.....	20
1.3	Por que a Semiótica Greimasiana?.....	30
2	A SEMIÓTICA.....	32
2.1	Preliminares.....	32
2.2	Nível Fundamental.....	38
2.3	Nível Narrativo.....	42
2.4	Nível Discursivo.....	59
2.5	Transcendendo os muros do percurso gerativo do sentido.....	73
3	SEMIÓTICA E HISTÓRIA.....	76
3.1	Encontrando elos e rupturas.....	76
3.2	Verdade e Totalidade.....	85
3.3	O comprometimento da chamada imprensa "séria".....	91
3.3.1	<i>O jornal Diário do Rio Grande.....</i>	99
4	METODOLOGIA.....	105
4.1	Da coleta de dados.....	105
4.2	Da natureza do <i>corpus</i>	109
4.3	Da análise.....	113
5	ANÁLISES.....	115
5.1	Textos jornalísticos.....	115
5.1.1	<i>Coletânea 1 – Uma história sobre a fragilidade e a finitude humanas.....</i>	115
5.1.1.1	Nível Fundamental.....	118
5.1.1.2	Nível Narrativo.....	119
5.1.1.3	Nível Discursivo.....	126
5.1.1.4	Algumas constatações.....	149
5.1.2	<i>Coletânea 2 – Eva Canel: Una mujer española visita Rio Grande.....</i>	150
5.1.2.1	Nível Fundamental.....	154
5.1.2.2	Nível Narrativo.....	154
5.1.2.3	Nível Discursivo.....	167
5.1.2.4	Algumas constatações.....	199
5.2	Textos orais.....	201
5.2.1	<i>Coletânea 3 – Entre os fios da memória.....</i>	201
5.2.1.1	Nível Fundamental.....	203
5.2.1.2	Nível Narrativo.....	204
5.2.1.3	Nível Discursivo.....	229

5.2.1.4	As memorialistas, cada uma delas, e as temáticas específicas de seus relatos.....	240
5.2.1.4.1	M1.....	240
5.2.1.4.2	M2.....	242
5.2.1.4.3	M3.....	249
5.2.1.4.4	M4.....	254
5.2.1.5	Algumas constatações.....	259
6	LANÇANDO UM LOAR SEMIÓTICO SOBRE O FAZER HISTÓRICO.....	261
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
	REFERÊNCIAS.....	291
	ANEXO A: Coletânea 1 – Uma história sobre a fragilidade e a finitude humanas.....	299
	ANEXO B: Coletânea 2 – Eva Canel: <i>una mujer española</i> visita Rio Grande.....	302
	ANEXO C: Coletânea 3 – Entre os fios da memória.....	312
	M1.....	312
	M2.....	316
	M3.....	328
	M4.....	336

1 INTRODUÇÃO

1.1 A que venho

“Só seremos universais, se conhecermos e amarmos nossa aldeia.”
Leon Tolstói

Neste trabalho, trato da configuração da mulher na cidade do Rio Grande – RS, em duas temporalidades, através da imprensa e do relato oral próprio, propondo uma reflexão sobre a possibilidade de conciliar Semiótica e História¹, no processo de reconstrução da História da cidade. Preponderantemente, por meio de uma leitura semiótica de concepção greimasiana, verifico a forma como é mostrada e se mostra a mulher, nessa cidade, a partir de textos escritos, oriundos da imprensa, e de textos orais provenientes de depoimentos femininos.

Analiso, para tal, textos jornalísticos de um periódico que circulava, em 1900, na cidade do Rio Grande, RS – o jornal *Diário do Rio Grande*² – representante da dita "imprensa séria". A imprensa dita "séria" definia-se como honesta, ética, isenta, manifestava-se pelo texto engravatado, cheio de pudor, opondo-se a outra, a imprensa dita "sensacionalista", vista como muito mais exposta, abertamente impactante, voraz. Investigo como esses textos tratam da mulher, dirigem-se à mulher ou dão espaço à sua voz. Submeto também à análise relatos orais de mulheres, hoje, com mais de 80 anos, que conviveram com mulheres da época em que o periódico teve vigência - textos que se constituem como relatos de memórias.

Faz-se conveniente adiantar que a fonte de onde foram coletados os textos jornalísticos, que constituem parte do *corpus* deste estudo, é também uma das fontes utilizadas pela pesquisa histórica que se realiza na Fundação Universidade Federal do Rio Grande, a FURG, com o intuito de reconstruir a História da cidade do Rio Grande e que minhas reflexões sobre a possibilidade de conciliação entre Semiótica e História dão-se com o

¹ Sempre que me referir à Semiótica Greimasiana, usarei letra maiúscula, bem como, quando me referir à História, como ciência ou disciplina curricular, objeto de ensino.

² A escrita do nome do jornal será mantida, originalmente, em todo o desenvolvimento deste trabalho, em tipos góticos, pois, semioticamente, a idéia de *efeito de sentido* envolve entender-se que os sentidos são construídos, isto é, pensados, a fim de causarem determinadas impressões, para que delas resultem certos comportamentos. "O sincretismo semiótico define-se como sendo o resultado da combinação do plano da expressão, de elementos de várias semióticas diferentes, mas que recobrem uma totalidade de significação." (C.f. Diana Luz Pessoa de Barros, "Texto e Imagem", em *Linguagens*, n. 1, Porto Alegre, 1986, p. 36).

fito de mostrar a funcionalidade dessa união, considerada minha discordância acerca de determinados pontos de vista de alguns pesquisadores da área de História. Por acreditar que a Semiótica pode contribuir para a pesquisa de cunho histórico a respeito da representação da identidade feminina, no âmbito dessa instituição, onde atuo, na condição de docente da área de Língua Portuguesa e Lingüística Aplicada, no Departamento de Letras e Artes, pretendo que meu trabalho cumpra seu propósito.

Comecei a pensar, desde o ano 2000, bem antes de ingressar no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, num projeto em que pudesse, aproveitando curiosidades e inquietações pessoais e, ainda, disponibilidade de fontes-vivas - circunstância rara que eu não poderia perder - estando teoricamente fundamentada e apoiada em princípios metodológicos, concretizar uma pesquisa que buscasse respostas para perguntas que há muito vinha fazendo a mim mesma, aliadas a perguntas que começavam a me apontar um caminho possível de investigação:

– Por que sempre me contrariei, ao cotejar a História Oficial³ da cidade do Rio Grande, passada, através de gerações, no espaço das salas de aula, com as histórias⁴ que minhas avós contavam e que minha mãe conta, particularmente, sobre as mulheres de minha cidade?

– O que seria possível fazer para que essas histórias fossem conhecidas com menor discriminação ?

– De que maneira meus conhecimentos na área em que atuo poderiam ser acionados no sentido de examinar e divulgar essas histórias?

– Se uma análise semiótica de textos de jornais antigos, da cidade do Rio Grande, poderia revelar a maneira como a mulher era mostrada, poderia revelar a visão de mundo da cultura local acerca da mulher, considerada a visão do ontem no hoje, por que não pô-la em prática?

A partir de então, colocando já a mulher no foco da questão, a fim de melhor definir o recorte temporal para a possível realização de uma pesquisa, comecei a visitar a Biblioteca Pública Rio-Grandense, localizada em minha cidade, a cidade do Rio Grande, primeira biblioteca pública do estado, instituição que, nos seus 161 anos de existência, guarda

³ Entenda-se História Oficial como ciência que trata de fatos e eventos passados referentes a um povo, país, período ou indivíduo específico.

⁴ Faço minhas as palavras da escritora e jornalista rio-grandina Carmen da Silva, quando afirma a preferência pelo termo, dizendo " 'Histórias' porque recuso o anglicismo 'estórias', com sua intenção marota de traçar uma linha divisória entre o pessoal e o coletivo, desvinculando os sucessos individuais do curso da História." (C.f. Carmen da Silva, *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 8).

importante material histórico, proporcionando a pesquisadores o estudo de nossas raízes políticas, sociais, econômicas e ideológicas. Empreendi busca a registros que contivessem dados sobre o sujeito social procurado.

Levando em conta a origem de minhas inquietações, pontuei o tempo no qual deveria encontrar textos para exame na fonte jornalística, de modo a poder colocar em cotejo, de forma plausível, dados obtidos através da análise desses textos com dados obtidos através da análise de relatos orais.

Julgo o tempo delimitado como de extrema importância para a investigação que objetivei fazer. Em Rio Grande, o final do século XIX e o início de século XX constitui um período em que o espaço urbano sofre inúmeras mutações sociais e físicas, em função da República, recém proclamada, da industrialização e da vinda de um grande número de pessoas para a região. Ademais, estabeleci um espaço de 100 anos anteriores ao tempo em que comecei a pensar no projeto.

A hipótese de ser o texto jornalístico da imprensa considerada “séria” a fonte de maior credibilidade utilizada pela pesquisa histórica da FURG, por dizer-se comprometida com a “verdade”, levou-me a querer investigar, se haveria, forjados na imprensa “séria” da cidade, no marco temporal de 1900, indícios de comportamentos transgressores. Da mesma forma, pela análise dos textos orais, quis verificar se, passado o tempo, falando de si mesmas, mulheres que foram jovens na década de 1940, possibilitariam deixarem-se ver, em algum momento, como agentes de ações infratoras.

Pela análise dos textos jornalísticos comparada à análise dos relatos orais, pretendi verificar se iria derrubar-se ou confirmar-se minha idéia de que sempre houve mulheres que transgrediram modelos tradicionais de comportamento e que os textos jornalísticos da “imprensa séria”, procurando dissimular esse discurso revelador, acabaram deixando brechas que possibilitam detectá-lo.

Diante desta proposta, estando eu já incluída no Programa de Pós-Graduação de Letras da UFRGS, encontrei-me à frente de um grande desafio: resgatar, no mistério da palavra escrita e oral, incontáveis e secretos laços que se estabelecem, no perdido dos tempos, entre mulher e mulher.

Dessa forma, colocando em foco, como tema geral, a representação da mulher na cidade do Rio Grande, em duas temporalidades – no entresséculos, especificamente em 1900, e em torno de trinta e quarenta anos depois, na infância, juventude e idade adulta de quatro mulheres, ainda hoje vivas – meu trabalho visa aos seguintes objetivos:

– averiguar, semioticamente, comparando dados, em que medida a condição de *ser mulher*, no espaço sócio-físico-temporal da Rio Grande de 1900, mostrada pelo jornal, assemelha-se ou diferencia-se da relatada por mulheres, nascidas em torno dos anos de 1920, que se formaram como pessoas, convivendo e absorvendo influências de mulheres daquele tempo anterior;

– tomar as narrativas da imprensa e os depoimentos pessoais, buscando o ponto de inunção desses dois processos cuja heterogeneidade mostra-se apenas na superfície, pois na profundidade temática convergem para o objeto comum de sua análise: a representação dos papéis femininos.

– divulgar histórias de mulheres na e da cidade do Rio Grande;

– transpor para um nível de compreensão mais acessível a visão geral da Semiótica de Greimas, procurando buscar-lhe a leveza, sem prejudicar-lhe a consistência, para ampliar, assim, os alcances do seu conhecimento no espaço acadêmico;

– direcionando o olhar para a narrativa jornalística e para a narrativa oral produzida por fontes-vivas, objetos deste estudo, na perspectiva predominantemente da Semiótica, suscitar questões que abram espaço para a aproximação entre Semiótica e História, no âmbito da pesquisa histórica realizada na FURG, quanto ao que diz respeito à identidade feminina na cidade do Rio Grande;

– desenvolver reflexões acerca de noções como a de "verdade", mito permanentemente discutido no próprio meio do jornalismo e que implica as idéias de "fato" e de "realidade"⁵, e a de "totalidade", questão que coloco na esfera da História;

– observar, como, tentando, sobretudo, informar, os textos jornalísticos eleitos para integrarem o *corpus* constroem-se, a fim de relatarem acontecimentos do mundo-referência, de modo a torná-los aceitáveis, pela criação de um efeito de "realidade";

– verificar como esses textos exercem persuasão, tendo em vista sedimentarem crenças, incutirem valores e determinarem atitudes, sustentando tudo no e pelo discurso;

– discorrer sobre o que os textos analisados revelam, na concepção da Semiótica, considerando a visão que muitos dos pesquisadores da área da História costumam ter, ao basearem-se nos textos jornalísticos e nos depoimentos de fontes-vivas tomados como testemunhos;

⁵Coloco, neste trabalho, as palavras *verdade*, *fato*, *realidade* e suas cognatas, sempre que aparecerem, entre aspas, para frisar que concordo com a idéia de que a existência dessas condições está sempre subordinada a um olhar subjetivo.

– possibilitar que os resultados da análise dos textos e as conclusões alcançadas sejam, concomitantemente, para mim e para meus leitores, um exercício de reflexão.

Não pretendi dar ao trabalho um tratamento meramente técnico e teórico. Procurei redigi-lo através de uma linguagem acessível, retomando aspectos teóricos dentro das análises, a fim de melhor ilustrá-los. Preocupam-me as teses que ficam mofando nas estantes das bibliotecas sem que ninguém as leiam.

Assim, neste primeiro capítulo - o de Introdução - que divido em três seções, exponho, sinteticamente, nesta primeira, o objeto da tese, colocando algumas questões de ordem geral sobre o *corpus*; assinalo motivos que deram origem ao trabalho; aponto a hipótese da qual parti para sua realização; enumero seus objetivos, a começar pela delimitação do tema geral. Nos itens seguintes, apresento justificativas quanto à centralização do tema no feminino e quanto à opção pelo referencial teórico.

No segundo capítulo, ocupo-me, especificamente, da fundamentação teórica que sustenta as análises: conceitos e aspectos gerais da Semiótica Greimasiana; a necessidade de seu desenvolvimento extra-muros, em relação à proposta original de Greimas, o que, entre outros fatores, aponta para um caminho lado a lado com a História.

No terceiro capítulo, busco fundamentar a relação Semiótica e História, ressaltando a História – na concepção de ciência ou disciplina curricular – como uma exterioridade que, necessariamente, deve ser convocada para o enriquecimento da análise na linha Semiótica Greimasiana, salvos certos "mitos" que vêm sobrevivendo na área dos estudos históricos.

No quarto capítulo, trato da metodologia colocada em prática, para a coleta de dados - escritos e orais; da natureza do *corpus*, expondo critérios utilizados para seu estabelecimento e dos procedimentos adotados para a realização das análises.

No quinto capítulo, procedo às análises dos textos escritos e orais, de acordo os níveis previstos pela Semiótica Greimasiana. Ao término do exame dos textos de cada coletânea, a partir do que as análises deixam ver, faço constatações que se afiguram como encaminhamentos para a conclusão final.

No sexto capítulo, procuro lançar um olhar semiótico sobre o fazer histórico, relacionando resultados das análises a visões constatáveis na esfera da pesquisa na área de História.

No sétimo capítulo, apresento as considerações finais, retomando objetivos e ratificando propostas.

Finalizo com o arrolamento das referências e com a inserção dos anexos.

Tenho consciência de que, em face do entrelaçamento de diferentes perspectivas, o caminho que assumi percorrer neste trabalho é arrojado, pois parto de duas ordens de motivação, uma profissional e outra pessoal. Esta por interesse em investigar historicamente a representação da mulher na cidade do Rio Grande e aquela por crer enriquecedora a conciliação entre Semiótica e História, no âmbito da pesquisa histórica que se realiza na FURG, dado o caráter interdisciplinar que essa integração envolve

Ainda assim, procurei encarar a tarefa, acima de tudo, como compromisso de uma educadora que se pretende acadêmica sem abandonar o espaço de acontecimentos que é a sala de aula, sonhando transpor teorias, visões, métodos, descobertas de uma dimensão para outra.

Concordo com Edgar Morin, quando o pensador, colocando o sujeito das ciências no ápice das discussões acerca da objetividade científica, afirma que a ciência objetiva não exclui o espírito humano. Lembra Morin (1990:17) que “a objetividade ultrapassa e transcende a intersubjetividade de que depende, sem nunca poder escapar-lhe. Ela não pode nunca ser concebida nem como a priori nem como ponto de vista absoluto.”

Permito-me comentar que, enquanto é opinião corrente entre os estudiosos que o pesquisador deve estar isento de passionalidade, eu procuro fazer ciência com paixão.

Admito já os riscos de minhas possíveis e prováveis lacunas. *Alea iacta est!*

1.2 Por que a mulher?

Obscurecidas por uma história oficial escrita por homens, narradores de feitos de homens que lutam, heroicamente, em suas guerras, que descobrem e desbravam novas terras, onde dominam e impõem suas leis, as mulheres, muito pouco ou quase nunca referidas nesses acontecimentos, preencheram um espaço em que a presença e o olhar masculino não alcançaram. Assim veio sendo reproduzida e perpetuada a História nos bancos escolares.

A partir dos movimentos feministas, o interesse pela mulher e por tudo o que se relaciona a ela como que explodiu. Nenhuma mobilização escapou impune, gerando-se daí uma constante expansão de estudos. Acerca da mulher, do mais recôndito dos seus fios de cabelo às unhas dos dedos mínimos de seus pés, do primeiro balbúcio ao grito inflamado de independência que bradou nas praças públicas, tudo passou a ser colecionado, esmiuçado, analisado.

No mundo inteiro, nas diferentes áreas do saber, a mulher tornou-se objeto de pesquisa. Incontáveis estudos focalizam o comportamento feminino. Criam-se, a todo instante, nas universidades, novas e dinâmicas cadeiras que centram suas ementas na figura da mulher. Divulgam-se, nos canais especializados, extensas bibliografias com títulos referentes à mulher e, com frequência cada vez maior, esses livros acabam na lista dos *best-sellers*.

Mas meu interesse pessoal pela investigação da condição feminina vem de um tempo em que eu sequer suspeitasse da possibilidade de existência de movimentos feministas. A convivência com minhas avós - especialmente com a materna, que teve maior longevidade, e com minha mãe, octogenária cuja infância e pré-adolescência foi vivida e intensamente vivenciada em espaços sociais e culturais bem diferenciados, na cidade do Rio Grande - vem, há muito tempo, incitando minha vontade de investigar nuances ainda não exploradas na historiografia local, particularmente, a pouca visibilidade da mulher como um dos sujeitos determinantes. O contato com suas longas e coloridas narrativas – riquíssimo panorama em que sujeitos sociais, flagrados em ações triviais, reveladoras de suas experiências do viver em sociedade, incluindo-se, aí, não só suas maneiras de pensar, agir, falar, consentir, amar, mas também de transgredir, resistir e lutar – foi poderoso instrumento para minha primeira apreensão do universo feminino e levou-me a uma Rio Grande distante e imaginária. Contar a História da cidade do Rio Grande, colocando à margem um dos sujeitos desse processo, a mulher, é desconsiderar um aspecto da maior importância para a compreensão do contexto social e das relações que aí se estabeleceram.

Considero interessante saber que minhas duas avós, paterna e materna, nasceram em 1900. A paterna morreu em 1965, quando eu contava 13 anos; a materna, em 1998, já em minha plena maturidade. Minha mãe, nascida em 1920, tem, hoje, 87 anos de vigor e lucidez, o que demonstra nas suas tão presentes recordações infanto-juvenis. Minha tia-avó, freira da Ordem de Jesus Crucificado, nascida em 1914, tem, hoje, 93 anos, e costuma viajar sozinha de Porto Alegre, onde mora, na casa da irmandade, a Rio Grande, no período do verão. Os marcos temporais que assinalo constituem importância, considerando as relações que pretendi estabelecer entre o sentido dos textos coletados na imprensa e o sentido dos relatos que ouvi.

Entendi que a possibilidade de implementação deste projeto iria permitir-me vislumbrar circunstâncias favoráveis para fazer uma leitura da condição de *ser mulher*, na cidade do Rio Grande, através do exame do discurso da imprensa da época; flagrar, captar uma figura feminina mostrada na pontualidade de um tempo, dentro da ilusão de “realidade” que o discurso constrói, mediado pela linguagem. Entendi ser possível verificar, pelo viés da Semiótica, se a visão mostrada na imprensa “séria”, comprometida com a “verdade”,

coincide com a mostrada nas histórias de minhas avós e/ou coincide com a História ensinada nas escolas; se as mulheres, falando de si mesmas, mostram influência do comportamento das mulheres que as educaram, das mulheres com quem conviveram; se, em função do tempo decorrido entre uma representação e outra, mostram-se visões muito diferentes do *ser mulher*. Confrontar o resultado das análises dos textos seria, talvez, encontrar, entendi, o caminho de saída de um labirinto feito todo de curiosidade.

Pois que História é esta que se limita à reprodução de nomes e datas pinçados do passado, acabando por compor uma paisagem retilínea e glamourosa? Que cidade uniforme é esta que se impunha, onde os prédios, as fábricas, o desenho e traçado das ruas e o porto são espaços sem alma, sem viço? E a torrente de vida que se pressente nas ruas estreitas, nos becos, nos casarões, cadeias mudas e invisíveis de corpos e almas femininas? Por que, numa cidade portuária de grandes contrastes sociais, povoada também por famílias pobres, trabalhadores de cais, meretrizes e indivíduos à margem do mercado de trabalho, pessoas nas fímbrias do espaço moralizado, os registros históricos apenas e, quando muito, evidenciam a presença das mulheres mais cultas, pertencentes à elite?

Onde estão os gestos, os insultos, os impropérios, os praguejamentos das mulheres das histórias de minhas avós e de minha mãe? Onde estão as transgressões das mulheres, pobres e ricas, que sempre me contaram? Existirá na alma dessas mulheres, entre essas mulheres algo mais recôndito, mais secreto, mais vital que a História esconde? Por onde andam essas outras histórias? Perderam-se no tempo? Estão na lembrança nebulosa dos velhos? Em arquivos não visitados pelos pesquisadores? Em que peneira histórica filtrou-se a trajetória das mulheres nesta cidade? O que, afinal, me apaixona e me intriga na história das mulheres de Rio Grande?

Um sentimento forte de solidariedade, uma fascinação pela misteriosa dimensão feminina que há tanto tempo venho querendo perscrutar, num panorama antigo de Rio Grande, que se me apresenta como uma casa de mil cômodos, induziu-me, incitou-me a buscar nos armários alguma coisa que me fizesse olhar melhor para dentro de mim mesma.

Tratando-se minha pesquisa de uma busca localizada, aliada a uma proposta de conciliação, procurei levantar, dentro da Fundação Universidade do Rio Grande, em especial, nos Departamentos de Letras e de História, a pesquisa centrada na mulher, buscando, obviamente, a que tem como foco a mulher rio-grandina. Essa procura levou-me, também, ao conhecimento de trabalhos produzidos em outras localidades do país.

Significativa produção científica acerca das questões de gênero já foram e continuam sendo feitas dentro do Programa de Pós-Graduação em Letras da instituição, dentro das atividades do Mestrado em História da Literatura, desde 2002.

Destaca-se, entre outros trabalhos, a obra da Prof^a Dr^a Núbia Jacques Hanciau *A feiticeira no imaginário ficcional das Américas*. Essa obra, lançada, em 2003, numa parceria entre a Editora da FURG e a ABECAN - Associação Brasileira de Estudos Canadenses - recebeu, em 2005, o prêmio Pierre Savard, como melhor ensaio em língua estrangeira. A pesquisadora mantém um permanente projeto intitulado *Carmen da Silva, uma rio-grandina precursora do feminismo*, cujo objetivo principal é o estudo da produção literária de Carmen da Silva, buscando definir o lugar por ela ocupado, no âmbito da produção literária brasileira e sul-rio-grandense.

Carmen da Silva, indiscutivelmente, uma das personagens mais ricas do jornalismo brasileiro, influente profissional da imprensa feminina, psicanalista e escritora, era rio-grandina. Durante vinte e dois anos ininterruptos, de 1963 a 1984, escreveu a coluna *A arte de ser mulher*, na revista Cláudia, da Editora Abril.

As pesquisas da Prof^a Núbia Hanciau buscam examinar a contribuição de Carmen da Silva para uma mudança gradual nos costumes de muitas mulheres e famílias brasileiras, com base nas discussões que a jornalista promovia, em sua coluna, sobre questões como o divórcio, o uso da pílula anticoncepcional, a inserção da mulher no mercado de trabalho, entre outros temas que propiciaram a afirmação do movimento feminista no Brasil.

A produção intelectual da jornalista, um dos símbolos da modernização da imprensa e da sociedade brasileira contemporânea, é fonte de análises do grupo de estudos liderado pela pesquisadora. Seu primeiro romance, *Setiembre*, editado em espanhol e premiado pela Sociedade Argentina de Escritores, em 1957, teve uma segunda edição em português, em 1973, com o título *Fuga em setembro*. Seguem-se as obras *Sangue sem dono* (1964) e *O homem e a mulher no mundo moderno* (1969), ambas publicadas pela Editora Civilização Brasileira; a novela *Dalva na rua do mar* (1965); *Guia de boas maneiras*, crônicas (1966); *Livro de cabeceira da mulher* (1969); *A revolução sexual* (1970). *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*, publicação da Editora Brasiliense - autobiografia vista como uma ironia em relação a *Memórias de uma moça bem comportada*, de Simone de Beauvoir - foi obra editada no Rio e lançada em Porto Alegre, na Assembléia Legislativa, em 1984. Carmen da Silva morreu, no Rio de Janeiro, em 1985, aos 66 anos.

Do grupo de pesquisas sobre Carmen da Silva, que tem à frente a Prof^a Núbia, desde a implantação do Mestrado de Letras da FURG, em 2002, resultaram duas dissertações

de mestrado por ela orientadas. São os trabalhos, *Carmen da Silva: nos caminhos do autobiografismo de uma "mulheróloga"*, de Kelley Baptista Duarte, e *Uma leitura da ficção e da história na escrita de Setiembre, de Carmen da Silva*, de Maria Helena Rodrigues Fuão. É também de Kelley Baptista Duarte o ensaio *Uma leitura de Carmen da Silva à luz de teorias canadenses no feminismo*, trabalho apresentado no Congresso da ABECAN, realizado em Gramado - RS, de 9 a 12 de novembro de 2005.

Outros pesquisadores, de diferentes pontos do Brasil, interessaram-se também por realizar estudos sobre esta feminista rio-grandina. A jornalista Ana Rita Fonteles Duarte é autora da dissertação de mestrado *Entre história e memória, os caminhos da feminista Carmen da Silva*, apresentada ao Programa de História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Adaptada, a dissertação foi lançada como livro, sob o título *Carmen da Silva - O feminismo na imprensa brasileira*. O livro, publicado em 2002, marca a inauguração da série *História e Memória do Jornalismo*, iniciativa conjunta do Núcleo de Documentação Cultural da UFC.

A relevância de Carmen da Silva no jornalismo feminino brasileiro motivou também o artigo *De Dona Letícia a Carmen da Silva: as revistas femininas e a modificação do comportamento da mulher*, de Tânia Coelho dos Santos, inserido na obra organizada por Sérvulo Figueira, *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*, publicada por Jorge Zahar Editor, em 1986 e a obra *O Melhor de Carmen da Silva*, organizada por Laura Civita e publicada, no Rio de Janeiro, pela editora Rosa dos Tempos, em 1994.

Na Universidade Federal do Ceará, a Prof^a Alice Mitika Koshiyama mantém em andamento, dentro do Projeto *A construção da cidadania*, apoiado pelo CNPq, a pesquisa *Jornalismo, feminismo e cidadania: Carmen da Silva e a Revista Cláudia (1963-1985)*.

Ainda na área do Mestrado de Letras da FURG, realizam-se estudos sobre o trabalho da Prof^a Lyuba Duprat, educadora falecida em 1998, que dedicou setenta anos ao ensino da língua e da cultura francesa, na cidade do Rio Grande, tradutora da Livraria do Globo, de Porto Alegre, destacada no *Guinness Book* como recorde em tempo de exercício do magistério.⁶

Da mesma forma, ainda nesse Programa de Pós-Graduação, acerca da obra das irmãs Revocata Heloisa Figueiroa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, efetivam-se

⁶As informações sobre as pesquisas da Prof^a Dr^a Nubia Jacques Hanciau e demais trabalhos sobre a feminista Carmen da Silva e a educadora Lyuba Duprat foram obtidas em consulta à Sala de Documentação Lyuba Duprat, nas instalações da então sede da ABECAN, no Departamento de Letras e Artes da FURG.

significativas pesquisas. Fundadoras dos jornais *Violeta* e *Corymbo* - este último de longa vigência, na cidade do Rio Grande, de 1884 a 1944 - as irmãs promoveram a divulgação da produção literária de várias gerações de escritoras e escritores. Revocata (1853-1944), assinava os editoriais, onde reivindicava o voto feminino, o direito à educação e à profissionalização da mulher.

O *Corymbo*, divulgando o avanço da mobilização das mulheres em outros países, incentivava as rio-grandinas à ação paralela. Segundo Pedro Maia Soares (1980), com o tempo, o jornal teria se tornado uma *caixa de ressonância do feminismo brasileiro*. Na obra *Escritoras brasileiras do século XIX*⁷, organizada pela Prof^a Dr^a Zahidé Lupinacci Muzart, da Universidade Federal de Santa Catarina, Revocata Heloisa Figueiroa de Melo é biografada pela Prof^a Dr^a Rita Teresinha Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É de autoria do Dr. Alberto Silva (1954), médico e historiador baiano, a obra *A primeira médica do Brasil*. Essa obra traz a biografia de Rita Lobato Velho Lopes, a primeira médica diplomada no Brasil e a segunda médica da América Latina, nascida na cidade gaúcha do Rio Grande, em 1867.

Segundo Silva, na obra citada, para conseguir obter seu diploma em Medicina, Rita lutou contra todas as restrições da época. Sempre apoiada pelos pais, matriculou-se em 1884 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde seu irmão mais moço cursava Farmácia. No ano seguinte, resolveu transferir-se para a Universidade da Bahia, onde acabou cursando a faculdade em tempo recorde e se doutorando, após uma luta pertinaz, antes de suas duas colegas gaúchas que também estudavam Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro. Rita obteve o grau de Doutora em Medicina, em 10 de dezembro de 1887, apresentando à Faculdade de Medicina da Bahia a tese *Paralelo entre os métodos preconizados na operação cesariana*.

Depois de casada com seu primo, Antônio Maria Amaro de Freitas, em 1889, dois anos após sua formatura, passou a assinar-se Rita Lobato de Freitas. Antônio Maria, de quem Rita ficou viúva em 1926, era formado em Direito. Rita faleceu aos 87 anos, em Rio Pardo, no dia 6 de janeiro de 1954. O casal teve uma única filha, Ísis, nascida exatamente na data em que o casal completava o primeiro ano de matrimônio. Louvando a atuação da médica, o biógrafo declara que Rita Lobato, honrando a profissão, honrou sua terra natal e serviu à comunidade.

No Departamento de Biblioteconomia e História da instituição, expressivo trabalho

⁷MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX: Antologia*. Ed. Mulheres/Edunisc, 1999. p. 893.

acerca da História da imprensa rio-grandina vem-se desenvolvendo desde a década de 1990, pelo pesquisador Prof. Dr. Francisco das Neves Alves⁸. Pesquisas em demografia histórica, focalizando o estudo da nupcialidade em Rio Grande, visando a reconhecer a mobilidade e as características da população rio-grandina, atingem avançados estudos; fugas de escravos em Rio Grande têm sido tema de recentes trabalhos acadêmicos; a reconstituição da História do porto de Rio Grande e das atividades industriais na cidade é tema recorrente em diversas publicações daquele Departamento. Em se tratando da temática da mulher rio-grandina, encontrei apenas o trabalho de conclusão de curso *O Corymbo: um empreendimento feminino (1889-1914)*, de Maria Luiza Tavares Ferreira, do curso de Bacharelado em História.

A referida monografia, apresentada em 2001, ocupa-se de apresentar a fonte de pesquisa - o jornal *Corymbo* - faz uma breve biografia de suas redatoras⁹; traça a origem, a duração do periódico, sua apresentação, formato, preço, locais de circulação, seções e assuntos recorrentes; apresenta fragmentos de artigos, exclusivamente para registrar acontecimentos, como, por exemplo, a edição comemorativa do 14º aniversário do jornal, dando destaque ao orgulho da redação pelo tempo de luta e resistência para manter o periódico, principalmente por ser um empreendimento feminino.

Visando à reconstrução da História da imprensa rio-grandina, pelo viés do uso do gênero como categoria de análise histórica, o trabalho atesta a atividade vanguardista das proprietárias-redatoras, à frente das mulheres da época, por atuarem num campo tipicamente masculino. Trata-se de uma pesquisa interessante, que poderia ter seu valor contudístico ampliado substancialmente, caso os excertos transcritos fossem analisados para além da base textual de superfície, de modo a serem descritos os recursos engendrados na construção de

⁸ALVES, Francisco das Neves. *O Bisturi: imprensa oposicionista na cidade do Rio Grande (1888-1893)*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L.H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande, Ed. da FURG, 1993. p. 53-63.

ALVES, Francisco das Neves. *O Maruí: uma folha ilustrada a serviço da crítica política e de costumes*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L.H. (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande, Universidade do Rio Grande/Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995. p. 132-46.

ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina: o estudo de alguns "fragmentos" do século XIX*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.

ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX: um breve histórico*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L.H. (orgs.). *Imprensa & História*. Porto Alegre: Associação dos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997. p. 15-25.

ALVES, Francisco das Neves. *O mito de Mercúrio: articulações entre o universal e o regional*. In: PRADO, Daniel Porciuncula (org.). *Anais do Seminário Internacional de Estudos Históricos*. Rio Grande: Fundação da Universidade Federal do Rio Grande, 2004. Este artigo trata da decisiva contribuição da imprensa rio-grandina na difusão de uma imagem do comércio através da figura mitológica de Mercúrio.

⁹As redatoras e proprietárias do jornal são as já citadas escritoras Revocata Heloisa Figueiroa de Melo e Julieta de Melo Monteiro. O periódico tratava de assuntos literários e noticiosos; autodenominava-se "pequena imprensa", ao comparar-se com outras publicações de caráter político-partidário que circulavam na época.

sentido dos textos, a serem explicadas as finalidades para as quais foram utilizados determinados mecanismos.

Inúmeros trabalhos na linha da Semiótica Greimasiana tratam da questão feminina. Seria impossível elencá-los no espaço de que disponho neste estudo. Na linha de análise de discurso de linha francesa, o tema do feminismo vem também sendo largamente abordado.

Não há, ainda, no Departamento de Letras e Artes da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, onde atuo, uma linha de pesquisas lingüísticas na área de Semiótica Greimasiana. Na Área de Língua e Lingüística, tanto em nível de graduação, quanto no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Lingüística e Ensino de Língua Portuguesa, ligado ao Departamento de Letras e Artes, desenvolve-se expressiva pesquisa nas linhas de Sociolingüística Variacionista, Funcionalismo Guivoniano, Fonética e Fonologia e Análise do Discurso de Linha Francesa. Não existe registro de trabalho que coloque a mulher, particularmente, a rio-grandina, em posição central.

Não tenho a pretensão de ser a primeira docente universitária a pensar em conciliar a pesquisa entre Semiótica e História, o que já faz, por exemplo, a Prof^a Eliane César, desde seu trabalho de dissertação de mestrado, de 1997, *O diabo e a terra de Santa Cruz*¹⁰: *texto histórico como objeto de leitura da teoria semiótica greimasiana*, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof^a Dr^a Ione Maria Ghislene Bentz. No entanto, a possibilidade de uma conciliação dessa natureza, na entidade onde exerço a docência, ainda não havia sido cogitada e tenho a certeza de que, se implementada, essa união poderá gerar um enriquecedor e profícuo estudo interdisciplinar e interdepartamental.

Assim, um trabalho que envolve uma proposta pedagógica, no âmbito da lingüística, que investigue, de maneira prioritária ou central, a concepção sobre a condição feminina na cidade do Rio Grande, através do discurso materializado lingüisticamente no texto que se refere à mulher e no texto emitido por ela, está concretizando-se nesta tese, constituindo-se um primeiro passo para se pensar em articular, na Fundação Universidade Federal do Rio Grande, pesquisas que integrem as duas áreas.

Para propor essa conciliação entre estudos semióticos e pesquisa histórica, levantando velhas questões e provocando revisão de conceitos, é que analiso, pois, neste

¹⁰ Obra de Laura de Mello e Souza, datada de 1986, apontada pela crítica como importante contribuição para a renovação da historiografia brasileira.

trabalho, a representação da mulher na cidade do Rio Grande, em textos que revelam a visão do *ser mulher*, em momentos pontuais. Meu trabalho não é biográfico; não inclui produção literária; não visa a focalizar mulheres na perspectiva de observar movimentos feministas; não pretende, tampouco, apresentar estatísticas obtidas de buscas abrangentes, cujo fim seja apontar generalidades. Uma tese que abarcasse temas da natureza dos que foram referidos me exigiria inventariar um sem número de trabalhos, descrição que não poderia deixar fora, por razões óbvias, os nomes de grandes expoentes – Simone de Beauvoir, Michel Foucault – só para simular o início de uma lista de referências. Não poderia esquecer de citar os nomes de autores de cujas obras venho, há bastante tempo, fazendo leituras, como Mary Del Priore¹¹, Rachel Soihet¹², Michelle Perrot¹³, Joana Maria Pedro¹⁴, Joan Scott¹⁵, Marlene Neves Strey¹⁶, Maria Ângela D'Incao¹⁷, Tânia Quintaneiro¹⁸, Clarisse Ismério¹⁹, Sílvio Marcus de Souza Correa²⁰, Cyntia Roncaglio²¹, Rose Marie Muraro²².

Por mais que me esmere em não omitir nomes importantes, acabarei sempre excluindo, não intencionalmente, trabalhos de extrema importância sobre a ampla temática relativa à mulher. Como falar em identidade feminina, no Brasil, ou seja, recuperar o que se tem feito, principalmente, no Brasil, tendo como elemento central a figura feminina, sem aludir ao primoroso trabalho de Nádía Battella Gotlib²³ a respeito de Nísia Floresta²⁴? Como

¹¹DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.

¹²SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teatro e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹³PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

¹⁴PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

¹⁵SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

¹⁶STREY, Marlene e outros. Mulher, gênero e representações. In: STREY, Marlene (org.). *Mulher, estudo de gênero*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

¹⁷D'INCAO, Maria Ângela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

¹⁸QUINTANEIRO, Tânia. *Retrato de mulher: O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajantes do século XIX*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

¹⁹ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário - 1889 - 1930*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1995.

²⁰CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.

²¹RONCAGLIO, Cyntia. Relações de gênero, espaço público e feminismo. In: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro e Martins, Ana Paulo Vosne (orgs.). *Mulheres da História: Paraná - séculos 19 e 20*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Cursos de Pós-Graduação, 1997.

²²MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira, corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

²³GOTLIB, Nádía Battella. A literatura feita por mulheres. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé. (Org.). *Refazendo nós*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, 2004. p. 19-72.

²⁴Conforme Nádía Batella Gotlib, no trabalho citado, a nordestina, Nísia Floresta Brasileira Augusta nasceu em 1810, no Rio Grande do Norte. Menina, ainda, Dionísia Gonçalves Pinto, casou-se aos 13 anos. Morou em Recife, onde o pai foi assassinado e onde se casou novamente com um acadêmico liberal, depois da péssima primeira experiência conjugal. Em Recife, em tempos de Independência, já como escritora, iniciou uma militância

não referir a trajetória dessa mulher desbravadora, considerada a primeira mulher feminista, no Brasil?

Esta tentativa de inventário, que não se pôde deter somente na questão do *ser mulher* em Rio Grande – ainda contemplaria listas de autores que tratam de Coco Chanel às criadoras da grife Daspu²⁵, de Ana Bolena à Anita Garibaldi – quer chamar a atenção para o fato de que o educador pode e deve lançar-se a propostas que possibilitem aos seus alunos, na sua relação com o mundo, com as grandes questões do universo, investirem também nas questiúnculas de sua aldeia, construindo *competências* com e para eles, assim como para si mesmo. Cada re-exame da docência acadêmica possibilita desvelar novos lapsos, novas imprecisões, novas interpretações, novos entendimentos. E mais, as teorias devem ser sempre polemizadas, os saberes devem ser sempre ampliados, também o mito do ineditismo das teses deve ser posto em discussão.

política e jornalística voltada para os ideais republicanos, partidária do abolicionismo e defensora dos direitos da mulher.

Adaptando o livro "Vindication of the rights of woman", da autora inglesa Mary Wollstonecraft (Mistriss Godwin), publicou, no Brasil, em 1832, o texto fundador do feminismo brasileiro, com o título *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, o qual assinou já como Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Na realidade, a adaptação de Nísia não é simplesmente uma tradução, mas a criação de um novo texto ajustado, pela sua própria visão e experiência, às questões da mulher brasileira.

Nesta obra, conforme Constância Lima Duarte, fica marcada uma posição ambígua da mulher brasileira que, embora denuncie opressão, reivindique igualdade de direitos, acesso à educação, ainda não admite a mudança dos papéis tradicionais da mulher, enquanto "mãe" e "rainha do lar", vigente até avançadas décadas do século XX.

Nísia Floresta teve duas filhas, morou em Porto Alegre, onde ficou viúva e fixou-se, depois, no Rio de Janeiro. Durante dezessete anos, dirigiu, no Rio de Janeiro, uma escola por ela fundada, alvo de duras críticas por suas propostas educacionais de vanguarda. Sua produção literária, centrou-se em objetivos pedagógicos, moralistas e ficcionais. Publicou *Conselhos à minha filha* (1842), *Fany* ou *O modelo das donzelas* (1847). Acerca da luta entre brancos e índios que resultou na Revolução Praieira, em Pernambuco, em fevereiro de 1849, escreveu um poema indianista, *A lágrima de um caeté* (1849). Rompendo com a imagem estereotipada do bom selvagem, neste poema, apresenta um índio divergente e asde índole rebelde.

Na França, em 1850, fez contato com Augusto Comte, ao freqüentar conferências e cursos promovidos pelos positivistas. Em 1853, de volta ao Brasil, publicou, no Rio de Janeiro, artigos sobre educação feminina, o *Opúsculo Humanitário*. Para a autora, a educação estava ainda vinculada a um projeto de realização pessoal da mulher, no âmbito familiar e doméstico. Mesmo assim, acena, nessa obra, com propostas avançadas para a época: a educação deveria ser direito de todas as mulheres, também das pobres, caminho imprescindível para livrá-las da miséria, proclamando a necessidade, por si só já revolucionária, de "que todas sejam bem educadas em suas respectivas situações."

Nova aproximação com Augusto Comte surgiu, em 1856, quando viajou novamente para a Europa. Passou a manter com o pensador assídua correspondência, o que atesta a amizade que houve entre ambos. Publicou relato de viagens que fez à Alemanha, Itália e Grécia. Proclamou de modo ufanista e saudoso a exuberância tropical do Brasil, em *Passeio ao Aqüeduto da Carioca* e em *O Brasil*, cantando as belezas de Recife e Olinda. Este último foi publicado numa primeira edição italiana, em Florença, com mais um ensaio sobre *A Mulher* e mais três textos, num volume intitulado *Cintilações de uma alma brasileira*, recentemente editado em português.

Retornou ao Brasil, na década de 1870. Mas permaneceu na Europa até sua morte, em 1885, aos 76 anos. Sua obra destaca-se não só pela qualidade e pela condição, em defesa de uma causa, mas, principalmente, pela importância como demarcadora de um território pontual e próprio que adquiriu sua marca: o espaço de construção da identidade da mulher brasileira em busca de sua emancipação cultural.

²⁵ Trocadilho óbvio com a Daslu, butique de luxo paulista, a Daspu é uma grife criada, em 2005, por prostitutas das mais variadas zonas do Rio de Janeiro, integrantes da ONG Davida, dirigida pela ex-prostituta Gabriela Leite. Disponível em: <www.daspu.com.br>. Acesso em: 10 de jan. 2006.

1.3 Por que a Semiótica Greimasiana?

Ao final de 1994, assisti, na Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG/RS – onde atuo como docente, a um curso ministrado pelo grande expoente da Semiótica Greimasiana no Brasil, Prof. Dr. Edward Lopes, denominado *Semiolingüística Textual e Discursiva*. A realização desse curso e o fato de seu ministrante, a partir daí, ser admitido como professor-visitante no Departamento de Letras e Artes da FURG, colocou-me em contato vivo e direto com uma teoria com a qual já começara, de forma muito imediata, a identificar-me, desde um congresso da ABRALIN, realizado em Salvador, na Bahia, meses antes, onde participei de um minicurso com a Prof^a Dr^a Diana Luz Pessoa de Barros e com o Prof. Dr. José Luiz Fiorin, ambos da USP.

O interesse pela teoria tornou-se cada vez maior, o que implicou elegê-la como fundamento para a elaboração de meu trabalho sobre os processos de narratividade subjacentes ao discurso publicitário, dissertação de mestrado defendida em 1998, na Universidade Católica de Pelotas/RS.

Novamente eleita para fundamentar minha proposta de trabalho de tese de doutoramento, a Semiótica desenvolvida por Algirdas Julien Greimas e pelo Grupo de Investigações Semio-Lingüísticas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris possui recursos científicos que elucidam questões de sentido nos processos de *narratividade*. Essa teoria que se ocupa do processo de significação dos discursos, examinando-lhes o plano de conteúdo, por meio de um percurso que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, tem trazido grande contribuição para os estudos da linguagem.

Considerando seu enorme potencial para o estudo do discurso jornalístico, pretendo, desta vez, utilizá-la no nível mais avançado em que se encontra, atualmente, com características marcadamente transdisciplinares pela recorrência a fontes disciplinares heterogêneas, o que poderá contribuir para o debate acadêmico em dois âmbitos: o dos estudos do texto e do discurso e o da História.

Nesse sentido, a teoria de Greimas e de grandes nomes que trabalharam e trabalham para sua evolução e reconhecimento, como os de Jacques Fontanille e Claude Zilberberg, como o dos principais semioticistas brasileiros, Diana Luz Pessoa de Barros, José Luiz Fiorin, Edward Lopes, Cidmar Teodoro Pais e Luiz Tatit, deverá percorrer todo o estudo aqui proposto.

Penso, assim, entre outras metas, buscar uma maior compreensão da representação da mulher no universo da população rio-grandina²⁶, no espaço temporal delimitado, de modo a poder repensar, pelo viés da análise do discurso da imprensa e da análise de depoimentos orais, o que está posto pela História Oficial, segundo registros de acontecimentos vistos pela lente do historiador.

²⁶ Por considerar pertinente, transcrevo, aqui, na íntegra, carta da Prof^a. Nubia Jacques Hanciau* (FURG) publicada no espaço “Carta do Leitor”, do Jornal Agora, da cidade do Rio Grande, edição Sábado/ Domingo, de 03 e 04 de junho de 2006, página 2.

Srs. Editores

Dr. Veridiano, um rio-grandino de valor

Recentemente nosso Jornal Agora publicou neste espaço o texto “Dr. Veridiano, um rio-grandino de valor”, assinado pelo ilustre presidente da Academia Rio-Grandina de Letras, João Marinônio Carneiro Lages, onde se lê, ao fim, seu apelo para que “nossa cidade conheça e valorize seus filhos”. “E suas filhas”, complementaríamos...

Ao término de nossa participação (17/5), no âmbito das comemorações pelos 65 anos da Associação das Ex-Alunas do Colégio Santa Joana D’Arc, completados em maio, o professor Lages já manifestara seu apoio à recuperação da memória de Carmen da Silva, uma autora rio-grandina das mais célebres no âmbito da literatura feminina/feminista brasileira, apesar disso, porém, praticamente ignorada em nossa cidade.

Ao agradecermos a generosa oferta do colega, a de abrigar parte do acervo da escritora na Biblioteca local, bem como suas palavras elogiosas dirigidas à nossa pesquisa brevemente apresentada, sublinhamos, na esteira de sua exortação, as barreiras preconceituosas a serem muitas vezes transpostas para a obtenção do reconhecimento na própria cidade. Salvo algumas exceções, pouco se sabe além das “ousadias comportamentais” da Carmenzinha do Dr. Pio, ou o outro lado da história, a história do texto de Carmen da Silva, que se converteu um dia em pioneira do feminismo brasileiro, em nossa Simone de Beauvoir.

Na “Noiva do Mar”, já disse Renato Modernell, costumam-se cultivar muito mais os varões que se foram e deram certo na vida, como o Almirante Tamandaré, patrono da Marinha, Marcílio Dias, o General Netto, nascido no Povo Novo...; muito menos uma personalidade avançada demais para o seu tempo... Felizmente, porém, temos o presidente de nossa academia, Veras, Carmens e numerosas ex-alunas atento(a)s ao tempo e à memória...

Disse Proust, em *À sombra das raparigas em flor*, que a maior parte da nossa memória está fora de nós, numa viração de chuva, numa sala... em toda parte onde encontramos partes de nós mesmos... Quem sabe?

***Nubia Jacques Hanciau (responsável pelo projeto “Carmen da Silva, uma rio-grandina precursora do feminismo brasileiro”)**

2 A SEMIÓTICA

2.1 Preliminares

Considerando a base teórica em cujos alicerces escoro este trabalho, procuro reconstituir as origens da teoria de Greimas, estudioso da Escola Semiótica Francesa²⁷, e apresentar seus principais aspectos e conceitos, através de algumas idéias gerais. Adianto que, no decorrer das análises, estarei retomando pontos aqui colocados, a fim de que o exame dos textos possa ser meio para que se levantem questionamentos no campo teórico.

Num momento em que a área das Ciências Humanas dirigia especial atenção ao problema do significado, a Lingüística, por conta do rigor e formalização de seus métodos, foi vista como ciência qualificada para abordar a questão. Docente da *École pratique des hautes études*, em Paris, o lexicólogo lituano Algirdas Julien Greimas (1917-1992), vinha-se destacando, na década de 1960, em função de suas pesquisas na área da teoria semântica e da análise da narrativa. Nessa época, juntamente com o semiólogo francês Roland Barthes, fundou a revista *Langages*.

A aplicação dos métodos estruturais ao estudo da significação exigia que fosse conciliado o rigor preceituado pelos lógicos e lógicos matemáticos com o vasto sistema de referências culturais próprio das Ciências Humanas. Nesse contexto, com espírito deveras crítico, buscando legitimar uma semântica científica, Greimas lança, em 1966, a obra *Semântica Estrutural*, discurso fundador da Semiótica francesa, segundo Fiorin.(1995: 19). Nessa obra, desenvolvendo a concepção saussuriana de semiologia, Greimas toma a idéia de relação como chave para o modelo teórico que propõe e afirma que a narrativa de cada discurso é redutível a uma relação entre actantes. As relações elementares do mundo semântico de Greimas são relações de oposição.

Para chegarmos a uma melhor compreensão da proposta greimasiana, comecemos por retomar Ferdinand de Saussure (1857-1913). Na obra *Curso de Lingüística Geral*, publicada, postumamente, em 1916, o mestre genebrino define signo como a combinação entre o conceito - o significado - e imagem acústica - o significante, e a língua como “sistema de signos que exprimem idéias e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-

²⁷Convém lembrar que, afora a Semiótica Clássica Francesa, alicerçada na obra de Algirdas Julien Greimas, base deste trabalho, existem outras teorias semióticas, como por exemplo, a norte-americana, que gira em torno da obra de Charles Sanders Peirce e a russa, construída a partir da obra de Iuri Lotman, entre outras.

mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc, etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.” (1975: 24) Saussure separou o estudo da lingüística - o sistema de signos que é a língua - dos outros sistemas, que deveriam ser objeto de análise da semiologia, ciência que estudaria “a vida dos signos no seio da vida social” (op. cit.:24) à qual a lingüística estaria subordinada. Assim, concebe o projeto de uma teoria geral dos sistemas de signos de base estruturalista, que seria a ciência dos signos humanos, culturais e textuais.

Louis Hjelmslev (1899-1965), lingüista dinamarquês que exerceu forte influência em Greimas, reformulou as noções de saussurianas de signo. O significante e o significado do signo lingüístico passaram a ser entendidos como termos de planos de linguagem. De acordo com a reformulação hjelmsleviana, o significante é considerado o plano de expressão - onde as qualidades sensíveis que explora uma ou mais linguagens para se manifestar são selecionadas e articuladas entre elas em relações. O significado é definido como plano do conteúdo - o lugar dos conceitos.

Ampliando e reinterpretando, pois, os estudos de Saussure, Hjelmslev fez ainda outras divisões, o que resultou como importante contribuição para a Semiótica Greimasiana. Admitiu que cada um dos planos da linguagem - expressão e conteúdo - têm não só uma forma, mas também uma substância específica. Assim, é a forma (do conteúdo e da expressão) que, sendo significante, produz sentido e, justo por isso, constitui-se como objeto de estudo da Semiótica.

Esmiuçando mais: sabemos que Saussure criou a noção de valor, atentando, no *Curso de Lingüística Geral*, para o fato de que na língua não há senão diferenças, isto é, cada elemento lingüístico guarda diferença dos outros elementos com os quais se relaciona. Com essa noção fica estabelecida a definição negativa do signo: um signo é o que o outro não é. Se Hjelmslev incorporou à sua concepção de signo a noção saussuriana de valor, para ele, forma é valor, ou seja, é um conjunto de diferenças. Propõe, então, o estudo da forma, tanto da expressão quanto do conteúdo. Melhor dizendo, propõe o estudo de duas formas manifestadas por duas substâncias.

Segundo Hjelmslev (1975: 49), a dimensão do signo é variável, o que é considerado outro ponto relevante, pois, de acordo com suas postulações: “Grandezas como as frases, as proposições e as palavras (...) elas veiculam uma significação e, portanto são ‘signos’ (...)”. Nesse sentido, um texto pode ser entendido como um grande signo estruturado por outros signos menores. Apreender a “realidade” e transformá-la em signo é realizar um processo de semiotização.

No projeto semiótico de Greimas, o ponto de partida é, pois, a aplicação de métodos de pesquisa lingüística estrutural à análise de textos, por ele definidos como discursos, tendo suas raízes no conceito saussuriano de estrutura como diferença, nos princípios de oposições binárias e da pertinência e no modelo sígnico glossemático²⁸ de Hjelmslev. Importante também referir, quanto aos estudos de Greimas, as influências da sintaxe de dependência de Lucien Tèsniere.

Uma das lições importantes da Semiótica Greimasiana é a de que todo texto é dotado de uma narratividade, característica promovida por invariantes, uma vez que, em todos os textos, ocorrem transformações de estados provocadas por um sujeito, conceito do qual tratarei mais adiante. A Semiótica de Greimas busca a narratividade que possui todo texto, ou seja, a narratividade que se manifesta em qualquer tipo de texto: científico, político, argumentativo, sem exceção. Para o estudioso, a estrutura narrativa não se restringe apenas a textos convencionalmente narrativos.

Dizendo de outra forma: para Greimas, que segue a direção de Hjelmslev, todo texto tem um plano de conteúdo e um plano de expressão, parte material ou sensível que sustenta os conteúdos. A partir do conceito de narratividade, a teoria greimasiana tem, na sua concepção original, como objetivo, analisar a organização dos textos, no plano de conteúdo.

Assim, se há um princípio que comanda a constituição dos textos, há esquemas recorrentes de organização que promovem a narratividade presente em todos os textos. Segundo o modelo de Greimas, os textos, ainda que tenham características que os individualizem, subjacentemente, possuem um lógica geral. Percebendo a linguagem como um sistema de significação, Greimas tenta descrever a organização do sentido de texto a partir de traços distintivos extraídos dos objetos analisados e do princípio de que todo texto tem uma estrutura elementar.

E continuando na recuperação histórica que permitirá entender melhor a teoria, tornando menos árido o caminho do não-iniciado, falemos no formalista russo Vladimir Iakolevich Propp (1895 - 1970). Em 1928, Propp publicou *Morfologia do Conto Popular*, obra em que registra um empreendimento de frutíferas investigações a respeito da composição do conto, a partir dos contos populares russos. Nesse trabalho, o pesquisador aponta elementos constantes, sempre presentes, ou seja, invariantes na estrutura do conto maravilhoso: as funções das personagens. Estabeleceu, a partir de análises de cem contos

²⁸Segundo o dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa 1.0, termo relativo à glossemática, teoria lingüística criada por pelo dinamarquês Louis Hjelmslev que, incorporando certas teses de Saussure, concebe a língua como forma, separada da substância, e organizada em dois planos, o da expressão e o do conteúdo

populares, que esses respondiam a um mesmo esquema de organização narrativa global, formulado mediante 31 funções, ordenadas de forma linear, origem da hipótese de que existem algumas formas universais de organizar a narração. Com essa pesquisa, Propp sentou as bases dos estudos modernos acerca da estrutura dos relatos.

Conforme Propp (1984: 19), as 31 funções são: afastamento, proibição e transgressão, interrogação e informação, armadilha e cumplicidade, má ação (ou falta), mediação, iniciação da ação contrária, partida, primeira função do doador e reação do herói, recepção do objeto mágico, deslocamento no espaço, combate, marca do herói, vitória, reparação da falta, regresso do herói, perseguição e auxílio, chegada de incógnito, pretensões enganadoras, tarefa difícil e tarefa cumprida, reconhecimento e descobrimento da armadilha, transfiguração, castigo e casamento.

Essas trinta e uma funções, para Propp, nem sempre figuram todas nas narrativas, seu número pode ser limitado, mas a ordem em que aparecem na seqüência da ação é sempre a mesma. De acordo com as pesquisas proppianas, as trinta e uma funções poderiam reduzir-se a sete esferas de ação. De uma certa forma, é como se o conto fosse uma narrativa com sete personagens condensadas nas seguintes esferas de ação: o antagonista (o agressor), o doador, o auxiliar, a princesa ou seu pai, o mandatário, o herói e o falso herói. Entenda-se que, cada um dos papéis (ou personagens) atua numa esfera de ação e, nessa ação, inclui-se uma ou incluem-se várias funções. É clara, nesse estudo, a sobreposição das funções aos papéis.

Mesmo recorrendo à tradição inspirada por Propp, Greimas, no entanto, apartou-se dela, ao considerar que as funções proppianas só davam conta das estruturas de superfície da narratividade, deixando de contemplar a análise das estruturas profundas dos relatos. Convencido da limitação do modelo de Propp, Greimas propôs um modelo não baseado em um número preciso de funções. Deu relevo aos actantes e às relações existentes entre eles.

Greimas, então, simplifica o inventário de funções levantadas pelo pesquisador russo de modo a atingir um conjunto funcional bem mais concentrado:

Essas 31 funções constituem um inventário para que se possa considerar sua estruturação. É preciso, portanto, tentar reduzi-lo, seguindo de início a sugestão do próprio Propp, que entrevê a possibilidade de "acasalar" as funções. Mas o acasalamento, nesse estágio só pode ser empírico e repousa apenas sobre uma dupla exigência: uma condensação da narrativa em unidades episódicas, entendendo-se que os episódios a serem previstos são considerados como possuidores de um caráter binário, e de serem constituídos de duas funções apenas. (1976:253)

O trabalho de Vladimir Propp motivou não só a interpretação de Greimas, como também exerceu influência nos estudos de Brémond, Todorov e Lévi-Strauss. Retomando a análise de Propp, Greimas propôs o percurso gerativo da gramática semiótica. Assim, uma

gramática textual forneceu subsídios para um relacionamento sistemático com outras teorias que também se ocupavam do texto.

Da mesma maneira como a matemática buscou regularidades formais para a análise lógica dos fenômenos do universo, assim também os lingüistas tentaram transpor para as ciências da linguagem esses modelos. Era exatamente isso o que buscavam os formalistas russos com suas teorias sobre a literatura e a linguagem. Aliás, o mesmo já pretendia Aristóteles, no século IV a.C., com suas proposições apresentadas, primeiramente nas categorias do *Órganon*, e, depois, na *Arte Poética*. Todos eles procuravam invariantes formais que dessem conta dos fenômenos lingüísticos e literários.

Baseado nos trabalhos de Dumézil e Lévi-Strauss acerca do discurso mítico, o grupo greimasiano observou outras possibilidades: a existência, em estrutura profunda, de organizações discursivas subjacentes às manifestações da narratividade de superfície, o que tornava a narrativa, a partir dessa visão, passível de uma descrição semântica.

Tomando, também, os modelos sintáxico-semânticos-frásticos de Bernard Pottier, outra influência significativa, Greimas constrói seu modelo de análise, no qual o enfoque semiótico se desloca do nível da frase para o do discurso, homologando as estruturas dos dois níveis de codificação lingüística, o frástico e o transfrástico.

Pelo sistema adotado por Greimas, dada, então, uma narrativa qualquer, o primeiro passo de análise consiste em considerar em si mesmos, os dois planos: o da expressão e o do conteúdo, sustentando apenas o último. Desse modo, começa a configurar-se o modelo de produção de sentido que constitui o percurso gerativo de sentido, uma sucessão de patamares que, vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, em diferentes níveis de profundidade, todos eles passíveis de uma representação metalingüística pertinente. O percurso gerativo de sentido corresponde, pois, ao caminho que a significação percorre do plano de conteúdo até chegar ao plano de expressão.

Esse percurso constitui-se de três níveis: o fundamental, o narrativo e o discursivo. Cada nível admite dois componentes articulados entre si: um componente sintático e um componente semântico. O componente sintático corresponde à composição e ao encadeamento dos enunciados narrativos e o componente semântico diz respeito à ordem conceptual ou figurativa concernente ao investimento da ordenação formal. Através da operacionalização desses níveis, portanto, forma-se o chamado percurso gerativo do sentido.

Não temendo incorrer em excessos, pois meu texto vai e vem, uma vez que a teoria transita por terrenos escarpados, e visando a tornar a explanação mais clara, ratifico e acrescento: esse percurso vai do nível mais profundo, comum a todas as narrativas,

independente e anterior a qualquer manifestação lingüística - imanência - ao nível mais superficial - aparência - em direção à manifestação. Para Greimas, o sentido está antes de qualquer produção discursiva. Seria como se vivêssemos naturalmente imersos em um universo de sentidos. O sentido existe antes de ocuparmo-nos dele e, conseqüentemente, constitui-se como o fundamento de qualquer atividade humana. A Semiótica toma esse sentido já existente, estuda sua lógica e produz um novo discurso sobre ele, dotando-o de significação.

Na trajetória da imanência à aparência, a significação perpassa uma espécie de nível intermediário, composto de estruturas semióticas organizadas a partir da significação discursiva de superfície: o nível narrativo. O nível narrativo, sintaxe actancial, é um tipo de gramática organizadora da narratividade. A narratividade elabora modelos capazes de comandar a produção dos discursos. De acordo com Greimas (1975:146): “A geração da significação não passa antes pela produção dos enunciados e sua combinação no discurso; em seu percurso, ela é revezada pelas estruturas narrativas e são estas que produzem o discurso significativo, articulado em enunciados.”

O percurso gerativo define-se, pois, como um conjunto de procedimentos que conduz o leitor às abstrações necessárias que devem ser feitas, com base na superfície do texto, visando à compreensão do todo significativo.

Até aqui é possível entender que a Semiótica é uma teoria da significação, a um tempo estrutural e gerativa. Enquanto teoria estrutural, preconiza que o sentido nasce da apreensão das diferenças, o que vale dizer serem as linguagens construídas como sistemas de relações, diferentemente da língua que é constituída como sistema de signos. Um estudo semiótico, qualquer que seja, tem relação como palavra-chave. Daí, se o sentido só existe na diferença, só há sentido quando houver diferença. A diferença precípua para a Semiótica Narrativa está na categoria sujeito vs objeto, posto que todas as transformações narrativas resultam de modificações da relação entre esses dois pólos. Essa relação é uma relação de desejo: o sujeito quer, pretende o objeto. É também gerativa porque, segundo Greimas & Courtés (1975: 431), é “concebida sob a forma de investimentos sucessivos, dos mais abstratos aos mais concretos e figurativos.”

Adiantei que trataria do conceito de sujeito, no âmbito da Semiótica. Como acabei de fazer nova referência ao sujeito e aludi também ao objeto, trato já das duas definições, mesmo que tenha de retomá-las depois. O sujeito semiótico é a entidade empenhada na procura ou consecução de um objetivo, representado no objeto. Por sua vez, o objeto é a entidade cuja posse o sujeito deseja atingir.

De acordo com Barros (1990:9), “muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis”, cada nível pode ser descrito e explicado por uma gramática autônoma. Passo, portanto, a explicar mais detidamente cada um dos patamares do percurso gerativo do sentido, procurando tornar compreensíveis outros conceitos teóricos básicos da Semiótica Greimasiana.

2.2 Nível Fundamental

No nível fundamental, o nível das estruturas profundas, surge o sentido, a partir de uma oposição semântica mínima, passível de representação num quadrado semiótico, uma proposta aristotélica tomada, na teoria greimasiana, como representação visual da estrutura elementar da significação. Este nível é o mais simples e mais abstrato, é o ponto de partida da geração do discurso. O universo semiótico-lingüístico, neste nível, articula-se em unidades mínimas de significação - os semas - que se opõem, uns aos outros, binariamente.

A sintaxe, no nível fundamental, apresenta a oposição dos valores que sustentam o texto; a semântica apresenta uma taxionomia e uma categoria tímica, ou seja, o sentido para o qual os valores do texto se direcionam, podendo ir do positivo - euforia - para o negativo - disforia - ou vice-versa.

Lembrando que Greimas foi membro do grupo de investigações semióticas de Claude Lévi-Strauss, no Collège de France, é preciso aqui também referir a influência que o antropólogo belga exerceu sobre Greimas, no que tange ao modelo lévi-straussiano da estrutura binária de mito, considerando que a determinação da oposição ou das oposições semânticas do texto é germen de sua significação. Assim, também por esse veio, devemos entender que a significação emerge como uma oposição.

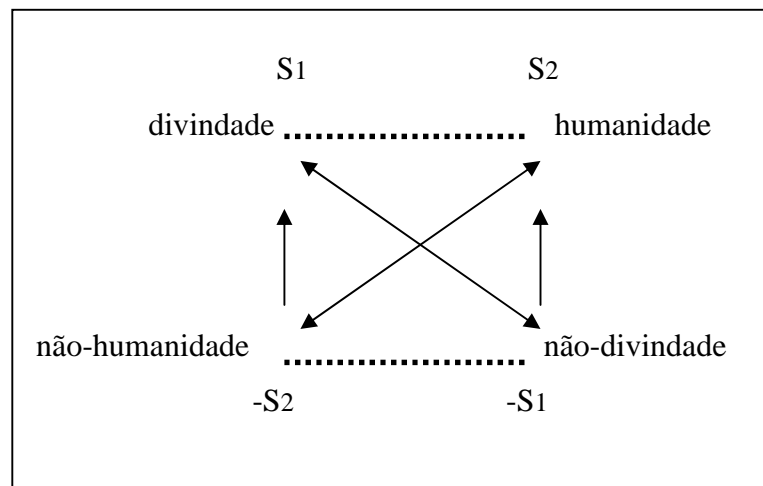
Como já foi possível percebermos, estamos penetrando num terreno mais áspero para os não-iniciados na teoria. Procurarei fazer uma abordagem mais pormenorizada, cuja intenção é tornar mais acessível e útil este contato.

De forma didática, para determinar-se o mínimo de sentido que constitui a essência em que se fundamenta o discurso, utilizando o modelo lógico, o do quadrado semiótico, o modelo estrutural que visa a inter-relacionar, de forma dialética, os valores axiologicamente marcados, comecemos por observar as relações:

relação de contrariedade
relação de complementaridade	————→
relação de contradição	←————→

Investidas, semanticamente, as relações lógicas da sintaxe fundamental de um dado texto, em cuja temática manifeste-se, para aproveitar uma exemplificação muito feliz de Fiorin (1990:19), em torno do universo mítico cristão, assim poderia representar-se, visualmente, no quadrado semiótico, a estrutura elementar de sua significação, considerada a oposição semântica fundamental *divindade vs. humanidade*.

No quadrado semiótico abaixo, visualizamos a estrutura elementar da significação. Uma categoria semântica pode ser representada como S1 vs. S2, de modo a abarcar os diferentes conteúdos do texto. Essa oposição expressa-se por uma ou mais categorias semânticas, ou seja, por diferenças. No exemplo, são contrários os termos: *divindade* e *humanidade* e, contraditórios: *divindade* e *não-divindade*, *humanidade* e *não-humanidade*. Observemos, nas linhas pontilhadas, a relação de contrariedade; e nas diagonais, a contradição:



Na tensão dialética que se estabelece entre os contrários *divindade* e *humanidade*, poderia enquadrar-se, por exemplo, a figura de Jesus Cristo, o filho de Deus feito homem, ser complexo; na tensão *humanidade* e *não-divindade*, a figura do ser humano, simples mortal: no eixo *divindade* e *não-humanidade*, poderia estar, no universo referido, Deus-pai, pura divindade. No último eixo, *não-humanidade* e *não-divindade*, estariam os seres neutros, os anjos, nem *divindade*, nem *humanidade*. Esse último eixo é denominado de não-sistema, podendo ser, assim, representado pela negação (\emptyset).

Entendendo, pois, uma categoria semântica como uma oposição, de acordo com a representação no quadrado semiótico, podemos observar que os termos opostos da categoria semântica S1 vs. S2 mantêm entre si uma relação de contrariedade, ou seja, estão em relação de pressuposição recíproca. O mesmo ocorre com os termos -S2 vs. -S1. Entre S1 e -S1 e S2 e -S2 há uma relação de contraditoriedade. Os dois termos contraditórios são contrários entre si. Além disso, -S1 mantém com S2, assim como -S2 com S1, uma relação de implicação. Os termos que mantêm entre si uma relação de contrariedade podem manifestar-se unidos. Surgirá um termo complexo, quando houver uma relação dos contrários S1 + S2. Surgirá um termo neutro, através da relação dos subcontrários -S1 com -S2.

Constatemos como nos explica Fiorin, ao referir-se à oposição dos termos complexos ou neutros de alguns textos, no nível profundo:

O mito constrói-se com a junção de termos opostos. No universo mítico cristão, a partir da oposição semântica de base /divindade/ **versus** / humanidade /, teremos seres complexos como Cristo (divindade e humanidade) ou neutros como os anjos (nem divindade nem humanidade). No universo cultural grego, o mito do andrógino concebe um ser, ao mesmo tempo masculino e feminino. (1990: 19)

Para penetrar na especificidade de determinados textos nos quais a sintaxe fundamental se assinala pela presença de termos complexos ou neutros, é importante organizar com perspicácia a oposição de relações. É de uma rede de relações opositivas reduzível, normalmente, a uma única relação que se origina a significação a ser detectada neste nível. Se a Semiótica Greimasiana leva em conta o postulado saussuriano da diferença, defende, pois, a idéia de que a significação está associada ao sentido negativo.

Repensando o exposto: as oposições que constituem eixos semânticos podem representar dois tipos diferentes de relação lógica. O primeiro tipo, contradição, é a relação que existe entre dois termos da categoria binária asserção/negação (cf. Greimas & Courtés, 1979: 67). Esta relação é descrita como a oposição entre a presença e a ausência de um sema. Dessa forma, no exemplo a que estamos fazendo referência, um sema S1, *divindade*, é oposto a seu -S1, contraditório, *não-divindade*, no qual o sema *divindade* está ausente. O segundo tipo é o da contrariedade (cf. *ibid.*). Dois semas de um eixo semântico são contrários, se um deles implica o contrário do outro. Assim, o contrário de S1, *divindade*, é S2, *humanidade*. O resultado é uma constelação de quatro termos, na qual um novo tipo de relação, implicação ou complementaridade, surge entre os termos S1 e -S2 ou S2 e -S1. Desse modo, *divindade* implica *não-humanidade* e *humanidade* implica *não-divindade*. Essa constelação é visualizada, entendamos, como um quadrado semiótico.

As operações lógicas da negação e da afirmação são duas operações, contempladas no componente sintático, que se articulam na seqüência de um texto. Essas duas operações fundamentais implicam-se entre os componentes semânticos. Dada uma categoria tal em que apareçam os termos contrários S1 vs. S2, esses termos podem determinar-se como nas organizações sintáticas a seguir:

- a) *afirmação* de S1, *negação* de S1, *afirmação* de S2;
- b) *afirmação* de S2, *negação* de S2, *afirmação* de S1.

Nessa perspectiva, uma organização sintática como a expressa em "a" pode exemplificar-se numa narrativa em que, dada a categoria *divindade* (termo S1) vs. *humanidade* (termo S2), ocorre a afirmação da *divindade*, quando o defensor da idéia de que Jesus Cristo é um ser divino, aponta-o, realizando o milagre de dar a visão a um cego; a negação da *divindade*, na ocasião em que Jesus Cristo é visto sendo flagelado, crucificado e morto na cruz, como qualquer ser mortal; a afirmação da *divindade*, quando ressuscita, glorioso, ao terceiro dia, após sua morte, momento em que sua ressurreição constitui, para os cristãos, a prova irrefutável de sua condição divina.

Basicamente, o quadrado semiótico é um esquema lógico de quatro posições representando dois eixos de termos contraditórios e dois de implicações. A diferença que existe entre a contradição e a contrariedade é que, no primeiro caso, os elementos relacionados não podem coexistir e no segundo, sim. O esquema permite visualizar tanto as oposições semânticas quanto as oposições lógico-gramaticais. Assim, a oposição *divindade* e *humanidade* é uma oposição semântica, enquanto que a oposição *divindade* e *não-divindade* é uma oposição que expressa uma contradição lógica.

Em resumo, o quadrado semiótico de Greimas representa um sistema de relações binárias, e esse traço de binariedade não significa que as coisas do mundo possuam este atributo. Apenas trata-se de uma regra de construção de unidades de sentido: o que está em relação binária são os traços elementares do sentido, que são construídos por meio desse mecanismo. Serve para explicar, visualmente, a lógica que se dá entre os componentes semânticos de um relato. As relações de oposição que se sucedem em um relato são múltiplas e constantes.

Conforme já foi adiantado, a semântica do nível fundamental apresenta uma taxionomia e uma categoria tímica. O sentido para o qual os valores do texto se direcionam podem ir do positivo - euforia - para o negativo - disforia - ou vice-versa. Dizendo de outra forma, em se tratando de elementos opostos, os atributos, de acordo com a direção que tomam, correspondem a valores axiológicos com um traço de positividade ou negatividade. A

euforia caracteriza a relação de conformidade do ser com os conteúdos representados; a disforia caracteriza a relação de não-conformidade.

Portanto, há textos euforizantes e disforizantes, dependendo da trajetória que realizem em direção à conformidade ou à desconformidade com a categoria semântica fundamental. Uma mesma categoria semântica pode ser trabalhada em dois diferentes textos, porém o fato de essa categoria ser axiologizada de maneiras diversas, nesses dois textos, ocasiona a produção de discursos perfeitamente distintos. É importante ressaltar, aqui, que a euforia e a disforia, enquanto valores, respectivamente, positivo e negativo, estão já inscritas no texto e não constituem valores estabelecidos pelo sistema axiológico do leitor.

Mas é preciso fazer ainda algumas outras colocações. Pelas vertentes atuais da Semiótica, segundo Tatit (2001: 20), o nível fundamental, o mais profundo do percurso gerativo do sentido, caracteriza-se como um plano de interações tensivas, o que permite chamá-lo de nível tensivo. Por essa ótica, o valor disfórico é traço predominante. Isso se justifica pelo raciocínio de que as coisas acontecem por distensão ou deixam de acontecer por contenção, sendo que as duas direções, positiva ou negativa, são reveladoras de um comprometimento emocional do sujeito envolvido no âmbito gerativo. Propõe-se entender que tudo o que origina a contenção e conseqüentemente a disjunção do sujeito com seus valores já constitui um valor tensivo e, nesse sentido, um valor disfórico. Esse valor introduz no texto o sentimento de falta do valor complementar, o valor eufórico.

Tal como o propõe a teoria Semiótica, no seu paradigma original, este nível marca os passos iniciais do percurso gerativo. Determina-se nele o mínimo de sentido a partir do qual ocorre a construção do discurso, ou seja, apreende-se a articulação mais geral do texto.

2.3 Nível Narrativo

Por aqui chego ao segundo nível, ao *nível narrativo*, o mais desenvolvido pela teoria semiótica, patamar intermediário do *percurso gerativo de sentido*. Porque tenciono equacionar a aridez teórica, diminuir o impacto da metalinguagem técnica, encontrar uma forma de operacionalidade que vise a transladar esta experiência acadêmica para o ensino/aprendizagem, de modo a granjear mais adesão à teoria, firme objetivo deste trabalho,

considero válido abordar o arcabouço com mais vagar, nos detalhes, recuperando a relação desses detalhes com o todo do qual fazem parte. Então, sigamos.

Neste nível “representam-se ou simulam-se, como em um espetáculo, o fazer do homem que transforma o mundo, suas relações com os outros homens, seus valores, aspirações e paixões.” (Barros, 1990: 87)

Imprescindível repetir que foi a partir da teoria formalista do conto de Propp que Greimas elaborou seu esquema actancial, modelo das esferas de ação. Com o fito de rever e simplificar o capítulo VI da obra de Vladimir Propp, Greimas introduziu na teoria semiótica narratológica a noção de actante. Seu modelo actancial, com seis actantes, baseia-se na relação transitiva e causal, um trajeto em direção a uma finalidade, entre sujeito e objeto.

Trata-se de um modelo que pode ser aplicado a outros universos além dos contos, ou seja, uma fórmula aplicável a qualquer texto. Já aludi à máxima greimasiana de que todo texto tem uma sintaxe narrativa que o sustenta. Não por acaso, ponho tanta ênfase nessa afirmativa: trata-se, realmente, da grande inovação da Semiótica. Em função disso, a teoria estabelece uma distinção entre narração e narratividade. Narração é um gênero caracterizador de um tipo de texto convencional que conta fatos. Para narratividade, a teoria propõe duas definições complementares, conforme Barros:

(...) narratividade como transformação de estados, de situações, operada pelo fazer transformador de um sujeito, que age no e sobre o mundo em busca de certos valores investidos nos objetos; narratividade como sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos-valor. (1988:28).

Entendida, de acordo com o que já foi mencionado, através de uma concepção espetacular, a organização narrativa de um texto precisa ser vista como a simulação de um espetáculo que mostra o fazer do homem no mundo, como agente transformador. Desse modo, temos a descrição do espetáculo, com a apresentação dos participantes e distribuição dos papéis que cada um deverá representar.

Caracterizando-se como um encadeamento lógico de percursos narrativos, o sintagma elementar da sintaxe narrativa – denominado programa narrativo – define-se como um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado. Em geral, um sujeito do fazer exerce uma função de transformação sobre um sujeito de estado de maneira que este possa entrar em conjunção com um objeto de valor, o que não necessariamente deva ser um objeto palpável, mas a meta do sujeito, aquilo que ele deseja atingir.

Aclarando mais, conjunção e disjunção são relações de junção por meio das quais os estados são compreendidos. Um sujeito pode estar em conjunção ou em disjunção com um

objeto de valor, em função das transformações, ou seja, alterações de estado. Só para referir outras terminologias, devo aqui acrescentar que Tatit (2001) diz que está em continuidade o sujeito que se encontra em conjunção com o objeto de valor e em descontinuidade, o que está disjunto de seu objeto.

Estados e transformações estabelecem, então, os enunciados elementares, que são as estruturas mais simples deste nível, desdobráveis em enunciados de estado e de fazer. É dessa forma que Greimas concebe as funções de Propp: como os dois tipos de enunciados elementares da sintaxe narrativa:

a) enunciados de estado: os que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto;

b) enunciados de fazer: os que mostram as transformações, correspondendo à passagem de um enunciado de estado a outro.

Sendo junção a relação que determina outra relação, a de estado, ou seja, a situação do sujeito vinculado a um objeto qualquer, o objeto, na condição de objeto sintático, é uma folha em branco que recebe investimentos de projetos e determinações do sujeito. São tais investimentos que fazem do objeto um objeto de valor. Assim, através do objeto, o sujeito tem acesso a valores.

Representando, por meio das convenções

S = sujeito

O = objeto

\cap = conjunção

\cup = disjunção

temos:

Enunciado de estado conjuntivo: $S \cap O$
Enunciado de estado disjuntivo: $S \cup O$

Os enunciados de fazer, como já foi dito, operam a passagem de um estado a outro, ou seja, de um estado conjuntivo a um estado disjuntivo e vice-versa. O objeto de transformação é sempre um enunciado de estado. A comunicação hierárquica de enunciado de fazer e enunciado de estado define o programa narrativo, unidade operatória elementar da organização narrativa de um texto. Nessa direção, entendido como um enunciado de fazer que

rege um enunciado de estado, um programa narrativo pode ser representado através das convenções:

PN = programa narrativo

F = função

—→ = transformação

S1 = sujeito do fazer

S2 = sujeito do estado

∩ = conjunção

∪ = disjunção

Ov = objeto de valor

Assim, diferentes modelos de *programas narrativos* podem ser expressos:

$$\text{PN} = \text{F} [\text{S1} \text{ —→ } (\text{S2} \cap \text{Ov})]$$

$$\text{F} [\text{S1} \text{ —→ } (\text{S2} \cup \text{Ov})]$$

Os programas narrativos são, em geral, complexos, constituídos pela hierarquização de mais de um programa. Classificam-se em vários tipos diferentes, segundo critérios diversos. Esses critérios levam em conta a natureza da junção, o valor investido no objeto, a relação entre o programa narrativo principal ou programa de base e os programas secundários, a relação entre os actantes narrativos (sujeito de estado e sujeito de fazer) e os atores que os manifestam no discurso. Um encadeamento de programas narrativos define um percurso narrativo: uma seqüência de programas narrativos relacionados por pressuposição.

Um percurso narrativo pode ser duplicado ou triplicado. Explicando melhor: no conto Cinderela, por exemplo, para alcançar seu objeto de valor - o príncipe - Cinderela precisa ir ao baile; para ir ao baile, precisa de vestido de gala e assim sucessivamente. O programa narrativo de base - encontrar o príncipe - pode-se desdobrar, dessa maneira, em vários programas narrativos de uso: precisar do vestido de gala, precisar ir ao baile.

Nesse sentido, de acordo com os programas que se subordinam, temos diferentes percursos narrativos que se realizam através da ação de actantes funcionais, como: o percurso do sujeito, o percurso do destinador-manipulador e o percurso do destinador-julgador. Esses percursos compõem o esquema narrativo canônico, modelo hipotético da estruturação

genérica da teoria. Chegarei à explanação desse modelo, tratando, antes, da questão dos pares de actantes.. Tentarei ir, aos poucos, apresentando termos peculiares e definindo conceitos.

Para uma melhor compreensão da ação desses actantes funcionais, parto do conhecimento das personagens, conforme a adaptação greimasiana. Construídas, então, a partir de feixes de funções que as determinam, as personagens, apresentam-se como: sujeito ou herói, personagem ou entidade empenhada na busca ou consecução de um objetivo; objeto, personagem ou entidade cuja posse o sujeito procura atingir; destinador, personagem ou entidade que decide a favor ou contra a obtenção do objeto; destinatário, personagem ou entidade sobre quem recai a decisão favorável ou desfavorável do destinador; adjuvante, personagem ou entidade que facilita a obtenção do objeto por parte do sujeito; oponente ou traidor, personagem ou entidade que dificulta a obtenção do objeto por parte do sujeito.

Se o nível narrativo pode ser entendido como um modelo actancial, uma organização formada por actantes, o que são, então, actantes? Vamos tentar tomar ciência da noção de actante juntamente com a noção de ator. Greimas (1977: 179) faz distinção entre dois tipos de agentes ou pacientes das ações: os actantes e os atores. Os actantes, de acordo com o inventário proposto por Propp, correspondem às sete esferas de ações das personagens e “decorrem de uma sintaxe narrativa”. São seres abstratos, categorias metalingüísticas, resultado de abstrações, classes de personagens que exercem funções idênticas. Já os *atores* são “reconhecíveis nos discursos particulares em que se encontram manifestados”.

A fim de organizar sintaticamente as unidades semânticas, o esquema actancial constitui-se de três pares de actantes cujo eixo central é formado pela relação de transitividade sujeito-objeto, vinculação que constitui o primeiro par de actantes. Essa relação se estabelece com o investimento semântico do desejo. Um sujeito se instaura em discurso, na medida em que apresenta uma carência em relação a um objeto de valor. A narrativa, nesse sentido, define-se como o percurso do sujeito que parte em busca da realização do seu desejo, ficando expressa a modalidade²⁹ do querer. Cito aqui o exemplo de Greimas & Courtés (s.d.: 13) onde, no conto Cinderela, o actante-sujeito Cinderela está disjunto do seu objeto de valor, o príncipe. Desse ponto de vista, a narrativa é o percurso do actante-sujeito Cinderela em busca do seu príncipe.

O segundo par que entra na composição do esquema actancial é o do destinador-destinatário. O eixo desses dois actantes situa-se em um nível transcendente quanto ao eixo sujeito-objeto. É o destinador que instaura o sujeito-destinatário como o agente de um fazer, é

²⁹ Acerca das modalidades, tratarei no componente semântico do nível sobre o qual estou discorrendo.

quem maneja suas crenças ou o seu crer, é quem se constitui como fonte de valores desse sujeito, estabelecendo as regras do jogo narrativo. É ele, pois, quem manipula³⁰ o sujeito, assim visto no papel de destinatário para a ação. Integrando as funções com o contrato³¹, essa relação expressa a modalidade do saber. No conto a que já fiz referência, o ator Fada Madrinha é o actante-destinador. Ela instaura o actante-destinatário Cinderela como um sujeito de um querer (querer o príncipe), enquanto comanda o percurso desse mesmo sujeito pela determinação das condições de realização do seu desejo: ser uma menina obediente, no momento em que o relógio badalar a meia-noite.

Portanto, cabe ao actante-destinador, também entendido como destinador-manipulador, julgar, ao final da narrativa, o percurso do sujeito, atribuindo-lhe, de acordo com o cumprimento ou não dos contratos, o prêmio ou o castigo³². Nessa perspectiva, esse actante é também destinador-sancionador ou destinador-julgador. Cinderela, humilde, bondosa e obediente merece o prêmio; às suas irmãs, actantes-opponentes, por serem pretensiosas, maldosas e invejosas resta o sofrimento, ou seja, o castigo.

O último par de actantes é o do adjuvante-opponente. Esses actantes situam-se no nível do fazer do sujeito e exercem, cada um, uma função. Cabe ao actante-adjuvante auxiliar o sujeito na busca da realização do seu desejo e ao actante-opponente, opor-lhe obstáculos. Essa relação expressa luta ou combate pela modalidade do poder. As três modalidades juntas levam à realização da intriga: querer + saber + poder = fazer. Em se tratando do conto que tomei como exemplo, os ratinhos transformados em cocheiros e a abóbora transformada em carruagem são actantes-adjuvantes que lutam contra os empecilhos colocados pelos actantes-opponentes, madrasta e irmãs.

Mas voltemos à questão que envolve actantes, atores e papéis actanciais. Numa narrativa-ocorrência, os actantes realizam-se como atores, isto é, deixam o plano abstrato e, no nível da manifestação, são personagens concretas investidas de nomes próprios, identidades próprias e diferenciadoras, têm qualificações específicas, atribuições determinadas.

Explicando melhor, a um papel actancial podem corresponder vários atores, ou então, o mesmo ator pode exercer, ao longo da narrativa, mais de um papel actancial. É possível, também, que a cada actante, corresponda um único ator, ficando clara, pois, a

³⁰ Considerando o modo como os enunciados se articulam, uma narrativa complexa organiza-se numa seqüência canônica que abrange quatro fases: a *manipulação*, a *competência*, a *performance* e a *sanção*. Discorrerei mais adiante sobre esses aspectos da teoria.

³¹ O termo *contrato* será devidamente definido na abordagem sobre a fase da *manipulação*.

³² Os termos *prêmio* e *castigo* serão também explicados no âmbito da fase de *sanção*.

sobreposição de funções aos papéis. Acerca da estrutura actancial, o próprio Greimas (1977:180) afirma, tratar-se de um processo “susceptível de explicar a organização do imaginário humano, projeção tanto de universos coletivos como individuais.”

Para que seja facilitado o entendimento, a relação ator/actante pode ser assim exemplificada. As fadas Flora, Fauna e Primavera, em *A Bela Adormecida* são três atores que assumem o papel de adjuvante, estando à disposição do sujeito ou heroína para que ela vença as ciladas feitas pelo oponente. Observemos que um conjunto de atores fica reduzido à condição unitária de membros da mesma classe actancial. Já o sujeito, nesse mesmo conto, é também objeto de amor do herói. Tais actantes, sujeito e objeto, correspondem ao ator *Bela Adormecida*.

Prestemos atenção: as unidades sintáticas da narrativa determinam-se através de uma relação hierárquica que transita do programa ao esquema narrativo, passando pelo percurso narrativo. O percurso narrativo é uma seqüência de programas narrativos de tipos diferentes, relacionados por pressuposições simples.

Constatando que uma simples sucessão de enunciados é insuficiente para sobrepor-se à organização de uma narrativa, a Semiótica trabalha com o esquema narrativo. Sendo recorrentes as três provas descritas por Propp pelas quais passa o herói da narrativa, fica estabelecido, então, um esquema narrativo canônico.

As três provas proppianas são: a qualificante, a que reafirma ou torna o sujeito apto para a ação; a decisiva, a que consiste na realização da própria ação e a glorificante, a que equivale ao reconhecimento pela ação heróica.

Modelo de referência e de previsibilidade, o esquema narrativo canônico, estabelecido a partir dessas três provas, representa a unidade maior da sintaxe narrativa. Desvios e regularidades de diferentes narrativas são avaliados com base nesse paradigma.

Antecipei que trataria da matéria das modalidades. O momento é adequado para melhor compreensão das considerações que seguem. A Semiótica chama de modalidades os arranjos que faz com os verbos modais querer / dever / saber / poder, o que é considerado um salto qualitativo da teoria. Explica que o sujeito, aquele cujas ações sintetizam-se no verbo fazer, a fim de realizar qualquer ato, precisa estar dotado de competência modal, pois um sujeito não faz aquilo que não quer fazer, aquilo que não deve, não sabe ou que não pode fazer. Nessa perspectiva, a execução de um fazer requer que o sujeito esteja provido de, ao menos, três desses elementos modais. Um sujeito, se quiser, souber e puder, é capaz de fazer aquilo que não deve. Torna-se impossível ao sujeito agir, sem saber como ou sem poder executar a ação, por conta de uma razão maior. Assim, a falta de competência modal

inviabiliza a operação. Voltarei a tratar das modalidades, no momento em que todas as fases estiverem devidamente explicadas.

Mas, retomemos a narrativa, no que diz respeito ao esquema canônico. Asseguro que esse esquema, uma teoria da ação, compreende, como já adiantei, quatro fases, não obrigatoriamente explícitas no texto, podendo estar uma mais marcada que outra ou uma pressupor outra.

A primeira é a fase de manipulação, em que o sujeito é manipulado, ou seja, "convencido" por um destinador-manipulador para que aja. Nesta fase, o destinador-manipulador exerce sua persuasão com o intuito de fazer o sujeito crer no caráter de "verdade" colocado nos valores que estabelece, o que se consolida na forma de um contrato. Para a Semiótica, o contrato estabelecido entre sujeitos não é um contrato legítimo, registrado no papel, é um contrato imaginário, um simulacro. Aí se estabelece um contrato fiduciário, baseado na fé, na confiança. O fazer-persuasivo ou o fazer-crer do destinador-manipulador constitui um estímulo que tem como resposta o fazer-interpretativo ou o crer do destinatário a ser manipulado, capaz de recusar ou aceitar o contrato. Essa fase pode-se efetivar por meio de um pedido, uma ordem, uma súplica. Implica o fazer o outro fazer. Nessa operação, o destinador-manipulador instaura o sujeito virtual, levando-o a querer ou a dever fazer o desejado. Pela atribuição do saber e do poder fazer ao sujeito, o destinador-manipulador instaura o sujeito atual. Cumpre esclarecer que o termo manipulação não tem aqui apenas o sentido pejorativo: o próprio educar é uma forma de manipular, considerando, no processo, o fato de que um sujeito atua sobre o outro. Da mesma forma, o destinador, deve ser entendido como aquele que propõe um contrato que o sujeito pode aceitar ou não.

Existe, na Semiótica, uma tipologia de variados processos de manipulação. Nela, quatro grandes processos são considerados os mais comuns: os processos de manipulação por intimidação, tentação, provocação e sedução.

A intimidação e a tentação ocorrem a partir da ação de um destinador-manipulador que persuade pelo saber, oferecendo ao destinatário, no caso da intimidação, valores negativos – ameaças, desgraças, doenças – e, no caso da tentação, valores positivos – prêmios, presentes, vantagens – para que o provável manipulado faça o esperado. Assim, o destinatário intimidado pode vir a dever fazer e o destinatário tentado, a querer fazer, caso se deixem manipular.

Para obter um fazer-persuasivo, o destinador-manipulador, em se tratando da provocação, põe em dúvida a competência do destinatário, obrigando-o a escolher entre aceitar a imagem negativa que dele foi apresentada ou a fazer o que está sendo sugerido.

Quanto à manipulação por sedução, a descrição que o destinador-manipulador faz do destinatário é lisonjeira. É mostrada através de elogios à competência do manipulável em detrimento da incompetência do que se pretende manipular. Cabe ao destinatário rejeitar a bajulação ou deixar-se manipular. Dessa forma, o destinatário provocado pode vir a dever fazer e o destinatário seduzido, a querer fazer, se houver adesão à manipulação do destinador.

O esquema seguinte, retirado de Barros (1990: 33), visualiza melhor o que acaba de ser exposto:

QUADRO 1

	competência do destinador-manipulador	alteração na competência do destinatário
PROVOCAÇÃO	SABER (imagem negativa do destinatário)	DEVER-FAZER
SEDUÇÃO	SABER (imagem positiva do destinatário)	QUERER-FAZER
INTIMIDAÇÃO	PODER (valores negativos)	DEVER-FAZER
TENTAÇÃO	PODER (valores positivos)	QUERER-FAZER

As estruturas dos processos de manipulação, dependendo da articulação dos programas no percurso do destinador-manipulador, na maior parte das vezes, apresentam-se complexas, combinadas de forma significativamente elaborada, exigindo muita perspicácia por parte de quem as analisa.

A segunda fase do esquema, a da competência é aquela em que o sujeito adquire capacidade para a ação. Constitui-se de uma organização hierárquica de modalidades ou de valores modais - meios, valores intermediários para se chegar a outros valores - quais sejam: o querer fazer e/ou o dever fazer que regem o poder fazer e/ou o saber fazer, ou seja, querer ou dever fazer pressupõe saber ou poder fazer. Assim, um sujeito atribui a outro um saber e um poder fazer, ocorrendo, por parte de um, a aquisição de valores modais por doação do outro. Criam-se, nessa fase, as condições necessárias para a realização da performance, uma vez que toda performance pressupõe uma competência.

A performance, terceira fase, é aquela em que o sujeito executa aquilo que lhe foi proposto pelo destinador-manipulador. Na performance, ocorre a transformação central da narrativa. Pela performance, o sujeito altera estados. Se um programa narrativo consiste em

um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado, a definição de *performances*, em sentido lato, confunde-se com a definição de programa narrativo.

Em sentido restrito, *performance* é um tipo de programa narrativo, o programa de aquisição (ou de produção) de valores descritivos - os que apresentam algo em si próprios, os entesouráveis - em que o sujeito de fazer e o sujeito de estado estão amalgamados em um único ator cuja ação resulta em uma aquisição por apropriação, correlata à privação por espoliação. A *performance* implica, pois, uma relação de perda e ganho. Se alguém se apropria de algo, alguém é espoliado desse algo, é privado dele. Isso dá um caráter polêmico à narrativa, pois, numa narrativa assim caracterizada, há sempre dois sujeitos interessados no mesmo objeto. Retomando Barros (1990: 89): “*Performance*: é o programa narrativo que representa a ação do sujeito que se apropria, por sua conta própria, dos objetos-valor que deseja.”

Na sanção, quarta e última fase, o sujeito tem sua ação julgada e recompensada (ou não) por um destinador- julgador, que confere a veridicção dos resultados do fazer do sujeito, avaliando se é verdadeiro (parece e é), falso (não parece e não é), mentiroso (parece, mas não é) ou secreto (não parece e é). Nesta fase, o destinador-julgador responde pelo julgamento do sujeito. A sanção cognitiva é a constatação de que a *performance* se realizou, isto é, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. É a fase dos segredos desvelados, das mentiras reveladas, da falsidade desmascarada e da verdade reconhecida. A chamada sanção pragmática concretiza-se na concessão de prêmios e aplicação de castigos, aspectos os quais prometemos tornar claros, no âmbito da fase de sanção.

Ainda sobre as modalidades, ou seja, sobre os determinantes da relação do sujeito com o seu fazer, Greimas (1976: 26) observa que esses constituintes decorrem do desempenho pressuposto no plano narrativo e implica sujeito competente performático, pois o sujeito, para ser performático, precisa primeiro adquirir competência, o que ocorre através de modalizações: querer e/ou dever e/ou poder e/ou saber-fazer; sendo:

- o *poder* — virtual
- o *saber* — cognitivo
- o *querer* — volitivo
- o *dever* — deôntico
- o *fazer* — factivo

Detalhando mais, as modalidades poder fazer e saber fazer são modalidades da atualidade e são qualificantes, pois determinam a capacidade de fazer do sujeito. As outras duas, dever fazer e querer fazer, são modalidades da virtualidade desse sujeito. É a partir do momento em que um sujeito quer ou deve fazer alguma coisa que se pode falar de sujeito do fazer. Essas quatro modalidades podem atingir negativamente o sujeito, impedindo-o, desse modo, de passar à ação, ou seja, de agir.

Essas modalidades estão relacionadas, na organização coerente da narrativa, tanto aos papéis actanciais como à relação entre enunciador/enunciatário³³, e são cruzadas argumentativamente com a categoria veridictória do ser e do parecer, sendo:

ser + parecer = verdade

não ser + não parecer = falsidade

ser x não parecer = segredo

não ser x parecer = mentira

A Semiótica Greimasiana preceitua que o discurso contém, simultaneamente, “verdade” e falsidade, mentira e segredo, sendo essas categorias determinadas a partir de acordos. Todo o processo de modalização, implicando sujeito e valores (ser) e sujeito e seu fazer (fazer), deve ser observado analiticamente na narrativa.

Somente para retomar o que venho abordando, assim como um programa narrativo constitui-se do encadeamento lógico de enunciados, e um percurso narrativo, do encadeamento lógico de programas narrativos, existe, entre as unidades sintáticas da narrativa, o esquema narrativo, que se compõe do encadeamento lógico de percursos narrativos. Desse modo, constata-se a relação hierárquica que mantêm essas unidades.

A partir das considerações tecidas a respeito da seqüência canônica, reveladora da dimensão sintagmática da narrativa e das fases presentes na espetacularização da ação do homem no mundo, foi possível perceber que o percurso do sujeito representa, sintaticamente, a aquisição, pelo sujeito, da competência de que precisa para a ação e a execução da performance. Os outros dois percursos, percurso do destinador-manipulador ou percurso de manipulação e percurso do destinador-julgador ou do destinador-sancionador enquadram o percurso do sujeito.

³³ Farei referência a estes conceitos no nível discursivo.

Nem todas as narrativas operam as fases descritas na seqüência canônica. Há fases que, muitas vezes, não são explicitadas e que devem ser recuperadas, segundo as relações de pressuposição.

O quadro seguinte, apresentado por Barros (1990: 37) oferece uma visão bem elucidativa sobre o esquema:

GRÁFICO - Esquema narrativo canônico

ESQUEMA		NARRATIVO		CANÔNICO	
percurso do destinador-manipulador		percurso do sujeito		percurso do destinador-julgador	
PN de doação de competência semântica	PN de doação de competência modal	PN de competência	PN de performance	PN de interpretação	PN de retribuição
EN do fazer regendo S1#	EN do fazer regendo S1#	EN do fazer regendo S1#	EN do fazer regendo S1=	EN do fazer regendo S1#	EN de estado S2

Fonte: Barros (1990:37)

O componente semântico do nível narrativo dá conta da atualização dos valores inscritos nos objetos em suas relações com os sujeitos. O processo de conversão da categoria semântica do nível fundamental para o nível narrativo implica, no primeiro nível, a seleção de valores a serem articulados no quadrado semiótico e, no segundo, a relação desses valores com os sujeitos. Nesse processo, ocorre uma subdivisão de valores narrativos em valores descritivos e valores modais, já mencionados no item anterior. Os valores descritivos, por sua vez, classificam-se em valores objetivos – consumíveis e armazenáveis – em valores subjetivos – prazeres, estados de alma.

Inscritos nos objetos que estão em junção com os sujeitos, os valores os tornam objetos modais e objetos de valor. Os objetos modais são o querer, o dever, o saber e o fazer, necessários para a obtenção dos objetos de valor. Os objetos de valor são aqueles que constituem a meta maior do sujeito, na performance principal, pois é por meio dessa performance que o sujeito entra em conjunção ou disjunção com seu objeto.

Em função das junções que determinam os dois tipos de enunciados de estado, há duas espécies de narrativas mínimas. Uma caracteriza-se por um estado inicial conjunto e um estado final disjunto, configurando uma privação. A outra caracteriza-se pelo processo inverso: um estado inicial disjunto e um estado final conjunto, o que configura a liquidação de uma privação. Quando a natureza da junção implica aquisição do objeto de valor, essa aquisição pode ocorrer por doação ou por apropriação. Se implicar privação do objeto de valor, pode ocorrer por espoliação ou renúncia.

A trajetória da Semiótica complexifica-se, no nível narrativo, pela questão do olhar que é lançado sobre as modalidades no que respeita ao estudo das paixões. Focalizando a questão da modalização do ser, a Semiótica estende-se ao universo afetivo e passional, buscando elementos na lógica e na psicanálise, visto que as paixões humanas são razão de profundas investigações, nas mais diferentes áreas do conhecimento, ao longo do tempo.

Barros (1988:61), a partir das reflexões de Greimas no ensaio *De la colère. Étude de sémantique lexicale*, (1981: 3 [27]) entende que as paixões devem ser compreendidas como “efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito de estado”.

Descritas em termos de relações modais e de suas combinações sintagmáticas, as paixões configuram-se em estruturas patêmicas ou passionais, de caráter modal, que reproduzem diferentes efeitos de sentido, de acordo, por exemplo, com as relações do sujeito de estado com o objeto de valor, do sujeito enquanto destinatário, com o destinador. A ênfase ao sujeito é dada pelo fato de os estados de alma estarem relacionados à sua existência modal.

O exame das paixões dá a conhecer as modificações desses estados de alma no desenrolar da narrativa. Portanto, para explicar as paixões, é necessário que se passe pelas relações actanciais, pelos programas e percursos narrativos, examinando-se, atentamente, os laços afetivos entre actantes. Se os papéis actanciais caracterizam o paradigma das posições sintáticas modais que os actantes podem assumir, durante o percurso narrativo, é possível também caracterizar papéis passionais.

O processo contratual, através do qual os sujeitos modalizam seus enunciados, alterando a competência modal e, conseqüentemente, modalizando-se entre si, está apoiado na ação humana. Esse processo, obviamente, envolve sujeitos que, por interagirem, manipulam-se, influenciam-se e afetam-se. Nesse sentido, é possível perceber que é dessa semiótica de manipulação que desponta uma semiótica das paixões, iluminada pelas teorias filosóficas que, historicamente, vinham-se preocupando com tal questão.

Os sujeitos de estado podem ser modalizados por modalidades harmonizáveis ou não harmonizáveis entre si. Um sujeito pode querer o que pode ser, mas pode também querer o que não pode ser, de modo a resultar dessa atitude satisfação ou frustração, produzindo-se uma afetação que o constitui como sujeito de estado passional. A percepção desses elementos conciliáveis ou não abriu veredas para o estudo das paixões, o que, no dizer dos estudiosos constitui a quarta fase da Semiótica.

De várias organizações de modalidades em percursos passionais complexos, aparecem as paixões complexas. Da relação sujeito-objeto surgem as paixões simples, decorrentes da modalização pelo querer ser. Veja-se que estados modais alteram existências modais. O universo afetivo e passional é um universo de modalidades.

As paixões discursivizam-se através de um léxico apropriado, com nomes condensados dos arranjos de modalidades. O quadro abaixo apresenta elementos de classificação de paixões simples:

QUADRO 2

<i>/querer-ser/</i>	<i>/não-querer-não-ser/</i>	<i>/querer-não-ser/</i>	<i>/não-querer-ser/</i>
desejo anseio ambição cupidez avidez Curiosidade	avareza mesquinhez usura sovinice	despreendimento generosidade liberalidade prodigalidade	repulsa medo aversão desinteresse

Fonte: Barros (1990: 63)

Greimas (1983:49) vê nas paixões complexas um estado inicial ao qual chama espera. Tal estado pode resultar em satisfação e confiança ou em insatisfação e decepção, considerados os diferentes tipos de espera classificados e as relações de conjunção ou disjunção do sujeito com o objeto de valor desejado. Na espera simples, o sujeito quer entrar em conjunção ou disjunção com um objeto de valor, sem que, no entanto, execute qualquer ação para alcançar o fim desejado. Na espera fiduciária, o sujeito de estado mantém com o sujeito do fazer uma relação baseada na confiança. Conta com o sujeito do fazer, deposita nele sua esperança, atribui-lhe um dever fazer.

Em 1991, foi lançada, na França, a obra *Sémiotique des passions: des états des choses aux états d'âme*, de Greimas & Fontanille que, traduzida por Maria José Coracini, foi publicada no Brasil, em 1993 – já após a morte de Greimas que ocorreu em 1992 – com o título *Semiótica das paixões – Dos estados de coisas aos estados de alma*.

Nessa obra, considerada por alguns estudiosos ambígua e paradoxal, Greimas & Fontanille trazem à luz idéias que já vinham sendo reformuladas, tendo em vista a necessidade de a teoria revisar seu arcabouço teórico, inaugurando a pesquisa sistemática do domínio do ser, através da incorporação de conteúdos emocionais e passionais aos pragmáticos e cognitivos já desenvolvidos:

Uma teoria semiótica que se concebe como percurso, isto é, como disposição hierárquica dos modelos que implicam uns nos outros e pelos outros, deve constantemente interrogar-se sobre esse percurso, considerado como atividade de construção. Essa atividade de construção, captada em sua 'historicidade', é então reformulada como 'percurso gerativo', e seu objetivo dever, em cada nível, tornar-se competente para produzir o seguinte. Uma teoria com objetivo científico, nessas condições, fica permanentemente alerta às próprias lacunas e falhas, a fim de preenchê-las, retificá-las. (1993: 9)

Greimas & Fontanille situam as paixões no cruzamento de todas as instâncias. Desse modo, flutuam paixões por todo o percurso gerativo do sentido:

As configurações passionais, para falar apenas delas, estão, desse modo, situadas na encruzilhada de todas as instâncias, já que requerem, para sua manifestação, certas condições e precondições específicas de ordem epistemológica, certas operações particulares da enunciação e, finalmente, "grades" culturais que se apresentem já integradas como primitivos, ou em curso de integração a um socioleto ou idioleto. (op. cit.:13)

Ao fazerem conexão das paixões com variações culturais, sociais e de época, os autores permitem entender que, às vezes, as mesmas organizações modais podem gerar ou não sentidos patêmicos. A cultura é que vai determinar os arranjos modais que têm um efeito de sentido passional:

(...)a análise de algumas "paixões de papel"³⁴ mostrou bem o que todo antropólogo atento ao relativismo cultural não pode ignorar, a saber, que a idéia que se faz do que seja uma "paixão" varia de um lugar para o outro, de uma época para outra, e que a articulação do universo passional define mesmo até certo ponto, especificidades culturais. (op. cit: 18)

Nas suas averiguações sobre o sentido, estabelecem uma relação sentido/corpo. Nessa perspectiva, concebem um texto como simulacro do corpo, uma organização pulsátil, maleável e oscilante:

A mediação do corpo, de que o próprio e o eficaz são o sentir, está longe de ser inocente: ela acrescenta, por ocasião da homogeneização da existência semiótica, categorias proprioceptivas³⁵ que constituem de algum modo seu "perfume" tímico, e até sensibiliza - dir-se-á ulteriormente "patemiza" - cá e lá o universo de formas cognitivas que aí se delineiam. (op.cit.:13)

Afirmam que as paixões presentificam-se nos discursos dotando-os de efeitos de sentido muito singulares: despedem um aroma equívoco, difícil de determinar. Há, assim, perceptível nos afetos, um perfume passional que produz interferência na organização do sentido. Reconhecem, ainda

que as paixões não são propriedades exclusivas dos sujeitos (ou do sujeito), mas propriedades do discurso inteiro, e que elas emanam das estruturas discursivas pelo efeito de um "estilo semiótico" que pode projetar-se seja sobre os sujeitos, seja sobre os objetos, seja sobre sua junção. (op.cit.: 21)

Entendo, dessa maneira, que os objetos passam a ser dotados de paixões, passam a ter um estado de alma, significam as coisas às quais os sujeitos visam.

Entre uma multiplicidade de abordagens, é interessante, ainda, levar em consideração o que concerne à aspectualização³⁶ das paixões, assunto também tratado na obra em referência. De acordo com as teorizações, é possível inferir que um sujeito dotado de paixões fortes e durativas, por exemplo, pode ser levado a tornar-se competente para a vingança, porque modaliza-se pelo poder fazer. Já um sujeito acometido de paixões fracas da malevolência, ainda que queira obter desforra, por ser aspectualizado pela pontualidade e não pela duratividade, não se torna um sujeito atualizado para um poder desforrar-se. Não aspectualizado pela persistência, é modulado pela baixa intensidade³⁷.

Procurando sintetizar, pensemos num sujeito que, ao seguir um percurso, numa narrativa, ocupe diferentes posições passionais. Sua mobilização segue um continuum: de estados de tensão e de disforia passa a estados de relaxamento e de euforia, o que pode

³⁴ os estados de alma narrados

³⁵ Segundo o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0: capaz de receber estímulos provenientes dos músculos, dos tendões e de outros tecidos internos

³⁶ op. cit., p. 164

³⁷ op.cit., p. 166.

ocorrer, também, de maneira inversa, conforme esteja seu estado de conjunção ou disjunção com o objeto ao qual confere determinado valor. É nessa dinâmica que, julgo, deva ser entendida a semiótica das paixões.

A busca constante de novas ferramentas para suprir lacunas teóricas é promessa de Greimas & Fontanille:

O fato de considerar o componente passional do discurso conduz a tais ajustamentos que ressoam até nos patamares mais profundos da teoria semiótica. A partir daí, tratar-se-á de remontar progressivamente à superfície, verificando a validade das premissas e dos instrumentos metodológicos. (op. cit: 20)

O estudo das paixões insere-se numa dimensão fenomenológica. As pesquisas que visam a sedimentar o componente passional na Semiótica continuam em desenvolvimento, passando por sucessivas revisões, pois o que se afirma é que ainda conhecemos muito pouco sobre esses fenômenos.

Não é à toa que, para Greimas, as paixões subjazem às organizações discursivas. Como não cansam de afirmar os seguidores da teoria greimasiana, há muito mais o que ser visto para além e para aquém do percurso gerativo de sentido.

2.4 Nível Discursivo

No nível discursivo, as estruturas sêmio-narrativas são assumidas pelo sujeito da enunciação, um desdobramento do enunciador e do enunciatário, actantes discursivos correspondentes às instâncias narrativas de destinador e destinatário. Segundo Krieger (1990:103), “os actantes implícitos da enunciação, enunciador e enunciatário, projetam-se no discurso enunciado sob a forma de narrador e narratário-leitor, delegados do sujeito da enunciação.”

Entendo que, neste nível, polarizam-se duas instâncias: a que produz o sentido, porque o escreve, e a que o reproduz, quando o lê. Nessa medida, o texto é um lugar de operações enunciativas e discursivas, colocado num contexto historicamente socializável.

Analisar um texto quanto ao nível discursivo é apreender os mecanismos que asseguram a sua efetivação enquanto ato de linguagem que decorre de uma intenção de comunicação. Para tal, a Semiótica recorre à teoria da enunciação, desenvolvida a partir de Émile Benveniste (1902 - 1976).

Barros justifica:

As estruturas discursivas (...) foram pouco ou mal tratadas pela semiótica, que a elas, no entanto, tem dedicado seus mais recentes esforços.(...) Explica-se, dessa forma, (...) o fato de procurar em outras propostas teóricas ou em práticas experimentadas subsídios para explicar as organizações sintáticas e semânticas do discurso. Para a elaboração da sintaxe, pensou-se nas diferentes colocações da semântica da enunciação - da argumentação, da pressuposição, dos atos de fala - , na teoria do texto literário, principalmente quando aprecia questões de foco narrativo, na estilística e na retórica, pelo tratamento dado às formas da composição ou do discurso e pela preocupação com os procedimentos de argumentação e persuasão. Para a semântica, pretende-se examinar, ou, ao menos, lembrar e sugerir, a estilística, a retórica e a poética, além das teorias semânticas desenvolvidas pela lingüística. (1988: 73)

Mais adiante, Barros demonstra preocupação com o modo através do qual a teoria encarava a instância da enunciação, consideradas as relações entre o plano de expressão e o de conteúdo :

As estruturas textuais estão fora do percurso gerativo do sentido, e o exame do plano de expressão não faz parte das preocupações da semiótica. (...) Em grande número de textos, (...), a posição da semiótica não se sustenta, pois há, nesses textos, interesse em se explicarem a organização da expressão para a tarefa de construção dos sentidos. Parece paradoxal, mas, neles, a expressão "produz" sentido. (...).(1990: 80/81)

Cabe aqui salientar que a teoria, nesse esforço de rever conceitos e de preencher lacunas existentes em seu arcabouço, expande seu modelo global criado por Greimas, recorrendo, também, freqüentemente, aos estudos da interação verbal e das relações entre linguagem, sociedade e história e entre linguagem e ideologia de Mikhail Bakhtin e aos estudos relativos à expressão de conteúdos ausentes no discurso, na linha de Oswald Ducrot.

Acerca desse fazer conciliador, Barros, no terceiro capítulo de *Teoria do discurso: fundamentos semióticos* (1988: 135), onde refere Bakhtin e Ducrot, afirma que “é possível fazê-lo, sem resvalar para as superposições de teorias contraditórias”. Lopes, antes (1978), visando a alargar os horizontes da Semiótica, já propusera três interpretantes do discurso: do código, pela leitura paradigmática taxionômica; do contexto, pela leitura sintagmática e do ideológico, pela leitura intertextual. Krieger (1990) propõe integrar à teoria, especificamente à análise da veridicção, contribuições da *Arte Retórica* de Aristóteles, e do *Tratado de Argumentação: Uma nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts Tyteca.

Assim, pelo trabalho continuado de seus seguidores, a Semiótica vem aperfeiçoando modelos de análise. Importa saber que, na proposta original da teoria, as duas camadas – nível fundamental e nível narrativo – estudam o discurso no plano de conteúdo. No nível discursivo, patamar mais superficial do percurso, reconstruem-se mecanismos de

construção, sem levar em conta a superfície textual, orientando o olhar analítico para quem da aparência do dito, isto é, para a imanência. Mas o nó da questão, como já foi colocado, está na constatação de que, ao materializarem-se idéias, através de palavras, a manifestação textual também participa da construção dos conteúdos. Geram-se aí conflitos que vêm sendo contornados pela abertura do funcionamento da teoria na análise de casos concretos, trabalho do qual ocupam-se, atualmente, Luiz Tatit, Ana Cláudia de Oliveira, Eric Landowski, entre outros.

Considero, agora, importante, inclusive em função de reflexões posteriores, discorrer, aqui, ainda que de forma amplamente simplificada, a proposta de Émile Benveniste (1989: 82), para quem a língua posta em funcionamento, através de um ato individual de uso, constitui o que definiu como enunciação.

O processo de produção de enunciado pressupõe um locutor, que codifica um enunciado, e um alocutário, que decodifica o texto proferido, ambos sujeitos ativos em relação com o mundo, por meio do discurso. Essa relação primeira da enunciação entre o locutor e a língua vai determinar os elementos lingüísticos característicos do processo de apropriação de um aparelho formal - linguagem - através do que o autor chama de índices específicos e procedimentos acessórios. Os índices específicos são as marcas dêiticas no enunciado, que remetem a elementos exteriores ao texto; os procedimentos acessórios dizem respeito às estruturas sintáticas que compõem o enunciado.

Ao contrário do enunciado, que pode ser dito ou escrito um cem número de vezes e, a cada vez, adquirir conotação diferente, a enunciação nunca se repete porque o ato enunciativo está invariavelmente amarrado a um tempo e a um espaço determinados, a um momento e a uma referência.

Benveniste examina a enunciação a partir de três aspectos correlacionados: o ato de enunciar, os contextos da realização desse ato e os instrumentos por meio dos quais se dá o processo. De maneira explícita ou não, a enunciação constitui uma alocação, o que implica a existência de um outro sujeito de diálogo. Enunciar dá atualidade à língua, na forma do discurso, que parte de um locutor - condição básica para que haja enunciação. Assim, colocado o falante dentro da própria fala, em direção a um alocutário, este produzirá, por sua vez, enunciação como resposta. Antes do uso, a língua só existe enquanto possibilidade.

O que geralmente caracteriza o processo enunciativo, segundo Benveniste (1989: 87), é “a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”. Em cada discurso há um centro de referência interno que se volta ao locutor, ou seja, quem produz um enunciado está, o tempo todo em que se realiza a

enunciação, dando pistas ao alocutário de que o texto é dele, isto é, do locutor (op. cit: 1989: 84). Essas pistas indicam a relação Eu-Tu presente na enunciação, em que Eu será sempre quem enuncia e Tu quem interpreta. Os índices lingüísticos Eu-Tu são espaços ocupados em momentos diferentes, pelos sujeitos dos discursos.

Os pronomes demonstrativos, “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo em que é pronunciada a instância do termo” (Benveniste, 1989: 85), empregados no discurso como marcas de referências ao objeto do enunciado são denominados índices de ostensão.

Dentro do quadro enunciativo definido por Benveniste, o locutor e o alocutário, de posse do aparelho formal da língua, aparecem como os primeiros elementos fundamentais da enunciação, seguidos pelo discurso e pelos referentes, e o objeto de que se fala. O tempo enunciativo em relação aos demais elementos já enumerados é também fundamental para a enunciação. O presente, tempo verbal cujo emprego designa ação que ocorre concomitantemente ao momento da fala, é a única temporalidade possível na enunciação. A temporalidade da enunciação é a referência interna entre os tempos passado e futuro para onde o presente aponta. Acerca disso, Benveniste afirma:

Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente, nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o "agora" e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. (1989:85)

A interrogação, a intimação, a asserção, a negação, como funções sintáticas fundamentais para a existência da comunicação, são usadas através da enunciação para influenciar o comportamento dos enunciadoreis.

Benveniste assevera que entre a enunciação falada e escrita há distinção, apesar de ambas serem compostas pelos mesmos elementos lingüísticos e de se levar em consideração a condição espaço-tempo em que acontece a enunciação. A enunciação escrita, segundo o autor (1989: 90) “se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.”

A enunciação não existe sem a relação entre as pessoas do discurso e independentemente da ancoragem em tempo e espaço determinados. Para Benveniste, as pessoas necessárias e envolvidas nessa relação enunciativa são o Eu e o Tu (locutor e alocutário). O autor exclui a interferência de uma terceira pessoa (um Ele), definindo tal

elemento lingüístico como uma não-pessoa, ou apenas a referência sobre o objeto do que se fala: “duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação.” (1989: 87)

Benveniste, em seu artigo *As relações de tempo no verbo francês*, subdivide a enunciação em dois tipos, de acordo com o tempo do processo e com as pessoas enunciadoras: discurso e história, em que o discurso estaria ligado à subjetividade do sujeito no enunciado, perpassando uma noção de diálogo em que as marcas distintivas de pessoas se concretizariam no Eu e no Tu, em oposição ao Ele que seria a referência ao objeto do enunciado. E a história estaria restrita à língua escrita, ligada à objetividade, à ausência de um narrador (do Eu e do Tu como sujeitos ativos) e à predominância do Ele como não pessoa, em referência objetiva ao objeto do enunciado:

A enunciação *histórica*, hoje reservada à língua escrita, caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Esses três termos *narrativa*, *acontecimento*, *passado*, devem ser igualmente sublinhados. Trata-se da apresentação dos fatos sobrevivendo a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. (1976: 262)

Para Cervoni (1989: 41), existem diversos tipos de atos de linguagem previstos pela língua. Separar de um lado o discurso, abarcando essa diversidade que a língua prevê, e de outro, apenas a narrativa histórica evidencia, neste ponto, a fragilidade da teoria de Benveniste, porque não há fronteira clara entre *a história e o que não é a história*, ou seja, entre uma forma e outra que justifique a divisão.

Essa segmentação engessa a possibilidade de diálogo, que depende do Eu e do Tu e, também do Ele, inclusive na enunciação escrita, denominada história. Registra-se aí a fissura pela qual é criticada a posição benvenistiana. A contradição que coloca distinguindo os dois modos de enunciação: a discursiva, como a que tem as marcas da subjetividade, e a histórica, como a que não as tem. Esse posicionamento contradiz tudo o que expõe no que concerne à afirmação de que toda a enunciação é um ato de apropriação da língua, o que implica, obviamente, a presença de um sujeito que executa a ação de apropriar-se.

A linguagem jornalística se enquadraria, segundo a perspectiva benvenistiana, na forma do discurso histórico, por se tratar de uma tipologia de texto de orientação mais objetiva, em que as marcas lingüísticas que apontem uma subjetividade são evitadas, para que seja atingido o objetivo apenas de informar o leitor. Acrescento esse comentário, por tratar-se de um raciocínio de validade para o trabalho que realizo.

A terceira pessoa, que figura tanto no relato histórico quanto no discurso é a mesma na língua, no entanto, Benveniste sustenta que Ele na história representa a ausência de

narrador, isto é, existe, mas não aparece explicitamente, e no discurso é pessoa que não existe, que é ignorada.

Se fiz uma digressão para referir Benveniste, objetivando defender a idéia de que é inconcebível admitir-se a neutralidade dos textos, noção de suma importância neste trabalho, não posso deixar de registrar também a validade dos estudos bakhtinianos sobre polifonia e dialogismo, conceitos imprescindíveis para o entendimento do ato de enunciação.

Antes de Benveniste delimitar formalmente as fronteiras da enunciação, Mikhail Bakhtin, no início do século XX, analisou o enunciado como unidade da comunicação verbal, produzida na enunciação. Os estudos de Bakhtin surgiram no âmbito da literatura e adentraram os domínios da lingüística por meio das pesquisas de Ducrot. Em 1929, discutindo o romance como gênero, Bakhtin (2002) introduz a noção de polifonia, forte marca de seu trabalho, na obra *Problemas da poética de Dostoievski*. O teórico russo usa o termo polifonia, para afirmar que, nos romances de Dostoievski, o discurso é o resultante de uma trama de diferentes vozes – personagens, narrador, etc. – porém, sem que ocorra o domínio de uma sobre as outras.

Para Bakhtin:

a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. É uma experiência que se pode, em certa medida, definir como um processo de assimilação, mais ou menos criativo, das palavras do outro (e não das palavras da língua) (1997: 313)

Assim, concebe a unidade do mundo como polifônica. Segundo ele, constitutivamente, pela própria linguagem, as palavras são polifônicas, polivalentes, repletas de sentido. Nessa perspectiva, recusa a idéia de que as palavras sejam produto de uma única voz, base de apenas uma interpretação. Por serem de uma natureza polifônica, são suporte natural de muitas vozes, tantas quanto sejam as posições a partir das quais sejam enunciadas. O autor chama de dialogismo a forma como essas vozes dialogam. A significação, para o autor, não é dada, é gerada nessa forma de diálogo, construída na interação que se constitui.

Essas relações dialógicas que, para Bakhtin (1988:100), são manifestadas no espaço da enunciação, são também por ele consideradas lugar de tensão que se estabelece pelas vozes sociais: “Todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas, que lhe dão determinadas significações concretas.”.

Desse modo, se “o sujeito ou actante envolvido num fazer comunicativo é o sujeito discursivo” (Greimas & Courtés: 1979: 446), esse sujeito é tanto um sujeito lingüístico que se define, no sentido de Benveniste (1976), através de sua própria fala, quanto um sujeito

polifônico, que fala no sentido de Bakhtin, numa multiplicidade de vozes, assumindo vários papéis discursivos ao mesmo tempo ou no decorrer do texto.

As idéias benvenisteanas e bakhtinianas acerca das questões de enunciação estão presentes nos trabalhos de Semiótica, o que amplia as possibilidades de interpretação de textos, redimensionando a produção de sentido a partir da leitura.

Feitas minhas observações, retomo a explanação sobre o nível discursivo, definindo-o, conforme a teoria prescreve como um conjunto de procedimentos capazes de transformar as estruturas narrativas em unidades discursivas de superfície. A discursivização é o processo que conduz a significação à manifestação. O modo de dizer dos textos é uma forma de fazer manifestar os sentidos gerados na imanência.

É no nível da enunciação, portanto, que a sintaxe narrativa se inscreve nas variáveis espaço-temporais e é também nesse nível que os diferentes papéis actanciais passam a atores, figuras de superfície. Assim, o discurso dá forma verbal às seqüências narrativas, de modo que, pela sintaxe discursiva, a organização narrativa seja temporalizada, espacializada e actorializada.

Enunciador e enunciatário constroem-se a partir do texto. Todo texto traz em si a imagem construída de quem o produziu e de quem tem como alvo. O sujeito da enunciação é uma representação discursiva. Instaura-se no texto um “eu” que enuncia, o enunciador, o organizador do enunciado como um todo, e um “tu” para quem o texto é enunciado, o enunciatário. Esse “eu” que se manifesta no texto em primeira pessoa, pelo procedimento de debreagem enunciativa, cria o simulacro da presença de alguém que fala, o que corresponde ao efeito de sentido de subjetividade, de aproximação. Considerada a enunciação que produz o texto, não necessariamente, um “eu” que se enuncie deva coincidir com seu produtor físico. Quando no texto é instaurada uma terceira pessoa, procedimento de debreagem enunciva, a enunciação afasta-se do discurso, criando-se a ilusão de neutralidade, de afastamento, de objetividade.

O tempo e o espaço instalados no discurso estão também sujeitos aos dispositivos de debreagem, através dos quais o enunciador produz também efeitos de sentido de aproximação e distanciamento. Dessa maneira, a debreagem pode ser enunciativa, quando o efeito é de proximidade da enunciação, pelo uso do tempo presente do “agora” e do espaço do “aqui”, ficando instaurado o discurso enunciado, em geral, considerado subjetivo. Ou a debreagem é enunciva, quando é produzido o efeito de distanciamento da enunciação, com o emprego do tempo do “então” e do espaço do “lá”, instaurando-se o enunciado propriamente dito, julgado objetivo.

O nível das estruturas discursivas, então, constitui-se de três procedimentos sintáticos: actorialização, espacialização e temporalização; e de dois semânticos: tematização e figurativização que serão tratados a seu tempo. O enunciador faz uma série de escolhas, de pessoa, de espaço, de tempo, de figuras, e passa-as à narrativa, enriquecendo-a e transformando-a em discurso. As variadas relações entre plano de conteúdo e plano de expressão são estratégias de enunciação conduzidas pelo sujeito da enunciação, o *autor de papel*, aquele construído pelo próprio texto.

Pelo procedimento de actorialização ficam instituídos os atores. Pelo trâmite de espacialização os diferentes programas narrativos são localizados, inscritos em espaços determinados. Através da conduta de temporalização, produz-se o efeito de sentido de temporalidade, por meio da qual uma organização narrativa se transforma em história.

A sintaxe do discurso, além de se ocupar das projeções da enunciação no enunciado, ocupa-se dos procedimentos que o enunciador utiliza para persuadir o enunciatário a aceitar o discurso, entendidos, aquele, lembrando Barros (1990:86), como um “desdobramento do sujeito da enunciação, o que cumpre os papéis de destinador do discurso e está sempre implícito no texto, nunca nele manifestado e este como uma das posições do sujeito da enunciação”, o que, implícito, “cumpre os papéis de destinatário do discurso”.

A teoria semiótica concebe, pois, um sujeito enunciador-enunciatário, entidade de dupla face, um duplo, isto é, em “eu-tu”, figuras do enunciado. Por ser assim considerado, esse “eu-tu” mantém internamente uma relação de pressuposição. Os percursos discursivos engendrados neste nível do percurso gerativo são fundamentais para a estruturação do texto, pois servem de argumento persuasivo entre o enunciador e o enunciatário.

Considero interessante recuperar, neste nível, algumas reflexões que fiz no curso de doutoramento³⁸, a partir da leitura de Perelman & Tyteca (1999). Estou fazendo referência ao *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*, obra reconhecida como um marco decisivo da renovação dos estudos retóricos. Publicada nos anos 50, trouxe de volta, após 23 séculos, noções desenvolvidas por Aristóteles acerca do discurso.

Para os autores (1999: 4), mecanismos ou efeitos discursivos visam a “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento”. Os teóricos afirmam que é sempre a um auditório que os discursos se endereçam e que a primeira condição de êxito de uma investida argumentativa consiste nas imagens que o sujeito

³⁸ Tratam-se de estudos feitos na disciplina *Semiótica: narratividade, discursividade, retórica*, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação de Letras da UFRGS, no 1º semestre de 2004, ministrada pela Prof^a Dr.^a Maria da Graça Krieger.

argumentante faz de seu auditório. Barros (1999: 22) faz ver que o conceito de auditório, apresentado no *Tratado* (1999: 75) como “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”, é uma maneira ampliada de conceber o enunciatário.

O *Tratado* caracteriza como construções empíricas três tipos de auditório: o auditório universal; o formado por um único ouvinte e ainda aquele constituído pelo próprio sujeito argumentante, quando se desdobra em seu próprio destinatário. O auditório é o juiz da argumentação, pois sanciona como verdadeiras ou falsas as proposições apresentadas.

Assim como a teoria semiótica, o *Tratado* toma em conta a questão da manipulação como mecanismo de convencimento, de mudança de crenças – o fazer-criar – e de persuasão, de mudanças de ação – o fazer-fazer. Não é do interesse das duas teorias a falsidade ou a veracidade da argumentação. Ambas lidam com a verossimilhança, importantes são os mecanismos que visam ao crer, que mobilizam para o fazer.

A noção de contrato da Semiótica assemelha-se à dos acordos presente no *Tratado*. Prévios ao discurso, os acordos determinam seu aparecimento, ou seja, o discurso irá constituir-se em função da possibilidade já prevista de um acordo. Perelman & Tyteca (1999: 19) afirmam que a existência de uma argumentação implícita um acordo inicial entre orador e seu auditório: “(...) Não esqueçamos que ouvir alguém é mostrar-se disposto a aceitar-lhe eventualmente o ponto de vista.”

Diferentemente, porém, do que postula o *Tratado*, no nível discursivo, a Semiótica distingue o mecanismo argumentativo (do componente sintático) do efeito argumentativo (do componente semântico). Investidos figurativamente os conteúdos, criam-se efeitos de realidade. O argumento de autoridade, em Semiótica, corresponde, no nível narrativo, a um papel actancial: é um adjuvante, aquele que auxilia o sujeito, realizando um programa de uso que visa ao alcance do programa de base, conforme explica Barros (1999: 110).

Assim, na perspectiva de Perelman & Tyteca, um *orador* que queira ser bem sucedido na sua argumentação precisa saber das peculiaridades e, principalmente, das expectativas do *auditório* para o qual irá dirigir-se. Porém, é necessário também que atente para todo tipo de destinatário possível e não apenas para o obviamente previsível. Deve presumir possíveis pontos de vista, os mais diversificados, de tal forma a evitar reações inesperadas, isto é, seu discurso deve supor, antecipadamente, as diferentes leituras que possa provocar. Sua argumentação, enfim, deve ter a pretensão de buscar a unanimidade.

Implicada nessa idéia está a questão do “acordo”, o que, sob o prisma da Semiótica, aponta para o contrato fiduciário, uma vez que se fundamenta em expectativas e simulacros.

Retomando o que é específico da Semiótica, dos três tipos de debreagens enunciativas e enuncivas (pessoa, espaço, tempo), a debreagem temporal, segundo Fiorin (1990:41), é a mais complexa. Determina-se pela categoria da /concomitância vs. não-concomitância/, articulando-se, pela não-concomitância, em /anterioridade vs. posterioridade/, de modo a possibilitar ao narrador dispor, no texto, acontecimentos presentes, passados, passados em relação a um passado, o que implica a observação da seleção de tempos verbais, levando em conta valores aspectuais e modais.

É preciso que fique estabelecido um marco zero para que se instaurem a anterioridade a concomitância e a posterioridade, explica Fiorin, ao afirmar

que existem na língua dois sistemas temporais: um relacionado diretamente ao momento da enunciação e outro ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado. Assim, temos um sistema enunciativo no primeiro caso e um enuncivo no segundo. (2001: 145)

O autor propõe chamar ME o momento da enunciação; MR, o momento da referência e MA, o momento do acontecimento. “O momento dos acontecimentos (estados e transformações) é ordenado em relação aos diferentes momentos de referência.” (2001: 146).

Assim, a não-concomitância é dividida em anterioridade e posterioridade, de modo a se poder compreender três momentos de referência: um concomitante ao momento da enunciação (sistema enunciativo); um outro anterior (subsistema enuncivo do pretérito explicitado no texto); e um terceiro posterior (subsistema enuncivo do futuro explicitado no texto).

Com relação ao componente aspectual, deve-se considerar que esse componente projeta no discurso pontos de vista de um observador sobre as categorias enunciativas. A apreensão do processo leva em conta ter-se presente que o narrador (explícito no discurso, o eu do texto para quem o enunciador delegou o dever e o poder de falar em seu lugar), ao relatar fatos ou acontecimentos, instala um presente que corresponde ao momento em que ele está falando e, de acordo com esse marco temporal, faz referência a fatos anteriores e posteriores, fixando no discurso um antes, um durante e um depois.

Além das formas verbais, advérbios de tempo, adjuntos adverbiais outros recursos lingüísticos funcionam como balizas temporais, por exemplo: a alusão às estações do ano, a uma data específica, a uma efeméride, a uma hora exata, à luminosidade do sol, à fase da lua.

A instalação do espaço no discurso ocorre com base nas três balizas organizadoras: aqui, aí, lá. Com base em um referente, oposições espaciais num eixo vertical (acima, abaixo), num eixo horizontal (à esquerda, à direita, em frente, atrás); oposições determinantes de interioridade ou exterioridade (do lado de dentro, do lado de fora) demarcam diferentes planos, situando elementos em lugares distintos. Também os substantivos, denominando os espaços, são demarcadores lingüísticos que assumem, não raras vezes, efeitos de sentido muito significativos nos textos.

Aos tipos de debreagens até aqui conhecidos, classificados como de 1º grau, acrescentam-se as debreagens internas ou de 2º grau, responsáveis pela produção de simulacros de diálogos nos textos. O registro da fala original dos atores no texto, unidade discursiva classificada como discurso direto, dá-se através da debreagem de 2º grau. No discurso indireto não há debreagem interna. No entanto, há no discurso indireto duas variantes básicas, que centralizam a análise, a primeira no conteúdo e a segunda na expressão. Na variante analisadora do conteúdo, importa o que foi dito objetivamente. Na variante analisadora da expressão, o narrador põe em evidência peculiaridades da fala do ator, aquilo que o caracteriza singularmente na narrativa. Tais recursos discursivos devem ser analisados com vistas a se perceber o quanto concorrem para a produção de efeitos de sentidos no texto.

Oposto à debreagem, o procedimento da embreagem visa a uma suspensão das oposições de pessoa, de tempo ou espaço. Através desse mecanismo, que consiste na neutralização das categorias, há um retorno de formas já debreadas à enunciação.

Se pela debreagem existem dois elementos em oposição (eu e ele), por meio da embreagem, um se desfaz, desaparece, ficando evidente somente o outro. Em *A professora não quer que você saia da sala de aula!*, a fala da professora substitui *Eu não quero que você saia da sala de aula*. No exemplo, a professora empregou os recursos de debreagem enunciativa, usando a 3ª pessoa em vez da 1ª, suspendendo-se a oposição entre eu e ele, o que criou a embreagem.

Essas mudanças criam seus efeitos. Quanto mais o narrador vai da 1ª pessoa em direção à 3ª pessoa, tanto mais cria objetividade. O registro da fala *professora não quer* denota o papel social de educadora da professora. Na busca da 1ª pessoa, ressalta-se a subjetividade.

Ao se analisarem as relações entre enunciador e enunciatário, deve-se ter em mente que a comunicação não é apenas um fazer comunicativo neutro, mas um fazer persuasivo, um jogo complexo de manipulação. O enunciador, cumprindo no objeto-discurso

o papel actancial de destinador, apresenta seus valores. O enunciatário, na condição de destinatário, interpreta-os de acordo com suas crenças.

No nível discursivo, o contrato fiduciário, ao qual já aludi na sintaxe do nível narrativo, é um contrato de veridicção. Esse contrato determina as condições para que o discurso possa ser visto como “verdadeiro”, falso, mentiroso ou secreto. Há procedimentos argumentativos, mecanismos lingüísticos e lógicos, que são utilizados para dotar o discurso das marcas da veridicção e para levar o enunciatário a reconhecê-los.

A veridicção relaciona-se ao efeito de sentido de verdade que o enunciador de um discurso objetiva produzir em seu enunciatário. Greimas (1978: 218) atesta que “essa produção consiste no exercício de um fazer particular, de um fazer-parecer-verdadeiro, ou seja, na construção de um discurso cuja função não é o dizer verdadeiro mas o parecer verdadeiro”.

O emprego da ilustração e das figuras de pensamento são procedimentos argumentativos muito freqüentes. A ilustração aparece sob forma de exemplos. As figuras de pensamento com suas sobreposições e malabarismos lingüísticos têm importante função no fazer do enunciador. São relevantes na sintaxe discursiva a antífrase ou ironia, figura que ocorre quando se afirma algo no enunciado e se nega na enunciação; a lítotes, que se constrói pelo procedimento inverso, negando-se algo no enunciado e afirmando-se na enunciação; a preterição, figura que consiste em se afirmar no enunciado o que se nega explicitamente; e a reticência, que se efetiva quando não se diz no enunciado e se diz na enunciação.

No domínio das oposições graduais, o eufemismo e a hipérbole são figuras de grande força argumentativa. Cria-se o eufemismo, quando se atenua no enunciado e se intensifica na enunciação, e a hipérbole, quando se adota o processo oposto, intensificando-se no enunciado e atenuando-se na enunciação.

O recurso da implicitação ou da explicitação de conteúdos, a prática dos atos lingüísticos ilocucionais³⁹ para atingir fins perlocucionais⁴⁰ também são exemplos de mecanismos argumentativos utilizados no fazer persuasivo do enunciador, visando ao fazer interpretativo do enunciatário.

Os limites deste trabalho não permitem abordar detidamente todos esses procedimentos. Cabe colocar, entretanto, que, atualmente, conforme já foi mencionado, assim

³⁹ De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa 1.0, atos que realizam a ação denominada pelo respectivo verbo: promessa, juramento, ordem, pedido, batismo etc.

⁴⁰ De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa 1.0, atos que exercem um efeito sobre o ouvinte (para amedrontar, persuadir etc.), dependendo, por isto, fundamentalmente, da situação da enunciação

como as teorias pragmáticas e as teorias da análise da conversação, a Semiótica tem voltado seus estudos para um exame mais apurado das estratégias discursivas.

Em sua dimensão semântica, o nível discursivo busca concretizar as mudanças de estado do nível narrativo. Temas e figuras são dois níveis de concretização de sentido, uma vez que os esquemas narrativos podem-se revestir com temas, tornando-se mais abstratos e ainda podem-se revestir com figuras, atingindo um patamar ainda maior de concretização.

Os temas são abstratos e remetem a elementos não observáveis no mundo natural, enquanto as figuras são concretas e remetem a elementos do mundo natural. Todo o texto figurativo tem um nível temático subjacente. O nível temático, explicando, classificando e ordenando a realidade, corresponde a uma etapa da concretização do sentido que antecede à figurativização, simulacro da realidade.

Segundo Fiorin (1990:24) para entender um discurso figurativo é preciso, antes de mais nada, apreender o discurso temático que subjaz a ele. As figuras do texto formam uma rede, uma trama, constituída por palavras e expressões dotadas de traços comuns de significação que podem ser agrupados. Reduzidos a uma oposição semântica, esses traços comuns sustentam, discursivamente, valores axiologicamente marcados no nível profundo. É, pois, a partir dessa oposição apreendida a partir do que a *figurativização* e a *tematização* manifestam que se constrói a *estrutura fundamental*.

Cabe lembrar Courtés (1991: 163/168) que entende como figurativo: “num universo de discursos dados (verbal e não verbal), tudo aquilo que pode ser diretamente remetido a um dos cinco sentidos tradicionais, ou seja, tudo aquilo que resulta da percepção do mundo exterior.”⁴¹

E como observar de forma tão perspicaz as figuras a ponto de se poder chegar ao tema subjacente? É necessário atentar para o modo como se dá a instalação das figuras e o encadeamento entre elas, para a existência de uma rede relacional por meio da qual se estabelece uma coerência interna. Uma figura isolada não tem significado em si. O que dá sentido às figuras é o tema. O nível dos temas e das figuras é o lugar privilegiado da instalação do conteúdo ideológico que se manifesta, não nos níveis abstratos do percurso gerativo, mas pela concretização dos valores semânticos. Um conjunto de figuras relacionadas compõe um percurso figurativo.

Assim, encadeadas, as figuras revelam um tema que lhes dá sentido. Para chegarmos ao tema geral de um texto, é preciso verificarmos o relacionamento dos diferentes

⁴¹ tradução minha

temas disseminados ao longo dele. Uma cadeia de temas constitui um percurso temático. Da mesma maneira como as figuras se combinam de modo coerente, desenvolvendo um ou mais percursos figurativos, também os temas se combinam coerentemente. Os percursos figurativos recobrem percursos temáticos e percursos narrativos

A recorrência do mesmo traço semântico ao longo de um texto instaura o que a semântica discursiva chama de isotopia. O conceito de isotopia permite determinar o(s) plano(s) de leitura de um texto, direcionar a interpretação de textos abertos a múltiplas leituras e definir os mecanismos de construção de certos tipos de discurso.

Afirmar que uma obra literária trata da questão da fome no mundo, que uma obra pictórica retrata a efemeridade da matéria, que um poema aborda a instabilidade do temperamento humano, que uma escultura concretiza em formas o amor, só é possível pelo reconhecimento da isotopia temática.

A metáfora e a metonímia, consideradas não como figuras de palavras ou de frase, mas como figuras de discurso, funcionam como conectores de isotopia, possibilitam a passagem de uma isotopia a outra num texto pluriisotópico, aquele que apresenta mais de uma leitura temático-figurativa.

Os modos de combinação das figuras e dos temas são também mecanismos da semântica discursiva. Os mais destacados procedimentos de combinação de figuras ou temas num texto são a antítese, o oxímoro e a prosopopéia.

A semântica discursiva trabalha também sobre as figuras discursivas. Quando um tema comum está presente em diferentes discursos, mesmo com percursos figurativos e percursos temáticos diferentes, esse tema amplo constitui não propriamente um tema, mas uma configuração discursiva.

A disseminação de temas e a dispersão de figuras em percursos correspondem à sintagmatização das configurações. A recorrência de traços abstratos e figurativos propicia abordagens paradigmáticas do sentido do discurso.

2.5 Transcendendo os muros do percurso gerativo do sentido

Já foi cogitado que, como metodologia de análise de textos, a Semiótica vem-se abrindo para uma diversidade de domínios de aplicação. A investigação semiótica evolui para uma apreciação mais fina dos textos. O desenvolvimento dos estudos foram pondo em questão muitos aspectos que levaram à expansão de boa parte das noções estruturais lançadas nas décadas de 1960 e de 1970.

Durante muito tempo, por exemplo, a Semiótica priorizou questões centradas na interpretação em detrimento de questões focalizadas na produção, lacuna que foi preenchida com os passos dados ao encontro da teoria da enunciação. E se prestarmos atenção, o processo de enunciação abrange toda a extensão do percurso gerativo de sentido, uma vez que, no nível fundamental, já se contemplam as escolhas dos valores pelo enunciador.

Considerando esses avanços, volto a Barros (1990: 8), quando, em sua obra *Teoria semiótica do texto* já dizia: “(...) o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos só pode ser entrevisto como o exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação do sentido.” No capítulo intitulado *Além do percurso gerativo do sentido*, o sexto da mesma obra, Barros (1990: 80) reitera que a Semiótica, para construir os sentidos dos textos “– textos da história, da literatura, os filmes e as operetas, os quadrinhos e as conversas de todos os dias, os discursos políticos e religiosos – deveria fazê-lo “pelo exame acurado de seus procedimentos”, recuperando “no jogo da intertextualidade, a trama ou o enredo da sociedade e da história.”

Mais de uma década depois, Barros (2003: 209), nos itens de seu artigo *Estudos do discurso*, na obra *Introdução à lingüística II: princípios de análise*, sob os títulos de *Além do percurso gerativo* e *Relações com a sociedade e a história*, após discorrer sobre os três níveis de análise do percurso gerativo de sentido, proposto pela teoria greimasiana, trata dos progressos das pesquisas, da nova extensão do projeto semiótico. Tecendo considerações sobre o estudo do plano de expressão dos textos, o que abre possibilidades de o analista poder atingir níveis mais profundos da construção do sentido, assinala que o exame interno do texto não é suficiente, quando não são levadas em conta as relações entre a enunciação e o discurso enunciado e entre o discurso enunciado e os fatores sócio-históricos que o constroem.

Dando continuidade ao que trata acerca dessas relações envolvidas no processo, observa:

Para a semiótica, as relações sócio-históricas que participam da construção dos sentidos dos textos podem ser examinadas, metodologicamente, de duas formas: pela análise da organização lingüístico-discursiva dos textos, em especial da semântica do discurso, isto é, de seus percursos temáticos e figurativos que revelam, de alguma forma, as determinações sociais inconscientes (Fiorin,1988)⁴²; pelo exame das relações intertextuais e interdiscursivas que os textos mantêm com os textos com que dialogam. (2003: 212)

No artigo de (2003: 209/210), ratificando o que já dizia em 1990, Barros assevera que a Semiótica faz distinção entre texto e discurso, lembrando que o discurso pertence ao plano de conteúdo e que o texto diferencia-se do discurso por ter conteúdo – o do discurso – e expressão. Pondera que, às vezes, mais do que expressar o conteúdo, o plano de expressão cria novas relações com o conteúdo: “Nesses casos deve o analista do discurso, procurar estabelecer as relações novas que se constituíram entre expressão e conteúdo e os sentidos e as simbolizações delas decorrentes”

Fazendo referências às relações que a Semiótica chama de semi-simbólicas, ao analisar o conto *Fita verde no cabelo*, de Guimarães Rosa, acrescenta (2003: 210/211): “O semi-simbolismo (...) oferece uma nova leitura do mundo (...) e dessa forma sensibiliza os sentidos, isto é, dá som, cor, cheiro, gosto aos sentidos.”

Diante do alcance que a Semiótica vem atingindo, é importante lembrar que se criou, por parte dos que têm a falsa impressão de que a Semiótica atual ainda opera com ultrapassadas noções de signo que se encontram nos manuais escolares, uma idéia de que, enquanto ciência das formas de significação, a Semiótica tem um papel desideologizante de cultura. O fato de Greimas, nos anos de 1970, ter apontado a supremacia do texto gerou um entendimento de que a Semiótica exclui o contexto, o que, conseqüentemente, expandiu-se para a idéia de exclusão da ideologia, implicando, obviamente, a exclusão da História.

Aliás, entendo que Greimas, desde *Semântica Estrutural*, ao estudar os semas – traços característicos do sentido – e a articulação dos semas em oposições significativas, descobrindo eixos valorativos, já estava tratando de aspectos ideológicos, dentro da Semiótica e que, ao privilegiar o texto estaria dizendo que as estruturas que se investigam, o discurso que produz sentido, que se organiza, está dentro da profundidade significativa do texto.

É interessante lembrar o que já afirmava Greimas (1978: 215), em *O contrato de veridicção*, a respeito dos contextos culturais: “Contudo, não são os discursos que se definem por seus contextos culturais, mas, ao contrário, são os contextos culturais, ou seja, as culturas que se definem por meio das interpretações conotativas dos discursos”.

⁴² Barros refere-se a: Fiorin, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

Na essência do que diz o estudioso lituano, está a idéia de que discurso é uma manifestação da cultura. Retomando a noção de que, semioticamente, texto é materialidade e discurso é abstração e que, portanto, o discurso precisa do texto para manifestar-se, entendo que o texto, seja qual for seu suporte signifiante, é uma mera exterioridade, constitui-se como objeto de uma Semiótica envolvida, inevitavelmente, com tudo o que sucede ao seu redor.

Percebo, então, que a Semiótica já se dera conta dessa relação muito antes de ela começar a ser posta em prática nas análises de textos. Assim, se os valores em trânsito nos textos estão impregnados de marcas sociais, históricas e ideológicas, a História constitui-se como uma convocação necessária à análise semiótica, uma exterioridade imprescindível. E atentando para o cunho pedagógico que coloco neste trabalho, é sumamente importante frisar que é a História que precisa conhecer a Semiótica, é a História que irá tornar sua pesquisa muito mais produtiva e eficaz, aliando-se à Semiótica.

Sei que, neste capítulo, fiz voltas, viravoltas e retomadas, porque meu intuito foi apresentar a teoria semiótica de forma clara e compreensível. Mesmo não querendo sobrecarregar meu referencial de conceitos de difícil acesso aos não-iniciados, quanto mais avancei na explanação, mais me obriguei a utilizar termos específicos próprios, pois não poderia sacrificar a essência da teoria.

Mas não poderia ser de outra forma, pois a experiência acadêmica é exigente, mesmo tratando-se de um aparato teórico fascinante para o desvendamento do ser humano, para o processo construtivo de suas próprias competências, para a realização de suas mais desafiadoras performances.

3. SEMIÓTICA E HISTÓRIA

3.1 Encontrando elos e rupturas

Depois de discorrer sobre a visão semiótica na qual embaso, de modo dominante, as análises que faço neste trabalho – a Semiótica de Greimas – passo a tratar de questões relativas à História, à possibilidade de conciliação entre as duas disciplinas, um dos objetivos pelos quais me lancei a este fazer.

Início, buscando, antes de mais nada, um conceito de História. São incontáveis as definições que se pode encontrar e um número altamente significativo delas apresentam ligação direta com os termos narrativa, tempo, espaço e passado. Procurei definições, na obra de dois dos atuais expoentes dos estudos históricos, na Europa, Michel de Certeau e Jacques Le Goff.

Tento aqui sintetizar o que diz Michel de Certeau (2000), em *A escrita da história*. Para Certeau, a História é uma narração na medida em que se subordina às leis que regulam um relato: a seqüência temporal, somente para citar um exemplo. Trata-se de um tipo de relato particular, uma vez que aponta para a produção de um saber verdadeiro, legitimado por meio do uso de citações. Mas essa verdade é construída, a partir de um conjunto de técnicas controladas e fixadas por convenções próprias da disciplina, por recorte de dados obtidos através de uma operação que transforma uma fonte em texto historiográfico.

O historiador francês sustenta que a História, como disciplina, é uma prática científica, produtora de conhecimentos, cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das normas e das pressões que lhe são impostas, em função de seu papel na sociedade e das instituições que dela se servem. Há, portanto, regras que organizam a sua escritura.

Abordando, pois, o fazer história, Certeau (op. cit.: 17), diz que o conhecimento histórico “fabrica cenários susceptíveis de organizar práticas” e que a História visa a “instaurar um discurso de acordo com a ‘ordem natural das coisas’ ” (op. cit.: 23).

Ainda acrescenta que a história é um discurso que põe em ação construções, composições e figuras que são as mesmas presentes em toda escritura narrativa, incluindo as fábulas. Também é uma prática que produz um corpo de enunciados científicos: ainda que o historiador escreva sob uma forma literária, não faz literatura, por estar sujeito às fontes e às

convenções prescritas pela disciplina. É nitidamente constatável, na obra referida, a forma como Certeau acentua a subjetividade no processo de fazer História.

Em *História e Memória* de Jacques Le Goff (1994) encontrei, muito oportunamente, posicionamentos relacionados com o fazer midiático. Esse outro historiador francês diz que, hoje, estamos vendo renascer a história-testemunho através do *retorno do evento* ligado aos novos *media*, estamos assistindo ao surgimento de jornalistas entre os historiadores, ao desenvolvimento da *história imediata* (op. cit.: 9). Segundo sua ótica, está havendo uma sofisticação do tempo histórico, do velho tempo da memória que atravessa a história, alimentando-a.

Afirma ele:

Penso que a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que esse passado se torna objeto da história por uma reconstrução incessantemente reposta em causa (...) A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função de suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organiza o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história. (1994: 26)

Também Le Goff, da mesma forma que Certeau, fala da História como relato subjetivo de acontecimentos. Para ele, o historiador, ao coletar dados do passado, ao sistematizá-los, classificá-los, agrupá-los e, finalmente, ao transformá-los em narrativa, isso faz, satisfazendo o hoje, a sua própria história.

Busquei também entre os historiadores brasileiros o conceito de História. Pela clareza e detalhamento da apresentação, considereei válido citar o enfoque de Estevão de Rezende Martins, professor da Universidade de Brasília:

O séc. XX consagrou quatro abordagens da idéia de história. Essas abordagens lidam com duas acepções básicas de história. A primeira, e elementar, que se relaciona primariamente com o aspecto cultural e com a reflexão filosófica, considera a história como o processo temporal interpretado e vivenciado pelo homem - pelo agente racional humano - no presente, como sentido de que tem consciência. A segunda, construída pelas opções do método de investigação, é o fundamento da ciência histórica e de epistemologia, e toma a história como a reconstrução do passado humano, individual, grupal ou social, mediante procedimentos previamente convencionados de controle das fontes, de forma a que se elaborem interpretações explicativas fundamentadas do estado de coisas presente. A explicação fundamentada se estrutura em argumentos, expressos em formato narrativo. O estado de coisas presente é relativo ao tempo respectivamente elegido e delimitado como objeto de exame. (2002:12)

O historiador põe em destaque uma acepção de caráter reflexivo, em que o homem, colocado num determinado presente, tem consciência de que está inserido, pontualmente, num processo histórico, e outra, na qual dá conta da História como ciência

epistemicamente formalizada, como produção historiográfica relativa à ação da humanidade, registrada sob forma de narrativa. Essa sistematização considera, para o entendimento do presente, a relação causa/conseqüência. E prossegue explicando:

O termo "história", na língua portuguesa - como nas neolatinas, de modo geral - remete a três sentidos distintos, articulados com as abordagens mencionadas. O primeiro, e mais generalizado, refere-se ao conjunto das ações humanas no tempo, cuja efetuação se deve a razões e a decisões. Esse conjunto é habitualmente chamado de história, na linguagem comum e na especializada. O segundo sentido diz respeito ao procedimento formal de constituição do conhecimento científico relativo a partes desse conjunto. Também aqui se usa o termo "história", embora se tenha registrado mais recentemente o uso crescente das expressões "ciência histórica" e "história como ciência". Trata-se aqui de um esforço metódico de distinguir o caráter científico (controlável) do conhecimento obtido por procedimentos metódicos de investigação da acepção de senso comum. O terceiro sentido do uso do termo "história" tem a ver com o acervo produzido pela ciência histórica sob a denominação de "historiografia". Também a esse conjunto de documentos, majoritariamente em forma escrita (mas não exclusivamente, pois inclui por exemplo as diversas variações do documento visual composto, como os filmes, notadamente os documentários), se chama "história". (op. cit.:13)

Insatisfatórias são as definições de História. Variam, subdividem-se, focalizam determinados aspectos, porém esbarram sempre na afirmação de que se trata de relatar um desencadeamento geral de ações do homem, ou seja, os "fatos" que se sucedem ininterruptamente, de modo a constituírem uma corrente contínua. As reflexões sobre esse tema datam dos primórdios da filosofia. Os pré-socráticos já acreditavam na renovação periódica do mundo, através de ciclos. Platão já falava nas catástrofes que, de tempos em tempos, assolavam a terra, de modo a terem como conseqüência uma renovação da humanidade. Também outros pensadores colocaram o tema no centro de suas meditações filosóficas, desenvolvendo o conceito, ampliando e apreendendo, dentro de suas concepções, o sentido da história.

Mas a mira de meu olhar, tendo em vista os pilares onde assento minhas metas, deve direcionar-se para a questão do fazer História, com ajuste de foco na instituição onde exerço a docência. É preciso observar como acontece o fazer histórico na esfera da FURG, qual é o modo operacional posto em prática pelo historiador para produzir o texto histórico, qual é a metodologia que emprega no trabalho de pesquisa, qual a postura de docentes e discentes, hoje, frente ao texto histórico.

A busca aos conceitos de História motivaram-me a refletir sobre minha experiência de vida. História, para mim, consistia em um amontoado de nomes, datas, feitos e heróis, um estudo amorfo, completamente desvinculado do mundo-referência e descomprometido com a sua historicidade. Saber História significava, em torno de um

acontecimento, saber o que, quem, onde e quando: uma simples enumeração de "fatos", sem qualquer questionamento sobre as ligações de uns com os outros.

Livros e documentos escritos tidos como fontes inquestionáveis e a autoridade do professor eram instituições sacralizadas, de onde emanava a "verdade" histórica, indubitável. Carregada da ideologia dominante, a História ensinada nas escolas, procurava enquadrar os sujeitos sociais dentro de determinada "ordem", de modo a impedir contestações que pudessem pôr em risco o *status quo* das elites. Fazia-se em sala de aula o discurso mantenedor da ordem vigente. A História servia, então, muito mais para manter e justificar a ordem instituída do que para transformá-la.

Não havia abertura de espaço para posicionamentos contrários. E quem ousaria questionar alguma coisa? Indispensável dizer que sou da geração que viveu a adolescência sob o jugo da ditadura militar.

Com o propósito de ser científica, séria, a historiografia (do meu tempo) excluiu a idéia de subjetividade. Ao historiador cabia reunir provas "fidedignas": um texto-fonte, por exemplo, no seu estado original, com a palavra registrada conforme a grafia da época, em páginas amarelas, frágeis, deterioradas - no fetichismo do documento, enfim, a "verdade" cristalizada - e narrar, "objetivamente", o que de "real" havia acontecido. A História sempre teve forte relação com o registro escrito na "fonte fidedigna". Desse modo, o historiador produzia o conhecimento e o professor, meramente, reproduzia esse conhecimento.

O passado, supervalorizado pela História, era entendido como uma dimensão temporal onde os "fatos" eram colocados numa seqüência ordenada e perfeita. Era preciso que se forjassem mitos para construir uma identidade nacional.

De acordo com Silva (1982:19), as histórias de vida dos vivos ou as histórias mais recentes, mais presentes eram desconsideradas por conta de um estudo mais aprofundado sobre o tempo histórico, o que terminava por dissimular a recusa de comprometimento com a História vivida. Assim, induzia-se ao fascínio por tudo aquilo que estivesse mais afastado no tempo.

Na convivência com pesquisadores e alunos do curso de História da FURG, é voz corrente que uma série de mudanças efetivaram-se, em função de acontecimentos de ordem política que desencadearam novas orientações sobre o rumo que os estudos históricos deveriam seguir. Estudar História, hoje, segundo eles, é muito mais que tomar conhecimento de feitos. Estudar História, hoje, implica realizar uma ação crítico-reflexiva capaz de questionar para transformar. Dessa forma, qualquer sujeito é visto como componente da teia social. Interessa, agora, a ação do homem, suas relações com outros homens e as

transformações provocadas. Não mais se produz "História" sobre tempo ou espaço, mas a partir de realizações transformadoras do homem, num dado local e momento.

Hoje o historiador volta-se para as questões pedagógicas e o professor, por sua vez, envolve-se também com a pesquisa histórica. Vemos um professor/historiador ou um historiador/professor. E foi justamente por aí, observando, ouvindo discentes e colegas, refletindo, que comecei a estabelecer um ponto de confluência mais forte entre a História e a Semiótica, o que sedimentou, cada vez mais, a idéia de concretizar o presente trabalho.

Convém assinalar que não estou me desviando de meu foco de estudo, A forma como fui conduzindo o raciocínio intentou apenas o encaminhamento para a constatação de que existe um amplo campo de intersecção entre as duas áreas. Só para assinalar alguns aspectos, posso dizer que tudo começa pela natureza narrativa da disciplina, pois não é típico da História narrar acontecimentos? Não são as narrativas povoadas de sujeitos? A concepção semiótica de narrativa não implica sucessão de estados e de transformações, operadas pelo fazer de um sujeito? Obviamente, sei que existe um sujeito histórico⁴³ e um sujeito semiótico⁴⁴, mas o fazer desses sujeitos no mundo, na narrativa da qual fazem parte, não está, coincidentemente, condicionado à busca de um objeto de valor? Não existem outros sujeitos envolvidos na busca? E não é em função dessa busca que tudo acontece?

E avançando mais um passo, não podendo perder de vista que meu caminho teria que passar por discussões sobre a validade da pesquisa histórica no texto jornalístico, fui procurar na produção científica dos pesquisadores do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG algum elemento que desse conta da forma como a História se coloca diante da pesquisa nos jornais.

Comecei por Alves (1996:9). Tratando do assunto, afirma que, fundamentalmente, o pesquisador coloca-se frente a “duas vertentes básicas: a de realizar uma história através da imprensa, ou uma história da imprensa.” Acrescenta que, ao realizar uma história através da imprensa, o pesquisador utiliza-se das informações contidas nos periódicos para recuperar aspectos ou a totalidade de informações de uma sociedade por onde o jornal circulou ou da qual fez referências. Na outra situação, a que visa à construção de uma história da imprensa, o pesquisador tem o próprio jornal como objeto de investigação. Nesse caso, sua atenção deve voltar-se para a tendência através da qual esse jornal aborda determinados aspectos das matérias veiculadas.

⁴³ Aquele que entende história como cultura, como pensamento e consciência da experiência do tempo elaborada e interiorizada em si mesmo.

⁴⁴ A existência semiótica do sujeito, segundo Barros (1988: 62) é *determinada pela relação sintática entre sujeito e objeto (definição topológica de narrativa como lugar de circulação de valores)*.

Em outra obra também de Alves, constatei a declaração de que

(...) gradativamente, o preconceito contra os jornais como "fonte histórica", por considerá-los tendenciosos, foi caindo por terra, uma vez que toda "fonte", desde a sua origem, tem as suas próprias tendências. Quanto à imprensa, o historiador, ao conhecer o contexto histórico do alvo de seu estudo, tem todas as condições de identificar as possíveis tendências de um determinado jornal, podendo isolá-las ou torná-las parte fundamental da sua pesquisa. Assim, pode-se considerar que, através da análise da imprensa, a História do Brasil vem sendo repensada e recontada, e verdadeiras lacunas deixadas pelas fontes "convencionais" vêm sendo preenchidas com as informações disponíveis nos jornais. (...) (1995:149)

E, mais adiante, no mesmo autor, observei:

(...) jornais, com estilos, opiniões, posturas e convicções próprias, representavam uma visão particular da sociedade rio-grandina. O somatório e as articulações entre cada uma dessas partes permitem o estudo do todo, encaminhando à reconstrução histórica da cidade do Rio Grande. (1995: 152)

Nessas duas obras, escolhidas justamente por tratarem da História da imprensa em Rio Grande, posições como a de possibilidade de busca da totalidade de dados que possam reconstituir uma História na sua completude, assim como a de busca da "verdade" nos "fatos" relatados puderam ser constatadas. Veja-se que o pesquisador alude à resistência dos historiadores, genericamente referidos, quanto ao reconhecimento do jornal como "fonte histórica", o que demonstra a preocupação que têm com o predomínio da subjetividade sobre a busca da verdade. Percebe-se a tentativa obstinada de busca de elementos que possam preencher os vácuos que existem na História, em função da insuficiência de dados colhidos nas fontes "convencionais" - e o autor usa aspas no texto original do livro. Mesmo com o entendimento de que qualquer fonte é tendenciosa, é levantada a possibilidade de se completarem as lacunas da História Oficial com os dados obtidos dessa fonte não tão confiável, o jornal, desde que sejam "isoladas" as intenções implícitas, o que pode originar um outro enfoque para a pesquisa. Somente assim, no nível de minha leitura, é possível reconstruir a História da cidade do Rio Grande.

Busquei também elementos que pudessem mostrar-me a posição de outros membros do grupo. Observe-se o que diz de Senna:

O acesso às informações contidas nos periódicos que foram conservados até hoje tornou-se uma atividade recorrente entre os pesquisadores em História, que têm nos jornais um aparato imprescindível para o preenchimento de lacunas deixadas pelas fontes tradicionais mormente naquelas questões pertinentes ao cotidiano de uma região. Assuntos sociais (...) obrigam-nos a repensar as fontes costumeiramente percorridas (...) e a incluir definitivamente os jornais como testemunho e possibilidade para estes estudos.(...) Supostamente de natureza "tendenciosa", a imprensa foi aos poucos afirmando-se e superando certos preconceitos que de início dificultaram sua utilização como fonte histórica, tanto que, nas últimas décadas, um número cada vez maior de trabalhos vem utilizando as informações e/ou opiniões expressas nos periódicos para promover reconstruções históricas acerca dos mais variados setores da vida brasileira. (1995:123)

Também em Senna, encontrei um posicionamento que reforça minha conjectura de que é recorrente na concepção dos pesquisadores da área de História da FURG a idéia de que a História deve sempre buscar a “verdade”. Senna faz menção ao preenchimento dos vazios existentes na reconstrução histórica feita com base nas fontes que chama de tradicionais, trazendo à baila a aceitação do jornal como "testemunho", o que ratifica o dever de perseguir a verdade.

Campos & Mespaque, acerca de pesquisa feita em artigos do jornal *Rio Grande*, do ano de 1937, dizem que

(...) a idéia (...) é a de conhecer a construção do discurso da imprensa local e seus desdobramentos, mostrar o caráter dúbio de tal discurso, mas entendê-lo no contexto como coerente com uma prática de alinhamento com o poder instituído. (1999: 27)

Admitir o entendimento da coerência do discurso da imprensa, apenas dentro de um contexto, apontando a sua dubiedade é uma forma clara de dizê-lo não "verdadeiro". O uso da conjunção adversativa, no trecho ratifica o argumento.

Ainda que meu interesse fosse o de verificar como o pesquisador da FURG trata de questões como a busca da “verdade” e da totalidade dos "fatos" na construção da História, a fim de vir a saber o posicionamento de historiadores de outros centros de pesquisa acerca dos mesmos aspectos, continuei a procura. Encontrei em recente trabalho de Thomé uma justificativa feita com o intuito de explicar como deve ser compreendido um evento histórico:

E para compreender historicamente o evento da *Guerra do Contestado*, por exemplo, precisamos entender que os aspectos políticos, econômicos, jurídicos, religiosos, militares, sociais, culturais, são apenas partes unilaterais e incompletas de um verdadeiro estudo histórico. (2002:19)

Logo a seguir, Thomé, para reforçar com um argumento de autoridade a sua afirmativa, faz a citação de um trecho de Leôncio Basbaum. Leiamos o trecho:

Uma História deve ser *total*, da sociedade *total*, sob pena de não ser compreendida e se limitar a uma simples enumeração de fatos, números ou leis. A História, para ser *total*, deve não apenas enunciar fatos e acontecimentos, mas buscar as relações entre eles, desde as transformações econômicas às manifestações literárias, jurídicas ou mesmo artísticas. A História de um povo constitui um todo indivisível, sob pena de se transformar em mera divagação artística ou literária, sem nenhuma contribuição ao futuro desse povo. E, ao mesmo tempo, deve buscar os fatos essenciais fundamentalmente determinantes do processo histórico particular desse povo ou país, o eixo ou a linha geral em torno da qual se desenvolveu, a qual, sendo feita pelo homem, é passível de ser modificada pelo próprio homem. (op.cit: 20)

As asserções permitiram-me entender que a idéia de apreender os "fatos", a "realidade" ou a História, enfim, na sua totalidade também existe fora dos limites da FURG.

Mas conheci, contudo, nesta busca, o posicionamento de um professor/pesquisador do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento da FURG, num artigo que escreve em parceria com um graduando do curso de História. Rodrigues & Mendonça dizem assim:

Mas, as pessoas continuam acreditando, mesmo em tempo de Matrix, que existe a objetividade da história, o que é uma coisa duvidosa. (...) o historiador é parcial de qualquer maneira, mesmo que não diga. O historiador enquanto narrador nunca é objetivo e imparcial (...) por mais objetivo que seja o tema, quer dizer a datação de 1930, 1945. (2004:55)

Pelas reflexões que foram suscitadas, o artigo de Rodrigues & Mendonça estimulou ainda mais meu projeto de conciliar, neste trabalho, as duas disciplinas. Semiótica e História compartilham uma base comum, a ambas interessa o mesmo objeto de estudo - o texto. Convém reconhecer que o texto jornalístico é um objeto fértil e promissor para o estudo proposto. E se a História tudo faz para depurar a "verdade" dos textos, os colhidos da imprensa dita "séria" mostraram-se, para mim, os mais desafiadores, pois os textos da "pasquinagem"⁴⁵, como é de domínio público, são textos mal redigidos, caluniosos, difamatórios que circulam em jornais sem repercussão, sem importância.

Os discursos históricos visam a escapar da menor possibilidade de serem considerados ficção. Daí, para sustentarem sua narrativa, ancoram sua legitimidade nas fontes "sérias", pois levantam muitas suspeitas pelo que é ou não é "verdadeiro". Seria por aí que tudo parece tão retilíneo, tão harmonioso? Por pensar assim, optei por realizar a pesquisa na imprensa "séria", pois quero examinar, se essa imprensa, querendo esconder, revela.

⁴⁵ Termo utilizado por Alves no artigo "A pequena imprensa rio-grandina no século XIX: um breve histórico". In: ALVES, F. N. & TORRES, L.H. (orgs.). *Imprensa & História*. Porto Alegre: Associação dos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997. p. 20.

Voltando à questão da natureza narrativa, ponto de contato que coloco como fundamental entre Semiótica e História, vale acrescentar que o discurso narrativo é a matéria prima da Semiótica Greimasiana e é a forma pela qual se dá a conhecer a História. Se não é a cultura que orienta o discurso, e sim o discurso que tem a força orientadora da cultura, essa cultura não pode ser entendida fora da História.

Eu diria até que a História não é uma exterioridade necessária à Semiótica, pois ela está dentro do homem, não como memória, mas como elemento intrínseco. Dizendo de outro modo, se para os historiadores, História é memória, independentemente de o sujeito sabê-la ou não, a História está nele.

A Semiótica já se deu conta de que a História lhe é imprescindível. Por outro lado, ainda que não se possa generalizar, a História não conhece a Semiótica ou a conhece muito pouco. Aqui, é intento propor que a História conheça a Semiótica.

Outro aspecto importante a considerar na relação entre as duas disciplinas: as conceituações, de uma forma ou de outra, afirmam que a História ocupa-se de relatos, porém, há uma diferença na concepção dessa forma narrativa. Semiótica e História vêm de maneira distinta a relação presente/passado.

Para a História, essa vinculação ocorre através da sucessividade: um acontecimento após o outro; da correlação: proximidade entre um acontecimento e outro; e da disjunção: um acontecimento e outro, mas não os dois, concomitantemente. No texto da História Oficial, sabidamente engessado, tudo e todos situam-se em lugares predeterminados, uma coisa desemboca na outra, com uma relação admirável de causa e efeito.

Já para a Semiótica, os acontecimentos constituem um todo aberto que nunca se totaliza, um todo inserido na ordem do tempo, sempre a incorporar-se em uma trama, um todo de ações do homem que ocorrem, simultaneamente, complementando-se, no pôr-se em relação. O tempo atravessa essas ações impedindo-as de se fecharem sobre si mesmas, pois o fazer do homem no mundo está sempre a construir-se.

É importante lembrar o modo como a Semiótica pensa a temporalização. Sendo discursivo, o tempo, semioticamente, não pode ser entendido como o tempo linear e cronológico da Física de Newton. Observe-se que, a partir da instituição dos tempos enuncivo e enunciativo, inscritos na ordem da linguagem, os programas narrativos paralelos organizam-se, através da categoria concomitância.

Cabe ainda interrogar-me: A História busca uma hermenêutica que visa a encontrar a "verdade" dos "fatos" narrados? O "fato", para a História, é um acontecimento "real" que é "real" por ser visível, testemunhável? Então, se a consciência histórica busca a

"verdade", à Semiótica interessa um *efeito de sentido verdade*. Pelo prisma da Semiótica, o verossímil é o que parece ser, mas que, não necessariamente, é "verdadeiro" e, como meio inevitável do fazer interpretativo do mundo, a linguagem está limitada à verossimilhança.

Em função dos raciocínios que venho fazendo, o caminho começa a apresentar rotas e atalhos. Importa saber por onde trilhá-lo, o que me obriga a pensar: Mas, o que eu estou querendo, efetivamente, problematizar? Quero tentar entender por que, mesmo ouvindo docentes e discentes dizerem que houve mudança de postura, no âmbito da pesquisa e no âmbito do processo ensino-aprendizagem da História - na FURG e além de seus muros - e não posso saber, se de forma consciente ou não, ainda permanecem mitos: o de que existe uma "verdade" histórica, única e indiscutível e o de que essa "verdade" histórica pode ser recuperada na sua totalidade.

Cumpra, então, questionar a concepção de "verdade" pela qual a História se orienta. Cumpra questionar a idéia de totalidade que a História concebe.

3.2 Verdade e Totalidade

O que é a "verdade"? De onde viemos? O que é certo e o que é errado? São questões que o homem se coloca para si mesmo, desde o início dos tempos. As religiões responderam as inquietações humanas, projetando no divino a finalidade da vida. Os gregos buscaram a resposta na razão e criaram a filosofia.

Platão via o mundo como uma caverna onde os homens, aprisionados, conseguiam olhar apenas para a frente. Ao desenvolver o mito da caverna, quis dizer que não conhecemos a "realidade" tal qual ela é, mas apenas uma sombra dessa "realidade". Tudo o que enxergamos é a sombra do mundo externo.

Descartes e Kant, cada um no seu tempo, também admitiram que a "realidade" é mediada pelas nossas representações mentais. Nietzsche (1984), por sua vez, declarou: "Contra o positivismo, que perante os fenômenos diz: 'Há apenas fatos', eu digo: 'Ao contrário, fatos é o que não há, há apenas interpretações.'" Na contemporaneidade, o pensador francês Jean Baudrillard (1991), em seu livro, originalmente de 1981 – *Simulacros e Simulação* – defendendo a filosofia de que a "realidade" não é mais do que uma simulação, explica que apenas interagimos por meio de simulações, dentro de uma realidade "pervertida" em um simulacro, cujo original foi perdido em algum momento do tempo.

Ainda que a Semiótica descarte esse tipo e discussão, como estou buscando elos e rupturas, julgo-a necessária para justificar o quanto o conceito de veridicção concebido pela teoria greimasiana pode contribuir para uma nova forma de fazer reconstrução histórica. Prossigamos, então.

A História quis sair da caverna de Platão. Definindo-se como ciência, diz-se verdadeira, ao explicar o rigor de seus métodos de investigação, ao expor seus procedimentos de controle de fontes, ao afirmar que faz uma reconstrução objetiva do passado, com base em vestígios tangíveis, em provas irrefutáveis. Exigente na transparência, justifica, incessantemente, a idoneidade das fontes em que se apóia. Criou, assim, a imagem de um historiador que, seguindo tendência de um comportamento positivista, busca, sempre, imergir no "real", trazer à tona "a verdade dos fatos".

Considerados todos os critérios de busca, ao tomar, por exemplo, o documento escrito como fonte, a História precisa libertar-se da idéia de que esse objeto é espelho da "realidade". Não é sequer uma questão de pôr em dúvida a seriedade de quem o assina. Trata-se de uma contestação que implica a impossibilidade de o texto escrito ter uma correspondência especular com o objeto, a ponto de reproduzir uma realidade única, objetiva, partilhável por todos. É nessa perspectiva que tomo a concepção de a História pretender dizer-se oficial - e não oficiosa – "verdadeira".

Há longo tempo, a História busca, persistentemente, uma objetividade narrativa, o que é demonstrado no discurso de vários grandes historiadores analisados por Barthes, como, por exemplo, Heródoto e Maquiavel. De acordo com Barthes:

A nível de discurso, a objetividade - ou carência dos signos do enunciante - aparece assim como uma forma particular de imaginário, o produto do que se poderia chamar de ilusão referencial, visto que o historiador pretende deixar o referente falar por si só. Essa ilusão não é exclusiva do discurso histórico: quantos romancistas - na época realista - imaginam ser "objetivos" porque suprimem no discurso os signos do eu! (1988:149)

O "realismo dos fatos" é sempre colocado em xeque, ao se verificar o processo, através destes dois extremos: o da subjetividade do narrador e o da dita objetividade do "real". O desconforto ocorre na impressão de se estarem forjando acontecimentos, fabricando um "real" que atenda a intenções e isso pode não ser consciente.

O "real" que o relato pretende mostrar é uma interpretação, ainda que essa interpretação contenha um juízo que aspire à verdade, ainda que o narrador, creia na possibilidade de apreender e descrever um "real" bruto, ainda assim, as subjetividades agem sobre as situações, pois a dimensão do "verdadeiro", do "real", não é nem a das coisas,

tampouco a da linguagem. A passagem do acontecimento à sua representação codificada pela linguagem já configura uma disjunção. Cria-se uma "verdade" retoricamente produzida.

E, voltando a Barthes (1978: 22), "o real não é representável". Até mesmo uma idéia da possibilidade de criação de um fictício que represente o "mundo das aparências" é abolida. Também o aparente é percepção pessoal.

A História não é homogênea. O produtor do texto histórico lança um olhar particular sobre os acontecimentos, fazendo deles leituras que não são nem lineares, nem únicas. Daí, não há uma "verdade" histórica, há apenas narrativas. O que o historiador chama de "fato", o que considera "real", é um acontecimento que jamais pode ser recuperado na sua materialidade, pois dele restam apenas relatos.

Os estudos da linguagem, no entanto, não podem ignorar a existência da narrativa histórica, não como uma "verdade" indiscutível, é claro, mas como um olhar sobre os acontecimentos que, não estando no nível da "verdade", manifestam uma forma de percepção das coisas do mundo. Nessa concepção, semioticamente pensando, vale a representação do mundo e não o mundo.

Indo, agora, ao enalço da idéia de totalidade que a História concebe, começo por dizer que, na esfera científica, totalidade consiste na elaboração de um arcabouço teórico que dê conta de todos os fenômenos. Para entender melhor essa proposta, acho interessante observá-la retrospectivamente.

No início, a ciência e a filosofia percorreram, juntas, um mesmo caminho e ambas se propuseram a estudar a totalidade. Galileu, no século XVII, deu impulso a uma revolução metodológica, pondo em prática a linha de raciocínio lógico formal. Separou, então, não só a ciência da filosofia, mas dividiu, também, as ciências em física, química, biologia, contemplando, assim, também todas as outras ciências aplicadas. Ao dividir as áreas do saber, tencionou que cada uma aprofundasse seus estudos, o que contribuiria para a evolução do conhecimento como um todo. A filosofia, porém, permaneceu estudando a totalidade.

O tempo foi correndo, mas, ainda com base nessa concepção de conhecimento que pudesse abarcar o total, descobrir a "verdade" e estabelecer leis gerais sobre desenvolvimento da cultura ou fenômenos da natureza, criou-se a proposta positivista de se produzir uma História Universal da Humanidade.

As disciplinas que se configuraram como ciências sociais e humanas, no século XIX, foram ao encontro de leis e regularidades. Pensava-se na possibilidade de existência de uma ciência social objetiva que se servisse dos métodos das ciências naturais.

Sem dúvida, ao longo dos séculos, o conhecimento aumentou, mas o resultado não foi o esperado. A idéia de totalidade dos saberes, concebida como harmonia das partes, resultou em inúmeras contradições. Isso porque um sistema não é apenas harmonia, constrói-se, também, pelos antagonismos existentes entre as suas partes. Não sendo somente harmônico nem exclusivamente desarmônico, é, ao mesmo tempo, as duas coisas, portanto, é complexo.

No início do século XX, ainda se perseguia a idéia de um conhecimento hegemônico, baseado em leis universais, indispensável para que fossem consideradas legítimas as práticas científicas. A História buscava fazer o passado ressurgir tão amplamente quanto fosse possível que se apresentasse.

Fazendo História da Historiografia, Martins aprecia, criticamente, a busca da totalidade, no final da década de 1920. No trecho abaixo, o historiador refere-se à pretensão do projeto e à recepção dessa tendência no Brasil:

(...) a escola dos Annales foi o primeiro movimento historiográfico do séc. XX que se origina no próprio campo da investigação histórica. (Costuma-se indicar o ano de 1929 como a data de nascimento da corrente de trabalho historiográfico que acabou por ser conhecida como a "escola dos Annales". Quanto a sua difusão, contudo, somente a partir de 1950 é que ela se torna referência. Neste ano realiza-se em Paris o 9.º Congresso Mundial das Ciências Históricas, durante o qual as novas concepções historiográficas tiveram, por assim dizer, sua efetiva estréia mundial. Foi nos anos 1950 que a historiografia brasileira começa a mostrar os primeiros sinais de recepção desta tendência.) O marxismo, por sua parte, foi a teoria das ciências humanas que deu à historiografia uma dimensão de maior alcance no campo teórico geral da realidade histórica. A contribuição dos Annales significou um desenvolvimento extraordinário de temas novos e um interesse marcante pelo emprego de novos tipos de fonte. Ambas as tendências se reforçaram ao longo da evolução da escola, promovendo — o que é de particular importância — um relacionamento inteiramente renovado da prática historiográfica com as ciências sociais como a geografia, a sociologia, a antropologia, a economia. Esse relacionamento interdisciplinar, no período áureo de influência da escola, fê-la predominar ao ponto de se poder falar em uma preeminência "imperial" dos Annales. É a alguns historiadores desta escola — como nos *Écrits sur l'Histoire* (1969) de Fernand Braudel, por exemplo — que se devem os primeiros passos de formulação do conceito de "história total", cunhado pela pretensão de abranger todos os aspectos da ação racional humana — ou pelo menos de deixar o mínimo deles de lado — por oposição aos conceitos, desgastados pela ilusão positivista, de "história universal" ou "história geral". Do interior mesmo da escola jamais saiu, todavia, uma aproximação sistematizada de uma teoria histórica da sociedade. Os Annales produziram, de modo prático (se não pragmático) trabalhos metodicamente inovadores, desbravaram campos longamente tidos por estranhos ao saber histórico, por assim dizer romperam com os escrúpulos de abordar setores do agir humano que parecessem escapar ao olhar histórico — notadamente a ruptura do tabu referente ao documento escrito. Poucos formularam, contudo, contribuições teóricas quanto à natureza do conhecimento histórico, à constituição da ciência histórica, enfim à história como disciplina por si mesma. (2002: 33)

Considerando tomadas e retomadas de modelos, a ciência, hoje, não mais aspira a um projeto unificador. Ao afirmar suas proposições, seus discursos passaram a ser mais cautelosos e seus resultados apenas parciais e provisórios. Se revela algum tipo de “verdade”, essa é construída, relacionada a processos históricos e lingüísticos, a estruturas de poder. Seja qual for seu objeto, a sociedade ou a natureza, ele não existe como um *a priori*, objetivamente, porquanto estar sendo entendido como construção subjetiva. O objeto da ciência deixou de ser considerado algo fixo, permanente, passando a ser visto como maleável, suscetível de mudança. Não mais se concebe uma resposta única, certa e permanente para uma mesma pergunta.

Por valorizarem as experiências particulares de grupos e indivíduos, as tendências pós-modernas opõem-se a qualquer idéia de totalidade, começando pela concepção de uma História Universal da Humanidade até o domínio de estilo único ou solução técnica. Nessa nova situação histórica e nova condição discursiva, portanto, coexistem e misturam-se códigos e mundos; reconhece-se a heterogeneidade, em diferentes campos. Múltiplos modelos passaram a conviver. A idéia de unidade, de geral e de universal contrapõem-se à pluralidade, ao particular e ao local.

Se o conhecimento científico já não é visto como representação exata da "realidade", como espelho da natureza, como uma forma de representação do mundo natural entre outras, as descrições científicas já não são consideradas transparentes e objetivas e sim como concepções contruídas a partir de um olhar sobre o mundo, como discursos sobre o mundo, o que as aproxima das formas de construção da literatura e das artes plásticas.

Um paradigma calcado na idéia de objetividade mensurável apresenta limites e insuficiências, principalmente quando é colocado diante do olhar de estudiosos de diferentes áreas do saber, pois redefiniram-se os conceitos criados em torno das dicotomias verdade/objetividade e falsidade/subjetividade. Diante do novo modo de representação do mundo e das relações entre as coisas e pessoas que nele vivem, é cada vez mais urgente que se proceda a mudanças direcionadas à valorização da subjetividade, das diferenças. O velho paradigma de uma teoria que tenta dar conta de todos os fenômenos ruiu. É preciso entender que a pós-modernidade abandonou esse modelo epistemológico.

Na medida em que coloco em pauta essas questões, não posso deixar de referir o pensamento do brilhante teórico Walter Benjamin (1892 - 1940), dentro da sua própria filosofia da História. Para Benjamin (1985: 224): “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi.’ ”

Interessante observar a postura de Walter Benjamin diante da relação entre universais e particulares, dois extremos tradicionais no pensamento filosófico. Segundo abordagem que faz na obra *Origem do drama barroco alemão* (1984), inquieta-o a idéia de que o particular nem sempre se encaixe na ordem harmônica, podendo permanecer deslocado de uma ordenação metódica a que talvez pertença. Se a partir de um particular não se chegue a uma ordem superior de sentido ou, também, se a partir de uma ordem coerente de sentido não se incorpore um particular, isso constitui um dilema para o ensaísta e crítico literário alemão.

As temáticas sobre Paris e Baudelaire sobressaem em sua obra. No ensaio *A Paris do Segundo Império em Baudelaire* (1985), à procura de uma universalidade, trata das "passagens parisienses" - os centros comerciais formados por galerias envidraçadas, os cafés, os bulevares - e de Baudelaire, o poeta da modernidade, o crítico de arte, contemporâneo da Paris que focaliza.

Benjamin coloca, então, o particular como sua principal preocupação. No seu entender, o singular contém verdades que revelam o universal e tais verdades precisam ser resguardadas no que têm de individual. Cumpre, então, encontrar a universalidade desse particular. A preocupação benjaminiana com o particular e com o universal é também vista como uma relação entre o imanente e o transcendente. Assim, para ele, as obras não deveriam ser compreendidas apenas no seu simples contexto.

Há, em Walter Benjamin, um pressuposto crítico à idéia de totalidade, associado ao linear e ao homogêneo. As fraturas, portanto, são, ao seu ver, "realidades" mais "verdadeiras" que a leitura de uma cidade como um todo. Assim, aventura-se no exame dos fragmentos urbanos. Benjamin lança sobre Paris olhares sobre sujeitos particulares e lugares particulares que se vão relacionando em suas perspectivas. Os olhares são perspectivas de encontro de "verdades". Conjecturas particulares, sujeitos determinados, lugares isolados são constituintes fundamentais da sua Paris moderna.

Na esteira benjaminiana, penso que os sistemas precisam ser entendidos na sua complexidade, sem a obrigatoriedade de a junção das partes precisarem chegar a um resultado de totalidade uniforme. As partes não se podem dissolver de um todo, elas podem revelar, podem deixar ver mais. Não importa que as partes representem fraturas, descontinuidades. Por que tudo há de ser tão harmonioso como se não houvesse contradições sociais? Os sistemas contemplam e criam antagonismos que podem ser justapostos na busca de complementaridades e não de completudes. Por que tudo se deve encaixar como peças em quebra-cabeças?

Um fazer histórico que se volte para o passado, enxergando apenas homens desenbainhando espadas, ignorando completamente os fazeres triviais, desconsidera as diferenças, ignora as divergências.

Quem elege as partes que interessam, na busca da "verdade" perdida, as partes que preenchem adequada, precisa e milimetricamente as lacunas, a fim de se obter o resultado de totalidade perseguido?

Não há como refletir sobre questões ligadas às idéias de “verdade” e totalidade sem trazer à baila as dicotomias objetividade/verdade e subjetividade/falsidade. Como fazer História, através de um discurso unificador e universal, desconsiderando a heterogeneidade e a pluralidade de identidades sociais? Como homogeneizar diferentes sujeitos, objetos e discursos? Quando questões ligadas à objetividade e a leis universais começam a ser problematizadas, a idéia de unidade de ciência perde a legitimidade que já teve. É preciso observar que convivem multiplicidades de modelos.

Assim, sou favorável à concepção de que os fragmentos de um todo maior são unidades de significação, são textos e, por isso, por si sós, revelam “verdades” – pois são muitas as “verdades”. Podem ser amarrados ao presente, como forma de análise do presente, a não ser que uma busca homogeneizadora de uma "verdade" única e incontestável não os queira ver.

3.3 O comprometimento da chamada imprensa "séria"

Para abordar a questão da reconstituição histórica, através da pesquisa na fonte jornalística, especificamente na dita imprensa "séria", é preciso, antes, tratar da questão da busca da “verdade” dos "fatos", agora, no âmbito do jornalismo, até porque a escolha de um jornal rio-grandino da imprensa "séria" objetivou, entre outros aspectos, observar o que faz o texto jornalístico daquele jornal "sério" para fazer com que o que diz pareça “verdade”, como constrói a ilusão de “verdade”.

Então, é adentrar por um atalho que contemple abordagens sobre especificidades do texto jornalístico, em particular, sobre o comprometimento da imprensa "séria" com a "verdade" da informação. Começo por pontuar algumas questões sobre jornalismo.

O conceito de jornalismo é entendido de forma mais ou menos abrangente de acordo com as culturas de onde provém a formação jornalística de cada sociedade, levando

em consideração a influência de uns grupos sociais sobre outros. Em outras palavras, de um lugar a outro, varia o conteúdo e o conjunto de práticas que determina aquilo que recebe o nome de jornalismo.

Há teóricos da área que definem a prática jornalística a partir de uma perspectiva externa ao jornalismo propriamente dito, como se o produtor de textos jornalísticos estivesse desvinculado das massas que consomem o produto jornalístico, enquanto há outros que localizam o fazer do jornalista dentro dos grupos, como parte integrante, que em mesma medida influencia e é influenciado pelos meios sociais.

O tratamento da informação, a partir das relações sociais, nas quais são diversos os sujeitos e diferentes seus poderes, configura a notícia que, conforme os ideais jornalísticos vigentes, pretende-se fiel aos aspectos do “real”.

A hegemonia do jornalismo informativo dá-se, segundo Melo (1994: 23), “no século XX, quando a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo a informação de atualidade em mercadoria”, e, a partir desse momento, relatar a “realidade” tal como é vira o objetivo principal do estilo de jornalismo que se espalha pelo mundo.

Melo (op. cit.: 24) afirma que o fazer jornalístico se orienta e se define historicamente em dois padrões dicotômicos – jornalismo opinativo e jornalismo informativo – que constituem, apesar das diferentes formas narrativas, um “processo social dotado de profundas implicações políticas, e de ‘dimensão ideológica própria’”. O jornalismo opinativo exemplifica-se pelo discurso editorialista, pelas matérias assinadas e o informativo, pelas notícias.

A linguagem do jornal impresso no Brasil, hoje, é parte de um processo evolutivo longo, com início em 1808, e do qual provêm inúmeras transformações nas formas de codificar mensagens e contar histórias. Lustosa (1996: 24) divide a trajetória do jornalismo impresso, quanto à linguagem utilizada, em cinco etapas, de acordo com as mudanças discursivas mais pontuais.

Segundo o autor, a primeira etapa (1808-1827) é predominantemente opinativa, de caráter doutrinário e moralista; a segunda etapa (1827-1889) é marcada por narrativas que obedecem à ordem cronológica dos acontecimentos. Na terceira etapa (1889-1930), as notícias são informativas e há a tendência de exclusão de juízos de valor. O lide, técnica de composição do texto, proveniente do modelo norte-americano de jornalismo, aparece com força na quarta etapa (1930 - 1969) da classificação de Lustosa. De 1969 até agora, a

organização do jornal impresso é bastante influenciada pela televisão, o que define um padrão estético dos impressos, guiado pela cultura da imagem.

Em oposição aos textos opinativos das primeiras etapas do jornalismo brasileiro, principalmente por causa do excesso de adjetivos, a partir da primeira metade do século XX, o estilo norte-americano de tratamento da notícia instituiu uma série de princípios básicos para a construção de textos jornalísticos funcionais.

As recomendações sobre o texto são semelhantes na maioria dos manuais de redação existentes. Conforme Lustosa (1996), a sugestão é de que o lide seja composto por orações breves, por palavras curtas, que se dê preferência pelo vocábulo usual e pela ordem direta dos termos, pelo uso adequado de adjetivos e verbos vigorosos de ação. É um bom texto de notícia prima, segundo o autor, pelo bom relacionamento entre outros quatro elementos essenciais para a compreensão imediata da mensagem: objetividade, clareza, concisão e precisão.

Desses quatro elementos fundamentais à funcionalidade do texto jornalístico, a objetividade é, disparadamente, o mais discutido e controverso de todos. Isso, obviamente, porque implica o propósito de omissão do sujeito enunciador do texto, uma tarefa complexa que, segundo a visão, através da qual venho argumentando, resulta, sempre, na opinião velada, exatamente o contrário do que exige o jornalismo informativo. Parte dos debates acerca dos problemas filosóficos, a objetividade - posta sempre em relação de oposição à subjetividade - historicamente, como já foi de alguma forma dito, fundamenta-se nas teorias do realismo, da "verdade" absoluta, da razão, pensadas desde Aristóteles.

O valor da objetividade, o mais polêmico dos valores da imprensa, foi introduzido, no final do século XIX, como reflexo de uma mudança fundamental do jornalismo, quando "a primazia é dada aos fatos e não às opiniões" (Traquina, 2005:135). A incorporação desse princípio à maneira de se fazer jornalismo, intensificada nas primeiras décadas do século XX, não representa, para Traquina, a expressão de uma fé, que já existia, no culto aos "fatos", mas a concepção de um método que ia ao encontro das urgências do jornalismo, naquele momento. A objetividade, no jornalismo, chega para resgatar outro valor caro à atividade jornalística: a credibilidade.

A apreciação objetiva da "realidade", livre de preconceitos, de interesses materiais, da pressa, da dificuldade de espaço e tempo, e da omissão, conduz à "verdade", de acordo com Amaral (1996). Esse autor admite uma "verdade" dos "fatos" e a possibilidade de se fazer um relato fiel dessa "verdade". Para ele, o pensamento aristotélico influenciou diretamente a ciência, que difundiu a aplicação do método científico em diversas áreas do

saber com a finalidade de conhecer determinado objeto completamente, sem a interferência humana, ou seja, existe a crença de que o método científico dá conta de conhecer o máximo de “verdade” sobre o objeto isolado em análise.

Ainda conforme Amaral (op. cit.: 25), a noção de objetividade entra lentamente no jornalismo com a “persistente adoção e discussão dos princípios de imparcialidade e equilíbrio como componentes determinantes da ética profissional de captação e transmissão de notícias”, mas o termo *objetividade* só veio a ser empregado depois da I Guerra Mundial, pós 1918, o que colocou os jornalistas em campos teóricos opostos, assim como aconteceu com os filósofos.

O autor (op. cit.: 26) refere que o advento das agências de notícias, o desenvolvimento industrial, a difusão da publicidade e das relações públicas, e as duas grandes guerras foram os fatores que contribuíram definitivamente para a adoção do princípio de objetividade pela comunidade jornalística. Fica claro, na obra consultada, que Amaral entende a objetividade, conforme a pensou a filosofia, ou seja, como o oposto da ação do sujeito, na relação dicotômica objetividade/ subjetividade.

Traquina considera simplista a concepção polarizada dessa relação. A objetividade no jornalismo, argumenta Traquina (2005:139), “não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa (os jornalistas) utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegem contra eventuais críticas ao seu trabalho.” Este autor entende, portanto, a objetividade como fator técnico e profissional.

Restringindo a mudança de valores jornalísticos a duas causas fundamentais – a propaganda na I Guerra e as relações públicas – Traquina, na obra em questão, analisa mais profundamente o contexto em que se deu a promoção da objetividade como valor primordial da atividade jornalística. Para ele, a objetividade no jornalismo nasce da profunda descrença das democracias vigentes e do descontentamento com a ascensão de regimes autocráticos em diversos países do mundo.

Tais considerações se ratificam, quando Traquina declara que

os jornalistas chegaram a acreditar na objetividade (como algo externo ao sujeito) porque queriam, porque precisavam, porque eram obrigados pela simples aspiração humana de procurar uma fuga das suas próprias convicções profundas de dúvida e incerteza, porque, com a ideologia da objetividade os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa. (op. cit.: 138)

É possível verificar, então, que Traquina concebe múltiplas “verdades”, vistas da perspectiva dos sujeitos que relatam, que interpretam o mundo complexo, através de métodos identificados com a objetividade.

O que pode ser notado é que a objetividade não existe, senão, a partir de uma necessidade própria do processo de elaboração do produto jornalístico atrelada à credibilidade. Admitem-se ambas, a objetividade como valor perseguido através da técnica jornalística e a subjetividade como condição fundamental para que o tratamento objetivo dos fatos seja possível.

A imparcialidade que Amaral considera viável na atividade jornalística é contestada também por Lustosa (1996: 22), que entende a neutralidade jornalística como “um mito cotidianamente desfeito nas redações, a partir da elaboração da pauta que determina a forma de se buscar os fatos, o conteúdo pretendido e, eventualmente, indica os propósitos da editoria.”

Conforme Vieira (2005, online), “as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real, as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos.” Em outras palavras, os sujeitos enunciadore precedem os acontecimentos, e, somente os relatos desses sujeitos conferem atualidade aos fatos. O olhar de um jornalista sobre dado acontecimento social possibilita que esse acontecimento se torne um relato noticioso e o que legitima esse relato como *espelho da verdade* é, para Vieira (idem, 2005, online), “uma espécie de acordo entre o jornalista e o receptor. Esse acordo, continua, torna possível a recepção da notícia como índice do real, sem se ignorar que a realidade da notícia é não retratada, mas construída.”

Vieira acrescenta, ainda, que “as notícias registram formas literárias e narrativas (news frames) utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento”. Os desdobramentos narrativos de um acontecimento podem resultar em diversos outros acontecimentos, por consequência, em motes para o relato jornalístico. Nesse sentido, para a autora, lidar com as fronteiras do “real” e da ficção permite que o jornalista transite no campo literário. Quanto a isso, no mesmo texto, ratifica que “a escrita noticiosa é governada por padrões narrativos impostos por tradições narrativas (...), os conflitos abertos e eventos visíveis podem ter uma explicação social, mas também uma explicação literária.”. Assim, a um só tempo, a notícia é representação sgnica, bem de consumo, a serviço dos interesses do capital, e discurso ficcional.

Mais do que pontuar definições, é importante evidenciar o posicionamento de alguns teóricos que, quebrando velhos tabus, admitem que a compreensão jornalística da

notícia implica ver o relato e a interpretação dos "fatos" como processo que produz e modifica a noção de "realidade". De acordo com Henn (1996: 30), dos estudos tradicionais da notícia, que "limitavam a função dos meios de comunicação a transmissores de mensagens" e punham o jornalista na posição de mensageiro, sem participação substancial no relato informativo, até o entendimento da notícia como construção de sentidos na e pela sociedade, um longo caminho de debate teórico foi trilhado.

Não são todos os teóricos que explicitam uma aceitação acerca da idéia de que a notícia constrói uma "realidade", na medida em que é produzida, a consciência de que a notícia não é pura informação, porque implica a participação ativa do jornalista na construção de um "real" por meio do discurso, o que demonstra a tensão que paira sobre o polêmico valor jornalístico da objetividade. O que se vê e se ouve, mais freqüentemente, na prática, é a imprensa declarar que não cria os "fatos", apenas os relata de forma neutra. Assim, no nível do parecer, semioticamente pensando, o jornalismo ainda não revolucionou o velho conceito de "realidade".

Vejamos o que diz o jornalista, editor e ensaísta Gay Talese, um dos expoentes do *new journalism*, na condição de ex-repórter especial do *The New York Times*, visto, na esfera da imprensa, como o jornal mais influente do mundo Talese, em sua obra *O reino e o poder*, originalmente *The Kingdom and the Power* :

(...) o papel da imprensa, numa democracia, é atravessar a fachada dos fatos. O New York Times é o líder da mídia na busca da verdade - até onde é possível definir o que é 'verdade'. E hoje, com tantos repórteres interessados em fofocas e em informações falsas e escandalosas, sem base nos fatos, o New York Times é o que chega mais perto da luz. (2000:77)

Talese (op. cit. 79) ainda observa que "o que um jornal vende são notícias, informações, não necessariamente uma 'bela embalagem' para os olhos."

Os jornais da imprensa "séria" não deixam, jamais, de apregoar seu compromisso com a "verdade". Ao demonstrarem procurar incessantemente a "verdade", negam pressões do poder público ou de quem quer que seja. Sustentam que a "verdade" é incompatível com o pragmatismo de certas regras de *marketing*, político ou econômico. Declaram que mídia séria, isenta, honesta, não troca seus princípios pelos apelos das audiências, o que objetiva levar a crer que, concordando ou não com o que é publicado, os leitores podem ter a certeza de não estarem sendo ludibriados. Não cansam de afirmar que, em pouco tempo, o órgão de comunicação social que não se comporta com ética, imparcialmente, respeitando a "verdade"

e só a “verdade”, doa ela ao governo ou ao cidadão comum, corre o risco de perder prestígio e respeitabilidade.

Essas afirmativas, fundamentadas em minha observação e práticas de leitura, podem ser ilustradas pelo texto a seguir. Trata-se do anúncio publicitário ganhador do Prêmio Leão de Ouro, em Cannes, no ano de 1989. Veiculado no documentário *50 anos de Propaganda na Televisão Brasileira*, que foi ao ar, em 12 abril de 2000, na Rede Globo de Televisão, o anúncio começa, mostrando na tela uma quantidade de pequenos pontos pretos sobre um fundo branco. A câmera vai-se afastando, enquanto uma voz masculina, grave e convincente, diz, *in off*, o texto que passo a transcrever:

Este homem pegou uma nação destruída, recuperou sua economia e devolveu o orgulho a seu povo. Em seus quatro primeiros anos de governo, o número de desempregados caiu de seis milhões para novecentas mil pessoas. Este homem fez o produto interno bruto crescer 102% e a renda *per capita* dobrar. Aumentou os lucros das empresas de 175 milhões para 5 bilhões de marcos e reduziu a hiper-inflação a no máximo 25% ao ano. Este homem adorava música e pintura e, quando jovem, imaginava seguir a carreira artística. É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade. Por isso, é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. Folha de São Paulo, o jornal que mais se compra e o que nunca se vende. (1989)

Somente quando a voz pronuncia a última palavra do texto, referente ao homem no qual está falando, a câmera afasta-se o suficiente para que possa ser decifrada a imagem construída pelos pontos: o rosto de Adolf Hitler. A mesma voz continua falando, depois, sobre o produto anunciado. Verifique-se o jogo de sentidos feito entre os dados biográficos e o conceito do jornal *Folha de São Paulo*, em nome do compromisso do órgão com seus princípios.

Ilustrativo, também, é este trecho da entrevista publicada no Jornal do Estado, de Curitiba - cujo *slogan* é: A verdade, doa a quem doer. - na edição de 16 de agosto de 2004, em que o jornalista Mario Akira Hisatomi, acerca de sua atividade jornalística, afirma:

(...) sempre cuidamos de fazer o recorte e classificação de notícias sobre acontecimentos relevantes, buscando três ou mais fontes, comparando conteúdos, expurgando-as do que têm de duvidoso, irrelevante ou supérfluo, e tratando-as como um médico escrupuloso que observa e ausculta um doente, mandando fazer exames complementares, antes de produzir o seu diagnóstico que, no nosso caso, é a informação, ou seja, a notícia acabada, trabalhada, fundamentada, a mais próxima da verdade. (2004)

É flagrante, pois, a insistência demonstrada pela imprensa, no que diz respeito à busca da "verdade" dos "fatos". Mas, pensando em termos do *Diário do Rio Grande*, pensando em termos de 1900, é necessário fazer alguns raciocínios.

Já foi dito que nas primeiras etapas do jornalismo brasileiro os textos eram opinativos, carregados de adjetivos e que tinham caráter doutrinário e moralista; na segunda etapa, os textos constituem-se por narrativas que obedecem à ordem cronológica dos acontecimentos. Já foi, também, dito que, no final do século XIX, o valor da objetividade foi introduzido no jornalismo, dando primazia aos fatos e não às opiniões. Outro dado já mencionado é que a hegemonia do jornalismo informativo dá-se no século XX e que se buscava, a partir daí, relatar a “realidade” tal como é, o que passa a ser o objetivo principal do estilo jornalístico que se difunde no mundo.

Esses elementos permitem ter como expectativa, quanto ao jornal *Diário do Rio Grande*, de 1900, textos ainda caracterizados pela tom opinativo, pois são textos escritos em plena transição de modelos. A busca obsessiva pelo "real" irá consolidar-se no decorrer do século XX, mas como se trata de um jornal da imprensa "séria", obviamente, há o interesse em mostrar-se “verdadeiro” para a comunidade de leitores.

Bem, volto a pensar, agora, sobre a questão de a pesquisa histórica buscar dados na imprensa "séria". Penso, primeiramente, que o texto da notícia não foi produzido, conscientemente, para se tornar um vestígio do passado, a ponto de poder ser consultado pelos historiadores, no futuro; não foi feito, prevendo, enfim, essa busca investigativa dos pesquisadores. Ainda que, numa ânsia de imortalidade, o sujeito empírico que o tenha produzido viesse a imaginar um resgate do seu registro, futuramente, o objetivo imediato desse texto era o de informar. Pensando desse modo, o texto da notícia, metonímia do seu produtor, não tinha a consciência plena da historicidade, do caráter de fonte que poderia vir a ter *a posteriori*.

As buscas nessas fontes possibilitam *ipso facto* encontrar a chave do passado?

Ainda que as páginas do *Diário do Rio Grande* estejam resistindo ao tempo, o que lá está escrito não confere ao jornal, por ser da imprensa "séria", a condição de documento decisivo, comprobatório e definitivo, de detentor da "verdade" absoluta, pois o "fato" é inapreensível. A própria notícia escrita, vista como vestígio incontestável, é a prova do que ficou irremediavelmente perdido. A linguagem presentifica a memória, mas não reconstitui o passado.

Afora isso, a linguagem cria o efeito de sentido “verdade”, faz parecer factual, para garantir *status* de evidência. O que está lá, no texto do jornal, já é uma narrativa subjetiva, já é um ponto de vista. O "real" é sempre um recorte subjetivo. A singular subjetividade do olhar do narrador inviabiliza a apreensão da dita objetividade do

acontecimento. Portanto, o texto jornalístico não reflete o "real", nem ratifica o mundo-referência.

Nem por isso, a utilização do texto jornalístico deve ser banalizada. Defendo-a, veementemente, seja qual for a fonte, na imprensa "séria" ou na pasquinagem. A leitura do texto jornalístico constitui, sim, um campo de possibilidades, no qual o mundo se cria pelo efeito dos olhares.

3.3.1 O jornal *Diário do Rio Grande*

O jornal *Diário do Rio Grande*, fonte na qual foram publicados os textos a cuja análise procedo, uma das primeiras folhas do Rio Grande do Sul, entrou em atividade em 16 de outubro de 1848 e se manteve até 19 de outubro de 1910. Segundo o que está posto, na página 2, da edição de 14 de julho, referindo-se a si mesmo, o *Diário do Rio Grande* diz-se *um jornal neutro em política e respeitável decano da imprensa desse Estado, 3º em antiguidade no país*. Vejamos como era a imprensa na cidade do Rio Grande, na época em que viveu essa folha diária.

No período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, a imprensa da cidade portuária do Rio Grande, a mais antiga cidade do Rio Grande do Sul, fundada em 1737, viveu sua fase de maior progresso⁴⁶. Os jornais diários da cidade chegaram, nessa época, pela qualidade, ao seu apogeu. Abriu-se um amplo espaço para o desenvolvimento do jornalismo político-partidário, o que permitiu a documentação de importantes dados sobre disputas político-ideológicas, sobre posições tomadas diante das mudanças políticas pelas quais o país passava.

Também caracteristicamente marcada pela diversificação e especialização, a imprensa rio-grandina de então, grande e pequena, fazia circular variados gêneros jornalísticos e tendências: periódicos literários, pasquins, noticiosos, caricatos, religiosos, comerciais, folhas representativas de determinados setores da comunidade, entre outros específicos. Vale lembrar que Rio Grande foi uma das primeiras cidades a realizar o *fazer* jornalístico, no ambiente cultural sul-rio-grandense. Pela quantidade e pela qualidade do material, até mesmo pelo longo tempo de circulação alcançado por algumas de suas folhas, o

⁴⁶ Cf. ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.

acervo jornalístico de Rio Grande é considerado pelos historiadores importante fonte de pesquisa.

Considerando o balizador temporal 1900, no Brasil recém-republicano com altíssimo índice de analfabetismo, o hábito de leitura era privilégio de poucos letrados. Em Rio Grande, uma cidade interiorana de grandes contrastes econômico-sociais, marcadamente dividida entre ricos e pobres, não poderia ser diferente. O *Diário*, com certeza, era objeto de consumo de poucos leitores, pessoas letradas ou com alguma escolaridade e, como provam as estatísticas de todos os recantos do Brasil, naquele tempo, predominantemente do sexo masculino.

Nessa realidade brasileira, em cada cidade onde houvesse um jornal diário que veiculasse notícias do mundo, do país, que desse conta dos acontecimentos da cidade, o grupo de leitores, obviamente formado por indivíduos da camada mais abonada da população, formava uma espécie de elite cultural que se identificava com a “realidade” apresentada. Com sua visão de mundo, esses poucos privilegiados eram vistos como pessoas ilustradas e “formadoras de opinião”.

Sobre esse periódico, afirma Senna:

O *Diário* apresentava-se “como um representante da imprensa séria, não interessado na discussão de questões de cunho pessoal”. Basear-se na razão, não na paixão, era seu lema. Esta questão que o jornal fazia de sempre declarar-se como folha séria, bem como a constante manifestação de uma suposta neutralidade, agindo em nome do bem geral, estiveram relacionadas, com os seus interesses comerciais, de modo que a manutenção dessa linha editorial significava também a garantia da sustentação do periódico. (...) Em relação às notícias sociais, em que podemos inserir aquelas relacionadas ao casamento, o *Diário do Rio Grande* evidenciou uma postura bastante neutra e cômoda em relação ao advento do casamento civil, não emitindo qualquer manifestação sobre o tema, preocupando-se apenas em reproduzir as manifestações legais emitidas pelo governo federal, ou demais atos sobre o tema e publicados em outros jornais locais. (...) Como os demais jornais de publicação diária em Rio Grande, o *Diário* também noticiava as ocorrências de algumas celebrações matrimoniais e publicava também os editais e proclamas. Em seus anúncios, com frequência apareciam propagandas de lojas que se destinavam à satisfação das noivas. (2000:126)

Pelo fato de terem sido selecionados para análise textos do *Diário do Rio Grande*, de edições do ano de 1900, considero importante traçar, em linhas gerais, a forma como se mostrava o *Diário* para seu público-leitor, naquele ano.

Com o formato *broadsheet*, 57 cm de comprimento por 37 cm de largura, dimensões que, na linguagem jornalística, são próprias de jornais da imprensa “séria” – em oposição às reduzidas dos *tablóides*, rotulados como populares e sensacionalistas – o *Diário do Rio Grande* investe, na primeira página, o principal efeito de erudição, refinamento,

elegância e conservadorismo com a escrita de seu nome nos traços angulosos das letras góticas. Logo abaixo, em tipos gráficos de caixa-alta e entre aspas, a inscrição “Propriedade de Manoel José de Andrade”, seguida, em seqüência horizontal e imediata, das referências espaço-temporais: nome da cidade, dia da semana, dia do mês e ano. Não há indicações de ficha técnica, tiragem, valor de compra, tais quais aparecem nos jornais de hoje.

A imitação das medidas-padrão dos jornais diários de informação de países da Europa parece buscar, na cópia do formato e das características físicas, a identidade e a legitimidade do ato de noticiar. Em função de determinadas estratégias persuasivas, o público-leitor não só era previamente esperado, mas previamente construído.

Esboçando já uma análise semiótica em nível discursivo, visto no sentido que hoje a publicidade dá a qualquer jornal, qual seja o de mercadoria, o nome *Diário do Rio Grande* constituía para seus leitores uma marca, um simulacro do sujeito da enunciação, um eu que, naquele momento e lugar, assumia o ato de noticiar. Desse modo, um significativo efeito de sentido acontecia por meio dessa marca que, exposta diariamente, no cabeçalho, na primeira página, reforçava a identidade do produto, ou seja, o simulacro de *Diário do Rio Grande*. como enunciador competente para exercer a função de informar. O nome do “proprietário” explicitado, sempre, na linha seguinte coloca-o não apenas como dono da empresa jornalística, mas também como o “dono” de um saber maior que o do leitor.

Quatro páginas constituem as edições diárias; a edição dominical tem seis páginas, esporadicamente, ocasiões em que se abrem mais espaços para a divulgação da contabilidade do comércio, de orçamentos urbanos da Intendência e de reclames. Na primeira página, sob o título de “NOTÍCIAS TELEGRÁFICAS” aparecem notícias transcritas de grandes jornais do centro do país e da capital, Porto Alegre. Encimadas pelo título “PELOTAS”, notícias dos jornais da vizinha cidade são também transcritas, ora na primeira página, ora na segunda. Com essa mesma variação espacial são publicadas as “NOTÍCIAS MILITARES”. Tanto a primeira página quanto a página 2 expõem os textos em quatro ou cinco colunas, cuja divisão é estabelecida por linhas traçadas de alto a baixo. Em cada coluna os textos são também separados por títulos escritos em negrito e em corpo maior.

Na parte inferior da primeira página, as colunas se interrompem e cedem lugar ao título de um romance-folhetim com o qual o *Diário* “brinda” diariamente, suponho, suas leitoras. São retomados os traços das colunas dentro das quais o texto do romance *Os*

estroinas da província, do escritor francês Xavier de Montepin⁴⁷ ocupa 25% da dimensão total da folha. A publicação que, certamente, havia começado no ano anterior, apresenta seu último capítulo, no sábado, 27 de janeiro. A partir do domingo, 28, inicia-se a publicação de um outro romance do mesmo gênero: *Padres e Beatos*, do também escritor francês Hector Malot⁴⁸. Este permanece na primeira página até 31 de dezembro, última edição daquele ano, e, certamente, adentra 1901, por ainda não estar concluído.

O aspecto gráfico de paginação e composição é mantido sem alterações ao longo do ano. Reservada a editais da Intendência e de órgãos da justiça, a notícias que dizem respeito à movimentação do porto, à realização de leilões, a convites para missas e, mais raramente, a proclamas de casamentos, a página 3 também apresenta alguns reclames. O espaço, porém, dedicado a eles é o da página 4. Os reclames, às vezes, são emoldurados por orlas elaboradas, vinhetas, filetes e alguns têm figuras desenhadas. Os produtos nessa página anunciados são dirigidos à classe alta, inclusive os anúncios de empregos em atividades domésticas que, quando aparecem não visam aos seus reais destinatários, presumivelmente não-leitores do jornal, pela própria condição social, mas aos leitores que os possam transmitir aos reais interessados, encaminhando-os a quem precise de seus serviços.

Embora já houvesse a fotografia⁴⁹, não há registros fotográficos, o que pode ser atribuído à carência de tecnologia, uma vez que jornais da época, nos grandes centros, já faziam fotojornalismo. Do ponto de vista semiótico, a ausência da fotografia faz-nos acreditar que mais esforço deveria empreender o enunciador para criar efeitos veridictórios, uma vez

⁴⁷ Escritor francês (1823-1902), autor de numerosos folhetins e dramas populares que lhe valeram uma grande notabilidade na Europa. Hoje, é considerado pela crítica como produtor de má literatura. A Folha de São Paulo, entre 1900 e 1922, publicou três romances desse autor de literatura simples, direta. Aluizio de Azevedo chama-o de "estrambótico" em carta de seu epistolário dirigida ao jornalista Batista Xavier, em 12 de abril de 1905, dizendo "O rato de Paulo de Koch ou o estrambótico Xavier de Montepin são mais celebrizados e por conseguinte mais ilustres que o mais celebrizado romancista português, porque a língua francesa dá àqueles elementos de celebridade que a este não pode dar a portuguesa."

Disponível em: Biblioteca Virtual – Literatura:

<http://www.biblio.com.br/Templates/AluizioAzevedo/EPISTOLARIO> Acessado em: 04 de julho 2004.

⁴⁸ Novelista francês (1830-1900), fecundo, melodramático, escreveu 70 obras que conheceram, em seu tempo, muito êxito, sobretudo a intitulada "Sem família", escrita em 1878.

Disponível em: Malothector: <http://www.ricochet-jeunes.org/es/biblio/base9/malothector.html> Acessado em 04 de julho de 2004.

⁴⁹ Em 1900 são publicadas as primeiras fotos da imprensa brasileira na Revista da Semana, periódico ilustrado com foco político, fundado nesse mesmo ano, mais tarde incorporado como suplemento do Jornal do Brasil. Nos anos seguintes, outros jornais e revistas intensificam o uso de fotografias, entre eles O Malho, Kosmos, A Vida Moderna, Fon-fon, Careta e Paratodos.

Disponível em: Miniweb - Educação: http://www.miniweb.com.br/Artes/artigos/fotografia_arsil.html

e em Histórias em Quadrinhos Gibindex: <http://www.gibindex.com/enciclopédia/br/r/500> Acessados em 04 de julho de 2004.

que fotos servem como “prova”, ilustração e para mostrar “gente de carne e osso”. O texto construído com signos lingüísticos deveria, então, cumprir plenamente essa função.

Por não ser um jornal de cunho exclusivamente literário, não muito freqüentemente, na edição dominical, há lugar para a poesia. Esse lugar é criado na primeira página ou na página 2. Aspectos ligados à vida social da população de classe alta têm espaço bastante expressivo na página 2: bailes, programação teatral, casamentos, nascimentos e mortes, viagens, comentários sobre política no âmbito do governo municipal, bem como notícias policiais e, de modo eventual, piadas convivem nessa página, diariamente, sem qualquer critério fixo de espacialização.

Num momento em que o ofício noticioso estava longe de ser um uma profissão juridicamente reconhecida e socialmente legitimada, em que não havia colunismo, os textos que aparecem no *Diário* não são assinados, manifestam-se como que se escrevessem sozinhos.

Textos, declaradamente, opinativos, como os dos editoriais de hoje que emitem parecer sobre fatos noticiosos recentes, sobre os quais há interesse em divulgar determinada postura, dentro da linha do jornal, ou em formar a opinião pública, aparecem em conseqüência de um acontecimento significativo, especialmente, se ocorrido na cidade. No ano pelo qual optei para levantamento do *corpus*, 1900, fatos citadinos como a visita da escritora e conferencista espanhola Eva Canel, uma alarmante epidemia de febre amarela, uma questão médica desencadeada pela morte da esposa do cônsul espanhol podem ser considerados, entre todos, os mais relevantes. A guerra anglo-boer⁵⁰, a exposição universal de Paris, a primeira cirurgia de separação de xifópagos no Brasil, realizada no Rio de Janeiro, foram também, naquele ano, acontecimentos que merecem avaliações fundamentadas em opiniões.

As notícias consideradas mais importantes aparecem ocupando maior espaço e, muitas vezes, abre-se lugar para elas na primeira página. Não se anunciam com o que hoje chamamos de manchete e sim com títulos, mais ou menos padronizados, vez por outra marcados ironicamente por um sinal de pontuação expressivo. Raramente têm grande extensão e, a observar pelo estilo, mais parecem produto de um único redator.

Embora seja objetivo deste trabalho investigar nos textos escolhidos a representação da mulher, no tempo e no espaço delimitados, ou seja, realizar uma análise no nível do verbal, ao tratar da fonte em si, algumas observações acerca do *Diário do Rio Grande*

⁵⁰ Conflito militar ocorrido no continente africano, de 1899 a 1902, entre as forças britânicas e de Boer, hoje África do Sul, em função da descoberta de ouro e de diamantes, no qual os boers foram derrotados pelos ingleses., conforme dados disponíveis em: <http://www.africadosulemb.org.br/> Acessado em 13 de julho de 2004.

como um todo de significação parecem-me válidas. Em contato direto com material tão precioso, é impossível ignorar, em toda uma engrenagem, elementos que transmitem valores por meio de operações racionais, emocionais e sensoriais. São opções de preenchimento de espaços, de jogos entre signos verbais e não-verbais – contornos em traçados caprichosos, desenhos esmerados - determinando diferentes composições visuais e gerando uma construção complexa de efeitos de sentido.

Tenho consciência de que a análise puramente do verbal implica a perda de aspectos importantes do jogo de efeitos de sentido, porém, um exame mais apurado da maneira como o jornal é construído e lido com todas as suas unidades de relação, isto é, um estudo do que a Semiótica chama de sincretismo extrapolaria os limites colocados para este trabalho. Convém lembrar que a Semiótica de Greimas, diferentemente do que pensam os que ainda a ligam ao estruturalismo dos anos 60 ou vêem-na como ferramenta de análise apenas de textos verbais, desenvolveu consideravelmente sua área de abrangência, desde aquele momento, passando a examinar objetos cada vez mais complexos. A obra de Jean-Marie Floch, um dos principais e mais próximos colaboradores de Algirdas Julien Greimas na elaboração da semiótica visual, atesta essa afirmativa.

4. METODOLOGIA

4.1. Da coleta de dados

Levando em consideração que analiso, neste trabalho, textos escritos e textos orais e tratando, primeiramente, de como procedi à coleta dos textos escritos, devo dizer que utilizar-me de fontes jornalísticas com o objetivo de levantar um *corpus* para análise exigiu-me um árduo, porém, apaixonante trabalho.

Conforme já foi dito (p.16), comecei a visitar a Biblioteca Pública Rio-Grandense, localizada em minha cidade, a cidade do Rio Grande, desde o ano de 2000, três anos antes de ingressar no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Daí iniciou-se minha busca a registros que contivessem dados sobre o sujeito social procurado: a mulher.

À medida que folheava jornais da imprensa rio-grandina, do final do século XIX e início do século XX, sempre novos e interessantes textos iam-se incorporando à lista onde eu anotava referências de fontes, datas, páginas, assuntos.

A cada visita que fazia à Biblioteca, várias possibilidades de abordagem surgiam, à medida em que eram formulados os objetivos da pesquisa. Criavam-se, concomitantemente, dificuldades para demarcar limites; criava-se, também, muita ansiedade. Ainda que estivesse consciente de não poder permitir que o projeto alargasse demais seus contornos, notei que a direção de meu olhar atingia muito amplamente a paisagem. Mesmo assim, minhas reflexões, acerca da proposta, tornavam-se mais profundas e fecundas.

E já depois de incluída no Programa de Pós-Graduação, muitas leituras foram necessárias até que ficassem determinados os textos escritos que, efetivamente, constituiriam o *corpus*. Como a idéia de analisar textos escritos e textos orais estivesse de antemão definida, a intenção de colocar seus conteúdos em cotejo foi, também, fator que motivou a escolha de textos jornalísticos do ano 1900, pois as depoentes que permitiram a constituição dos textos orais conviveram com mulheres rio-grandinas que eram jovens ou adultas no ano eleito, em plena vigência do jornal-fonte.

Tendo já justificado por que escolhi um jornal da dita imprensa "séria" da época (p.15), o *Diário do Rio Grande*, somente para ratificar, reitero que, partindo do pressuposto de que textos jornalísticos dessa imprensa contêm normas padronizadas da uma conduta

feminina reta, sustentada na moral e na virtude, objetivei verificar se esses textos, mesmo visando a esconder, não acabam por revelar marcas de comportamentos transgressores dos modelos tradicionalmente instituídos.

Determinados ano e fonte, a pesquisa realizou-se a partir de uma metodologia dividida nas etapas: leitura geral dos textos jornalísticos, com vistas à verificação de acontecimentos que geraram maior número de matérias no ano pesquisado; seleção de textos – os produzidos em função dos acontecimentos mais relevantes – centrados na mulher na condição de referente, destinatária ou produtora; agrupamento dos textos previamente selecionados em coletâneas diferenciadas por assunto, organizadas pela ordem cronológica de publicação. Assim, textos jornalísticos diretamente relacionados à proposta já mencionada acerca do feminino e claramente relevantes, em termos de acontecimentos que marcaram o ano de 1900, compuseram as duas coletâneas de matérias jornalísticas que integram o *corpus* desta pesquisa.

É importante salientar que a coleta dos textos foram feitas via cópia manuscrita, a partir dos exemplares originais que se encontram em razoável estado de conservação, encadernados cronologicamente, por semestre, no acervo da Biblioteca Rio-Grandense, patrimônio histórico-cultural da cidade do Rio Grande, instituição fundada em 1846.

Interessante também observar que os textos jornalísticos que fazem parte das coletâneas – seis textos, da primeira e vinte e quatro textos da segunda - não foram selecionados de forma aleatória, porém escolhidos, tendo em vista os critérios estabelecidos e aqui descritos. Não encontrei, porém, ao longo do ano em pesquisa e na fonte escolhida, um texto jornalístico substancial que pudesse afirmar, convictamente, como texto de autoria feminina.

Desse modo, as duas coletâneas de textos escritos, classificadas por assuntos que põem em evidência a focalização da imprensa em relação ao feminino, constituintes do *corpus* deste trabalho estão assim intituladas:

Coletânea 1: Uma história sobre a fragilidade e a finitude humanas;

Coletânea 2: Eva Canel: *una mujer española* visita Rio Grande.

No que diz respeito aos textos orais, coletei-os através de relatos de quatro mulheres, que chamo de memorialistas. São, pois, quatro depoimentos de vida, gravados, cada um, durante não mais de uma hora, ao longo dos anos de 2004 e 2005, concedidos por quatro mulheres rio-grandinas, idosas. Seus relatos constituem o conjunto de textos cujo foco maior está na subjetividade, ou seja, a Coletânea 3, intitulada: Entre os fios da memória.

As ações desenvolvidas, para fins de coleta de dados orais, centralizaram-se, para três das depoentes, em encontros individuais, em minha ou em suas residências. Embora o teor dos depoimentos fosse anunciado em uma conversa inicial sobre a minha satisfação em ouvir relatos e sobre a necessidade de gravar entrevistas, para fins de análise em meu trabalho de tese, minha interferência ou estimulação foi a menor possível, objetivando propiciar às depoentes abordagens abertas e uma melhor verbalização de suas memórias.

Assim, após colocar às depoentes de que deveriam tratar seus depoimentos – recordações da infância, da juventude, do casamento – pedia-lhes que me contassem sobre essas fases de suas vidas, deixando fluir, livremente, suas lembranças, pois entendi que, tolhida a autonomia, a narrativa poderia perder a sua vitalidade. Uma ou outra vez, percebendo alguma dispersão, coloquei em meio a pausas, alguma palavra-chave, como, por exemplo – bailes, namorados, profissão – para que daí brotassem novas abordagens espontâneas. Ao final dessas exposições semi-dirigidas, eu pedia-lhes permissão para transcrever o que havia gravado em meu trabalho de pesquisa.

Ainda que nenhuma delas tenha colocado restrição acerca de registro de nome, preferi omiti-los, todos. Observei que os nomes de pessoas citadas, por poderem permitir identificação da depoente, seriam registrados apenas pelas suas letras iniciais e que cada depoente iria figurar, no trabalho, identificada pela letra M maiúscula, de memorialista, e por um dos números da seqüência de 1 a 4, na ordem crescente, conforme a idade de cada uma; pelo ano de nascimento, pela etnia, pela classe social e pelo grau de escolaridade.

Desse modo, as quatro memorialistas, identificadas, nas análises como M1, M2, M3, M4, assim caracterizam-se:

M1 – 91 anos (na ocasião da entrevista), nascida em 1914 negra, pertencente à classe baixa (na infância e na juventude), alfabetizada;

M2 – 86 anos (na ocasião da entrevista), nascida em 1920, negra, pertencente à classe baixa (na infância e na juventude), instrução primária incompleta;

M3 – 84 anos (na ocasião da entrevista), nascida em 1922, branca, pertencente à classe média (na infância e na juventude), instrução ginásial completa.

M4 – 81 anos (na ocasião da entrevista), nascida em 1925, branca, pertencente à classe alta (na infância e na juventude), instrução superior.

Salientei que o procedimento de coleta foi posto em prática com três das depoentes, porque, para uma delas, apenas, de modo parcial, foi empregada essa conduta, pois observei que a preocupação com o "sentir-se entrevistada" prejudicava a espontaneidade com que sempre me relatou suas lembranças do passado. Sendo assim, a fim de preservar sua

maneira natural de relatar e tentando evitar a intervenção de possíveis alterações decorrentes de uma situação artificial, gravei fragmentos de conversas que ela teve, desavisadamente, comigo, com minha filha, com minha secretária, apenas informando-lhe que havia gravado a conversa, para utilizá-la no meu trabalho, ao final do relato.

As fontes vivas de que dispus, em primeiro lugar, por estarem mais próximas de mim, por laços de sangue – duas mulheres de mais de 80 anos; de etnia negra; de classe social baixa, durante a infância e a juventude; e de grau primário de escolaridade – determinaram, pelos seus próprios perfis, os critérios para que eu procurasse outras duas de mais de 80 anos; de etnia branca; de classe social média e alta, durante a infância e a juventude; e de graus médio e superior de escolaridade.

Julguei ser importante que se tratassem de pessoas que, na infância e na juventude, tivessem convivido com mulheres que viveram na época de circulação do jornal, especificamente em 1900, ponto de ligação tomado como eficaz para verificação de influências comportamentais. Desse modo, idade; pertencimento étnico; *status* social e grau de escolaridade definiram, naturalmente, critérios de seleção de mais duas memorialistas, pois, pelas diferenças, supus captar maior diversidade de olhares sobre o passado. Isso implica que cada um dos depoimentos, vistas as peculiaridades de percursos individuais de cada memorialista, traz consigo uma história social, ocorrida num mesmo espaço urbano, mediado pelas mesmas condições sócio-políticas e culturais, num período histórico também comum.

Ao transcrever os textos orais, a partir das gravações, objetivei preservar a originalidade dos depoimentos, mesmo com contradições e rupturas, próprias da oralidade, percebida nos relatos. Seria interessante que os termos pronunciados com maior ênfase fossem destacados de uma maneira especial, a fim de que ficasse marcada a importância da representação expressa na fala, pois entendo que a ênfase de entonação está ligada a uma significação especial, reveladora de conteúdos muito intensos na memória e na consciência dos sujeitos pesquisados. Mas um estudo que contemplasse essa particularidade está fora do escopo deste trabalho. Nos textos transcritos da fala, os recursos de que me servi para grafar algumas palavras e para representar pausas dão vistas de uma forma de apreensão.

Levando em conta a relação que quis fazer entre o olhar que a Semiótica lança e o que a História lançaria sobre a especificidade de documentos e as tipologias textuais tomadas para este trabalho, o número de depoentes, no caso dos textos orais, foi suficiente para uma amostragem de situação prática de análise. Nessa perspectiva, não sei até que ponto me afastei da ortodoxia metodológica de técnica de pesquisa marcada pelo formalismo e pelo didatismo. Não segui um método de caráter formal e rígido pela própria natureza da proposta e até

porque entendo que um cientista, ainda que apresente os resultados de suas pesquisas expressos em gráficos e tabelas, não está imune a um envolvimento ideológico e valorativo.

4.2 Da natureza do *corpus*

Poderia, simplesmente, aqui, dizer que o *corpus* desta pesquisa constitui-se de textos coletados do jornal *Diário do Rio Grande*, claro defensor dos grupos dominantes, e, de relatos gravados e transcritos, que remontam narrativas policênicas de costumes, painel de preconceitos sociais, políticos e religiosos da vivências de quatro mulheres de mais de 80 anos, acontecimentos, informação já adiantada. Mas é preciso dizer mais, para que a leitura que faço dos textos constituintes deste *corpus* faça sentido.

Minhas inquietações impeliram-me a buscar uma forma de pôr em paralelo “verdades” relatadas, nubladas, baseadas em lembranças, com “verdades” colhidas em tempo concomitante aos acontecimentos e documentadas por escrito, em tempo imediato às suas ocorrências. Afinal, não dizem os jornalistas que a imprensa não cria os "fatos", apenas os relata de forma neutra?

Ainda que digam os pensadores que o "fato" é um perdido no tempo e que dele temos apenas narrativas e mesmo convencida de que a neutralidade jornalística é apenas um mito, ainda assim quis investigar, não no texto da História Oficial – neste texto, já tinha, há muito, o conhecimento de como se constrói o *ser mulher* – mas no texto da notícia veiculada no jornal, onde a pretensão é a de mostrar sujeitos flagrados no dia-a-dia da “realidade” de suas vidas. Eleitos os textos jornalísticos do *corpus*, quis ver de que modo constroem a narrativa, no que diz respeito à condição de *ser mulher* na cidade do Rio Grande, em 1900, através do discurso materializado linguisticamente em textos que dizem respeito, justamente, à mulher.

O que acontecia em 1900? Celebrava-se o fim de um período de cem anos de prodigioso avanço científico e econômico que assinalava, também, o limiar de um tempo cuja grandeza era profetizada pelos sábios e pelos filósofos, cujas realidades ultrapassariam, sem dúvida, sonhos e imaginações.

Havia muita euforia no mundo, com a expansão acelerada da economia e com novas descobertas. Germinavam novas idéias e novos ideais, no campo do direito, na economia e na sociologia. Portugal, Espanha e Inglaterra dividiam um mercado próspero e

ávido em todos os continentes. Paris já era uma cidade importante, cheia de vida e agitação, mas em 1900 tornou-se ainda mais alegre e movimentada. Isso não aconteceu exatamente por conta da realização, na capital francesa, da segunda edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, ainda que os jogos marcassem um grande passo para o esporte: pela primeira vez, as mulheres puderam participar da competição. Junto com as Olimpíadas, estava sendo promovida em Paris a Exposição Universal, mostrando o que havia de mais moderno e sensacional na época, como os primeiros automóveis de quatro rodas. Naquele evento, numa Paris estonteantemente iluminada à luz elétrica, o *art nouveau*, também chamado *style1900*, obteve consagração internacional. Isso fazia a diferença: Paris tornou-se a capital do mundo artístico e cultural, o que lhe rendeu, denotativa e conotativamente, o apelido de Cidade-Luz. O final do século XIX trouxe a democracia, a ciência, a indústria e a burguesia como marcos.

Somente para ilustrar, vejamos um anúncio do *Diário do Rio Grande* com relação ao evento que se realizava em Paris:

Exposição Universal de Pariz

Durante a Exposição Universal de 1900 de Pariz, os nossos compatriotas, que se acharem n'aquella cidade e quizerem ler o nosso jornal, poderão dirigir-se aos nossos correspondentes alli, os Srs. Mayence, Favre & C^a. Directores do "Comptoir International de Publicité", 18, rue de la Grande-Batelière, que porão a disposição d'elles os números da nossa collecção que pedirem. É bom saber-se que por cada paquete enviamos aos nossos correspondentes os números do nosso jornal e nossos amigos terão a certeza de encontrar em casa d'esses srs., os números mais recentes. Assim cada leitor do nosso jornal poderá, querendo, apesar de longe d'esta cidade, estar sempre a par dos acontecimentos do nosso paiz.⁵¹

O Brasil tinha onze anos de República e seus portos se agitavam em comércio intenso com o exterior. A cidade do Rio Grande, berço da civilização rio-grandense, estrategicamente situada no extremo meridional do estado do Rio Grande do Sul, efervescia em intensa atividade portuária e fabril. Falava-se, em pé de igualdade com o português, o alemão, o francês e o inglês. A sociedade local era cosmopolita e isso influenciava as artes, as letras e a cultura de modo geral. As maiores companhias teatrais da época, oriundas do velho continente, tinham passagem obrigatória por essa cidade marítima. Clubes fechados, privados à alta sociedade, reuniam os nacionais de cada país. Surgiram clubes alemães, ingleses, como os tradicionais Sociedade Germânia, Clube do Comércio e Clube de Regatas Rio Grande. Lojas das ruas centrais da cidade anunciavam, no *Diário do Rio Grande*: "Deslumbrante sortimento acaba de chegar de Paris ao PALAIS ROYAL, taes⁵² como: Bellissimas camizas para dormir, ricamente bordadas de branco e de cor".⁵³

⁵¹ *Diário do Rio Grande*, quarta-feira, 25 abril de 1900. p.2

⁵² Mantenho fielmente os textos do jornal sem qualquer revisão gramatical e/ou atualização ortográfica, visto que a linguagem da época não compromete a compreensão textual. O nome do jornal, escrito em tipos góticos, em todo o desenvolvimento deste trabalho, justifica-se pelo fato de que, semioticamente, tudo produz sentido.

⁵³ *Diário do Rio Grande*, quinta-feira, 04 de janeiro de 1900. p.4.

A Europa ditava a moda:

Ao publico altas novidades. Como é de costumme, todos anos – JOVEM ITALIA apresentar, nesta cidade as maiores novidades existentes na observancia deste preceito, acaba ella de receber uns louquinhos-borboletas, que são um verdadeiro primor e que têm feito, nas grandes capitaes européas, um successo colossal. (...) Não esquecei a alta novidade (...) elegantes e modernos cintos para senhora e grande variedade de correntes para leques, podendo tambem ser usadas nos relógios. A Jovem Itália – Gen. Bacellar, 141.⁵⁴

E o chamado ao consumo era intenso:

...bonitas e modernas applicações de perolas e de contas de vidro, de côres e pretas, para vestidos. TISSUS À JOURS, modernissima fazenda aberta de algodão de côr creme, para vestidos. (...) SAHIDAS DE BAILES e de teatro, artigo deslumbrante e rico. AU PALAIS ROYAL – R. Marechal Floriano, 199.⁵⁵

Na Europa praticava-se uma modalidade esportiva “viril” que vinha se tornando o encanto da juventude. Era o *foot-ball*, disputa que exigia muita agilidade e engenho dos competidores. A noticia chegou rápida a Rio Grande e, nesse ambiente, um grupo de jovens de 20 a 25 anos resolveu reunir-se para organizar um clube esportivo que viesse a difundir, no solo pátrio, a atraente modalidade. Foi quando o jovem alemão Johannes Christian Moritz Minnemann, nascido em Hamburgo, há pouco tempo no Brasil e com pouco domínio da língua portuguesa, reuniu alemães, ingleses, portugueses e brasileiros com o fito de fundar um clube. Nascia, exatamente em 1900, o Sport Club Rio Grande, o mais velho do país.

Em 1900, a cidade respirava, pois, ares de influência européia. Tomava, nesse final do século XIX, um novo rumo, adotava um novo estilo de vida associado à idéia de modernidade e às reformas empreendidas pela República há pouco instalada. Sua imprensa desenvolvia-se em larga escala.

Rio Grande queria ser européia. Mesmo com traços fortes da influência portuguesa, construiu prédios com materiais importados da França. Trouxe de lá vitrais, lustres, espelhos bisotados. Na gastronomia, novas técnicas, sabores mais sofisticados chegavam junto com os estrangeiros que nela se fixavam. Até seus produtos da terra, seus frutos do mar ganharam aromas e aparência da cozinha européia. Na arquitetura, na indumentária, nos costumes era notável a invasão de modismos vindos de fora. Houve tempo em que, na vida das elites, na cidade do Rio Grande, a permanência de valores europeus

⁵⁴ Idem, domingo, 21 de janeiro de 1900, p.2.

⁵⁵ Idem, terça-feira, 11 de março de 1900, p.3.

esteve acima dos gauchescos e até dos brasileiros. Muitos desses hábitos, com o fortalecimento da identidade regional e nacional, perderam-se no tempo.

A despeito de as damas daquele tempo abusarem do francês, de 1808 até o início do século XX, Rio Grande também recebeu muitas influências inglesas, que foram mais mercantis do que culturais. Mas, desde sua instalação, na entrada da barra, por Silva Paes, como primeiro núcleo organizado, a remota Província de São Pedro preserva, até hoje, predominantemente e em boa parte, as características lusas. O tipo de vida portuguesa ainda hoje domina, apesar das influências cosmopolitas próprias de um porto continental. Muitos traços culturais da vida das famílias, das festas tradicionais, da cozinha, das comemorações religiosas, das culturas agrícolas, das linhas arquitetônicas, são sinais visíveis das raízes portuguesas.

Traço, aqui, todo esse panorama para contextualizar o momento histórico em que se produziram os textos que selecionei do jornal para analisar neste trabalho, para justificar por que optei por textos jornalísticos veiculados no decorrer de 1900, ano em que, no meu entender, existe um campo fértil para perscrutar, no noticiário da imprensa “séria” a instigante dimensão feminina.

De natureza oral, os textos obtidos de relatos de fontes-vivas, também constituintes do *corpus* de análise deste trabalho, aqui estão, motivados, como já foi dito, pelo interesse que sempre me despertaram histórias que ouvi desde criança. Essas histórias permitiram-me resgatar evidências das práticas cotidianas, especialmente das figuras femininas. Qualquer indício que revelasse quem eram, como se relacionavam, como eram suas casas, como se divertiam, de que forma sobreviviam, como se organizavam e como reagiam diante das tentativas de normatização e de repressão implementadas pela autoridade paterna, nem sempre a do pai, mas também a do marido, passou a ser o foco de minha atenção.

Quando em contato com as mulheres que me as contavam, procurava buscar, através de indagações, reconstruir existências e lugares, abrindo um ouvir curioso para cada relato, esperando que surgisse a oportunidade para surpreender um novo acontecimento, uma nova descoberta.

Daí meu interesse pelas fontes-vivas, pelas mulheres longevas, pelas suas histórias, em que as famílias são numerosas, constituídas de muitas figuras femininas, senhoras e donzelas de diferentes idades, em que há também velhas matriarcas e tias solteiras. Principalmente por serem idosas, de idades em torno de 80 e 90 anos, as mulheres de quem tomei depoimentos produziram, exatamente, textos orais da natureza que interessa, de forma

direta, ao meu trabalho, os que trazem elementos históricos que me permitem lançar vista ao contexto social em que elas, crianças e jovens, conviveram com adultas e longevas de então.

4.3 Da análise

A análise, no todo dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, é feita nos três níveis do percurso gerativo do sentido, conforme propõe a Semiótica Greimasiana, a partir da identificação das estruturas elementar ou fundamental, narrativa e discursiva.

Levando em conta a teoria que embasa a proposta, de acordo com Barros (1990:16), na Semiótica, a estrutura narrativa simula a história do homem na busca de valores e ou sua procura de sentido por meio de contratos e conflitos que marcam os relacionamentos humanos. Assim, “fato” ou interpretação, interessa-me a narrativa, interessa-me examinar como o texto da notícia faz para dizer o que diz, para dizer-me do sujeito que constitui meu alvo, para mostrar-me seu *fazer* no tempo e no espaço que escolhi para surpreendê-lo.

Minhas análises contemplam, também, muitos aspectos da teorização de Benveniste, bem como alguns de outros estudiosos do discurso como Bakhtin, Ducrot, Perelman & Olbrechts Tyteca, saberes freqüentemente conciliados com a Semiótica Greimasiana.

Observando essas perspectivas e entendendo que a expressão também se organiza através de um percurso que vai do mais simples ao mais complexo, empreendo, nas análises textuais que realizo neste trabalho, uma leitura exegética, considerando o mundo representado.

Considero válido dizer, em função de aspectos observados nas análises, que o simbolismo é uma distribuição de signos e liga-se, como a língua, a uma semiótica; porém o aspecto que ressalto é o de que a língua tem sinais próprios e o simbolismo apropria-se desses sinais, atos e enunciados. Julgo importante evitar a ingenuidade de pensar que as imagens e as palavras dos textos são acidentais. Isso, sei, não é veraz. Os significados das palavras eleitas para se fazerem presentes nos textos têm referencialidade histórico-cultural e a escolha delas tem a participação decisória do enunciador.

Em minhas análises, na condição de enunciatário, quando imprimo minha leitura, por exemplo, ao nível discursivo dos textos, delimito figuras, levando em conta como texto e

contexto me conduzem a delimitá-las. A palavra adquire, como um corpo, a solidez e a opacidade, em consequência de sugestibilidades simbólicas inerentes a ela, fruto, é óbvio, da escolha do enunciador. A referência que faz, por sua escolha, a uma cor e não a outra agrega sentido ao texto, porque as cores são carregadas de sentido pela cultura.

A semântica opera com a representação simbólica que a cadeia significante/significado pode ter. Daí a ser considerado o contexto cultural dos símbolos, daí a serem levados em conta, nas análises, mecanismos lingüísticos e extralingüísticos, daí a ser mostrado que os sentidos apreendidos nos textos são legitimados na e pela cultura, pois os valores que neles circulam trazem marcas sociais, históricas e ideológicas.

No decorrer das análises, procurei inserir outros textos ou fragmentos de textos localizados durante o processo de leitura das publicações de o *Diário do Rio Grande*, do ano de 1900, particularmente, durante a eleição dos textos que compuseram o *corpus*. Portanto, a inserção de alguns outros textos pretende, quando realizada, reforçar aspectos das análises, uma vez que coloco o discurso desses textos introduzidos em diálogo com os discursos dos textos que fazem, efetivamente, parte do *corpus*.

5 ANÁLISES

*Minha terra
pode não ser assim (como outras)
tão bela
Não fica no alto da serra,
nem tem parreirais...
É terra de muito vento no descampado...
É terra de mar encapelado...
e tem cheiro de sal...
Espumas que bordam a praia...
dois grandes braços de pedras
velas nos trilhos a brincar...
Esta terra que eu amo
canto
e invento...
é, em muitos momentos,
o meu único chão...
universo pelo inverso –
pouca terra e muito mar...
É um cantinho do mundo que,
desde muito pequena,
eu aprendi a amar.*

Flávia Estima

5.1 Textos jornalísticos

5.1.1 Coletânea 1: Uma história sobre a fragilidade e a finitude humanas

Antes de qualquer outra justificativa, acima de tudo, interessa dizer que a primeira coletânea arrolada para este trabalho trata de Anna, uma mulher, e que toda análise visa a confluir para a observação atenta de como Anna aparece. Constitui-se a coletânea de um conjunto de textos ligados a uma ocorrência que, provavelmente, na época, considerado o destaque dado pelo jornal, tenha atingido a opinião pública de maneira contundente, muito próxima, e que, com certeza, incitou leitores a emitirem, nas suas conversas, dentro e fora de casa, os seus julgamentos pessoais.

Entre 4 e 8 de julho de 1900, foram publicados, no *Diário do Rio Grande*, seis textos que, juntos, configuram um acontecimento. Apresentam-se à maneira de um

espetáculo, com uma seqüência canônica completa, no qual programas de uso giram em torno de um programa de base – realização de uma cirurgia – objeto carregado de valores.

Há, portanto, um ponto de intersecção entre os textos escolhidos: todos tratam do mesmo assunto, constituem, semioticamente, uma narrativa em que há actantes funcionais, assumindo papéis variáveis em seus percursos narrativos. Enquanto atores, são personagens concretas investidas de seus nomes próprios e de suas qualificações específicas: uma mulher da classe alta da sociedade rio-grandina de então – foco principal da análise – um médico⁵⁶ formado no Rio de Janeiro que, por algum tempo, em torno de 1900, exerceu medicina em localidades do estado do Rio Grande do Sul, como em Rio Grande.

As notícias dão conta de ações ordenadas, entre as quais se estabelecem conexões de sentido, tais como seqüencialidade temporal, causalidade e finalidade: um relato de fatos passados e acabados. O texto correspondente à primeira notícia tem uma função específica, assinala a abertura da narrativa, situa as ações no tempo e no espaço, introduz personagens, cria o contexto. O que relata, teor da notícia, passa a funcionar como pano de fundo para o desenrolar dos demais episódios, ou seja, em torno dessa notícia gravita o todo, isto é, os demais episódios são subordinados ao acontecimento que a motiva.

Nos anexos, da página 299 à página 301, com os títulos que seguem e em seqüência cronológica, os textos que constituem a Coletânea 1, conforme publicados no jornal *Diário do Rio Grande*, assim se apresentam:

Operação cirurgica – quarta-feira, 4 de julho de 1900, primeira página.

Necrologia – quinta-feira, 5 de julho de 1900, primeira página.

Sahimento funebre – sexta-feira, 6 de julho de 1900, página 2.

*Questão medica*⁵⁷ – domingo, 8 de julho de 1900, página 3.

Resposta – domingo, 8 de julho de 1900, página 3.

Viajantes – 8 de julho de 1900, página 3.

⁵⁶ Daniel de Oliveira Barros D'Almeida nasceu em 6 de abril de 1859. Natural do Recife, mudou-se para o Rio de Janeiro com 15 anos de idade. Formou-se em 1880. Polarizou, em torno do seu nome, todas as atenções pertinentes à anestesia, sua principal preocupação, não se conformando com os resultados precários. A anestesia era responsável por inúmeros insucessos. No início de sua carreira, exerceu medicina no Rio Grande do Sul. Em 1900, atuava na cidade do Rio Grande. Aos 43 anos de idade, assumiu a Chefia da Enfermaria 23 da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Teve como assistentes os mais tarde famosos Álvaro Ramos, Brandão Filho, éter e pela raquianestesia. Foi o primeiro a empregar o Éter no Brasil. Faleceu em 15 de janeiro de 1919, vítima de angina de peito. Atualmente, no Hospital Souza Aguiar do Rio de Janeiro, uma das sete equipes de emergência daquela casa de saúde tem seu nome.

Disponível em: http://www.cesouzaaguiar.hpg.ig.com.br/nova_pagina_1.htm Acessado em 15 de julho de 2004.

⁵⁷ Publicação de uma carta assinada pelo médico, Dr. Daniel d'Almeida, e da resposta dada a mesma, assinada pelo Sr. Florencio Rodrigues.

Em conformidade com o que já antecipei, decidi discutir aspectos da Semiótica Greimasiana no decorrer de sua aplicação na análise dos textos. No que diz respeito à análise dos textos desta coletânea, convencionei referi-los, sempre que mencionados, da seguinte forma:

Operação cirurgica – OP (Anexo A, p. 299)

Necrologia – N (Anexo A, p. 299);

Sahimento funebre – SF (Anexo A, p. 299);

Questão medica – QM, (subdividido em *Questão medica*/Parágrafo Introdutório: QM/PI (Anexo A, p. 300) e *Questão medica*/Carta do Médico: QM/CM (Anexo A, p. 300);

Resposta – R(Anexo A, p. 300/301);

Viajantes – V (Anexo A, p. 301).

Quem produz sentidos realiza uma construção, do mesmo modo como quem apreende sentidos reconstrói significativamente o que capta. Assim como uma pintura ou uma peça musical, um texto é um engenho portador de sentidos, porém esses sentidos não são dados gratuitamente ao leitor. Gerados e engendrados ao longo de sua extensão, os sentidos de um texto são desvelados através de uma leitura que deve constituir-se como um procedimento e por meio de um esforço de construção em diferentes níveis. Tudo se inicia pela decodificação dos sinais com os quais se manifesta, por uma relação estabelecida entre as seqüências desses sinais gráficos escritos.

Concomitantemente, e aqui, para explicar, convoco Saussure, o processo é uma sintagmatização – combinação dos sinais lingüísticos próprios da língua, dispostos antes e depois, em cadeia linear – e uma paradigmática – correlação com outros sinais não presentes, mas que fazem também parte do mecanismo de organização da linguagem, enquanto possibilidade de escolhas. A leitura é, assim, um processo do qual o leitor participa com uma aptidão que não depende basicamente de sua capacidade de decifrar sinais, mas sim de sua capacidade de dar sentido a eles, compreendê-los.

É preciso considerar que as notícias, conjunto de textos em análise, constituem -se como uma sucessão de informações e de efeitos de sentido. Pela leitura delas, pouco a pouco elabora-se e constrói-se uma significação. Essa construção progressiva da significação é possível não somente pelo quadro narrativo que comanda certas relações, mas também por uma organização das unidades do conteúdo, a qual, por sua vez, comanda outras relações.

As ações que se desenrolam num espaço e tempo determinados, percebidas como unidade cujos elementos estabelecem relações entre si, vão sendo entendidas de modo organizado, segundo determinados esquemas cognitivos decorrentes de padrões culturais recorrentes, no momento da recepção. Tendo em memória que os textos constituíram notícias veiculadas de forma consecutiva em um jornal – e que precisavam manter-se vibrantes, enquanto o jornal estivesse em consumo – uma vez mobilizados esses esquemas, as leituras, feitas em seqüencialidade linear, certamente, contribuiram para que os leitores fizessem suas inferências e compartilhassem expectativas.

O conjunto de notícias é apresentado na forma de um pequeno espetáculo, com uma seqüência canônica completa, isto é, imaginado como um espetáculo que simula o fazer de sujeitos que transformam o mundo. Nesse espetáculo, um processo cirúrgico é mostrado como objeto carregado de valores.

Fazer a investigação do nível narrativo dos textos que, sendo notícias, constroem o espetáculo é descrever a história contada, é buscar a ação mostrada, é apontar seus participantes e o papel que representam, é detectar de que performance trata o texto, no caso, as notícias como um todo textual.

5.1.1.1. Nível Fundamental

Na base de todo o conjunto de textos em análise, destaco inicialmente, a categoria semântica axiologizada no nível das estruturas fundamentais. Como estou considerando o todo, encontrei a oposição vida vs. morte como sendo os termos da estrutura elementar da significação que sustenta o plano de conteúdo.

Semioticamente, o sentido produz-se e manifesta-se ao longo de várias etapas, desde um estrato mais profundo até um estrato de superfície. O nível fundamental abriga as oposições básicas de construção de um texto. É a partir dessa relação que se inicia o chamado percurso gerativo de sentido, um caminho de enriquecimentos semânticos. O sucesso de uma delicada intervenção cirúrgica é mostrado como manutenção de vida, é a própria vida que vence. O óbito inesperado, duas horas após a visita do médico é um não ser, é a morte.

Havendo a afirmação e a negação da vida, a vida tem valor positivo, é eufórica, enquanto a morte é negativa, disfórica. Tenho, então, um texto disforizante, isto é, um texto que transita da euforia à disforia. A passagem de um pólo a outro nunca ocorre diretamente: é preciso que um termo seja negado para que o outro possa ser afirmado. No caso, tal passagem

determina-se pela sucessão crescente de tensões cuja tendência natural é o surgimento das discontinuidades; criam-se confrontos que resultam na ruptura da vida, o que vai impedindo, progressivamente, a permanência dos elos contínuos. O que é visto como eufórico – no caso a vida – concretiza-se como objeto de valor para o sujeito identificado como Anna. É, portanto, pela oposição semântica vida vs. morte, que permeia todos os textos, que se produzem os sentidos.

Os elementos da oposição detectada no nível fundamental deverão ser tomados, no nível narrativo, como valores para um sujeito e, pela ação desse sujeito, deverá resultar uma transformação de estados.

5.1.1.2 Nível Narrativo

Considerando a organização da narrativa em suas seqüências, tenho um conjunto de textos noticiosos que expõem conflitos caracterizadores de quadros passionais, retratando sujeitos fragilizados, que passam por privações, o que envolve sentimentos decorrentes de perda, culpa e receio. A tensão provocada pela iminente ruptura de estados atravessa toda a narrativa. Convém ponderar que sujeito e objeto não são personagens, são tão somente noções que definem relações, são eventuais papéis.

Um percurso narrativo pode ser duplicado ou triplicado. No conjunto de textos em exame, Anna, no papel actancial de sujeito, para alcançar seu objeto de valor, a vida, concretizada no alívio das dores, na recuperação da saúde, precisa submeter-se a uma cirurgia; para ser operada, precisa de um médico-cirurgião que realize o procedimento cirúrgico e assim sucessivamente, até que possa entrar em conjunção com o objeto visado. O programa narrativo de base desdobra-se, dessa maneira, em vários programas narrativos de uso.

Assim, o conjunto de textos que constitui a história de Anna ou, em outra perspectiva, a história de um médico, Dr. Daniel d'Almeida que se viu envolvido em uma questão profissional constitui uma narrativa construída sobre um programa narrativo de base que se organiza do ponto de vista de um sujeito modalizado pelo dever saber fazer. Para a consecução desse programa de base, o sujeito-destinador Anna, sujeito 1, manipula o sujeito 2, em cuja actância estão marido e família, o que cria a realização de uma performance. Veja-se que, ao chamar o médico para realizar um fazer que espera, seja bem sucedido, marido e família assumem a actância de destinador-manipulador. O médico, sujeito 3, é levando a

dever-fazer a operação – caso não faça, não contribuirá para que tenham fim as dores da paciente, para que ela recupere sua saúde, sua vida – o que cria, para esse sujeito-destinatário a necessidade de cumprir um programa de uso (operar) que lhe permitirá concretizar o programa de base (fazer com que cessem as dores, recuperar a saúde da paciente, resgatar sua vida).

E, a propósito, numa narrativa-ocorrência, os actantes realizam-se como atores, isto é, deixam o plano abstrato e, em nível de manifestação, adquirem identidades próprias e diferenciadoras. Tomam nomes e atribuições determinadas. Friso bem esse aspecto, porque, para demonstrar com mais adequação minha análise da narrativa, estou, antecipadamente, identificando atores. É importante salientar que a um papel actancial podem corresponder vários atores, ou então, o mesmo ator pode exercer, ao longo da narrativa, mais de um papel actancial. Voltando ao programa narrativo 1 - daqui em diante PN – constatarei que, o sujeito do fazer, considerada a manifestação textual, em OP, são os médicos-cirurgiões:

Os operadores Srs. Drs. Daniel de Almeida e Nabuco de Gouvêa foram coadjuvados pelos seus colegas Srs. Drs. Lopes Rodrigues, Matta Bacellar, Vicente Maia e Gomes Velho. Estiveram presentes os Srs. Drs. Berchon des Essarts, Felipe Caldas e Carlos Laudares. (Anexo A, p. 299)

Não custa retomar ser possível, também, que a cada actante, corresponda um único ator, ficando clara, pois, a sobreposição de funções aos papéis. Qualquer narrativa é, pois, uma estrutura algorítmica de transformação, assim como o algoritmo, ordena os seus diversos componentes a partir do fim almejado.

Atendo-me, por exemplo, nos textos em estudo, à trajetória do sujeito representado pela esposa doente, que nas notícias fica actorializada com o nome de Anna, observo que o seu percurso constrói-se por meio de uma sucessão de diferentes estados. Anna passa de um estado de sujeito em disjunção com a saúde física, prestes a perder o valor vida, para um estado de conjunção com a saúde, ou seja, com o valor vida; de um estado de conjunção com o valor vida para um estado de disjunção com esse valor (morte). A significação fundamental da narrativa está justamente centrada no efeito de diferença entre esses estados sucessivos do sujeito em questão. O médico, Dr. Daniel d'Almeida, na condição de sujeito, passa de um estado de conjunção com a credibilidade profissional para um estado de disjunção. Florencio, ator que corresponde ao esposo da paciente, passa de um estado de sujeito em conjunção com o estado civil de casado para um estado de disjunção com essa condição civil, ou seja, passa a ser viúvo.

Em função das junções que determinam os dois tipos de enunciados de estado, há duas espécies de narrativas mínimas. Uma caracteriza-se por um estado inicial conjunto e um

estado final disjuncto, configurando uma privação. A outra caracteriza-se pelo processo inverso: um estado inicial disjuncto e um estado final conjuncto – a liquidação de uma privação – o que acontece com o sujeito de estado Anna, que estava, se considerado o PN 1, privado de bem-estar, sentindo dores, perdendo a vida. Quando a natureza da junção implica aquisição do objeto de valor, essa aquisição pode ocorrer por doação ou por apropriação: o médico, sujeito do fazer, realizando a cirurgia, doou saúde, bem-estar, vida. Se implicar privação do objeto de valor, pode ocorrer por espoliação ou renúncia.

Nesse sentido, no que diz respeito aos programas narrativos – daqui em diante PNs – quanto ao componente sintáctico, é pertinente estabelecer que, no PN1, Anna perde o objeto de valor da saúde e, para recuperá-lo, é submetida a uma intervenção cirúrgica. Convém observar que o sujeito de estado é Anna. Na actância do sujeito do fazer estão os médicos-cirurgiões.

Assim, um enunciado de estado inicial ($S \cup O$) e um enunciado de estado final ($S \cap O$) contêm um objeto de valor. Nesta sintagmatização, é possível ser lida a passagem do sujeito de um estado a outro:

$$F(S) \implies [(S \cup O) \rightarrow (S \cap O)]$$

Esse enunciado é uma formulação simbólica da performance da esposa: ela própria (sujeito de estado), ao submeter-se à cirurgia, passa de um estado de disjunção com a saúde, condição em que agoniza, em que corre risco de morte, a um estado de conjunção com a reconquista da saúde, entrando, enfim, em conjunção com a vida. Os enunciados de fazer operam a transformação da disjunção que o sujeito Anna mantinha com o objeto de valor saúde/vida para a conjunção com esse objeto.

Assistida pelo Dr. Daniel d'Almeida, no PN2, Anna readquire a saúde e demonstra condições satisfatórias de recuperação. O sujeito de estado é Anna; o sujeito do fazer é o médico. Veja-se que, ao autorizar o médico à realização de um fazer, que espera seja bem sucedido, a família é o destinador-manipulador.

Ocorre, porém, que a personagem central vem, em seguida, a morrer. O insucesso da cirurgia configura uma sanção pragmática negativa: ao invés da recompensa, a acusação. Em nível de pressuposição – idéia legitimada pela carta – a família passa a duvidar do diagnóstico do médico, o que, com certeza, chega ao conhecimento do cirurgião. Assim, no PN3, o viúvo e a família acusam o profissional. O sujeito de estado é Dr. Daniel d'Almeida; o sujeito do fazer é Florencio e a família.

O médico, Dr. Daniel d'Almeida, no PN4, defende-se da pressuposta acusação de incompetência na justificativa da morte de Anna, em carta aberta, publicada no jornal. O sujeito de estado é a família; o sujeito do fazer é o médico.

No PN5, Florencio, o esposo, e a família concordam, em parte, conforme será possível entender mais adiante, com as justificativas dadas em carta pública pelo médico que tratava da esposa. O sujeito de estado é Dr. Daniel d'Almeida, médico que assina a carta; o sujeito do fazer é Florencio, esposo da morta, que, assinando a carta representa também a família.

Já mencionei a relação de transitividade sujeito-objeto, o primeiro dos três pares de actantes da teoria greimasiana. É possível perceber que, em termos semióticos, existe sentido sempre que um sujeito mobilize-se empreendendo busca a um objeto. O termo sentido deve aqui ficar entendido como direção e, nesse modo de ler, sentido origina-se da ruptura de uma situação estável, ou seja, de uma situação de harmonia, e da demanda que se estabelece para o resgate dessa situação tida como ideal.

Na narrativa em análise, pode ser percebida a existência de valores descontínuos que conduzem a disjunção entre os actantes: diante da morte da paciente, a relação destinador/destinatário transforma-se na relação subjetal sujeito/anti-sujeito. Aí concentra-se toda a tensão do texto.

Convém lembrar que o último par de actantes é o par adjuvante-o oponente. Esses actantes situam-se no nível do fazer do sujeito e exercem, cada um, uma função. Cabe ao actante-adjuvante auxiliar o sujeito na busca da realização do seu desejo e ao actante-oponente opor-lhe obstáculos. Essa relação expressa luta ou combate pela modalidade do poder. Nessa linha de configuração actancial, em se tratando da narrativa que a reunião das notícias articula, os médicos-cirurgiões que auxiliam o sujeito do fazer, Dr. Daniel d'Almeida, no procedimento cirúrgico, são actantes-adjuvantes que lutam contra empecilhos colocados pelos actantes-oponentes: o risco da cirurgia, a má natureza do tumor e seu volume, por exemplo. Entendendo de outra forma, é possível verificar, nesse mesmo PN, o talento, a capacidade, o conhecimento científico do sujeito do fazer, o médico, como actante-adjuvante e a gravidade da doença como actante-oponente.

No tocante às fases da narrativa, trato, agora, especificamente, da manipulação. Considerando a visão do todo, quanto à manipulação, em uma seqüência linear de programas, Anna manipula o marido e a família a fim de que busquem solução para o alívio de seu sofrimento:

3º É certo que V.S. quis que a doente fosse orientada da gravidade da operação, o que se fez, porém ella insistia sempre para que fosse operada, visto não querer nem poder supportar por mais tempo os horrorosos padecimentos que a atormentavam. (Anexo A, p.300)

O médico, manipulado pela família para que dê fim às dores de Anna por meio da cirurgia, manipula, em contrapartida, a família para que, em função dos riscos, não autorize a prática da cirurgia e depois para que desista, efetivamente, de realizá-la :

3º Si não recusei-me sempre a operá-la sem a plena auctorisação da doente, que era conhecedora da gravidade da operação e bem assim da de todos os membros da família;

4º Si não expuz todos os perigos da operação e não declarei que as probabilidades a favor do bom exito operatorio eram em menor numero de que as contrarias; (Anexo A, p.300)

O marido e a família não se deixam manipular pelo médico que os manipula por intimidação. Resistentes, manipulam o médico, para que ele leve a efeito o procedimento cirúrgico. Num PN posterior, no papel de sujeito-destinatário, o médico acaba por realizar a performance de executar a cirurgia: “Si fui ou não instado, apesar de toda a minha dura franqueza a respeito da gravidade enorme da operação, por V.S. e sua familia para realisal-a;”

Veja-se que, antes de tornar-se um sujeito-destinatário, a mulher paciente é quem primeiro exerce a manipulação, queixando-se de dores insuportáveis, comportando-se, portanto, como sujeito-manipulador que quer estabelecer um contrato: o marido e a família devem buscar solução para que seu sofrimento chegue ao fim. Através da manifestação da dor, Anna oferece o motivo para que o marido e a família, interpretando como verdadeiro o contrato, executem outro PN: o de manipular o médico.

3º É certo que V.S. quis que a doente fosse orientada da gravidade da operação, o que se fez, porém ella insistia sempre para que fosse operada, visto não querer nem poder supportar por mais tempo os horrorosos padecimentos que a atormentavam. (Anexo A, p.300)

Num PN posterior, o marido e a família não se deixam manipular pelo médico que os manipula por intimidação:

4º e 5º É certo; porém tanto eu como os filhos e mais íntimos da família, no empenho de salvar aquella vida tão digna de ser amada por nós, só víamos como único recurso a operação, em que todos (inclusive a doente) tinham esperança de a salvar visto nos terem os homens da sciencia affirmado que seria muito curta a sua existencia accelerada pelas inevitaveis e dolorosas consequencias da molestia. (Anexo A, p.300)

Assim, no papel de sujeito-destinatário, o médico acaba por realizar a performance de executar a cirurgia.

Como é sabido que um mesmo ator pode assumir várias relações actanciais e que, em contraposição, um mesmo actante pode estar a cargo de vários atores, o fato de o médico cumprir dois papéis – um de sujeito que manipula outro sujeito, a fim de que possa desincumbir-se do compromisso de realizar a cirurgia e outro de destinatário manipulado que deve realizar a cirurgia – ilustra o que estou tentando explicar. Assim, na segunda fase, a família atribui a quem sabe fazer, o médico, Dr. Daniel d’Almeida, competência para um poder-fazer a cirurgia.

Criam-se, assim, as condições necessárias para a realização da já mencionada performance, uma vez que toda performance pressupõe uma competência. Com relação à performance, o sujeito, Dr. Daniel d’Almeida, realiza a cirurgia: faz uma performance pragmática. Como podemos observar, na performance, a terceira fase, ocorre a transformação central da narrativa: “7º Si a operação não ocorreu perfeitamente bem e si depois de operada a sua senhora não se achava nas melhores condições quando inesperadamente morreu de uma syncope cardiaca;” (Anexo A, p.300)

Nessa fase, o fato de o médico buscar defender-se publicamente demonstra que ele, sujeito-destinatário que realizou a performance, foi sancionado de forma negativa pelo destinador-julgador, o marido e a família de Anna, pois, movido por um querer e um dever, pela reabilitação de sua dignidade profissional, quer isentar-se de responsabilidade, quer fazer-crer que a *causa mortis* apontada é verdadeira. Observo que o traço que mais fortemente aparece nesta etapa é o dos valores morais.

A sanção implica por parte do destinador-julgador também um fazer de natureza cognitiva, mas agora não persuasivo, como na manipulação, mas sim interpretativo. A transformação realizada pelo sujeito deve ser reconhecida: é verdadeira ou é falsa? No caso, começa todo um novo PN, há um S1 – o médico – que visa a que um S2 – o marido e a família de Anna – confirme as explicações que dá sobre todas as circunstâncias que envolveram a morte da paciente. Daí, cabe a S2 ratificar como “verdadeira” a explicação dada

por S1 sobre os incidentes dentro dos quais se deram os processos cirúrgico e pós-cirúrgico, inclusive a *causa mortis* apontada.

O fato de considerar que o sujeito pode atribuir diferentes valores a um mesmo objeto é um importante aspecto da proposta greimasiana. Um médico pode ver na possibilidade de realizar com êxito uma cirurgia arriscada um meio de ter acesso à notabilidade, outro, talvez, coloque no sucesso da intervenção tão somente um valor de cunho humanitário, religioso: a salvação de uma vida.

Inscritos nos objetos que estão em junção com os sujeitos, os valores os tornam objetos modais e objetos de valor. Para o sujeito Anna/família, o objeto modal é a cirurgia, necessário para que Anna consiga chegar ao objeto de valor (livrar-se das dores, enfim, readquirir a saúde, manter-se viva, estar em conjunção com a vida). Através do objeto modal, o sujeito Anna pode entrar em conjunção com o objeto de valor.

Tratando, agora, das paixões, as articulações passionais fornecidas pela seqüência das notícias deixam transparecer a presença conflituosa entre o querer e o dever no quadro de competência de um actante, o sujeito-destinatário, o médico. No percurso desse sujeito, cria-se um conflito entre as modalidades virtualizantes do querer e do dever em função dos valores investidos no ato de realizar a cirurgia. O marido e a família querem que o médico execute a cirurgia. Ele tem a competência de que foi dotado: o saber, modalidade da atualidade, interpretado pelo sujeito como dever, para operar essa mudança. O sujeito – médico – teme, não quer, mas deve executar. Sintomas passionais afligem esse sujeito: o estado passional intensificado pelo impulso do dever. Ele não quer, mas compreende que deve.

A modalidade virtualizante do dever instaura, então, o médico como S2, em relação ao S1, marido e família da enferma, e somente o fazer torna S1 um sujeito performático. Relacionadas, na organização coerente da narrativa, tanto aos papéis actanciais como à relação discursiva entre enunciador/enunciatário, as modalidades são cruzadas argumentativamente com a categoria veridictória do ser e do parecer.

Todo esse processo de modalização implicando sujeito e valores (ser) e sujeito e seu fazer (fazer) devem ser observados analiticamente na narrativa. Ocorre, então, que, para a família de Anna, o médico parece, mas não é competente, o que vem a pôr em evidência, para esses actantes-sujeitos, a falsidade.

O sujeito busca, então, saída, por meio de uma transformação de estado, o que deveria propiciar a superação pelo resgate do bom conceito. Essa reação, porém, não apresenta, na totalidade, a aceitação da família à *causa mortis* por ele apontada:

7º Não nos consta que houvesse qualquer incidente no decorrer da operação, e depois de operada, achava-se a doente animada e com esperanças de restabelecimento como V.S. verificou das 11 horas ao meio dia; succumbindo inesperadamente duas horas depois da visita de V.S., isto é, a 1 hora e 40 minutos da tarde. Não podemos, no entanto, dizer se falleceu de syncope cardíaca por nos faltarem os conhecimentos próprios. (Anexo A, p.300)

A ida do médico para o Rio de Janeiro pode deixar pressupor um estado de disjunção desse sujeito com o objeto de valor credibilidade profissional, assim como com todos os valores dele decorrentes. Nesse sentido, perdido o objeto modal – a aceitação plena da família – o médico vai embora.

Veja-se que, nesta narrativa clássica, tudo gira em torno de Anna, um sujeito cuja vida, no entanto, é determinada pelos outros.

5.1.1.3 Nível Discursivo

O processo de discursivização não existe sem a instauração de pessoas, espaços e tempos. É importante constatar que, nos textos que constroem as notícias OC, N, SF, QM/PI, QM/CM, R e V, há enunciados produzidos, no nível do parecer, sem marcas de enunciação.

Considerando que os textos em análise são notícias que foram tomadas em edições consecutivas do *Diário do Rio Grande* e que essa seqüencialidade possibilitou ao leitor habitual estabelecer relações cronologicamente significativas entre as informações, examino o primeiro parágrafo do texto que, em 4 de julho de 1900, constrói a notícia OC: “Foi hontem submettida a melindrosa operação cirurgica, a Exma. esposa do Sr. Florencio Rodrigues, honrado commerciante d’esta praça.” (Anexo A, p. 299)

É pertinente observar também o primeiro parágrafo do texto que divulga, em 5 de julho de 1900, a notícia N, uma nota de óbito: “Às 2 horas da tarde de hontem exhalou o ultimo suspiro a Exma. Sra. D. Anna Ribeiro Rodrigues, de 51 annos de idade, esposa do Sr. Florencio Rodrigues, honrado vice-consul da Hespanha nesta cidade”. (Anexo A, p. 299)

No primeiro texto, ao dizer “...a melindrosa operação cirúrgica”, “...a Exma. esposa...”, a informação parece se apresentar diretamente ao leitor. Existe um “ela”, a esposa, num espaço “lá”. A leitura do enunciatário, sabemos, por ser uma construção da linguagem, passa por apreensão de sentidos que devem ser buscados através do implícito. Daí a ser esse

espaço, pressupostamente, o hospital que se situa no espaço tópico Rio Grande. O acontecimento está situado num *hontem*, o que nos faz atentar para a ancoragem temporal mostrada na página. Então, uma senhora foi submetida a uma intervenção cirúrgica naquele *hontem*, pontualmente marcado no dia anterior à edição pesquisada, 3 de julho.

Noto ainda que Anna, sujeito empírico, psico-sócio-cultural, pela enunciação do discurso jornalístico, transforma-se em sujeito do discurso enunciado, construído enquanto enunciados verbais. No nível narrativo, tratava-se apenas de um papel actancial de sujeito, mesmo que, para pedagogizar a análise, tenha sido tal sujeito apresentado como ator. O mesmo ocorre com o sujeito actorializado como Florencio, o esposo de Anna.

Outrossim verifico que o espaço discursivo cidade do Rio Grande também é transformado em ator do discurso. O “aqui” do jornal – “d’esta praça”, na primeira notícia e “nesta cidade”, na segunda – entendido como a cidade, visa a confundir-se com o “aqui” do enunciatário.

Mostrando coisas ocorridas com seres de carne e osso, num tempo e num espaço que os leitores do jornal, na época, podiam reconhecer como existentes, isto é, como “reais”, o *Diário do Rio Grande* criava, então, um efeito de realidade, uma idéia da tão discutida noção de “fato”, outra manipulação discursiva característica do texto, diretamente ligada ao aspecto da objetividade.

Do ponto de vista discursivo da teoria semiótica, e, nunca perdendo de vista a fonte da qual é tomado o *corpus* deste trabalho, o jornal deve ser, pois, percebido como um todo de significação, socialmente estabelecido como objeto semiótico representativo da “realidade” diária de uma comunidade e que incorpora diferentes universos. Entendo que, aqui, neste nível de análise, cabe-me desvendar a produção de sentidos de um efeito de totalidade que o jornal constrói, a fim de pôr em vigor o contrato com seus leitores.

Para isso, é preciso atentar para o discurso jornalístico, no que ele diz, para quem diz o que diz, sobre que visão de mundo norteia-se, que linguagem verbal ordena o mundo que constrói, que estratégias utiliza para produzir efeitos de sentido que venham a possibilitar efeitos de “verdade” no enunciatário. Tratando-se de um jornal que representava, em 1900, a grande imprensa da cidade do Rio Grande, seu discurso deveria funcionar como “sério”, autêntico, indubitável, acima de tudo, “verdadeiro”. Aliás, qualquer jornal diz-se comprometido com a “verdade”, qualquer jornal pretende que as notícias que veicule sejam consumidas como verdadeiras, no entanto, sei que o discurso é, sempre, uma “realidade” mostrada.

Na condição de produto de consumo, de pessoa não-física que trabalha com a informação, o nome *Diário do Rio Grande* constitui-se como um simulacro do sujeito da enunciação, um “eu” que faz saber, que divulga, um “eu” responsável pelo ato de noticiar, colocando-se como “dono” de um saber maior que o do leitor.

Considerando o jornal *Diário do Rio Grande*, como fiz no item 3.3.1., aspectos da ordem do não-verbal, a primeira página do jornal, expondo em letras góticas o nome do veículo de comunicação, além de criar um efeito de sentido de alta força persuasiva, reforça a marca identitária do nome e instaura o *Diário* como enunciador competente para a função informativa que exercia na comunidade rio-grandina de então.

Julgo pertinente, aqui, referir o que diz Eric Landowski, em um artigo em que trata o jornal como sujeito semiótico:

o jornal precisa possuir também o que se chama uma imagem de marca, que o identifique no plano da comunicação social. Para lá do simples reconhecimento jurídico, isso implica que uma entidade figurativamente reconhecível tome corpo detrás de seu título. É preciso que o jornal se afirme socialmente como um sujeito semiótico. (1994:3)

Interessante verificar que esse sujeito não é a pessoa investida de uma personalidade jurídica, de regras de organização, de uma razão social que asseguram sua distinção perante a lei, não é a entidade virtual que constitui toda empresa. Nessa direção, o estilo próprio e a imagem que define o veículo de comunicação concorrem para que se estabeleça entre esse veículo e seus leitores uma relação contratual.

Minha experiência na leitura de jornais mostra que os textos jornalísticos são produzidos, preponderantemente, em terceira pessoa. A terceira pessoa, conforme diz Benveniste é a não-pessoa. A própria objetividade conseguida por meio dessa camuflagem do processo de enunciação constitui, no jornalismo, estratégia de persuasão. Fazendo com que os “fatos” se contem sozinhos, criando, desse modo, uma idéia de distanciamento, o enunciador escolhe mecanismos que vêm a conferir ao texto um sentido de “verdade”. Trata-se de uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados.

Predominantemente, nos textos jornalísticos que compõem o *corpus* deste trabalho, verificam-se investimentos em debreagem enunciativa. Os “fatos”, realização de uma cirurgia e ocorrência de um óbito, parecem apresentar-se para que o leitor tome com eles contato; contam-se como se não tivesse a mediação de alguém. Diria que se constroem com enunciados que camuflam as marcas de enunciação. Já a notícia QM, após o parágrafo introdutório, um “eu” assume a palavra, passando a tomar forma a chamada debreagem enunciativa.

No momento em que o jornal abre espaço e cede a voz para o médico que solicitou a divulgação de uma carta, um efeito de “realidade” é produzido com muita eficácia. Criam-se, pela carta, debruagens internas e a ilusão de uma situação “real” de diálogo entre o médico-cirurgião e o esposo viúvo. Divulgando a carta, de uma certa forma, o jornal toma como suas as declarações. Instaure-se uma sobreposição de vozes. Assim como o enunciador, Dr. Daniel d’Almeida, objetiva persuadir da verdade de seu discurso, também o enunciador jornal, marcando presença como quem dá a conhecer acontecimentos, abrindo o espaço e dando voz, coloca-se como quem quer que o leitor interprete como “verdadeiras” as razões apresentadas na exposição do médico.

Essa afirmativa pode ser ratificada com o parágrafo que introduz a notícia: “Os talentosos cirurgiões brasileiros Srs. Drs. Daniel de Almeida e Nabuco de Gouveia, em attentiosas linhas, pedem-nos a publicação do seguinte, que submettem ao juízo e criterio dos seus collegas e do publico rio-grandense: (...)” (Anexo A, p. 300)

Veja-se que o jornal se coloca como quem presta um favor e, ainda que o exposto na carta esteja sendo pelo enunciador – apenas o Dr. Daniel d’Almeida assina a carta – submetido à apreciação de seus pares e do publico rio-grandense⁵⁸, o *Diário do Rio Grande* refere-se aos médicos operadores como *talentosos* e às suas linhas como *attenciosas*, expressões carregadas de subjetivismo e de opinião, o que oportuniza entender que a intenção de produzir um determinado sentido determina termos que devem ser colocados no texto, pois o enunciatário também produz sentido na sua prática de leitura. Se os médicos são profissionais competentes, pessoas finamente educadas, são dignos de credibilidade. Amenizando o peso de um “eu” que julga, o jornal assume o discurso do que pretende que seja senso comum.

Comentando o texto QM/PI, volto à referência que fiz, anteriormente, quanto à camuflagem do processo de enunciação, ou seja, à ausência do “eu” no discurso narrativo. Essa ausência, ficou claro, não significa que o jornal – ou qualquer veículo do que, hoje, chamamos mídia informativa – faça apenas um elo frio entre as notícias e seu público leitor. Não obstante o aparente apagamento do sujeito pela voz em terceira pessoa, posso observar que a opção do como dizer evidencia posições do sujeito sobre o que diz. As expressões *honrado commerciante*, em OC, e *honrado vice-consul da Hespanha*, em N, atribuídas ao ator Florencio, esposo de Anna, trazem consigo traços semânticos que permitem ao leitor inferir tratar-se de pessoa de abonadora condição moral e social na comunidade, o que, por extensão

⁵⁸ A esse tempo, chamava-se, indistintamente, rio-grandense, tanto o povo gaúcho quanto o povo da cidade do Rio Grande, hoje chamado de rio-grandino.

e pressuposição, dá conta também de possíveis virtudes da esposa. Assim, o afastamento da enunciação, buscando os efeitos de “realidade”, objetividade e distanciamento, não inviabiliza a existência de marcas de posicionamentos nos textos jornalísticos.

Ao analisar, pois, as relações entre enunciador e enunciatário, é preciso ter em mente que a comunicação não é apenas um fazer comunicativo neutro, mas um fazer persuasivo, um jogo complexo de manipulação. A Semiótica rejeita a visão de teóricos da Comunicação que afirmam ser de mera transmissão de informação a relação entre quem produz e quem lê o texto noticioso. O enunciador, cumprindo no objeto-discurso o papel actancial de destinador, apresenta seus valores. O enunciatário, na condição de destinatário, interpreta-os de acordo com suas crenças.

Texto algum pode ter a pretensão da neutralidade, pois a língua já estabelece recortes da “realidade”; a ideologia já está no próprio código. Toda narrativa sempre é feita a partir de um ponto de vista. O “fato” é um perdido, o que há dele são posições de observadores. Ao escrever, um jornalista faz escolhas de termos e essas escolhas são baseadas em um critério de importância, pressupõem uma perspectiva axiológica, ou seja, uma apreciação vinculada a valores morais, estéticos, lógicos, etc. Por que usa um termo e não outro?

As palavras são casas onde moram habitantes que se criaram através de toda a história de seu uso, trazem marcas que a sociedade consagrou e essas marcas não são neutras, elas revelam modos de ver, pensar, sentir; escondem formas de opressão, preconceitos, julgamentos; abrigam posicionamentos contrários, diferentes; carregam consigo contradições internas de uma determinada cultura ou grupo social, geradas nos conflitos ideológicos do andar dos tempos. Sob a aparência da neutralidade da linguagem, parecem naturais e inocentes, no entanto, acobertam todas as formas pré-concebidas de olhar o mundo. As mesmas palavras revestem-se de sentidos diferentes, de acordo com a posição de quem as usa, de forma que é impossível o dizer descomprometido de um posicionamento.

Mesmo que não seja um processo consciente, as escolhas são sempre orientadas por pontos de vista ideológicos, apontam para uma concepção de mundo. O “eu” permite a polifonia do mundo, a polissemia do universo.

Cabe ratificar a importância dos estudos bakhtinianos acerca de polifonia e dialogismo, conceitos dos quais não se pode abrir mão para o entendimento do ato de enunciação. Ainda quanto a esse tema, é pertinente referir Emile Benveniste cujos estudos recuperam a noção de subjetividade, aludindo ao seu mascaramento nos textos.

Retomando a questão da neutralidade no jornalismo, ratifico que não pode existir neutralidade por parte de quem enuncia, até porque um jornalista, ao reportar um acontecimento, não o faz sem deixar de inseri-lo em uma escala de valores, enunciando em conformidade com a filosofia do veículo para o qual escreve. Por sua vez, o veículo está sempre vinculado a uma ideologia. E se a produção da enunciação, no relato noticioso, dá-se por meio de um processo que, discursivamente, constitui-se como a voz daquele determinado jornal, entidade do discurso, o simulacro de um jornal, como "dono" do discurso sempre se mantém.

Como já discorri sobre atores e sobre efeitos de objetividade, no nível discursivo, passo, agora, para o que concerne ao tempo. Obviamente, existe diferença entre o tempo da História – cronológico e contável no calendário – e o tempo do discurso. E o que é o tempo do discurso? Será o tempo que o enunciador gastou ao fazer a escrita? Será o tempo que o enunciatário gastou para realizar a leitura? A noção de tempo é sempre bastante complexa, pois o tempo sempre existiu, está sempre escapando e as coisas acontecem nele. O tempo em que os fatos ocorreram não pode ser recuperado, perdeu-se. O tempo em que foi produzido o texto que conta os fatos é posterior ao tempo da ocorrência dos fatos. Existe, pontualmente, o tempo em que o enunciatário vai tomar contato com as ocorrências. Mas há também o tempo em que o enunciador situa o seu discurso, ou seja, o tempo para o qual ele remete o enunciatário.

Fiorin (2001: 145-146) diz que, a instauração da anterioridade, da concomitância e da posterioridade depende da determinação de um marco zero e sugere chamar ME o momento da enunciação; MR, o momento da referência e MA, o momento do acontecimento. Assim, transpondo a teorização de Fiorin sobre o texto narrativo para o texto jornalístico, voltamos a pensar no momento em que o enunciatário toma contato com a notícia no jornal diário. A notícia que é divulgada dá conta de algo que aconteceu em um determinado momento. Mas, quem lê um jornal diário considerado um jornal "sério" – e aí pensamos no *Diário do Rio Grande*, jornal que se vendia como quem informasse as últimas novas ocorridas, boas ou más – naturalmente, tende a acreditar que, ainda que um fato tenha acontecido há alguns dias, por estar sendo dado ao conhecimento do público leitor naquela edição cujas páginas esteja folheando, é atual e tem relevância. O jornal impresso do passado não concorria com o imediatismo da mídia de hoje.

Esse efeito de atualidade instaura-se pela referência à data mostrada na primeira página e repetida em todas as outras páginas de cada edição dos jornais. Em se tratando do *Diário do Rio Grande*, a primeira página apresenta nome do veículo, dia da semana, dia do

mês, mês e ano, ancoragem temporal reiterada nas demais páginas. Quando o olho do leitor visualiza a primeira página, que é feita para simular a performance de noticiar, o próprio ato de ler torna atual o momento da enunciação. A notícia está ali, viva, pulsante, assim como seu leitor que interage com ela, que também a produz discursivamente, que não é apenas um *destinatário* passivo. Tudo é presente, tudo é “agora”.

O momento do acontecimento de que fala Fiorin seria o momento em que o fato noticiado ocorreu. Nesta segunda coletânea, através da notícia OC, tenho a informação-chave, a que deve constituir o marco temporal zero de todo o acontecimento: um procedimento médico que, pressupostamente, pode resultar em recuperação ou em morte de um ator. A idéia de risco é passível de ser conjecturada pelo enunciatário por que autorizada no texto pelas palavras e expressões *melindrosa, laparotomia, tumor uterino (...) de má natureza, tumor pesava cerca de três quilos* e também pela referência aos atores que executaram o procedimento, o que surpreende pela quantidade, intensificando a circunstância ameaçadora. Essa probabilidade e a tensão dos fatos narrados são, portanto, concomitantes ao “agora” da enunciação.

A data apresentada na primeira página do jornal da edição de 4 de julho de 1900 – e coincidentemente a notícia também está divulgada na primeira página, o que não é da ordem habitual das edições do *Diário do Rio Grande*, desvio de regra altamente significativo – constitui o momento de referência. Essa ancoragem temporal estabelece confluência entre o tempo lingüístico, o que ocorre dentro do texto, e o extra-lingüístico, o que se dá fora do texto. Observemos que, na notícia em pauta, considerando que o tempo presente é o tempo da enunciação, o enunciador optou pelo uso do advérbio *hontem* para assinalar essa junção temporal, levando em conta que, em português, não somente a flexão verbal expressa o tempo. A língua encontra outros lugares para colocá-lo.

Cogitando que a notícia – a novidade, a antecipação de um fato ainda desconhecido – tem valor mercadológico, que vende o objeto que a veicula e que a mídia informativa lucra com ela, convém observar que outros recursos concorrem para que o sentido de atualidade perpassasse todos os textos de uma edição. Por exemplo, o uso do verbo no presente dá a entender que tudo o que está sendo dito está acontecendo. Na notícia de que trato, em “A paciente acha-se em condições satisfactorias” (Anexo A, p. 299), a presença do verbo “achar” no presente do indicativo apaga o lapso temporal ocorrido entre o momento em que a informação foi colhida e o momento em que o jornal chegou às mãos do leitor. O mesmo ocorre em *peço licença* (Anexo A, p. 300), na carta assinada pelo médico Daniel

d'Almeida; em *subscrevo-me* (Anexo A, p. 301), na resposta dada por Florencio Rodrigues; em *segue para o Rio de Janeiro*; na notícia V.

No jornalismo atual, uma manchete do tipo *Presidente assina decreto* presentifica o fato em si, ainda que o leitor saiba que o ato já tenha ocorrido, que não esteja havendo a tripla coincidência entre o momento de referência, o momento do acontecimento e o momento da enunciação, MR, MA e ME, o que estabelece o sentido de presente, como nos ensina Fiorin (2001: 149).

Quando o enunciatário, na dimensão criadora do seu discurso, emprega verbos nos tempos passados, apontando para fatos que já ocorreram, esses fatos estão inscritos no presente, no “agora” instaurado na ancoragem temporal expressa na primeira página e dita novamente nas outras páginas da edição. Dessa maneira, o tempo de referência no passado – efeito de afastamento da enunciação – no caso, pelo recurso da debreagem temporal enunciativa, explicitado, após QM/PI, através do pretérito perfeito – examinei, recusei-me, expuz, declarei, fui, ocorreu, morreu – e do pretérito imperfeito: instava, declarava, *preferia* – possibilita o entendimento da anterioridade em relação ao presente, porém continua assegurando a atualidade da notícia. O tempo relatado permanece como o tempo do leitor, como algo que está acontecendo. As estratégias de atualização, absorvidas junto ao fato gerador, a realização de uma cirurgia, e interpretadas como “verdadeiras”, espraiam-se por todo o teor noticioso, fazem com que se mantenha a novidade da notícia.

A debreagem enunciativa, dispositivo acionado em QM/PI, configura a voz do jornal, cria o simulacro do sujeito da enunciação, na medida em que o enunciado tem como referência a terceira pessoa, num tempo presente e num espaço “aqui”.

O marco temporal estabelecido no passado, em QM/CM, reserva ao presente a justificativa pelo acontecimento trágico que era previsível, demonstrando o que o leitor pode pressupor como sendo o estado geral de desconforto, indignação, mágoa e carência em que se encontrava o cirurgião. No tempo passado, o tempo canônico da narrativa, o enunciador narra uma história, um “eu” narra acontecimentos de um tempo anterior ao tempo do “agora”, no espaço do “aqui”. Através da opção discursiva que, como já coloquei, a Semiótica chama de debreagem enunciativa, o sujeito da enunciação escolhe a proximidade e a subjetividade da enunciação. Tenho, então, a projeção de um “eu-aqui-agora”.

A alusão ao evento gerador da notícia leva-me a acrescentar que dois outros eventos, o da constatação de um mal pré-existente e o da possibilidade ou não de recuperação da paciente, ator em torno do qual se dão os acontecimentos, também podem ser vistos como elementos de atualização, uma vez que partem de um presente ancorado no momento de

referência, a data da edição e no “agora” do momento da enunciação e se direcionam para o futuro. A realização de uma cirurgia tem efeito de “realidade” no texto, porém o risco de morte e a possibilidade de cura são interpretações.

No que tange à organização de espaços no discurso, o efeito de proximidade da enunciação, pela debreagem espacial enunciativa, pode ser constatado pela referência ao espaço físico em que circula o jornal, o mesmo espaço tópico da ação dos atores, o que constrói a idéia de um “aqui”, na cidade do Rio Grande, conforme constatável em: *d’esta praça (OC), nesta cidade (N), Rio Grande, 5 de julho de 1900 (QM/CM), Rio Grande, 6 de julho de 1900 (R)*.

Também quanto aos títulos, minha vivência como leitora de textos jornalísticos possibilita-me observar a frequência com que se apresentam em estruturas sem verbo. Tal mecanismo de apagamento no *Diário do Rio Grande* pode ser visto, da mesma forma, como um recurso muito eficaz para reforçar o efeito de atualidade.

Um outro aspecto deve ser levantado. Os efeitos de atualidade aos quais estou fazendo referência somente podem ser aceitos como bem sucedidos, se o consumo dos textos noticiosos ocorrer – como performance de um destinatário que aceitou o contrato feito pelo destinador-manipulador, doada a competência em nível de fazer-criar – na data fixada nas páginas do veículo de comunicação, pelo crédito na atualidade das notícias. Essa crença permite-me entender que a atualidade, enquanto construção do texto, enquanto criação de efeito de sentido, funciona também como um processo de persuasão.

Dentro do nível discursivo, o fazer crer e o fazer fazer de que trata a Semiótica implica, pois, um contrato proposto pelo enunciador por meio do qual fica estipulado de que forma o enunciatário deve interpretar a “verdade” do discurso. Como lembra Barros,

o reconhecimento do dizer-verdadeiro liga-se a uma série de contratos de veridicção anteriores, próprios de uma cultura, de uma formação ideológica e da concepção, por exemplo, dentro de um sistema de valores, de discurso e seus tipos. (...) A interpretação depende, assim, da aceitação do contrato fiduciário e, sem dúvida, da persuasão do enunciador, para que o enunciatário encontre as marcas de veridicção do discurso e as compare com seus conhecimentos e convicções, decorrentes de outros contratos de veridicção, e creia, isto é, assuma as posições cognitivas formuladas pelo enunciador. (1988: 94)

Diferentemente de uma cláusula firmada num papel, um contrato fiduciário é um contrato intersubjetivo fundamentado na confiança, na fé. Sendo uma instituição dotada de um poder, o jornal, *Diário do Rio Grande*, a cada edição, quer fazer-criar que apresenta a mais nova e incontestável “verdade”. E disso o leitor habitual não deve ter dúvida. Não posso,

entretanto, fazer do leitor essa imagem ideal de alguém que não questione, que seja um depositário passivo de textos. É claro que ele faz cotejos, estabelece relações do novo que recebe com aquilo que já conhece, com o que já experimentou, com as coisas nas quais acredita. Quem quer persuadir por meio de um texto deve, então, saber acionar, engenhosamente, os mecanismos de que dispõe para convencer.

As concepções do tipo *efeitos de realidade, ilusão de verdade, cópia do real*, freqüentemente utilizadas pela Semiótica, não pretendem negar a existência da “realidade”. Esses efeitos, porque reconhecíveis a partir do existente, do conhecido, do perceptível pelos sentidos, dão conta do que se chama de “realidade mostrada”. Como estou tratando do texto jornalístico, posso explicar, defendendo meu entendimento e retomando o que já tenho dito, que as informações que circulam na mídia já vêm filtradas de acordo com uma concepção de mundo. Mais uma vez afirmo que o fato, fundamento mítico da objetividade, não existe, pois o que há dele, o que me chega dele, são impressões subjetivas de quem o observou de um determinado ângulo. O que fico sabendo pelos meios de comunicação sobre o acidente que ocorreu na esquina, através de relatos, entrevista, fotos, constitui apenas fragmentos pinçados e editados.

Penso que no passado ocorria da mesma forma que hoje. Com o intuito de impedir leituras críticas, a mídia proclama um compromisso com a “verdade”, atesta imparcialidade, cria um efeito de realidade a partir do que pinça e edita, escondendo, assim, a existência de qualquer crivo ideológico. O trânsito entre a “realidade” mostrada e o mundo-referência ocorre pelo entrelaçamento dos discursos. Crer no que me é relatado como ato “real” é interpretar como “verdadeiro” o contrato feito, tacitamente, pelo sujeito que interage comigo, o que configura a ocorrência de uma persuasão bem sucedida.

É importante referir o que entendo como tentativa de neutralidade do jornal. A questão das vozes, no conjunto de notícias em exame, parece-me complexa, no momento em que constatei a existência de um ator discursivo, o próprio Diário, cuja busca de imparcialidade frustra-se o tempo todo, na sua maneira de enunciar, contrariando a máxima de que a imprensa não “cria” os “fatos”, apenas os relata de forma neutra.

Assim como a notícia OC (Anexo A, p. 299), a divulgação da morte de Anna, na edição de 5 de julho de 1900, também teve espaço na primeira página. Embora esteja analisando o que se manifesta pelo verbal, não posso deixar de registrar que, em um jornal cuja diagramação mantinha-se invariável, certamente para que se criasse uma identidade do veículo com o leitor, e no qual, normalmente, hierarquizavam-se os textos obedecendo estratégias que acabavam por estabelecer rotas de leitura – aliás, como hoje ainda se faz, na

mídia – deparar-se com a seção de *Necrologia* na primeira página, um dia após ter-se sabido do estado satisfatório de saúde em que a paciente, cuja morte é noticiada, achava-se, surpreende o leitor e suscita leituras.

O tipo de contrato estabelecido entre jornal e leitor, ainda que não registrado em papel, permite ao jornal escolher uma notícia e elegê-la como principal e mais importante e publicá-la na primeira página, hierarquizando as demais notícias a partir da destacada. O leitor habitual, considerado o contexto situacional e social em que está inserido, saberá interpretar a prioridade da notícia eleita. O fato de noticiar, dando destaque, já dá conta da importância que tem para o sujeito da enunciação o acontecimento.

Ainda que possam ser lidos como resquícios de um romantismo tardio, o que é facilmente constatável em jornais do Rio Grande do Sul, em pleno vigor das tendências realistas/naturalistas, os recursos discursivos utilizados para noticiar a morte de Anna, em N, carregam um tom de dramaticidade que se espraia por todas as demais notícias do conjunto. Não são meramente retóricos, orientam diferentes formas de interpretação, de concepção, de valorização do objeto.

A dramatização nos noticiários pode sempre ser entendida como uma maneira de conferir mais valor ao fato noticiado, de dar-lhe mais impacto, mais gravidade. Cria-se uma comoção capaz de absorver o leitor: a notícia transcende sua função primeira de informar, pois, em torno do “fato”, tudo extrapola o objetivamente “real”.

Faço, aqui, uma abertura para dizer que, quando realizei a leitura do jornal *Diário do Rio Grande*, durante o processo de coleta de dados, a seleção dos textos de notícias que tiveram maior repercussão, no ano de 1900, para constituir as duas coletâneas, implicou a exclusão de muitos outros textos que selecionei para um futuro trabalho. Por razões que logo serão colocadas, um deles incluí nesta análise dos textos jornalísticos, outros três incluí na análise dos textos orais.

Julguei importante transcrever, aqui, a notícia que encontrei, na página 2, da edição do *Diário* de sábado, 23 de junho de 1900, alguns dias antes da morte de Anna: “NECROLOGIA - Finou-se, n’esta cidade, ante-hontem e hontem foi inhumada Maria Esperança, de 40 anos, preta, sendo lesão cardíaca a causa do obito. Pezames.”⁵⁹

Totalmente destituída de efeitos dramáticos, esta notícia mostra que o *Diário do Rio Grande* dá um tratamento lingüístico diferenciado para pessoas que são socialmente diferenciadas. Referir, em N, a respeito de Anna, *os predicados que lhe exornavam a alma*,

⁵⁹ *Diário do Rio Grande*, sabbado, 23 de junho de 1900. p.2.

anunciar que seu *corpo será dado à sepultura* são comportamentos de uso lingüístico que não podem ser vistos apenas como um romantismo nostálgico e extemporâneo. O enunciado, romântica e dramaticamente elaborado, valoriza o teor da notícia, acentua o prestígio do ator discursivo que está no centro do acontecimento, fazendo disso também o prestígio do próprio enunciadador.

A voz do jornal, em relação à elite, tornou-se diferente, no caso em pauta, quando se voltou para uma pessoa comum. A propalada neutralidade se esfacela. Não posso sequer justificar que os ornamentos da linguagem constituem um modo de dizer próprio do Diário, que é uma forma de o jornal manifestar seu estilo, seu modo de “ser”, sua “personalidade”. Enquanto o corpo de Anna é *dado à sepultura* como um presente – os presentes são dados, são brindes, regalos, mimos, coisas boas – Maria Esperança, que é preta e, portanto – em 1900, 12 anos após a abolição, é, obviamente, pobre – foi inhumada, isto é, colocada no humo.⁶⁰

E prosseguindo na análise, ao apontar a cirurgia como *melindrosa*, em OC, o enunciadador atesta a habilidade que tiveram de ter os médicos para executá-la. A referência que faz ao tipo de cirurgia, à natureza e ao peso do tumor extraído, à nominata de todos os nove médicos envolvidos no procedimento e ao estado da paciente que, depois de todos os obstáculos implicados na operação, acha-se em *condições satisfatorias*, corrobora a idéia da competência profissional exigida para o processo.

Também a menção à *syncope cardiaca*, como sendo a *causa mortis* atestada e à impotência de *todos os recursos da sciencia* para vencê-la fazem parte de um posicionamento do enunciadador que noticia como “verdadeiro” o que é declarado em relação ao fato ocorrido.

O enunciadador explicita que os médicos pedem, em *attenciosas linhas* a publicação de uma carta que *Os talentosos cirurgiões brasileiros submettem ao juizo e criterio dos seus collegas e do publico rio-grandense*, o que dá conta de que são educados, reitera a competência de que são dotados para o ofício, enaltece sua nacionalidade, numa cidade onde a presença de profissionais estrangeiros era significativa. Cumpre lembrar que o enunciadador coloca o pedido como feito por dois médicos, Dr. Daniel d’Almeida e Dr. Nabuco de Gouveia⁶¹, quando, ao final da carta, apenas o Dr. Daniel d’Almeida, presumidamente o

⁶⁰ A palavra “inumar”, transcrita conforme grafia da época, corresponde, hoje, a “inumar”. Encontramos no Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0, a definição: inumar – verbo transitivo direto – sepultar (cadáver); enterrar.

⁶¹ JOSÉ THOMAZ NABUCO DE GOUVÊA – De estirpe ilustre, era filho do conceituado médico Dr. Hilário Soares de Gouvêa (1843 – 1923) e de D. Rita de Cássia Nabuco de Araújo, que era irmã de Joaquim Nabuco.

cirurgião principal e, portanto, mais comprometido, subscreve-se. Em V, última notícia do conjunto (Anexo, p. 301), há ainda o reconhecimento do *reputado cirurgião*, que se vem deslocando em *serviço profissional (V) por varias localidades (V) do Rio Grande do Sul*, e que é *delicado (V)* em desperdir-se.

Obsermos, agora, OC, N (Anexo A, p. 299), SF (Anexo A, p. 300) e, novamente, V (Anexo A, p. 301). Florencio Rodrigues, marido da paciente, é apresentado como *honrado commerciante (OC)*, como *honrado vice-consul da Hespanha (N)* e como *desolado esposo (N)*, enquanto Anna, sua mulher, uma *excelentíssima senhora dona (N)*, foi *vítima (N)* de uma *syncope cardíaca (N)*, era *respeitável pelos predicados que lhe exornavam a alma (N)* e a *morte (N)* dessa *virtuosa esposa (SF)* foi *geralmente sentida (N)*.

Anna teve uma família que é *excelentíssima (N)* e que lhe dispensou *todos os cuidados (N)*, uma família que tem relações de amizade com *a parte mais classificada da*

Seu avô materno, Dr. José Thomaz Nabuco de Araújo, membro de uma influente família baiana que dava senadores ao Império desde o Primeiro Reinado, foi também senador. Sua avó materna, Ana Benigna de Sá Barreto, era descendente da família Paes Barreto, de grande influência em Pernambuco, desde o século XVI, estando a ela vinculado Francisco Paes Barreto, último morgado do Cabo e marquês do Recife. Seu pai, Dr. Hilário Soares de Gouvêa, foi diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde lecionava Otorrinoclinica. Esse médico introduziu inovações revolucionárias no marasmo do ensino médico de seu tempo. Membro da Academia Nacional de Medicina, foi autor de plano de estudo implantado na Reforma Rivadávia, de 05/04/1911, referendada pelo Ministro Rivadávia da Cunha Corrêa. Em torno de 1880, tratou da cegueira do escritor Machado de Assis. O Dr. José Thomaz Nabuco de Gouvêa exercia medicina na cidade do Rio Grande, onde residia com esposa e filhos, na Rua General Bacelar, no ano de 1900. Seu aniversário de 28 anos, em 11 de julho, está noticiado na edição de 12 de julho de 1900, do *Diário do Rio Grande*, o que nos permite concluir que nasceu em 1872. A edição de 4 de outubro de 1900, do *Diário*, registra, na primeira página, a mudança do médico para a cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul. Estando no Rio de Janeiro, durante o governo de Wenceslau Braz, foi nomeado para chefiar, com o General Napoleão Aché, a Missão Médica Especial que prestou serviços na I Guerra Mundial. Subordinada ao comando único dos exércitos aliados, a Missão partiu do Rio de Janeiro com 86 médicos, em 18 de agosto de 1918. Em Paris, incorporaram-se mais seis médicos que, nesta cidade se encontravam em caráter particular, no Hospital Franco-Brasileiro, mantido pela colônia brasileira daquela cidade. Em 1924, na condição de ministro, o Dr. José Thomaz Nabuco de Gouvêa esteve à frente da Embaixada do Brasil em Montevideo, no Uruguai e, em 1929, atuou também como embaixador, dessa vez na Embaixada Brasileira em Bucareste, na Romênia. Nas fontes de onde colhi os dados aqui expostos, não encontrei nenhuma referência a respeito de sua morte.

Dados biográficos disponíveis em:

[http://www.sbfis.org.br/boletim/Boletim%2025\(1\)%202000.htm](http://www.sbfis.org.br/boletim/Boletim%2025(1)%202000.htm)

<http://lepto.procc.fiocruz.br:8081/dic/verbetes/ESCENFAN.htm>

<http://www.academia.org.br>

<http://www.geocities.yahoo.com.br/kajafreitas02/pafg28.htm>

<http://www.geocities.yahoo.com.br/kajafreitas/casbelfascdesc2.htm>

<http://www.lepto.procc.fiocruz.br:8081/dic/verbetes/SOCMEDCIRJ.htm>

<http://www.fiocruz.br/coc/hisa/itiH.htm>

<http://www.abg.org.br/cbq/ultimos.htm>

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

<http://www.cons-gen-romania-rio.com/intro.htm>

<http://br.geocities.yahoo.com>

Acessados em: 14 de julho de 2004.

sociedade rio-grandense (SF), uma vez que seu sepultamento *teve extraordinário acompanhamento* (SF), pois homenagearam-na com *inúmeras corôas, com expressivas dedicatórias* (SF).

Pude verificar que o enunciador coloca o esposo e, por força de alcance, também a família de Anna numa condição social superior à das pessoas comuns, o que também justifica a presença de nove médicos no ato cirúrgico a que Anna foi submetida. Dirige *profundas condolências* (N) e cede espaço aos médicos-cirurgiões para publicação de uma carta e da resposta dada a ela pelo esposo da morta. A leitura cronologicamente seqüencial dos textos possibilita inferir que a carta do Dr. Daniel d'Almeida, porque assinada apenas por ele, mesmo que o jornal apresente também o nome do Dr. Nabuco de Gouveia, colocando ambos os cirurgiões como solicitantes da publicação, foi, pressupostamente, escrita em função do inconformismo do esposo e da família de Anna com sua morte. Tendo obtido a resposta, autorizado a fazer dela o que lhe conviesse pelo próprio esposo da extinta, o que permite entender que fosse já sua intenção publicá-la, o Dr. Daniel d'Almeida pede que seja divulgada a reação verbal de Florencio Rodrigues.

Na mesma edição em que as cartas são publicadas, na primeira página, em QM, o *Diário do Rio Grande* noticia, na página 3, em V, a partida do Dr. Daniel d'Almeida para o Rio de Janeiro, mostrando-o, conforme já foi referido, como *reputado cirurgião brasileiro* (V) e laborioso, conforme é permitido depreender em *depois de ter permanecido por algum tempo em varias localidades d'este Estado, em serviço profissional* (V). Demonstra, ainda estar grato pelo gesto de despedida, o que conota intimidade.

Em todos os textos, incluído QM/PI (Anexo A, p. 300), há um posicionamento velado do enunciador que pode ser percebido através da análise da intensidade de manifestações em relação a uma e outra parte envolvida no acontecimento. Como verifiquei, os médicos são reiteradamente apresentados com elevadíssima competência e o que está posto a respeito de Anna, seu esposo e sua família concorre para que se reforce essa alta capacitação, pois, conjecturavelmente, uma família que tem poder econômico, que goza de prestígio na sociedade e ama seus entes, numa situação de enfermidade em que há risco de vida, contrata os serviços dos melhores profissionais.

Posso observar, na forma como o jornal introduz a carta, os interesses subjacentes ao que o enunciador quer transmitir. Não é difícil perceber a intenção de apresentar os solicitantes da publicação de um texto defensivo, destacando-os, pela capacidade técnica que têm como profissionais. O enunciador demonstra estar certo e quer fazer com que o enunciatário tenha a mesma certeza de que tudo o que vier da parte daqueles *talentosos*

cirurgiões (QM/PI) está respaldado pelo conhecimento e pela experiência. É importante observar que para a resposta dada pelo esposo não há qualquer preâmbulo do sujeito da enunciação.

O pedido para que a questão seja apreciada por profissionais da classe médica e pelo público da cidade do Rio Grande, como é possível entender, foi feito pelos médicos e reiterado pelo jornal, adjuvante discursivo que, no nível do parecer, buscando neutralidade, não se responsabiliza por essa apreciação. Médicos e jornal sincretizam o destinador-manipulador. A habilidade dos *cirurgiões*, já tão claramente atestada, garante, de uma certa forma, a sanção positiva do destinador-julgador, colegas da área e público, às justificativas apresentadas quanto aos procedimentos que foram adotados no tratamento dado à paciente e quanto à causa do óbito, o que poderá isentá-los de qualquer culpa, resultado com o qual também conta o jornal. Em *sendo impotentes para debellal-a todos os recursos da sciencia* (N), o enunciador já antecipa sua total credibilidade no argumento de terem-se esgotado todas as possibilidades para que Anna fosse salva.

Se no nível narrativo, o sujeito que discursivamente corresponde ao ator Dr. Daniel d'Almeida é sancionado negativamente pela família, não o é, como estamos querendo mostrar, neste nível, pelo jornal. Na fase de manipulação ocorre que, após a realização da cirurgia, durante o processo de recuperação da paciente, dá-se a morte e é presumível que a família, até então confiante no médico, tenha passado a duvidar dele, o que o motiva a enviar ao esposo da morta a carta, na qual se defende. A necessidade de recuperar a credibilidade o manipula. Com muita nitidez se percebe que a confiança da família em relação a ele está abalada, pois sua atitude revela indignação, o que o mobiliza a demonstrar que deve-fazer, pode-fazer e sabe-fazer com que sua credibilidade seja recuperada. Para isso, conta com o apoio do jornal.

De acordo com o que já expliquei, em QM/CM, após QM/PI, um “eu” assume a palavra, o que configura a desembreagem enunciativa. O enunciador busca a proximidade e joga com a distância entre o presente e o passado do acontecimento, como ator onisciente, sujeito participante ativo das ocorrências, um “eu” que sabe de tudo. Ao recriar situações, ao tentar repetir enunciados a partir do momento da enunciação, o enunciador parece querer obrigar o enunciatário a reportar-se ao ato com a mesma tensão com que o vivenciou na realidade. E pela razão de já parecer haver de sua parte a intenção de tornar pública a carta, dá a impressão de prever também o destinatário leitor do jornal que, estranho ao desenrolar dos acontecimentos, é construído em função da necessidade de tornar-se conhecedor dos detalhes.

Esse enunciatório dá mostras de seu conhecimento científico, de sua responsabilidade e consciência profissional. Busca mostrar a imposição da família para que realizasse a cirurgia. As razões que apresenta são argumentos de autoridade, o que confere ao conteúdo da carta um *status* textual de veracidade.

Chamou-me atenção, QM/CM (Anexo A, p. 300), a preferência pelas orações condicionais. É sabido que, em se tratando de figura de retórica, a construção de orações condicionais com a conjunção “se” apontam para uma ocorrência de dubitação, o que Hênio Tavares diz ser

a incerteza do autor em luta com pensamentos ou emoções contraditórios exprimindo hesitação ou receio (...) em forma condicional e interrogativa (as outras formas são exclamativa, reticencial). Também chamada perplexidade, denuncia uma certa vacilação de quem fala ou escreve. (1984: 346)

Ducrot (1977) diz que as orações condicionais iniciadas por “se” e constituídas segundo o esquema “se p, que”, onde p = oração subordinada e q = oração principal apresentam uma relação entre “p” e “q” bastante difícil de explicitar, já que tal relação pode ser a da causa para o efeito, a do princípio para a consequência, a da condição para o fato. De qualquer forma, entretanto, posso dizer que “p” constitui sempre uma hipótese para a realização de “q”. Convém observar que a denominação “hipotéticas” seria mais adequada do que condicionais para tais orações, já que as circunstâncias por elas enunciadas nem sempre são as de condição.

Em QM/CM, o esquema aludido ocorre nos itens 2º, 3º, 4º e 8º, conforme é possível observar:

(...)

2º Si não lhe expuz, assim como a toda sua familia, que era gravíssimo o estado da doente e melindrosissima a operação a efectuar-se;

3º Si não recusei-me sempre a operar-a sem a plena auctorisação da doente, que era conhecedora da gravidade da operação e bem assim da de todos os membros da família;

4º Si não expuz todos os perigos da operação e não declarei que as probabilidades a favor do bom exito operatorio eram em menor numero de que as contrarias;

(...)

6º Si V.S. e todos os membros de sua familia eram ou não conhecedores da gravidade da operação a effectuar-se;

(...)

8º Si não é verdade que a sua senhora instava diariamente pela operação e declarava preferir correr os riscos de uma grave operação a viver como vivia? Anexo A, p. 300)

E, em nenhum dos itens, incluindo o 1º, o 5º e o 7º, registra-se a relação condição-evento, de acordo com o que pode ser verificado ainda em QM/CM :

1º Si quando examinei pela primeira vez sua senhora e apesar de chloroformisada e tudo preparado, não recusei-me a operá-la à vista da gravidade do caso;

(...)

5º Si fui ou não instado, apesar de toda a minha dura franqueza a respeito da gravidade enorme da operação, por V.S. e sua família para realizá-la;

(...)

7º Si a operação não ocorreu perfeitamente bem e se depois de operada a sua senhora não se achava nas melhores condições quando inesperadamente morreu de uma síncope cardíaca;

(...) (Anexo A, p. 300)

Qualquer valor adicional que possa ter a oração condicional introduzida por “se”, seu sentido sempre implicará um obstáculo que se contrapõe à constatação de certos acontecimentos que, em outras circunstâncias se realizariam sem o constrangimento enunciado na hipotética.

As orações condicionais que compõem as frases ou períodos hipotéticos enunciam as hipóteses e conseqüências positivas, no sentido de “justificar” atos do protagonista, traduzem o drama sentimental do protagonista. Demonstram a ansiedade humana na luta desigual contra o medo.

O médico ainda foi mais ardiloso: buscou um recurso estilístico por meio do qual nega o que pretende que seja afirmado. Trata-se de uma forma de uso da figura do discurso chamada lítotes que consiste na obtenção da ênfase por meio da negação. É de grande expressividade o efeito que esse engenho sintático-semântico produz. Seria mais direto, mais objetivo dizer, por exemplo: *Recusei-me sempre a operá-la. Expus todos os perigos da operação.* Mas reconhecamos que o resultado não seria o mesmo que o alcançado com o binômio “conjunção + advérbio”. Para o enunciatário, não é difícil perceber que o médico pretende que sejam dadas respostas positivas para todos os quesitos. O emprego do advérbio “não” realça a idéia, cria a expectativa da resposta positiva, ainda porque esse recurso de busca de adesão, talvez até de modo inconsciente, é empregado de maneira comum no uso diário da linguagem, por qualquer falante. Assim, utilizando o corriqueiro, atinge o menos ilustrado e, argumentando como a autoridade que é, pretende convencer pelas minúcias.

É importante destacar que a utilização do recurso retórico da interrogação, no quesito 8º, é também um dos meios persuasivos do qual faz uso o enunciatário, pois o efeito

interrogativo retroativo que cria no discurso, alcançando todos os quesitos anteriores, produz uma efetiva estratégia manipuladora.

Desse modo, o médico vai, na carta, recriando a realidade pelo prisma de seus interesses, a partir dos acontecimentos que escolhe e rememora, objetivando mostrar que aquela realidade filtrada, o que recria, é tudo o que realmente aconteceu. Ainda, em relação ao quesito 8º, somente para exemplificar, o enunciador usa um discurso indireto, em debragem enunciativa, quando procura, numa tentativa de recriar a situação de enunciação, como quem queira outorgar autenticidade ao que reporta, reproduzir palavras ditas por Anna.

Sei, entretanto, que a enunciação não se repete. Um discurso que não esteja ocorrendo em situação concreta, no momento da interação verbal entre as partes, não é mais o mesmo. Apenas o enunciado pode-se repetir, pois, retomado, sofre alteração; dito por outro enunciador, deslocado do seu lugar original, já passou por um processo de valoração interpretativa. Não se trata de uma simples transposição, o conteúdo ideológico do discurso repetido já passou pelo julgamento de quem o reproduziu, até porque está ressignificado em outro contexto.

Um outro momento bastante evidente de manipulação é o que faz o médico, no último parágrafo da carta: *Auctorisando-me a fazer de sua resposta o uso que me convier peço licença para assignar-me*. Mascarando respeito e polidez com *peço licença*, o enunciado intimida, soa como uma ameaça. Afinal tudo o que foi colocado parte de uma autoridade, de quem sabe do que está falando.

Este destinatador-manipulador se utiliza de diferentes estratégias para alcançar seus intentos. Dirige ao seu destinatário perguntas que o envolvem e o comprometem e, não somente ele, como também sua família, de modo a fazer com que todos compartilhem da culpa que, pressupostamente, está somente a ele sendo imputada. Invitando-os a refletir sobre os eventos rememorados, incluindo-os na retrospectiva, autocitando-se e reconstruindo um diálogo em que reporta a voz da paciente, busca fortalecer seus argumentos, outorgar mais autenticidade aos seus ditos, acentuar sua identidade de profissional responsável.

Em QM/CM (Anexo A, p. 300), ao aludir aos argumentos que utilizou nas advertências que fez à família, o destinatador-manipulador quer fazer-crer que, estando adequadamente informado na sua especialidade, não enganou, foi franco, sincero, correto.

Porém, em R (Anexo A, p. 300/301), fica evidente que o esposo concorda apenas parcialmente com as justificativas dadas pelo profissional acerca dos acontecimentos que culminaram na morte de sua esposa, pois quanto aos quesitos 4º e 5º, respondidos em uma única réplica, e ainda acerca das respostas dadas ao 6º e ao 7º, deixa dúvidas sobre as razões

apresentadas. Isso dá mostras de que o contrato não foi, na sua totalidade, interpretado como “verdadeiro” e de que, portanto, o médico continua sancionado negativamente por Florencio.

É importante observar que em R, o esposo de Anna tem assinatura reconhecida em cartório, fato que atesta o cuidado que teve o enunciador de buscar o efeito de “realidade” para sua resposta, uma resposta que não era bem a esperada pelo destinador-manipulador.

A notícia final é decisiva na construção do sentido global dos textos, uma vez que nela estão contidos elementos discursivos que encaminham para a pressuposição de que o sujeito – o médico – foi sancionado negativamente, pela morte da paciente e pelo diagnóstico que emitiu.

Se as figuras são unidades de conteúdo que qualificam e, de certa forma “vestem” os papéis actanciais e as funções cumpridas por eles, aplicando aos textos em estudo esses princípios, o papel de sujeito que corresponde ao ator Anna encontra-se investido semanticamente pelas figuras da fragilidade, da comiserção, da retidão e da integridade e, ainda, surpreendentemente, pela figura da determinação. Já o actante-sujeito discursivamente personificado pelo médico que se defende por meio da carta aparece ora revestido pelas figuras do conhecimento científico, da competência profissional, do refinamento, ora pela figura do descrédito. O papel actancial que aponta para Florencio e para a família de Anna figurativiza o inconformismo, a dúvida, a acusação.

A coerência interna da rede de figuras torna os textos verossímeis. Sendo textos que tratam de doença e morte, é previsível que estejam colocadas figuras como médico, paciente, família, coroas fúnebres, etc. Assim, a *laparotomia* (OC) figurativiza a ciência; *o tumor uterino que se verificou de má natureza* e *que pesava cerca de três kilos* (OC) figurativiza a iminência da morte; os nove médicos figurativizam o grau de complexidade do procedimento, a responsabilidade da tarefa.

O saber científico e a dúvida são figurativizados pela *syncope cardiaca* (N) ; *o extraordinario acompanhamento, a parte mais classificada da sociedade rio-grandense, as innumerables coroas com expressivas dedicatorias* (SF) são figuras do poder econômico e do prestígio social.

Em QM/CM (Anexo A, p. 300), a carta é a figura da defesa, da declaração de inocência; em R, a resposta do marido é a figura da dúvida, da hesitação, da desconfiança, da incerteza; o reconhecimento da assinatura de Florencio pelo notário é a figura da verdade, da autenticidade. O *paquete* e a *viagem* (V) figurativizam a saída, o escape, a fuga, a evasão; a cidade do *Rio de Janeiro* (V) é a figurativização do relaxamento, da liberdade, do resgate da credibilidade.

Julgo ser pertinente afirmar que está em jogo a condição mortal do ser humano, sua fragilidade e impotência diante da finitude da matéria (tema 1); o endeusamento da mulher, mãe de família, na sociedade elitista e moralista (tema 2); a falta de alternativa, o desespero (tema 3); a exclusão social do indivíduo que não corresponde à expectativa da sociedade quanto à sua capacidade técnica (tema 3) configurando-se como temas subjacentes aos fatos noticiados, recobertos por figuras que concretizam o discurso.

No todo que constitui o conjunto, os textos são construídos sobre o tema 1, aliás, um tema recorrente em qualquer literatura, em qualquer momento histórico, em qualquer lugar, uma vez que a morte, a despeito de tudo o que o ser humano possa mobilizar para evitá-la, vem, implacavelmente, num determinado instante, pôr fim à sua vida.

Fundamentado na imagem que o próprio discurso cria de modo a cristalizar formas de comportamentos femininos que distinguem socialmente a família de prestígio, o tema 2 é depreendido pela visão apresentada de Anna: ser endeusado, dedicada mãe, esposa e filha, cuja vida orienta-se na moral e na virtude.

O tema 3 pode ser exemplificado pela figura da Anna que, por falta de alternativa, “instava diariamente pela operação e declarava correr os riscos de uma grave operação a viver como vivia” (QM/CM, Anexo A, p. 300), que “insistia sempre para que fosse operada, visto não querer nem poder suportar por mais tempo os horrorosos padecimentos que a atormentavam.” (R, Anexo A, p. 300).

É possível detectar que Anna, enquanto falada pelo enunciador, não foi um sujeito totalmente passivo em toda a situação que a levou à morte. O enunciador, visando à isenção de culpa nas circunstâncias nas quais ocorreu o óbito, revela, por meio do discurso indireto referido, a imagem de uma mulher que tomou uma atitude.

A palavra de Anna, recriada pelo médico e confirmada pelo marido, dá a conhecer, em nível de parecer, uma mulher que quis correr risco de vida para dar fim ao seu sofrimento, num tempo em que uma intervenção cirúrgica era, sempre, uma situação de altíssima temeridade. Outro aspecto a ser considerado é que seu pedido levou o esposo e a família a autorizarem, livres de culpa, a cirurgia.

Quanto ao tema 4, que aparece no último texto do conjunto, constata-se a situação na qual um indivíduo se coloca fora de seu meio porque não mais se acha aceito pelo grupo. No que parece, o médico, por se encontrar em situação de provável desprestígio, julga ter-se apagado a imagem de profissional competente que teve, passando a ser considerada apenas a imagem que dele estava sendo feita, naquele momento.

Apesar de faltarem argumentos mais consistentes que justifiquem a não-aceitação da *causa mortis* por Florencio e sua família, a retirada de Dr. Daniel d’Almeida para o Rio de Janeiro pode deixar pressupor essa interpretação: ele deveria ir, por não ter salvado a vida de Anna. O destinatário teria interpretado como negativa a sanção do esposo e da família e executou a performance que considerou ser a esperada por seus julgadores, autopunindo-se.

É oportuno comentar que, independentemente de a mídia pôr ou não a público e muito mais ainda, quando divulgados por ela, os acontecimentos têm maior repercussão nas pequenas comunidades, porque, nelas, tudo o que acontece é de domínio comum e, na medida em que as coisas se dão, os sujeitos envolvidos são julgados e recebem a sanção de todos. Nos grandes centros, somente os grandes acontecimentos têm repercussão geral. Neles, o indivíduo apaga-se na massa.

Irei agora tratar das paixões, pois os textos que compõem esta coletânea constituem um campo minado, um espaço de tensões e dissensões.

Redirecionando meu olhar sobre os textos que integram a coletânea em análise, posso afirmar que são emocionais e passionais, isto é, no espaço topológico ao qual estão circunscritos, texto e leitor – considerando o leitor como sujeito que produz – estão afetados, cognitivamente, pelo “pathos”, ou seja, pela paixão, pelo sofrimento, por uma dor que os afeta inevitavelmente. Já na primeira notícia do conjunto (OC), discursivamente, o Diário busca fazer o leitor substituir o receio da possibilidade de um desfecho sentido como negativo por outro, positivo, dizendo, depois de construir modos de produção de significações de impacto: *A paciente acha-se em condições satisfactorias. O Diário do Rio Grande*, como se apenas cumprisse sua função de informar, ora trabalha a tensão, ora busca deixar seu leitor, o sujeito que gera sentidos, relaxado.

O percurso passional do sujeito que, no nível discursivo, identificamos por Anna, aparece de forma bem marcada, despertado pela liquidação de falta que deseja empreender. Isso mostra-se palpável diante da possibilidade que lhe se apresenta para que entre em conjunção com o valor recuperação da saúde, busca da vida, obtidos pela decisão de se deixar operar. Por decorrer da modalização pelo querer-ser saudável, configura-se, no caso, um exemplo de paixão simples, a paixão da esperança, efeito passional da confiança no outro.

Na carta de resposta do esposo de Anna ao médico Daniel d’Almeida, em QM, a análise semiótica das paixões permite identificar, também, a paixão da esperança, o que a resposta dada aos 4º e 5º quesitos, em (R), podem comprovar:

4º e 5º É certo; porém tanto eu como os filhos e mais íntimos da família, no empenho de salvar aquella vida tão digna de ser amada por nós, só víamos como único recurso a operação, em que todos (inclusive a doente) tinham esperança de a salvar visto nos terem os homens da sciencia affirmado que seria muito curta a sua existencia accelerada pelas inevitaveis e dolorosas consequencias da molestia; (Anexo A, p. 300)

Essa constatação ratifica-se ainda, em R (Anexo A, p. 301), neste fragmento da resposta dada por Florencio Rodrigues ao 7º quesito: “(...) depois de operada, achava-se a doente animada e com esperanças de restabelecimento (...)”

De todos os textos analisados, o da carta do médico é o que visivelmente investe na paixão do medo. Marcas passionais verificadas nesse texto mostram um percurso relacionado a essa paixão e ligado à perda de credibilidade. Reconstituindo um momento da narrativa ordenada cronologicamente na mente do leitor que acompanhou as notícias, há um sujeito, o médico, que pode perder a qualquer momento seu objeto de valor, a credibilidade profissional, devido à ação de um anti-sujeito, a gravidade da doença de sua paciente Anna, o que o coloca diante de uma performance ameaçadora.

Mais do que em qualquer outro afeto, no medo, o sujeito apaixonado fica exposto à imagem de sua incapacidade. Isso afirmo porque há, na perspectiva da Semiótica, uma forma de medo ligada à percepção de uma falta de competência exigida do sujeito, no momento da performance, para manutenção de um objeto. A falta de competência, em função do simulacro montado, pode ser real ou imaginária.

Aconteceu que, ao aceitar o contrato do destinador, esposo e familiares da paciente – o dever fazer a cirurgia – o destinatário teve medo de punição, caso ocorresse uma performance mal-sucedida. Ser bem sucedido seria, para o destinatário, uma fonte de valores positivos. Mal sucedido, esse sujeito poderia sofrer sanção negativa.

Em função das perdas sofridas, o sujeito, passando pelas etapas passionais da espera, fez um percurso passional definido por combinação de modalidades e entendido na ordem das paixões complexas. Há uma ruptura no percurso narrativo desse sujeito, isso porque o médico interpreta como quebra de contrato o fato de o marido e a família não se conformarem com a perda e colocarem em dúvida a *causa mortis* atestada. Essa ocorrência fica pressuposta, uma vez que não haveria outro motivo, se não a honra ofendida, que justificasse a existência da carta. Tendo receio de acabar julgado como incompetente pela sociedade, julgamento do qual queria livrar-se, para resguardar a própria imagem, escreveu a carta.

O destinatário imediato da carta é o esposo da paciente morta, por extensão, também seus familiares. Depois, pela publicação do *Diário do Rio Grande*, todo o leitor do jornal e, numa expansão maior, toda a comunidade, porque sabedora do acontecimento. Buscando efeitos de realidade no relato detalhado das ocorrências, o destinador, missivista, alongando seu estado passional, faz com que o leitor mergulhe nas paixões das personagens. E ele é uma delas.

A insistência no relato das advertências feitas ao esposo, à família e à própria paciente e a polida forma de manipulação por intimidação posta no parágrafo final – “Auctorizando-me a fazer de sua resposta o uso que me convier peço licença para assignar-me.” (QM/CM, Anexo A, p. 300) – constituem recursos discursivos que, pelas diferentes intensidades de medo que evidenciam no seu teor, podem ser lidos como gradações dessa paixão.

Para entender esse percurso, é preciso olhar esse sujeito como parte de um grupo no qual é tratado com admiração e respeito, com o qual compartilha os valores advindos do prestígio. Nessa visão, há que se levar em conta o papel do trabalho como fator de formação de identidade do indivíduo. Quanto mais prestigiado no grupo, pelo trabalho que desempenha, maior o medo das perdas, do julgamento social negativo, em função de um mau desempenho. A perda da credibilidade profissional faz com que se criem as condições ideais para que se verifique, também, a paixão da vergonha.

Observo, agora, a resposta que Florencio Rodrigues, o marido de Anna, dá ao 6º quesito formulado pelo médico, quando perguntado, se todos os membros da família sabiam ou não da gravidade da operação que estava para ser realizada. Florencio diz: “Não estava ao alcance dos nossos conhecimentos, mas confiávamos plenamente no que nos diziam os entendidos.” (R, Anexo A, p. 301). Somada a essa resposta, claramente marcada por um tom que revela uma certa ironia, está a emitida para o 7º quesito: “Não podemos, no entanto dizer se faleceu de síncope cardíaca por nos faltarem os conhecimentos próprios.” Essas respostas, explicitamente apresentadas no jornal, podem ser entendidas como a concretização de uma sanção pragmática negativa, o que, para o sujeito destinatário, o médico seria mais uma parte do percurso vinculado à paixão do medo.

Sendo parcial a aceitação do marido às razões colocadas na carta, é possível entender, por parte do médico, a interpretação da possibilidade de uma sanção cognitiva negativa também da comunidade rio-grandina, não obstante a todo o apoio do jornal. Isso poderia ter sido viável pela constatação de sua viagem imediata, noticiada na página 3 da mesma edição do *Diário do Rio Grande* em que foi publicada, na primeira página, a notícia

QM (Anexo A, p. 300). Daí viabiliza-se a existência da paixão da vergonha. As duas paixões, medo e vergonha, relacionam-se.

5. 1. 1. 4 Algumas constatações

Por meio de mecanismos lingüísticos, a representação de mulher que emerge desta primeira coletânea, é a de um ser da alta camada social da cidade. Anna não é senão um sujeito construído, enquanto linguagem, nas estratificações do sistema vigente na época. A idéia de mulher virtuosa, vítima do destino é um sentido nitidamente observável, nas notícias deste conjunto de textos, pela voz do jornal. Sim, porque Anna não fala, é falada.

Discursivamente retratada pela imprensa com uma significativa adjetivação, Anna representa-se por uma identidade calcada no modelo dominante, representado pela figura da mulher que é filha, é esposa e é mãe, o que corresponde ao ideário do feminino modelar. Sua própria condição social, na Rio Grande de 1900, é *conditio sine qua non* para que seja vista dessa forma. Pesam, aí, os fatores de ordem histórica, as peculiaridades culturais da cidade.

Na representação de Anna, através de um discurso indireto, o jornal *Diário do Rio Grande* dá mostras de uma voz que era apagada. Desse apagamento resulta a imagem feminina estereotipada que a ideologia vigente consagra, a de uma mulher cujo silêncio se inscreve no âmago de seu comportamento.

Seriam, então, silenciosas todas as mulheres inseridas nesse elaborado sistema de tabus, frutos de uma educação alicerçada na repressão? Teriam todas elas essa identidade calcada na supremacia do social e de modelos que ele comporta em detrimento do individual? A expressão da vontade de Anna, nos seus derradeiros momentos de vida, seria uma mostra de ruptura da submissão cultural e universal das mulheres aos homens? Seria seu pedido a auspiciosa afirmação de um posicionamento individual, só vindo a público em função de uma *questão médica*, em que sujeitos masculinos querem resolver seus conflitos?

Veja-se que o discurso indireto cria, assim, uma área de sombra nos estudos sobre a mulher. Ouvir a voz abafada de Anna que, gravemente enferma, no leito, prefere correr o risco de uma *melindrosa operação cirurgica* a continuar sofrendo as dores físicas, dá a impressão de estar ouvindo a voz de uma mulher que é capaz de cortar os fios com a autoridade do marido e mover forças que podem significar sua determinação, sua coragem. Mas isso só é possível imaginar, quando o jornal cede a voz ao médico que pede a publicação

também da resposta do marido. Pelas vozes dos *sujeitos* – homens – é que os textos possibilitam conhecer um pouco da mulher que foi Anna. Do contrário, Anna é anulada como ser falante, como mulher que pode mover-se, deixando de ser um apêndice, sem qualquer autonomia.

Se tomada a imprensa “séria” como fonte histórica para mostrar-se a imagem de Anna, uma senhora da sociedade, seu ponto de vista, como mulher, inexistente. Tudo é apresentado da perspectiva do jornal, dos sujeitos masculinos aos quais o jornal dá voz. O tema da mulher, nesta primeira coletânea, traduz-se por uma voz condenada ao silêncio.

A chamada imprensa “séria” quer ser neutra, como se a simples concessão de espaço no jornal, para que os médicos publicassem uma carta, isso sem levar em conta as estratégias discursivas através das quais concede esse espaço, impedisse a parcialidade.

Ainda que a análise, num determinado momento, pareça ter-se conduzido de modo a privilegiar o percurso narrativo do sujeito médico, em detrimento do percurso do sujeito Anna, quero frisar que, no meu entender, a personagem principal da história não é o médico, é Anna, a mulher. Ele está na história em função dela. A existência de Daniel d’Almeida apenas reforça a importância de Anna na história: uma Anna que, em toda a criação discursiva de um efeito de sentido “verdade” dos acontecimentos é apenas uma voz calada.

5.1.2 Coletânea 2: Eva Canel: una mujer española visita Rio Grande

Para justificar uma análise empreendida sobre um conjunto de textos vistos como um todo de sentido e não sobre um de cada vez, metodologia adotada por me parecer mais adequada à natureza desses elementos constituintes do *corpus*, algumas reflexões me parecem necessárias, antes de iniciar o exame da segunda coletânea.

Tomados como objetos de investigação textos jornalísticos, importa entender que notícia, para a empresa que produz um jornal diário, é o que interessa ao leitor, é o que vai interferir no seu dia-a-dia, vista essa interferência, é claro, na perspectiva de cada um. Cada tipo de texto relaciona-se de diferente forma com o leitor, com sua memória, seus recursos e seus hábitos; com seu espaço e seu tempo. As notícias de um jornal diário existem em série, por si só dizem muito pouco. O leitor diário de um jornal compreende as notícias que lê

porque conhece seus antecedentes, as personagens, as situações que lhes servem de contexto. Porque é leitor regular de um jornal, tem uma consciência midiática e uma competência específica para leitura de diários, pode fazer uma leitura produtiva das notícias. É fiel ao seu jornal e sua leitura costuma ter algo de auto-reconhecimento da imagem de leitor que o próprio jornal que lê constrói de si.

As informações contidas em cada texto de um periódico dado são uma continuação de outros dados informativos anteriores. Os textos contêm determinadas palavras-chave que permitem recuperar esquemas informativos prévios para entender a informação atual. O dado novo se coloca numa rede de conhecimentos prévios organizados com certa lógica. Recuperando informações previamente conhecidas, estabelecendo relações, o leitor incorpora suas suposições e conjunturas sobre o que lê.

Estou fazendo referência ao leitor habitual, mas, para chegar onde quero, devo considerar também que os textos veiculados nos jornais dirigem-se a três tipos de destinatários diferentes. O primeiro tipo é formado pelos leitores habituais, que adquirem o jornal no comércio ou recebem-no via assinatura em casa ou no trabalho. O segundo, pelo leitor eventual, que compra o jornal apenas quando tem recursos ou algum tipo de interesse específico. Por fim, no terceiro grupo, está o leitor potencial, aquele que não costuma ler jornais, mas que se pode um dia tornar um comprador habitual.

Posto isso, quero afirmar que a metodologia adotada para analisar o conjunto de textos selecionados para esta coletânea baseia-se em um exemplo que já é lugar-comum em lingüística, qual seja a metáfora do jogo de xadrez utilizada por Saussure: um elemento da estrutura só adquire valor na medida em que se relaciona com o todo de que faz parte. Imaginando uma situação hipotética em que um leitor do segundo ou do terceiro grupo referidos lê, por exemplo, a primeira conferência de Eva Canel e, querendo saber o acontecimento que lhe deu origem, busca ler nas edições anteriores os textos que lhe possibilitam ficar a par da presença da escritora na cidade. É no jogo de relações que esse suposto leitor constrói que os eventos tomam sentido.

Neste capítulo, examino a segunda coletânea de textos selecionados para compor o *corpus* deste trabalho. No ano pelo qual optei para levantamento dos textos que constituem meu objeto de análise, 1900, chamaram-me atenção as notícias que documentaram a visita de uma escritora e conferencista espanhola à cidade do Rio Grande, fato do qual o jornal **Diário do Rio Grande** ocupou-se, com efeito, durante todo primeiro semestre do ano. Coletei, uma a uma, todas as notícias que aquele jornal – “representante da imprensa séria”, conforme o

historiador rio-grandino Francisco das Neves Alves (1998: 161) – publicou, naquele ano, a respeito desse evento.

Enquanto selecionava os textos para análise, observando, como já foi dito, acontecimentos centrados na mulher, na condição de referente, destinatária ou produtora, geradores do maior número de matérias no ano pesquisado, encontrei, na página 2, da edição de 10 de janeiro de 1900, uma notícia que, já pelo título, aguçou, de imediato, minha curiosidade.

Ei-la:

O feminismo

Pertencem a um jornal do Rio de Janeiro as seguintes linhas:

“A notavel romancista e jornalista hespanhola Eva Canel, a pedido de alguns de seus admiradores, fará no dia 13 do corrente, às 8 horas da noite, no Lyceu de Artes e Officios, uma conferencia sobre o feminismo. A entrada é franca.”⁶²

Avançando na leitura das edições do jornal, observei que uma outra notícia, publicada em 19 de abril, na primeira página, fazia referência a mesma conferencista que havia estado no Rio de Janeiro. E, daí para diante, a escritora espanhola foi presença constante em mais vinte e três textos noticiosos, totalizando, no período compreendido entre 10 de janeiro e 30 de junho, os vinte e quatro textos que formam o grupo que passarei a analisar.

Esses textos que compõem a cobertura do Diário sobre a visita de Eva Canel à cidade do Rio Grande relatam eventos que, agrupados, concatenadamente, pelas notícias, configuram uma história completa. Isso afirmo porque, colocando os fatos num plano linear, construindo uma seqüencialização de ações, hierarquizando-as de modo a formar um encadeamento causal, a narrativa jornalística assume um caráter serial, desenvolve-se como se fosse capítulos de um folhetim.

Antes de proceder à análise dos textos, vale lembrar que esses relatos, é sabido, ganham relevo, largueza e sentido no entrelaçamento das relações históricas. Assim, uma vez constatada a relevância do acontecimento e tomada a decisão de coletar todos os textos que diziam respeito à visitante, nas edições do *Diário do Rio Grande* de 1900, movida por uma curiosidade que se intensificava, fui buscar mais dados sobre a mulher-escritora Eva Canel. Considerei importante resumir, a seguir, neste trabalho, o que encontrei em um “site” da Internet⁶³ a respeito da romancista espanhola:

⁶² *Diário do Rio Grande*, sexta-feira 10 de janeiro de 1900:p.2

⁶³ Disponível em: ESCRITORAS.COM: <http://www.escriptoras.com/escriptoras/escritora.php?i=178> Acessado em: 13 de julho de 2004.

Agar Eva Infanzón Canel, filha de Pedro Infanzón, médico, e de Epifania Canel y Uría, nasceu em 30 de janeiro de 1857 em Coaña, Asturias.. Após a morte de seu pai em um naufrágio, mudou-se para Madrid, com sua mãe.

Aos quinze anos, trabalhando no teatro, conheceu Eloy Perillán Buxó, com quem contraiu matrimônio. Em 1874, em consequência da publicação de uma obra, Perillán foi desterrado. Durante um ano, Eva o substituiu na direção de *La Broma*, até que, finalmente, foi para a América ao seu encontro, onde colaborou na revista *El Ferrocarril*, que seu marido dirigia na Bolívia. Juntos, fundaram, entre 1876 e 1882, *Las Noticias* e *El Comercio Espanhol*, em Lima; e *El Petróleo*, em Buenos Aires. Colaboraram também em *El Comercio* e em *El Perú Ilustrado*..

Se, em princípio, Eva simpatizasse com as idéias republicanas de seu marido, com o tempo, tornou-se mais conservadora e, quando de regresso à Espanha, em 1882, mostrou-se ainda mais distante dessas concepções. Perillán voltou à América, em 1884, falecendo pouco depois. Eva, viúva e com um filho, permaneceu em Barcelona, e continuou colaborando em periódicos espanhóis e americanos. Em 1891, chegou em Havana com a intenção de ocupar-se de várias incumbências, na Exposição Universal de Chicago. Ali, deixou seu filho, que estudaria engenharia, enquanto ela regressasse a Cuba e fundasse *La Cotorra* (1891 – 1893).

Durante a guerra da independência, defendeu a causa da Espanha como secretária da Cruz Roja. Nessa ocasião, fundou centros de auxílio. Ao término da guerra, regressou à Espanha com os restos de seu marido, a fim de enterrá-los em sua terra natal.

Em 1899, voltou à América e, fixou residência em Buenos Aires, dedicando-se a dar conferências em todo o continente, ao mesmo tempo em que escrevia artigos para os jornais *El Diario Español*, *Caras y Caretas*, *Correo de Galicia* e *La Tribuna de Buenos Aires*. Na capital argentina, foi proprietária de uma editora. Em 1904, fundou *Kosmos* e, em 1907, *Vida Española* que, pouco mais tarde, fechou, em funções de problemas de saúde. Em 1914, caiu enferma, durante uma excursão, regressando a Cuba. Em 1921, o Papa Benedicto XV outorgou-lhe a Cruz Pro Ecclesia et Pontifice. Em 1929, a Sociedad Geográfica de Madrid nomeou-a membro correspondente, e o governo de Primo de Rivera concedeu-lhe o Lazo de la Orden de Isabel La Católica e a Medalla de Oro de Ultramar. Foi sócia de honra da Colombina Onubense, por seus trabalhos no centenário de Colón. Em 2 de maio de 1932, morreu, em Cuba, na pobreza.

Autora de vasta produção, publicou contos, novelas, peças teatrais, conferências, ensaios, artigos, relatos de viagens, entre os quais: *Cosas del otro mundo. Viajes, historias y cuentos* (1889); *Manolín* (novela, 1891); *La mulata* (peça teatral, 1891); *Trapitos al sol* (novela, 1891); *Oremus* (novela, 1893); *Magosto (conferencias y novelas*, 1894); *El indiano* (peça de teatro, 1894); *Albun de la Trocha, Breve reseña de una excursión* (1897); *De América. Viajes, tradiciones y novelitas cortas* (1899); *Fuera de la ley* (peça de teatro, 1902); *Las ambiciones de los sajones de América y la nece* (1903); *El divorcio ante la familia y la sociedad* (1903); *Agua de limon* (1904); *La abuelita* (peça de teatro, 1905); *De Herodes a Pilatos* (peça de teatro, 1905); *El agua turbia* (novela, 1906); *Uno de Baler* (peça de teatro, 1907); *Por la Justicia y por España* (ensaio, 1909); *Por España antes que por mí – Una polémica* (artigo, 1915); *Lo que vi en Cuba (A través de la hisla)* – (1916).⁶⁴

Submeto, agora, o grupo de textos que registraram a visita desta mulher a Rio Grande a uma análise semiótica, seguindo a segmentação em níveis, conforme propõe a teoria. Sei que, efetivamente, no objeto de estudo, há um todo de sentido: os níveis estão juntos e relacionam-se entre si.

⁶⁴ Tradução minha.

5.1.2.1 Nível Fundamental

No Nível Fundamental, a categoria semântica presente no todo da narrativa contempla a oposição saber vs. não saber, em que o saber tem um valor positivo, isto é, eufórico, e o não saber, um valor negativo, portanto disfórico. Essa operação semântica de base, sustentadora do movimento textual instaurado pela visita de um sujeito mulher, decorre da situação oposta entre ter condições de expor raciocínios com propriedade e loquacidade e não ter essas condições.

5.1.2.2 Nível Narrativo

Passemos para o Nível Narrativo, para a descrição do espetáculo, simulacro do fazer transformador do homem no mundo. Na contextura através da qual deve ser pensado o seu componente sintático, começo a entender a visita de Eva Canel à cidade do Rio Grande, em 1900, como uma história ou esquema narrativo, não pela notícia de 19 de abril, na qual Eva, a bordo do paquete “*Mercedes*” viaja de Porto Alegre para Rio Grande, mas pela notícia veiculada três meses antes, em 10 de janeiro, quando o jornal dá conhecimento da presença da escritora no Brasil, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal.

Tendo em vista que a história se constitui do conjunto de notícias coletadas a respeito de Eva Canel, verifico que esta história é feita de muitos momentos ou, na perspectiva da Semiótica, de um número significativo de PNs. Fosse minha intenção apenas demonstrar, através da Semiótica Greimasiana, o que um texto tem em comum com outros, considerando que a todos subjaz uma lógica geral, ou simplesmente realizar um exercício acadêmico, bastaria dizer que esta história é a história de um sujeito, manifestado no nível do discurso como Eva, manipulado por um outro sujeito, os anfitriões – por tentação – hospedagem em bom hotel, alimentação, receptividade, carinho – para que fale para o público, doe seu saber, mostre seu *modus videndi et concebendi*. O sujeito, Eva, quer cumprir e realmente cumpre o acordo. É reconhecida como mulher culta, escritora conceituada, pessoa de bons princípios morais e recompensada com aplausos, reverências, homenagens:

(...) E como se ao mesmo tempo um só mundo de mãos se agitára no recinto abafado do teatro, um só echo de applausos calorosamente ressoou, envolvendo na sua onda vibrante o vulto sympathico, insinuante e intelligente e festejada apostola da palavra que, no dizer de alguém, não só domina o mundo, mas creou o mundo, porque para haver mundo houve palavra. (...) A banda de musica da “Lyra Artistica” executou antes e depois do sarao litterario, escolhidas peças, acompanhando em seguida, com immenso concurso de povo, inclusive exmas. familias, a emerita Sra. D. Eva Canel, à luz de fogos cambiantes, até o Hotel Pariz. (Anexo B, p. 305)

Contudo, visto a perceber como a mensagem se revela – valor maior da teoria – no que tange à visão de mundo de uma sociedade a respeito da condição de *ser mulher*, independentemente do que eu possa pensar acerca desse tema. Para isso é preciso reconstituir, balizar e analisar mais detidamente o percurso de Eva Canel no Brasil, o que inclui sua estada na cidade do Rio Grande.

Considerada a série de eventos conectados, organizei o quadro a seguir, feito com base nas notícias veiculadas no jornal *Diário do Rio Grande*. Nele disponho de forma ordenada o roteiro cumprido pela escritora, de janeiro a junho de 1900, o que resume e mostra dinamicamente sua trajetória, permitindo uma compreensão mais proveitosa dos programas narrativos que serão enfocados:

QUADRO 3

13 de janeiro, quinta-feira	Faz conferência sobre feminismo no Rio de Janeiro.
18 de abril, quarta-feira	Embarca de Porto Alegre para Rio Grande. A narrativa deixa pressupor que tenha realizado conferência na capital do estado.
19 de abril, quinta-feira	É recebida em Rio Grande, a bordo do paquete "Mercedes", por comissão da colônia espanhola estabelecida na cidade.
20 de abril, sexta-feira	Comparece à festa oferecida pela família de um médico, onde faz dois discursos.
22 de abril, domingo	Visita a Biblioteca Rio-Grandense, onde deixa por escrito suas impressões. O jornal <i>Diário do Rio Grande</i> anuncia a primeira conferência da escritora para este dia, porém a conferência só se realiza em 24 de abril.
24 de abril, terça-feira	Realiza a primeira conferência em Rio Grande sobre o tema "A educação da mulher", no Teatro 7 de Setembro. Ao término, é acompanhada até o <i>Hotel Paris</i> , onde se encontra hospedada, por uma banda de música e pelo povo, à luz de fogos de artifício.
26 de abril, quinta-feira	Viaja de trem para Pelotas.
1º de maio, terça-feira	Realiza primeira conferência em Pelotas, na Biblioteca Pública, sobre o tema "Fraternização da raça ibero-latina na América". Após a conferência, é-lhe oferecido um banquete no <i>Hotel Aliança</i> , onde fica hospedada.
14 de maio, segunda-feira	Visita, em Bagé, a redação do jornal "Gazeta da Manhã". Conforme notícia o <i>Diário do Rio Grande</i> , nesta data, deveria fazer sua 1ª conferência para o público bageense sobre o tema "A educação da mulher". Em 12 de maio, sábado, o jornal informa que serão realizadas duas conferências naquela cidade.
17 de maio, quinta-feira	Retorna de Bagé para Pelotas. Na passagem pela cidade de Piratini, é saudada, na estação de trem, por famílias e representação da imprensa.
21 de maio, segunda-feira	Realiza em Pelotas a segunda conferência, no Teatro 7 de Abril, desta vez sobre o tema "A educação da mulher".
24 de maio, quinta-feira	De volta à cidade do Rio Grande, visita a redação do jornal <i>Diário do Rio Grande</i> .
27 de maio, domingo	Realiza a segunda conferência em Rio Grande, no Teatro Polytheama, nesta ocasião sobre o tema "Fé e Caridade".
07 de junho, quinta-feira	Chega em Sant'Anna do Livramento, é recebida pela colônia espanhola fixada naquela cidade e hospeda-se no <i>Hotel do Commercio</i> .
08 de junho, sexta-feira	Visita o vice-consulado da Espanha e o <i>Club Commercial</i> , onde faz discurso.
09 de junho, sábado	Visita, em Sant'Anna do Livramento, a redação do jornal "Debate".
10 de junho, domingo	Almoça na residência do vice-cônsul espanhol e, à noite, realiza conferência, no <i>Club Commercial</i> , sobre o tema "A educação da mulher, sua influência na sociedade como esposa, mãe, filha e cidadã".
11 de junho, segunda-feira	Segue de Sant'Anna do Livramento para Montevidéo. Expressa, por escrito, seus agradecimentos ao cônsul da Espanha na cidade do Rio Grande.

A síntese explicitada no quadro assinala a realização de nove conferências no Brasil, em seis cidades, sendo três conferências pressupostas na narrativa. Desse modo, se focalizo um sujeito que se desloca muitas vezes de *topos* para ir ao encontro de um mesmo objeto de valor – *topos* diferente requer nova busca do mesmo objeto – devo entender que, a cada deslocamento, esse sujeito recomeça novo programa narrativo, para ter, novamente, sua performance julgada.

A primeira notícia acerca da protagonista – O feminismo – deixa dela pressupor um estado precedente, ou seja, um estado temporalmente mais afastado. Se Eva, *a pedido de alguns de seus admiradores* deverá fazer, no Lyceu de Artes e Offícios, no Rio de Janeiro, então capital do país, *uma conferencia sobre o feminismo*, é porque se trata de um sujeito que se colocou em conjunção com os valores da admiração, do reconhecimento, do respeito de outros sujeitos.

Em algum momento de um percurso narrativo anterior, pressuposto ao enunciado, o sujeito viveu a fase da virtualização, quando adquiriu um querer e um dever-fazer; tornou-se atualizado, adquirindo um poder e um saber-fazer; executou a performance e foi sancionado positivamente, isto é, entrou em conjunção com seu objeto de valor, passando a ser um sujeito realizado. Seu roteiro de viagens no Brasil justifica-se por já ter sido aureolado, anteriormente, pelo seu fazer. A cada *topos* por onde circula recomeça um PN de uso, parte de seu PN de base, cujo objeto de valor é dar prazer a quem a ouve: “proporcionou aos circunstantes, (...) o inefável prazer de ouvi-la em dois formosos discursos calorosamente applaudidos.” (Anexo B, p. 303) Presumem-se, assim, ações que se situam em um ponto de referência anterior em relação às ações sucessivamente relatadas, na narrativa analisada.

Dessa forma, deslocando-se de um *topos* para outro, Eva aparece como um sujeito que doa competência para ser aplaudido. Assim, visa a chegar ao seu objeto de valor pragmático, receber aplausos. Explicando melhor, trata-se de um sujeito dotado de saber que, a cada novo *topos* onde chega, reinicia sua performance, para transformar sua condição de sujeito caracterizado por sua disjunção com o objeto reconhecimento do público em relação de conjunção.

Organizei, sintaticamente, a narrativa no quadro a seguir, na perspectiva de três percursos, todos relacionados a diferentes actâncias do ator protagonista Eva:

QUADRO 4

Papéis Actanciais		Actâncias do ator Eva		
DESTINADOR		Anfitriões + Jornal <i>Diário do Rio Grande</i> + Público	Eva	Eva + Jornal <i>Diário do Rio Grande</i>
SUJEITO		Eva	Anfitriões	Público
OBJETO DE VALOR	DE	Receber bem Eva, assessorá-la, divulgar seu trabalho.	Doar competência para ser reconhecida	Ouvir Eva para sentir prazer e aplaudi-la.
DESTINATÁRIO		Eva	Anfitriões	Público
ADJUVANTE		Aplausos	Eva + seu saber	Eva + seu saber
OPONENTE		Intempérie	Intempérie	Intempérie

Frente a este quadro, é interessante lembrar que uma narrativa permite a verificação de um encadeamento de PNs que determinam percursos de diferentes sujeitos e que esses percursos se encontram e se interpõem. Como toda narrativa, a história de Eva oferece possibilidades de variações e combinações, nem todas, evidentemente, contempladas no que acima pretendi demonstrar.

Se este estudo objetiva destacar a relevância da teoria semiótica para desvelar uma representação, é importante recordar que o modelo actancial constitui um sistema cujo pivô central é a relação sujeito/objeto, a qual Greimas complementa com outras duas: destinador/destinatário e adjuvante/oponente. Para a existência do sistema, basta que tais relações sejam evocadas, sejam ou não postas em prática. É sabido que a relação fundamental entre sujeito e objeto é a do desejo, entre destinador e destinatário é a de comunicação e a que se produz entre adjuvante e oponente é a de poder.

Há de se referir também que, no esquema narrativo greimasiano, podem-se dar relações múltiplas entre os três pares de actantes. Na organização narrativa que agora examino, tendo em vista o modo como os enunciados se articulam e as fases através das quais a ação se desenvolve, o ator Eva não somente realiza o percurso do sujeito. Sua ação comporta também os outros dois percursos: o do destinador-manipulador e o do destinador-julgador.

Focalizemos a instauração do sujeito, Eva. A narrativa oferece indícios suficientes para se poder afirmar que esse sujeito é introduzido na cena espetacular pelo destinador-manipulador, anfitriões, jornal *Diário do Rio Grande* e o público. Neste nível, o percurso do

enunciador, jornal é narrativizado como o percurso do ator jornal, instalado como actante. Assim, a colônia espanhola, o jornal e o público esperam muito dela e instauram-na como sujeito, no modo do dever-fazer bem.

Por telegramma que foi expedido de Porto Alegre ao Sr. Florencio Rodrigues⁶⁵ e de qual tivemos obsequiosamente conhecimento, sabemos que embarcou hontem no paquete "Mercedes", com destino a esta cidade, a festejada escriptora hespanhola Eva Canel, que na capital do estado acaba de deixar firmados, de modo inequivoco, seus reconhecidos creditos intelectuaes. A eminente litterata será hoje recebida a bordo do "Mercedes" por uma digna commissão do Centro Hespanhol, composta dos Srs. (...).⁶⁶

A distincta senhora que o Rio Grande tem a alta satisfação de acolher em seu seio, foi recebida a bordo por crescido numero de compatriotas seus.(...) O Diario apresenta à illustre viajante as suas saudações.⁶⁷

E isso ocorre no percurso da sedução, pela imagem positiva que é feita do destinatário. Também um jornal do Rio de Janeiro já o referiu como (...) *notavel romancista e jornalista hespanhola* (...)⁶⁸. O *Diário do Rio Grande*, repetindo-o, faz seu o dizer do outro. É dada, pois, ao sujeito a oportunidade de ser legitimamente reconhecido pela boa qualidade do seu fazer por um público que dele apenas tem boas notícias, por tratar-se de uma (...) *festejada escriptora hespanhola* (...)⁶⁹, (...) *eminente litterata* (...)⁷⁰, (...) *illustre senhora* (...)⁷¹, (...) *illustre escriptora* (...)⁷², (...) *distincta senhora* (...)⁷³, (...) *eminente jornalista* (...)⁷⁴ e (...) *illustre viajante* (...)⁷⁵. Para isso, num percurso de tentação, o destinador-manipulador lhe oferece ainda valores positivos, hospedagem, recepção por famílias da alta classe social, banda de música para "abrilhantar" sua apresentação, donativo em dinheiro, alimentação:

⁶⁵ Florencio Rodrigues era o cônsul da Espanha, em 1900.

⁶⁶ Anexo B, p. 302.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Idem

⁷¹ Anexo B, p. 305.

⁷² Anexo B, p. 309.

⁷³ Anexo B, p. 302.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

A illustre senhora hospedar-se-á no hotel Pariz.⁷⁶

Hontem, à noite, até horas avançadas, selecta reunião de Exmas. familias e cavalheiros houve na casa de residencia do illustre medico Sr. Dr. Angelo Dourado, (...).

(...) A Exma. Sra. D. Eva Canel, que realçou com sua presença o esplendido festival, proporcionou aos circumstantes, por ocasião de lhes ser servida lauta mesa de finos doces e preciosos liquidos, o ineffavel prazer de ouvil-a em dois formosos discursos calorosamente applaudidos. (...) ⁷⁷

No saguão do theatro achar-se-ão duas comissões encarregadas uma de receber os assistentes e a outra de recolher as respectivas esportulas.

Uma banda de musica abrilhatará o sarau litterario.⁷⁸

Configura-se, desse modo, o objeto modal do sujeito Eva como um dever-saber fazer. As modalidades do poder-fazer e do saber-fazer são modalidades da atualidade e são qualificantes. As modalidades realizantes, o fazer e o ser, dão conta da realização propriamente dita do sujeito operador. A competência é da ordem do ser. A performance é da ordem do fazer.

O sistema de valores no qual se afirma a manipulação é compartilhado por manipulador e manipulado, uma vez que existe uma certa cumplicidade entre eles. Interessa ao manipulado o bom conceito que dele possa ter o público, o que, no PN do sujeito, anfitriões, deve ser entendido como a ação adjuvante de Eva que, tendo um bom desempenho, auxilia-o no alcance de seu objeto de valor. A concomitância dos PNs permite, pois, entender por que Eva, sujeito, tem interesse em participar do jogo do manipulador. O jornal, por sua vez, quer ser visto como um sujeito que fala a verdade.

Convém lembrar que um ator pode ocupar o lugar de vários actantes, o que, semioticamente, denomina-se sincretismo actancial. Assim, Eva, nos PNs dos anfitriões e do público é destinador-manipulador e adjuvante, pois o isomorfismo “um actante = um ator” nem sempre se mantém, considerados os diferentes percursos de ação. Um só actante pode também ser representado por vários atores, como é o caso, por exemplo, dos anfitriões e do jornal *Diário do Rio Grande*, no PN de Eva, e de Eva e do jornal *Diário do Rio Grande*, no PN do público.

Importante observar que, no PN do público, o mesmo ator, jornal, assume, pelo mesmo fazer, juntamente com Eva, a actância de destinador-manipulador. Retomarei essa observação mais adiante.

Prosseguindo, Eva é um sujeito que busca dizer o que o público espera para ser ouvida com prazer. Deve executar um PN de uso – fazer e fazer bem feito – pois, sem sua

⁷⁶ Anexo B, p. 302.

⁷⁷ Anexo B, p. 303.

⁷⁸ Idem.

realização, a transformação de estado no PN de base não se realiza. No papel de destinatário que interpretou os anfitriões como confiáveis, deve cumprir o contrato feito. É um sujeito no qual se reúnem as modalizações do saber-fazer e do dever-fazer. Atualizado, é um sujeito que permanece ativo, sabe e pode-fazer; virtualizado, quer e deve-fazer, a fim de entrar em conjunção com seu objeto. Se sancionado positivamente em sua prova principal, a performance, entra em conjunção com o reconhecimento a que aspira por parte do público da cidade que visita.

Para que se efetue a transformação do enunciado de estado inicial em final, Eva, no seu percurso de sujeito operador de conjunção, conta com um adjuvante, os aplausos do público. O adjuvante vem a ser alguém que doa um objeto mágico, um auxiliar que possibilita ao herói, segundo a análise de Propp, uma melhor realização de sua missão. O actante aplausos do público é adjuvante, na medida em que coopera com o sujeito na realização de seu programa narrativo. Fazendo-se acontecer no local da conferência, como manifestação efusiva do público, reação de agrado pelo que está sendo apresentado, o adjuvante oferece ao sujeito elementos para que o destinador faça de sua performance um julgamento positivo.

Observemos que o momento da sanção constitui a fase mais tensa da história de Eva. Quando um sujeito cumpre todos os programas, atinge, por fim, o programa principal, quando tem seu desempenho sancionado, quer entre ou não em conjunção com seu objeto de valor. Não esqueçamos que, neste programa, o destinador-manipulador está em três atores semióticos, anfitriões, jornal e público, que se instauram como destinador-julgador, instância que sanciona a atuação do sujeito.

Lembremos que o adjuvante, aplausos, auxílio prestado ao sujeito, a cada instante, como retribuição desejada, sob forma de ovação, o que já se configura como uma sanção positiva do público, acaba por influir na sanção dos anfitriões e do jornal. Veja-se, antes, que a sentença do público é um julgamento previsto como o único possível, considerando que assistir à conferência é ação de um sujeito, platéia, previamente manipulado pela tentação, predisposto a aplaudir.

(...) E pelo seu merito pela sua fama e pela sua reputação, reconhecidas por justiça e não proclamadas por favor, havia a certeza antecipada de um triumpho, a reffectir-se, com relamos de ouro fino, no nome heroico de Hespanha, porque de Hespanha descende a eminente representante feminina. (...)

(...) A 'educação da mulher' these sobre que discorreu durante uma hora quase, entre applausos constantes (...)

Cita a proposito, entre acclamações do auditorio, como modelo da mulher, mãe, esposa e filha – a mulher transwaaliana (...)⁷⁹

⁷⁹Anexo B, p.304/305.

Assim, para o público, persuasivo ou não, o discurso de Eva, sujeito dotado de reconhecida sapiência, tem poder, é e não pode não ser convincente, um fazer-criar, o que se convalida na adesão de um actante que, efetuando seu fazer interpretativo, aceita-o como verdadeiro, possibilitando à conferencista vir a receber dos anfitriões e do jornal também uma sanção veridictória.

Concomitantemente ao julgamento dos anfitriões, numa actância de destinador-julgador, assumida num sincretismo actancial pelo sujeito, Eva exerce uma auto-sanção. A ovação suscita no sujeito o reconhecimento de sua vitória como verdadeira, no modo do ser e do parecer. Isso é sustentável pela expressão de sua resposta *n'um elegante improviso*.

(...) E como se ao mesmo tempo um só mundo de mãos se agitára no recinto abafado do teatro, um só echo de applausos calorosamente ressoou, envolvendo na sua onda vibrante o vulto sympathico, insinuante e intelligente e festejada apostola da palavra que, no dizer de alguém, não só domina o mundo, mas creou o mundo, porque para haver mundo houve palavra.

Após o encerramento da conferencia às 9 e 45 minutos da noite, foi a illustre senhora saudada pelo Sr. Dr. Angelo Dourado e pelas Exmas. Sras. D.D. Revocata de Mello e Julieta de M. Monteiro, que em phrases fluentes e aplaudidas, prestaram justa homenagem ao seu merito.

Varios ramalhetes de flores artificiaes, foram-lhe offertados em scena aberta, respondendo por esta occasião n'um elegante improviso a insigne escriptora, que brindou à mulher brasileira.⁸⁰

Pela demonstração do público que ovaciona, como já foi colocado, também faz-se positiva a sanção dos anfitriões.

A banda de musica da “Lyra Artistica” executou antes e depois do sarao litterario, escolhidas peças, acompanhando em seguida, com immenso concurso de povo, inclusive exmas. familias de membros da colonia, a emerita Sra. D. Eva Canel, à luz de fogos cambiantes, até o Hotel Pariz, dispersando-se nesse local a enorme multidão, depois de se fazer ouvir do Hotel, em enthusiastica allocução, o estimado R. P. Vigario, Octaviano P. de Albuquerque.⁸¹

Entretanto, se refletirmos sobre a avaliação que faz o *Diário do Rio Grande* quanto à persuasão exercida pelo sujeito, no que diz respeito à qualidade oral de seu discurso, diremos que o julgamento emitido, mesmo que dê vistas da cooperação do adjuvante, applausos do público, e da aquiescência do sancionador, anfitriões, põe em dúvida o que manifesta acerca da performance bem sucedida de Eva. Ela não é de todo sancionada positivamente.

⁸⁰ Anexo B, p. 305.

⁸¹ Anexo B, p. 305.

Sem ser oradora de largos vôos imaginosos, que ascendem disciplinados a regiões divinas, a sua linguagem tem colorido, tem brilho e tem encanto. (...) ⁸²
 A Exma. Sra. D. Eva Canel não recitou o seu applaudido discurso, leu-o, mas com admirável gosto e irreprehensível dicção. ⁸³

Se a actância do destinador é preenchida por atores amalgamados, temos, então, atribuída ao sujeito da ação uma recompensa e uma punição, pois até que ponto o destinador-julgador considera vitorioso o sujeito pelo seu pronunciamento? Há, então, uma sanção positiva apenas aparente, o que configura uma ilusão ou uma mentira, à maneira do parecer e não-ser? Até que ponto posso dizer que o sujeito, realmente, passa ao estado conjuntivo com seu objeto? Posso, categoricamente, classificar como deceptiva a sanção imputada ao sujeito, havendo na narrativa apenas evidência de ressalvas por parte do ator jornalista?

Eva Canel pode ser, então, vista como o sujeito privilegiado da narrativa, como sujeito que termina a história realizado, recebendo a sanção positiva e entrando em conjunção com seu objeto de valor? Não há marcas que assegurem se a auto-sanção do sujeito continua positiva após a manifestação do jornal.

Assim, duas leituras se fazem possíveis. Considerada a ovação do adjuvante público assistente seguida das homenagens do também actante coletivo, os compatriotas, temos uma sanção positiva em que o sujeito passa a um estado conjuntivo com o seu objeto de valor, a manutenção de seu *status quo*, o reconhecimento da cidade do Rio Grande pelo seu fazer. Toma forma a mudança do estado inicial do sujeito, ainda disjunto desse reconhecimento, numa narrativa bem sucedida, o êxito de um processo que implica a negação da virtualidade. Desse modo, a veridicção ocorre a favor do percurso do sujeito, no modo do parecer e não-ser. Sob outro prisma, a sanção é deceptiva, pois não se logra a conjunção no enunciado de estado final.

Voltarei a tratar desta questão mais adiante, ao analisar o nível discursivo do conjunto de textos. Olhemos, agora, para o PN do sujeito “anfitriões”, actorializado, principalmente, por pessoas cujo país de origem é a Espanha. A fase de manipulação fica pressuposta, no momento em que se tem notícia da presença da escritora espanhola Eva Canel no Brasil, primeiramente no Rio de Janeiro e depois em Porto Alegre, levando em conta tudo o que se vem a saber sobre seu sucesso. O bom desempenho de Eva em seus PNs anteriores funciona como manipulação por sedução - quem a convida para apresentar-se são pessoas que

⁸² Anexo B, p.304.

⁸³ Anexo B, p.306.

a admiram, portanto, pessoas cultas, pessoas que promovem cultura em suas cidades - e por tentação - todos os que a virem falar considerarão também intelectualizados aqueles que promoverem sua visita às cidades brasileiras, principalmente se forem espanhóis, como ela. Mesmo omitido no texto, esse percurso precisa ser reconstituído, pois, sem as pressuposições plausíveis, a narrativa perde o sentido.

Dessa forma, Eva instala-se como destinador-manipulador. Para o sujeito, anfitriões, seduzido e tentado, é, então, imprescindível chamar Eva, que é espanhola, culta e famosa, uma personalidade, que a traga para sua cidade, que a receba muito bem, para que ela, que sabe e pode, realize conferências e seja bem sucedida, aplaudida pelo público. Assim, poderá chegar ao seu PN de base, ou seja, ao alcance de seu objeto de valor: dar competência a quantos a ouvirem, para que sintam prazer em ouvi-la. No caso da cidade do Rio Grande, assim como em Pelotas e em Sant' Anna do Livramento, será vista como pessoa de reconhecido saber, também, porque originária de uma nação de pessoas cultas, à semelhança da conferencista.

Eva, novamente, é vista em duas actâncias. O mesmo destinador- manipulador é também adjuvante do sujeito. Mas é somente através do bom desempenho de Eva e do também adjuvante, aplausos, que o sujeito pode entrar em conjunção com seus valores.

Neste programa, a fase de sanção do sujeito, que é positiva, evidencia-se pelo gesto de agradecimento do destinador-julgador, Eva, que discursa de improviso. Os aplausos, ação adjuvante, representam a sanção positiva do público que, demonstrando satisfação pelo que lhe foi apresentado está, por extensão, também grato a quem proporcionou tal satisfação. Considerar culto quem tornou possível ver e ouvir a escritora, porque admira seu saber e quer brindar o povo da cidade com presença tão ilustre é uma decorrência que fica pressuposta na narrativa.

Já o público, no PN que cumpre, é instaurado como sujeito, actante coletivo, pelo destinador-manipulador, Eva e o jornal *Diário do Rio Grande*, dois atores na mesma actância. Eva, em uma performance prévia que, neste programa, corresponde a um percurso de manipulação, apresentou-se em festa íntima, quando “proporcionou aos circunstantes, (...) o ineffável prazer de ouvi-la em dois formosos discursos calorosamente aplaudidos. (...)”⁸⁴; o jornal *Diário do Rio Grande*, que a apresenta como escritora, jornalista e mulher altamente conceituada, define essa primeira manifestação como “bella oratória”⁸⁵ e diz do sucesso da romancista, em sua passagem por Porto Alegre, onde deixou “(...) firmados, de modo

⁸⁴ Anexo B, p. 303.

⁸⁵ Idem.

inequívoco, seus reconhecidos créditos intelectuais”.⁸⁶, avisando que ela “(...) pensa realizar nesta cidade duas conferências (...)”⁸⁷.

Faz ainda mais o jornal, quando anuncia:

A ilustre escriptora hespanhola Eva Canel, amanhã às 8 h da noite, no Theatro 7 de Setembro, fará uma conferência pública, dando ao povo rio-grandense o anhelado prazer de apreciar-a.

Vae hoje o publico rio-grandense, às 8 ½ horas da noite, no Theatro 7 de Setembro, experimentar a preciosa satisfação de ouvir a festejada oradora hespanhola Eva Canel, (...)Torna-se escusado dizer (...) haver imensa anciedade entre todos para apreciar-a, ou o que é o mesmo, para applaudil-a.(...)

Os pedidos de localidades têm sido enormes.⁸⁸

Esse fazer persuasivo obtém um fazer interpretativo do destinatário público. Eva Canel, vista no seu programa como um sujeito virtual, deve fazer bem sua conferência, para fazer jus à imagem positiva que dele está sendo feita pela imprensa. Essa imagem que está em jogo, desperta no público o desejo de assistir à conferência - assistir a conferências é hábito de pessoas instruídas, ilustradas - para ter o prazer do contato com a escritora, para deleitar-se em ouvir a mulher que fala espanhol, para ir ao encontro do conhecimento que dessa mulher pode ser absorvido, o que, finalmente, concorrerá para que seja reconhecido como culto. Conseguirá, caso vá ao teatro, à biblioteca, ao clube, ao local onde possa estar em contato com Eva, apreciando seu pronunciamento, julgando sua performance. O destinador, jornal, não faz outra coisa a não ser tentar convencer o público de que Eva é atração imperdível. De uma certa forma, o jornal "promete" seu sucesso. E ela, por seu turno, tem que esmerar-se na busca desse sucesso, para não decepcionar o público. O público sabe que, sancionando-a positivamente, terá êxito no que estabeleceu como propósito. Assim, deixando-se manipular pela tentação, realiza a performance: vai assistir à conferência.

Não assistir à conferencista é não poder sentir prazer em ouvi-la, é não poder apreender seu saber, o que leva a constatar, entre sujeitos, público e Eva, uma comunicação participativa. É a conferencista quem comunica, quem dá ao público um objeto de valor, o saber, objeto mágico a ser doado.

Também aqui, a fase de sanção do sujeito traduz-se positivamente pelo destinador-julgador, Eva, e também o jornal. A escritora espanhola, encerrando a apresentação com um discurso de improviso, sanciona positivamente o público que a aplaudiu pelo agradecimento que expressa. O jornal, afirmando que “Os que foram na noite de ante-

⁸⁶ Anexo B, p. 302.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Anexo B, p. 303..

hontem ao elegante “Theatro 7 de Setembro” para ouvir Eva Canel não perderam o seu tempo. (...)”⁸⁹ manifesta a performance bem sucedida do público. O prestígio de ser considerado um público culto fica pressuposto.

É interessante notar, também, que há um oponente no percurso de todos os sujeitos apontados nos PNs do quadro: as intempéries.

Se o tempo permitisse, devia ter feito ante-hontem, na cidade de Bagé, a sua primeira conferência pública, a ilustre escritora Eva Canel. (...) ⁹⁰

A pessima noite de ante-hontem não permitiu que affluissem ao Polytheama ⁹¹ Rio-Grandense todos quanto pretendiam levar ali suas humanitarias presenças. (...) ⁹²

Só para lembrar, o oponente, de acordo com Greimas, refere-se ao papel actancial de auxiliar negativo, é a personificação da força maléfica que trata de impedir ao herói o cumprimento de sua missão. Cabe a ele articular situações para impedir ou dificultar a realização do PN do sujeito, criando-se, assim, um não-poder-fazer individualizado que constitui obstáculo. As intempéries apresentam-se como algo que ronda o caminho de Eva, o caminho dos anfitriões e o caminho do público, mas que não chegam a impedir efetivamente o cumprimento dos programas.

Esta é uma forma de apreensão do nível narrativo nos textos, a partir de alguns elementos da Semiótica Greimasiana. Vale dizer que os aspectos aqui apresentados não têm, necessariamente, essa única valoração. Talvez, sobre a ótica de outra mente, seja também outra a organização dos programas, o que é perfeitamente possível, uma vez que se pode chegar ao mesmo fim por diferentes caminhos ou a fins diferentes por caminhos muito semelhantes.

As paixões – efeito de sentido de qualificação modal – são também observadas nesse nível. Centrando a análise sobre o que os textos da coletânea mostram acerca dos estados de alma de Eva Canel, não estaria autorizada a dizer que Eva ocupa diferentes posições passionais, antes e depois de suas falas, situações pontuais para as quais dirijo o olhar, quanto ao aspecto que agora observo. Mas, se a narrativa não autoriza, deixa pressupor.

Desde sua chegada ao Brasil, pela imprensa do Rio de Janeiro, criam-se expectativas quanto ao seu sucesso: ela não pode decepcionar. Dotado de valor, o objeto – ser bem sucedida nas conferências – passa a ser o centro do querer do sujeito e, assim, gera-se o movimento de busca do sujeito, Eva, ao seu objeto. Sendo a meta do sujeito, o objeto passa a

⁸⁹ Anexo B, p. 304.

⁹⁰ Anexo B, p. 307.

⁹¹ Do grego, muitos tipos de espetáculo (poly: muitos; theama; espetáculo).

⁹² Anexo B, p. 309.

ter um estado de alma, adquire o dote das paixões, porque reflete o estado de alma de quem o deseja.

Mesmo que a narrativa não mostre detalhes de ações que acompanham estados patêmicos, de como esse sujeito se movimenta entre possíveis sucessões de estados passionais tensos/disfóricos ou relaxados/eufóricos, nem mostre se o sujeito segue mesmo essa dinâmica durante a excursão, considerando o que está posto, o modo de existência do sujeito Eva Canel, depois de ovacionada é relaxado, portanto, eufórico. Isso se exemplifica, por exemplo, pelo gesto de dirigir-se ao público, após a primeira conferência com palavras de agradecimento.

Já, antes, no primeiro contato com o público em Rio Grande, Eva teve uma resposta positiva de seus ouvintes: “A Exma. Sra. D. Eva Canel (...) proporcionou aos circunstantes (...) o ineffavel prazer de ouvil-a em dois formosos discursos calorosamente applaudidos.”⁹³ A boa receptividade semantiza seu estado de espírito. Foi prazeroso ouvi-la. Depois, a cada pronunciamento, num *continuum*, Eva é um sujeito em constante conexão com seu objeto de valor. No nível narrativo, pois, não há efeitos passionais que possam provocar uma transformação de juízos, não há ações do sujeito que assegurem qualquer auto-sanção negativa.

5.1.2.3 Nível Discursivo

Trato, agora, do Nível Discursivo. O conjunto de notícias que põem Eva Canel no centro da cena, objeto de minhas análises, são textos organizados, provavelmente por mais de um autor que, ao construí-los, utilizaram-se das categorias de pessoa, de espaço e de tempo. Na categoria de pessoa, instala-se o sujeito da enunciação. Só para lembrar, chama-se enunciação o ato de colocar a língua em funcionamento, o que deve ser entendido como um processo. O enunciado é o produto disso.

Instaura-se, nos textos em análise, um enunciador que se manifesta ora em debreagem enunciva, ora em debreagem enunciativa, ou seja, um narrador em 3ª pessoa que não participa diretamente das ações narradas, mas que se revela no enunciado, em debreagem enunciva, relatando os fatos com distanciamento.

⁹³Anexo B, p. 303.

Como é possível observar, nos fragmentos a seguir, ainda que objetivamente, recupera-se, na instância da enunciação, a voz do jornal que assume, dessa forma, sua função de divulgador, sua identidade de órgão de imprensa, lembrando o leitor, inclusive, da via através da qual se comunicam: “conforme foi noticiado por esta folha (...)”⁹⁴; O Diário apresenta à illustre viajante as suas saudações.”⁹⁵

Constato também a debreagem enunciativa, quando o enunciador realiza seu fazer, através do recurso do plural majestático, empregando a 1ª pessoa, porém no plural, deixando oculta sua individualidade. Amalgamando-se, assim, a voz do jornal, sujeito da enunciação, com a do sujeito do enunciado, enunciador, o jornalista fala não em seu nome, mas no da empresa para a qual trabalha, fundindo-se em simpatia com os leitores, buscando modéstia, afastando de si e da empresa a vaidade e o orgulho:

Torna-se escusado dizer (e não ha lisonja na affirmação, que a ella somos avêssos) haver imensa anciedade entre todos para aprecial-a, ou o que é o mesmo, para applaudil-a.⁹⁶

Deu-nos hontem o honroso prazer de sua fidalga visita a egregia litterata hespanhola D. Eva Canel, que o Rio Grande com sabido desvanecimento de novo hospéda.⁹⁷

Pela parte que nos tóca, nessa sua fidalga demonstração de sympathia, como humilde elemento constitutivo do jornalismo local, os nossos sinceros agradecimentos à illustre litterata do brioso paiz amigo.⁹⁸

Quanto à Eva, que aparece inscrita na linguagem dos textos noticiosos como “ela”, referente, apenas por duas vezes o enunciador cede espaço à sua voz original. Na primeira vez, a voz de Eva aparece distanciada, posta objetivamente, em debreagem enunciativa:

As suas impressões deixou-as ella gravadas nas linhas seguintes que foram escriptas no album:

“El pueblo que sabe crear y mantener una Bibliotheca publica sin apoyo material de los poderes constituidos y com el esfuerzo de unos cuantos hombres de buena voluntad demuestra la grandeza de su cultura y la expansion de su inteligencia.”⁹⁹

Na segunda vez, há suspensão do distanciamento. No espaço cedido pelo enunciador para que Eva se enuncie, a escritora aparece, colocada, ela mesma, em debreagem enunciativa, no centro da enunciação, marcando o entrelaçamento da coordenada de pessoa, “eu” (sigo), e de tempo, “agora”, pela presentificação da ação de seguir viagem. A

⁹⁴ Anexo B, p. 302.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Anexo B, p. 303.

⁹⁷ Anexo B, p. 308.

⁹⁸ Anexo B, p. 310.

⁹⁹ Anexo B, p. 304.

coordenada de espaço, “aqui”, evidencia-se na referência que faz o enunciador à cidade de onde Eva escreveu:

A emerita mulher hespanhola Exma Sra. D. Eva Canel, tão finamente educada, quanto profundamente instruída, seguindo de Sant’Anna do Livramento para a capital uruguaia, teve a gentileza captivante de transmitir ao Sr.Florencio Rodrigues, honrado consul da Hespanha nesta cidade, as linhas que se seguem, nas quaes põe em evidente relevo o seu bondoso reconhecimento pelas provas de justo apreço que aqui recebeu:
'Sigo Montevideó, adiós a todos: prensa, españoles y amigos.¹⁰⁰

Considerando que os textos que estou examinando constituem notícias e pensando em notícias como objetos de comunicação, mais uma vez, lembro Barros (2001: 92), quando diz que “o enunciador coloca-se como destinador-manipulador, responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário, seu destinatário, a crer e a fazer.”

Com efeito, pois assim como encontrei na narrativa destinadores, destinatários e objetos em circulação, o próprio fazer enunciativo é um fazer suscetível de análise: o enunciador é também um destinador que pode propor ao enunciatário um contrato. Perceber o texto, concomitantemente, como objeto de significação e como objeto de comunicação é importante contribuição da teoria semiótica para a análise do discurso, uma vez que, com os mesmos instrumentos com que se investiga a narrativa em si, podem ser examinadas as relações entre enunciador e enunciatário.

Dessa forma, as estratégias do discurso, de acordo com a Semiótica Greimasiana, não se limitam ao ato de informar o leitor, mas querem persuadi-lo a aceitar o que está sendo dito. Se todo discurso quer persuadir, o discurso do jornal da imprensa dita “séria” tem firmemente esse propósito, fazendo ver os acontecimentos tal e qual os categorizam, classificando-os segundo um sistema axiológico que subjaz a todas as opções textuais. O enunciador não é um mero encaminhador de mensagens, mas é quem tem a intenção, a vontade de transformar o enunciatário, arrançando, de uma determinada maneira, o que lhe destina sob forma de texto. O sujeito, em sua prática de enunciar, apresenta sua própria visão de mundo em uma relação transitiva graças à qual constrói seu mundo e se constrói a si mesmo.

As notícias referem-se a situações factuais, geralmente públicas, que são dadas a conhecer, num mundo possível, suposto como “real”. Ter o privilégio de contar a “verdade” sobre os acontecimentos, ainda que a “verdade” seja aquilo que o enunciatário reconhece como existente - um efeito de sentido, uma simulação de “realidade”, um parecer “verdadeiro” - demonstra a força da imprensa como instituição social. Para a Semiótica de

¹⁰⁰ Anexo B, p. 310.

Greimas interessa o “parecer do ser”. Não é relevante o que é “verdade”, mas o que parece ser “verdade”.

Assim, o discurso do *Diário do Rio Grande*, um jornal "sério", deve ser entendido como “verdade” pelos seus leitores, deve ter o poder de convencer. O jornal fala à comunidade leitora mediante um contrato tácito de “veracidade”, pretendendo ser um espelho da “realidade”. É a verossimilhança externa, o passível de acontecer que lhe dá credibilidade, legitimação.

No nível discursivo, é exercida a actorialização. Os textos põem em cena gente que o enunciatário pode reconhecer pelo nome. O nome tem carácter identificador, singularizador, individualizador, concede *status* de existência a quem designa. Nome e sobrenome, ainda mais, são índices de cidadania, são determinantes de lugar-social:

A eminente litterata será hoje recebida a bordo do “Mercedes” por uma digna comissão do Centro Hespanhol, composta dos Srs. Francisco A. Otero, Florencio Rodrigues, Dias de la Rocha, Pedro Pérez y Pita, André Legeren, Joaquim Martí, Francisco G. Barrantes, Jayme Oriol, Albino B. Gomes, Manoel Varela, Pablo Ferreira, Benito Pena Fernandes, Manoel Garcia Fariña, Juan Vidal Pereira e M. Amigo de Araújo.¹⁰¹

Nos relatos do veículo diário sobre acontecimentos que tiveram existência no dia-dia de quatro meses do ano de 1900, em muitas das vezes, o enunciadador distingue o “agora”, tempo enunciativo, isto é, da enunciação, ancorando-se no “hoje” da data de circulação do jornal, baliza temporal responsável pelo efeito de atualidade que compartilha com o leitor habitual. Lembro, novamente, que as transcrições conservam a grafia original da época e que não fiz qualquer revisão gramatical no texto jornalístico:

Os socios do Centro Hespanhol e demais membros da colonia são convidados a reunirem-se hoje na casa da Rua Andradas n. 25 afim de incorporados acompanharem ao theatro a eminente escriptora Eva Canel.¹⁰²

Toma hoje passagem no trem da tarde para a cidade de Pelotas, onde terá curta demora, seguindo depois para Bagé, a laureada escriptora Exma. Sra. D. Eva Canel.¹⁰³

É hoje, às 7 horas da noite, no vasto salão do Polytheama, gentilmente cedido pelo seu proprietario, que o generoso povo rio-grandense vae dar demonstração publica da sua proverbial philantropia, acudindo em globo a ouvir a palavra facunda e tersa da illustre escriptora hespanhola Eva Canel, pósta à protecção de duas casas pias.

(...)

Não ha de haver hoje um unico logar vasio, basta ser uma mulher que fale e que por ella fale a caridade, na mais viva eloquencia do seu sentimento edificante.¹⁰⁴

¹⁰¹ Anexo B, p. 302.

¹⁰² Anexo B, p. 304.

¹⁰³ Anexo B, p. 306.

¹⁰⁴ Anexo B, p. 309.

A partir da data de publicação das notícias, o enunciatório pode entender o sentido de outros marcos temporais. Na mesma ancoragem, assentam-se, então, ações ocorridas na anterioridade, isto é, num tempo anterior à enunciação:

Conforme foi noticiado por esta folha, chegou hontem de Porto Alegre a illustre escriptora hespanhola Eva Canel.¹⁰⁵

Acompanhada de alguns dignos compatriotas seus esteve ante-hontem em visita à Bibliotheca Publica desta cidade, a laureada litterata hespanhola Exma. Sra. D. Eva Canel.¹⁰⁶

Tras-ante-hontem às 8 ½ da noite perante numerosa concurrencia no theatro realizou-se a conferencia da illustre literatta e oradora D. Eva Canel, sobre a educação da mulher.¹⁰⁷

Deu-nos hontem o honroso prazer de sua fidalga visita a egregia litterata hespanhola D. Eva Canel, que o Rio Grande com sabido desvanecimento de novo hospéda.¹⁰⁸

Pela mesma referência temporal da edição diária são projetadas ações futuras, na posterioridade:

Occupando-se do bello e elevado tema social – A educação da mulher – deverá fazer no dia 21 do corrente no theatro Sete de Abril a sua segunda conferencia nesta cidade a eminente senhora D. Eva Canel.¹⁰⁹

Sabemos que a distincta litterata D. Eva Canel, fará, no proximo domingo, uma conferencia em favor de algumas instituições pias.¹¹⁰

É válido aqui incluir uma reflexão lateral, até porque estou analisando a manifestação sensível do texto. A noção de tempo, necessariamente, remete à física: o tempo sempre existiu, sempre esteve lá. Não obstante a idéia de o tempo estar sempre escapando, as coisas acontecem, pontualmente, no tempo, pois só se pode medi-lo a partir do acontecimento. O verbo, em português, expressa o tempo flexionalmente, em morfemas. Há línguas não-flexionais.

E não somente o verbo expressa tempo; a língua encontra outras categorias gramaticais para colocá-lo: advérbios (*hoje, ontem, agora, já, cedo, tarde*); conjunções (*quando, enquanto*); adjetivos (*simultâneo, concomitante*); sufixos (*diariamente, habitual, mensal, anual*); prefixos (*pré-história, previsto, preocupada*). O tempo verbal, externamente, localiza o fato no momento; o aspecto, internamente, mede o tempo no ato.

¹⁰⁵ Anexo B, p. 302.

¹⁰⁶ Anexo B, p. 304.

¹⁰⁷ Anexo B, p. 308.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

Como estou considerando a temporalidade da história e do discurso, distanciando do tempo da enunciação, o tempo aparece, predominantemente, como um “então” que se realiza pelo pretérito imperfeito do indicativo. A data da edição do *Diário do Rio Grande*, repito, é o tempo de referência, a partir do qual a temporalidade organiza-se.

Voltando à análise, em situações em que o enunciador usa o verbo no presente, embora saiba que a enunciação seja da ordem do irrepitível e que permanente é apenas a estrutura, o recurso transmite proximidade temporal, busca o efeito de atualidade, o sentido de concomitância entre enunciação e o momento do acontecimento: “A distinta senhora que o Rio Grande tem a alta satisfação de acolher em seu seio (...)”¹¹¹; “A eminente jornalista, (...), pensa realizar nesta cidade duas conferências (...)”¹¹²; “A entrada é franca (...)”¹¹³; (...) a sua linguagem tem colorido, tem brilho e tem encanto. (...)”¹¹⁴.

Apontando para um passado com duração indeterminada, aspectualmente, também se registra o uso do pretérito imperfeito: “Não era uma mulher comum, effectivamente, que se annunciáva nesta cidade para dissertar em conferencia de alta responsabilidade intellectual. Era uma mulher de merito, de fama e de reputação.”¹¹⁵; “O salão estava repleto(...)”¹¹⁶; “O palco estava juncado de flores (...)”¹¹⁷.

Da mesma forma como considere o tempo, considerarei o espaço. Em se tratando da história, na categoria espaço irei observar como está referencializado o que proponho chamar espaço cenário; no âmbito do discurso, devo levar em conta o que chamarei *espaço condição*, o lugar social onde estão colocados o enunciador e o enunciatário.

Começo pelo discurso. Tenho em cena um enunciador que se situa no lugar do jornal *Diário do Rio Grande*, um “aqui” da folha que encobre sujeitos ocultos, os verdadeiros artífices dos mecanismos de persuasão e de manipulação do imaginário social. O sujeito da enunciação de um jornal diário é o dono da instituição, é o diretor, é o redator-chefe, são as forças políticas que estão por trás do jornal. Em suma, o sujeito enunciador ocupa o espaço do jornal, que dita normas e veicula o texto. O enunciatário situa-se num lugar no qual se implica uma noção de grupo - o grupo de leitores de um jornal “sério”; de classe social - a classe economicamente mais privilegiada da sociedade rio-grandina de então; e, no caso, inclusive,

¹¹¹ Anexo B, p. 302.

¹¹² Idem.

¹¹³ Anexo B, p. 309.

¹¹⁴ Anexo B, p. 304.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Anexo B, p. 306.

¹¹⁷ Anexo B, p. 308.

de nacionalidade - os membros da colônia espanhola, em relação a outro grupo, a outra classe social e a outras nacionalidades. Trata-se, por assim dizer, de um enunciatório inserido em determinada organização social com a qual ele se identifica como parte em relação a um todo.

Olhando, agora, para a história. O ponto de referência do espaço é, normalmente, um “lá” ancorado nos diferentes *topoi* por onde Eva, a protagonista, desloca-se, exceto, apenas, quando visita a redação do *Diário do Rio Grande* e de *O Debate*, de Sant'Anna do Livramento, quando é instalado um “aqui”. Levando em conta que, em função das circunstâncias da viagem ao Brasil, as ações do sujeito da narrativa repetem-se, nas cidades visitadas, enxergo seus deslocamentos como necessários, por possibilitarem a conjunção espacial do sujeito com seus destinadores e, conseqüentemente, a busca de seu objeto de valor, condições que tornam significativos os *topoi* percorridos.

Vejamos:

QUADRO 5

Rio de Janeiro	<i>Pertencem a um jornal do Rio de Janeiro as seguintes linhas: “A notavel romancista e jornalista hespanhola Eva Canel , a pedido de alguns de seus admiradores, fará no dia 13 do corrente, às 8 horas da noite, no Lyceu de Artes e Officios, uma conferencia sobre o feminismo. A entrada é franca.”¹¹⁸</i>
Porto Alegre	<i>Por telegramma que foi expedido de Porto Alegre ao Sr. Florencio Rodrigues e de qual tivemos obsequiosamente conhecimento, sabemos que embarcou hontem no paquete “Mercedes” , com destino a esta cidade, a festejada escriptora hespanhola Eva Canel, que na capital do estado acaba de deixar firmados, de modo inequivoco, seus reconhecidos creditos intelectuaes.¹¹⁹</i>
Paquete	<i>(...) embarcou hontem no paquete “Mercedes” (...) (...) foi recebida a bordo por crescido numero de compatriotas seus (...)¹²⁰</i>
Rio Grande: - casa de residência do Dr. Ângelo Dourado	<i>Hontem, à noite, até horas avançadas, selecta reunião de Exmas. familias e cavalheiros houve na casa de residencia do illustre medico Sr. Dr. Angelo Dourado (...) A Exma. Sra. D. Eva Canel, que realçou com sua presença o esplendido festival, proporcionou aos circumstantes, por ocasião de lhes ser servida lauta mesa de finos doces e preciosos liquidos, o ineffavel prazer de ouvil-a em dois formosos discursos calorosamente applaudidos.¹²¹</i>

¹¹⁸ Anexo B, p. 302.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

<p>- Biblioteca Rio-Grandense</p> <p>- trajeto do Hotel Paris ao Teatro 7 de Setembro</p> <p>- Teatro 7 de Setembro</p> <p>- trajeto do Teatro 7 de Setembro ao Hotel Paris</p> <p>- redação jornal <i>Diário do Rio Grande</i></p> <p>- Teatro Polytheama</p>	<p><i>Acompanhada de alguns dignos compatriotas seus esteve ante-hontem em visita à Bibliotheca Publica desta cidade, a laureada litterata hespanhola Exma. Sra. D. Eva Canel.</i>¹²²</p> <p><i>Os socios do Centro Hespanhol e demais membros da colonia são convidados a reunirem-se hoje na casa da Rua Andradas n. 25 afim de incorporados acompanharem ao theatro a eminente escriptora Eva Canel.</i>¹²³</p> <p><i>Os que foram na noite de ante-hontem ao elegante "Theatro 7 de Setembro" para ouvir Eva Canel não perderam o seu tempo.</i>¹²⁴</p> <p><i>A banda de musica da "Lyra Artistica" executou antes e depois do sarao litterario, escolhidas peças, acompanhando em seguida, com immenso concurso de povo, inclusive exmas. familias, a emerita Sra. D. Eva Canel, à luz de fogos cambiantes, até o Hotel Pariz.</i>¹²⁵</p> <p><i>Deu-nos hontem o honroso prazer de sua fidalga visita a egregia litterata hespanhola D. Eva Canel, que o Rio Grande com sabido desvanecimento de novo hospéda.</i>¹²⁶</p> <p><i>A pessima noite de ante-hontem não permitiu que affluissem ao Polytheama Rio-Grandense todos quantos pretendiam levar ali suas humanitarias presenças.</i>¹²⁷</p>
<p>Trem</p>	<p><i>Toma hoje passagem no trem da tarde para a cidade de Pelotas (...)</i>¹²⁸</p>
<p>Pelotas:</p> <p>- Biblioteca Pelotense</p> <p>- Hotel Alliança</p> <p>- Teatro 7 de Abril</p>	<p><i>Com todo o brilhantismo effectuou-se terça-feira à noite na Bibliotheca a conferencia de D. Eva Canel.</i></p> <p><i>A digna comissão hespanhola, encarregada da recepção da talentosa escriptora Eva Canel, offereceu-lhe na noute da mesma terça-feira, um banquete no hotel Alliança, a que assistiram muitas Exmas. Senhoras e cavalheiros.</i>¹²⁹</p> <p><i>A festejada oradora é hospede do Hotel Alliança.</i>¹³⁰</p> <p><i>deverá fazer no dia 21 do corrente no theatro Sete de Abril a sua segunda conferencia nesta cidade a eminente senhora D. Eva Canel</i>¹³¹</p>
<p>Bagé:</p> <p>- redação do jornal <i>Gazeta da Manhã</i></p>	<p><i>A redação da Gazeta da Manhã , em Bagé, teve há dias a honra da visita da exma. sra. D. Eva Canel.</i>¹³²</p>

¹²² Anexo B, p. 303.

¹²³ Anexo B, p. 304.

¹²⁴ Anexo B, p. 304.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Anexo B, p. 305.

¹²⁷ Anexo B, p. 308.

¹²⁸ Anexo B, p. 309.

¹²⁹ Anexo B, p. 306.

¹³⁰ Anexo B, p. 307.

¹³¹ Anexo B, p. 308.

¹³² Anexo B, p. 308.

- teatro	<i>As duas conferencias que essa illustre mulher hespanhola deve levar a effeito nessa cidade, realizar-se-ão dentro de breves dias no theatro dalli.</i> ¹³³
estação de trens em Piratini	<i>À estação de Piratiny foram esperal-a algumas Exmas. familias.</i> ¹³⁴ <i>Na gare da Southern aguardavam-na representantes da imprensa.</i> ¹³⁵
Sant'Anna do Livramento: - Hotel do Commercio - Biblioteca do Club Commercial - redação do jornal <i>O Debate</i>: - salas de tipografia do jornal <i>O Debate</i> - escritório do jornal <i>O Debate</i> - Club Commercial	<i>(...) retirou-se D.Eva sendo acompanhada até o Hotel do Commercio por uma comissão de Exmas. senhoras, jovens e cavalheiros.</i> ¹³⁶ <i>À noite deste dia, às 8 ½, D. Eva foi recebida no Club Commercial</i> ¹³⁷ <i>Depois passou a visitar as diversas dependencias do Club demorando-se longo tempo na bibliotheca (...)</i> ¹³⁸ <i>honrou esta redacção com sua visita</i> ¹³⁹ <i>Foram-lhe mostradas as diversas salas de typographia</i> ¹⁴⁰ <i>passando depois ao escriptorio da redacção</i> ¹⁴¹ <i>À noite, o Club Commercial vestiu-se de galas para receber em seu seio a eminente oradora D. Eva Canel, que ali ia fazer uma conferencia.</i> ¹⁴²

E já que referi como significativos os *topoi* por onde Eva moveu-se, retomarei esses espaços descritos no quadro, adentrando pela semântica discursiva, no que diz respeito à tematização e à figurativização, pois incursionando pela cobertura figurativa estarei acessando temas e valores.

Observando que *figuras* são palavras ou expressões concretas ligadas ao que tem existência no mundo natural, que *temas* são palavras ou expressões abstratas que se relacionam a elementos organizadores da realidade captada pelos sentidos e que *isotopia* é a recorrência *figuras* e *temas*, ou seja, de traços que constroem semanticamente a coerência do discurso, observo que, na trajetória da escritora, repetem-se as alusões a espaços marcados pelas isotopias da viagem, do descanso, da festa e da cultura, o que constrói uma rede figurativa harmônica, responsável pelo enriquecimento semântico dos temas.

¹³³ Anexo B, p. 307.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Anexo B, p. 308.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Anexo B, p. 311.

¹³⁸ Anexo B, p. 310.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Anexo B, p. 311.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

É interessante notar que em cada cidade por onde passa, cidades importantes nos contextos em que estão inseridas, Eva ocupa e percorre espaços em que deixa impresso um caráter eufórico. Pensemos o Rio de Janeiro de 1900, então capital federal, centro de poder e de cultura, de exuberante beleza paisagística, referência de brasilidade no exterior. Aí, Eva é “notável”¹⁴³ e tem “admiradores”¹⁴⁴. E a Porto Alegre do alvorecer do século XX, capital do Rio Grande do Sul? É uma cidade com população de cerca de setenta mil habitantes, já com fisionomia de metrópole pelos seus evidentes sinais de progresso, com seus bondes puxados a burros, que, mesmo ainda sob tração animal, andavam sobre trilhos de ferro. Administrada por José Montaury, prefeito que se projetou como político ousado, empreendedor e com visão de futuro¹⁴⁵, é nesta cidade que Eva deixa “firmados, de modo inequívoco, seus reconhecidos créditos intelectuais.”¹⁴⁶

Pensemos também as cidades mais importantes do interior gaúcho pela situação econômica, pelas glórias históricas, pelo desenvolvimento cultural. Em Rio Grande, já antes da primeira conferência, Eva era “triumfo, a reflectir-se com relamos de ouro fino, no nome heroico de Hespanha”¹⁴⁷. Em Pelotas, apresentou-se “com todo o brilhantismo”¹⁴⁸. Por ser “a illustre Sra. D. Eva Canel”¹⁴⁹, em Piratini, onde apenas esteve de passagem, foi recepcionada, na estação ferroviária. Bagé teve “(...) a honra da visita da exma. sra. D. Eva Canel”¹⁵⁰. Em Santana do Livramento “sua breve estadia nesta cidade, deixou as mais perduráveis impressões causadas pelo seu pujante e raro talento”¹⁵¹.

Essas importantes cidades do estado gaúcho – todas fortemente marcadas pela influência espanhola, inclusive, se for considerado o resgate de boas relações entre Portugal e Espanha depois dos acordos estabelecidos através do Tratado de Madri, em 1750, e do Tratado de Santo Idelfonso, em 1777 – engalanaram-se e honraram-se com a visita da mulher espanhola. Isso percebe-se através dos conteúdos concretos que, por meio de mecanismos semânticos, revestem percursos temáticos, evidenciando-se como figurativizações.

Nos textos que registraram a passagem da escritora por essas cidades do Brasil, veiculados pelo *Diário do Rio Grande*, de termos concretos de ações como embarcar, viajar

¹⁴³ Anexo B, p. 302.

¹⁴⁴ Anexo B, p. 302.

¹⁴⁵ José Montaury foi prefeito de Porto Alegre de 15 de março de 1897 a 15 de outubro de 1924. Site Listas dos Prefeitos de Porto Alegre Wikipédia (acertar referência)

¹⁴⁶ Anexo B, p. 302.

¹⁴⁷ Anexo B, p. 304.

¹⁴⁸ Anexo B, p. 306.

¹⁴⁹ Anexo B, p. 308..

¹⁵⁰ Anexo B, p. 307..

¹⁵¹ Anexo B, p. 310.

chegar, ser recebida, acolher, hospedar, ouvir, aplaudir, viajar, retornar, visitar, agradecer, elementos criados pelo enunciador dentro da realidade discursiva, com função representativa, emerge subjacentemente a temática do êxito, do sucesso, da exaltação, da glória.

E continuemos observando. A referência aos meios de transporte e aos locais de chegada e de saída - *paquete, a bordo, trem, estação, gare* - marca os deslocamentos, a passagem entre diferentes espaços e tempos, a livre circulação, as idas e vindas que são metáforas de liberdade, de independência; a menção aos hotéis aponta para a necessidade de descanso, para o simbolismo da intimidade feminina, da individualidade protegida. Eva “realçou com sua presença a casa de residência do illustre medico Sr. Dr. Angelo Dourado”¹⁵², espaço de convivência familiar onde realizou-se uma “Festa íntima, (...) esplendido festival, (...) selecta reunião de Exmas. familias e cavalheiros.”¹⁵³ Tal convite coloca-a num espaço-símbolo de seu mundo interno, num universo do qual é parte, evocando sua condição de mãe, pois em “Montevidéo (...) tem um filho em estudos superiores.”¹⁵⁴ Manifesta-se, assim, o tema da organização familiar, do lar constituído, da estabilidade, da ordem social, da maternidade, o que se corrobora, quando ela mesma diz ao *Diário do Rio Grande*, por via telegráfica: “Sigo Montevidéo, adiós a todos: prensa, españoles y amigos.”¹⁵⁵

O registro de visitas a bibliotecas, lugares físicos culturalmente associados ao fazer de Eva, figurativiza sua intelectualidade. A rua – trajeto da escritora, em Rio Grande, do hotel ao teatro, acompanhada por uma incorporação de membros da colônia espanhola, e do teatro ao hotel, seguida de “immenso concurso de povo (...) à luz de fogos cambiantes e ao som de escolhidas peças da banda de musica da ‘Lyra Artística’ ”¹⁵⁶ – altera-se na sua configuração espacial. Concentrando, enquanto espaço externo, os valores da ruptura com os fazeres rotineiros, faz surgir os valores da descontinuidade. Espaço, tempo e atores mobilizam-se em torno da presença de Eva; a cidade desrotiniza-se e esse espaço utilitário da rua, lugar do povo, ganha, com o acontecimento, ampla dimensão, rompe com o trivial. Nele - concurso de povo, luz de fogos cambiantes, banda, música”¹⁵⁷ – tudo conflui para o tema da festa, do júbilo, da comemoração, da alegria.

O teatro, espaço que remete ao universo do espetacular, abarca os temas da magnitude, da grandeza, da importância, da reverência. É Eva que torna este espaço

¹⁵² O Coronel Dr. Ângelo Dourado, autor da obra "Voluntários do Martírio", foi médico das Forças de Gumercindo Saraiva. Sua obra é um diário da revolução federalista de 1893.

¹⁵³ Anexo B, p. 303.

¹⁵⁴ Anexo B, p. 302.

¹⁵⁵ Anexo B, p. 310.

¹⁵⁶ Anexo B, p. 305.

¹⁵⁷ Anexo B, p. 305.

absolutamente pleno, vibrante. O documentário dos acontecimentos possibilita estabelecer a axiologia desse *topos* em relação à escritora. É nele que Eva, enquanto sujeito, é sancionado, é onde mais pode-se consumir o alcance de seu objeto de valor. Esses momentos de ápice de sua performance como sujeito dão-se também em bibliotecas, como, por exemplo, em Pelotas, quando a conferencista “(...) foi conduzida (...) ao estrado de onde deveria proferir o seu discurso e estava artisticamente preparado esse lugar na ampla sala (...)”¹⁵⁸ e, ainda, no salão de festa de um clube, conforme aconteceu em Santana do Livramento: À noite, o “Club Commercial vestiu-se de galas para receber em seu seio a eminente oradora D. Eva, que ali ia fazer uma conferencia”¹⁵⁹. Na figura do estrado, a posição verticalmente superior em que Eva é colocada diante da platéia “de senhoras e de cavalheiros da fina sociedade pelotense, um (...) escolhido auditório.”¹⁶⁰

Mulher de imprensa, jornalista, periodista de larga produção, Eva introduz-se nos topoi dos prelos. Visita redações de prestigiados jornais dos locais onde se apresenta: “Foram-lhe mostradas as diversas salas de typographia – a de composição, de encadernação, de machinas, etc., passando depois ao escriptorio da redacção, onde lhe foram apresentadas as redactoras do Orvalho - Mathilde e Alayde Ulrich.”¹⁶¹ Nas figuras “das salas de typographia, de composição, de encadernação, de machinas, do escriptorio da redacção, das redactoras”¹⁶² tematiza-se o labor, o profissionalismo, reitera-se o tema da intelectualidade. A menção às redactoras evidencia a temática da presença feminina no fazer jornalístico. De forma implícita, essa figurativização já fora feita, quando da primeira conferência de Eva Canel na cidade do Rio Grande, pela referência a duas irmãs escritoras e poetisas, conhecidas na comunidade rio-grandina por serem as donas e as redatoras do jornal *Corymbo*: “(...) foi a illustre senhora saudada (...) pelas Exmas. Sras. D.D. Revocata de Mello e Julieta de M. Monteiro”¹⁶³, que em phrases fluentes e aplaudidas, prestaram justa homenagem ao seu merito.”¹⁶⁴

Independentemente da ancoragem em espaços, cabe ainda o exame de outras figuras, a fim de que se mostrem os temas para os quais encaminham. Por coincidência, o próprio nome de Eva é simbólico, em função das múltiplas significações que representa, a

¹⁵⁸ Anexo B, p. 306.

¹⁵⁹ Anexo B, p. 311.

¹⁶⁰ Anexo B, p. 306.

¹⁶¹ Anexo B, p. 311.

¹⁶² Anexo B, p. 311.

¹⁶³ *Corymbo*: como já foi mencionado, jornal literário que teve vigência, em Rio Grande, de 1884 a 1844.

Orvalho: jornal literário, de Santana do Livramento, vigente na época da visita de Eva Canel, também redigido por mulheres.

¹⁶⁴ Anexo B, p. 305.

começar pela tradição bíblica que, ao explicar sua origem a partir de uma das costelas tirada de Adão, funda a crença da subordinação da mulher ao homem. Eva bíblica é a primeira mulher; a primeira esposa; a mãe dos vivos; a sensibilidade do homem e seu elemento irracional; a tentação, a fonte do pecado, justificada no ato de seduzir Adão, segundo Chevalier e Gheerbrant (2001:410).

Notemos que, por uma única vez, no conjunto de textos, o enunciador oferece elementos que caracterizam algo físico sobre Eva: “Trajando um rico vestuário de gorgorão lilaz, enluvada da branco, o peito esmaltado por algumas e bonitas e honrosas condecorações (...)”¹⁶⁵. Constate-se que não são evocados atributos de sua compleição. Importam mais os aspectos da formalidade da cerimônia, da adequação ao rito, o que confere solenidade e importância ao evento. A cor lilás da veste emblema a sabedoria, a inteligência. Figurativizados nas condecorações estão os temas da distinção de honra, da vitória, da conquista, do merecimento, do reconhecimento. A figura das luvas brancas assinala, simbolicamente, a precaução contra o contato direto e imprudente com a matéria maculada, evocando o tema da pureza. Luvas brancas filtram um magnetismo transformado e benéfico; convém à nobreza (Chevalier e Gheerbrant, 2001:567). É a laudação de Eva, sempre relacionada à sua competência cognitiva.

Lembrando que o jornal *Diário do Rio Grande*, no ano pesquisado, não apresenta fotografias, a representação de Eva, nos textos noticiosos, atem-se apenas à sua indumentária, e somente neste momento protocolar, em que o uso da toga é perfeitamente adequado, pois, como um uniforme, “indica a associação a um grupo, a atribuição de uma missão, um mérito”(Chevalier & Gheerbrant, 2001:947), e não em ocasião menos formal, em que a vestimenta pudesse revelar modismo, estilo, tendências pessoais, o que causa no leitor impressões voltadas muito mais para o emocional, para os valores da alma.

Quanto à isotopia alimentar, durante sua estada em Rio Grande, há referência a “uma lauta mesa de finos doces e preciosos líquidos”¹⁶⁶ servida em um espaço residencial. A passagem por Pelotas registra que “a digna comissão hespanhola, encarregada da recepção da talentosa escriptora Eva Canel,offereceu-lhe (...) um banquete no hotel Alliança”¹⁶⁷. Em Santana do Livramento, “o illustre vice-consul hespanhol (...) ofereceu a sua preclara patricia um opiparo almoço”¹⁶⁸. A “lauta mesa, o banquete e o opiparo almoço” são figuras que tematizam a fartura, a abundância. Constatei que em Rio Grande, Eva bebeu “preciosos

¹⁶⁵ Anexo B, p. 306.

¹⁶⁶ Anexo B, p. 303.

¹⁶⁷ Anexo B, p. 307.

¹⁶⁸ Anexo B, p. 311.

líquidos”, porém o texto não revela quais sejam. Mas o jornal *O Debate*, de Santana do Livramento, em texto transcrito aos leitores do *Diário do Rio Grande*, registra – e isso olhei com curiosidade – os brindes feitos à visitante. Primeiramente, Eva “foi recebida no Club Commercial com todas as honras devidas a seu sexo e à sua justa fama, sendo-lhe oferecida uma taça de champagne.”¹⁶⁹ Depois de ter visitado a redação do jornal *O Debate*, também “foi à eminente escriptora oferecida uma taça de champagne.”¹⁷⁰ E novamente, no “Club Commercial, após a conferencia foi oferecida uma taça de champagne à Exma. Sra. D. Eva.”¹⁷¹ Considerando os costumes da época, não serviriam a uma mulher bebida destilada ou vinho tinto. Somente acessível às classes privilegiadas, o champanhe, bebida de elite, liga-se ao feminino, por ser uma bebida leve, suave, de baixo teor alcoólico e, muitas vezes, de sabor adocicado. A figura do “champagne”, cujo estouro e borbulhar têm já em si a conotação festiva que permeia o acontecimento da visita, é altamente significativa em relação ao tema do requinte. Ligada à figurativização inserta em “com todas as honras devidas a seu sexo”, deferência que me chamou atenção, traduz-se na temática da feminilidade, da suavidade, da delicadeza, da moderação, da brandura.

Ainda que não faça, especificamente, referência a uma flor determinada, o que implicaria um simbolismo próprio, o texto enfatiza, também na figura da flor, além do feminil:

– a naturalidade: “Accessiveis, faceis, convincentes, sahem-lhe dos labios as palavras, cahindo espontaneas como flôres que pendessem das hastes por impulso proprio, impregnando de perfume todo o espaço em derredor...”¹⁷²;

– a busca da perenidade, a permanência da lembrança: “Varios ramalhetes de flores artificiaes, foram-lhe offertados em scena aberta (...)”¹⁷³;

– a beleza, o conagraçamento, o júbilo: “Estava artisticamente preparado esse lugar na ampla sala; via-se ao fundo entrelaçados os pavilhões hespanhol e brasileiro, muitas flôres e estatuetas”¹⁷⁴;

– o regozijo, a alegria: “O palco estava juncado de flores; à hora annunciada a eminente conferencionista apresentou-se (...)”¹⁷⁵.

¹⁶⁹ Anexo B, p. 310.

¹⁷⁰ Anexo B, p. 311.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Anexo B, p. 304.

¹⁷³ Anexo B, p. 305.

¹⁷⁴ Anexo B, p. 307.

¹⁷⁵ Anexo B, p. 308.

– a efemeridade e a efeméride implicadas no ato: “(...) fazendo neste acto entrega de um valioso ramalhete de flores naturaes à laureada Exma. Sra. D. Eva Canel.”¹⁷⁶

Consideremos o trecho:

O valor dos ingressos fica à generosidade de cada um. No saguão do teatro achar-se-ão duas comissões encarregadas uma de receber os assistentes e a outra de recolher as respectivas esportulas. (...) Os pedidos de localidades têm sido enormes.¹⁷⁷

No dicionário eletrônico Houaiss (2001) constatei, para o substantivo feminino *espórtula*, três acepções:

- 1 Diacronismo: arqueologia verbal.
na antiga Roma, cesta us. para distribuir entre o povo gêneros ou dinheiro a mando do imperador ou dos nobres
- 2 Derivação: por metonímia.
donativo em dinheiro ou gêneros; auxílio, esmola, ajuda
- 3 Derivação: por extensão de sentido.
gorjeta, gratificação

Considerarei a segunda e a terceira mais adequadas para o contexto em que o termo se insere, no texto jornalístico, levando em conta o caráter magnânimo que envolve o termo *generosidade*. Outro, certamente, teria sido o termo, caso a viagem de Eva fosse apenas lazer, divulgação cultural. A constatação de ser grande a procura por lugares faz pressupor a possibilidade de arrecadação de uma soma significativa de dinheiro, especialmente, se for ponderado o tipo de público esperado para o evento: a elite rio-grandina. Infiro, também, que o resultado da coleta tenha sido muito positivo, o que determinou que a renda da conferência seguinte fosse destinada a instituições de caridade. É possível que a relação de Eva com o dinheiro fosse apenas comercial e que já tivesse sido remunerada pelo seu fazer, na primeira conferência. Proferir uma segunda conferência, *por caridade*¹⁷⁸, seria uma forma de retribuir à comunidade que a acolheu, oportunizando às lideranças um empreendimento beneficente.

De volta de Bagé a esta cidade a insigne oradora hespanhola Eva Canel, a convite de um alto representante do paiz amigo, far-se-á ouvir aqui em mais uma conferencia publica, provavelmente no Polytheama Rio-Grandense, revertendo o producto da sessão literaria em beneficio talvez das duas instituições pias locaes asylos “Coração de Maria” e “Mendigos”. Só palavras de louvores temos para essa humanitaria ideia.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Anexo B, p. 309.

¹⁷⁷ Anexo B, p. 303.

¹⁷⁸ Anexo B, p. 306.

¹⁷⁹ Idem.

Por ocasião da segunda conferência, abriu-se espaço para o público menos favorecido economicamente, pois a entrada foi franca e somente os ocupantes dos camarotes, obviamente os mais abastados, contribuíram para ação filantrópica.

É hoje, às 7 horas da noite, no vasto salão do Polytheama, gentilmente cedido pelo seu proprietário, que o generoso povo rio-grandense vae dar demonstração publica da sua proverbial philantropia, acudindo em globo a ouvir a palavra facunda e tersa da illustre escriptora hespanhola Eva Canel, pósta à protecção de duas casas pias. A entrada é franca; ingressos só foram distribuidos para os camarotes.¹⁸⁰

Já em Santana do Livramento, o jornal faz referência explícita ao patrocínio da colônia espanhola, o que até então, nas cidades por onde Eva passou, ficara apenas pressuposto, e ao pagamento recebido por Eva, a partir da doação dos sócios do clube local.

Todas as despesas, quer do hotel, passagens, carros, etc., foram custeadas pela patriótica colonia hespanhola, dando-lhe o Club Commercial um giro de cem pesos de ouro, proveniente da collecta feita entre socios da mesma distincta associação, que se houve hors ligne com a illustre hospeda.¹⁸¹

Há, pois, evidências de que o roteiro de viagens da escritora pelo Brasil teve caráter laboral, podendo ter sido meio para ganhar a vida. Assim, há procedimentos semânticos no discurso que conduzem à tematização da luta pela sobrevivência.

Poderia ainda levantar muitas outras figuras, sempre buscando apontar os temas para os quais se conduzem. Mas preferi voltar a tratar desses aspectos, ao abordar os recursos de persuasão utilizados para manipular o público leitor.

Sei que analisar o nível discursivo é atentar para a manipulação do enunciador sobre o enunciatário. É preciso que se estabeleça o acordo tácito entre ambos, pois ao nível discursivo pertence o contrato fiduciário. E como faz o enunciador para que se estabeleça esse acordo? Como faz para que seu discurso pareça verdadeiro? Como faz para, por meio do discurso, obter crédito? Que solução encontrou a Semiótica, a fim de responder questões dessa natureza? A Semiótica de Greimas buscou explicação por meio das modalidades veredictórias, argumentando que, no discurso, pode estar contida, concomitantemente, a “verdade” e a falsidade, a mentira e o segredo: “A conjunção do ser e do parecer caracteriza a verdade: a do parecer e não-ser configura a mentira: a conjunção do não-parecer e do não-ser define a falsidade; enquanto o segredo conjunge o não parecer ao ser.” (Krieger, 1990:42)

Além das marcas discursivas de referência: a lugares – uma espacialização reconhecível como existente; a datas – a construção de um tempo percebido como fortemente atual e, ao mesmo tempo, fortemente real; e a pessoas – a nomação de gente de "carne e

¹⁸⁰ Anexo B, p. 309.

¹⁸¹ Anexo B, p. 311.

osso", identificável como indivíduo que faz parte da comunidade onde circula o jornal, procedimentos que criam o efeito de verdade, os mecanismos de argumentação constroem a marca discursiva por excelência na produção de qualquer texto, uma vez que assinalam o embate entre enunciador e enunciatário

Quando procedi à análise do nível narrativo do conjunto de textos em exame, o percurso do enunciador, jornal, lá narrativizado como o percurso do ator jornal, instalado como actante, destinador-manipulador de Eva e do público, de uma certa forma, já observei alguns elementos de seu fazer persuasivo. Tratarei da argumentação, focalizando, mais especificamente, o que o jornal deu a conhecer sobre o teor das conferências de Eva Canel. Não esqueçamos que, por uma questão didática, a teoria propõe a análise textual em três níveis; o sentido, porém, depende da relação entre eles. Interessa-me, agora, investigar a função dos textos noticiosos que reproduzem as conferências no processo de manipulação do leitor.

É o arranjo de linguagem que põe juntos, em interação, enunciador e enunciatário, na relação marcada pela intersubjetividade que se estabelece entre ambos. O enunciador - neste estudo, o jornalista - faz saber ao enunciatário - neste estudo, o leitor do *Diário do Rio Grande* - o que disse Eva Canel, em suas conferências, articulando sua narrativa por estratégias discursivas, por um planejado modo de dizer. Dessa forma, procura garantir, na imanência da organização textual, a compreensão desejada.

Para situar-me melhor, recapitulo, na ordem cronológica, os temas das sete conferências das quais as edições do jornal, em 1900, deu notícias. No Rio de Janeiro, em 13 de janeiro, Eva proferiu “uma conferencia sobre o feminismo”¹⁸². Na cidade do Rio Grande, em 24 de abril, discorreu sobre a – “Educação da mulher –, à luz do moderno criterio, num estudo franco de espírito largamente ensaiado na pratica da vida”¹⁸³. Em Pelotas, em 1º de maio, falou sobre “a fraternisação da raça ibero-latina na América”¹⁸⁴. Em Bagé, em 14 de maio, pronunciou-se acerca da “Educação da mulher”¹⁸⁵. De volta a Pelotas, em 21 de maio, abordou “A educação da mulher”¹⁸⁶. Novamente, em Rio Grande, em 27 de maio, dissertou sobre “Fé e Caridade”¹⁸⁷. Em Santana do Livramento, em 5 de junho, realizou a “conferencia cujo thema, a pedido da preclara oradora, fôra dado por nós (o jornal O Debate), versou sobre

¹⁸² Anexo B, p. 302.

¹⁸³ Anexo B, p. 303.

¹⁸⁴ Anexo B, p. 306.

¹⁸⁵ Anexo B, p. 303.

¹⁸⁶ Anexo B, p. 307.

¹⁸⁷ Anexo B, p. 309.

– a educação da mulher, sua influencia na sociedade como esposa, mãe filha e cidadan.”¹⁸⁸ Importa assinalar que, na realidade, entre 13 de janeiro e 5 de junho, no Brasil, a escritora abordou em seus pronunciamentos apenas três diferentes temas, sendo possível pressupor que, no Rio de Janeiro, discorrera sobre a educação da mulher e que, em Santana do Livramento, propusera ao jornal uma escolha entre os três temas sobre os quais já tinha prontos os textos.

Como já referi, há um enunciador que, no mais das vezes, ao temporalizar, espacializar e actorializar o discuso produz efeito de distanciamento pelo processo da debreagem enunciva, fazendo uso da 3ª pessoa. No relato das conferências, o jornal repete a fala de Eva, ou seja, o enunciador diz o que Eva disse, empregando mecanismos lingüísticos demarcadores do discurso indireto, debreagem de 2º grau, em Semiótica.

Embora não fique claro que esse sujeito do discurso tenha estado presente nos locais onde se realizaram as conferências, assistido às conferências, os relatos criam a ilusão de que foram feitos a partir da perspectiva de um observador, de um assistente que esteve sentado nas poltronas do teatro, nos assentos das bibliotecas, do clube, deixando, inclusive, à mostra, nos textos, o componente passional, quando se coloca como um avaliador, como um juiz que julga o desempenho da conferencista. Afora isso, o testemunho é valioso elemento de prova, o testemunho de um jornalista de um veículo de comunicação “sério”, pessoa digna de crédito, merece fé.

Demonstrando saber de tudo o que aconteceu, o enunciador dá um efeito persuasivo ao discurso. Mas, embora saibamos que há um mundo-referência, a produção da notícia dá-se sob controle, ela é um produto da empresa de informação. Desse modo, considerando os aspectos operacionais próprios da linguagem jornalística, o enunciador decide o que o enunciatário deve saber, escolhe o que fazer Eva dizer. Produto de escolhas, a fala de Eva é atravessada pelo discurso do redator, há uma interferência dele sobre o que ela diz. Numa pretensa objetividade jornalística, neutralizando a manifestação das marcas do sujeito da enunciação, ele constrói para o leitor do *Diário do Rio Grande* sua própria imagem, a imagem do jornal, e a imagem que faz de Eva Canel.

Observemos outros recursos empregados pelo enunciador, a fim de realizar a persuasão em relação ao enunciatário. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996:5), o objetivo pragmático de toda argumentação é provocar a adesão às teses apresentadas. Trata-se de um objetivo que, ao contrário do que pretende a lógica formal, somente poderá ser alcançado, se a argumentação adaptar-se às características e às cosmovisões do que chamam de auditório, na

¹⁸⁸ Anexo B, p. 311.

visão semiótica de Barros, “o enunciatário de qualquer tipo de discurso, em qualquer situação”. (Barros, 1988:107) Isso significa que, no seu fazer persuasivo, o orador – semioticamente, o enunciador – deve, ao menos, identificar e diferenciar os tipos de argumentos a que recorre; captar as predisposições que se intentam criar naqueles que constituem o auditório; e, finalmente, conectar esses argumentos com as características do auditório a que se dirige.

Visto ser o veículo de comunicação um jornal de cunho elitista, a manipulação do enunciador dirige-se a um enunciatário particular, equivalente ao "auditório particular" do *Tratado* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996): o leitor economicamente favorecido; ilustrado; se não culto, o que quer parecer ser culto.

Já de início, colocando Eva como uma mulher singular, diferente de qualquer mulher “commum”¹⁸⁹ que não tem seus dotes intelectuais; valorizando sua condição de estrangeira e muito especialmente sua nacionalidade espanhola, numa cidade que tem representativa colônia espanhola; e prognosticando seu sucesso, o enunciador prepara o leitor para a aceitação da tese.

Os que foram na noite de ante-hontem ao elegante “Theatro 7 de Setembro” para ouvir Eva Canel não perderam o seu tempo. Não era uma mulher commum, effectivamente, que se annunciáva nesta cidade para dissertar em conferencia de alta responsabilidade intellectual. Era uma mulher de merito, de fama e de reputação. E pelo seu merito pela sua fama e pela sua reputação, reconhecidas por justiça e não proclamadas por favor, havia a certeza antecipada de um triumpho, a reffectir-se, com relamos de ouro fino, no nome heroico de Hespanha, porque de Hespanha descende a eminente representante feminina.¹⁹⁰

No momento em pauta, o fazer de Eva Canel é falar para o público, um fazer político. Falando para mulheres, ela carrega consigo uma brutal diferença em relação às outras mulheres de seu tempo, especialmente às de um país sul-americano, de uma cidade do interior. Atente-se para o estranhamento que causa o fato de uma mulher apresentar-se como conferencista, quando o *Diário do Rio Grande*, manipulando o público para comparecer ao evento, anuncia uma de suas conferências: “Não ha de haver um unico logar vasio, basta ser uma mulher que fale (...)”¹⁹¹. Na figura dessa mulher que sai de seu país para pregar sua palavra, que talvez lutasse pela sobrevivência, parece revelar-se uma ousadia, uma certa autonomia feminina.

Ainda que se mostrando, nas cidades onde se apresentou, disciplinadamente de acordo com os papéis institucionalizados e plenamente aceitos, seria Eva uma mulher que

¹⁸⁹ Anexo, p. 304.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Anexo, p. 309.

teve, em uma sociedade patriarcal, o atrevimento de usar oralmente a palavra para manifestar-se desde a subjetividade feminina, a partir de um corpo sexuado feminino? Estaria esse comportamento causando inquietude? Ou dizer do seu diferencial seria uma forma de alertar, porque é culta, inteligente e estrangeira, ela pode, as que não são como ela, as daqui, não.

Olhemos para este trecho do texto relativo à primeira conferência de Eva Canel, na cidade do Rio Grande:

A “educação da mulher” these sobre que discorreu durante uma hora quase, entre applausos constantes, foi encarada com superior elevação de intelligencia e com larga profundez de criterio, combatendo ella o feminismo da epocha, n’uma felicidade de argumentação e n’uma fortaleza de dialectica. Disse que a mulher não póde sem uma deslocação funesta do seu papel social ser apeada da funcção a que está circumscripta pela sua natureza, pelo seu espirito e pela sua alma. No lar deve-se resumir toda a actividade da mulher, sendo esse o logar adequado para o fecundo desenvolvimento dos seus affectos, para a fertil expansão dos seus sentimentos e para a útil manifestação das suas virtudes. (...) E criticando com segurança, com graça e com illustração, a pretendida intervenção do elemento feminino nos governos, nos ministerios nas academias, conclue sua instructiva conferencia, n’uma peroração eletrisante, e evocando a Igreja de Christo para a inspiração da mulher, da sociedade e da civilisação.¹⁹²

Vamos levar em conta que ao enunciatário não são dados a conhecer os constituintes da estrutura argumentativa do texto original de Eva. O texto diz que a escritora discorreu sobre sua tese “durante uma hora quase”¹⁹³. É sabido que um jornalista lida, sempre, com limitações físicas de espaço e de tempo, o que, necessariamente, obriga a uma seleção. Mesmo assim, é sabido, também, que as escolhas não se justificam apenas por essas restrições técnicas. A “verdade” sobre um acontecimento é, obviamente bastante relativa, porque só chega ao conhecimento de quem lê o que é relatado. O leitor não sabe o que alguém decidiu que não deve saber, ou, no caso, o que o relator não viu. Assim, o leitor do *Diário do Rio Grande* não tem conhecimento, se, no texto original da autora, havia sofisticação argumentativa.

Neste trecho relativo à primeira conferência, o enunciador deixa ver que Eva Canel desenvolveu uma argumentação cuja proposição é afirmativa: a mulher é um ser eminentemente do lar. Todo o texto é construído com o intuito de convencer o enunciatário de que o lugar da mulher é em casa. E de que forma o enunciador mostra a maneira como Eva se relaciona com as idéias que defende? Pelo que o texto diz, e especificamente no trecho destacado, Eva manifesta suas convicções, expondo razões, discordando, refutando,

¹⁹² Anexo, p. 304/305.

¹⁹³ Anexo, p. 304.

contestando. Apresenta uma prova que, considerados os valores da época, muito se ajusta à substância de sua tese: as especificidades da natureza feminina.

Coloca-se a favor do controle da ação da mulher. É importante salientar que, do ponto de vista ideológico, a palestra legitima o *status quo* vigente. A mulher era vista como um ser somente capaz de realizar satisfatoriamente aquelas atividades próprias de sua natureza, como cuidar do marido, dos filhos e das tarefas do lar – cozinhar, lavar, especializava-se nos trabalhos de agulha, bordava, fazia rendas e outros misteres femininos – labores restritos ao ambiente doméstico. E era temente ao marido.

Quando o texto dá registro à contestação da idéia de que a mulher não deve atuar na política e nas academias, o enunciador refere a crítica, mas não mostra como a conferencista fundamentou esse juízo. Lançando mão, porém, da expressão “pretendida intervenção do elemento feminino”¹⁹⁴, genuína do texto de Eva ou não, deixa claro que a questão sobre o papel da mulher é uma polêmica que transcende o universo textual, tendo já existência no mundo. O substantivo *intervenção* remete, de forma negativa e intolerante, à ingerência, à intromissão. Modificando-o, com produtivo efeito, o adjetivo *pretendida* desvela uma mobilização feminina, provavelmente em curso, com fins de ocupação desses espaços, o que vem a ratificar a alusão ao “feminismo da época”¹⁹⁵ referido, anteriormente, no relato do jornal.

Eva conclui seu pronunciamento, evocando a igreja de Cristo, o que, metonimicamente, equivale a evocar o próprio Cristo. Ainda que não tenha sequer citado uma de suas palavras, a evocação implicou a utilização do argumento de autoridade.

Convém que fique claro: Eva, por si só, é uma autoridade. Assim, o que se chama de *argumento de autoridade* permeia e caracteriza todos os textos e trechos isolados que reproduzem o teor das conferências. E o enunciador se serve disso. Ele simula dar lugar à Eva e, como se estivesse retirado do discurso, faz saber sua própria posição, ou antes, a posição do **Diário do Rio Grande**.

Necessário é recordar a perspectiva aportada por Perelman & Tyteca (1996:50), quando afirmam que a argumentação eficaz é “a que consegue aumentar esta intensidade de adesão, de forma que desencadeie nos ouvintes a ação prevista (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.” Se o actante narrativo sujeito, Eva, consegue desencadear no destinatário a ação

¹⁹⁴ Anexo, p. 305.

¹⁹⁵ Anexo, p. 304.

reveladora de um sancionamento positivo ao seu fazer, colocando-se como um sujeito que realiza, na concretude do texto jornalístico, um fazer persuasivo, o enunciador, que é outro actante, relatando com tanta ênfase a ovação, busca também uma adesão à qual o enunciatário pode ou não responder positivamente.

Destaquei dos textos noticiosos, que tratam do conteúdo das conferências da jornalista espanhola, todos os fragmentos que contemplam referências a aplausos. Nesses fragmentos, fica evidente que, quanto ao papel social feminino, às questões relativas à fé e à caridade, à necessidade de os povos ibero-americanos unirem-se, o *Diário do Rio Grande* pensa da mesma forma como deixa ver que seja o pensamento de Eva, sancionado positivamente por seu seletto auditório. Essa demonstração funciona como forte recurso argumentativo para levar também o enunciatário, leitor fiel do jornal, a aderir ao mesmo posicionamento. A profusão de adjetivos ilustra a busca do efeito aludido:

A “educação da mulher” these sobre que discorreu durante uma hora quase, entre applausos constantes, foi encarada com superior elevação de intelligencia e com larga profundez de criterio, combatendo ella o feminismo da epocha, n’uma felicidade de argumentação e n’uma fortaleza de dialectica.

E como se ao mesmo tempo um só mundo de mãos se agitára no recinto abafado do theatro, um só echo de applausos calorosamente ressoou, envolvendo na sua onda vibrante o vulto sympathico, insinuante e intelligente e festejada apostola da palavra que, no dizer de alguém, não só domina o mundo, mas creou o mundo, porque para haver mundo houve palavra.

(...) principiou ella, entre applausos continuos, a fazer a leitura da these annunciada(...)

A sua conferencia, que durou uma hora quase, terminou no meio de uma estripitosa ovação do auditorio.

(...) deu começo à leitura de sua eloquente dissertação produzindo a mais agradável impressão no espirito dos ouvintes.

Demorada e enthusiastica salva de palmas pontuou as ultimas palavras da insigne mulher hespanhola.

(...) esteve brilhantissima, sendo a cada instante coberta de applausos estrondosos a incomparavel oradora.¹⁹⁶

Embora saiba que o simples fato de comunicar-se pela linguagem verbal é o suficiente para que o jornalista fique impossibilitado de buscar a neutralidade, há, hoje, prescrições, na área de comunicação, a respeito de que o texto jornalístico deva caracterizar-se, o mais possível, pela objetividade, pela ausência de juízos, de opiniões, de apreciações pessoais sobre o fato noticiado. O narrador deve ter o cuidado de narrar sem intrometer-se entre os acontecimentos, a fim de que suas posições pessoais não sejam passadas, inadvertidamente, para o leitor. Deve ser atento com o emprego de adjetivos e advérbios que projetem apreciações subjetivas ou acarretem falta de precisão na investigação.

¹⁹⁶ Anexo, p. 304/305.

Mas, como posso ver, os enunciados transcritos acima, destacados das páginas das edições do *Diário do Rio Grande*, do ano de 1900, trazem fortemente a marca de quem fala. Através do que diz, o enunciador busca fazer aflorar a emoção, num apelo direto ao enunciatário. Mesmo adotando a prática da objetividade, narrando em debreagem enunciativa, o enunciador assume um estilo muito pessoal, não demonstrando preocupação em apagar os traços de avaliação presentes na escritura. Ao traduzir em relatos os acontecimentos vistos diretamente pela sua lente de observador, conforme pressupomos, mais se aproxima do que se afasta da enunciação. Intencional ou não intencionalmente, deixa transparecer emoção, o que faz aumentar a subjetividade.

Examinemos este outro fragmento:

Impugnou com sinceridade e com energia as doutrinas do celibato e do divorcio, subversivas e dissolventes, apregoadas pelas apaixonadas sectárias da Emancipação feminina, as quais ignoram que na família reside a pedra angular da sociedade, e desconhecem que no casamento não se verifica uma combinação química susceptível de decompor-se e de alterar-se com qualquer reactivo...¹⁹⁷

Aqui, o texto deixa ver que a refutação se dá por meio de um confronto. Não é apontada qualquer oposição de sentido entre os termos designativos de estado, condição - *celibato* e *divórcio*. Ambos são colocados paralelamente. Ressalta-se a identidade entre os dois estados, ao evocarem-se sentidos com base nas semelhanças, no que representam de nocivo à instituição familiar. Conforme diz o texto, na concepção da escritora, os termos apontam para estados *subversivos* e *dissolventes*, ficando implícito que representam condições vistas como antimodelos sociais. Dessa maneira, Eva e enunciador avaliam a conduta da mulher, sancionando negativamente a que se divorcia e a que opta pelo celibato.

Quando coloca que a conferencista “impugnou com sinceridade e com energia as doutrinas,” o enunciador afirma a postura de convicção do argumentador para com sua tese. Salientando o *como* foi feita a impugnação, busca também argumento para obter crédito. O texto mostra o uso da técnica argumentativa da metáfora, quando desvela o repúdio feito à ação das “apaixonadas sectárias da Emancipação feminina”, assim, ironicamente, referidas. A refutação ao ideário por elas defendido, considerado o risco que oferece à organização e à estabilidade familiar, aparece, metaforicamente construída, em defesa do dogma da indissolubilidade matrimonial. Pela associação opositiva entre casamento e combinação química, objetiva-se entender-se o casamento como composição inalterável.

Em relação à referência ao celibato, importa observar que não se trata do celibato sacerdotal, o que iria de encontro ao posicionamento defendido, tendo-se em conta o caráter

¹⁹⁷ Anexo, p. 305.

crisã da defesa. Seria o celibato visto como uma opção voluntária da mulher por não casar, não ter um parceiro, não ter relações sexuais, conseqüentemente, não ter filhos; um celibato misândrico. Observe-se que, do modo como o texto permite entender, o feminismo da época não aponta para a valorização da mulher, para a busca de igualdade de direitos, à maneira do que ocorre hoje. Entendido o celibato como aversão, ódio ou desprezo pelos indivíduos do sexo masculino, narrativa e discursivamente, fica nítido que essa rejeição não é o ideal para que se preserve a instituição familiar.

No trecho transcrito a seguir, é possível constatar um procedimento que, dentro das técnicas descritas no *Tratado da Argumentação*, inclui-se na categoria das ligações que fundamentam o real recorrendo ao caso particular: “Quando se trata de conduta, um comportamento particular pode não só servir para fundamentar ou ilustrar uma regra geral, como para estimular a uma ação nele inspirada. “(Perelman & Olbrechts-Tyteca: 413). Trata-se da argumentação sustentada pelo modelo.

Observo que, a fim de dar primazia aos seus próprios valores e repassá-los, o destinador da comunicação faz-nos crer que o actante sujeito da narrativa, Eva, lançou mão desse procedimento argumentativo:

Cita a proposito, entre aclamações do auditorio, como modelo da mulher, mãe, esposa e filha – a mulher transvaaliana toda patriotismo, toda abnegação, toda desvello, toda carinho, toda nobreza, ferindo n’uma allusão feliz a politica externa da Gran Bretanha, derramando sangue no Sul da Africa para colher ouro...¹⁹⁸

Para entender o modelo proposto, é preciso remontar ao contexto sócio-histórico. Trata-se da mulher, colona branca, trabalhadora das minas de ouro, durante a guerra Anglo-Boer, ocorrida no período de 1899 a 1902. Travada entre ingleses colonizadores e colonizados da república de Boer, no Transvaal, região liderada por Paul Kruger, de supremacia do governo britânico, hoje África do Sul, a guerra foi motivada pela disputa de terras ricas em jazidas de ouro. Embora freqüentemente chamada de "guerra do homem branco", pois as terras eram povoadas por imigrantes holandeses, franceses e alemães que se fixaram na região, no século XVII, o conflito envolveu toda a população da África do Sul, inclusive a população negra. As mulheres e crianças de Boer – que foram expulsas das fazendas ou vilarejos incendiados pela Inglaterra – eram enviadas para campos de concentração, onde muitas morreram por doenças, ou iam para o campo, onde submetiam-se à vida de comando. Os trabalhadores de fazendas ou minas também eram concentrados em campos e obrigados pelo exército britânico a desempenhar serviços forçados. A guerra termina com a vitória britânica.

¹⁹⁸ Anexo B, p. 305.

A patriota, a abnegada, a zelosa, a carinhosa, a nobre, a submissa mulher transvaliana é positivamente sancionada por Eva e apresentada como exemplo a ser seguido por todas as mulheres. As escolhas lexicais que resultaram na expressão *ferindo n'uma allusão feliz* autoriza o enunciatário a entender que com a repulsa feita por Eva à ação política referida concorda plenamente o enunciatário.

É por comparação baseada em oposição que se constrói o processo argumentativo, na passagem abaixo reproduzida, da primeira conferência de Eva Canel em Rio Grande:

Faz a apologia do lar, querendo-o construído sobre os cimentos da fé, faz o estudo da educação, lamentando a confusão feita entre educação e ilustração, condemnando em phrases persuasivas, eloquentes e dignas, a preferencia com que é tratada a segunda em prejuizo da primeira, nas escolas e nos collegios, onde se gasta o tempo com lições banaes de uma sciencia enfatuada, desaproveitando-o para os uteis sentimentos da moral do trabalho e da religião.¹⁹⁹

Os argumentos de comparação, conforme Perelman & Tyteca (1996: 274/281), são eficazes para provocar a adesão ou a repulsa, pois comparam comportamentos que envolvem pessoa ou algo muito valorizado ou muito depreciado. Segundo o que pode ser depreendido pelo texto, Eva estabelece um contraste fundamentado nas dessemelhanças entre educação e ilustração, afirmando que, quando tem como alvo a mulher, a educação é útil e a ilustração é banal. O enunciatário comunica e transfere ao enunciatário o saber de Eva, permitindo ver que ela, no papel narrativo de destinador, dita regras de como a escola deve proceder em sua práxis, isto é, doa competência, ensina o *como fazer*, manipula, induzindo à performance. E isso faz, visando à manutenção do estabelecido, pois ilustração cria erudição, uma soma de saberes inúteis, quando ministrados a uma criatura que apenas deveria educar-se para exercer o seu papel, sendo feliz circunscrita ao lar e à igreja.

Admitamos que nos anos 60 do século XX, e ainda na década de 70, as escolas mantinham em seus currículos disciplinas identificadas por nomes como, por exemplo, "Educação para o lar", objetivando preparar a mulher do *domus*, a mulher reprodutora, aquela que deveria reproduzir, tanto fisicamente – a prole – quanto socialmente – o modelo instituído. Assim, não é difícil imaginar que a educação da mulher, em 1900, fosse, digamos, uma imposição, quase que um adestramento dentro das regras fixadas pelo conjunto social.

Ao parecer de Eva adere o enunciatário, quando diz “lamentando a confusão, condemnando em phrases persuasivas, eloquentes, e dignas, desaproveitando-o”, esperando do enunciatário a mesma adesão.

¹⁹⁹ Anexo B, p. 305.

Este outro segmento trata de uma das conferências feitas em Pelotas. Cumpre investigá-lo:

D. Juan Trapaga apresentou com palavras de apreço a Sra. Eva Canel ao escolhido auditório, depois do que principiou ella, entre applausos continuos, a fazer a leitura da these annunciada “fraternisação da raça ibero-latina na America” mostrando no decorrer da apreciada leitura vasta copia de conhecimentos alliados a uma superioridade de criterio pouco commum. Dissertou longamente sobre a situação dos varios paizes europeus, referiu-se à ilha de Cuba, absorvida pela Norte-America, salientou o caracter ambicioso desse paiz que deve pôr de sobre aviso todas as nações sul-americanas, e de raciocinio em raciocinio, com solidez de estudo, chegou à conclusão da necessidade de fraternisar todos os povos da raça ibero-latina na America.²⁰⁰

Como bem mostra o enunciador, sintetizando as abordagens feitas na conferência sobre o tema proposto, a oradora serviu-se da ilustração, a fim de tornar plausível seu fazer persuasivo. Segundo Perelman & Tyteca (1996: 407), “a ilustração tem a função de reforçar a adesão a uma regra já conhecida e aceita.”

Ao referir Cuba, Eva ilustrou a questão da dominação norte-americana. Por tratar-se de uma situação vivenciada naquela atualidade, valeu, por si só, como prova, sustentando e justificando a conclusão para a qual encaminhou sua tese. Dizendo da consistência do saber da escritora sobre o assunto, o enunciador ratifica o argumento de autoridade, ensejando uma afinidade de valores com o enunciatário.

Remontemos o contexto sócio-histórico. Cuba sempre foi um grande produtor de açúcar e a indústria norte-americana, naquele tempo, monopolizava essa produção cubana, o que era uma forma de colonização. Manipulando seu destinatário pela intimidação – o temor pelo subjugo – o sujeito Eva sugere a fraternização, isto é, a união fraternal entre os ibero-americanos com o intuito de oferecer força contra a dominação americana.

Mas, vejamos: Eva mostra-se contraditória. Faz um itinerário de viagens por cidades próximas, em que conferencia, alternando com dois outros temas, sobre a educação da mulher. Esse tema foi abordado em Rio Grande, Pelotas, Bagé e Santana do Livramento. O excerto abaixo refere-se à sua apresentação nesta última cidade: “A conferencia cujo thema, a pedido da preclara oradora, fôra dado por nós, versou sobre – a educação da mulher, sua influencia na sociedade como esposa, mãe filha e cidadan (...).”²⁰¹

Somente a conferência feita em Rio Grande sobre o tema em pauta aparece relatada mais detalhadamente. Mesmo assim, é possível pressupor que, nas outras localidades, a jornalista espanhola, ainda que tivesse redigido outro texto para abordar o mesmo assunto, tenha seguido a mesma linha de pensamento, assumido a mesma opinião acerca do dever da

²⁰⁰ Anexo B, p. 307.

²⁰¹ Anexo B, p. 311.

mulher de cumprir seu papel social restrita ao lar, conforme fez em Rio Grande, sem envolver-se com outras questões, quais sejam políticas, acadêmicas. Entretanto, o fato de ter dissertado “longamente sobre a situação dos varios paizes europeus”, de ser contra a ação autoritária dos Estados Unidos e de estimular a união dos povos de origem ibérica é uma atitude política que implica conhecimento de causa e marca, pontualmente, uma posição. Verificada essa incoerência comportamental, a leitura dos textos consentem dizer que Eva adota uma práxis diferente do discurso que proclama.

No que respeita à temática sobre a qual discorreu na sessão caritativa que levou a efeito, em Rio Grande – *Fé e caridade* – olhemos para o que ficou registrado acerca de seu posicionamento:

A traços fieis descreveu o que são estes dois sentimentos, o que valem, o que representam e o que conseguem. Citou, para próva, abundantes exemplos historicos. Verberou com energia de quem sente o que diz a caridade falseada, mystificada, mentirosa, convertida pela vaidade banal em vicio, e por isso mesmo indigna de ser considerada oriunda da alma. Sustentou que a verdadeira caridade deve ser espontanea, modesta, affectiva. Criticou com superioridade de argumentação, entre applausos estrepitosos dos ouvintes, os preconceitos sociaes absurdos, que fazem com que não tenham as pessoas asco de lavar até os animaes de sua predilecção, aos quaes dispensam os mais fraternaes carinhos, deixando no entanto entregues ao abandono, as pobres creanças sujas, esfarrapadas que não raro precisam de agua tantas vezes para as limpezas corporeas. Não, que os pobres animaes, declarou a oradora, devam ser tratados sem amor, mas tão censuravel, disse ela, é o consentir que as creanças torturem e martyrisem os pequenos animaes, a pretexto de brinquedo e diversão, como censuravel é o cuidar dos mesmos sêres, com menosprezo da caridade que deve ser exercida para com as infelizes creanças famintas e necessitadas. E felicitando-se com o auditorio por estar ali dando uma publica demonstração de sua caridade, felicitava-se comsigo propria por poder contemplar espetaculos tão edificantes, sendo seu maior desejo, voltando um dia ao seio do povo rio-grandense, unir-se novamente a elle, para a pratica nobilitante da caridade.²⁰²

Das três virtudes teologais – fé, esperança e caridade – Eva escolheu falar a respeito de duas. O texto, porém, omite a argumentação feita em torno da fé, tratando apenas do que disse a escritora sobre a caridade. Afirma que foi pródiga no uso das ilustrações e põe à vista a que fez, quando tratou do preconceito que envolve a atitude de quem prefere dar carinho a animais a dá-lo a crianças. Pelos índices postos no texto, referiu-se a filhos de pobres, comparando, nesse sentido, crianças e animais.

Quanto a essa comparação, o enunciador permite perceber que houve um momento no qual a oradora usou da ressalva, flexibilizou seu ponto de vista, certamente, com o intuito de mostrar uma concordância parcial, o que teria sido um argumento favorável à tese, considerado o princípio cristão de que se deve fazer a caridade sem olhar a quem.

²⁰² Anexo B, p. 309.

Observa-se esse expediente em “Não, que os pobres animaes, declarou a oradora, devam ser tratados sem amor (...).”

O exame desse mecanismo faz-me lembrar Perelman & Tyteca (1996: 277), quando asseveram que “tudo quanto é cotejado com objetos muito inferiores só pode sofrer com essa aproximação.” Pensando na oposição racionalidade vs. irracionalidade, respectivamente em relação a crianças e a animais; refletindo sobre a visão bíblica de que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, salienta-se a inferioridade dos animais, o que motivou a ressalva.

No texto em exame, é importante notar que as marcas de subjetividade na escolha dos verbos que introduzem a fala de Eva têm grande força argumentativa. Através desses verbos, flexionando-os, na encenação discursiva, em 3ª pessoa, o enunciador começa por inserir o que diz ter Eva dito. A busca do objetivo persuasivo consiste, justamente, na escolha que faz, pois, nem sempre optando pelos verbos *dicendi*, ainda que o faça, ao usar *descreveu*, *citou*, *declarou*, emprega também verbos de ação que assumem uma conotação avaliativa e reforçam o que parecem ser ora posições de ataque, ora posições de defesa. Observe-se as formas verbais: *verberou*, *sustentou*, *criticou*.

Cabe referir outra questão. Sei que o efeito de credibilidade do texto se produz através do fazer do enunciador. Seu percurso performático traduz-se num dever fazer com que o enunciatário acredite no que lê. Seu discurso produz e sustenta uma ideologia. Falando de um lugar marcado, decide sobre a manifestação textual, sobre como irá trazer os temas à apreciação do enunciatário, como pretende organizar o que diz, de forma a convencê-lo, o que cria a interação com a instância cognitiva

Confirmamos com Barros:

o enunciador propõe que estipula como o enunciatário deve interpretar a verdade do discurso; (...) o reconhecimento do dizer-verdadeiro liga-se a uma série de contratos de veridicção anteriores, próprios de uma cultura, de uma formação ideológica e da concepção, por exemplo, dentro de um sistema de valores, de discurso e seus tipos. (...) A interpretação depende, assim, da aceitação do contrato fiduciário e, sem dúvida, da persuasão do enunciador, para que o enunciatário encontre as marcas de veridicção do discurso e as compare com seus conhecimentos e convicções. (Barros, 1988, p. 94).

Desse modo, em se tratando do texto jornalístico noticioso, o enunciador é o porta-voz do órgão formador de opinião, fala para uma classe social, incorpora ao seu discurso os valores e os conceitos dessa camada da sociedade com o objetivo não só de informar, mas também de influenciar. No texto que produz, a argumentação concretiza-se, sobretudo, pelas escolhas lexicais.

Nesta trajetória de análise, venho observando atentamente como se constroem nos textos os efeitos de “verdade”, pois, como já disse e é sempre válido repetir, a Semiótica concebe o texto como um “parecer verdadeiro”. É Krieger quem afirma:

Ao conceber, (...), que a persuasão visa à crença na verdade de um discurso, a semiótica trata do problema da verdade sob a forma de verificação, ou da inscrição da verdade no interior do discurso enunciado. Com esse posicionamento, a semiótica deixa de conceber o problema da verdade sob o prisma da realidade referencial. (1990:40)

Estou fazendo esta incursão teórica, ratificando já ditos, para retomar a um assunto para o qual comprometi-me voltar. Observei que, actorializado como actante narrativo, o jornal contribui para que Eva seja, antecipadamente, vista como pessoa consagrada. Mas a performance adjuvante de Eva tem dupla face, pois, ao mesmo tempo que colabora com o sujeito, por outro lado, manipula, pois pressiona, exige, cobra -lhe sucesso, na modalidade do dever fazer.

Representado, discursivamente, como enunciador do texto noticioso, simula dar voz a Eva. A fala de Eva é o objeto modal através do qual circulam valores cognitivos. Cruzam-se as vozes. O enunciatário sabe das conferências pelo que aparece discursivizado, lê aquilo que o ver/ouvir do observador/enunciador comunica como “verdade”. No nível do parecer, esse enunciador não tem responsabilidade sobre o dizer de Eva, afinal foi ela que disse. O discurso está dotado de marcas de verificação. O fazer pa recer “verdadeiro” do enunciador, um fazer-creer, é um fazer persuasivo. Pela própria seleção lexical que faz, o enunciador explora vigorosamente os signos, de modo a pôr no texto um discurso eufórico sobre as conferências, a ovação, os festejos. E mesmo distanciado da enunciação, diferentemente do que se entende, hoje, como estilo do texto noticioso, o que se pretende informativo, tece considerações, emite opiniões, analisa, critica, julga, pondo em evidência uma relação passional com o acontecimento relatado.

Nos textos jornalísticos categoricamente opinativos, ao enunciador cumpre a função de saber avaliar, função dominante que se concretiza no poder de fazer crítica. Sua palavra é considerada como palavra de autoridade, é a palavra que expressa a voz especializada de quem julga. Ainda que saiba que a neutralidade do discurso inexistente e que as marcas de identidade do enunciador imprimem no texto, mesmo no pretensamente neutro, um caráter avaliativo, nos textos em análise, a intenção de opinar parece não se querer mascarar, é aberta. Seria porque o *Diário do Rio Grande*, classificado nos registros históricos como um jornal "sério", o que já atesta seu alto grau de credibilidade, e prevalecido disso, soubesse que seu discurso era recebido como "verdade" incontestável, acima de qualquer suspeita? Ora, o

que torna possível o contrato fiduciário é uma relação centrada na confiança entre a produção e a recepção do texto noticioso. Essa posição de aderência do leitor é da ordem do passional.

Se o leitor do *Diário do Rio Grande* está permanentemente colocado em uma situação fiduciária, em função do estabelecimento do contrato de dizer a “verdade” proposto pelo jornal, que é “sério”, e direciona seu dizer para uma classe privilegiada, por que não doar ao enunciário também competência para criticar Eva Canel? Afinal, não é o enunciador quem deve ter a força persuasiva para preencher a casa do destinador-manipulador?

Como enunciador que diz aquilo que todos sabem ser “verdadeiro”, pois muitos estavam lá, foi “realmente” assim que aconteceu, por que não dizer que Eva não é “oradora de largos vãos imaginosos, que ascendem disciplinados a regiões divinas”²⁰³ mas, que, mesmo assim – prêmio consolação – “sua linguagem tem colorido, tem brilho e tem encanto”²⁰⁴ Por que não “informar” que “A Exma. Sra. D. Eva Canel não recitou o seu aplaudido discurso, leu-o, mas com admirável gosto e irrepreensível dicção”²⁰⁵

Os textos parecem insistir em deixar muito claro que Eva leu seus discursos. Veja-se, nos fragmentos abaixo transcritos: “principiou ella, entre applausos continuos, a fazer a leitura da these annunciada; e deu começo à leitura de sua eloquente dissertação; Terminada que foi a leitura da substanciosa peça oratoria.”²⁰⁶ Isso prova que, a despeito de tratar-se do que é dito por um jornal “sério”, o enunciador sabe que precisa fazer com que seu discurso torne-se convincente, a fim de que pareça “verdadeiro”. E aqui, mais uma vez, ratifica-se um grande mérito da teoria semiótica, a concepção de que no discurso podem-se inscrever a “verdade” e a falsidade, a mentira e o segredo.

Fica visível aí, o fazer cognitivo, interpretativo e epistêmico do enunciador que toma conhecimento do objeto, julga o ser do parecer para decidir sobre a “verdade” ou não do que se lhe propôs e formula seu julgamento (Krieger, 1996: 107-8). Com a emissão do julgamento, estabelece-se uma tensão: afinal, é mesmo positiva a sanção de Eva? No dizer do enunciador, ela foi ovacionada pelo povo, festejada pelos seus anfitriões, manifestações merecidas e legitimadas pela folha. E a folha é um veículo que não faz lisonja, “pois a ella somos avessos”²⁰⁷, já havia prevenido o enunciador.

As relações entre sujeitos não são tão simples quanto parecem. A Semiótica Greimasiana mostra bem essa tensão quando se ocupa da questão da “verdade” sob a forma de

²⁰³ Anexo B, p. 304.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Anexo B, p. 306.

²⁰⁶ Anexo B, p. 309.

²⁰⁷ Anexo B, p. 304.

veridicção, o que envolve confrontos e contratos intersubjetivos, vinculações naturalmente polêmicas.

Mas, prosseguindo, retomemos a frase que está constituindo o foco desta discussão: “Sem ser oradora de largos vôos imaginosos, que ascendem disciplinados a regiões divinas, a sua linguagem tem colorido, tem brilho e tem encanto.”²⁰⁸ Este segmento remete figurativamente às predisposições tensivas que já haviam sido apontadas na análise do nível narrativo, quando o ator jornal promove esta descontinuidade no percurso narrativo do ator Eva. Na manifestação do percurso de um sujeito bem sucedido, sobranceiramente, instaura-se uma força descontínua ligada à figura da escritora espanhola, que parecia "mitificada", nas páginas do *Diário do Rio Grande*.

Se o fazer crer e o fazer interpretativo podem ser explicados e compreendidos via modalidades veridictórias que estabelecem os vínculos entre o ser e o parecer, ao destinatário é permitido, diante do que está posto, recusar a “veracidade” do discurso eufórico, no momento em que toma ciência da concordância parcial do enunciador com o fazer bem sucedido de Eva, considerando-o mentiroso ou falso. Por que faço esta leitura? Porque a teoria preconiza que o sujeito interpretante coteja o objeto que aprecia com seus conhecimentos e convicções, para, enfim, crer ou não na “verdade”.

Ao dizer que Eva não é “oradora de largos vôos imaginosos”, o enunciador incorpora um *ethos* irônico, desqualifica a fala da mulher. A utilização desse expediente convida à reflexão de que, além dos valores subjetivos colocados na manifestação, está a voz do senso comum, considerados os valores compartilhados pelo grupo social ao qual o jornal pertence. A seleção lexical, a combinação dos elementos na frase, o atenuante – “a sua linguagem tem colorido, tem brilho e tem encanto” - acentuam a restrição.

No componente narrativo, como comentei, o julgamento do jornal foi parcialmente deceptivo, pois a performance do sujeito apresentou-se falha, não sendo reconhecida como a esperada pelo seu destinador. Com o aplauso, ficou visível o desencadeamento de uma ação pragmática, até plausível de ser a esperada por uma platéia de pessoas bem-nascidas e educadas. Mas e a ação cognitiva, pôde ou pode ser perscrutada?

Cabe assinalar outra vez que as narrativas se enriquecem, obtêm amplitude, adquirem sentido interligadas às relações históricas, portanto, convém lembrarmos que os valores em que se baseavam os padrões de qualidade do discurso oral eram predominantemente masculinos, isso porque os pilares da retórica se assentam em discursos

²⁰⁸ Idem.

masculinos, os próprios princípios da oratória são enraizados em discursos orais proferidos por homens. Não há uma grande oradora mulher entre os clássicos, gregos ou romanos, nem mesmo entre os medievais.

Vejam como aparece, no conjunto de textos em estudo, a referência ao discurso proferido por homens:

Após a conferencia foi offerecida uma taça de champagne à Exma. Sra. D. Eva fazendo uso da palavra os Srs. Dr. Agostinho da Silva Campos, Arthur Ulrich e Hugolino Andrade respondendo a proeminente oradora em jactos de eloquencia arrebatadora.²⁰⁹

Porta-voz do senso comum, deliberadamente ou não, o enunciador expressa, nada mais, nada menos que a sanção negativa pré-instalada pela sociedade: ler discurso está em contradição com a cultura. O jogo do olhar social sobre o desempenho de Eva faz com que se explicita no discurso a predominância do social sobre o individual. Eva, sujeito, não consegue convencer de um todo o destinador jornal sobre o seu saber fazer oratória.

Outro aspecto merece ser levado em conta. Sei que os procedimentos discursivos são produzidos pelo enunciador, que mesmo pela debreagem enunciativa, o sujeito da enunciação nunca se manifesta diretamente no enunciado; é o narrador quem conta os fatos, quem conduz a narrativa. Mas também não posso esquecer que os textos focalizam a mulher sob o ponto de vista de um olhar masculino. De acordo com Alves (1995: 84), o principal redator do *Diário do Rio Grande* foi o rio-grandino Antônio José Caetano da Silva. Não há registro de que a folha diária tenha tido, no tempo em que circulou, uma redatora.

Na contaminação de vozes, na cultura pode estar o preconceito. Ler e não recitar é um *modus apresentandi* que restringe o discurso eufórico anteriormente feito à oradora. Trata-se de um ponto de vista que manifesta pela voz do enunciador a voz de toda uma sociedade conservadora, que não permite igualar-se a mulher ao homem. Afinal, Eva desafia a hegemonia masculina sobre o discurso oral, cria expectativa. Ler e não recitar, segundo a ótica do narrador, é marca de inferioridade em relação a quem declama sem o apoio de um texto escrito. Assim, a crítica pode ser lida como constatação de insegurança ou despreparo.

Já observei que um texto faz referência a uma situação em que Eva fala de improviso: “Varios ramalhetes de flores artificiaes, foram-lhe offertados em scena aberta, respondendo por esta occasião n’um elegante improviso a insigne escriptora, que brindou à mulher brasileira.”²¹⁰ Porém, o texto mostra que se trata de uma fala de improviso feita logo

²⁰⁹ Anexo B, p. 311.

²¹⁰ Anexo B, p. 305.

após uma conferência, com o fito de agradecer uma oferta de flores, o que pressupõe manifestação breve, apenas uma demonstração de polidez.

Não há mostras que indique ter Eva tomado conhecimento quanto às ressalvas do jornal. Mesmo assim, a sanção deceptiva ficou registrada. Se o contrato fiduciário consiste num acordo não formalmente expresso entre enunciador e enunciatário, com base na concepção de que no discurso pode estar contida a “verdade” e a falsidade, a mentira e o segredo, posso dizer que, na história de Eva, o enunciador conseguiu pintar, com tintas nítidas, deixando fortemente estabelecida a tensão ser vs. parecer.

5.1.2.4 Algumas constatações

A análise dos textos da segunda coletânea reiterou constatações feitas ao final da análise dos textos da primeira. Mais uma vez foi possível observar o tema da mulher mostrado através de uma voz ventríloqua.

Em vinte e cinco textos jornalísticos, a voz de Eva Canel é mínina, tão poucas são as vezes que a imprensa lhe cede espaço. Seu ponto de vista é preponderantemente mostrado pela voz do jornal, quase tudo é ponto de vista do jornal e não de Eva. Desse modo, novamente a representação da mulher registra-se via discurso indireto.

Conduzida pela mão do enunciador, pelos recortes que fez, pude constatar nos pronunciamentos de Eva Canel, especificamente, quando, sendo mulher, tratou da mulher, um modelo tradicional de feminilidade, conforme o produzido pela própria sociedade em que ela esteve inserida, em maio e junho de 1900.

A fala de Eva, tal qual mostrada pelo enunciador, é o objeto modal, através do qual circulam valores cognitivos. Como quem apostasse na idéia de que, inconscientemente, o raciocínio dedutivo comanda processos mentais, condiciona comportamentos, pelo que se pode perceber, Eva fez o que é muito próprio da oratória: trabalhou, veladamente, com entimemas, silogismos incompletos que encobrem os verdadeiros objetivos do discurso. Assim, guiou seu dizer de modo a propiciar ao seu destinatário que elaborasse juízos do tipo: as mulheres que se dedicam ao lar são dignas, virtuosas, merecem respeito; os povos que se unem em torno de uma causa têm mais chance de obterem êxito; as pessoas que praticam a caridade demonstram nobreza de alma.

Seu público destinatário, uma sociedade conservadora, tinha uma expectativa de discurso e ela produziu um discurso que atendeu às expectativas desse público. Traçando um perfil de mulher construído e sedimentado pela ideologia e pela cultura patriarcal, Eva Canel, segundo o que está posto no jornal, pretendeu mostrar que a mulher de que a sociedade precisava era aquela preocupada apenas com a família e o casamento, dependente e submissa, uma mãe santificada.

Não fugiu de conceitos enraizados na sociedade. Ratificou o pensamento conservador católico que desde sempre fustigou, incessantemente, a mudança do modelo feminino. Ao repetir o discurso machista, secundarizando o papel da mulher, Eva colocou-se, nos teatros, nos salões, nas bibliotecas por onde andou, conforme já foi dito, como um enunciador de voz ventríloqua, aquele que diz o que diz com a voz de outro.

Mas será que todo o sujeito feminino que assistiu às conferências, que teve acesso aos textos do jornal envolveu-se, cumplicemente, com seu discurso conservador, sem questionar a temática política de sua conferência *Fraternização da raça ibero-latina na América*, sem questionar o comportamento aventureiro de uma mulher que, sendo mãe, cruzava mares e respirava liberdade e independência? Uma educação feminina que não causasse interferência no desempenho do papel de mãe e de esposa: seria esse o valor maior que trazia consigo na bagagem? Afinal, a temática da conferência estava no jornal, bem como o que o enunciador elegeu para informar a respeito do seu conteúdo. O *Diário do Rio Grande* também deu conhecimento de sua maternidade, de seu papel de reprodutora.

A imagem, porém, que o jornal deixa ver manteve os elementos estereotipados de uma figura feminina construída a partir de um ideal, com base nos valores eternizados pela cultura.

5.2 Textos orais

Memória

*Amar o perdido
deixa confundido
este coração.*

*Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.*

*Mas as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.*

Carlos Drummond de Andrade

5.2.1 Coletânea 3: *Entre os fios da memória*

“Pois os homens não são somente eles; são também a região onde nasceram, a fazenda ou a casa da cidade onde aprenderam a andar, os brinquedos com que brincaram quando crianças, as lendas que ouviram dos mais velhos, a comida de que se alimentaram, as escolas que freqüentaram, os esportes em que se exercitaram, os poetas que leram e o Deus em quem acreditaram. Todas essas coisas fizeram deles o que são, e essas coisas ninguém pode conhecê-las somente por ouvir dizer, e sim se as tiver sentido”.

O fio da navalha, William Somerset Maugham

Agora, meu objeto de análise são os textos que constituem depoimentos de vida de quatro mulheres, às quais, como já foi dito, chamo de memorialistas, daqui por diante identificadas como M1, M2, M3, M4. Os textos-depoimento, transcritos na íntegra e apresentados no item "Anexos", onde constam todos os textos que integram o *corpus* deste trabalho, provêm de gravações em fitas-cassete.

Separadamente e em diferentes momentos, as memorialistas contam suas vidas. Em seus relatos, falam livremente sobre a infância, a mocidade, a vida adulta e a velhice, tratando, entre outros aspectos, das vivências de menina, afazeres, vida escolar, períodos de namoro e casamento, maternidade, trabalho, formação religiosa, consciência da velhice.

Fazem descrições que guardam semelhanças entre si, mas que também revelam particularidades específicas às condições socioculturais de que faziam parte, no passado. A partir dessa constatação, na análise do material memorialístico, começo por apresentar todo o conjunto dos relatos. sob forma de análise nos níveis fundamental, narrativo e discursivo. Atenho-me, depois, ao exame de alguns destaques dos relatos de cada uma das depoentes.

Na condição de sujeito leitor que descreve, analisa e interpreta, etapas que se intersemiotizam ao longo de toda a leitura, observo que as memorialistas são personagens complexas que abrangem todas as passagens do texto, desempenhando diversos papéis actanciais. Compartilham, quase sempre, as mesmas crenças e os mesmos valores, integradas que estão num mesmo universo axiológico. Assim entendo, porque, como as narrativas não envolvem as mesmas personagens, os acontecimentos podem ser compreendidos em nível de concomitância. Tratam-se de mulheres que viveram um momento histórico comum, que articulam sua história pessoal com a história oficial.

O trânsito das memorialistas pela infância, pela juventude, pela idade adulta, propicia a percepção da vida privada, naqueles dias, na cidade do Rio Grande. Por meio dos relatos, revelam-se estruturas e códigos sociais da Rio Grande daqueles tempos, forma de aliança ou conflito entre o tradicional e o novo, dependendo do olhar do observador. Em seus percursos – cheios de ingredientes novelescos: amores, partidas, conflitos familiares – as memorialistas vivem uma guerra mundial. Isso é constatável em “*Aí, contratemos casamento... e nisso arreventou a guerra e ele teve que ir-se embora... militar todo ia embora, tinham que ir pro Rio, tinha que ir pros quartel, guardar as fronteira...*” (M2, Anexo C, p. 319) e em *Meu marido trabalhava na Swift²¹¹ que, na época, ia fechar por causa da guerra.* (M2, Anexo C, p. 319) M1, nascida em 1914, a rigor, vive duas guerras.

Os relatos permitem ver que as lembranças revelam-se, no trânsito da memória, de forma dispersa e desorganizada. Neste *fazer* de um agora sobre um ontem, percebi o esforço de cada uma em tentar reconstituir suas vivências, querendo descrevê-las com o máximo de fidelidade, o que, obviamente, não pôde e nem pode ser alcançado. A memória individual,

²¹¹ Swift era um frigorífico norte-americano instalado em Rio Grande, em 1917, um marco na exportação de carnes enlatadas e refrigeradas para o exterior e para o centro do país. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/> Acessado em: 02 de setembro de 2005.

determinada, entre outros fatores, por um novo lugar social, o de uma mulher idosa, redimensiona o passado.

Há momentos em que a narrativa entrecorta-se por observações, na sua aparência, desconexas, mas que se entrosam num plano mais abstrato. Saltos e cortes revelam um impulso psicológico que move o desejo de contar, de querer narrar tudo, de passar, rapidamente, de um evento para outro, como a não permitir que a vida escape. Manifesta-se o desejo de todo o ser humano: viver eternamente. Através de uma reconstrução borrosa de experiências de vida, reinventa-se a existência, em lembranças que são, puramente, construções lingüísticas. Derrubam-se os parâmetros cronológicos e geográficos, para que permaneça a história.

Ainda que não seja este o foco deste trabalho, cabe explicar que a fragmentação não compromete a coerência da narrativa. Todas as escolhas têm um impacto sobre o que está sendo enfatizado pelas depoentes. Cada relato desafiou-me a refletir sobre a função cultural da narrativização. Aparentemente isolados, os acontecimentos têm nexos entre si: um desdobra-se no outro. M4 foi a memorialista que teve maior preocupação com a narrativa cronologicamente organizada e, mesmo assim, cometeu lapsos, embaraçou-se:

Eu terminei o ginásio e me casei. Aí, quando eu resolvi voltar a estudar, eu... voltei ao colégio. É... Mas não havia o segundo grau, a não ser num colégio público. E eu voltei. Não. Eu estou confusa. Eu fiz no Joana D'Arc, que não era público, era privado... Depois que eu terminei, que me casei, que tive filhos, foi que eu... um ano, eu fiz o colégio, num colégio público... fiz um ano de colégio público. Depois abriu, no colégio religioso, e eu voltei, tá? (M4, Anexo C, p. 343.)

5.2.1.1 Nível Fundamental

Mas, passo, então, às análises. Em toda narrativa, os PNs encadeiam-se segundo uma ordem sintagmática que constitui um PN narrativo do sujeito. Nos relatos em estudo, um PN geral comporta vários PNs de uso que podem ser agrupados em três instâncias: na primeira instância, os relatos que implicam as figuras sêmicas da infância; na segunda instância, os que têm na estruturação as figuras sêmicas da juventude e, finalmente, na terceira instância, os relatos com as figuras sêmicas pertinentes à maturidade. Vistos à superfície, os relatos pareceram-me apontar para um quadrado semiótico onde se opunham a memória e o esquecimento porém, a análise em nível discursivo mostrou-me desenharem-se figuras que

conduzem a outro quadrado semiótico, onde o que pesa é uma estrutura básica na qual a questão passa a ser a *felicidade* e a *infelicidade*.

Dirigindo, então, o olhar para um PN global, comum a todos os depoimentos, verifico que a oposição fundamental, na leitura mais abstrata, pode ser constituída pelas duas categorias dos contrários *felicidade* vs. *infelicidade*, sendo aquela o termo eufórico e esta, o disfórico, o que permite inferir um quadrado semiótico em que aos termos contrários, *felicidade* vs. *infelicidade*, contrapõem-se aos termos subcontrários, seus contraditórios *não-felicidade* vs. *não-infelicidade*.

A sintaxe de nível fundamental descreve o funcionamento desse quadrado em duas operações ou movimentos antitéticos:

- a. Afirma a *felicidade*, nega a *felicidade*, afirma a *infelicidade*: com relação a momentos de percalços.
- b. Afirma a *infelicidade*, nega a *infelicidade*, afirma a *felicidade*: com relação ao saldo de toda uma vida.

5.2.1.2 Nível Narrativo

Não pretendo explorar, aqui, todas as formulações possíveis de cada relato, no nível narrativo, o que seria uma tarefa por demais ampla para as limitações às quais me obrigo. A riqueza dos relatos mereceria uma análise minuciosa de todos os aspectos, contudo, irei destacar alguns elementos atinentes às estruturas narrativas que permitam assistir ao espetáculo – simulação do fazer do homem que transforma o mundo – posto em cena pelo sujeito, que é, ao mesmo tempo, o enunciador-narrador.

Qualquer narrativa é uma estrutura algorítmica de transformação. Assim como o algoritmo ordena os seus diversos componentes, a partir do fim visado, assim, de forma genérica, cada memorialista, inserida na narrativa como sujeito, busca a realização. Abro um parêntese para dizer que, considerando o caráter antropocultural, o modelo narrativo leva em conta que o fazer do indivíduo, mesmo se ligado a intenções supostamente pessoais, quase sempre, dá resposta a pressões sociais do âmbito de uma ordem que, freqüentemente, excede os limites da esfera de ação e de expectativas do sujeito.

Pelo viés desse raciocínio, é possível entender que cada memorialista busca a realização, porque existem objetivos pessoais e/ou sociais - cumprir a rota para a qual a mulher está predestinada – e isso é possível por ter chegado o tempo de a mulher dar um rumo

certo à sua vida e o dar rumo certo à vida é possível por ter esse sujeito sido preparado para essa finalidade e tal preparação houve por ser requisito indispensável a esse mesmo sujeito que tem vontade e/ou necessidade e/ou potencialidade para chegar ao rumo estabelecido.

Os relatos das memorialistas, entendidos como suportes de um ato de comunicação, correspondem a um fazer, uma atividade que se polariza entre duas esferas: uma que produz o sentido, dizendo-o; outra que (re)produz o sentido, lendo-o. Considerando que a análise discursiva opera sobre os mesmos elementos da análise narrativa e percorrendo, pela análise, um caminho de mão dupla, observo a gramática que comanda a produção do sentido da narrativa e os mecanismos que asseguram a sua efetivação como ato de linguagem decorrente de uma intenção comunicativa.

Na construção progressiva de significação, o quadro narrativo comanda certas relações e a organização das unidades de conteúdo comanda outras. Assim, o papel actancial de sujeito da narrativa é, no texto, lugar de operações enunciativas e discursivas, "vestido" pelo ator memorialista. Na complexidade de cada uma das narrativas-relato, em que uma série de enunciados de fazer e de ser organizam-se, em hierarquia, as memorialistas fazem do seu fazer narrativo um PN de uso cuja performance é persuadir seu destinatador - no caso, eu, a pesquisadora - a considerá-las mulheres realizadas e felizes.

Em razão de a análise trabalhar sobre uma leitura integral do corpus, permito-me antecipar essa constatação, propósito pessoal e espontâneo de cada uma das memorialistas, que o relato revela, excluindo-se, note-se bem, qualquer possibilidade de contato prévio entre elas. Nesse sentido, levando em conta a protagonista, heroína da história contada, e a narradora solicitada a contar sua vida - pois o actante S1 é também o enunciador, que é ator, personagem - o PN global de sustentação desse espetáculo, do qual identifico as actâncias, relacionando dois níveis de análise, pode configurar-se da seguinte maneira:

QUADRO 6

	Nível Narrativo	Nível Discursivo
Sujeito	S1, as memorialistas, um sujeito semiótico em virtude do desejo que as relaciona com um objeto	O enunciador-narrador, as memorialistas, cada "eu" das narrativas autobiográficas, simultaneamente, ator protagonista, não só presente em permanência, mas a referência central da narrativa.
Objeto	prestar, oralmente, um depoimento, para fins acadêmicos, no qual relate a vida (PN de uso), mostrando-se como mulheres realizadas e felizes (PN de base) a outro sujeito (S2).	mostrar-se, através de um depoimento de relato de vida para fins acadêmicos, como mulher realizada e feliz
Destinador	S2, a pesquisadora e tantos quanto se desvelam nos PNs dos episódios em que cada memorialista se coloca como sujeito destinatário	a pesquisadora, simultaneamente, o enunciatário
Destinatário	S1, cada uma das memorialistas	o enunciador
Ajudante	A memória, tantos quanto se desvelam nos PNs dos quais cada memorialista se coloca como sujeito destinatário	a memória, a habilidade para criar estratégias que criem efeitos de verdade ou realidade, a fim de convencer o enunciatário
Oponente	O esquecimento, o tempo determinado para a duração do relato e tantos quanto se desvelam nos PNs dos quais cada memorialista se coloca como sujeito destinatário.	o esquecimento, o tempo determinado para o registro da fala.

No PN global, S1 são elas, as memorialistas, um sujeito semiótico, em virtude do desejo que as relaciona com um objeto: prestando um depoimento de relato de vida para fins acadêmicos (PN de uso), mostram-se como mulheres realizadas e felizes (PN de base) a outro sujeito – S2 – representado por mim que, na condição de pesquisadora, assumo a actância de destinador. A transformação se efetua através delas mesmas que operam para resultarem conjuntas com seu(s) objeto(s) desejado(s), pelo seu fazer que é, sem dúvida, um fazer reflexivo. As fases do PN representativo desta transformação ocorrem, seqüencialmente, da seguinte maneira:

QUADRO 7

MANIPULAÇÃO	A pesquisadora estabelece contrato com suas memorialistas: faz <i>saber</i> e <i>querer</i> ao sujeito (elas) qual deve ser o objeto da sua ação: relatarem suas vidas - infância, juventude, idade adulta - pois, por tratarem-se de mulheres rio-grandinas, fazem parte da história da cidade onde nasceram, desde o início do século XX, o que interessa, diretamente, ao trabalho acadêmico que realiza, uma tese de doutorado. Pede permissão para analisar seus relatos no trabalho mencionado, preservando suas identidades.
COMPETÊNCIA	Modalizadas pelo <i>querer fazer</i> e pelo <i>saber fazer</i> , ajudadas pela boa memória e lucidez, as memorialistas tornam-se competentes para a performance.
PERFORMANCE	As memorialistas depõem, inseridas, na narrativa, como sujeito que realiza papéis actanciais.
SANÇÃO	A pesquisadora reconhece o fazer das memorialistas como importante contribuição para seu trabalho acadêmico, por serem mulheres rio-grandinas que fazem parte da história da cidade do Rio Grande, desde as primeiras décadas do século XX, quando nasceram. Interpretando os depoimentos como "verdadeiros", reconhece tratarem-se de mulheres de personalidade marcante, porque lutadoras, vitoriosas, felizes, realizadas.

Um PN vai cedendo espaço para um PN seguinte e uma série de PNs vão-se encaixando. Na forma global, como é possível pensar os relatos, o estado inicial em que o sujeito do fazer ainda não entrou em conjunção com o objeto de valor ($S \cup O$) altera-se para o estado de conjunção com o objeto desejado ($S \cap O$): todas as memorialistas contam suas vidas desde o nascimento, seguindo trajetórias arbitrariamente escolhidas, rumo ao fim aberto, até completar-se, no máximo uma hora de depoimento.

Assim, é viável entender os relatos como construções sobre três PNs: o PN1 – a infância das memorialistas – que representaria uma fase de competência de um sujeito manipulado pelas próprias condições de vida, em relação ao PN2 - a juventude das memorialistas – um PN de performance, se relacionado ao seguinte. Sobre ambos estaria estruturado o PN3 – o da idade adulta ou maturidade – o qual, por sua vez, configuraria a sanção. Nesses macroprogramas, PN1, PN2 e PN3, vistos, genericamente, em todos os

depoimentos, inserem-se uma série de microprogramas individuais, específicos do percurso narrativo de cada sujeito.

Os relatos desvelam a presença de um querer obter a sanção positiva no quadro de competência dos actantes. Sob o ponto de vista discursivo, o PN do enunciador ou do narrador, programa operador da memorialista, converte-se, paralelamente, em um programa persuasivo de participação comunicativa com o ouvinte, leitor ou enunciatário, ao querer dar a saber a este último a sua realização pessoal, afetiva e/ou profissional. O querer-fazer do enunciador vai-se configurando sobre o percurso figurativo do desejo – expressar a felicidade – e da busca – encontrar formas de dizer. O sujeito quer, deve e sabe comunicar-se com palavras, tem como ajudante a boa memória, pode comunicar ao receptor de seu dizer tudo o que quiser. Afinal, a memória seleciona, permite, elege, porém apaga, também, certas informações. Há espaços, talvez melancólicos, de vivências e fantasias que se encontram no limiar tênue da diferenciação entre lembrança e esquecimento.

As narrativas caracterizam-se por ações centradas nos comportamentos, nos costumes familiares, nas imposições sociais. Constituem, na sua soma, um texto que dialoga com a história da cidade do Rio Grande, impregnado do ideário social. Mais do que constituir ações responsáveis pelo avanço dos acontecimentos dentro do relato, são expansões figurativas que contribuem para desvelar temas.

Todas as memorialistas, ao tratarem da infância, relatam a vida cotidiana de suas famílias, porém, nem todas demonstram um estado inicial de equilíbrio, nesta fase da vida, ou seja, um estado inicial de conjunção, no qual sejam um sujeito de estado conjunto com o objeto união e harmonia familiar. É o caso de M1 – nascida em 1914, negra, pertencente à classe baixa (na infância e na juventude), alfabetizada – que, conforme seu relato, órfã de mãe, tem um pai afetivamente indiferente, mas dominador, e uma madrasta impiedosa. Tão logo perde a mãe, vitimada pela gripe espanhola que grassou na cidade do Rio Grande, em 1917, mora com a avó, depois fica sob a guarda de S..., a irmã mais velha, que é casada. Na juventude, mora com o pai que, velho, doente e abandonado pela madrasta, morre sob seus cuidados. Passa a morar com M..., outra irmã mais velha, também casada. Ainda jovem, torna-se freira, condição na qual vive, hoje, aos 93 anos.

Trata-se de um sujeito cujo percurso caracteriza-se, em grande parte, pela disforia, ou seja, pela descontinuidade, uma foria evidenciada no universo tensivo. Sua tragédia pessoal decorre de processos de privação que causam no sujeito revolta e sentimento de falta. Muito cedo, esse sujeito perde o objeto que, pressupostamente, daria estabilidade à sua vida: a mãe. Essa perda instaura uma carência básica no plano do sujeito e a subsequente presença da

madrasta vem completar o quadro disjuntivo. Passa a viver sob a tutela de sujeitos que lhe aplicam ou prometem-lhe aplicar castigos físicos:

E aí... eu não obedecia muito a S..., porque a S... prometia muito laço em mim, não é? (Anexo C, p. 312)

A minha madrasta me ensinou a cuidar da roupa... Prometia me dar. Eu judiava com ela e ela me judiava, não é? Uma vez ela me deu... em mim com uma trouxa... com a roupa molhada em cima de mim. Era tina... não tinha tanque. Eu agarrei...dei um pontapé nela e rebentou a veia. Ah, foi correndo pro hospital. Aí, eu me escondi embaixo da cama pro papai não me dar... ? (Anexo C, p. 313)

E o papai disse: "Quem pode dar na H... sou eu, tu não pode dar na H... (Idem)

A vovó que me deu... me deu uma surra. (Idem)

Acuado por uma série de privações e impotente para reverter seu desamparo passional, esse sujeito, sob a guarda da irmã mais velha, gazeava aulas, o que, pressupostamente, pode justificar seu nível precário de letramento, fruto da própria desmotivação. No PN em foco, S2, o destinador manipulador (a irmã S...) intimida S1, (M1), para que não gazeie as aulas, pois, se reincidisse, seria penalizado, ou seja, sofreria sanção pragmática com o retorno à guarda do pai. Voltar para a guarda do pai significava, também, estar submetido à atuação antagonista da madrasta, responsável por muitas das tensões mobilizadas no relato.

Da mesma forma, M2 – nascida em 1920, negra, pertencente à classe baixa (na infância e na juventude), de instrução primária incompleta – revela-se, em seu relato, um *sujeito disjunto* da união e da harmonia familiar:

Mas a minha irmã mais velha não gostava das coisas do meu pai. Ele tomava aqueles vinhos e ele gostava de fazer umas das dele, lá. E eu é que aceitava isso tudo, porque eu era a única filha que ele respeitava... era eu, sim, nessa hora, né. (...)

...ela que foi-se embora da casa, morar com essa família, porque não agüentava aquelas briguinhas do meu pai... assim, aquelas discussão de marido com mulher... ela não gostava dos vinhos dele... e eu agüentava aquilo tudo, tinha paciência, né, com aquela coisa, assim... e eu sempre tava pra acalantar um e outro, assim, quando tavam meio brigando... (Anexo C, p. 318)

Filha de um marinheiro e de uma empregada doméstica, ressentida das ausências do pai, queixa-se de sua presença desagradável de homem que, mesmo dado ao vício do álcool, é rígido, moralista e conservador:

a minha mãe era casada com um marinheiro que viajava muito. Meu pai era um... ausente-presente, custava muito a voltar... e a minha mãe criou sete filhos. (...) eu era uma menina com 9 anos e já sabia tratar da casa, de fazer almoço, de lavar roupa, e cuidar os... os meus irmãos que a minha mãe trabalhava...

(...)ela ia pro emprego e eu que tomava conta da casa. Então... tudo comigo, né: era para alugar casa, era para desalugar casa, ela pra levar a mãe pro hospital pra ganhar nenê, pra chamar parteira e eu é que fazia as roupinha à mão... (Anexo C, p. 316)

(...) eu não tive, em casa, uma vida de menina, alegre, assim... Não tive! De o meu pai me trazer um presente, um relógio... prova está que eu não tenho nada guardado que é lembrança dele, porque tudo é lembrança do meu trabalho. (Anexos, p.318)

E a vida era assim, né! Tudo o que se fazia... a gente não podia ir numa festinha, não se podia ir uma amiga na casa, porque ele dizia que a gente tinha que trabalhar. Ah, o papai... o nome dele era trabalho. Ele tinha as bebida dele, mas malandro o papai nunca foi. Isso não!... (Anexos, p.. 317)

M2, porém, ao mesmo tempo, nutre pelo pai um sentimento dúbio, entre a repulsa e a admiração. Admite seu vício, frisando, entretanto, que é trabalhador. Esse aspecto dual pode ser entendido, também, no PN do pai, em que aquela filha, cumpre uma actância de adjuvante: supre a ausência paterna, visto o apoio que presta à mãe, e atua como apaziaguadora, quando acalenta o casal, em razão de brigas motivadas pela embriaguez do marinheiro. Merece desse pai, portanto, respeito.

Já com M3, a situação parece ser diferente. M3 – nascida em 1922, branca, pertencente à classe média (na infância e na juventude), instrução ginásial completa – mora com os pais, que são comerciantes, duas irmãs, três tias e um tio maternos. Fala pouco a respeito da infância. Contudo, mostra-se um sujeito conectado com a paz: “Olha a minha infância foi boa, foi saudável!” (Anexo C, p. 329) Ao fazer referência aos pais, diz que “eles se davam muito bem. Não... não... Nunca houve briga entre eles, não! Houve por causa dos filhos! As brigas eram mais por causa dos filhos! Por causa das (...) cunhadas... que lá em casa era muita gente (...)” (Anexo C, p.333/334) Quando alude a brigas, dá a impressão de se tratarem de ocorrências triviais, pouco significativas. Fala de um pai que sequer proibia namoros inconseqüentes de adolescência, enquanto a tia solteira o fazia:

Nós éramos em três irmãs. (...) andávamos juntas (...) Aí nós arrumamos namorado! (...) E a minha tia era contra!... Porque ela dizia que ela tinha que casar primeiro, que ela era a mais velha! (...) eles queriam conversar com nós. Queriam pegar a nossa mão!... E ela ficava que era uma fera! Quer dizer que a proibição não saiu do meu pai e da minha mãe: saiu da minha tia! (...) quando ela... ela casou-se, com 50 anos, o meu filho já tinha e... quase 15 anos! Se eu tivesse esperado, eu taria solteira, até hoje!!! (M3, Anexo C, p. 330)

Em nenhum momento, M3 revela um pai o tempo todo déspota, austero, inflexível. Dá mostra da autoridade do pai, quando narra sua reação, ao vê-la com um anel de noivado no dedo, sem que houvesse um compromisso anunciado ou, antes, um namoro consentido: “Meu pai, quando viu eu com aquele anel, na hora do almoço, ele ficou possesso, ficou possesso!... Mandou eu tirar o anel.” E segue, dando a saber de sua ousadia, ao enfrentá-lo: “Não, pai! Eu não vou tirar, porque eu ganhei do meu namorado, não vou tirar!” E o pai prossegue: “Mas, não! Sem o meu consentimento, não devias ter posto esse anel!” Conta o desfecho, dizendo: “Aí, depois ele veio conversar com o meu pai. Meu pai consentiu. Aí, ele começou a freqüentar a casa.” (Anexo C, p. 331)

Com M4 – 81 anos, branca, pertencente à classe alta (na infância e na juventude), instrução superior – no nível do parecer, também diferentemente do que acontece com M1 e M2, a conjugação com a harmonia familiar é plena. Lembra M4 que “toda a família se reunia e faziam festas, não só no Natal, também, na Páscoa (...) e que nós brincávamos muito, em conjunto.” (Anexo C, p. 336/337) Assinala, repetitivamente, um sentimento de proteção, uma proteção, porém, mesclada de temor paterno, resultado de forte manipulação por intimidação: “Então é uma... um tipo de relação familiar em que dá muita segurança pra, porque a gente sabe que tem pai, que é severo, é severo... tanto que,... à mesa, a gente esperava que ele falasse. Se ele não falasse, a gente não falava.” (Anexo C, p. 337)

E segue:

Então havia muito respeito, mas também muita segurança, porque a gente tinha certeza absoluta que os dois resolveriam os problemas da gente. Aí, então, foi uma época, a minha infância, muito feliz, tá... Não quer dizer que os outros não tenham sido também. Mas esta foi, particularmente, feliz. (Idem)

Meu foco de atenção centra-se na imagem de criança, revelada pelas estratégias de persuasão, que o enunciador, também nos seus papéis actanciais, projeta sobre a narrativa, refletindo-se. É possível observar que os valores da infância – tão cedo entorpecidos para M1 e M2 – são, por opção ou esquecimento, indiferentes, para M3, que prefere mostrar-se mais em busca dos valores da adolescência e da fase adulta, mas extremamente importantes para M4.

Interessante observar que M2 deixa-se ver, em seu relato, como um sujeito em estado passional conflitante: vive sua infância e adolescência em dois topos: o primeiro é sua própria casa, onde conta com poucos recursos para a sobrevivência e tem um pai autoritário e controlador; o segundo é a casa de família rica e tradicional em que sua mãe é cozinheira, onde, vivendo a ilusão de ser um sujeito com condições financeiras muito favoráveis, tem outros códigos de valores e de costumes, desde o modo de vestir. É um sujeito cuja tensão transforma-se, de modo alternado, em relaxamento, quando, deslocando-se espacialmente, evade-se de sua realidade de menina pobre.

Porém, ainda que, em se tratando do *topos* casa paterna, as lembranças de infância de M2 tenham um tom predominantemente disjuntivo, ressaltem-se algumas passagens, como, por exemplo, a dramaticidade tragicômica com que relata a passagem do dirigível Graf Zeppelin por Rio Grande, o que ocorreu em 29 de junho de 1934, dia de São Pedro, padroeiro da cidade, quando a aeronave, em suas viagens pelo Atlântico Sul, voava a caminho de Buenos Aires. Referindo a reação da vizinhança, intermediária entre o assustador

e o surpreendente, entre o medo e o encantamento, diante da "invasão" do Zeppelin, M2 deixa sobressair, no trecho do depoimento, a extensão do imaginário popular, no ambiente simples do subúrbio:

Eu morava na cidade nova, na rua Padre Feijó. Aí, tava um dia, assim, muito lindo, tava tudo, assim, brincando... aquelas crianças de 10 anos, 9 anos... assim, na frente da casa... um sol muito forte e a gente vivia, assim, brincando e olhamo aquela coisa brilhosa, aquela... que vinha... parecia... uma enorme duma lua... Todo mundo gritava! Todo mundo! As crianças... uns jogavam areia pra cima, outros jogavam areia pra baixo... Eram meninos e meninas, né... Eram assim meio molecas, as gurias brincando com os guris... Se usava... as gurias e os guris brincavam junto. E aí... se soltaram tudo da roda...e ficaram brincando... e olhavam! E aquela algazarra! E as mães vieram correndo. Veio tudo pra rua! A rua ficou cheia! E subiam em cima de cadeira e subiam em cima de escada. E aquilo vinha... que brilhava... brilhava! Engraçado é que não fazia barulho! Quando chegou bem perto... aquilo parecia um monstro... parecia que ia rebentar, que ia cair no chão, sabe? E todo mundo achava que era o mundo que tava se acabando!!! "Olha o mundo se acabando!" A gente gritava. porque se usava muito dizer que o mundo ia acabar. Eu fiquei muito impressionada, de noite, não dormi nada! Porque a gente tava sempre com sentido... que aquilo vinha e ia estourar! Então foi um... uma coisa, assim, que parecia um desastre que teve, né, na... na cidade! A gente não sabia o que era aquilo, pensava até que era coisa de outro mundo! Ninguém sabia! Antigamente, pra se saber as coisas, assim... não se sabia! Eu fui saber bem depois, que saía nos jornais o que que aconteceu... que era o tal do Zeppelin! Da onde que veio? Ninguém sabia da onde que vinha aquilo! Não se sabia! Não preparavam ninguém: "Olha vai aparecer um avião!" Não, não era como hoje que a gente, antes, já sabe tudo. Não tinha notícias! Telefone só quem tinha era rico... e olhe lá! Por telefone não se sabia nada! Me lembro que se dizia assim: "Vou passar um cabograma!". Rádio não tinha. Tinha gramofone. Depois é que veio umas vitrola. Pouco se saía. Quando a gente saía com a mãe, ah... a gente se admirava de tudo! Então quando se via uma coisa anormal, meu Deus, era coisa do outro mundo! Um pobre... todo escabelado... de bengala... pedindo esmola..., um aleijado, a gente ficava olhando. As mães diziam: "Não olhem! Não fiquem olhando!" "Mãe, olha ali o pé dele! Mãe, olha ali!" "Mas que guria!" Ah, era tudo um espanto pra gente, né! Pouco se saía pra rua, também, né! Assim... vinha o leiteiro com aqueles tarros dentro de umas carroça e gritava: "*Olha o leite da vaca Barrosa... focinho branco e as pata cor-de-rosa.*" Toda a criançada saía pra rua e ficava arrodando aquela carrocinha que vinha com um tambor de leite! E já as mães vinham correndo com aquelas jarras e... tiravam. Era dentro duns tambor grande... pra fora da carroça, tinha um cano, assim, tinha uma torneira. Aí botavam os vidro ali... Toda a vizinhança comprava! Pois é, e o Zeppelin... eu nem sabia de onde que era aquilo, ...não sabia, ninguém sabia! Depois de muito tempo é que eu fui saber que era de alemão, que passou por aqui, porque tava indo aí... pros castelhano... pra... pra Argentina. (Anexo C, p. 327/328)

E a narrativa do episódio convoca outros traços da memória individual e/ou coletiva. M2 faz alusão a tipos humanos que povoavam a cidade: os mendigos e os deficientes físicos, a forma peculiar de as crianças se relacionarem com as diferenças existentes no mundo, associando essas particularidades aos valores do insólito, do inusitado, comportamento típico da meninice de um tempo pouco mediado pelas imagens. Como que a fazer interrupção em um *continuum* disfórico de seu tempo de criança, a depoente presentifica

a passagem do leiteiro, que transformava em poesia um momento pulsante do cotidiano na rua de sua infância. Assim, ativando lembranças, M2 cria a possibilidade de resgatar um espaço-tempo pelo reverso das circunstâncias passionais do “então”. Movida pelo desejo de reversão, parece querer buscar uma certa intemporalidade, penetrando num tempo mítico, como quem adentra um espaço de prazer, devaneio e nostalgia.

Nestes trechos dos relatos, que envolvem PNs da infância, são flagrados também hábitos e práticas domésticas. Fixam-se, com nitidez, certas tradições. Veja-se, por exemplo, como M4 - filha de família de origem abastada – refere um ritual familiar: “Nós costumávamos jantar, não se fazia lanche. Era janta mesmo! E com comida diferente do almoço, porque o meu pai não gostava de comida requentada, tá.” (Anexo C, p. 336)

Tal hábito confirma-se no relato de M2, cuja mãe, para lembrar, é cozinheira em casa de família rica. M2 fala do costume de a serviçal de cozinha preparar o almoço e o jantar, todos os dias, na casa dos patrões:

E a minha mãe era cozinheira dessa casa... foi 12 anos cozinheira. Fazia almoço, arrumava a cozinha, ia em casa e voltava de tardezinha, pra fazer janta. Ah, era assim. Não comiam a mesma comida do almoço! O que sobrava, não os restos dos pratos, mas as sobras das panelas, a minha mãe levava pra casa. Eles eram muito bons, muito fartos! (Anexo C, p. 316)

Importante ressaltar que, sendo contemporâneas e morando na mesma cidade, M2 e M4 sequer conheciam-se. Mas veja-se o que, ainda M4, a menina rica, acrescenta, ao trazer da infância, lembranças quanto a tarefas que mãe e filhas executavam no lar:

E a minha mãe era dona de casa. No princípio era dona de casa completa. Ela fazia tudo. Era almoço, lavava, não havia máquina, né... E aí, depois, quando meu pai já... começou a entrar na política, que teve mais bens, a minha mãe tinha empregada, também. Mas éramos nós, filhas, que arrumávamos, por exemplo, os uniformes do colégio. Eu me lembro de... o uniforme estava com muito brilho, saía pregueada... e a gente passava essência de café pra tirar o brilho. Nós arrumávamos as nossas camas, estendíamos e estudávamos. Ai de nós, se não passássemos de ano. (Anexo C, p. 339)

O trecho acima mostra um exemplo de que nem só mulheres da condição social de M1, M2 e mãe de M2 fizeram PNs nos espaços domésticos, empunhando vassouras; no fogão, em meio a panelas; no tanque, lavando fraldas. As lides domésticas também estão presentes no dia-a-dia da mulher de classe econômica mais privilegiada.

Até aqui estive tratando do PN1 dos sujeitos, ou seja, da infância das memorialistas, uma fase de competência, em que cada sujeito se vê manipulado para executar, na juventude, o PN2, um programa de performance, vista a sua relação com o programa seguinte. O PN2 de cada memorialista corresponde a uma série de buscas, sendo a

principal a do casamento e, através dele, ou não – como é o caso de M1 – a da realização pessoal pela felicidade.

E já ocupando-me do PN2, cumpre colocar que, neste programa, todas as depoentes revelam sua feminilidade, porém, aspectos relacionados, por exemplo, à primeira menstruação, estiveram ausentes dos depoimentos de M1, M2 e M4. Se ainda hoje, o modelo social mantém zonas de controle que originam repressões culturais e sexuais, não é de se admirar que essa *imago* feminina, ligada aos enigmas e tabus que cercam de mistérios a transformação da menina em mulher, pouco se tenha manifestado nos relatos memorialísticos.

M2 não trata da questão do mênstruo, contudo, talvez até por ter mais intimidade com a pesquisadora, faz referência à gravidez da moça solteira e ao adultério feminino, o que será abordado, quando aspectos mais diferenciados dos relatos de cada uma das memorialistas forem focalizados em separado. M3 é a única memorialista que refere a mudança feminina de estado, concretizada pelo assunto tabu do ciclo menstrual:

Ah...ah... vou te contar da menstruação! Naquela época, eu me lembro, é eu vinha caminhando pela praça Tamandaré, naquelas duas pontes que tem, e eu me senti toda molhada. Aí eu cheguei em casa e mostrei pra minha mãe e a minha mãe só dizia assim: "Vem cá, vem, cá!...". E me levou no... no banheiro, botou a bacia com água morna: "Agora te lava, bem lavadinha e toma isto aqui". Eram uns xiripá que a gente usava naquela época... assim de amarrar, assim... do lado... de amarrar do lado. E a mãe me deu o dela! E disse: Depois eu vou te fazer uns branquinhos que era... pra... pra ti. Aí, quando a minha irmã ficou, ela disse pra mim assim: Agora, pergunta pra tua irmã como é que eu te... que eu te ensinei. Porque a mãe não ensinou a minha irmã. Eu é que fui ensinar ela! Era a mais moça... e eu era a mais velha. (Anexo C, p. 329/330)

As narrativas de M1 e M2, em relação às narrativas de M3 e M4, colocam em pólos contrários os hábitos representativos da classe abastada e os da classe sem privilégios econômicos e sociais, que sobrevive com um orçamento apertado. M1 e M2 constroem um relato, em grande parte, centrado na isotopia do trabalho.

M1 e M2, na actância de sujeito de estado, deixam clara a disjunção com o objeto dinheiro. Em seus percursos, a falta produz a busca da competência, querer fazer, que adquire cada sujeito, em diferentes microprogramas narrativos do PN2, para converter-se em sujeito de saber fazer, porque deve fazer. A narrativa coloca essa falta, a do dinheiro, como desencadeadora do querer. Elas se sentem obrigadas a ganhar dinheiro, pois a necessidade de sobrevivência as manipula. M1 e M2, mostram-se, respectivamente, como sujeito modalizado por um saber e um poder, um sujeito que sabe fazer e pode fazer um trabalho.

O enunciado de estado é dado pela relação de junção entre o sujeito e os objetos, dos quais se ocupa a semântica narrativa. Para o sujeito, tanto M1 quanto M2, o objeto modal

é o emprego, necessário à obtenção do objeto de valor dinheiro, para as necessidades básicas e ajuda no sustento da família. Através do objeto modal, cada sujeito entra em conjunção com o objeto de valor.

Essas memorialistas contam episódios que marcam a vida simples da operária, pondo em evidência o cotidiano do assalariado.

M1 expõe:

Aí eu fui me empregar na Swift, na fábrica. Na fábrica eu fazia muita coisa, a gente fazia lote, recolhia as lata, umas fazia lote, outras fazia não sei o quê ... (Anexo C, p. 314) (...) Eu ia pra Swift com as minhas amiga. Às vezes... alguma não podia ir pra fábrica porque o marido bebia, apanhava... dava... Tinha uma que tava pesada pra ter criança... E ele dava... Ela foi pro hospital, passou mal... (Anexo C, p. 315)

Também M2 traz à baila:

Mas, aí, eu trabalhava mais, porque eu me empreguei numa casa de costura... Naquele tempo se usava muito ter as casas de costura... ter cinco seis meninas... pra bordar, pra pregar botão... Então eu trabalhava lá... eu que botava a mesa, as tesoura tudo... nós era cinco, seis menina... e dali eu fiquei uns três anos, mas como o dinheiro era muito pouco, eu fui me empregar numa fábrica que tinha aqui, a fábrica de biscoitos Leal Santos²¹²... mas era muito boa, meninas tudo boa, tudo selecionada. Aí... eu que era a chefinha da turma... e foi muito bom pra mim aquilo, porque a gente trabalhava, a gente fazia um serão até onze hora, porque, naquele tempo tudo saía de... por navio e tinha muitos pedidos pra fora daqui... e a gente tinha que dar conta daquilo... e eu fazia serão, às vezes, até as onze horas da noite. (Anexo C, p. 317)

Nesta incursão pelas estruturas narrativas e já contemplando interações narrativas e discursivas que dão suporte aos relatos orais, observo, agora, de modo especial, o percurso de tensividade fórica, de caráter contínuo, do actante sujeito passional. Em se tratando de uma experiência de vida comum, as narrativas de M2 e M4 desenvolvem-se entre uma explosão de sentimentos e um suave lirismo. Verifique-se em M2:

Fui rainha do carnaval nos 19 anos, em 1939! Ah, que coisa linda! No tempo daqueles velhos carnavais! Saí no corso... no carro alegórico, de capa de veludo toda bordada de lantejoulas, de coroa, de cetro, abanando... com a mão enluvada, pela Marechal! Fui convidada pelo jornal "O Tempo" que tinha aqui em Rio Grande! Os bailes, naquele tempo eram a coisa mais linda! Até os nomes dos baile eram bonitos! Olha só, o Baile das Rosas, o Baile das Neves... esse era no inverno... o Baile dos Lilases! E a gente se vestia conforme aquele nome! Cada uma queria fazer o vestido mais bonito! Eu memo que fazia os meus vestido, as flores pra botar na cabeça, as fitas pra amarrar meus cachos. A gente mandava forrar os sapato com a mesma fazenda do vestido. Ah, era muito lindo!... (Anexo C, p. 320)

Agora, a mesma experiência vivida por M4:

²¹² Indústrias Reunidas Leal Santos, fundada em Rio Grande, em 1889, primeira fábrica de biscoitos do Brasil, criadora das bolachas Maria. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/> Acessado em: 02 de setembro de 2005.

E... eu fui, eu fui... rainha de carnaval e me senti, realmente, rainha... Coisa boa! Melhor carnaval da minha vida! Toda aquela pompa, ah... (...) Na época eu estaria... ah, eu era menina... tinha 14 anos... tenho que fazer rapidinho as contas... Não precisa? (...) ...quando eu fui rainha... por isso é que eu digo que me senti rainha... na frente... ai, a gente desfilava e também era a rainha velha que ia na frente. E a rainha nova! Todo o mundo queria ver a rainha nova. A velha já tinha ido! E o meu pai trouxe... mandou trazer a cavalo, a cavalo, dois cavaleiros - na frente da velha. A... a nova ia atrás... - tocando, tocando corneta. Ele conseguiu! Então, a gente passava pela Rua Marechal Floriano, que era a rua do carnaval - não é? - do corso. Então mandava fazer a volta de automóvel, sem capota. Fazia, ia até lá adiante, fazia a volta na praça e ia... fazia, fazia o chamado corso - não é? - que era muito bom! (Anexo C, p. 341/342)

Em ambas as performances, o sujeito deixa-se levar pela emoção, remontando a um tempo passado em que as imagens da juventude parecem querer abolir o tempo cronológico para serem vivenciadas como presente, através da recordação. Esse sujeito passional não simplesmente quer trazer à lembrança momentos passados, mas antes, parece querer viver esses momentos, dando-lhes existência, através da linguagem, num desejo de fixar para sempre a memória pessoal. É como se o desejo de manter atestasse o temor de perder.

M3, em diferentes vivências, revela também este estado de alma: “(...) nós dançávamos até... até de manhã! (...) Os baile era a coisa mais linda que tinha!” (Anexo C, p. 335) Mesmo M1, mostra seu gosto pelas festas, mas sem deixar que se perca o senso do mundo concreto: ‘Eu queria me divertir, ir aos baile... e tudo. Mas casar não pensava! Eu via os mau exemplo.’ (Anexo C, p. 315)

Devo aqui retomar o que disse, quando da análise dos textos jornalísticos. Na ocasião em que coletava notícias do *Diário do Rio Grande*, para constituir as duas coletâneas, reservei, para um futuro trabalho, muitos dos textos não contemplados para o presente estudo. Dos textos reservados, três deles, para fins ilustrativos, incluí nesta análise dos textos orais. O texto que segue é um deles:

A "Instrução e Recreio"

Eis, ahi, a velha "Instrução e Recreio", - uma sociedade que, por todos os motivos, merece as nossas sympathias, as nossas palmas. (...) Em seus salões, quantos não terão dansado?!... Quasi uma geração inteira... Meninas, - quantas meninas formosas que, hoje, são moças, - mães, - quantas mães de familia, que têm constituido próle, centenares, innumerables, - quantas?!... não começaram, ahi os seus amores... e preparáram o seu hymeneu, por entre as festivas e alegres soirées proporcionadas pela velha e sympathica "Instrução e Recreio"?!... Quantas?!... Sabem-n'ò, todos, estamos certos. ...Quarenta e seis anos!...²¹³

²¹³ *Diário do Rio Grande*, quarta-feira, 25 de julho de 1900. Primeira página.

Em 1900, o *Diário do Rio Grande*, pressupostamente, pela ótica masculina, assinalando o aniversário de uma sociedade recreativa da época, refere os salões como o local onde as moças *prepararam o seu hymeneu*²¹⁴. Observe-se que existe um PN em que a competência da mulher está no poder fazer a sua aparição, o que ela consegue graças à realização da festa. E ela aparece, dança e é feliz por estar na festa, no espaço tópico onde se realiza sua ação de protagonista.

Transcrevi o texto do jornal com o fito de estabelecer ponte entre seu conteúdo e o conteúdo dos relatos. O *baile*, o *corso*, as *festivas soirées*, - e também a *balada* de hoje - exercem no PN da mulher que vai à festa uma actância adjuvante para que se dê o encontro com o príncipe, para que o mito de Cinderela, uma permanente aspiração feminina, nela incorpore-se, em qualquer tempo. A mulher repete, indefinidamente, o sonho de Cinderela, o que não foi diferente para a rio-grandina de 1900, não foi diferente para as minhas memorialistas, mesmo para a que descartava a conjunção com o objeto príncipe. Veja-se que M1, ao colocar-se como *sujeito* que frequentou bailes, faz referência a casamento, corroborando uma indissolubilidade do binômio baile/príncipe, inquestionavelmente presente no imaginário feminino.

Abro parênteses para referir os estudos de Roland Barthes (1956) acerca do mito, o que me dá suporte para o reconhecimento de sua manifestação na notícia e nos relatos. Segundo o insigne professor do Collège de France, o mito é uma fala. Como um sistema particular, constitui-se, partindo de uma cadeia semiológica existente antes dele. Postula um *saber*, um passado, uma memória, uma ordem comparativa de fatos, de idéias, de decisões. Assim, seu sentido tem um valor próprio, faz parte de uma história, já tem construída uma significação. Fecho parênteses.

O mito de Cinderela está ainda muito presente na sociedade ocidental e muito forte no inconsciente da mulher. Semantizado num novo invólucro, mais atual, aparece sempre. O baile abre as portas ao príncipe. O baile de minhas memorialistas não terminou à meia-noite.

Mas a maneira como as memorialistas fazem referências aos seus enxovais de casamento, às suas roupas íntimas, merece destaque. M2 recorda:

²¹⁴ No dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0, há duas acepções o substantivo masculino *hymeneu*: 1.enlace matrimonial; casamento. 2.bodas, festa de núpcias.

Aí, contratemos casamento... e nisso arreventou a guerra e ele teve que ir-se embora... militar todo ia embora, tinham que ir pro Rio, tinha que ir pros quartel, guardar as fronteira... e eu fiquei de mala! Mas, não fiquei com o buquê na mão, só fiquei com a mala cheia de coisas bonitas! Aquelas roupinhas de baixo todas cheia de renda...até as ligas das meia de seda eram enfeitadas com renda!... E ele foi-se embora... E foi fazer guerra, foi pra Itália... E daí foi passando, passando, e eu mocinha... já com 21 anos e o homem não vinha, a guerra não terminava... E eu resolvi a namorar outro e namorei o que foi meu marido... (Anexo C, p. 319)

E, aqui, M2, que é pobre, lembra, quando ajudou a confeccionar o enxoval da noiva rica:

Então, uma se casou. O pai não queria, nem a mãe. Então ela ficou na casa da tia. E foi aquele casamento! E chama nas lojas! Porque as lojas... não precisava a gente ir, os empregados vinham trazer... os caixeiros... as amostras e a gente escolhia e já vinha tudo pronto, as rendinhas, essas rendinhas venezianas, botõezinhos, pra fazerem a roupinha e então faziam calcinhas, corpinhos... os sutiãzinhos eram feitos de fazenda, as calcinhas eram de umas opalina... muito bonito que ficava, aquelas rendinhas... E eu ficava ali na máquina aprendendo, também, né, pra saber como é que era. Às vezes me davam pra mim pregar as rendinhas nas calças. (Anexo C, p. 321)

Observemos que M2 inclui-se – “não precisava a gente ir, os empregados vinham trazer” – como moça rica que recebe as encomendas de compras em casa, vindas diretamente das lojas. M3, por seu turno, fala no próprio enxoval:

Ah, não... foi tudo bonito, com vestido de noiva, com véu... com o véu que foi da minha tia A... , do casamento dela, foi com o véu dela que eu casei! O enxoval era só seda, cetim, e renda! Um colosso! Aquelas camisolas, calcinhas, corpinhos... um conjunto pra cada noite, tudo da mesma cor: branquinho, cor-de-rosa, amarelinho, azul clarinho... preto não tinha! Preto não se usava pra moça, pra mulher direita, né! (Anexo C, p. 330)

E o relato de M4 também tem um tom romântico: “Eu casei, apaixonada! Eu tinha três baús com enxoval! Minha camisola nupcial e meu chambre vieram de Paris! Renda francesa pura, arremates de arminho... chinelinho também com arminho, coisa mais linda!” (Anexo C, p. 342)

Os trechos apresentados mostram sujeitos das narrativas - mulheres - enquanto se dotam de competência para a realização de uma performance, a mudança de estado de solteiras para o estado de casadas, na noite de núpcias. As roupas íntimas descritas são objetos modais que participam do fazer das noivas, vistas, cada uma, como um sujeito operador da transformação, posto que esse sujeito deverá entrar em conjunção com seu objeto de valor, cada um dos noivos.

Importante observar que as roupas íntimas, parte do enxoval de cada noiva, são peças fundamentais, pensada a leitura na perspectiva dos PNs dos noivos, em que as noivas exercem o papel actancial de destinador-manipulador. Para o sujeito, cada um dos noivos, as noivas são objetos com os quais querem entrar em conjunção, com os quais irão consumir o

casamento. Assim, seguindo uma tradição, o destinador manipula-os pela tentação e pela sedução, mobilizando os valores do amor romântico, bem como os do amor sexual.

Os corpos das noivas, cobertos de rendas e de sedas macias, de babados bordados e de laçarotes de fitas, funcionam como geradores de sentido para todos esses fetiches. Note-se que, mesmo na distância do tempo, para cada sujeito, o próprio falar a respeito do enxoval reconstrói o clima de encantamento. As roupas íntimas, continuam sendo lembradas como peças mágicas que colaboraram para levar cada noiva ao encontro do objeto desejado.

No nível do parecer, M2, M3 e M4 demonstraram saber que a sexualidade de seus corpos é uma forma de poder sobre os homens. E, nesse contexto, é justamente porque cobre o corpo feminino que a roupa, invólucro de formas, adquire sentido. É pertinente, aqui, lembrar Greimas (2002) que, nesta mesma perspectiva de raciocínio, afirma:

Guardiã do corpo segredo da mulher, a vestimenta, ao mesmo tempo obstáculo e desejo de transgressão, é criadora de um espaço onde o interdito – como em outros domínios – pode plenamente preencher seu papel de instaurador do sentido...

Dos três textos do jornal *Diário do Rio Grande* que incluí, à guisa de ilustração, na presente análise dos textos orais, trago, agora, o segundo deles. Sem perder de vista o foco, colhi das páginas de reclames o texto que segue, mostra do apelo comercial exercido pelos anúncios de produtos para o vestuário das noivas. O discurso que permeia este texto vem ao encontro da idéia de dupla face do sujeito enunciatório-concebidor concebido pela teoria semiótica. Nele há estratégias que não se limitam ao ato de informar a mulher a quem a comunicação é destinada, quer persuadi-la, a partir da crença na consciência de sexualidade e sensualidade que sabe haver nela, uma forma de representá-la:

Às noivas

Grinaldas para noivas, raminhos e guias de flor de laranjeira.
 Gregas e pingentes de vidrilhos brancos.
 Meias brancas de fio de escossia e de sêda com ligas de frou-frou.
 Filó de sêda para véos.
 Moire branco de sêda para vestidos.
 Veludo adamascado para vestidos.
 Luvas de pellica branca.
 Aplicações de perolas e de contas de vidro para vestidos.
 Guarnições, gregas de sêda com e sem vidrilhos e de lantejoulas.
 Renda veneziana.
 Renda bordada com fios de sêda para corpinhos.
 Gazar, pedrarias e perolas.
 Fitas de cetim.
 Espartilho para adelgaçar a cintura com chamussê e renda de guipir.
 Todos estes artigos de grande *chic* para as noivas que quizerem se fazer bellas acabam de chegar de Pariz ao PALAIS ROYAL

AO PALAIS ROYAL
 199 – Rua Marechal Floriano numero – 199
 TELEPHONE 2035²¹⁵

Veja-se que, em 1900, obviamente, visando ao consumo, o anunciante coloca-se, através do reclame, como um destinador que manipula por tentação - o fetiche dos panos e dos adereços das roupas como prêmios - e por sedução - o destinatário é cada uma das *noivas que quizerem se fazer bellas*.

Fica evidente que a leitora construída pelo jornal é a donzela rica, modelo de pureza, competente, economicamente, ainda que por intermédio do pai, para tornar-se compradora dos produtos. O anúncio incita à percepção do corpo feminino: o corpo, no seu todo (*vestidos*); cabeça (*grinaldas* e *véos*); pernas e coxas (*meias* e *ligas*); mãos e braços (*luvas*); peito, seios (*corpinho*) e cintura (*espartilho*). Estimula a visão da mulher na sua exterioridade, como quem precisa ter preocupação com a beleza. Coloca na mente feminina o sentido narcísico da sensualidade.

É sabido que uma roupa identificada como *chic* torna-se um objeto de desejo, um símbolo de *status*, poder, elegância, riqueza, auto-realização. Quanto mais o anunciante atribui valor ao objeto, mais disposto estará o consumidor a pagar por ele o que for pedido. A propaganda, com seu canto de sereia, aumenta, intensifica o valor simbólico dos objetos de consumo.

Mas também cabe entender - e isso o texto autoriza - que o apelo sexual que o anúncio deixa entrever, plenamente aceitável, porque legitimado no casamento, funciona

²¹⁵ *Diário do Rio Grande*, sexta-feira, 27 abril de 1900. p.2

como uma forma de fetichização social. Àquela época, ainda que a sexualidade feminina estivesse atrelada ao ato de procriar, o reclame, não só sinalizando a mulher como objeto sexualmente desejável, incita-a a perceber-se sensual, o que invalida afirmar que a idéia de prazer, absolutamente, não constasse nos domínios da identidade feminina. Enquanto comercializa-se o produto, propaga-se, também, uma idéia sobre a mulher.

Questão íntima, tema privado, assunto tabu, a sexualidade feminina assume - mesmo que possa não ser intencionalmente - nas páginas do *Diário do Rio Grande*, uma dimensão social. Na visão da Semiótica, parece, mas não é “verdade”, que as mulheres "virtuosas", estejam proibidas de exercer os prazeres da sedução.

Afora perceber o valor documental do anúncio, em termos de referência social, cultural e econômica, especialmente, em função das relações portuárias da cidade do Rio Grande com a Europa, seria, então, viável observar que o reclame do jornal trabalha em proveito da coisificação da mulher, considerando que o fetichismo é colocado pelo homem, provável produtor do texto? Se é mérito da Semiótica deixar que a leitura se mostre, independente da opinião do analista sobre ela, seria, então, válido dizer que o reclame atenta para partes da anatomia feminina, valorizando, por exemplo, a beleza da mulher acinturada? Seria delírio observar que, num reclame de um jornal de 1900, de uma cidade interiorana, mesmo a moça donzela recatada e de família rica, somente por ser mulher, não foge à regra de ser também considerada como objeto de consumo?

Então, não é de admirar que, não diferentemente de qualquer noiva, a própria mulher, noiva imaculada do entorno da década de 1940 - enunciador e sujeito da narrativa - fale do fetiche das rendas, das sedas, dos cetins e das plumas de arminho das roupas íntimas de sua noite de núpcias. As rendas vazadas, a tátil suavidade dos tecidos das peças íntimas femininas são nada menos que metáforas para falar de sedução, manifestação tácita de uma concepção.

Certau (1995)²¹⁶, vem em meu auxílio e me assegura que, na esfera da publicidade, com a fragmentação do corpo, reproduzem-se as formas de erotização, o que resulta em incentivo ao consumo. O pensador explica que, pela fragmentação ditada pelo consumo, é possível perceber que o corpo, no seu todo, investe-se da metáfora da felicidade, todas as suas partes assumem uma significação erótica, ligada, por extensão, à idéia de beleza e de saúde. Veja-se que sua apreciação não somente vale para hoje.

²¹⁶ CERTEAU, M. A *Cultura no Plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

Não tenho a preocupação de dar respostas imediatas às questões que levanto, enquanto comparo o que está posto nos relatos que analiso com o que está posto em um reclame que trouxe do jornal de 1900. Não é meu intento encontrar confirmação para a hipótese da inferioridade feminina em contraste com a superioridade masculina, nem vice-versa. Importa é refletir, observar que é cultural, em qualquer tempo, na sociedade mais conservadora, a mulher ser vista como *objeto* de desejo masculino.

A roupa pode cobrir, esconder, divinizar, mas vestir-se é também uma forma de a mulher se dar a ver. Vestidas, no espaço privado do quarto nupcial, unem-se as diferentes - ricas, pobres, brancas, negras, letradas e iletradas - estabelecendo-se uma ponte de comunicação silenciosa entre elas, todas *objetos* do desejo masculino. Sempre.

Mas ainda em se tratando do PN2, o objeto de valor, independência – se não para ganhar dinheiro, por brio pessoal – é o mesmo perseguido por todas as memorialistas. Vejamos em M1: “O papai morreu. Eu fiquei morando com a M... . Aí, um dia eu tava aborrecida. A M... trabalhava, eu ficava cuidando o É... e a L... . Eu ficava aborrecida... queria ter o meu dinheirinho e a M... não podia me dar... e tudo.” (Anexo C, p. 313)

Casada, dentro, agora, do próprio lar, M2 continua mostrando a busca: progredir, ajudar o marido, ter uma independência financeira. Costurar era uma forma de atividade que a movia, que transformava suas circunstâncias na nova vida: “Eu tinha muita costura! Ah, e, no fim da semana, eu tinha sempre o meu dinheirinho dentro da gaveta da máquina!” (Anexo C, p. 319)

Para três das memorialistas, a própria realização afetiva parece detonar um novo *querer*, desta vez, então, tendo como *objeto* a independência, dentro da relação conjugal. As três fazem questão de frisar a liderança que tiveram na administração da vida doméstica.

M3 demonstra esse fazer com ou sem a presença de um marido:

(...) Na mesma época que eu jogava tênis, eu tinha uma fabriqueta de ovos de Páscoa... de ovos de Páscoa de açúcar! Eu fazia. Eu tinha... eu botava aqui no Rio Grande, uma porção de casas e Pelotas! Eu fazia pra Pelotas, também! Ovos se Páscoa! Eu... 8 anos eu trabalhei com ovos de Páscoa (...). (Anexo C, p. 331)

Importante observar que a trajetória da mulher ao alcance da autonomia acabava, muito frequentemente, encontrando atalhos que a levava de volta aos afazeres domésticos, quando não a mantinha na própria cozinha. Vejamos que, da mesma forma como na infância de minhas memorialistas, as lides domésticas continuam presentes no cotidiano da mulher de classe econômica mais privilegiada. É observar o que diz M3 - na concepção de hoje, uma empresária - ao dividir seu tempo entre os afazeres, *in domus*, e o lazer, nas quadras de tênis:

“Eu apurava com o meu serviço, em casa, todo, que era pra ir pro tênis. Eu adorava aquilo!... Eu adorava!...” (Anexo C, p. 329)

A mesma depoente, M3, lamenta, quando, por ter sua casa assaltada, fica impossibilitada de custear a viagem que faria com o primeiro marido a Montevideo: “Eu juntei dinheiro para nós irmos a Montevideo! Eu fui a Montevideo, mas não com o meu dinheiro. Eu queria ir com o meu dinheiro!” (Anexo C, p. 331)

Verifiquemos o que diz ainda M3, entre o primeiro e o segundo casamento, enquanto esteve separada: “Porque eu trabalhava muito. E...eu já tinha... já tava na loja... tava trabalhando na loja, lá... com o meu pai e a... e eu tinha daonde tirar (...)” (Anexo C, p. 333) Filha de comerciante, M3, neste momento, trabalhou ao lado do pai e da mãe. É possível constatar, portanto, o fazer de duas mulheres de classe economicamente estável, de gerações diferentes, integradas aos labores relacionados com o comércio: “Meu pai tinha um ciúme da minha mãe que se matava todo!... Porque a minha mãe era uma mulher muito bonita! De cabelos vermelhos! (...) E ela era secretária da loja! Ela não era secretária... ela era guarda-livro da loja!” (Anexo C, p. 334)

M4 conta: “*Eu terminei o ginásio e me casei.*” (Anexo C, p. 343) (...). E salienta: “(...) *quando eu me casei, eu era pra ser mulher do marido e só.*” Mas deixa claro: “(...) *sempre fui muito independente. Eu era muito independente. Não! Eu sou muito independente, tá?*” (Anexo C, p. 342) Mesmo casada, continuou seus estudos: “*Eu estudei francês o resto da minha vida. Tinha uma professora particular que era... que ia na minha casa. (...)*” (Anexo C, p. 342). Admite: “*Depois que eu casei, tive filhos... aí a liberdade de se deslocar é muito menor. Então ela passava as férias comigo e nós falávamos francês.* (Idem)

E continua lembrando o tempo em que fez o Curso Normal, enquanto a filha era aluna do Curso Primário:

(...) O engraçado é que eu e a minha filha, íamos as duas de uniforme - não importava que eu fosse casada, o uniforme era obrigatório - íamos as duas de saia azul-marinho, empregueada, camisinha branca, gravatinha, bonitinhas, sapatinho baixo, eu e ela, de mão dadas. Bonito! E... assim eu fui... Depois que eu terminei o segundo grau, eu fiz... fiz vestibular pra Católica de Pelotas. (...) (Anexo C, p. 343)

Recorda: “(...) *depois disso eu fiz Direito* (...) Detalha seu percurso de estudante e dá destaque à profissão que exerce, ainda hoje:

(...) por necessidade de...de doença, na família, então eu fiz Enfermagem, também, que não exerço. Acho até que não sou enfermeira, mesmo, de coração. Eu sou, de coração, professora, tá. Eu amo ser professora. Eu amo os meus alunos... porque... mais do que uma profissão, eu acho que ser professora é uma missão... que a gente se impõe. (Anexo C, p. 343)

Salta aos olhos, então, que todas as memorialistas, recorrentemente, ainda que nem sempre por necessidade de ganhar dinheiro, mas por consciência de dignidade, despontam como sujeito da busca do objeto de valor independência, através do *objeto modal* trabalho. Isso ocorre nas modalizações pelo não querer ser dependente; querer não ser dependente, no caso de M3 e M4; pelo não poder ser dependente, nas circunstâncias de M1 e M2; pelo poder não ser dependente; não dever ser dependente; dever não ser dependente; não saber ser dependente e saber não ser dependente, no conjunto de fatores atuantes na vida de todas elas, na condição de sujeito.

Enveredei, em minha análise, de propósito, pela trilha do labor feminino, porque achei pertinente, outra vez, amarrar relações. M4 faz referência ao exercício do magistério. A ocupação da mulher, nessa área, é a que apresenta mais razoável recorrência, nas páginas dos exemplares do *Diário do Rio Grande*, de 1900, considerando que outros registros atinentes ao trabalho feminino são pouco representativos e pouco presentes, no jornal.

É senso comum que as diferenças que se estabelecem entre sexos, nas sociedades, perpassam todas as instâncias sociais e constituem uma constatação universalmente registrada. A ausência de referências ao trabalho feminino, nas matérias jornalísticas do *Diário do Rio Grande*, no ano pesquisado, não causa admiração. Mulher e mãe são figuras intercambiáveis: mulher equivale à mãe e mãe, à mulher, de modo que a relação mulher/trabalho é, normalmente, entendida em termos de maternidade e lar. Privilegiam-se os saberes relacionados à sua capacidade reprodutiva, ao seu *status* doméstico. A mulher não poderia trair o seu destino, o que reafirmam, ainda hoje, padrões de comportamento determinados pelo gênero.

Na Rio Grande de 1900, raras mulheres pertencentes às camadas sociais dominantes ocupam os espaços públicos e, se o fazem, isso ocorre mediante o exercício do magistério, da literatura e das belas artes. Nessa ocasião, tem especial relevância no horizonte literário rio-grandino a emergência de Revocata Heloísa de Mello que, com sua produção literária, estabelece-se como escritora. Em sua obra, a resignação e a abnegação femininas são levadas ao heroísmo. A imprensa não faz referência à rio-grandina que tenha, a esse tempo, tido acesso a estudos universitários.

Ainda que lhe sendo oportunizada a alfabetização, a educação formal, a mulher acede a esses benefícios, parcialmente, posto que somente se educam as mulheres da classe econômica mais privilegiada e sua educação, em instituições religiosas privadas, resulta como adaptação ao seu papel determinado. M2, em sua fala, retrata esse mesmo estado de comportamentos, ainda na sua juventude, nos anos de 1930 e refere, ainda, um

comportamento paterno que a voz comum coloca como freqüente. Ao contrário de seu procedimento quanto aos filhos, havia pais - mesmo os ricos - que se opunham à escolarização das filhas para além dos aprendizados mínimos:

E as mulheres daqui nem eram muito cultas... No meu tempo, os homens sim, eram formados... iam pra Porto Alegre, pra Santa Maria, onde tinham essas faculdades... Mas as mulheres educadas e mulheres chiques eram tudo, assim, bordadeiras, costureiras, pianistas... e davam discursos no colégio.. Mas faculdades não tinha, né. Tinha que sair daqui. E as ricas também... os pais não deixavam... e não davam esse direito.... eram... faziam doces, eram professoras. A cultura era essa, né. Liam uns romancinhos que se comprava igual jornal, que vinham na casa trazer pra gente ser sócia, né... aqueles folhetinhos. Não tinham certos livros, não. (Anexos C, p. 327)

M4, presumivelmente, na década de 1940, quando já é mãe, faz referência a uma professora de francês, que lhe dava lições em casa (Anexos, p. ...). Quarenta anos antes, a figura do ensino em domicílio está presente, no jornal em questão, através de anúncios de mulheres que ensinavam, no espaço doméstico, leitura, desenho, música, bordado, corte e costura. Mas o que o *Diário do Rio Grande* registra, em 1900, não é muito diferente do que dizem as memorialistas que eram meninas e moças, nas décadas de 1920 e de 1930. Vejamos este outro registro que transcrevo, o terceiro a título ilustrativo, colocando ainda em foco o trabalho feminino, o que se espalha para a constatação do ensino elitista, ornamental, voltado para a manutenção da ordem patriarcal:

COLLEGIO
“Instrução e Moralidade”
 117 – Rua Paysandú – 117

Directora normalista Ernestina da Silva Alves

Este collegio reabre as suas aulas no dia 10 de Janeiro proximo vindouro. É variada a instrução ministrada no mesmo e para a qual conta a directora com um completo corpo docente. Ensina-se n'este collegio, alem da materias constitutivas do ensino propriamente dito primario, toda a classe de bordados, quer lisos como em relevos e flores *patrocomanie*. Haverá também no collegio senhora habilíssima que ensinará a cortar vestidos e a preparal-os conforme à moda, bem como a cortar roupa branca, tanto para adultos como de creanças. Ensina-se a musica por solfejo, e a cantar, a tocar piano, violoncello, cithara, bandolim e rabeca; o desenho linear de figuras e paisagens e topographico; o curso de mathematicas elementares e línguas, taes como Latim, Portuguez, Francez, Allemão, Italiano e Inglez; noções de astronomia, de philosophia positiva, de physica, chimica, botânica, geologia, zoologia e mineralogia, Geographia do Estado, da Republica, geral physica e politica. Historia do Brasil desde a descoberta até o presente. Lições de cousas, segundo o methodo racional practico, geralmente usados nas escolas americanas, Moral e Civilidade, Economia domestica, gymnastica domestica, segundo Scheller. Neste estabelecimento se preparam moças e meninas que queiram seguir o curso na Escola Normal. Haverá também uma aula de dansa que funcionará aos sabbados, das 12 horas do dia às 2 horas da tarde. Durante o anno haverá dois concertos vocaes e instrumentaes, sendo um por occasião dos exames. Cousa alguma a seu alcance ha economisado a directora deste centro de instrução variada, no louvável empenho de tornal-o cada vez mais digno da confiança dos pais de familia.

A directora – Ernestina da Silva Alves.²¹⁷

Quanto ao percurso narrativo das memorialistas, já foi dito que sobre o PN1, o programa da infância, e o PN2, o programa da juventude, estaria estruturado o PN3, o da idade adulta ou maturidade, o que configura a sanção. Assim, a constatação da felicidade no casamento, o que repercute no cômputo de uma vida realizada e feliz, representa, para três das memorialistas, um momento de sanção positiva. M2 afirma que o marido “foi um marido assim... irmão, pai, amigo... foi uma pessoa que tá... há 23 anos já morto e eu ainda gosto dele! Ah, ainda gosto do meu marido, morto mesmo! Foi companheiro, ah!..”. (Anexo C, p. 339) M4 declara: “Casamento: foi uma coisa muito boa! Eu casei apaixonada! (...) E... fui feliz.” (Anexo C, p. 342) Mesmo M3, que, num PN somente realizado em seu percurso, acabou por separar-se do primeiro marido, fala dos bons momentos da relação: “(...) o meu

²¹⁷ Diário do Rio Grande, quinta-feira 18 de janeiro de 1900. p. 2

marido também gostava muito de baile! Ihhh! Ele adorava baile! Adorava! Bolero! Ah, como ele dançava bolero! (...) E... às vezes, nós vínhamos pra casa já era de manhã (...).”(Anexo C, p. 335) Acerca da segunda união, revela: (...) meu marido gostava muito de ficar agarradinho comigo! (Anexo C, p. 329)

É possível observar-se, então, que os três sujeitos que realizaram a performance do casamento foram bem-sucedidos: no PN2, os casamentos se realizaram e se concretizou a felicidade esperada. Mas, por percurso diferente, dá-se, também, o mesmo desfecho, em relação a M1, cuja espera é marcada pela busca que conduz ao ingresso na vida religiosa. A referência à espera diz respeito ao percurso passionai, pois, em se tratando das paixões, cada sujeito apresenta, inicialmente, um desejo, querer ser feliz. Para M2, M3 e M4, no namoro e no noivado, acontece a espera e mostra-se, no casamento, a alegria dessas mulheres, uma paixão que é efeito da satisfação pela obtenção do objeto. Ao final, todas as narrativas terminam com o sujeito do ser demonstrando a felicidade.

Verifiquemos a sanção positiva, no relato de M1: “Eu não troco a minha vida religiosa pra viver no mundo! Eu não troco, minha filha, a minha vida religiosa por nada disso! Gosto de tudo!” (Anexo C, p. 315) Vejamos, também, o final feliz, ultrapassando os limites do casamento, em M2: “E agora, quando eu tava com 80 anos, fui miss da Festa do Mar, uma festa muito bonita que tem aqui... eu mesmo que ainda faço as minhas roupas, tenho muitas amigas e sou muito feliz!!!” (Anexo C, p. 320) Mesmo M3, que teve uma decepção conjugal, ao fim e ao cabo, diz: “Casei duas vezes!... E sou feliz! Tou em casa, praticamente feliz!... Um filho e um neto! Só!... Não tive tempo de ter mais, porque tinha que jogar tênis!” (Anexo C, p. 329)

M3 ainda acrescenta:

Eu vim a dançar agora... faz, agora, dois anos, dois anos e pouco... que eu fui eleita a rainha da FEARG! Mas eu já tava até de bengala, já tava com bengala, menina! E fui eleita pelo... pelo SESC! Que eu era do SESC... eu era da... ainda sou... da turma dos que cantam, da terceira idade... o coral da terceira idade! Então me convidaram pra... pra ser... candidata a... Aí foi que eu dancei com o R...! Ainda tenho os retrato!...Eu sou uma mulher muito feliz, graças a Deus! (Anexo C, p. 335)

M4, acerca do casamento, avalia:

Não foi casamento marcado. Não foi casamento imposto, não. Foi casamento como devem ser todos os casamentos, não é? E... fui feliz. Ninguém pode dizer que não. Todos nós temos problemas, não é? Quatro filhos. Todos eles bem. Então, tive um casamento feliz. Não se pode dizer que não, sabe? Pesa-se os prós e os contras, os prós estão em maior número. Não há, aqui... Quatro filhos! Todos eles queridos. Nenhum deles por descuido, não é? Com intervalo, não é? (Anexo C, p. 342)

A realização profissional conta muito, também, na pontuação positiva de M4:

Eu amo ser professora. Eu amo os meus alunos... porque... mais do que uma profissão, eu acho que ser professora é uma missão... que a gente se impõe. Ninguém impõe isso, mas a gente se impõe, porque dá um prazer enorme a gente olhar pra uma pessoa e saber, ver na cara da pessoa que ela tá entendendo, ou então, não está entendendo e a gente poder ajudar. Tanto que, para mim, quando eu saio e me chamam: Oi, professora! Pra mim, é como se me dissessem: Oi, duquesa! Oi, princesa! Eu acho que isso é um título de honra, não é, um título muito bom. Ah, eu sou muito feliz! (Anexo C, p. 343/344)

Pela visão semiótica, é truísmo dizer que as estruturas narrativas constituem a condição elementar a compor o universo passional do sujeito. As ações narradas estendem-se para uma semiótica das emoções e paixões dos actantes. Ante as várias faces, através das quais se demonstra a passionalidade nos depoimentos, aqui apenas limito mais especificamente alguns aspectos.

O trabalho com a memória é, quase sempre, catártico. Autoras de memórias da própria vida, na condição subjetiva de actante e enunciador, minhas memorialistas redescobriram-se a si mesmas, nos seus relatos permeados de emoção.

Ilustrativo foi surpreender M3 que se motivou para o depoimento, revendo fotografias. Para M3, olhar fotografias do passado desencadeou um renovar de emoções que transformaram aquele momento presente em excitante desejo de reencontro. Porém, mesmo que o rever imagens mexesse com sua emoção, a lembrança não deixou, contudo, que se perdesse seu senso de realidade. A consciência da distância entre os tempos enfatizou o anacronismo do momento registrado na fotografia e, ao mesmo tempo, atenuou o *pathos* romântico que poderia advir das lembranças. O sentimento juvenil que veio à tona mesclou-se com a experiência e a ponderação de sua idade madura, o que pôde ser comprovado pelo trecho:

Meu nome é L... K... F..., 84 anos, bem vividos, bastante viajados: pra Europa, pro Caribe, pra Argentina, pra todo o Brasil, quase. Passei muito, passei bastante. Tou muito satisfeita. Agora eu tou é meia... meia entrevada, meia... é... não tou inválida, mas tou com os pés que não posso caminhar, porque eu tenho inflamação na sola dos pés. Então, quando eu tenho saudade, eu vou olhar os retratos. (Anexo C, p. 328)

Para M3, a catarse aconteceu, não só pelo contato com velhas fotografias, mas, também, da mesma forma como ocorreu com todas as demais, pelo simples fazer rememorativo.

M2 deixou -se levar por devaneios líricos, remontando a um tempo passado em que as imagens da infância pareceram impor-se sobre o tempo do calendário, para serem revividas no presente, através da recordação. Recordar, por exemplo, a passagem do Zeppelin não foi

simplesmente trazer à lembrança momentos passados, foi viver de novo aqueles momentos, narrando-os, de modo pulsátil.

Assim, movidas pela saudade, cada uma, a seu modo, justifica, nos relatos, o seu projeto. Como destinatário - um actante sujeito passional - estão presentes, nas seqüências narrativas, em sincretismo de funções, em vínculo de submissão com o destinador. Colocando-se, na manifestação textual, em primeira pessoa, constituem-se como enunciador, personagem que revela no dizer um temperamento, um *êthos*, caracterizável pela vontade, pelas paixões e hábitos determinantes de um comportamento.

Antes de passar a tratar de aspectos do nível discursivo, não custa lembrar que não esgotei o olhar sobre o espetáculo que a sintaxe narrativa exhibe com a ação auxiliar das modalidades veredictórias da semântica narrativa, mas que, destacando alguns elementos respeitantes às estruturas narrativas, tentei abordar o suficiente para deixar ver o sujeito alvo de minha atenção interagindo com outros sujeitos, em relações entre as quais circulam valores e partilham-se crenças. São quatro sujeitos - sujeitos complexos - que se constituem passionalmente, alterados por querereres, deveres, poderes e saberes, em função da carência de um objeto de valor a ser alcançado.

5.2.1.3 Nível Discursivo

E já em nível discursivo, só para retomar, quanto à narratividade da enunciação, cabe observar o enunciador - cada uma das memorialistas - como destinador - e o enunciatário - em primeiro lugar, para todas elas, a pesquisadora, depois, todos os possíveis leitores - como destinatário. Ocorre, então, a instalação do narrador de primeira pessoa, a presença do próprio eu, pessoa que fala. A cena enunciativa conta com a instalação do narrador participante dos acontecimentos narrados, que enriquece a narrativa, transformando-a em discurso, através de suas escolhas acerca de atores, tempo e espaço, temas e figuras.

Mas há uma mescla de recursos enunciativos e enuncivos, ou seja, há um “eu” enunciador que se projeta num outro “eu” - a personagem - narrando, portanto, suas memórias, relatando etapas narrativas das quais é personagem principal - num outro ponto de vista, num outro tempo - um tempo de eventos narrativos fixados no passado - mas ainda num mesmo espaço, a cidade do Rio Grande, que, também, considerada a passagem do tempo, já é, socialmente, outro *topos*. Assim, seu discurso, caracterizando-se pelo relato feito

diretamente ao enunciatário, o “tu” com o qual se comunica, num “aqui e agora”, fazendo-o partícipe imediato do que expressa, instaura um assunto tratado num “então”, e num “lá”, não coincidentes com o tempo e o lugar social da enunciação.

A confirmação da segunda pessoa do discusso, o “tu”, manifesta-se por meio do emprego de pronomes. Vejamos em M1: “Eu fui criada com a S..., a **tua** avó, minha irmã mais velha.” (Anexo C, p. 312) ou em ‘Achava que não ia ver mais as minhas sobrinha! Como eu sentia falta de **vocês!**’ (Anexo C, p. 315); em M3: “Ah...ah... vou **te** contar da menstruação!” (Anexo C, p. 329) “...ainda eu tou **te** falando...” (Anexo C, p. 330). Já M2 procura esforçar-se para apagar a presença efetiva do destinatário: “**Tu**, ah, não a M... C... estudou no Joana D'Arc, colégio de freiras..”. (Anexo C, p. 320). Também M4 faz esse esforço, mas acaba por dirigir perguntas que marcam a presença de seu destinatário primeiro: “Na época eu estaria... ah, eu era menina...tinha 14 anos... tenho que fazer rapidinho as contas?... Não precisa?” (Anexo C, p. 341). A presença do “tu” destinatário intensifica o efeito de subjetividade, pois é ao “tu”, ou a um “tu” destinatário que o eu enunciador se dirige, diretamente.

Assumindo, porém, o aspecto coletivo “a gente”, o “eu” adquire um caráter coletivo, estendendo-se a todas as mulheres daquele tempo, daquele espaço, daquele âmbito social. Reparemos em: “A gente mandava forrar os sapato com a mesma fazenda do vestido. Ah, era muito lindo!...” (M2, Anexo C, p. 320); também em: “naquela época, a gente não ia buscar verduras, a gente já tinha os vendeiros e encomendava, né, e os meninozinhos traziam, os rapazinhos...” (M2, Anexo C, p. 326); e ainda em: “Eram uns xiripá que a gente usava naquela época... assim de amarrar, assim... do lado... de amarrar do lado.” (M3, (Anexo C, p. 330)

Com o recurso de uma voz que prima pela coletividade, há a tentativa de reforçar a noção da importância que o tema assume para o enunciador - seu posicionamento para um grupo, o das mulheres, o que funciona como uma forma de minimizar seu comprometimento apenas individual com a idéia expressa: “As minhas amiga... Eu ia pra Swift com as minhas amiga. A gente trabalhava muito, minha filha! Às vezes... alguma não podia ir pra fábrica porque o marido bebia...” (M1, Anexo C, p. 315) No lugar de “eu”, “a gente” permite a noção de um compartilhamento de opiniões e, dessa forma, é suavizada a intimidade que seria concedida se fosse utilizada a primeira pessoa do singular. O emprego do recurso funciona como um escamoteamento daquilo que a memória pensa:

Mas imagina, a gente dançar com o namorado? Ainda não dava. Era só de longe! A gente lá em cima. O namorado lá embaixo. A gente se olhava. As matinées da tarde, também, no Polytheama, naquela época. A gente lá embaixo. O namorado ali, lá em cima, no andar é. Valia a pena? Valia. (M4, Anexo C, p. 340)

Através do investimento atorial é possível verificar os contornos axiológicos e ideológicos que compreendem o processo narrativo em que as quatro memorialistas - cada uma delas, um “eu” - estiveram presentes, com seus pais, irmãos, namorados, maridos, quantos fizeram parte do que escolheram contar.

No exame da temporalidade, é fundamental atentar para a presentificação expressa pela organização temporal do sistema enunciativo predominante, o que constrói o simulacro de aproximação do sujeito em relação ao enunciado. É preciso notar que o enunciado constrói-se, simultaneamente, ao ato de dizer, pela voz do narrador.

Na relação entre duas linhas temporais, o presente da enunciação - temporalização dada em função do presente da fala - e o passado dos acontecimentos narrados, recuperados na memória, o que remonta aos anos de 1910 e vem até a atualidade, M1, a memorialista mais idosa, e M2 buscaram formas para tornar mais vivas as lembranças, conforme é possível observar em: “Aí o meu padrinho, que é casado com a S..., me batizou. E até hoje, que ele tá morto, eu **chamo** ele de padrinho.” (M1, Anexo C, p. 313) e em “e eu **tou** saindo de casa pra pegar o pão da tarde e (...) eu atravesssei...” (M2, Anexo C, p. 325) A idéia de rebobinar o tempo como se rebobina um filme transparece através do emprego dos verbos no presente.

A própria natureza dos relatos propicia que também se manifeste a temporalidade, através de advérbios ou expressões adverbiais como: *antes, naquele tempo, naquela época, agora, hoje, hoje em dia*. É importante registrar o emprego acentuado do advérbio *aí*, marca temporal que permite a passagem de um acontecimento a outro.

Os relatos mostram que o exercício de resgate de lembranças do passado, explicitados, na oralidade, com a marca saliente do pretérito imperfeito dos verbos, alcançou nuances que permitiram observar diferentes efeitos de sentido:

– o tempo da infância coberto pelo da maturidade, o que pode ser percebido pelo senso de julgamento com que o sujeito olha para o passado, conforme em:” ...mas naquele tempo eu nem sabia o que era beijos de namorados nem coisas nenhuma assim, né... eu pegava os meus brinquedo, às vezes eu tava olhando, às vezes eu nem via nada: ‘Que tal, não se beijaram?’ “ (M2, Anexo C, p. 320) “(...) Eu não entendia muito. mas, às vezes, eu dizia: ‘Olha, a A... está deitada com a cabeça no colo do Dr. R...!’ Isso eu contava, mas outras coisas piores, eu não contava.” (M2, Anexo C, p. 323). E ainda no trecho a seguir, em que a

memorialista lança um olhar agradecido ao passado, o qual funciona como um reconhecimento:

Mas com meus 14 anos eu fiquei na casa que a mamãe trabalhava... fiquei de menina, de menina *chic*, de menina rica... que só tinha uma filha mocinha e tinha três rapazes... e eu era a relíquia da casa... Mas trabalhava também, ajudava a menina. Tinha empregada... mas tudo o que eu sei, tudo que eu aprendi, a coser, fazer crochê, fazer flor, tudo eu aprendi com elas... Era uma família muito boa que me criava bem. Às tardes tinha saraus em casa dela... Se juntava os doutores, os filhos rico, a menina mais velha tocava piano... (M2, Anexo C, p. 316)

– o tempo que passou, filtrado de modo a reter apenas as vivências prazerosas, resumido em adjetivos semanticamente eufóricos, como em: “Coisa boa! Melhor carnaval da minha vida! (M4, Anexo C, p. 341); “Porque quando a gente conseguia chegar perto e conversar um bocadinho era uma coisa, assim, maravilhosa! Muuuuito boa!” (M4, Anexo C, p. 340); “eu tive aquela vida boa no tempo que namorei ele” (M4, Anexo C, p. 318); “Ah, que coisa linda! No tempo daqueles velhos carnavais!” (M4, Anexo C, p. 320);

– o tempo da lembrança que revisita experiências afetivas desconfortáveis e as torna aceitáveis pela ótica atual, como em: “E foi assim que eu me separei. Cada um foi pro seu lado e pronto!” (M3, Anexo C, p. 332); “Não falei nada, não disse nada, não briguei, nem nada. “Queres a mulher? Vai-te embora com ela!. E ele foi embora com ela. E morreu lá com ela!” (M3, Anexo C, p. 332; e, ainda, em:

Então... tudo comigo, né: era pra alugar casa, era pra desalugar casa, era pra levar a mãe pro hospital pra ganhar neném, pra chamar parteira e eu é que fazia as roupinha à mão: babero, as roupinhas pra ela, tudo de rendinha, tudo bonitinho. Naquele tempo, era muito bonito a gente ganhar um irmãozinho! Então foi juntando e ficou sete... (M2, Anexo C, p. 316);

...assim, aquelas discussão de marido com mulher... ela não gostava dos vinhos dele... e eu agüentava aquilo tudo, tinha paciência, né, com aquela coisa, assim... e eu sempre tava pra acalantar um e outro, assim, quando tavam meio brigando... (M2, Anexo C, p. 318);

– o tempo presente vivido na plena consciência da realidade e com a certeza da irreversibilidade do passado, como em: “Tenho 86 anos e me sinto com 15! Sou do grupo de idosos... sextas-feiras, eu vou pro meu baile de idosos..”. (M2, Anexo C, p. 320); “Ainda tenho os retrato!..”. (M3, Anexo C, p. 335); também em:

Se eu tinha lá meus 12 anos, elas já eram de cinquentonas pra mais! A vovozinha, mãe da Dona M... , já tinha oitenta e tantos, ficava só sentadinha, numa cadeira de balanço! E me contava umas história do tempo dela... dos baile, da gripe espanhola, da febre amarela! Imagina! Ela se lembrava quando o Dom Pedro teve aqui! É, sim... ela se lembrava! Ela tava velhinha mas a cabeça tava boa! Tu vê... e agora sou eu que tenho quase 90 anos e fico contando as coisa do meu tempo! E me lembro muito bem!... Ha, ha, ha... (M2, Anexo C, p. 325);

Ah, depois que eu fiquei viúva, eu viajei muito! Fui à Europa, fui ao Caribe, visitei todo o Brasil. Só não... só não visitei o Mato Grosso! Mas demais, visitei tudo! E... não... nada de casar de novo... O A... me deixou muito bem, sabes? Ele era da... expedicionário! Tanto que eu fiquei muito bem! Não preciso de nada! Graças a Deus! Eu ajudo até meu filho e ainda dou dinheiro pro meu neto! Graças a Deus! Não preciso de nada! Ainda ajudo o meu neto... lá no... lá na rural... (M3, Anexo C, p 334)

As memorialistas demonstram que, mesmo buscando suas mais remotas lembranças, viajando do presente ao passado, operar a retrospectiva não as redime de sua condição atual.

Em relação à debreagem espacial presente nos relatos, há uma base tópica, um “aqui”, local onde cada sujeito passa todas as fases, que se representa pelos ambientes da cidade do Rio Grande – as casas, as ruas, incluindo a escola, o cinema, o salão de bailes; os acidentes geográficos presentes no contexto em que a cidade se insere. Vejamos as referências à casa paterna, recobrando sensações vividas, em: “E eu cuidava a hora que soltava a aula e ia embora pra casa. Fazia que tinha ido à aula.” (M1, Anexo C, p. 312); como, da mesma forma, em:

Aí, ele começou a frequentar a casa. Meu pai não quis namoro na porta. "Dentro de casa, com... com... com o doce de pêra junto!" Tinha que ter doce de pêra! Até... até meu... o noivo dormia! Ele chegava a dormir, assim... Minha mãe ficava furiosa, porque ela... ela queria ir se deitar e ele... ele não... e ele dormindo. Aí ela... ela cutucava nele: "Vai-te embora, que já tá na hora!". "Vai-te embora!" Ah, meu Deus... eu me lembrando dessas coisa! "Vai-te embora, que já está na hora, que está muito tarde!". E o papai dormindo! Então, ele ia embora e eu ia dormir. (M3, Anexo C, p. 331)

No caso de M2, criada em dois universos socialmente diferenciados, o relato traz à baila reminiscências que implicam muitos deslocamentos pela casa-grande dos patrões de sua mãe:

Na casa onde que eu fui criada... eram gente muito rica, tem até nome de rua na cidade! Era uma família muito rica, onde eu estava, que era onde a minha mãe trabalhava... eu cuidava as meninas que tinham namorado, as sobrinhas que chegavam... Às vezes, eu tava lá dentro, fazendo meus teminhas e elas me chamavam: "I..., vai lá pro quintal, te senta embaixo da parreira pra cuidar os namorado, que o Dr. R... está aí, a A... esta aí, o Dr. I... ", que tudo era médico, né. (M2, Anexo C, p. 320)

Aí, as mães... eles almoçavam, iam se deitar... e os namorados iam pros quartos... se sentavam, naquelas cadeirinhas, uns se deitavam, com os pé pra fora das cama, e eu passava, assim, cantando, nas portas dos quarto... que eram aqueles corredor compriido, os quarto davam tudo portas pros corredores, né, e eu passava meio que olhando... mas não sabia se tavam se beijando nem nada... "Como é que tão?" "Ah, tão lá sentado, tão conversando!". (M2, Anexo C, p. 321)

A geografia da casa, acessada através dos meandros da memória, convida a lembrar Bachelard (1988:114), quando garante que *é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas e se a casa se complica um pouco, se tem porão e sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados.*

E o recordar convoca as ruas de Rio Grande, conforme em: “Uma moça dava um mau passo... a gente tinha uma rua, aqui, que era de mulheres... um pai não queria aquela filha que errou em casa! Mandava pra ali, pra não dar mau exemplo! (M2, Anexo C, p. 323) e em: Aí foram pro Carmo, se casaram (...) E os carros tudo atrás. Ninguém ia pela mesma rua. A mãe não queria de jeito nenhum aquele casamento.” (M2, Anexo C, p. 322)

E a presença da infância e da adolescência emerge do passado, também pela evocação de cenas plasmadas no entra-e-sai e no abre-e-fecha de portas, portões e janelas, de acordo com o que se registra em: “Aí, quando eu cheguei no portão de casa, eu fui pra abrir o portão (...) Cheguei, fechei o portão de novo... “(M1, Anexo C, p. 314); e ainda em:

Aí, os noivo iam os dois, ela de véu e tudo, o noivo guiando. Iam os dois naquela baratinha fechada. Eram só dois lugares que tinham. E eu fiquei na porta espiando! A sogra dava as ordens: "Tu sai por essa rua e o outro carro sai pela outra!". Não podiam saber que era casamento, na cidade. A velha queria tudo muito discreto. (M2, Anexo C, p. 322)

Bom, o namoro era chamado namoro de gargarejo. Porque, logo no princípio a gente ficava na janela e o namorado ficava na... pa... na calçada! Bobagem? Não. Gargarejo! A gente ia levando assim, até que entravam. Mas entrar já era um compromissinho, assim. (M4, Anexo C, p. 340)

A divisão espacial feita pelas portas, pelos portões e pelas janelas destaca o valor isotópico das casas, a dualidade social e psicológica entre mundo-externo e mundo-interior, a descontinuidade entre o espaço da rua e o espaço do lar, a intensidade dessa relação de fronteira, de limite entre comportamentos e posturas resultantes de normas implícitas, impostas, muito especificamente, para as mulheres.

A abundância de água que cerca a cidade, característica marcante de Rio Grande, é aludida na instalação dos espaços, nem sempre obedecendo a uma correta classificação de acidentes geográficos. Aliás, também os primeiros navegadores que aqui chegaram equivocaram-se, julgando que a saída da Laguna dos Patos fosse a saída de um rio, o que originou o nome da cidade, Rio Grande. Observemos a referência: “Aí a vovó botou eu pra lavar roupa no rio. E eu levava o Z... aqui, amontado na cintura. E as cobertas pra tapar o Z... . E eu lavava roupa no rio...” (M1, Anexo C, p. 312) E ainda esta outra:

Eu, quando eu tinha meus... meus 9 anos.. eu era aquela menina... que a gente não saía, né...depois das cinco horas, vinha do colégio e não se saía mais... E a minha mãe é que tinha toda a obrigação com a gente, né... a responsabilidade... que... meu pai viajava... e eu tou saindo de casa pra pegar o pão da tarde e então esse canaleta, que a gente chama hoje de canaleta, e é tão bonito, era uma valeta, na frente da nossa casa que pegava a ponta do rio a outra ponta... era de ponta a ponta da cidade... que dos dois lados têm rio... é... mar, né... e eu atravessei... que ainda tava com umas tábuas pra gente atravessar a valeta... e na esquina da nossa casa tinha uma casa grande, muito bonita, de esquina... era um chalé... que era de gente... era uma casa de encontro dessas mulheres... tinha um portão de ferro enooorme... (M2, Anexo C, p. 325)

Retomando o já comentado acerca dos espaços de dentro e de fora das aberturas domiciliares, é importante chamar atenção para a ênfase dada pelo adjetivo ao tamanho do portão de ferro da casa de encontros furtivos, o que permite interpretar o nível de fantasia construído pela criança que fora M2 sobre o que poderia existir do lado de lá, enigma que exercia, em sua imaginação, curiosidade e fascínio.

A escola é topos contemplado no percurso narrativo de sujeito feito por todas as memorialistas. Confirmamos em M1: “Aí, a S... botou eu na escola pra eu aprender a ler.” (Anexo C, p. 312); e em M2: “a gente não saía, né...depois das cinco horas, vinha do colégio e não se saía mais..”. (Anexo C, p. 325) M3 diz: “Nossos estudos foi no Lemos Júnior, na época do Lemos Júnior, que era Lemos Júnior, porque agora é um colégio... Eu sou bacharel...” (Anexo C, p. 329). Com o mesmo senso crítico, M4 coloca: “Os meninos iam para o São Francisco e as meninas iam pro Joana D'Arc. Com essa idade, fizemos o curso todo lá. E é... colégio de freiras, naquela época, não é o Joana D'Arc tipo hoje. Era um Joana D'Arc, também, com muito respeito.” (Anexo C, p. 337); e conta ainda: “Ora, a gente ia lá pra capela do Joana D'Arc, a gente ficava de joelhos, de braços abertos, por vinte minutos, quinze minutos, quanto suportasse, pelas almas do purgatório. (Anexo C, p. 337)

Entre PNs, aparece outro ambiente, o cinema – espaço também aproveitado para exposições teatrais, topos de caráter eufórico. Reparemos em: “E... e então teve no... no Sete de Setembro que era um teatro muito chic...” (M2, Anexo C, p. 327); em: “...quando nós

íamos ao cinema, que eles sentavam atrás de nós, ela dizia até nomes feios pra eles.” (M3, Anexo C, p. 330) e em: “As matinées da tarde, também, no Polytheama, naquela época. A gente lá embaixo. O namorado ali, lá em cima, no andar, é”. (M4, Anexo C, p. 340) A ida ao cinema, para M4, desencadeava, ritualisticamente, como denuncia o emprego predominante de verbos no pretérito imperfeito, uma intensa movimentação por outros espaços urbanos:

eu me lembro de ir ao cinema com a minha mãe, ambas de chapéu... mocinhas... nós só andávamos de chapéu. E a gente ia no Polytheama. Depois a gente passeava... E a minha mãe se prestava! Mãe é isso! Porque...ã... nós fazíamos o *footing*... e àquela época, naquela quadra do Café Nacional, na frente da praça... A gente ia até o Café Nacional, que era ventoso. E a gente tinha que cuidar a saia que levantava. Então voltava e fazia... e fazia, assim, meia hora, mais... E a minha mãe de chapéu, junto com a gente! (Anexo C, p 341)

O espaço dos salões de baile, já, significativamente, mencionado, tem importância fundamental nas narrativas, uma vez que ancora *cada sujeito em actâncias* nas quais se juntam a seus objetos de valor.

E o foco, por vezes, fecha-se nos espaços de convivência familiar – a sala, o quarto, a varanda, a cozinha. Relatar foi também habitar oniricamente a casa da infância, da juventude, reentrar pela via da lembrança nos aposentos que, marcados no inconsciente de forma indelével, povoam os sonhos destas velhas senhoras:

Ah, mas era gente muito boa! Tinham aquele costume se se juntarem, todas as parentes, de tarde, pra tomar chá. Aquilo era sagrado! Todos os dias! Se juntavam todas numa varanda e eu ia lá fazer aquele chá da tarde. Se botava uma mesa que era uma coisa muito *chic*! Ah, naquele tempo era uma mesa de luxo que se botava! Com taças japonesa, prataria! Ainda diziam o que queriam que se botasse na mesa. Aí, as parentes chamavam o doutor: "Meu filho, vem tomar o chá, que tem bolo, que tem tudo!" A casa ficava cheia! Desde as quatro horas da tarde até as sete da noite! Ah, e eu servia e depois me sentava junto a conversar! E como se falava da vida dos outros! A Dona J... se vestia toda bonita pra hora do chá... O marido ficava em casa, abafado, na cama, com as cuidadeira... as... as enfermeira... tava... tava, assim... parálítico... não caminhava mais. Era muito mais velho que ela! Como era elegante! Sempre de salto alto! Já era velha e sempre de salto alto! Aqueles taier, aquele cabelo misenplis! Bem pintada! Aqueles olhos bem pretos de lápis! Parecia aquelas artista dos filme do Carlito Champlin! Não eram todas que se vestiam assim! Ah, não! As outra eram mais, assim...mais senhoras, mais matrona. (M2, Anexo C, p. 324)

E a memória adentra aposentos, empreendendo um zoom em determinada peça do mobiliário, em determinado objeto. Olhemos em: “Aí, eu me escondi embaixo da cama pro papai não me dar...” (M1, Anexo C, p. 312); em: “Um dia o papai tava sentado numa cadeira de preguiçosa de antigamente” (M1, Anexo C, p. 313). De outra forma em:

dormia no mesmo quarto, eu tinha a minha caminha... e eu vinha pra frente do piano, que eu tinha uma loucura, uma loucura de aprender a tocar piano... mexia nas teclas e tudo... e tava num coleginho... mas quando eu tava querendo me animar no coleginho, a minha mãe ganhava outro neném e eu tinha que ajudar a cuidar... (M2, Anexo C, p. 316)

Naquele tempo, tinha uns sofás, que chamavam divãs, aqueles divãs, assim, pra repousar, né, porque marido não se deitava nas cama pra sepear... que as mulheres não gostavam que se desarrumasse as camas. Então se deitavam naquele sofá de couro, que era muito bonito... recostados, ali é que era pros senhores se deitar! (M2, Anexo C, p. 322)

Eu tive que desocupar o meu quarto pra dar pros noivos! E eu é que fiz toda a roupa de festa, de cama, de segundo dia... dossel... Era essa coisa que se usava nas camas, né? Uns cortinados... quando ela chegou, meu quarto tava desocupado pro casamento dela... (M2, Anexo C, p. 318)

O espaço das hortas ou dos pomares, dos jardins, dos varais de roupas ao vento foi lembrando como espaço de júbilo, em: “quando foi em março, ele me pediu em casamento. Ah, eu tava fazendo 20 anos... Naquele tempo se usava revólver, salva de tiros... ele era militar... aí eu fui pro quintal e ele dando tiros...” (M2, Anexo C, p. 318)

Considerado o contrato feito com o destinador – a pesquisadora – o enunciador - as memorialistas – em seu fazer persuasivo, visando a um bem sucedido fazer interpretativo por parte do destinatário – também a pesquisadora – buscou recursos para mostrar que o relato se constrói a partir de efeitos de sentido em que o parecer e o ser se conjugam. Verifiquemos a alusão a nomes de ruas, a pontos comerciais, a instituições, a lugares conhecidos na cidade do Rio Grande: “Eu morava na cidade nova, na rua Padre Feijó.” (M2, Anexo C, p. 327); “...tinham casa de modas, na Marechal...” (M2, Anexo C, p. 321); “... nós passávamos na padaria Luso-brasileiro, ali da Benjamim... que nós morávamos ali pertinho” (M3, Anexo C, p. 335); “nós tivemos no Forum, ali na Silva Paes.” (M3, Anexo C, p. 333); “Nós morava na... aqui na rua do Lúdio e dobrando... não... lá no Cassino... aqui do Lúdio e dobrando é a Montevideo...” (M3, Anexo C, p. 334); “Lá naquela casa que eu tinha, lá. Ali, né, bem na entrada. Era a segunda casa da Guarda Marinha, bem pegadinho à Capitania.” (M3, Anexo C, p. 331) Observemos ainda em:

Meu pai não adotava a gente na igreja pra casar... pra se exhibir! Então fez um casamento bonito, na casa da minha tia, ali na Benjamin, ainda eu tou te falando... que tem um portão... era um portão de grades... uma casa muito grande... Uma casa com quatorze peças! O pai mandou levantar um altar grande, ali... e foi o padre Caio que me casou... do Carmo... (M3, Anexo C, p.330)

Conforme já foi abordado na semântica fundamental, além dos valores nos quais se sustentam os relatos, conjunto de traços que apontam para um tema geral – busca da felicidade – dando sentido a figuras, concretizando esquemas narrativos, há uma ampla

cobertura figurativa que manifesta outras tematizações, inclusive as diretamente ligadas a essa busca, também, de forma reiterada, já aludidas, como a procura do príncipe encantado nos bailes e o desejo de a mulher atingir o *status* de independência econômica .

Mas os depoimentos, mais curtos ou mais longos, das memorialistas que preenchem e povoam as páginas desta tese, permeiam, ainda, em suas evasivas ou em sua prolixidade, outros temas freqüentes como, por exemplo, o autoritarismo paterno, o que se figurativiza, por exemplo, pela fuga da filha para debaixo da cama: “Aí, eu me escondi embaixo da cama pro papai não me dar..”. (M1, Anexo C, p. 312); pela imposição de regras às quais a desobediência implicava castigo, quer na infância, na adolescência e mesmo na fase em que a figura patriarcal reconhecia nas filhas plena competência para o casamento, comportamento interpretável como um claro processo de manipulação por intimidação: “...o dia que tu errar a porta da casa tá aberta, que eu não quero que ninguém erre aqui dentro...” (M2, Anexo C, p. 317)); “Meu pai, (...) ficou possesso, ficou possesso!...” (...) “Mas, não! Sem o meu consentimento, não devias ter posto esse anel!” (M3, Anexo C, p. 331); “...o meu pai me fez uma preleição. Onde se viu uma moça direita estar em público de mão dada com um rapaz? Mas, pai, eu vou me casar na semana que vem! Mas ainda não casaste!” (M4, Anexo C, p. 341)

Nesse contexto, a temática do autoritarismo paterno está associada à da passividade e submissão femininas. Cabe ao pai representar e exercer sua autoridade. A mãe tem o dever de assegurar o bom funcionamento da vida familiar. No recorte: “E a minha mãe, coitada, ... uma pessoa, assim, muito querida, muito bonitinha, toda arrumadinha (...)” (M2, Anexo C, p. 317), o emprego do diminutivo dá conta da construção da figura da mãe oprimida. A temática também se ratifica em: “Mas o velho tinha amante por tudo quanto era lado! A velha era muito querida, muito quieta. Que pessoa boa! Ela me contava: “Eu tenho isso tudo, I..., mas sou uma infeliz!” (M2, Anexo C, p. 323); em: “A mãe só diz, comunica o que tem que ser feito e ele que resolve as coisas.” (M4, Anexo C, p. 336) e também em:

Eu também dizia pra minha mãe: “Mãe, sai, deixa esse homem!” “Não, minha filha, eu não posso, porque vocês vão à sociedade, vão dizer que eu fiz isso, que eu fiz aquilo.” Então, agüentava xingada... atirava pratos longe, fazia desaforo na mesa: isso era os pais. E a gente vendo aquilo tudo! Mas os ricos também faziam. O rico fazia pior. (M2, Anexo C, p. 323)

O grande distanciamento existente na relação entre pais e filhos, marcado pela omissão, pela ausência do diálogo, é outro tema constatável nos relatos, como se pode verificar em: “porque não se falavam essas coisas...” (M2, Anexo C, p. 322); também em: “Aí, quando a minha irmã ficou, ela disse pra mim assim: Agora, pergunta pra tua irmã como

é que eu te... que eu te ensinei. Porque a mãe não ensinou a minha irmã. Eu é que fui ensinar ela!” (M3, Anexo C, p. 330); e ainda em: “A gente... e as coisas que a gente queria conversar, conversava com as tias. Eu tinha uma tia que era maravilhosa! “(M4, Anexo C, p. 330)

Figuras como *camisola nupcial*, *chambre*, *salto alto*, *talleur* representam a concretização do tema da hegemonização do sistema cultural dominante segundo o modelo europeu, especificamente, o modelo francês, no que tange à questão da indumentária. Isso revela o pensamento estético e a identidade visual da época, em uma cidade interiorana, porém, aberta para o mar, receptiva à penetração do padrão europeu de vestir, entendida a moda como fenômeno coletivo. Vejamos em: “Eu tinha três baús com enxoval! Minha camisola nupcial e meu chambre vieram de Paris! Renda francesa pura...” (M4, Anexo C, p. 342) e em: “A Dona J... se vestia toda bonita para a hora do chá... (...) Como era elegante! Sempre de salto alto! (...) Aqueles taier, aquele cabelo misenplis! Bem pintada! Aqueles olhos bem pretos de lápis! Parecia aquelas artista dos filme do Carlito Champlin!” (M2, Anexo C, p. 324)

Hábitos e práticas de sociabilidade em voga na Europa, como ir ao teatro, assistir a conferências, a concertos, a apresentações de uma companhia de ópera fazia parte do cotidiano dos grupos familiares mais tradicionais da cidade. No ambiente doméstico, ter uma criada de quarto era o luxo das moças daquele tempo; receber, à tarde, para o chá, era fator de requinte e traquejo social. Encadeados, os lexemas *chá*, *navios*, *teatro*, *riqueza*, *chapéus*, *roupas*, *brilhos*, *acompanhante* compõem um *tecido figurativo* ao qual subjaz, também, o tema em referência. Constatemos em: “Tinham aquele costume de se juntarem, todas as parentes, de tarde, pra tomar chá. Aquilo era sagrado! Todos os dias!” (M2, Anexo C, p. 324)

E em:

Ah, a Dona C... contava que namorou o Seu A... numa... numa palestra que teve... teve uma conferência aqui, com uma escritora espanhola... foi muito falado na cidade. Ela ficou no Hotel Paris, era o mais *chic* que a gente tinha, né! Quando vinham esses navios grandes, se hospedavam tudo ali! Aquelas senhoras, pessoas *chiques*, né, autoridades! E... e então teve no... no Sete de Setembro que era um teatro muito *chic* que ela foi fazer essa conferência. Mas era uma riqueza, eram chapéus, eram roupas... A Dona C... sempre contava isso. Naquele tempo já se usava brilhos nas roupas, muitas miçangas!... (M2, Anexo C, p. 327)

Às tardes tinha saraus em casa dela... Se juntava os doutores, os filhos rico, a menina mais velha tocava piano... que ela era bem mais velha do que eu. Na época, eu já tava, assim, com meus 14 anos e ela já tava acho que com uns com 18... Então, eu era acompanhante dela, né... Dormia no mesmo quarto, eu tinha a minha caminha... (M2, Anexo C, p. 316)

Outros temas mais específicos foram detectados, à medida em que esta análise foi-se desenvolvendo, ancorada no exame destes textos orais em que quatro memorialistas, autoras

da narrativa da própria vida, expõem suas maneiras de viver, seus modos de ver e de representar o mundo, o cotidiano, silenciando acerca disso ou daquilo e proclamando isso ou aquilo. Para encerrar este exame, tratarei deles, agora, mais afinadamente, enquanto traço, observando a perspectiva semiótica, seus perfis individuais.

5.2.1.4 As memorialistas, cada uma delas, e as temáticas específicas de seus relatos

5.2.1.4.1 M1

Além da temática dos preconceitos e limitações típicos da classe baixa estereotipada, o tema do celibato, da renúncia aos valores terrenos, marca, efetivamente, o relato de M1, um sujeito que nutriu seu universo afetivo com valores de ordem espiritual e moral.

M1 faz um depoimento com muitos saltos e rupturas sobre um passado marcado pela dor e pelo sofrimento, resgatado na falibilidade da memória, nos interstícios das lembranças. Os sucessivos percalços por que passa são responsáveis pela tensão emocional de forte impressão em seu dizer que, em muitos momentos, soa como um desabafo.

Já disse que os PNs da infância representam a aquisição de competência pelo sujeito. Como um todo, constituem um programa operativo de uso. No caso de M1, essa fase de competência caracteriza-se por um estado de perturbação que mostra um sujeito em disjunção com os objetos mãe e harmonia familiar.

Mas os papéis temáticos, sobre os quais o actante narrativo trabalha, vão desencadeando valores que transitam na direção disforia-euforia, configurando-se pela dêixis negativa e positiva. Mesmo quando o texto revela, a partir de figuras, a amargura de um sujeito maltratado pelas lembranças – um “eu” atormentado pelas agruras do mundo – logo uma interação harmoniosa entre sujeito e objeto dá forma à neutralização da disforia, um valor intenso, portador da descontinuidade. Estar empregada nas casas de patrões bondosos, por exemplo, exercia influência harmonizadora no universo passional de M1: “O marido da Dona I... era muito bom, respeitoso. A Dona I... era muito boa pra mim! Não tenho queixa dela. Esses dias eu tava até pensando nela. Até mandei celebrar uma missa. Pra eles todos.” (Anexo C, p. 315)

No nível do parecer, a opção pelo celibato: – “...ele queria casar comigo. (...) Não era muito velho. E rico! (...) Eu não quis. Eu tinha medo de me casar! (...) Porque eu via minhas companheiras sofrer com os maridos... (...) casar eu não pensava! Eu via os mau exemplo.” (Anexo C, p. 315) – deu direção a decisões tomadas pelo sujeito, o que veio a assinalar seu distanciamento do universo familiar pela busca de emprego em uma creche:

Um dia eu saí, escondido da M... e fui caminhando... caminhando... caminhando... encontrei uma senhora e disse assim: "A senhora podia me explicar onde é a crecha?" Ela disse assim: "Crecha!!!!" "É, adonde tem criança." "É creche!". E me levou lá! Me levou lá e eu... eu perguntei pra madre e a madre disse que não... que não, que não precisava de empregada. (Anexo C, p. 313)

(...)

Aí eu fui caminhando, caminhando... tão triiiste! Aborrecida! Disse: "Ah, eu não vou arranjar emprego nunca. Vou viver na pobreza, tão pobre... não tenho ninguém, não tenho mãe, não tenho pai... não tenho mais ninguém... Depois, se as minhas irmãs me abandonam? O que é que vai ser de mim?" Eu cá comigo. (Anexo C, p. 314)

Sentindo-se ameaçada pelo isolamento e pela solidão, passou a crer poder ser feliz seguindo a vida religiosa:

Ah... depois, eu perguntei pra madre. "Por que é que aquela irmã dá aula pra aquelas três... três moças que estão lá dentro?" "Ah, minha filha, é pra vida religiosa!" E eu disse assim: "É boa a vida religiosa?" Ela disse: "É! Por quê?" "Ah, eu tinha vontade de ir pra... Eu queria ser religiosa!" (Anexo C, p. 314)

Marcado pela forma verbal queria, o enunciado mostra o sujeito penetrando num plano imaginário. Investida aí está uma modalidade virtual que qualifica sua competência. A modalidade do querer instaura, na narrativa, a isotopia religiosa.

Na configuração actancial de destinador-manipulador, surge, no percurso narrativo, Irmã R... , sujeito detentor de uma saber sobre o querer do sujeito-destinatário, que o convence a não desistir de seu propósito narrativo, isto é, de lutar contra as forças antagonistas causadoras da frustração por não ter conseguido obter o objeto de valor desejado, o que se figurativiza pela recusa ao pedido de emprego: “Ia toooodos os dia. E uma irmã, ela já é morta, disse assim, a Irmã R... ‘Vem todos os dia que a madre vai resolver te pegar, tá?’ Eu disse: ‘Tá certo!’ E aí, ia todos os dia!” (Anexo C, p. 314)

No nível modal-narrativo, a paciência, figura passional coextensiva à concepção de espera, que emerge da competência do sujeito em poder esperar pela ocasião em que as circunstâncias tornem-se propícias, faz com que esse sujeito, cumprindo seu PN de busca do emprego, chegue ao êxito final. A narrativa que o sujeito desenvolve, quando vislumbra perspectivas de superação, considerado o sincretismo da dimensão mítica, mágica e religiosa que a leitura do texto permite, mostra como chegou ao reequilíbrio de seu universo passional:

Aí, quando eu cheguei no portão de casa, eu fui pra abrir o portão, um menino Jesus deste tamanho, assim, bem pequenininho, cabelo bem loouuro, bem crespinho, crespinho: "H..., H..., a madre está te chamando! Vai lá! Vai lá que ela está te chamando!" Cheguei, fechei o portão de novo. "Então vou contigo!" Quando eu disse que vou contigo, ele desapareceu. Depois eu fui lá perguntar pro padre. Ele disse que foi o menino Jesus que me chamou pra vida religiosa. Aí eu falei com a madre e disse pra ela. E ela disse: "Sabe quem é, H...? É o menino Jesus que quer que tu seja freira." (Anexo C, p.314)

A narrativa de M1 ganha, gradualmente, neste ponto, um teor mítico que se atualiza num insólito construído por um sujeito que parece querer reter imagens e sentimentos transcendentais do humano e terreno: "Aí eu contei pra M... que quando eu abri o portão, eu vi aquele menino me chamando. Nunca mais..." (Anexo C, p. 314) O menino louro, de cabelo encaracolado, traços de divindade culturalmente construídos pela ideologia européia, figurativiza o apelo divino determinante à escolha pela vida religiosa, aponta a porta de saída do espaço profano – o mundo exterior, a cidade, a rua, as casas, as pessoas que ocupam esses lugares – para o espaço celeste – o mundo recluso dos conventos - clara oposição entre inferno e céu estabelecida, porém, no eixo da horizontalidade.

Este sujeito passa, então, a ter outro objeto de valor: seguir a vida religiosa. Busca não somente refugiar-se na proteção de um ser superior, mas penetrar no mundo superior onde habita esse ser, busca abrigar-se num universo onde os valores são de outra ordem, não da ordem do físico, mas da ordem do sublime.

Assim, num relato concretizado por figuras que tematizam a ternura, a ingenuidade, a religiosidade e, notadamente, a felicidade, M1 transforma em grandeza toda a tensão que perpassa seus PNs da infância e da juventude. Converte dor em espetáculo, enquanto, emocionada, encerra suas lembranças com uma evasiva: queixa pelo calor do verão de 2004.

5.2.1.4.2 M2

M2, a memorialista cuja vida transita entre a mentira e o segredo – é rica no modo da mentira, pois parece rica, mas não é, e é pobre no modo do segredo, pois é pobre, mas não parece – produz um discurso repleto de percursos figurativos que se opõem – os que remetem ao tema da pobreza e da riqueza – e se superpõem – os que tematizam denúncia de mazelas da sociedade e/ou solidariedade aos sujeitos injustiçados cultural e socialmente. Esses últimos

constituem seu diferencial, em relação às temáticas presentes nas narrativas das demais depoentes.

Desde o início, o tom de seu depoimento é crítico. A infância vivida em dois espaços delineia um modo paradigmático de existência de valores. A casa dos pais recebe um tratamento disfórico: “Olha, era um sufoco! (...) ...eu não tive, em casa, uma vida de menina, alegre, assim... Não tive!” (Anexo C, p. 318) Já a casa dos patrões de sua mãe recebe uma forma de referência eufórica: “Então elas me levavam, toda encacheada, me trajavam... me faziam tudo... eu era toda chic...” (Anexo C, p. 317) Notemos, nessa oposição de registros, a evidência de uma conjunção pragmática do sujeito com valores que dizem respeito à casa dos patrões.

Na juventude, fora do topos de largos recursos, M2 descobre sua “verdade”, seu ser e parecer: é pobre e parece pobre. Busca a solução pragmática, trabalhando na casa de costuras, na fábrica de biscoitos. O sonho de tocar piano fora apenas um estado passional que não ultrapassou o plano do mero desejo.

A questão da dubiedade de padrão social parece ter sido marcante na vida de M2 que, até hoje, dá a impressão de querer atestar uma nobreza de origem, quando dá explicações que buscam desembaraçar fios da rede de sua ascendência. Fala de seus olhos azuis: “Às vezes o pessoal me pergunta por que é que eu... por que é que eu tenho o olho azul.” (Anexo c, p. 325). Faz menção aos nomes franceses de pessoas de sua família: “Eu tenho uma tia (...) que o nome dela é Haydée, e tenho a tia... que era... o nome era Nicole... já morreu há muito tempo! (...) Larry... um primo que também já morreu. É nome de francês...” (Anexo C, p. 325). E justifica:

...porque a minha bisavó era crioula casada com (...) francês (...) porque os francês vinham fazer aquela ponte que tem em Pelotas, dos trem, e a ponte dos francês aqui em Rio Grande (...) ...então veio e começou a namorar a menina (...) a minha bisavó (...) E então ele se apaixonou pela mulata e se casou com a mulata! Então, a minha família saiu toda misturada... (Idem)

Fazendo do falar uma forma de desocultar desconfortos, queixas constantes vazam de seu relato, lugar onde a figura materna é sempre realçada positivamente e a paterna apresentada em traços de comportamento e personalidade que permitem prever desarranjos de equilíbrio, depois colocados em pauta. Portadora da ancestralidade da família, guarda a memória de acontecimentos, carrega segredos – as brigas do casal, seu pai e sua mãe – tantas, que se associavam diretamente ao tempo de estadia do navio no porto, fazendo parte da rotina doméstica, nos períodos em que ele, que era marinheiro, permanecia em casa – o peso das responsabilidades, quando, não deixando ser filha, desdobrava-se em mãe, bem antes de sê-lo:

“e... ela ia pro emprego e eu que tomava conta da casa. Então... tudo comigo, né...” (Anexo C, p. 316) As filhas mais velhas, encarregavam-se, principalmente, nas famílias pobres, dos cuidados higiênicos, da alimentação e da educação dos irmãos pequenos, quando as mães precisavam sair de casa para trabalhar.

Iterações sêmicas figurativizadas em torno da isotopia do mar - *navio, barra, marinha, viagem, partida, demora, chegada* – inscritas na articulação sintagmática do texto, marcam a intensidade do estado passional de abandono e insegurança vivido pelo sujeito. Na figura central do mar, na força de suas águas contra a qual nada se pode, reveste-se o percurso temático da intransponibilidade de distanciamento entre filha e pai. O simbolismo desse elemento, que se interpõem entre os dois, estende-se à condição líquida do vinho que ele consome e que também o distancia do lar, mesmo quando seu navio está no porto. O vigor das imagens ligadas ao mar sugere, no inconsciente do sujeito, a instabilidade de uma vida ao lado de um homem sem pouso certo, marcada pela ausência, visto sempre o líquido como elemento gerador de distância.

Esse estado passional do sujeito faz com que se crie uma cumplicidade emocional entre filha e mãe, uma relação de amor e de confiança que M2 quer perpetuar, historiando lembranças que vêm sob forma de fortes efeitos sinestésicos de ordem visual – “E a minha mãe (...) uma pessoa, assim, muito querida, muito bonitinha, toda arrumadinha (...)” (Anexo C, p. 317) – e gustativa – “Daí a pouco me diziam: ‘I..., traz um prato de cocada!’ O casamento foi abaixo de cocada e panelinha de coco e papos-de-anjo, tudo feito pela minha mãe. Aaaaah, os papos-de-anjo da minha mãe!!!” (Anexo C, p. 322)

Mas a fala de M2 desenvolve-se, não apenas por sobre a temática de sua vida, abre-se para o tema amplo “vidas”, constituindo uma configuração discursiva que abarca várias transformações narrativas, muitos percursos temáticos e diferentes percursos figurativos. Na segunda *domus* onde habita, seu olhar apurado não se fixa apenas nos acontecimentos da rotina doméstica, mas também no fazer das mulheres da casa, ou antes, no poder fazer e no não poder fazer dessas mulheres. E do lado de fora, enxerga as que perscrutam através das janelas vizinhas, por detrás das cortinas, as "comadres" vigilantes da moral e dos costumes:

...hoje, a gente vê as coisas e não diz, cada um que se arrume, mas naquele tempo (...) as vizinhas, senhoras *chiques* das casas, viviam... depois das seis horas, nas portas, nas vidraça, cuidavam muito da vida dos vizinhos, né... a gente tinha que andar num pé só...não era como agora, né, que ninguém vê nada!... (Anexo C, p. 326)

Fala de gente, contando o que ouviu de outras bocas. Expõe sofrimentos e transgressões, fraquezas e abusos de poder, deixando ver a face não convencional dos comportamentos. Ao fazê-lo, evidencia uma visão de mundo não tão livre de preconceitos e de preceitos moralizantes, mas, ao seu modo, solidária com o elemento marginal, condescendente com a condição humana. Há momentos em que parece colocar-se como porta-voz dos estigmatizados, fazendo da oportunidade da fala um poder fazer contra a injustiça social.

No tocante à impotência feminina, diante do socialmente aceitável comportamento transgressor masculino, que sobrevive abrigado na hipocrisia de um sistema, M2 trata do desgastado tema da traição, na relação conjugal. Procura ressaltar que a infidelidade masculina existia, também, no topos social da classe privilegiada: “O rico fazia pior. A mulher nunca sabia que ele tinha filhos! Porque, naquele tempo, já tinha os fordeco, os carro, e sabe que de carro o homem faz tudo, correndo, na mesma hora e já vem, com a cara de cartão.” (Anexo C, p. 323)

Traz à baila o sofrimento da mulher rica, "mal- casada" e/ou "mal-amada", a subvida a que se sujeita:

E tinha o velho que gostava das empregadas, né. Cedo se levantava e já ia pra empregada! E a velha, Dona D... , ainda tava dormindo, porque tinha filhos pequenos e ficava arrumando os filhos. E o velho ia pra lá. E aquela gritaria dentro de casa... e a velha não podia fazer nada, né. Se usava o marido dar os pulinhos dele e a mulher tinha que ficar sabendo e aceitando, porque se fosse embora, era vagabunda! (Anexo C, p. 322/323)

...o velho se levantava, pé por pé, e ia no quarto das empregadas. Umas gostavam, outras não gostavam, né. Naquele tempo era tudo enrustido, mas faziam de tudo também! (Anexo C, p. 324)

Faz questão de mostrar-se como quem foi depositária das queixas, demonstrando cumplicidade, indignação, adesão solidária, como quem, mesmo passados anos, ainda adota a causa do outro:

E então a Dona D... me contava aquilo tudo. Dizia que as empregada não paravam lá. Uma noite ela ouviu uma barulhada e veio ver o que era. Olha, andava a empregada correndo casa adentro, porque ele queria pegar ela! Ficou espiando. E ela andava na roda da mesa... era quadrada, de ping-pong, era dos meninos jogar... e ela entrava por baixo da mesa e ele atrás.... E os meninos viam o pai fazer isso e depois faziam a mesma coisa! E ela ficava atormentada! (Idem)

Na concretização semiótica desse esquema narrativo, há, porém, uma performance na qual um sujeito que costuma trair seu cônjuge – o marido – inicia um conflito, quando o outro sujeito, o que está disjunto da fidelidade conjugal – a mulher – reage, aplicando ao primeiro uma sanção negativa. Aqui, a figura da mulher, doce e maternal,

curvada à dominação masculina, mostra sua outra face, a de quem tem iniciativa e disposição para romper com os padrões:

Mas, uma vez, a velha não se mixou! Ela estava no tanque, lavando uma roupa e ele começou a incomodar... Tinha que se falar chiando, dentro de casa... nada ele podia ouvir, senão já atirava a mesa no chão... Então, ela pegou uma roupa molhada, com sabão, e atirou por cima dele! E ali já saiu um *forrobodó*! Ah, ela passou muito trabalho com ele! (Anexo C, p. 323)

Em que pese a condição de natural submissão do sujeito feminino, o enunciador valoriza a recuperação dos valores extensos, em relação a esse sujeito – *a velha não se mixou!* – e enfatiza a passagem que contrasta com outros PNs cumpridos, marcados por um nível tensivo disfórico.

Também valores abstratos de temas que evidenciam o lado transgressor da moral feminina são trazidos para o relato de M2. Sob um percurso figurativizado pelas transformações narrativas *ficar sem mãe, já governar-se, fazer neném, ter dinheiro*, um sujeito representado pelo ator *moça, menina rica* protagoniza um discurso temático sobre a prática do aborto:

Tinha essa que era a O..., meio aloucada, aquelas moça que eram meia avoadas e ficou sem mãe... e, lá... ela namorou um rapaz e fez neném. Mas quando ela soube, assim... que, naquele tempo, moça tinha que esperar que viesse a menstruação, né... e ficavam muito assustadas e perguntavam umas pras outras: "Tu estás grávida?" Aí, ela... daquelas moças que já se governavam, tinha dinheiro... Pegava um Ita aí e iam-se embora pro Norte! Aí, lá... elas faziam! Naquele tempo não se falava, mas tinha aqueles doutor que faziam aborto! Foi lá, fez uma cesariana, tirou aquele neném, veio se embora mocinha! Porque não podia fazer por lá por baixo o parto, porque aí não ia ficar igual e ela queria ficar... como virgem. Olha, era aquela falaçada na cidade, quando começaram a descobrir que a menina rica tinha feito essas coisa! (Anexo C, p. 321)

Ainda a partir do mesmo valor, a memorialista continua tratando da “desordem feminina”, em outro percurso temático, o do crime passionai. Revestida pelas figuras da *porta arrombada*, da *faca na mão*, da *mulher despida*, do *sangue*, a natureza trágica do relacionamento amoroso aparece, no relato, descrita com intensa dramaticidade:

Olha, o marido arrombou a porta, entrou, fez um estrago que nem sei!! De faca na mão! Tirou... despiu ela toda... correu ela... E nessa hora que a mulher saiu da casa, eu ia passando pra pegar o pão. E ele correu atrás dela e ela se atirou naquela valeta e ele passou aquela faca no pescoço dela, e o pescoço prum lado e a cabeça pro outro... era sangue e tudo... e eu fiquei apavorada!!!... Fiquei até de cama de ter visto aquela cena... coisa que eu nunca vi, né? Já... naquele tempo, chamavam a viuvinha... que era um carro preto de polícia! E aquele crime, né... a mulher morta lá dentro! Todo o mundo correndo, saindo daquela casa de perdição pra acudir! Então, ela era mocinha, né, casadinha de pouco e... e tinha esse namorado! E eu vi aquela cena e aquilo nunca mais me saiu da cabeça! E então era um horror aquela coisa,

assim, né... mulher casada, fazendo aquilo... a cidade toda se movimentou, jornal, tudo... Aquilo foi causo pra muito tempo! (Anexo C, p. 326)

Incluindo-se, através do substitutivo pronominal “a gente”, M2 faz, também, referência a pequenas violações das regras habituais da vida da mulher em sociedade, na época, em situações que julga semelhantes às vividas por mulheres de hoje:

Mas ela morava lá e o namorado ia... pra visitar. Mas sabe como é, a gente dava aquela voltinha e os namorados tavam se agarrando! Porque não é só agora que os namorados se agarram, na esquina, e tudo! A gente não tinha tempo, mas qualquer viradinha que os velhos se viravam, a gente tava se beijando, se bolinando, essas coisas todas, assim. Era a mesma coisa, só que em ponto menor! (Anexo C, p. 321)

A memorialista vai além dos deslizes femininos contra as normas de moral e de decência das famílias, ao tratar do tema de um outro tipo de relacionamento amoroso não convencional, o homossexualismo masculino: “...e tinha um que era, assim, desses meninos que... que querem ser mulher, né... e todo o mundo falava dele, mas era uma pessoa muito boa!...” (Anexo C, p.326)

Alude ao estigma que a presença do homossexual representava para uma família:

E... agora tá se falando nessas coisas... nesses meninos que são... boiola... que são isso... Mas naquele tempo tinha quantidade, mas ninguém dizia nada, o papai não dizia, ninguém queria passar vergonha... Não é como agora, né, que as mãe dizem: "Meu filho é assim." Naquele tempo, não! Se botava fora! Um filho fazia assim... ah, se botava a campo fora, ficava na rua, dormindo na rua... (Anexo C, p. 323)

Ainda que sugira repúdio a um sistema social injusto, que demonstre sua solidariedade à condição do homossexual como ser socialmente oprimido, sua fala deixa transparecer o caráter interdito do tema. Neste outro recorte, narra um episódio que ilustra uma forma cruel de tratamento da figura do “transgressor”:

O que é marica?”, a gente perguntava, assim, por que a gente não sabia o que era. Tu sabes que um dia ele pegou o rapaz, levou prum lugar, um quarto, sei lá... pegou o fogareiro, acendeu, tirou o fundo de uma cadeira e botou o homem sentado! (Anexo C, p. 327)

O tema dos pactos matrimoniais, mais especificamente, dos casamentos acordados entre parentes, clara intenção de preservação das fortunas, entre famílias ricas – “...era, assim, tudo meios parente, sabe, os namorados... tão engraçado que era!” (Anexo C, p. 231) – parece trazido de forma inconsciente para o relato, o que se opõe à abordagem da temática dos casamentos contrariados, muito bem captada pela relatora, quando adolescente: “A mãe não queria de jeito nenhum aquele casamento, por isso é que ela foi pra tia!” (Anexo C, p. 322)

Sua evidente postura inconformista contra a opressão da figura feminina, objeto de um discriminatório sistema, traz à superfície a dimensão de um outro aspecto social, o da

mulher não oficialmente casada. Para seu pai, o que, metonimicamente, aplicava-se a todos os pais, uma mãe separada ou “amigada” colocava em risco a credibilidade moral de suas filhas:

Se chegava uma amiga, ele queria saber se... de quem que era filha... se a mãe era casada ou amigada. Ah, não podia ser amigada, né. Se possível fosse, queria ver a certidão do casamento! Se fosse amigada é porque era vagabunda e a filha já ia sair igual! Ele sempre dizia: "Mãe é cartão de visita!" Hã... dizendo assim, ele já ficava fora, né! Gostava duns vinhos! Mas homem podia fazer o que queria, mulher não, tuudo era feio! (Anexo C, p. 339)

Convertidos em atores que cumprem papéis temáticos, os sujeitos narrativos representados pelas patroas aparecem, no recorte a seguir, como destinadores-manipuladores que visavam a fazer com que sujeitos destinatários, as empregadas, usassem métodos contraceptivos. Abertamente colocada, está aqui a posição da madame que considerava ser a prole numerosa acarretadora, cada vez mais, de pobreza. Com a mesma abertura, registra-se a constatação de que a classe privilegiada economicamente já fomentava o controle da natalidade, o que permitia entender a esterilização feminina como uma estratégia econômica:

Quando eu me casei, a que foi patroa da minha mãe me dizia assim: "Não tenhas muito filho!". Eram dessas patroa que meio que governam as empregada, né! A minha tia M..., que trabalhava na Dona I..., também parente, uma vez, quando ela já tinha dois filhos, elas... os filhos eram médicos, né... levaram ela pra Porto Alegre e fizeram ela botar um botão de ouro no útero pra não ter mais filho. "M..., estás te cuidando? M..., olha, o botão aquele tem que se tirar e limpar!" Então, quando a gente se casava, elas, de vez em quando, iam na casa da gente fazer uma visitinha. Ah, elas queriam saber de tudo: "Quantos filhos tens? Ah, só tens um. Que bom!" Mas eu não dei muita confiança, não. Eu tive quatro, ah, ah, ah! Graças a Deus! (Anexo C, p. 324)

M2 narra experiências que revelam um modo de apropriação e de uso de certos bens culturais a que pôde ter acesso fora dos bancos escolares pelos quais mal passou. Faz um depoimento de modo a permitir que se entre nas casas pela porta dos fundos, direto nas cozinhas, e encontre, primeiro, não as madames, mas as empregadas; de modo a permitir que se faça contato imediato não só com quem faz as lides domésticas – coando o café, rodopiando o refogado nas panelas, batendo as gemas de ovos que viram papos-de-anjos, enchendo as quartinhas de água potável – mas com quem convive com as senhoras, com as patroas, ouve reclamações e confidências, vigia assados ao fogo e namorados aos beijos, intromete-se em conversas, escutando e dando conselhos, enquanto leiteiros cantam na rua, no ruído cotidiano da cidade cercada de mar: “Olha o leite da vaca Barrosa... focinho branco e as pata cor-de-rosa.” (Anexo C, p. 328)

5.2.1.4.3 M3

M3 é a própria *performance* transgressiva feminina, numa imagem de mulher interiorana, nascida nos anos de 1920. Assim a vejo, porque sai fora do estereótipo de seu tempo, quando, mesmo casada, elege as canchas de tênis e não o lar como principal espaço de seu fazer; quando opta por ter apenas um filho, uma vez que a prática do esporte não lhe permite assumir todos os compromissos que a vida de uma mãe de prole numerosa lhe exigiria; porque rompe com a hegemonia masculina estabelecida, quando toma a iniciativa da separação, na união conjugal com seu primeiro marido. Com a cobertura figurativa centralizada no jogo, no filho único, no desquite manifesta-se, em seu relato, a tematização do livre-arbítrio da mulher casada.

Esse procedimento semântico já se evidencia no início de seu relato.: “Ah... Eu não quis ter mais filho, eu evitava porque eu tinha que jogar tênis! Eu não tinha tempo... eu não tinha tempo de ter mais filhos! Eu usava camisinha! Era só camisinha! Já tinha camisinha! (Anexo C, p. 331) Observemos que, a figura do condom, a popular *camisa-de-vênus*, dissemina em seu depoimento, dentro do tematização já referida, o percurso temático da contraceção.

Diferentemente das mulheres da geração de suas avós e de sua mãe, M3 escolhe engravidar apenas uma vez, decisão que ataca diretamente o sistema de regras impostas à mulher pela religião e pela sociedade. Não bastante isso, adentra uma área de atuação privilegiada do homem. A memorialista comete, assim, uma afronta dupla: à Igreja, que condena a contraceção, e à sociedade, que considera a maternidade inerente à condição feminina. Ambas as instituições esperam da mulher o papel incondicional de mãe e de esposa dedicadas. Afora isso, a prática de esportes é atividade para homem, não para mulheres. Essas duas atitudes, tomadas por uma mulher que vive no interior de um estado distante dos grandes centros do país, no final dos anos 30 do século XX, demonstram sua ousadia em favorecer uma nova leitura do feminino: ser mulher não é só parir.

Em sua incursão pelo passado, M3 narra detalhes da vida conjugal com o primeiro e com o segundo marido. Com o primeiro, pai de seu único filho, fez parceria também no jogo de tênis, atividade cuja prática consagrou-a como exímia jogadora: “Nós jogávamos... com o primeiro marido... jogávamos juntos. (Anexo C, p. 329) ...joguei muito tênis, ganhei muitos prêmios (...) Eu tenho muito... muitos prêmios..”. (Idem)

O segundo casamento marcou o final dessa prática: “O outro... o segundo não... o segundo... já era mais idoso, era da... da... navegação... esse não gostava muito de tênis, não. Então, por isso que eu deixei... fui deixando, fui deixando e acabei não jogando mais, mesmo.” (Idem)

Como as demais memorialistas, M3 demonstra ter um compromisso com a felicidade. Por mais de uma vez, justifica o motivo que a levou ao término da prática do esporte e o faz salientando a afetividade da relação com o segundo marido, o que ratifica uma auto-sanção cognitiva, o próprio reconhecimento de que a performance – casar novamente e ser feliz – de fato ocorreu:

A minha vida esportiva foi o tênis. Eu comecei a jogar com 15 anos e parei com 60 anos. Parei, porque eu casei de novo! E o meu marido gostava muito de ficar agarradinho comigo! Passear... nós passeávamos muito. E ele... e, eu não tinha muito tempo pra ir jogar, não! Então, eu resolvi deixar o tênis. (Idem)

Este sujeito social que inverte conceitos expõe dissabores vividos no primeiro casamento, sem camuflar sentimentos. Assumida transgressora dos limites convencionais da união marido e mulher, traz o tema da separação, experiência que vê como única passagem possível, em momento de tensão máxima, quando um anti-sujeito – a traição do marido, figurativizada pela amante – invade seu território:

Quando fez trinta anos de casamento, eu já não agüentei mais! Porque ele saía de manhã e só voltava no outro dia! E eu comecei a... a reclamar. E ele dizia que ele tava trabalhando, que tava trabalhando, que tava... que tava lá no navio, que tava é... lá entrevistando lá o comandante, almoçando e jantando. E eu vim descobrir. Vieram me dizer que... que ele tinha outra. Aí foi aquele *fuzuê*... Foi um *fuzuê* danado! E... aí, sim, eu disse que não queria mais! (...) Aí, eu... sabes o que eu fiz? Mandei trocar a chave da porta! Aí, ele não entrou mais! (Anexo C, p. 332)

Diante dessa situação-limite, ainda que um anti-destinador – o conservadorismo social – orientasse a mulher casada a desconhecer a infidelidade do marido, M3 mobiliza PNs polêmicos. Incorporando e acumulando diferentes funções, por saber não poder ser e ficar indiferente, como destinador-julgador, imputa a ele e a si mesma a sanção da separação, uma supressão de continuidade:

...ele não pegou uma mulher. Ele pegou uma vagabunda... dos bengue ali da rua... da rua... defronte do porto Ele pegou dali. Se fosse uma mulher decente, tudo bem! Mas não era. E me comparar a uma mulher dessas?... Ah, não! De jeito nenhum! (Anexo C, p. 332)

Na retrospectiva dos PNs decorrentes da ruptura do contrato entre os sujeitos, M3 evidencia o estado patêmico em que se encontrava, em consequência da investida antagonista.

Ao saber que o marido descumpriu o contrato, não mantendo a fidelidade, de crédulo e confiante passa a ser um sujeito insatisfeito e decepcionado. Aparece o sentimento de falta: “Quando eu descobri, ele já tinha uma filha! Ele já tinha uma filha grandinha, já de 3, 4 anos.” (Anexos, p. 332) Sente-se no dever de reagir ao dano sofrido: “Eu ia agüentar isso? Uma mulher não agüenta isso! Uma pessoa não agüenta isso! Meu filho nunca disse nada! Nunca disse tanto assim... "Mãe, tu sabe o que tu tá fazendo!" (Anexos, p. 333)

É interessante notar que, discursivamente, as interrogativas que o enunciador dirige ao enunciatário visam a buscar também dele uma sanção positiva ao seu fazer, pois mesmo o filho, conforme demonstra, não colocou qualquer obstáculo à sua resolução. Com o mesmo objetivo, faz questão de frisar o apoio que obteve das amigas: “E as amigas apoiaram, porque elas tavam todas sabendo! Menos eu não sabia! Menos eu! Meus parentes todos sabiam! Menos eu!” (Anexo C, p. 332)

Firmemente decidido no seu propósito, enquanto destinador e destinatário, o sujeito desata vínculos, de um lado com o objeto, de outro com o adjuvante: “A minha mãe sempre me dizia assim: Minha filha, abre teu coração! E eu digo: Mãe, vai cuidar dos teu remédios, vai cuidar das tuas coisas! Deixa... que eu sou bastante mulher pra saber o que eu estou fazendo!” (Idem)

Interesante observar que a quebra da fidelidade do marido cria para M3 a necessidade de uma explicação. Instigado pelas amigas, o sujeito busca essa explicação a partir não do racional, mas através de um procedimento mítico: a consulta a uma cartomante: “E a... a mulher começou a me contar... me contar... a vida do... do... dele! (...) Que ele estava em Porto Alegre...” (Idem)

A ordenação seqüencial dos acontecimentos propicia que o sujeito, M3, modalizado segundo o ser, avolume em si, gradativamente, a paixão da cólera e a da vingança, paixões descritas e definidas por Greimas como complexas. Importante salientar que, para chegar à cólera, o sujeito passou pelos estágios da decepção e do rancor.

Produz-se um desdobramento narrativo em que o sujeito revela o intenso dilaceramento do eu-feminino diante da dissolução da continuidade, quando projeta, sem qualquer sutileza, todo o seu sentimento pela dor da traição no objeto – o marido – criando-se, desse modo, uma representação caracterizadora da cólera: “Deus é grande! Deus não mata, mas maltrata: a menina nasceu aleijada!. Eu sempre dizia: Deus não mata, mas maltrata!” (Idem) E detalha:

Eu descobri a casa dela, aonde ela morava, lá no canalete, lá de Porto Alegre... no canalete, lá na Ipiranga, né? E eu fui lá na casa! Bati na porta. A mulher abriu e eu vi a criança na... na... na... no sofá com aparelhos na perna. E eu digo: "Eu já vi o que eu queria!". E fui-me embora! Não falei nada, não disse nada, não briguei, nem nada. "Queres a mulher? Vai-te embora com ela!". E ele foi embora com ela. E morreu lá com ela! (Idem)

A intervenção do elemento desagregador que desfez a paz reinante e instalou o desequilíbrio passional na relação aparece com acentuado relevo na narrativa da memorialista. Ao empreender a performance em que se coloca frente-a-frente com o anti-sujeito, M3 faz ver que adquiriu uma outra competência modal: querer vingar-se. Sua atitude insere-se no percurso da reparação da falta, o da vingança. Vale observar que M3 mostra-se como sujeito dotado das paixões fortes e durativas, as que levam a um poder fazer. Mas a performance não acontece, pelo menos na forma como parece ter sido pensada. O quadro que o sujeito pôde ver da porta foi suficiente para converter o seu poder fazer em não querer fazer, o que assinala uma axiologia determinadora de um não reagir. Ou, de outra forma, o não fazer pode ter sido o próprio fazer.

Em seguida eu já fiz o desquite! Em seguida! Fui no advogado que era lá da nossa loja e... lá que eu fiz o desquite. Aí, quando apareceu o... o... o divórcio, eu fui lá e quis fazer o divórcio. Aí, ele veio de Porto Alegre, nós tivemos no Forum, ali na Silva Paes. Ele assinou lá em cima e eu assinei cá embaixo... e fui-me embora pra casa... Acabou-se. Cada um foi pro seu lado e acabou-se. (Anexo C, p. 333)

Este PN atinge o seu ápice, quando o sujeito resolve, não só na prática, como também oficialmente, afastar-se do objeto. As palavras de M3 redimensionam o sentimento de perda, a passagem de um estado de fusão amorosa a outro de individualidade descontínua. Entretanto, seu poder de independência dá-lhe a auto-suficiência necessária para que passe a conduzir seu próprio destino. Separada, dá início a um outro ciclo: o da liberdade pelo retorno à condição civil de sujeito disjunto da união conjugal, estado atingido por meio de sua própria decisão. Desfazer um casamento de 30 anos, ainda na década de 60, foi mais uma performance de vanguarda desse sujeito que ultrapassa fronteiras, que não observa imposições sociais.

Com altivez e superioridade, demonstra a consciência de seu poder sobre o homem que a magoou. Apraz-lhe constatar que pôde reequilibrar sua situação econômica e seu estado patêmico. Compensa-lhe conferir que inflingira ao marido infiel a dor do remorso: "Ele soube quando eu casei de novo! Ele disse: "Deus que faça ela feliz, porque eu não soube fazer!" Ele valorizou muito! Ele se arrependeu muito de ter feito isso! Muito! Ele sempre dizia que estava arrependido..." (Anexo C, p. 332). E ainda admite, de forma preeminente:

Ah, eu fui muito dura... com ele. Quando ele morreu, eu fiz o filho ir lá. (...) "Ajuda lá no enterro do teu pai e tudo que ele precisar!" Ele teve muito doente. Ele ficou meio apara... paralisado e tal... e eu também mandei dinheiro pra ele. Eu fui boa... boa até demais. Naquela época, eu fui boa até demais, sabe? Porque eu trabalhava muito. (...) ...tava trabalhando na loja lá... com o meu pai (...) e eu tinha daonde tirar, então eu mandei dinheiro pra ele lá... pra ele se cuidar! (Anexo C, p. 333)

Retomando o PN da separação, M3 vai à cólera e volta a um estado de descontração, de tranqüilidade. No vaivém das recordações, o enunciador encolerizado vai, aos poucos, demonstrando a superação do desconforto gerado por ter ativado a lembrança da dissolução do relacionamento. No final do relato, parecendo esquecer o infortúnio – a perda do objeto em circunstância involuntária – repassa momentos de enlevo, re-estabelecendo, no plano nostálgico, uma conjunção com o primeiro amor:

...o meu marido também gostava muito de baile! Ih!!! Ele adorava baile! Adorava! Bolero! Ah, como ele dançava bolero! Gostava muito de dançar! E... às vezes, nós vínhamos pra casa já era de manhã, nós passávamos na padaria Luso-Brasileiro, ali da Benjamim... que nós morávamos ali pertinho, e o dono perguntava: "Vão ou vêm?" "Não, nós já estamos vindo de volta do baile!" (Anexo C, p. 335)

A entrada em uma nova continuidade marca a reversão do quadro disjuntivo de M3: “Depois de doze anos (...) eu conheci o A... Doze... doze anos separada...” (Anexo C, p. 333) Lembrando, a memorialista refere a amiga que incentivou a aproximação com o que viria a ser seu segundo marido:

E a E... se parou: "Olha bem ele, olha bem ele. Esse é que te serve. Te sinta perto dele. E... e conversa com ele!" Aí nós começamos a conversar! Conversamos... conversamos e... e ele me disse assim: "Eu vou te telefonar! Amanhã, às sete horas eu vou te telefonar!" E começou a telefonar!... Ah, e eu comecei a gostar, né! Ah, eu comecei a gostar! Todos os dias, às sete horas, eu tava ali, pertinho do telefone, já esperando que ele telefonasse!
(...) Oito meses depois nós casamos... Imagina! (Idem)

A perórmance foi bem sucedida. M3 explicita sua conjunção, novamente, com a felicidade: “Ah... eu andava de bicicleta!... Mas! Na época do A... eu... só de bicicleta. Eu já tinha idade e andava de bicicleta, todo o Cassino! E nós íamos muito pra praia. Ele gostava muito do... de tomar banho! Nós íamos seguido pra praia... todos os dias!” (Anexo C, p. 335) Mas, outra vez, o relato assume um tom passional e dramático: “Aí a vida continuou... até ele ficar doente.... ir pra Porto Alegre, nós fomos pra Porto Alegre... teve que operar o coração... Mas, lá, o... Naquele dia... deu uma dor tão grande nele... que ele foi pra sala de... de operação, né... e... e não voltou!...” (Anexo C, p. 334)

M3 já deu mostras de que desafiou o sistema, pois, mesmo quando não devia, quis, e, porque quis, fez, satisfazendo, dessa forma, sua natureza transgressora. Há que se

observar que M3 está em pleno percurso do PN “vida” e que muita coisa ainda pode acontecer.

5.2.1.4.4 M4

No nível do parecer, M4 é um sujeito, na prática, em permanente estado de conjunção com a paz, um sujeito estavelmente conjunto com seus valores contínuos, posto que desenvolve programas cujo êxito pode ser explicado pela harmonia familiar.

Mulher enquadrada no alto padrão social, M4 é a mais culta das memorialistas. Nascida de família de linhagem ilustre, de posição socioeconômica privilegiada, seu relato centra-se num universo de requinte e apuro. Essa particularidade pode ser notada já nos percursos narrativos da infância, quando são historicizadas comemorações familiares em que se figurativiza o tema das tradições européias trazidas à cidade do Rio Grande pelos imigrantes:

(...) eu me lembro que nós passávamos as férias sempre lá fora. A gente saía depois que terminavam as aulas e só voltava... na época do Natal e no Natal nós íamos para a casa da vovó... a materna, né... e, lá, vinha como, assim... toda a família se reunia e faziam festas, não só no Natal, também, na época da Páscoa, é uma coisa interessante é que as tradições eram muito... fortes. Eu não lembro muito das tradições do Natal a não ser a árvore de Natal com velinha de verdade. Uma ocasião, na casa duma tia pegou fogo. Mas, eram velinhas. Até hoje eu tenho guardado como... relíquia, pode-se dizer,... aqueles... onde se prendem a velinha... se prendia na árvore de Natal. É um aplique, aquele aplique douradinho. E a mas.. aí... a o que eu mais lembro, realmente, é da Páscoa, porque... sabe como é criança, né... principalmente na casa grande, com jardim, faz muita estrepolia. Então eu lembro que havia uma ameaça assim: Quem não se comporta, na hora da de buscar os... ninhos que a gente escondia no jardim, quando não chovia, ou dentro de casa, se estava chovendo, e com ovinhos... Antigamente, pintava-se que... a minha mãe tinha o trabalho de pintar, tudo coloridinho! E quem não se comportava bem, recebia, a... a... não ovinhos,... mas recebia um pedaço de pau queimado na ponta. Até hoje eu não sei o porquê do queimado na ponta... mas causava uma impressão horrorosa à criança que tinha esse... por acaso tinha,... não era muito comum, porque o pessoal era comportado... o medo funcionava, né... chorava, assim, até... não poder mais. (Anexo C, p. 336)

Enquanto as demais não tocam, ou antes, das demais, apenas M2 mal toca na questão da leitura, afirmando que as mulheres liam futilidades – “Liam uns romancinhos que se comprava igual jornal, que vinham na casa trazer pra gente ser sócia, né... aqueles folhetinhos. Não tinham certos livros, não.” (Anexo C, p. 327) – M4 suscita o tema da

leitura, mostrando o peso significativo do hábito de ler, no seu cotidiano, na sua formação, enfim, na sua vida:

Nós tínhamos o hábito, sim, de ler. Eu li muito. Eu li o que eu podia e o que eu não podia, o que eu entendia e o que eu não entendia. Eu lembro de ter lido Bertrand Russel... uma... uma época, eu devia ter tinha treze anos, quer dizer. Acho que eu não entendi nada. Depois eu voltei a reler. Mas eu lia, porque tudo que me caía, lia. Principalmente aquela coleção de menina-moça. Todos aqueles da Madame Delly? Eu tinha a coleção completa. Eram... eram os livros que a gente podia ler. Eram os livros adequados pra gente, não é? Então a gente lia... (Anexo C, p. 340)

E deixa ver o costumeiro da leitura de jornais no dia-a-dia da família rica: “Meu pai era o primeiro a ler os jornais... abria aquele jornal enooorme em cima da mesa e lia tudo, tudo mesmo, mi-nu-cio-as-men-te, em silêncio,... Adorava ler as notícias de enterros, os convites para missas de sétimo dia!” (Idem)

Curioso observar a figurativização do tema. Ainda que M2 traga para seu relato a figura da obra de um filósofo da estatura do inglês Bertrand Russel, da mesma forma que M2, traz a figura do romance “água com açúcar”, considerado um tipo de literatura menor. Essa constatação pode funcionar como uma amostra de que o fascínio exercido pela história da mocinha que encontrava o príncipe, com quem casava e era feliz para sempre, pouco dependia de como se manifestasse, não só para qualquer menina ingênua e sonhadora que vivesse a alimentar seus mais distantes sonhos, como também para qualquer mulher casada que quisesse fugir do seu universo tangível e dar asas às suas fantasias. Valia o romantismo, a emoção, o devaneio. Mas, reparemos, a figura concretizada na referência ao tamanho do jornal, lido à exaustão, é sinalizadora. Tradicionalmente, os jornais em tamanho *broadsheet*, da grande imprensa, opõem-se aos jornais tablóides, de dimensões menores, vistos como mais populares e sensacionalistas.

Ao levantar o tema do racismo, M4 mostrou-se consciente de preconceitos oriundos de valores, historicamente construídos, caracterizadores da cultura alemã, e de valores culturais próprios da classe social mais alta e mais conservadora:

(...) nós tivemos uma cozinheira que foi uma cozinheira baiana e morou na Bahia, durante muitos anos, depois veio pra cá com uma família e que... era preta, tá, e que nós a amávamos de paixão. Ela ficou conosco mais de 30 anos, depois ela aposentou e o meu pai, que tinha um engenho de arroz, tinha... deu uma casinha pra ela e ela ficava morando - morava, quando era nossa empregada - depois ficou morando, um espaço de tempo e foi morar na casa de uma filha de criação. Então, eu nunca senti, assim, que a família alemã... sendo que alguns a acusam de ter coisas contra pretos que, na nossa não havia isso. Nos tínhamos empregados, meu pai tinha empregados, o nosso *chauffeur*, a gente amava o R... - era o nome dele - e ele convivia com a gente, sem... sem nenhum problema, não é? (Anexo C, p 338)

Importante observar que a enunciação veicula valores ideológicos que, pelo emprego da forma “a gente” – escolha do enunciador para uso no enunciado – reproduzem o julgamento da família, o jeito de a família lidar com o estigma social. Concretudes figurativas como ficar conosco, 30 anos, casinha, ficar morando, conviver, associadas às figuras “amadas” da cozinheira baiana e do chauffeur permitem que se delinieie a imagem de um enunciador, ou seja, de toda uma família não racista, porque reconhecida, grata, generosa. O recorte “e nós tínhamos esse, o R... (...) Ele era uma pessoa - um preto - extremamente confiável. Meu pai nos entregava pra ele, sem nenhum problema, não é?” (Anexo C, p. 342) ratifica o que o trecho anterior permite ler.

Não pintar o rosto, não pintar as unhas, ter aulas de trabalhos manuais, ter aulas de música são figuras que dão suporte à temática da rigidez da educação e da qualidade do ensino oferecido na instituição de caráter religioso altamente conceituada na cidade. Confirmamos em: “A gente não podia, imagina, pintar o rosto ou pintar as unhas! Até hoje, eu não con... eu não uso unha pintada. Eu guardei isso da minha infância, da época do Joana D'Arc! Porque a gente não pintava nada! A gente ia, assim: crua!” (Anexo C, p. 340) E em:

E havia um cuidado... as freiras cuidavam muito da gente, né. Naquela época, nós tínhamos matérias que eu não vejo, hoje. Não sei, se é porque não trabalho mais no segundo grau ou no primeiro e no segundo grau. Por exemplo, nós tínhamos aula de trabalhos manuais, nós tínhamos aula de música! (Anexo C, p. 338)

Essa abordagem ilustra o importante papel desempenhado pelos colégios de freiras, na educação de meninas e moças, acima de tudo pela manutenção dos valores vigentes, já introduzidos na vida familiar. O discurso da religião, na época, predominantemente, o da Católica, confirmava e enfatizava os valores pregados no lar, impondo e reforçando as mesmas restrições. Freiras educavam para Deus e para a sociedade, ensinavam a conduta moral e social convenientes às moças. Habilitavam-nas para o casamento.

Mas a educação esmerada não impedia que esse sujeito, mesmo cômico de seu dever fazer, sentisse-se tentado a pequenos deslizes:

Porque não se admite, né, numa família alemã, alguém que não faça o que deve fazer. E eu acho que essa palavra "deve" é muito presente na minha vida, porque, quando menina eu devia proceder... bem, sempre. A moça de família não deve dar risada na rua, ela não deve dar confiança. Minha mãe tinha um ditado que, assim... não basta ser, é preciso parecer. As duas coisas ao mesmo tempo. Então a gente se controlava muito. A gente não podia ficar naquele... naquela época havia assim: a moça fácil e a... e nós. A moça fácil fazia tudo que nós não fazíamos. E, às vezes, causava um pouquinho de inveja, né. (Anexo C, p. 339)

É válido lembrar que, para a moça solteira, o casamento era a única possibilidade de exercício da sexualidade aceitável. Veja-se que, às vezes, negando como quem quisesse afirmar, M4 deixou ver, no relato, que compartilhava dos mesmos sentimentos e impulsos interiores, enfim, dos mesmos valores intrínsecos a qualquer adolescente, ainda que esses valores estivessem ligados a comportamentos femininos considerados pouco adequados às mocinhas de família:

Não vou dizer que a gente fazia. Mas via, assim... o namorado entrava depois que apagava a luz, sentava do lado. Aí ela sentava atrás, se não tinha do lado. Quer dizer, são coisas que... e... lembro, porque era, assim, muito mais inocentes do que agora, não é? Havia muito mais romantismo, havia muito mais controle familiar. Diferente! Não digo que não haja, agora. Mas é diferente! (Anexo C, p. 341)

A valorização da família é tema insistentemente repetido ao longo de todo o relato de M4. Repare-se a afetividade presente na narrativa de uma performance que, desfazendo a distância etária entre mãe e filha, identifica ambos os sujeitos, por empreenderem uma mesma busca, a do saber:

(...) eu e a minha filha, íamos as duas de uniforme - não importava que eu fosse casada, o uniforme era obrigatório - íamos as duas de saia azul-marinho, empregueada, camisinha branca, gravatinha, bonitinhas, sapatinho baixo, eu e ela, de mão dadas. Bonito! (Anexo C, p. 343)

Neste outro PN, o destinador manipulador representado por um actante coletivo – a sociedade conservadora – que é também destinador julgador, por poder sancionar positiva ou negativamente o sujeito – M4 – quer ditar comportamentos:

(...) uma ocasião não sei o que que disseram pro meu marido, que podia fazer isso, podia fazer aquilo, que eu podia fazer isso. “Hum? Ela faz o que ela quer.” Dentro, realmente, daqueles preceitos que a gente sabe... uma mulher casada... tem certas coisas que ela faz, certas coisas que ela não faz, não é? (Anexo C, p. 342)

O adjuvante – marido – interfere em favor do sujeito. Importante notar que M4 tornou-se um sujeito conjunto com o objeto diploma universitário, o que alterou sua identidade social, de modo a compor sua competência com os conteúdos do saber. Mas observemos que M4 tornou-se, também, um sujeito dividido entre um comportamento de renúncia e um comportamento de desprendimento. Mesmo portadora de mais de um diploma de curso superior, não fica isenta de dever ser mãe e esposa dedicada, até porque, agora, tem competências que lhe permitem mais eficiência no trato com a família. No seu entender, espera-se isso dela.

E novamente o relacionamento mãe e filhos transgride o espaço convencional. Observe-se que o mito do amor materno revela-se, aqui, em valores conflitantes,

apresentando-se numa dupla função: aprisionadora e libertadora. Ao mesmo tempo que deseja que o filho curse Direito – e, para tal, dispõe-se a fazer o curso, a fim de que ele não desista de fazê-lo – M4 entende que os filhos devem construir seus próprios caminhos. A dedicação e a entrega são comportamentos exercitados diariamente na sua vida familiar. Mesmo tendo adquirido o perfil de uma mulher moderna, culta, independente, seu devotamento à família não conhece restrições. Para melhor atendê-la, frente à enfermidade do marido, busca mais capacitação, cursando Enfermagem:

E depois como eu gostava muito, gosto muito de estudar, sim, sempre... eu fiz, depois disso, eu fiz Direito... fiz Direito. Hã ... eu queria, em primeiro lugar, eu queria entusiasmar meu filho, que não estava, assim, com muita vontade de fazer. Então nós entramos e fizemos mais da metade do curso em conjunto, estudávamos juntos. Depois ele resolveu sair, foi embora. Ninguém cortou, eu... os filhos são para o mundo, não são para a gente. Então, ele foi pro Rio e eu... terminei o meu curso. Posteriormente ele voltou, ele concluiu o curso e está muito bem, obrigada. Mas, por necessidade de... de doença, na família, então, eu fiz Enfermagem, também, que não exerço. (Anexo C, p. 343)

A temática da política surge no relato de M4 figurativizada no fazer do pai: “E... meu pai trabalhava, levantava de manhã, cedíssimo, e antes de se meter na política – que a política foi o micróbio da família, né – e com muitos problemas, inclusive econômicos. Mas que é... o que é micróbio a gente não domina, está?” (Anexo C, p. 339) E embora se afirme que não há nada mais cientificamente inexato e conceitualmente impossível do que se dizer apolítico, porque ser político é condição inrente ao ser humano, a depoente se define como sujeito apolítico:

Se a família é política, o que é que eu sou? Apolítica. Declarada. Sem possibilidade de retrocesso, tá? Durante muito tempo, era... todos os buraquinhos da cidade, todas as coisas que não estavam bem pertenciam à minha família. Hã... e meu pai era... foi político em tempo integral. As pessoas batiam lá em casa, as pessoas telefonavam pra lá - não é? - e ele atendia, na medida do possível. Então eu acho que não sou política, não, tá? Respeito. Voto. Cumpro meu dever de cidadã, mas não sou, não gosto, embora muitos membros da minha família o sejam, eu desisti desta parte, não é? (Anexo C, p. 343)

Ao fazer uma avaliação do casamento, esta memorialista tangencia o tema da contracepção. Se não houve *descuido* e se houve *intervalo* entre as gestações, em nível de pressuposição, embora não exponha seus métodos, M4 está afirmando que foi precavida:

Todos nós temos problemas, não é? Quatro filhos. Todos eles bem. Então, tive um casamento feliz. Não se pode dizer que não, sabe? Pesa-se os prós e os contras, os prós estão em maior número. Não há, aqui... Quatro filhos! Todos eles queridos. Nenhum deles por descuido, não é? Com intervalo, não é? (Anexo C, p. 342)

Conciliando, sempre, seus estudos com os deveres para com a família, esta mulher rica, culta, de educação primorosa, paradigma de sofisticação e refinamento, consciente de

sua categoria social, apesar de conservadora, mostrou, no caminho percorrido, surpreendente autonomia e determinação para o seu tempo. Movida por um ideal, pois não dependia do trabalho para sobreviver, tornou-se uma profissional do Magistério, apaixonada pela causa da educação: “Eu amo ser professora. Eu amo os meus alunos... porque... mais do que uma profissão, eu acho que ser professora é uma missão... (...) Eu acho que isso é um título de honra (...)” (Anexo C, p. 343/344)

Enfim, procurando desvelar, por meio das marcas mais superficiais e concretas, os sentidos mais profundos e abstratos presentes nos relatos de trajetórias de vida, semioticamente pensando, posso afirmar, com segurança, que um dado comum a todos, a despeito de percalços do caminho, é a auto-sanção positiva dos sujeitos das histórias narradas. Em que pesem as diferenças individuais – sociais e culturais – distanciando ideologias e visões de mundo, e ainda que haja fragmentação de imagens, cortes, dizeres interrompidos, fluxo descontínuo de memória, impedindo uma narrativa em perfeita sucessividade temporal, o estar feliz, e, sobretudo, o ser feliz é o estado de alma que todas as memorialistas fazem questão de deixar parecer.

5.2.1.5 Algumas constatações

Não. Alcançadas num momento de revelação da beleza que vence o tempo pela descoberta da eternidade no fugaz, as memorialistas, frente a frente com a pesquisadora, à procura de suas histórias, não se transformam em âncoras da identidade feminina.

São ainda mulheres que sentiram, como sentem ainda as de hoje, o desconforto de discriminação, resultado de valores arraigados, profundamente, na tradição cultural. A família, predeterminando e limitando seus destinos ao casamento, aos valores de uma ordem social que trazia impressa as marcas da dominação, impôs-lhes obrigações das quais não conseguiram até hoje livrar-se.

Dos filhos, da casa, da família, enfim, não se incumbem ainda hoje as mulheres, por mais que se criem questionamentos sobre esse dado do mundo-referência?

Mas nem todas as posições foram por elas, assim, pacificamente aceitas. Como um todo, perpetuaram o *status quo*; como indivíduos, mesmo que circunscritas à sua aldeia, ajudaram a transformá-lo. Cada uma delas, ao seu modo, buscou uma libertação, uma nova forma de se colocar dentro da sociedade.

Com determinadas reações pessoais, às vezes em atitude de anuência, outras vezes de crítica à educação recebida, demonstraram mudanças de padrão de valores, encontraram em certos comportamentos a sua essência e a sua síntese. As casadas, por exemplo, mostraram-se como mulheres cuja busca de independência não foi bloqueada face às implicações do casamento. Como que fortalecidas pelas dores silenciadas de suas ancestrais, puseram para fora seu senso de liberdade, tão duramente elaborado. O que sofreram em função das condições reinantes, tornou-as aptas para efetuarem transição entre valores novos e antigos

Emitir a própria voz facilitou-lhes a produção de discursos prolixos, reconstituição de histórias de vida repassadas de lirismo, verdadeiro mergulho nas profundezas da subjetividade. Como contar uma história com vozes caladas? A fonte viva é vida que se oferece e não, vida que se esvaiu no silêncio.

O sectarismo aliado ao machismo não permitiram que elas se distanciassem dos afazeres domésticos, da faxina, da cozinha, que fossem muito além de seu portal. As tarefas domésticas continuaram, apesar de toda a mudança na sociedade, a serem consideradas como obrigações das mulheres. Mesmo assim, elas não se reduziram ao nível do parasita e do pária.

Em suas falas, puseram na balança os valores inculcados nos seus processos educativos, salientaram a subordinação da mulher, vinculando-a à noção de paternidade e vendo no machismo seu fundamento. Uma delas, ao rejeitar o machismo, acabou por rejeitar os próprios homens. Apartadas da política, muito mais de forma implícita do que explicitamente, demonstraram que a política não é uma questão da natureza à qual pertencem.

Sem estardalhaço, abriram caminhos, mobilizaram-se, foram mulheres que não cruzaram os braços. Constituídos pela linguagem, falando de suas experiências intrasferíveis, estes sujeitos, cuja maturidade é estado e condição, sobrepuseram-se às marcas do tempo biológico, ultrapassando-as pela consistência dos anos vividos. Deixaram-se observar, no movimento de suas consciências. Suas identidades foram conferidas pela atuação que tiveram e têm no mundo, pelas representações que fazem do mundo. E o relacionamento que hoje têm com a sociedade local acontece numa linha de satisfação, dada à condição conquistada.

Na medida em que cada uma se auto-apreendeu como vivenciadora de uma época, uma vida individualmente vivida passou a ser, aqui, universalmente comunicada, no que tem de significativo, entre gente que anda, fala e que, construindo histórias constrói História.

6 LANÇANDO UM OLHAR SEMIÓTICO SOBRE O FAZER HISTÓRICO

Acredito ter chegado no ponto crucial deste trabalho. Afinal, que olhar semiótico é esse que lançado sobre um material específico de pesquisa histórica pode ser transformador para os resultados a serem alcançados?

Proponho reflexões. No caso do presente estudo, minha atenção deteve-se em textos jornalísticos publicados há 107 anos e em relatos de vida de quatro mulheres que têm entre 81 e 91 anos de idade. Tratam-se de textos conservados em uma memória: no impresso de exemplares do jornal de 1900 e na mente das mulheres que prestaram seus depoimentos, pois, ainda que tenham sido gravados e transcritos, a gravação da fala e sua transcrição para o código escrito foram apenas formas de reter dados, no momento do relato, ou seja, o conteúdo disponível, naquele instante, na lembrança das rio-grandinas.

Há, pois, uma diferença de estatuto entre as duas fontes. Uma, a jornalística, é contemporânea aos acontecimentos, a outra não. Mesmo assim, as falas, oriundas de fontes vivas, têm um caráter atual e, conforme quiseram demonstrar as depoentes, construíram-se como um vestígio consciente e fiel do que foi vivido.

Mas, para a História, qual das duas tem mais valor para o conhecimento do passado? Quero refletir, partindo do que tenho ouvido de alguns historiadores mais apegados às tradições investigativas, em palestras e em conversas informais.

É sabido que à História tem interessado resgatar o passado a partir de “fatos”. Apegosa-se à rigidez na escolha e na valorização das fontes informativas. Isso porque, pela fonte oral, segundo os pesquisadores da área, participantes diretos dos “fatos” ficam condicionados à própria subjetividade. Ademais, o entrevistador pode direcionar lembranças, induzindo o entrevistado ao que convém à investigação histórica, acabando, assim, por coletar visões pessoais que só colocarão interferências na compreensão do passado. A História, dizem, deve ser construída por uma multiplicidade de dados provenientes de fontes “sérias”, dados que, acumulados, resultem num todo mais completo e, conseqüentemente, por isso mesmo, mais complexo, e não construída com base em visões individuais. O olhar do entrevistado, justificam, alcança apenas uma ínfima parte da vastidão de dados que compõem a História, apenas o que a vida do informante permitiu vislumbrar, possivelmente, até, pelo vão de uma única janela entreaberta. O passado, acrescentam, precisa surgir do modo mais amplo possível, para que se possa entender-lhe a “verdade”.

É sabido, também, que o historiador cultua o texto impresso como se cultua um fetiche, não consegue resistir-lhe. Não o condeno, pois trata-se de um comportamento próprio da natureza do fazer histórico. Mas, continuemos, refletindo. Em se tratando de textos jornalísticos, se o texto da imprensa “séria” é visto com mais credibilidade pela História, é justo nele que a História busca, com mais garantia, dados para a construção de sua “verdade”. É lá que estão sobriamente relatados os “fatos” ocorridos em espaços e tempos que considera “reais”, pois o jornal “sério” informa de maneira “verdadeira”, o jornalista “sério” representa “fielmente” a “realidade” que presencia ou que vem a conhecer por parte de quem a presenciou, reproduz de forma “intacta” o que vê ou o que ouve. O historiador crê na autoridade moral da imprensa “séria”. Um jornalista da imprensa “séria” tem consciência de seu papel.

Então, de acordo com os elementos que tenho e com o raciocínio que faço, a crença da História na fonte jornalística está em vantagem, em relação à crença que tem nos depoimentos de pessoas vivas. Mas, prossigamos. O fazer do jornalista que escreve a notícia inclui presenciar acontecimentos e, quando isso não ocorre, implica ouvir quem viu, quem esteve lá. Nesse sentido, o texto escrito da notícia tem por base, também, o testemunho de pessoas. Veja-se que tanto o historiador, em algum momento, quanto o jornalista relacionam-se com pessoas-fonte. Não podem prescindir delas.

E como se relacionam historiador e jornalista com a fonte viva de informação? Dada a natureza analítica da História e o caráter científico que deve ter um processo de investigação em seu âmbito, entendo o dilema do historiador clássico, ao ter de questionar a validade da prova testemunhal. Afinal, seu fazer requer racionalidade. A garantia de veracidade do depoimento baseia-se, acima de tudo, na confiança depositada na testemunha.

Obviamente que o valor técnico-científico da prova pericial tem muito mais peso para a História. Escritas pericialmente consideradas como provas materiais inquestionáveis de registro de “fatos” recuperados, por meio de rigorosa metodologia científica, são instrumentos palpáveis de “real” valor documental para o historiador.

Em que pese o compromisso moral da pessoa fonte para com a História, em que pese seu saber a respeito do acontecimento – por ter visto, por ter sido testemunha ocular, por ter estado lá – o que já atestaria sua existência, o testemunho recebe ainda, por parte da História, todo um tratamento de checagem, de análise crítica, para que fique crível, para que se torne “livre” de passionalidades, de subjetividades, para que possa, enfim, ser considerado válido e adquirir um estatuto científico. Interessa, portanto, que o testemunho esteja o mais próximo possível da “verdade” objetiva.

Já a relação do jornalista com a pessoa-fonte é menos tensa, pois a natureza do seu *fazer*, permite-lhe lançar mão de estratégias que não comprometam sua imagem como profissional, nem criem embaraços à empresa para a qual presta serviços. Através da escolha de verbos “dicendi”, do emprego do discurso direto ou indireto, da seleção de recortes da fala do informante, o jornalista acentua ou omite a sua marca de enunciador. Declarações mais arriscadas podem ser atribuídas ao enunciador referido, se citadas as palavras dele em discurso direto. O uso de verbos no futuro do pretérito evidencia que o jornalista não está fazendo uma afirmação, mas apenas levantando uma possibilidade.

Os recursos de busca de neutralidade tornam possível um jogo aparente de subordinação ao testemunho. A aplicação de modalizadores, em um enunciado que aponte o informante, veja-se o exemplo, pode isentar não só o jornalista, como também a pessoa que se pronuncia da responsabilidade pelo que é dito: *Segundo o arqueólogo Fulano de Tal, o fóssil teria sido encontrado no Rio Grande do Sul*. O jornalista pode cumprir a ética de seu ofício, sem preocupar-se, obstinadamente, com critérios de cientificidade.

O que deve, sobretudo, ser ressaltado na minha indução é que, se a História valorizaria mais o texto noticioso coletado da imprensa “séria”, esse texto noticioso também se origina de um testemunho de pessoas-fonte: do próprio jornalista, seu enunciador, ou de quem lhe deu informações sobre acontecimentos que viveu ou presenciou. Afinal, orais ou escritos, os textos não se produzem sozinhos.

É bom recordar: um discurso é constituído por quem o produz – o enunciador – pelo resultado dessa produção – o enunciado – e por quem o consome, o enunciatário. Assim, o produtor, o produzido e o consumidor compõem a tríade discursiva. Procurando exemplificar, através das ações que me permitiram concretizar este trabalho, reporto: do momento que colhi os relatos orais, ao longo de 2004 e 2005, ao momento em que os ouvi gravados, para transcrevê-los, as vozes que ouvi eram de autores dos quais, naquele momento, só restava uma imagem cristalizada em vozes, gravadas em fitas magnéticas. Ali não mais estava o enunciador que produziu os depoimentos, naquela outra e anterior circunstância histórica, naquela outra dinâmica, naquele momento irreiterável. As vozes gravadas, a transcrição dessas vozes em palavras escritas são apenas materialidades vazias.

Nesse sentido, há também que ser considerado que, ao transcrever as vozes das memorialistas, tentando ser fiel à fala original, coloquei, no código escrito, a marca de minha presença. A ortografia, os sinais de pontuação, registram a forma como percebi as falas: a fluência, as rupturas, os desvios, a emotividade daquelas mulheres. E a cada vez que li e reli os textos escritos para proceder às minhas análises, novas leituras recriaram-se, em função de

novas experiências que fui acumulando, de forma a permitir que se construíssem novas significações.

Ao escrever este texto, neste presente, historicamente concretizado, sou um autor que deixa, aqui, uma imagem congelada, no que aqui está escrito, neste agora irrecuperável, diferente do agora de quem me lê, neste momento.

Também minha interpretação dos textos jornalísticos do *Diário do Rio Grande*, de 1900, nasceu de um discurso novo que se instaurou entre eu e o *enunciador* da notícia, no momento em que a minha leitura se produziu, ou seja, no meu presente de leitor, por meio do suporte material, que é a palavra escrita, na folha amarelecida e esfarelada do jornal, modalidade de texto tão fetichizado pelos historiadores, como já foi colocado.

Assim, tanto quanto às notícias do jornal, como quanto aos relatos orais, a partir de minha experiência pessoal e única, produziram-se leituras fundadoras de um novo diálogo, iluminado por antigas leituras, associadas, com certeza, a outras que as precederam e a novas, que se realizaram durante a feitura de meu trabalho, numa dinâmica social acumulativa. Minha leitura, seguramente, não tem valores de significação sempre coincidentes com os presumíveis pelos autores dos textos. O mesmo aconteceria com qualquer historiador que analisasse o mesmo *corpus* e é preciso que isso seja entendido.

Se trago, aqui, estas reflexões elas se devem à necessidade que tenho de construir um caminho para justificar o quanto princípios teóricos da Semiótica e de teorias do texto e do discurso que com ela são conciliáveis, como as que trouxe para as análises de textos feitas neste trabalho, podem lançar novas iluminações críticas em velhos conceitos da História. É inadmissível acreditar, ingenuamente, que os acontecimentos do passado de "fato" ocorreram daquela forma como o jornal da imprensa que chamam de "séria" relata e que é possível, por um processo de depuração, extirpando excessos, buscar o passado, tal qual ele se deu, e trazê-lo para o presente.

Como já foi dito, com base nos princípios da Semiótica, em linguagem jornalística, tudo é um grande simulacro para criar efeitos de "realidade" e que qualquer jornal, mesmo o que não seja considerado tradicional e crível, pode construir com cuidado o fazer crer na informação veiculada, a fim de que se crie uma idéia de proximidade, confiança, precisão e credibilidade. O enunciador exerce seu fazer persuasivo na tecitura do discurso, dotando esse discurso de marcas que podem ser interpretadas como "verdadeiras". Em se tratando do jornal *Diário do Rio Grande*, ancorado na superioridade da empresa, é claro, o enunciador injeta segurança no enunciatário. Aliás, o jornal em si, por ser prestigiado e pelo seu próprio visual clássico, simula a plenitude tensiva, pois, como um todo, induz ao contrato

de confiança, convoca valores de toda a ordem para persuadir. Enquanto “documento” do passado, sua própria materialidade, desperta sentimentos eufóricos. Assim, pela memória fiduciária, manipula paixões.

Quando faço referência à ilusão de “verdade”, não quero dizer – e é preciso que isso fique bem claro – que aquilo que o jornal relatou não tenha ocorrido, não seja “realidade”, mas que, acima de tudo, deve ser considerada a inserção do sujeito que narrou, a impossibilidade de isenção desse sujeito. E nessa questão de conceito de “verdade”, questão que se espraia pela noção de “realidade” e de “fato”, reside a mais importante contribuição que a Semiótica pode oferecer à pesquisa histórica. Um discurso não deve ser entendido como “verídico”, mas como verossímil. Por sua vez, o verossímil precisa ser entendido como efeito de sentido, simulacro de “verdade”, sentido construído, sempre, na perspectiva do enunciador, acrescido de coibições sociais e culturais.

E mais: se o discurso é construído na perspectiva do enunciador, o relato que qualquer enunciador faça, de qualquer acontecimento, oralmente ou por escrito, é pura interpretação individual, com todos os acréscimos que a sociedade e a cultura possam adicionar à interpretação. Entendamos, então que o “real” que a História busca, nas fontes fidedignas, e dá a conhecer é levado a público somado, ainda, à intervenção que fez nele o historiador – recortes, enxugamentos, notas explicativas – carregado, portanto, com suposições ideológicas contidas *a priori* em seu pensamento.

Com o fito de melhor conduzir as considerações que estou fazendo, recuo à leitura que fiz dos textos jornalísticos. Devo dizer que já durante o processo de levantamento dos textos que iriam constituir parte do *corpus* desta pesquisa, nas edições do *Diário do Rio Grande* de 1900, pude observar como as mulheres são pouco representadas nos espaços informativos. Aparecem, quase somente nas notícias sobre acontecimentos da sociedade e, nessas circunstâncias, na maioria das vezes, inominadas, apenas como a excelentíssima senhora do senhor *Fulano de Tal*; algumas vezes na sua face profissional, como doceiras, bordadeiras, parteiras ou professoras.

Importante referir a notícia que considero ponto de partida para o prosseguimento de minhas investigações acerca do universo feminino na e da cidade do Rio Grande, texto, curiosamente, presente na edição do *Diário do Rio Grande*, de 20 de janeiro de 1900, jornal da “imprensa séria”, por adentrar uma dimensão do feminino, praticamente, não mencionada. Ei-lo:

Às autoridades
Praça General Telles

Pedem-nos para reclamar às autoridades competentes, energicas providencias contra o abuso que praticam mulheres de vida airada, nos costumados passeios nocturnos, na praça General Telles, escandalizando as Exmas familias com scenas de reprovavel immoralidade.²¹⁸

Veja-se que a notícia dá vistas de posturas severamente combatidas pelos grupos dominantes, pela moralidade burguesa que o próprio jornal representa. Trata de meretrizes que, afrontando o código social, expunham-se na *urbe*. E o olhar do enunciador parte do privilegiado, pois não se podia esperar que partisse do excluído.

Essa notícia impulsiona-me para estudos que já começo, a partir de textos que já estou colhendo da imprensa sensacionalista, a “não-séria” de jornais rio-grandinos do início do século passado.

Outros textos e outras questões poderiam ter sido, aqui, analisados, mas selecionei e recortei os textos que foram examinados; portanto, a presente tese é o resultado de uma seleção e de uma opção que fiz, exclusivamente, para esta pesquisa. .

Mas nas edições do *Diário do Rio Grande* de 1900, os acontecimentos em que a mulher é destaque – o caso da visita de Eva e da cirurgia de Anna – são casos isolados e excepcionais que ocorrem num universo reservado aos homens, protagonistas das informações relevantes e notórias. Então, como são representadas Eva e Anna a partir do que é narrado sobre elas?

Para começar, cumpre ressaltar que tanto Eva quanto Anna são silenciadas pelo jornal, são apenas as pessoas de quem se fala. Quando muito, o enunciador, autor do texto da notícia, uma vez, cede espaço para Eva dizer as quarenta palavras que registrou no livro de visitas da biblioteca pública: “El pueblo que sabe crear y mantener una Bibliotheca publica sin apoyo material de los poderes constituidos y com el esfuerzo de unos cuantos hombres de buena voluntad demuestra la grandeza de su cultura y la expansion de su inteligencia.” (Anexo B, p. 304) Outra vez, para que diga as nove palavras com as quais se despediu à partida: “Sigo Montevideo, adiós a todos: prensa, españoles y amigos.” (Anexo, p. 310)

Ao reproduzir o que Eva diz em suas conferências, levando em conta – somente para citar um aspecto – o trabalho de edição de pronunciamentos que duraram cerca de uma hora, de acordo com o jornal, o enunciador o faz de forma resumida.

²¹⁸ *Diário do Rio Grande*, sabbado, 20 de janeiro de 1900. p. 2.

Anna Ribeiro Rodrigues, por exemplo, ainda que se faça presente nas páginas de quatro edições do *Diário do Rio Grande*, aparece em conformidade com os ditames de uma sociedade burguesa de corte patriarcal e androcêntrico. No discurso jornalístico, Anna é a representação dela feita, um objeto que se deixa marcar por essa identidade histórica e social pré-determinada, passiva e terna, circunscrita ao casamento, à reprodução biológica e ao cuidado dos filhos, existência exemplar de esposa e de mãe, ao lado de um homem que vive a sua vida de cidadão. Quando enunciatário, é o marido quem refere o grito de dor de sua mulher. Uma vez morta, intensifica-se sua representação como modelo de virtude.

Eva Canel é representada dentro do modelo de postura feminina aceitável, colocada em concordância com a regra vigente para o comportamento feminino. Ainda que, pelos costumes da época, sua condição de mulher que é escritora e que viaja pelo mundo pudesse ser vista como característica inovadora e avançada, no jornal *Diário do Rio Grande*, esse fazer não é colocado como algo fora dos padrões considerados normais ou comuns, até porque ela, em conferência, assevera que “no lar deve-se resumir toda a actividade da mulher, sendo esse o lugar adequado para o fecundo desenvolvimento dos seus affectos, para a fertil expansão dos seus sentimentos e para a util manifestação das suas virtudes.” (Anexo B, p. 305)

A edição da conferência feita a partir do tema *Fraternisação da raça ibero latina na América* (Anexo B, p. 306/307), não se faz acompanhar de qualquer comentário que chame atenção para a postura claramente política da escritora, comportamento nada comum para as mulheres da época. Quando o enunciador informa que Eva “dissertou longamente sobre a situação dos varios paizes europeus, referiu-se à ilha de Cuba, absorvida pela Norte-America, salientou o character ambicioso desse paiz que deve pôr de sobre aviso todas as nações sul-americanas”, (Anexo B, p. 307) mostra-a defensora da colonização espanhola no continente americano.

Levando em conta que, em 1900, Cuba fazia parte dos Estados Unidos, a autora alerta para a anglicanização da colônia hispânica, o que, frente a uma platéia composta, em grande parte, por espanhóis e seus descendentes e ao ver dos leitores do jornal pode ter sido louvável mostra de patriotismo, sentimento que apenas ratifica as qualidades morais da escritora.

Curioso é tomar em consideração o que fui encontrar na Internet, a respeito de Eva Canel. Em site, organizado por Maria Regia Villa de Castro, aparecem notas de viagens do escritor peruano Ricardo Palma (1833 – 1919), recortadas de livro publicado em 1895.

Sobre viagem que o autor de *Tradiciones Peruanas* fez a Cuba, em 1892, conta, ele mesmo, que a estada na ilha foi breve, mas intensa:

Al pisar la Habana sólo contaba en ella con dos amigos: Eva Canel y Manuel de la Cruz. Eva Canel residió por algunos años en Lima, con su esposo Eloy Buxó, escritor humorístico de prodigiosa chispa, comparable sólo a la de mi viejo camarada Juan Martínez Villergas. Eva ama al Perú, porque en él corrió, durante la ocupación chilena, muy peligrosas aventuras en unión de su marido; y ama a los peruanos porque su hijo único, inteligentísimo muchacho que se educa en Nueva York, se obstina en no tener otra patria que la peruana. Eva, en la labor literaria, es tesonera como buena asturiana, y cuanto lucra lo consagra a la educación del niño. Vive rodeada de privaciones para que el ángel de su amor disfrute, en el extranjero, acaso hasta de lo superfluo. "Ya que él no quiere ser español como sus padres, no omitiré esfuerzos ni sacrificios que contribuyan a hacer de él un hombre útil para el Perú", nos dijo una tarde la buena y abnegada madre. (...) Redactaba, en los días en que nos vimos, un periodiquín semanal, La Cotorra, periodiquín de combate que llevaba más de dos años de vida. Este es, para mí, el lado flaco, el, lunar de la literata. No soy devoto de la mujer politiquera. ¿Qué nos queda a los hombres si las faldas se echan a abrir cátedra y a dictar resueltamente lecciones de gobierno, parlamentarismo, finanzas y conveniencias políticas para los pueblos? Mujer en cuyo cerebro se agita el microbio politiquero, y hombre que hace calceta, allá se van. El cordial y antiguo afecto que a Eva profesó me hace aconsejarla que no sea periodista de partido, que no moje su pluma en la tinta de los odios y de las pasiones banderizas, que no sea más que literata, que bastantes dotes la ha concedido Dios para brillar en el campo de las letras.²¹⁹

Afirmando ser preciso conhecer Pedro, ou seja Eloy Perillán Buxó, o marido de Eva Canel, para melhor conhecer a própria Eva, a cubana Maria del Carmen Barcia, doutora em Ciências Históricas (Prêmio Nacional de Ciências Sociais 2003), em fragmento de capítulo intitulado *Eva Canel, una mujer de paradojas*, de sua obra *Una Sociedad em crisis: La Habana, finales del siglo XIX*, encontrado no site *Cuba Literaria*, diz:

Un análisis psicológico de Eva Canel pudiera demostrarnos que formada junto a su marido – era una adolescente cuando se caso –, admirándolo profesionalmente, compartiendo con él una vida joven, plétórica de aventuras y desasosiegos, lo convirtió en su modelo de vida. Deseó ser famosa, aplaudida, hablar en público, polemizar, fundar periódicos, escribir novelas y obras de teatro y también, a su forma, participar en la política, aunque, a diferencia de Pedro, estuviese siempre del lado más conservador.

Para tener una noción del paralelismo que la Canel, consciente o inconscientemente desarrolló, es imprescindible conocer algunos detalles de la vida de Perillán Buxó.

Sus avatares se aproximan a los de una novela por entregas, buena parte de estos fueron compartidos con ella y evidentemente condicionaron sus futuras acciones.²²⁰

Ateu, de ideologia anarquista, Perillán Buxó foi escritor, periodista, dramaturgo, comediógrafo. Frases como “¡La bandera negra está enarbolada!; ¡Guerra a la familia! ;

²¹⁹ CASTRO. Maria Regia Villa. *Ricardo Palma estuvo em la Habana*. Disponível em: http://www.patriaroja.org.pe/html/colaboraciones/ricardo_palma_en_la_habana.htm

Acessado em: 07 de julho de 2006.

²²⁰ BARCIA. Maria del Carmen Barcia. *Eva Canel, una mujer de paradojas*. Disponível em: http://www.cubaliteraria.com/autor/maria_del_carmen_barcia/fragmentos%20libros%20elites.htm Acessado em: 07 de julho de 2006.

¡Guerra a la propiedad!; ¡Guerra a Dios!”²²¹ eram comuns na primeira página de seus periódicos, onde também escrevia artigos sobre o amor livre. Suas idéias republicanas foram tão intransigentes que, em consequência do teor de suas publicações, foi desterrado.

Eva Canel ainda permaneceu por um ano em Madri, substituindo-o na direção do periódico *La Broma*, para depois acompanhá-lo pela América do Sul: por Montevidéo, Buenos Aires, Santiago do Chile, La Paz e Lima, onde viveram. Voltaram depois à Espanha antes de morarem em Cuba, onde Buxó morreu, em 1889.²²²

E prossegue Barcia

La vida de Eva Canel, desde la muerte de su marido, revela un marcado deseo de imitar sus acciones. Escribe para el teatro, publica novelas, redacta en diversos periódicos, utiliza todos los espacios posibles para presentarse en público como conferencista u oradora, incursiona en la Trocha, viaja a la Tierra del Fuego, es Secretaria de la Cruz Roja Española. Trata de trascender en los espacios públicos, para el privado sólo conserva el papel de madre.²²³

Mais adiante, fazendo referência a vários trechos que Eva Canel coloca em seu livro *Lo que vi em Cuba – A traves de la isla* (1916), começando pela frase “¡Oh Martí, Martí,!, ¡Qué falta nos has hecho a todos!”, escreve Barcia: “Imposible parece encontrar escrita esta frase en una mujer que fue, sin lugar a dudas, una furibunda integrista, monárquica confesa, apasionada defensora de la permanencia del poder colonial en Cuba.” A historiadora cubana refere que Eva mantinha uma relação epistolar com Jose Martí e que veio a conhecê-lo, em Nova York, em 1891. Narra detalhes da despedida dos dois, após esse encontro:

Él, que la llamaba amiga, la despidió al salir para Cuba con una caja de bombones y le dijo: “No me escriba. Yo no le escribiré tampoco (...) porque no escribo a quienes bien quiero. Podría llegar a comprometerles”. Dice Eva que la comparaba con su madre, cuestión poco probable porque entonces ella tenía 34 años y Martí 38.²²⁴

Importante saber que Jose Martí (1853 – 1895), escritor e poeta cubano, por conta de seu espírito revolucionário, tornou-se um protagonista da independência de seu país. A luta que empreendeu por seus ideais políticos custou-lhe a vida.

Em texto de divulgação do lançamento recente de livro que inclui duas obras de Eva Canel, *La mulata* (1891) e *El indiano* (1894), edição de Pedro Ojeda Escudero, em Madrid, no ano de 2005, encontrei o seguinte comentário sobre a escritora espanhola: “En sus

²²¹ Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Eloy_Perillán_y_Buxó Acessado em: 07 de julho de 2006.

²²² Idem.

²²³ BARCIA. Maria del Carmen Barcia. *Eva Canel, una mujer de paradojas*. Disponível em: http://www.cubaliteraria.com/autor/maria_del_carmen_barcia/fragmentos%20libros%20elites.htm Acessado em: 07 de julho de 2006.

²²⁴ Idem.

textos se combinan ideas de corte tradicionalista con otras de signo contrario, como la defensa de la necesidad de la ilustración de la mujer.”²²⁵

Logo abaixo, o texto publicitário sobre a edição registra:

(...) La Mulata y El Indiano, son una muestra representativa de su producción teatral, que partiendo de la estética realista y un dominio de los engranajes dramáticos, enfrenta al personaje con situaciones extremas para desarrollar la confrontación dialogada de ideas irreconciliables.²²⁶

Referindo que Eva Canel *fue tal vez la primera mujer conferencista de América Latina*, o site *La Cristalería del Principado de Asturias*, sob o título *Eva Canel, 150 años de soledad* e o subtítulo *El Ayuntamiento de Coaña prepara varios actos para recordar en 2007 la figura de la escritora local, gran protagonista en la guerra de Cuba*, propiciou-me entrar em contato com dados dos quais destaquei o seguinte trecho:

Eva Canel era como el Marqués de Bradomín de Valle-Inclán, pero en su versión guapa. Es decir, era guapa, católica y sentimental. «Monárquica platónica por temperamento», así se confesaba la Canel. Desde su viudedad, partiendo de posturas izquierdistas, había sufrido una evolución ideológica. Derivó en un españolismo sin fisuras. «Quizá no soy una mujer adelantada; quizá hay en mi cerebro y en mi alma reminiscencias de pasados tiempos, pero dentro de mis ideas soy una mujer a la española rancia», dejó escrito. A Eva Canel le gustaban los negros. Pero los amarillos, no. Estaba en contra del divorcio. Sin embargo, en sus obras, con una prosa escueta llena de cuadros costumbristas, trataba sin pudor temas controvertidos. Pero la Canel era mucho más que una mujer tradicional. América temblaba cuando hablaba. En sus discursos y en sus crónicas disparaba veneno contra todos aquellos que hablaban mal de España. Defendió el honor de su patria en cada rincón de las antiguas colonias. En la guerra de Cuba vestía uniforme militar y marchaba a caballo com el Estado Mayor. También trabajó em el frente, ayudando a los soldados, como secretaria de la Cruz Roja. Su beligerancia era tanta, que incluso fue acusada de haber participado en la voladura del crucero americano «Maine».²²⁷

Um outro site, *Cuba – La Jiribilla*, manifesta-se acerca do posicionamento de Eva durante os movimentos pela independência cubana, dizendo:

En cuanto a ciertas portavoces de la propaganda anticubana más ofensiva, todavía resonaban tas palabras de Eva Canel, periodista asturiana radicada en Cuba, que tanto intentó denigrar a las patriotas independentistas e inocular el diversionismo ideológico con sórdidas valoraciones de su incompatibilidad con e! colonialismo (...)²²⁸

E cita trecho de artigo da escritora espanhola, publicado em 03 de março de 1896, na página 2, do jornal cubano *La Lucha*, aludindo, quanto ao teor manifestado, à sua “esencia

²²⁵ Disponível em: <http://www.adeteatro.com/publicaciones/litdra.htm> Acessado em: 28 dezembro de 2006.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Disponível em:

www.lne.es/secciones/noticia.jsp?pNumEjemplar=1349&pIdSeccion=41&pIdNoticia=428638. Acesso em: 19 ago. 2006.

²²⁸ Disponível em: <www.lajiribilla.cu/2002/n45_marzo/1192_45.html>. Acesso em: 7 mar. 2007.

difamadora” por conta de mostrar as cubanas “dibujadas como seres irreflexivos, ingratos y, hasta capaces de cometer actos terroristas”:

Cubanas son las mujeres que en La Habana obsequian a nuestros soldados con entusiasmo arrojándoles flores y palomas, y gritando: ¡VIVA WEYLER! ¡VIVACUBA ESPAÑOLA!, formando así contraste con aquellas que, titulándose “hijas de Cuba”, recogen dinero que se emplea en la dinamita que sirve para destruir la riqueza del suelo donde nacieron y para volar trenes llenos de mujeres y niños (...)²²⁹

Do site *Domingo del Pino – Cuba*, a partir do título *Eva Canel, un símbolo patriótico*, distingui os segmentos:

Nadie mejor que Eva Canel simbolizaba las intransigencias y los odios patrióticos contra quienes primero reclamaron la reforma del régimen colonial (...)

Asidua colaboradora en las páginas del Diario de la Marina durante la última guerra (1895-1898), Eva Canel contribuía con sus panfletos encendidos a mantener viva la llama del patriotismo más primitivo y radical. Durante toda la etapa de mando del Capitán General Weyler, de quien se hizo amiga íntima y cuyas visiones varoniles y violentas compartía, Eva Canel era parte indispensable e insustituible de cualquier autobombo nacional.

Josep Canonglo, un soldado catalán que fue enviado a Cuba en 1895 y simpatizó con los independentistas cubanos, cuenta que asistió a un acto en la Cervecería La Tropical de la Habana en el cual Eva Canel era, como de costumbre, la principal oradora patriótica, y la describe así: “cincuentona de facciones hombrunas, de estatura mediana, vestía el uniforme de los Voluntarios del comercio, aunque con el faldellín a la altura de los tobillos, para recato discreto de sus redondeces fisiológicas más pronunciadas”.

Los inflamados discursos de la señora Canel comenzaban al son del cornetín que pedía silencio, estaban siempre llenos de insultos y descalificaciones para los mambíses y sus jefes, a quienes el mejor calificativo que dedicaba era el de bandidos y concluían invariablemente con vivas a Weyler, a los Voluntarios y a la propia Eva Canel, que formaba con ellos una trilogía inseparable.

Canonglo señala que a fin de cuentas la Canel resultaba ridícula y risible y refiere que uno de los más importantes comentaristas de la época, Wenceslao Gálvez, que descubrió que Eva Canel no era más que el seudónimo teatral con el cual ocultaba su verdadero nombre, Agar Infanzón Canel, popularizó en el semanario Gil Blas el juego de palabras, “Agar...ven aca-Agar”.

El liberal Segismundo Moret, nuevo y flamante ministro de Ultramar (...)

El ministro le señaló los objetivos a doblegar, el Diario El Comercio, que defendía a Weyler, que era a quien de verdad temía el gobierno y a sus incondicionales, y entre estos, cómo no, a la señora Canel. La vida de Eva Canel, que tenía un patriótico hijo mayor que deseaba ingresar en los Voluntarios pero a quien ella se lo impidió por probable patriotismo, fue muy difícil en Cuba después de la partida de Weyler y ante la hostilidad oficial acabó pronto por emigrar al parecer a la Península y después a la Argentina.²³⁰

Por que faço todas essas referências?

Julgo necessário mostrar esse outro lado, não só para ratificar a idéia de que, discursivamente, os valores que circulam nos textos noticiosos carregam marcas sociais, históricas e ideológicas, mas, particularmente, para salientar que o jornal *Diário do Rio Grande*, órgão de defesa de princípios conservadores, em função dos preceitos que defende,

²²⁹ Idem.

²³⁰ Disponível em: www.domingodelpino.com/index.php?rss=1§ion=Cuba. Acessado em: 7 março de 2007.

vende as imagens daquilo que recomenda para praticar e apaga as que são incompatíveis com as idéias que prega. Divulgar para a elite leitora comportamentos tão extremados, assumidos por uma mulher, ainda que calcados no tradicional, seria muito imprudente e arriscado.

Raciocinemos: ainda convindo que a amizade entre Eva Canel e Jose Martí, provavelmente, só tenha sido levada a público, na obra de 1916, em nenhum momento o jornal *Diário do Rio Grande* faz qualquer menção aos aspectos dúbios da personalidade de Eva, quer seja nomeando seu marido – aliás, não emite qualquer referência à viuvez da escritora – quer seja aludindo sua participação em periódicos anarquistas.

Passados onze anos da morte do tão polêmico Perillán Buxó que, como periodista, difundiu suas idéias por um significativo número de metrópoles sul-americanas – no jornal *El siglo*, de Montevideo, no periódico *El Petroleo*, que reabriu em Buenos Aires, por exemplo – algumas dessas cidades, geograficamente, bastante próximas de Rio Grande, é difícil acreditar que o *Diário do Rio Grande*, que a colônia espanhola da cidade desconhecesse a ligação da tão celebrada escritora com o controverso homem de imprensa.

Também o discurso de Eva, tal qual o jornal revela, não contempla qualquer alusão favorável à ilustração da mulher, muito antes, referindo-se à ilustração, Eva deplora o tempo que se perde nas escolas e nos colégios “com lições banaes de uma sciencia enfatuada, desaproveitando-o para os uteis sentimentos da moral do trabalho e da religião.” (Anexo B, p. 305)

Se a guerra pela independência cubana acabou em 1898, apenas dois anos separavam a odiada e intransigente militante Eva da Eva, “mulher de mérito, de fama e de reputação” (Anexo B, p. 304), provavelmente banida de Cuba, tão exaltada pelo jornal de maior credibilidade da cidade do Rio Grande. A voz do jornal, obviamente, vai ao encontro do posicionamento geral da elite econômica local. Eva, por sua vez, chegada há pouco de Cuba e, em possíveis dificuldades financeiras, depende das elites para que sua aceitação na América, através das quais, mantenha-se. Está em jogo, talvez, sua própria sobrevivência.

Entendo que também ao jornal, porque conservador, não convinha divulgar idéias de uma mulher que manteve relações com indivíduos revolucionários, ainda que levando em conta as posições paradoxais pelas quais sua vida ficou marcada. Assim, principalmente por tratar-se de uma mulher e para o bem da mulher rio-grandina, melhor foi não lhe dar o rótulo. Melhor foi representá-la como uma mulher conservadora, tanto por suas perspectivas políticas, visíveis na segunda conferência dada em Pelotas, como por seus critérios, no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade. Melhor mostrar dela o perfil de uma mulher com

ampla participação na vida intelectual, mas com responsabilidades familiares, mesmo que as mulheres de seu tempo não emigrassem, tampouco se dedicassem ao periodismo.

Diante de todos os raciocínios feitos, devo acrescentar que, obviamente, não poderia pensar na Rio Grande de 1900, com o avanço midiático próprio do processo de globalização do mundo de hoje, que coloca todo indivíduo num presente contínuo. Mas a respeito dessa aparente contradição, julgo muito oportuno citar, aqui, o que consta no capítulo 1 – intitulado *Rio Grande, 1900* – da obra *Centenário do Colégio Lemos Jr.*, do jornalista rio-grandino Willy Cesar:

A condição estratégica de cidade marítima e portuária rende ao Rio Grande o privilégio de ser a única no estado a dispor do serviço de cabo submarino, concessão do governo imperial à The Western Telegraph Company. A multinacional chega ao Brasil em 1873 e no ano seguinte, à cidade do Rio Grande, com o objetivo de conectar o país, utilizando um cabo que atravessa os oceanos. Pela agilidade do sistema, os jornais do Rio Grande passam a publicar as mesmas notícias lidas em Londres, Nova Iorque ou Rio de Janeiro, no mesmo dia ou, no máximo, um dia depois. Antes, os rio-grandinos liam jornais brasileiros trazidos por navios com atraso de 15 a 20 dias. Os periódicos da Europa levavam mais tempo ainda. O sistema por cabo utiliza inicialmente o código Morse para receber e transmitir mensagens. (...) O cabo que, saindo de Londres, dá a volta completa ao mundo á a “internet” possível do século 19, e o Rio Grande está conectado na rede.

Tal informação sobre a efetiva operabilidade do cabo submarino, em Rio Grande, desde 1874, reforça ainda mais minhas conjecturas. A representação da mulher, no *Diário do Rio Grande* de 1900, é um simulacro que, na explicitação de determinadas características e no apagamento de outras, vai deixando pistas das posições do enunciador, fortemente fundadas na tradição.

O jornal mostra, sobretudo, o que um jornal sóbrio, da imprensa tradicional, conservadora, prestigiada, “séria” deve mostrar para a manutenção da ordem: a notícia filtrada pela visão preconceituosa dos homens sobre as mulheres, levada em conta, é claro, a perspectiva masculina da visão do enunciador. Apenas fortalece e perpetua visões já cristalizadas, através do sistema dual, que organiza o mundo em categorias opostas. Assim, a configuração da mulher constrói-se nesse esquema bipolar, em função da própria cultura que a sociedade gera, determinando os papéis que homem e mulher devem cumprir dentro dela.

Será, provavelmente, por conta do cuidado em buscar a informação na fonte jornalística “séria” e, ainda assim, fazendo a “depuração” das tendenciosidades que a História, nas poucas vezes que faz referência à mulher, e, na especificidade deste estudo, à rio-grandina do entresséculos, mostra-a virtuosa e recatada: servil, enquanto esposa, e mãe abnegada, perfeita nas funções atinentes ao lar.

Reportando-me, agora, às análises feitas a partir dos textos orais, quero colocar algumas considerações que julgo pertinentes. Já foi dito que, para a História, a confiança depositada em uma testemunha é o que assegura a “veracidade” de um depoimento. Para que um depoimento seja considerado confiável pela investigação histórica, é necessário que se aproxime, o mais possível, da “verdade” objetiva. Obstinada na busca dessa “verdade”, a História opõe-se a tomar por base narrativas de origens duvidosas, olha com desconfiança para os relatos obtidos de qualquer fonte viva, pela oralidade.

Começo por afirmar que o próprio relato oral é um acontecimento histórico novo e irreconstituível. Ocorre numa situação histórico-discursiva visível na sua materialidade, na sua realidade fenomênica. A situação histórica na qual se produz é parte indissociável de sua própria forma de existência. Desse modo, o relato é a própria História no seu irrefreado processo de construção.

Mas, ainda preciso explicar. Tenho plena consciência de que, ainda que me pareçam límpidas e transparentes as lembranças de um acontecimento remoto, elas não são as mesmas imagens experimentadas no passado, porque também eu já não sou a mesma e porque minha capacidade de perceber as coisas sofreu mudanças. Com essa nova percepção, alteraram-se, da mesma forma, minhas idéias, meus juízos de realidade e de valor. Seria como colar sobre o aqui e agora lembranças do lá e então, o que deixaria à vista a incompatibilidade entre as imagens deste e daquele momento, expondo discrepâncias.

Evocar o passado não é revivê-lo, é refazê-lo, pensá-lo, reconstruí-lo com representações físicas e mentais de hoje. Evocar a memória, não é sonhar, é empreender, mesmo que inconscientemente, um esforço. Evocar a memória é trazer imagens que se reproduzirão com elementos disponíveis no momento da evocação, imagens que se irão deixar iluminar por idéias concebidas pelas percepções da atualidade.

Frente a todas as ressalvas que coloco, quanto à fidelidade dos relatos, cumpre salientar que, borrosas ou não, as lembranças relatadas constituem importante material para reconstrução histórica. Penso que, ao desconsiderar essas narrativas, a História, além de mostrar-se preconceituosa, desperdiça testemunhos de grande valor memorialístico, pois é, inclusive, na oralidade que circula e se perpetua a produção discursiva das porções menos prestigiadas da sociedade.

Diferentemente do que pude constatar com base na análise do texto jornalístico, quando a voz feminina se fez emissora das narrativas a que me propus examinar, surgiram outras facetas da condição de *ser mulher*. Já na elaboração do projeto de pesquisa, previ a visão de mulher que o jornal conservador da empresa “séria” teria colocado em evidência,

embora quisesse investigar com paciência e insistência, ao longo de um ano de publicações, se não havia brechas para uma percepção menos presa à manutenção do *status quo* político social.

A partir dos textos que colhi do *Diário do Rio Grande*, de 1900, vi, moldada nas imagens que se referem ao feminino, a posição clássica que coloca o homem dentro da História e a mulher à margem dela, lugar considerado normativo dentro do sistema social patriarcal. Mas, como já referi, a visão deificada de mulher representada no jornal rio-grandino de 1900 difere-se da que representaram, de viva voz, as quatro mulheres nascidas nas duas primeiras décadas do século XX, mulheres que foram jovens, na década de 1930, e adultas, na década de 1940.

Não que tenham desaparecido valores. Ainda que constatados comportamentos irreverentes, como mostra o relato de M3, e por que não mencionar também o de M1, os valores, na sua maioria, mantiveram-se. E é justamente por se terem mantidos os valores que se sobressaem atitudes contrárias ao estatuto tacitamente estabelecido. No *modus vivendi* de M2, M3 e M4, imagens antigas de pequenas permissividades no namoro, só para exemplificar, delineiam-se com novas formas. Houve rupturas? Sim, mas as continuidades, de forma quantitativamente superior, permaneceram. Na juventude e na idade adulta das memorialistas, muitos valores do início do século XX estavam ainda vigorando e eu diria que há ainda os que vigoram até hoje.

Para estas três, a meta da existência foi o casamento. Mesmo para M4, rica e culta, a opção pela união matrimonial e, conseqüentemente, pela maternidade precedeu sua decisão profissional pelo magistério, trajetória também seguida por M3, menos rica e menos culta, mas desportista que acumulava prêmios, esbanjando talento nas quadras de tênis.

M1 e M2, negras e pobres, tiveram educação circunscrita a prendas domésticas – culinária e bordado – e catecismo. M2 casou, isto é, seguiu o destino traçado para as mulheres, pobres e ricas, de seu tempo, o mesmo que, hoje, embora não seja o traçado, é o desejado pela maioria das mulheres. Já M1 não.

Da mulher representada no jornal à representada pelos depoimentos orais, uma diferença sensível pôde ser observada quanto ao valor colocado na relação autoridade/submissão. Os relatos mostram que o valor posto nessa relação foi, pouco a pouco, substituído do temor pelo valor do respeito, o que implicou maior liberdade. E aí, conforme chamou-me atenção, particularmente, no depoimento de M4, criou-se a mulher ansiosa.

Com o aumento de seu nível de escolaridade, maior a cobrança que fez a si mesma quanto ao desempenho de seu papel. O estudo contribuiu para que assumisse uma

tripla jornada: a do trabalho, a da casa e a da culpa que passou a carregar por não estar dando aos filhos e ao marido a devida atenção. Marido doente determinou-lhe mais busca de conhecimento técnico-científico, em nível superior, para prestação de melhor atendimento. Filho desanimado para o estudo, motivou-lhe reingresso à instituição universitária, para estimulação pelo exemplo. Porque gostava de estudar, não lhe bastava somente a realização de mulher casada envolvida com os cuidados da casa e da família, mas estar fora de casa, para estudar sempre mais, só podia justificar-se pelo seu amor à família.

Mas observemos: optando pela vida religiosa, M1 contrariou o caminho natural à sua condição – casar e procriar – o que não deixou de ser uma irreverência. Sua escolha pela vida religiosa pode ter sido, mais que simples opção, uma fuga, ainda que inconsciente, à rudeza do dia-a-dia, ao risco de vir a não ser feliz sob a tutela masculina. Viver num convento seria uma forma de conquistar liberdade. Enclausurou-se, mas foi livre no desejo de levar a vida que escolheu. Sufocando Eva – desobediência, tentação – deu vida plena à Maria – virtude, candura e graça.

M3 decidiu ter um único filho para poder praticar o esporte que a celebrizou na cidade e fora de seus limites, desquitou-se, divorciou-se, casou-se de novo, viajou sozinha, andou de bicicleta aos 80 anos. Desviou-se, enfim, do padrão de conduta adotado pelas mulheres do seu tempo, ainda que seu procedimento diante da traição do marido tenha ratificado uma posição que de inovadora nada teve, ao repetir o comportamento milenar, pré-cristão, de vingança, tão bem expresso por Eurípedes em sua Medéia que, injuriada, apraz-se com a dor e frustração do traidor.

Houve, sempre, em todos os tempos, quem quebrasse tabus, quem infringisse o modelo representativo da conduta habitual de um grupo. Mas, fixada numa macro-história, à pesquisa histórica não interessam coisas pequenas. Numa rapidez assombrosa, os computadores podem traduzir em gráficos e em tabelas o que o homem faria em anos, coletando dados menores. Computam-se dados genéricos, positivos, cuja soma jamais corresponde ao que acontece no mundo empírico. E a História vai crescendo em absurdos e contradições insuperáveis. A explicação científica não atinge o homem como vida e história.

Só no fragmentário a História pode ser acessível ao homem, pois a universalidade da compreensão é fragmentária. O projeto totalitário com que é envolvida não é senão a situação de extrema penúria do homem que somente tem acesso às partes, na medida em que são recolhidas do todo. Esse todo, porém, é sempre arbitrário, porque predeterminado enquanto sentido inteiro das partes; é uma bricolagem feita a partir do paradigma que o estudioso tem em mente.

Em suas trajetórias, as memorialistas vivem o contínuo intercalado com o descontínuo, o que é perfeitamente normal, sendo vida e história ciclotímicas. Desenham-se, nos relatos, perfis de sujeitos que sentem, agem, reagem, sofrem e se alegram de maneira muito singular. São dialetos diferentes, são histórias diferentes, ainda que passadas em mundos não tão diferentemente ordenados, tudo refletido tematicamente na figuratividade de cada depoimento.

Cada uma delas é um ser que, vivendo, fez história, mergulhado no dinamismo da própria história do homem, penetrando por regiões em que a paisagem humana revelou ângulos surpreendentes. Descortinaram-se aspectos recônditos da vida desses atores da cena social, o que poderia ser campo de interesse para a pesquisa histórica. No entanto, não o é.

Cada depoimento é a vida voltada para o seu próprio acontecer. O que disseram as memorialistas não traz respostas totais e definitivas para coisa alguma, mas mostra uma universalidade que se individualiza a cada momento, a cada situação narrada.

Os registros da História Oficial mostram que o ser humano não mudou muito em alguns milhões de anos. Mudaria, então, muito menos, no âmbito de uma mesma sociedade interiorana, no imediatismo dos quarenta anos em que ocorrem as ações narradas. Uma cidade, sim, pode apresentar algumas diferenças, porque vista em momentos distintos de seu processo de desenvolvimento físico. Mas não acontece nenhuma revolucionária mudança de comportamentos, que seja estatisticamente importante, para a História, em tão curto prazo. As novas atitudes vão sendo tomadas, gradativamente, e as mudanças se dão em conseqüência de convicções adquiridas. Mudança de cultura é mudança de valores e isso não ocorre de uma hora para outra.

Mas essa compreensão me faz pensar: Em que se baseiam, afinal, os estudos históricos? Sobre o gradativo, sobre os processos de longa duração, que atravessam séculos, ou sobre a manifestação súbita, os processos ruidosos, que ocorrem na brevidade? Creio que, preferindo atentar para os grandes feitos, para os grandes acontecimentos, a História excluiu as narrativas que desencadearam processos lentos de transformações, eventos quase imperceptíveis, e aplicou-se na construção de invariantes históricas, saberes incluídos no modelo de ciência proposto pelo positivismo. A História primou pela escolha de fatos que envolvem heróis consagrados.

Num universo de mulheres que contraíram casamento nos anos de 1930 e permaneceram casadas até os anos de 1960, na cidade do Rio Grande, por exemplo, uma hipotética estatística histórica, certamente, desconsideraria a atitude corajosa de M3, que tomou a iniciativa de proceder ao desquite e, conseqüentemente, ao divórcio, tão logo esse

rompimento do vínculo do matrimônio entre cônjuges foi instituído na legislação brasileira. Sua irreverência seria apenas um dado matemático insignificante, desprezível pela pequena incidência no momento que ocorreu. Não representaria sequer uma curva num gráfico. O ingresso de uma negra rio-grandina – pobre e pouco instruída – para noviciado na vida religiosa, em uma congregação que recém começava a receber moças negras, o que foi considerado, no início dos anos de 1940, um passo à frente na vida religiosa no Brasil, não teve qualquer repercussão para a reconstrução da história das mulheres da cidade.

Acho oportuno lembrar Borges (1960), quando, em *El pudor de la historia*, ensaio inserido na obra *Otras inquisiciones*, afirma que os eventos ocorridos secretamente, que não foram contemplados, nos livros, pelos historiadores, foram, muitas das vezes, os que mais precisamente tiveram efeitos nos percursos da História, e, de modo particular, na história de um povo, de uma sociedade. Porque concordo também com Borges, entendo que os acontecimentos mais prosaicos, mais miúdos, as situações mais singulares oferecem contornos muito mais densos da vida de uma pessoa do que as ações retumbantes, as grandes ocorrências. Convenhamos que, em se tratando das memorialistas, quanta contribuição pode ser obtida para a reconstrução da história das mulheres na cidade do Rio Grande, a partir de detalhes, de minúcias de suas experiências cotidianas de vida, do legado provinciano que cada uma tem e que constitui a maior solidez de suas histórias.

Reconheço que o olhar retrospectivo com que o historiador analisa o passado deve ser entendido na sua complexidade. O historiador enxerga o passado, dirigindo o olhar a partir do presente. Encontra-se no futuro, em relação ao acontecimento que investiga. Assim, conhece já os resultados do processo. Mas ao deixar entrever esse conhecimento prévio, ao produzir sua narração da História, ainda assim terá mantido a pretensa neutralidade científica?

No curso desse fazer, a casualidade desaparece totalmente da História. A posição do historiador pode ser comparada à de um espectador que vê pela segunda vez um filme: sabe como acaba a história, nada há no filme de insuspeitado, domina-o o sentimento de uma inevitável predestinação. Como pode olhar do presente para o passado com a noção de um futuro imprevisível, como se fosse um espectador que não conhece o desenlace da história?

Então, se a pesquisa na qual se fundamenta a História parte de uma conclusão prévia, segue um percurso que vai do fim ao princípio de um caminho preestabelecido, para que se revele a interpretação já conhecida, é pertinente pensar que, no retorno ao passado, selecionam-se dados, colocam-se esses dados numa tal ordem, de modo que se estruturam, segundo uma lógica. Ao que parece, são pinçados de um todo apenas os dados que têm relevância para a comprovação de uma teoria prévia.

Assim, narra-se uma História prevista e decidida, construída sob uma pretensa cientificidade. O método é que estabelece esse caminho. A História, desse modo, nada mais é que o registro de “fatos” já decididos por quem modela e organiza uma matéria caótica, buscando dispor eventos, seqüencialmente, em blocos bem delimitados.

Mas a natureza humana não suporta uma história homogênea que aconteça linearmente. A História constrói a ilusão de que a reunião heteróclita de partes mostre-se capaz de construir um todo coerente. Por que razão a História tem de ser coerente, se a vida não o é?

Qualquer vestígio do passado pode se tornar uma fonte histórica, desde que o historiador queira vê-lo como tal. Revolver o passado, para construir História, não é, senão, tratar do presente. Por que a maioria das pessoas vê a História tão somente como um conteúdo caracterizado pela organização cronológica, plenamente preenchido, desarticulado de histórias pessoais, de histórias do bairro, da cidade, enfim de tudo o que faz parte do dia-a-dia e sua dimensão? Por que não olhar também para as rupturas que ocorrem no desenrolar da temporalidade histórica de cada sujeito agente do processo? A história se constrói pelo fazer de pessoas, mesmo nas circunstâncias mais triviais. pelas lembranças, pelas brincadeiras, pelos mitos infantis, tudo que faça florescer um espírito historiador. Construir História, ouvindo pessoas, faz com que enxerguemos também nossos limites, nossa humanidade

A História precisa olhar com menos discriminação a fonte viva, precisa entender sua importância como atalho para a compreensão do nosso processo histórico. O fazer História deve ser questionado de forma a resultar em uma necessária mudança de paradigma, que leve os historiadores mais arraigados ao tradicional a problematizar e a repensar a importância das fontes. É preciso que o historiador clássico reveja a idéia de totalidade, desvie seu foco das camadas superiores da sociedade, das elites, dos acontecimentos e das instituições sob domínio dessas elites. É preciso que seja focalizado o estudo do imaginário, do cotidiano, dos *modus vivendi* da população, dos excluídos socialmente, das tradições orais e dos seus documentos vivos. É preciso deixar, enfim, a História revelar-se, a partir das próprias histórias contadas pela voz e pelo silêncio do povo. E que se possa abrir, numa prática permanente, um diálogo entre a História e os estudos da linguagem.

Há, e a compreensão dos leitores críticos alcança, abismos intransponíveis entre o presente e o passado, entre o que um documento explicita, isto é, a "realidade" que esse documento quer expressar e a leitura que os historiadores fazem dele. Há que se considerar, sempre, o leitor e o produtor dos enunciados, nas circunstâncias históricas em que estão inscritos. Os jornais antigos da cidade do Rio Grande estão pesados de discursos em estado de

textos, à espera de um leitor, sujeito humano e histórico, que lhes dê vida, a partir de sua leitura. Essa leitura, claro deve ficar, não está nos textos, mas produz-se, sim, na relação que se estabelece entre um enunciatário ou leitor, instância de consumo produtivo, e o enunciador que produziu os enunciados. Só há discurso com a presença desses sujeitos históricos. Também, por esse mesmo contato intersubjetivo, produz-se a leitura de textos orais, no ato da entrevista, a cada nova audição do material gravado, a cada nova decodificação de suas transcrições para o código escrito.

A História, ao fazer-se, é sempre contemporânea. O olhar lançado, hoje, sobre o passado, por sua própria circunstância, altera o objeto de descrição. Ainda hoje, para muitos historiadores, os acontecimentos, na forma como são coletados do passado, precisam encaixar-se como luvas, no quadro, acabado ou em andamento, que têm da atualidade, o que os faz, obrigatoriamente, buscar relações de causa e efeito que justifiquem a chegada ao estado de coisas do presente. Buscar preencher vazios, encontrar laços lógicos que mostrem a História na sua inteireza é uma ânsia constante dos historiadores.

Mas é impossível narrar toda a História. Sempre o historiador acabará elegendo os “fatos” que, na sua interpretação, precisam ser narrados. Sua ideologia, sua filiação histórico-política, sua formação terão profunda influência nessas escolhas. A História não é simples memória, é seletiva, é marcada pela circunstância de quem a constrói.

O historiador francês Le Goff, em *História e memória* (1996), questiona a possibilidade de alcançar-se uma coerência, uma logicidade, no discurso histórico, qual seja, uma síntese. Afirma que a globalidade não é mais buscada na síntese, mas em objetos. Para ele, na modernidade não se visa a atingir a uma macro-história, acontecimentos encadeados, uns dependendo dos outros. Importa a pequena narrativa, o “aqui e o agora”.

A leitura que faço dos textos que analiso neste trabalho condiciona-se pelos meus preconceitos, pelas minhas projeções de sentidos, pelas minhas antecipações, porque sou dotada de historicidade, porque sujeito algum paira acima da História, porque meus condicionamentos vêm da história da qual faço parte. Se eu quiser tornar a História inteiramente racional, estarei fugindo da história. Viso à História em que o sujeito acontece. E, não é demais dizer: o olhar que lanço para o texto de 1900 é um olhar feito a partir do hoje. Minhas memorialistas olham para trás, no hoje que estão vivendo, e o texto que produzem é, na análise, atravessado pelo meu olhar.

Assim como a mulher representada no jornal, minhas memorialistas mostraram-se também como mulheres honradas, honradas que respeitaram seus pais e foram fiéis aos seus maridos, mas que buscaram liberdade, que quiseram ser independentes, que se deram conta

das mazelas humanas. Não obstante os percalços que tiveram em seus caminhos, no balanço da vida, a auto-sanção positiva distinguiu-se como traço forte em suas narrativas. Mostrarem-se felizes e bem resolvidas foi o objeto de valor visado por todas, ao prestarem seus depoimentos. Intencional? Não importa.

Tudo o que um sujeito expressa, o que – sabemos – vem sempre filtrado, revela-o. Interessa é o efeito de sentido de “verdade” contido nos textos, convicção que, cada vez mais, me leva a crer que a História precisa estabelecer para si um valor de “verdade”, pois, como pode a História pregar que apura, sempre, a “verdade” dos fatos, porque se baseia, criteriosamente, em fontes “verdadeiras”? Onde está esta “verdade” histórica, ouro em baú perdido nas profundezas do mar dos acontecimentos, por cuja busca empenham-se os historiadores?

A Semiótica tem, então, a chave? Permite ver nos textos o que a História não vê? Não. Apenas olha os textos de um outro patamar, com um referencial teórico diferente, que pode contribuir para a produção de uma nova metodologia de investigação histórica.

Reflitamos um pouco mais. Da mesma forma que no jornalismo atual, nos textos do *Diário do Rio Grande* analisados, quando novas notícias sobre assunto já tratado são publicadas, o enunciador faz uma atualização cíclica dos acontecimentos, reporta o enunciatário a eventos anteriores, mobilizando sua memória. No caso da cirurgia de Anna, por exemplo, durante quatro dias de 1900, foi-se amarrando a malha de um enredo disseminado em notícias esparsas, que, reunidas, desvelam uma trama construída à maneira de uma intriga, entendida a partir dos conflitos que sugere, dos papéis das personagens, dos espaços e do tempo em que ocorrem os acontecimentos. É no acompanhamento da seqüência das notícias que se torna possível verificar relações contratuais e polêmicas entre sujeitos, em outras palavras, verificar um enredo. As ocorrências que o jornal recria, linguisticamente, em cada notícia, encadeiam-se, de tal forma, a deixarem visíveis mudanças que se registram no estado dos sujeitos.

Também no caso da visita de Eva Canel, a narrativa parece assumir um caráter serial. E ainda que não se tratem de textos de ficção, pois para cobrir qualquer acontecimento, um jornal “sério”, visaria, sempre, a expressar, rigorosamente, o “real”, as notícias jornalísticas desenvolvem-se de forma instigante, num dinamismo de capítulos de folhetim. Já os textos produzidos na oralidade pelas memorialistas, narrativas de vida por excelência, constroem-se permeados por muitas interrupções, imprecisões, frases incompletas e por redundâncias típicas de toda fala espontânea, porém, dotados, na sua narratividade e na sua discursividade, de dispositivos de “veridicção”.

Em todos os textos, os sujeitos semióticos, enquanto agentes humanos e sujeitos sociais, nas suas trajetórias de vida, estão a serviço da produção de sentidos históricos, pois compartilham saberes, estabelecem acordos, negociam pendências, num processo contínuo de busca de objetos de valor.

A pesquisa histórica, certamente, não levaria em conta esses mecanismos. Não os perceberia como estratégias empregadas para produzir efeitos de “verdade” e não a “verdade” inapreensível que procura, pois não existe verdade que se sustente, tampouco “realidade” que pertença a alguém. O que temos dos acontecimentos são notícias, são informações, o que não nos possibilita apreender as coisas. Não temos “fatos”, mas interpretações deles. Ainda que testemunhemos uma ocorrência, teremos dela uma visão fragmentada, acima de tudo, subjetiva.

Não é, em si, o repetitivo dos nomes das mulheres em que as notícias estão centradas que chama a atenção dos leitores, mas os mecanismos que, criando o incitante, valorizam as ocorrências pouco comuns, mantêm a atenção do leitor voltada para esses casos especiais. A Semiótica oferece uma estratégia de análise que permite observar, nos discursos, nuances a que uma análise com os objetivos circunscritos apenas à investigação histórica não tem acesso.

Minhas leituras esboçam uma resposta ao desafio de compreender o particular. Não ousou dar respostas fechadas a todas as questões que levanto. Tenho mais dúvidas do que certezas e espero que meu trabalho seja ponto de partida para promover reflexões, aprofundar discussões junto à investigação histórica. A História é sempre mais complexa que o modo de ver ao qual os historiadores querem submetê-la.

A crítica que faço a alguns historiadores não é tanto porque queiram sempre buscar a lógica dos acontecimentos – esse é o ideal de qualquer ciência. O que me inquieta é que acreditem, ao final de uma pesquisa, terem encontrado a lógica, a explicação e não chegado a constatar uma hipótese. E percebo que mesmo havendo os que afirmam saber ter chegado apenas à constatação de uma hipótese, alguns acabam criando uma contradição pragmática, quando dizem que chegaram a essa comprovação, suprimindo falhas, eliminando erros do processo investigativo, depurando, enfim, as falsas evidências, tornando-as isentas de qualquer tendenciosidade.

Porque quero manter vivo meu aparelho crítico para sempre refazer minhas convicções, é que acredito que o olhar semiótico sobre textos tomados como fontes pela pesquisa histórica pode contribuir para um fazer histórico menos pretensioso, mais eficaz.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quantas perguntas originaram este trabalho. E, ao longo dele, quantas outras me foram suscitadas. E tenho a certeza de que, quando colocar, ao término deste capítulo, o ponto final, muitas ainda me surgirão. Se conseguir contribuir para suscitá-las em outros pesquisadores, especialmente os das áreas de Letras e de História que queiram tentar respondê-las comigo, estarei satisfeita.

O estudo de que me ocupei permitiu-me chegar a uma amostra de como se construiu, semioticamente, o discurso jornalístico que representa a mulher, em uma cidade cosmopolita de grandes contrastes entre ricos proprietários e vagabundos, senhoras virtuosas, donzelas e prostitutas de beira de cais, como era a Rio Grande de 1900, segundo os valores defendidos pelo jornal mais acreditado da cidade. Possibilitou-me verificar, também pelo viés semiótico, como representaram-se, na sua condição feminina, falando de si mesmas, quatro mulheres idosas, cidadãs rio-grandinas nascidas durante as duas décadas seguintes à publicação dos textos jornalísticos examinados.

A leitura que fiz dos textos – os do jornal e os das falas das mulheres – considerou o contexto social, as ideologias vigentes nas diferentes camadas sociais e reconhecidas na cultura, bem como os mecanismos lingüísticos e extralingüísticos, a fim de obter uma interpretação plural e mais produtiva. Importante observar, mais uma vez, a heterogeneidade dos objetos, pois é a partir de duas fontes distintas que faço meus raciocínios.

Como previ, as análises dos textos selecionados do jornal da imprensa “séria” da cidade do Rio Grande, editados em 1900, permitiram ver a mulher representada como ser frágil, passivo e submisso reduzido às atividades domésticas empenhativas, à atribuição de amamentar e criar os filhos, cuidar da casa e do marido.

Ainda que a América Latina, muito menos Rio Grande, provavelmente, não conhecesse, até então, outra mulher conferencista que tivesse cruzado o Atlântico, viajado por vários países, inclusive como correspondente, fundando periódicos, vestindo uniforme militar e marchando a cavalo na guerra de Cuba, rompendo, enfim, modelos, o *Diário do Rio Grande*, falando de Eva, durante o período em que esteve em Rio Grande e em cidades gaúchas e dizendo o que ela disse, coloca-a dentro da regra. O discurso da escritora espanhola, tal qual aparece reproduzido no jornal, legitimou e reforçou o que já estava colocado, pois mostrando-se católica, sentimental, monárquica, anti-feminista, contra a

emancipação da mulher e contra o divórcio ajusta-se ao paradigma de uma sociedade endogenicamente patriarcal.

Uma sociedade endogênica gera valores que se perpetuam, formando grupos dominantes essencialmente conservadores, interessados na manutenção dos próprios privilégios. A leitura dos textos jornalísticos, em função disso, mostraram que a fragilidade, a passividade e a submissão atribuídas às mulheres, naquele tempo e lugar assinalados, são marcas culturais produzidas e criadas no contexto histórico que caracterizou a época, um passado não tão remoto.

Mas não posso subestimar todas as leituras. Nem o jornal, ele mesmo, nem o que reproduziu a respeito do que a escritora espanhola disse incentivava à aventura. Antes, muito pelo contrário. Quem garante, porém, que a passagem de Eva Canel por Rio Grande – uma mulher que chega, sozinha, num pacote – não tenha criado fantasia na cabeça de pelo menos uma mulher rio-grandina que, a partir daí, tenha começado a pensar em trocar a comodidade do quarto com cortinas cor-de-rosa, cama de dossel, bacia e jarra de porcelana em mesa com tampo de mármore, para ganhar o mundo?

Também as quatro memorialistas, através de um texto que chegou a mim primeiramente pela voz, antes de ter sido anestesiado pelo registro escrito, apontaram-me os papéis que a sociedade rio-grandina do entorno dos anos de 1940 conferia à circunstância de *ser mulher*. Numa sociedade que continuava incutindo no elemento feminino o aprendizado do casamento como seu destino normal, cabia à mulher orientar sua vida para o casamento e a maternidade. Casar virgem, se possível com o primeiro e único namorado, ser boa dona de casa, esposa fiel, bondosa submissa e cordata, mãe perfeita e incansável, ainda eram as referências primeiras de suas identidades.

As narrativas orais trouxeram elementos da história de mulheres de uma outra época que precedeu a vida das memorialistas. Quando falaram em suas mães, avós, tias e em outras mulheres que conheceram – dentre elas, mais notadamente M2 – permitiram-me, justapondo olhares, observar que as marcas de fragilidade, passividade e submissão atribuídas às mulheres de 1900 continuaram presentes nas mulheres que eram jovens na quarta década do século XX, mas tendendo a tornarem-se mais atenuadas.

Veiculadora da ideologia do casamento, a família constituía-se como núcleo de um autoritarismo centrado na figura paterna. O moralismo da família, pois, apresentava-se, ainda, como responsável pela internalização da submissão feminina. A pesquisa nos textos jornalísticos e nos textos obtidos do depoimento das mulheres idosas permitiu, além da possibilidade de estabelecer esse cotejo, chegar a uma melhor compreensão do presente.

Como um amálgama das gerações anteriores, as memorialistas e muitas mulheres de hoje não diferem muito da mulher do passado. Todas parecem ainda percorrer um caminho de transição que nunca levará a uma ruptura absoluta. Sim, porque, para a mulher de hoje, encontrar um equilíbrio entre tudo o que a cada momento a ela se oferece e os valores do passado, que aqui ainda estão e que talvez nunca sejam superados, é a questão. Sendo esposa e mãe – como a sociedade ainda quer e cobra – e profissional atuante no mercado de trabalho, paga caro o preço de suas conquistas.

Até que ponto não existe mais a imposição social do casamento – ainda que não seja um casamento legitimado no cartório e na igreja – como destino feminino? Cientes de que casamento e maternidade dificultam a realização feminina em outras esferas da vida, as mulheres deixaram de pensar no príncipe encantado com quem desejam ter filhos e serem felizes para sempre?

Nas memorialistas já pude vislumbrar a mulher que começou a levantar o queixo e a empinar o nariz para mostrar que conhecia seu valor, que sabia conquistar espaços, que não era mais assim tão submissa. Diferentemente da mulher representada no jornal, deixá-las falar foi a melhor maneira de sabê-las mais inteiras, mesmo que suas falas tenham sido determinadas pelo que escolheram dizer, pois interessaram-me os efeitos de “verdade” que construíram, para contarem suas histórias: os nomes de pessoas que citaram, as ruas da cidade que indicaram, os marcos temporais que referiram, associando com acontecimentos que se davam no mundo e que serviam de pano de fundo para as suas histórias pessoais. No jornal, a introdução de uma voz apagada: nos depoimentos, a voz viva de quem fala de si.

Enquanto falavam, a voz fazia-lhes habitar a própria linguagem. Pela e na palavra suas vozes enunciavam-se como a lembrança de algo ainda vivo, em cada uma delas, mas esteve fora do escopo desta pesquisa a análise das inflexões de voz, das entonações. As depoentes mostraram-se nos seus aspectos conflitantes, descortinaram sentimentos, culpas, medos, sonhos, até ódios. Mas percebi um jogo especular de semelhanças e diferenças entre elas. A tensão dialética *felicidade* vs. *infelicidade* mostrou-se recorrente na representação temática do *ser mulher* de cada uma. Nem todas, porém, abordaram temas relativos à sexualidade. Uma ousou mostrar que não via na prole numerosa uma vocação feminina essencial. Em suas falas couberam a camisinha e o avental.

Sem que ninguém a obrigasse, ou talvez a circunstância, M1 decidiu por si própria a vida que escolheu. M2 denunciou uma aparente e falsa moralidade em lares das melhores famílias; mostrou que as expectativas em torno da maternidade somente tinham como foco o casamento e que, para a mulher, o exercício do amor fora dessa instituição recebia fortíssimo

impacto do julgamento social: sexo para as mulheres, só o aprisionado nos laços do matrimônio. De um jeito ainda conservador, apontou mazelas e infrações, questionou, pois, a ordem vigente no seu tempo.

M3 representou-se como uma mulher cuja ação transgressora que empreendeu deva ter, no seu tempo de juventude e de idade madura, feito muita mulher repensar a sua condição feminina. Sem perder a dignidade e a honradez, deu, certamente, sua contribuição para que algo mudasse na cabeça da mulher rio-grandina. Por livre decisão, assumiu formas de conduta que foram de encontro às consagradas. As relações monogâmicas continuaram impondo-se mais para as mulheres do que para os homens, todavia, M3 não calou a traição do marido. Desquitando-se e depois divorciando-se, pôs em xeque conceitos e preconceitos atribuídos ao papel da mulher casada. Colocou-se no centro de sua própria vida, gerenciando-a.

M4 começou fazendo parte do rol de mulheres que deixaram de estudar para casar. Mas não se contentou por muito tempo em ser apenas a companheira de um homem. A vontade de estudar mais, de ter independência econômica, ainda que vivendo uma relação financeiramente estável e monogâmica, passou a ser questão importante em sua vida. Assim, mostrou que, nem sempre por não ter outra saída, mas também por opção, uma mulher casada, mãe de filhos, podia ultrapassar os limites da quatro paredes do lar, em nome do estudo e do trabalho.

As escolhas que fizeram as depoentes ou as que a vida lhes impôs influenciaram, obviamente, na construção de suas identidades, deram suporte ao *ser mulher* que demonstraram. É o fazer de cada uma que as deve colocar no curso da História. Sem olhar para as especificidades do fazer de cada uma, tendo a fazer delas uma representação genérica.

Aí chego, novamente, no coração do problema. Sempre as mudanças foram marcadas por avanços e recuos. Minhas memorialistas são mulheres que começaram a querer mais, além do que lhes era consentido, quiseram arriscar, quiseram pôr-se à prova. A conquista subjetiva e pessoal de M3, por exemplo, terá vindo somente em benefício próprio ou também em benefício de outras mulheres? Preocupada com a confiabilidade das fontes, com o “fato” na sua “verdade”, olhando para o geral, para o quantitativamente significativo, a História Oficial, contada sempre de forma tão dissimulada, não levaria em consideração o fazer de M3 no mundo. Desabafando suas narrativas de vida, as quatro mulheres que passam por estas páginas jamais chegariam aos anais históricos. Embora circunscritas à minha aldeia, são mulheres universais.

Ainda que a História me diga que os dados de que disponho são insuficientes para que eu possa fazer afirmações categóricas, julgo que estejam equivocados aqueles historiadores que vêem as mulheres do passado como vítimas ou aqueles que as querem heroicizadas e ainda aqueles que dizem não terem elas construído história e, por isso, excluíram-nas de sua narrativas. Tenho claro que, assim como a História Oficial as excluiu, incluindo-as, dessa forma, em suas estratégias de poder, um olhar semiótico sobre suas individualidades, permite vê-las em plena capacidade de ação, capazes de empreenderem, nas suas pequenas perfórmances, sem carregar qualquer bandeira, mudanças de comportamentos. Em todos os tempos, o perfil da submissão, da passividade, somente se sustenta, de forma genérica, em nível de parecer.

Bem, mas se é objetivo deste trabalho buscar uma conciliação entre Semiótica e História, no âmbito da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, devo dizer que todas as questões relacionadas ao fazer histórico colocadas ao longo de seus capítulos foram aqui postas, para que se constituíssem como motivo de abertura de uma ampla discussão, a fim de que seja considerada a proposta.

Tenho consciência de que o conhecimento histórico tem um papel fundamental no processo de construção da cidadania. Este trabalho é prova dessa consciência, mostra que procuro minha história na singularidade do meu objeto. Porque acreditei ser possível privilegiar outros sujeitos e outros acontecimentos que não os heróis másculos dos feitos notórios e estrondantes, empreendi minhas buscas históricas.

Inserir os estudos do discurso na seara da História – ou vice-versa – requer diálogo, requer discussões, requer acordos, requer, penso, e é imprescindível, um arejamento das concepções e da visão ortodoxa do homem para com o fazer histórico. Se um historiador me disser que o modelo do quadrado semiótico não pode ser imposto como elemento constitutivo do pensamento semiótico, podendo ser totalmente dispensável no desenvolvimento das análises, ouvirei com respeito sua argumentação, pois corro o risco – ou tenho a chance – conforme o ponto de vista, de ser convencida.

É preciso que se abra espaço para um diálogo entre Semiótica e História. É preciso que seja feita uma revisão na concepção do fazer histórico e que, nessa revisão sejam contemplados dois conceitos fundamentais, o conceito de “verdade”, que se abre para a idéia de “real” e de “fato”, e o conceito de “totalidade”. A concepção de veridicção da teoria semiótica, especialmente, poderá constituir-se como ferramenta fundamental de apoio a estudos integrados nas duas áreas, o que poderá propiciar o início da realização de uma prática interdisciplinarizada.

É por esse caminho que o presente estudo vislumbra a possibilidade de conciliação. Acredito na importância da contribuição da teoria Semiótica para desvelar, nos discursos, os modos de produção de "verdades", ou melhor, de efeitos de "verdade", mecanismos que são criados pelo recurso de que a linguagem dispõe. Acredito que minha proposta, vindo a oferecer bases teóricas e metodológicas da Semiótica de Greimas à pesquisa histórica, propicie a apreensão de modos analíticos para detectar a circulação de valores nos textos investigados e verificar como esses valores assumem papéis, na formação das identidades dos sujeitos, como criam modos de interação social e estilos de vida.

Urge também problematizar, no âmbito da História, o apego à idéia de uma história total, à totalidade de uma história universal. Considero até flexível pensar em uma visão global. O total parece-me um conjunto fechado, costurado. Dá a impressão de que, em nome do cientificismo, seja jogada sobre a História uma camisa de força, o que gera coesões apertadas, relações causais compelidas. A globalidade conota-me abertura, progressividade, energia móvel. Não há metodologias capazes de totalizar a História em todas as suas manifestações. Tudo depende do que se toma para estudo, do que se observa dentro do que se toma.

Para melhor compreender a ação do homem no mundo, é preciso saber fazer significar os pequenos acontecimentos, notá-los na multiplicidade de pequenos sinais de transformações, ainda que eles revelem descontinuidades, ainda que eles rompam com a linearidade, com a cronologia. Um novo olhar pode abrir caminhos, para que se produza uma História mais dinâmica, capaz de prever outras classificações, diferentes das tradicionais.

É preciso despertar a consciência de pertencimento a um determinado espaço físico, a um dado grupo, o que implica a construção de uma identidade sócio-cultural, de uma identidade de pensamento histórico. Na reconstituição da História da cidade do Rio Grande, considerada a especificidade deste trabalho, é preciso preservar as pequenas memórias. Desqualificá-las no passado é enterrar nossas incógnitas, é invalidar, para sempre, nossa procura de autoconhecimento.

O passado se fez com a performance de todos os sujeitos que viveram nele, com suas crenças e descrenças, com a busca incessante que empreenderam aos seus objetos de valor. É possível fazer e entender História apenas com a concepção hodierna das coisas? E por que a tradição escolar ainda concebe História como o estudo feito com base apenas nos acontecimentos protagonizados pelos "grandes heróis"?

Nunca esquecendo que *relação* é uma palavra-chave na esfera dos estudos semióticos, ler os textos dos jornais antigos da cidade; ouvir pessoas-fonte; comparar

narrativas históricas dos livros didáticos; comparar, por exemplo, um livro com um filme sobre o mesmo acontecimento; comparar o parecer de um e de outro historiador sobre determinada ocorrência; comparar, enfim, diferentes olhares sobre qualquer narrativa histórica são ações que deverão ser permanentes na minha proposta. O leitor de um texto deve ser computado como um dos fatores constitutivos dele. É impossível extirpar subjetividades, pois dos “fatos” temos apenas interpretações.

Procurei manifestar-me através de um texto claro que possa ser entendido por quem jamais transitou pela teoria greimasiana, que também possibilite uma leitura útil para quem tenha interesse em se iniciar na Semiótica, nos estudos da linguagem.

Quero ainda deixar claro que os textos de natureza heterogênea que constituíram meu objeto de estudo, neste trabalho, não são a História, mas textos que permitem recuperar uma história. Tentei mostrar a diferença de visão entre as fontes. Se tomada a imprensa “séria”, da Rio Grande de 1900, como fonte histórica para contar a história de Anna ou de Eva, o ponto de vista dessas mulheres inexistente. É preciso que sejam levadas em conta não só as fontes clássicas tradicionais.

Se tencionei contribuir para uma pesquisa histórica com bases teóricas da Semiótica, para que não se entenda a imprensa “séria” como isenta, parti do pressuposto de que uma História Oficial não se conta apenas por um jornal conceituado como “sério”, isento. A chamada imprensa “séria” quer ser neutra, mas não existe texto neutro, pois o simples ato de enunciar-se impede qualquer neutralidade. Uma História Oficial pode também ser contada com depoimentos orais. Está aí a funcionalidade da conciliação proposta.

Longe de pensar que essa união venha a resolver todos os problemas relativos ao ensino de História ou tornar o fazer histórico perfeito, o que seria pretensioso, imprudente e ingênuo, espero que meu trabalho possa oferecer uma contribuição, mesmo que modesta, para que se ampliem os alcances da Semiótica de Greimas no espaço acadêmico. Que possa suscitar na mulher rio-grandina de hoje alguma reflexão, um olhar para sua circunstância, para dentro de si mesma. Que provoque um fazer histórico sob uma ótica diferente..

Se há problemas quanto ao rigor científico com que a História deva ser feita, se há preocupações quanto a questões de “verdade” e de “totalidade”, quanto à confiabilidade das fontes que se constituem como objetos de estudo, que se crie uma História paralela. Em vez de livros de História da Cidade do Rio Grande, publiquem-se livros de Histórias da Cidade do Rio Grande

Rio Grande é uma cidade que se abre receptiva a cada cais, a cada rua torta à moda quebra-vento, a cada porta de seu casario, para que seja reescrita com novas narrativas.

As casas, as ruas, as praças são cenários montados, em permanente processo de espera, para que nelas comece um novo espetáculo narrativo, com novo elenco, num novo tempo.

Rio Grande teve e tem homens, mas também teve e tem mulheres. Rio Grande é muito mais do que pode ser contado em estatísticas, em gráficos, em tabelas, em documentos oficiais. É espaço para um número sem fim de leituras e de emoções.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

_____. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868–1895)*. Porto Alegre: PUCRS, 1998.

_____. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina: o estudo de alguns "fragmentos" do século XIX*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.

AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra, 1996.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os pensadores).

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail; Tradução de Paulo Bezerra.. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo, Hucitec, 1988.

BARCIA, Maria del Carmen Barcia. *Eva Canel, una mujer de paradojas*. Disponível em: http://www.cubaliteraria.com/autor/maria_del_carmen_barcia/fragmentos%20libros%20elites.htm Acessado em: 07 de julho de 2006.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos dos discursos. In: *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.

_____. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Texto e Imagem. *Linguagens*, n. 1, Porto Alegre, 1986.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: Das origens até 1889 (Tentativa de Interpretação Marxista)*. Rio de Janeiro: São José, 1957. .

BENJAMIN, Walter. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: KOTHE, Flávio. (org.) *Grandes Cientistas Sociais: Sociologia*. Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985, p. 44-122.

_____. Sobre o Conceito de História. In: *Obras Escolhidas*, vol. I, Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1976.

_____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 1989. .

BORGES, Jorge Luis. El pudor de la historia. In: *Otras inquisiciones*, Buenos Aires: Emecé, 1960.

BRAUDRILLARD, J. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991

CAMPOS, Derocina Alves; MESPAQUE, Marilda Xavier. A construção do discurso: a implantação do Estado Novo (1937-1945) através da ótica do Jornal Rio Grande. In: *Biblos: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. v. 11.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CASTRO, Maria Regia Villa. *Ricardo Palma estuvo em la Habana*. Disponível em: http://www.patriaroja.org.pe/html/colaboraciones/ricardo_palma_en_la_habana.htm
Acessado em: 07 de julho de 2006.

CERVONI, Jean. *A Enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

CESAR, Willy. *Centenário do Colégio Lemos Jr.: Rio Grande*. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., 2007.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 16.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

COURTÉS, J. *Analyse semiotique du discours: de l'énoncé à l'enonciation*. Paris: Hachette, 1991.

DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1977.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2001.

_____. "Semântica Estrutural: o discurso fundador", In: OLIVEIRA , Ana Claudia de; LANDOWSKI , Eric (eds.). *Do inteligível ao Sensível: Em torno da obra de Algirdas Julien GREIMAS*. São Paulo: Educ, 1995.

_____. FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1993.

FIORIN; PLATÃO. *Lições de texto: leitura e redação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

GREIMAS, Algirdas Julien. Tradução de Ana Cláudia de Oliveira. *Da imperfeição*. São Paulo: Hacker, 2002.

_____. *De la colère: Étude de sémantique lexicale*. Documents: Paris: Groupe de recherches sémio-linguistiques, 1981.

_____. *Du sens II: essais sémiotiques*. Paris: Seuil, 1983.

_____. Tradução de Cidmar Teodoro Pais.. O contrato de veridicção. *Acta semiotica et linguistica*. v.2, n.1,1978.

_____. Os atuantes, os atores e as figuras. In: *Semiótica narrativa e textual*, Chabrol, Claude. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Semiótica do discurso científico da modalidade*. São Paulo: Difel, Sociedade Brasileira de Professores de Linguística, 1976.

_____. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.

HENN, Ronaldo. *Pauta e Notícia: uma abordagem semiótica*. Canoas: Ed. Ulbra, 1996.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KRIEGER, Maria da.Graça. *A retórica da transitividade: uma análise semiótica e retórica de editoriais jornalísticos brasileiros*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1990.

LANDOWSKI, E. Uma semiótica do cotidiano. In: *A sociedade refletida*. (ORG.). São Paulo: Pontes, 1994

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 1994.

LOPES, Edward. *Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante*. São Paulo: Cultrix, 1978.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MARTINS, E. de Rezende. *Cultura e poder*. Brasília: IBRI/FUNAG, 2002.

MATA.Raquel Vinat de la. ¿Perdón o Dignidad? La Jiribilla – Revista de Cultura Cubana. Disponível em: www.lajiribilla.cu/2002/n45_marzo/1192_45.html Acessado em: 7 março de 2007.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NIETZCHE, F. W. *Humano, Demasiado Humano apud* de LEBRUN, Gerard; TORRES FILHO, Rubens Rodrigues(trad.). *Obras completas: Seleção de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1984 (Coleção Os Pensadores).

PERELMAN, Chaim; TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratada da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PINO, Domingo del. *Periodistas en la guerra de Cuba (1895-1898) Aventureros, propagandistas, combatientes y manipuladores*.

Disponível em: <http://www.domingodelpino.com/index.php?rss=1§ion> Acesso em: 7 março de 2007.

PLATÃO. *Político*. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa, Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1972.

PROPP. V. J. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

RODRIGUES, Victor Hugo Guimarães; MENDONÇA, Cledenir Vergara. A imaginação e a história da vida cotidiana. In: PRADO, Daniel Porciúncula. (org.) *Anais do Seminário Internacional de Estudos Históricos: História Geral e do Brasil*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

SAUSSURE, F de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SENNA, Adriana Kivanski de. O jornal como fonte para a recuperação dos padrões habituais de uma sociedade: os casamentos em Rio Grande. In: *Biblos: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, v. 12, 2000.

SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Marcos. A vida e o cemitério dos vivos. In: SILVA, Marcos(org.). *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, 1982.

TALESE, Gay. *O reino e o poder: Uma história do New York Times*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TATIT, L. *Análise semiótica através das letras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

TAVARES, Hênio, *Teoria Literária*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

THOMÉ, Nilson. *A política no Contestado*. Caçador (SC): UnC, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. V.1., Florianópolis: Insular, 2005.

_____. Nelson. *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. V.2., Florianópolis: Insular, 2005.

VIEIRA, Natália Sobral. *A notícia: realidade ou ficção literária?* Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/ect8_natl.htm>. Acesso em: 28 out. 2005.

AUDIOVISUAL:

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *50 anos de Propaganda na Televisão Brasileira*. Documentário: 12 abril de 2000.

JORNAIS:

Jornal Agora. Rio Grande, sábado./ domingo, 3 e 4 de junho de. 2006. p. 2.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quinta-feira., 4 de janeiro de.1900. p. 4.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quinta-feira., 18 de janeiro de.1900. p. 2.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, domingo, 21 janeiro de 1900. p. 2.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, terça-feira, 11 março de 1900. p.3.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sexta-feira, 27 abril de 1900. p.2.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quarta-feira, 25 jul. 1900. Primeira página

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quarta-feira, 25 de julho de 1900. Primeira página.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quarta-feira, 4 de julho de 1900. Primeira página.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quinta-feira, 5 de julho 1900. Primeira página.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sexta-feira, 6 de julho de 1900. p.2.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, domingo, 8 de julho de 1900. Primeira página.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, domingo, 8 de julho 1900. p.3.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, qui., 19 abr.1900. Primeira página.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sexta-feira, 20 de abril de 1900. p.2.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sábado, 21 de abril de 1900. p. 2.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, terça-feira, 24 de abril de 1900. Primeira página.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, terça-feira, 24 de abril de 1900. p.2.

Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quinta-feira, 26 de abril de 1900. Primeira página.

- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quinta-feira, 26 de abril de 1900. p.2.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sábado, 28 de abril de 1900. p.2.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, terça-feira, 1º de maio de 1900. Primeira página.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, domingo, 6 de maio de 1900. p.3.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sábado, 12 de maio de 1900. Primeira página.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quarta-feira, 16 de maio de 1900. p.2.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sexta-feira, 18 de maio de 1900. p.2.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, quinta-feira, 24 de maio de 1900. p.2.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sexta-feira, 25 de maio de 1900. Primeira página.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sexta-feira, 25 de maio de 1900. p.2.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, domingo, 27 de maio de 1900. p.2.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, terça-feira, 29 de maio de 1900. Primeira página. .
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sábado, 16 de junho de 1900. p.2.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sábado, 16 de junho de. 1900. p.2.
- Jornal Diario do RioGrande. Rio Grande, sábado, 30 de junho de.1900. p.2.
- Jornal do Estado. Curitiba, 16 de agosto de 2004. p. 36.

WEBSITES:

ABG – ALIANÇA BRASILEIRA DE GENÉTICA: <http://www.abg.org.br/cbq/ultimos.htm>
Acessado em: 04 de julho de 2004.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: <http://www.academia.org.br> Acessado em: 15 de julho de 2004.

ASOCIACIÓN DE DIRECTORES DE ESCENA DE ESPAÑA:
<http://www.adeteatro.com/publicaciones/litdra.htm> Acessado em: 28 dezembro 2006.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL:
<http://www.al.rs.gov.br/anais/50/plenario/2000/000912.htm> Acessado em
28 de outubro de 2005.

BIBLIOTECA VIRTUAL – LITERATURA:

<http://www.biblio.com.br/Templates/AluizioAzevedo/EPISTOLARIO> Acessado em: 04 de julho 2004.

CONSULADO GERAL DA ÁFRICA DO SUL EM SÃO PAULO:

<http://www.africadosulemb.org.br/> Acessado em 13 de julho de 2004.

CONSULADO GERAL DA ROMÊNIA:

<http://www.cons-gen-romania-rio.com/intro.htm> Acessado em: 13 de julho de 2004.

ESCRITORAS.COM: <http://www.escriptoras.com/escriptoras/escritora.php?i=178> Acessado em: 13 de julio de 2004.

GEOCITIES: <http://www.geocites.yahoo.com.br/kajafreitas02/pafg28.htm> Acessado em: 12 março 2004.

GEOCITIES: <http://www.geocites.yahoo.com.br/kajafreitas/casbelfascdesc2.htm> Acessado em: 12 março 2004.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS – GIBINDEX:

<http://www.gibindex.com/enciclopédia/br/r/500> Acessado em 04 de julho de 2004.

HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR: <http://www.hmsa.hpg.ig.com.br/> Seção: História do Hospital Municipal Souza Aguiar:

http://www.cesouzaaguiar.hpg.ig.com.br/nova_pagina_1.htm .Acessado em: 15 de julho de 2004.

LA CRISTALERIA DEL PRINCIPADO DE ASTÚRIAS: *Eva Canel, 150 años de soledad.*

Disponível em:

<http://www.lne.es/secciones/noticia.jsp?pNumEjemplar=1349&pIdSeccion=41&pIdNoticia=428638>. Acessado em: 19 de agosto de 2006.

MALOTHECTOR: <http://www.ricochet-jeunes.org/es/biblio/base9/malothector.html>

Acessado em 04 de julho de 2004.

MINIWEB EDUCAÇÃO: http://www.miniweb.com.br/Artes/artigos/fotografia_ brsil.html

Acessado em: 04 de julho de 2004.

PORTAL FIOCRUZ: <http://lepto.procc.fiocruz.br:8081/dic/verbetes/ESCENFAN.htm>

Acessado em: 15 de julho de 2004.

PORTAL FIOCRUZ: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> Acessado em: 15 de julho de 2004.

PORTAL FIOCRUZ

Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> Acessado em: 15 de julho de 2004.

PORTAL FIOCRUZ:

<http://www.lepto.procc.fiocruz.br:8081/dic/verbetes/SOCMEDCIRJ.htm> Acessado em: 15 de julho de 2004.

PORTAL FIOCRUZ: <http://www.fiocruz.br/coc/hisa/itiH.htm> Acessado em: 15 de julho de 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE: <http://www.riogrande.rs.gov.br/> Acessado em: 02 de setembro de 2005.

SOS PORTO ALEGRE: http://www.sosportoalegre.com.br/noticias.asp?id_noticia Acessado em: 22 de novembro de 2004.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FISILOGIA:

[http://www.sbfis.org.br/boletim/Boletim%2025\(1\)%202000.htm](http://www.sbfis.org.br/boletim/Boletim%2025(1)%202000.htm) Acessado em: 15 de julho de 2004.

WIKIPEDIA – LA ENCICLOPEDIA LIBRE:

http://es.wikipedia.org/wiki/Eloy_Perillán_y_Buxó Acessado em: 07 de julho de 2006.

ANEXO A: COLETÂNEA 1

Operação cirurgica

Foi hontem submettida a melindrosa operação cirurgica, a Exma. esposa do Sr. Florencio Rodrigues, honrado commerciante d'esta praça.

A operação consistiu em laparotomia para extracção de um tumor uterino que se verificou ser de má natureza.

O tumor pesava cerca de tres kilos.

Os operadores Srs. Drs. Daniel de Almeida e Nabuco de Gouvêa foram coadjuvados pelos seus collegas Srs. Drs. Lopes Rodrigues, Matta Bacellar, Vicente Maia e Gomes Velho.

Estiveram presentes os Srs. Drs. Berchon des Essarts, Felipe Caldas e Carlos Laudares.

A paciente acha-se em condições satisfactorias.

Diário do Rio Grande, quarta-feira , 4 de julho de 1900. Primeira página

Necrologia

Às 2 horas da tarde de hontem exhalou o ultimo suspiro a Exma. Sra. D. Anna Ribeiro Rodrigues, de 51 annos de idade, esposa do Sr. Florencio Rodrigues, honrado vice-consul da Hespanha nesta cidade.

Victimou-a uma syncope cardiaca, sendo impotentes para debellal-a todos os recursos da sciencia e todos os cuidados da familia.

Senhora respeitavel pelos predicados que lhe exornavam a alma, a sua morte é geralmente sentida.

O corpo será dado hoje à sepultura às 4 horas da tarde.

À Exma familia da extincta e especialmente aos seus desolados esposo e pae, dirigimos profundas condolencias.

Diário do Rio Grande, quinta-feira, 5 de julho de 1900. Primeira página.

Sahimento funebre

Teve extraordinario acompanhamento, vendo-se representada no prestito funebre a parte mais classificada da sociedade rio-grandense, o enterro hontem realizado, às 4 horas da tarde, da Exma. Sra. D. Anna Ribeiro Rodrigues, virtuosa esposa do honrado commerciante desta praça Sr. Florencio Rodrigues.

Innumeras corôas, com expressivas dedicatorias, cobriam o feretro.

Diário do Rio Grande, sexta-feira, 6 de julho de 1900. p.2.

Questão medica

Os talentosos cirurgiões brasileiros Srs. Drs. Daniel de Almeida e Nabuco de Gouveia, em attentiosas linhas, pedem-nos a publicação do seguinte, que submettem ao juizo e criterio dos seus collegas e do publico rio-grandense:

“Rio Grande, 5 de Julho de 1900. – Ilmo. Sr. Florencio Rodrigues. – Peço-lhe a fineza de responder-me junto a esta os seguintes quesitos:

1º Si quando examinei pela primeira vez sua senhora e apesar de chloroformisada e tudo preparado, não recusei-me a operal-a à vista da gravidade do caso;

2º Si não lhe expuz, assim como a toda sua familia, que era gravíssimo o estado da doente e melindrosissima a operação a efectuar-se;

3º Si não recusei-me sempre a operal-a sem a plena auctorisação da doente, que era conhecedora da gravidade da operação e bem assim da de todos os membros da família;

4º Si não expuz todos os perigos da operação e não declarei que as probabilidades a favor do bom exito operatorio eram em menor numero de que as contrarias;

5º Si fui ou não instado, apesar de toda a minha dura franqueza a respeito da gravidade enorme da operação, por V.S. e sua familia para realisal-a;

6º Si V.S. e todos os membros de sua familia eram ou não conhecedores da gravidade da operação a effectuar-se;

7º Si a operação não ocorreu perfeitamente bem e si depois de operada a sua senhora não se achava nas melhores condições quando inesperadamente morreu de uma syncope cardiaca;

8º Si não é verdade que a sua senhora instava diariamente pela operação e declarava preferir correr os riscos de uma grave operação a viver como vivia?

Auctorisando-me a fazer de sua resposta o uso que me convier peço licença para assignar-me.

De V.S^a. cr^o. obr^o.

Dr. Daniel d'Almeida

RESPOSTA

Ilmo. Sr. Dr. Daniel de Almeida. – Satisfazendo ao pedido que V.S. me faz via carta dirigida a 5 do corrente, cumpre-me responder, junto a ella, com escrupulosa verdade aos quesitos formulados por V.S.:

1º É certo que V.S. se recusou a operar a doente, depois de chloroformisada, quando pela primeira vez se tentou fazer a operação, allegando a gravidade do caso.

2º É verdade.

3º É certo que V.S. quis que a doente fosse orientada da gravidade da operação, o que se fez, porém ella insistia sempre para que fosse operada, visto não querer nem poder supportar por mais tempo os horrorosos padecimentos que a atormentavam.

4º e 5º É certo; porém tanto eu como os filhos e mais íntimos da familia, no empenho de salvar aquella vida tão digna de ser amada por nós, só víamos como único recurso a operação, em que todos (inclusive a doente) tinham esperança de a salvar visto nos terem os homens da sciencia affirmado que seria muito curta a sua existencia accelerada pelas inevitaveis e dolorosas consequencias da molestia;

6º Não estava ao alcance dos nossos conhecimentos, mas confiavamos plenamente no que nos diziam os entendidos.

7º Não nos consta que houvesse qualquer incidente no decorrer da operação, e depois de operada, achava-se a doente animada e com esperanças de restabelecimento como V.S. verificou das 11 horas ao meio dia; succumbindo inesperadamente duas horas depois da visita de V.S., isto é, a 1 hora e 40 minutos da tarde. Não podemos, no entanto, dizer se falleceu de syncope cardiaca por nos faltarem os conhecimentos proprios.

8º É verdade.

Podendo V.S. fazer desta minha declaração, approvada pelos filhos e mais pessoas da familia de minha finada esposa, o uso que julgar conveniente, subscrevo-me, com a maior estima e consideração.

De V.S.

Attº. Venº. e Crº.

Florencio Rodrigues

S/casa.- Rio Grande, 6 de Julho de 1900.”

Reconheço a assignatura supra, de que dou fé. Rio Grande, 6 de Julho de 1900.

Em testemunho de verdade, notário *Thomaz de Mello Guimarães*

Diário do Rio Grande, domingo, 8 de julho de 1900. Primeira página.

VIAJANTES

A bordo do paquete nacional “Porto Alegre” depois de ter permanecido por algum tempo em varias localidades d’este Estado, em serviço profissional, segue para o Rio de Janeiro, o reputado cirurgião brasileiro Sr. Dr. Daniel de Almeida, a quem, com os votos que fazemos pela sua bôa viagem, agradecemos as despedidas delicadas que nos trouxe.

Diário do Rio Grande, domingo, 8 de julho de 1900. p.3.

ANEXO B: COLETÂNEA 2

O feminismo

Pertencem a um jornal do Rio de Janeiro as seguintes linhas:

“A notavel romancista e jornalista hespanhola Eva Canel , a pedido de alguns de seus admiradores, fará no dia 13 do corrente, às 8 horas da noite, no Lyceu de Artes e Officios, uma conferencia sobre o feminismo. A entrada é franca.”

Diário do Rio Grande, sexta-feira, 10 de janeiro de 1900. p. 2.

Eva Canel

Por telegramma que foi expedido de Porto Alegre ao Sr. Florencio Rodrigues e de qual tivemos obsequiosamente conhecimento, sabemos que embarcou hontem no paquete “Mercedes” , com destino a esta cidade, a festejada escriptora hespanhola Eva Canel, que na capital do estado acaba de deixar firmados, de modo inequivoco, seus reconhecidos creditos intellectuaes.

A eminente litterata será hoje recebida a bordo do “Mercedes” por uma digna commissão do *Centro Hespanhol*, composta dos Srs. Francisco A. Otero, Florencio Rodrigues, Dias de la Rocha, Pedro Pêrez y Pita, André Legeren, Joaquim Marti, Francisco G. Barrantes, Jayme Oriol, Albino B. Gomes, Manoel Varela, Pablo Ferreira, Benito Pena Fernandes, Manoel Garcia Fariña, Juan Vidal Pereira e M. Amigo de Araújo.

A illustre senhora hospedar-se-á no hotel Pariz.

Diário do Rio Grande, quinta-feira, 19 de abril de 1900. Primeira página.

Eva Canel

Conforme foi noticiado por esta folha, chegou hontem de Porto Alegre a illustre escriptora hespanhola Eva Canel.

A distincta senhora que o Rio Grande tem a alta satisfação de acolher em seu seio, foi recebida a bordo por crescido numero de compatriotas seus.

A eminente jornalista, segundo ouvimos, pensa realizar nesta cidade duas conferencias, seguindo depois para Pelotas e Bagé e dessa ultima cidade para Montevidéo, onde tem um filho em estudos superiores.

O *Diario* apresenta à illustre viajante as suas saudações.

Diário do Rio Grande, sexta-feira, 20 de abril de 1900. p.2.

Festa intima

Hontem, à noite, até horas avançadas, selecta reunião de Exmas. familias e cavalheiros houve na casa de residencia do illustre medico Sr. Dr. Angelo Dourado, tendo os numerosos assistentes feliz ensejo de apreciar os bellos dotes artisticos do Sr. Pedro Bassi e de suas duas graciosas filhas, cuja vóz causou entre todos a mais agradavel impressão.

A Exma. Sra. D. Eva Canel, que realçou com sua presença o esplendido festival, proporcionou aos circumstantes, por ocasião de lhes ser servida lauta mesa de finos doces e preciosos liquidos, o ineffavel prazer de ouvil-a em dois formosos discursos calorosamente applaudidos.

O digno Sr. Dr. Angelo Dourado e sua Exma. familia foram para com todos de uma fidalguia aristocratica.

A festa, que foi dedicada ao grupo lyrico “Castro Alves” terminou a 1 hora da madrugada, depois de magnifica muzica, excellente canto e bella oratoria.

Diário do Rio Grande, sabbado, 21 abril de 1900. p..2.

Eva Canel

A illustre escriptora hespanhola Eva Canel, amanhã, às 8 horas da noite, no Theatro 7 de Setembro, fará uma conferencia publica , dando ao povo rio-grandense o anhelado prazer de aprecial- a.

Diário do Rio Grande, sabbado, 21 abril de 1900. p.2.

Eva Canel

Vae hoje o publico rio-grandense, às 8 ½ horas da noite , no Theatro 7 de Setembro, experimentar a preciosa satisfação de ouvir a festejada oradora hespanhola Eva Canel, que da tribuna discorrerá sobre a – Educação da mulher –, à luz do moderno criterio, num estudo franco de espírito largamente ensaiado na pratica da vida.

Torna-se escusado dizer (e não ha lisonja na affirmação, que a ella somos avêssos) haver imensa anciedade entre todos para aprecial-a, ou o que é o mesmo, para applaudil-a.

O valor dos ingressos fica à generosidade de cada um.

No saguão do theatro achar-se-ão duas comissões encarregadas uma de receber os assistentes e a outra de recolher as respectivas esportulas.

Uma banda de musica abrilhantará o sarau litterario.

Os pedidos de localidades têm sido enormes.

Diário do Rio Grande, terça-feira, 24 de abril de 1900. Primeira página.

Reunião

Os socios do Centro Hespanhol e demais membros da colonia são convidados a reunirem-se hoje na casa da Rua Andradas n. 25 afim de incorporados acompanharem ao theatro a eminente escriptora Eva Canel.

Diário do Rio Grande, terça-feira 24 de abril de 1900. p. 2.

Visita À BIBLIOTHECA PUBLICA

Acompanhada de alguns dignos compatriotas seus esteve ante-hontem em visita à Bibliotheca Publica desta cidade, a laureada litterata hespanhola Exma. Sra. D. Eva Canel.

As suas impressões deixou-as ella gravadas nas linhas seguintes que foram escriptas no album:

“El pueblo que sabe crear y mantener una Bibliotheca publica sin apoyo material de los poderes constituidos y com el esfuerzo de unos cuantos hombres de buena voluntade demuestra la grandeza de su cultura y la expansion de su intelligencia.”

Diário do Rio Grande, terça-feira, 24 abril de 1900. p.2.

A CONFERENCIA DE EVA CANEL

Os que foram na noite de ante-hontem ao elegante “Theatro 7 de Setembro” para ouvir Eva Canel não perderam o seu tempo.

Não era uma mulher commum, effectivamente, que se annunciáva nesta cidade para dissertar em conferencia de alta responsabilidade intellectual.

Era uma mulher de merito, de fama e de reputação.

E pelo seu merito pela sua fama e pela sua reputação, reconhecidas por justiça e não proclamadas por favor, havia a certeza antecipada de um triumpho, a refflectir-se, com relamos de ouro fino, no nome heroico de Hespanha, porque de Hespanha descende a eminente representante feminina.

Sem ser oradora de largos vôos imaginosos, que ascendem disciplinados a regiões divinas, a sua linguagem tem colorido, tem brilho e tem encanto.

Accessiveis, faceis, convincentes, sahem-lhe dos labios as palavras, cahindo espontaneas como flôres que pendessem das hastes por impulso proprio, impregnando de perfume todo o espaço em derredor...

A “educação da mulher” these sobre que discorreu durante uma hora quase, entre applausos constantes, foi encarada com superior elevação de intelligencia e com larga profundeza de criterio, combatendo ella o feminismo da epocha, n’uma felicidade de argumentação e n’uma fortaleza de dialectica.

Disse que a mulher não póde sem uma deslocação funesta do seu papel social ser apeada da funcção a que está circumscripta pela sua natureza, pelo seu espirito e pela sua alma.

No lar deve-se resumir toda a actividade da mulher, sendo esse o logar adequado para o fecundo desenvolvimento dos seus affectos, para a fertil expansão dos seus sentimentos e para a util manifestação das suas virtudes.

Cita a proposito, entre acclamações do auditorio, como modelo da mulher, mãe, esposa e filha – a mulher transwaaliana toda patriotismo, toda abnegação, toda desvello, toda carinho, toda nobreza, ferindo n’uma allusão feliz a politica externa da Gran Bretanha, derramando sangue no Sul da Africa para colher ouro...

Impugnou com sinceridade e com energia as doutrinas do celibato e do divorcio, subversivas e dissolventes, apregoadas pelas apaixonadas sectárias da Emancipação feminina, as quais ignoram que na familia reside a pedra angular da sociedade, e desconhecem que no casamento não se verifica uma combinação chimica susceptivel de decompor-se e de alterar-se com qualquer reactivo...

Faz a apologia do lar, querendo-o construido sobre os cimentos da fé, faz o estudo da educação, lamentando a confusão feita entre educação e illustração, condemnando em phrases persuasivas, eloquentes e dignas, a preferencia com que é tratada a segunda em prejuizo da primeira, nas escolas e nos collegios, onde se gasta o tempo com lições banaes de uma sciencia enfatuada, desaproveitando-o para os uteis sentimentos da moral do trabalho e da religião.

E criticando com segurança, com graça e com illustração, a pretendida intervenção do elemento feminino nos governos, nos ministerios nas academias, conclue sua instructiva conferencia, n’uma peroração eletrisant, e evocando a Egreja de Christo para a inspiração da mulher, da sociedade e da civilização.

E como se ao mesmo tempo um só mundo de mãos se agitára no recinto abafado do theatro, um só echo de applausos calorosamente ressoou, envolvendo na sua onda vibrante o vulto sympathico, insinuante e intelligente e festejada apostola da palavra que, no dizer de alguém, não só domina o mundo, mas creou o mundo, porque para haver mundo houve palavra.

Após o encerramento da conferencia às 9 e 45 minutos da noite, foi a illustre senhora saudada pelo Sr. Dr. Angelo Dourado e pelas Exmas. Sras. D.D. Revocata de Mello e Julieta de M. Monteiro, que em phrases fluentes e aplaudidas, prestaram justa homenagem ao seu merito.

Varios ramalhetes de flores artificiaes, foram-lhe offertados em scena aberta, respondendo por esta occasião n’um elegante improviso a insigne escriptora, que brindou à mulher brasileira.

Diário do Rio Grande, quinta-feira 26 abril de 1900 Primeira página e p.2

Notas avulsas

A banda de musica da “Lyra Artistica” executou antes e depois do sarao litterario, escolhidas peças, acompanhando em seguida, com immenso concurso de povo, inclusive exmas. familias, a emerita Sra. D. Eva Canel, à luz de fogos cambiantes, até o Hotel Pariz, dispersando-se nesse local a enorme multidão, depois de se fazer ouvir do Hotel, em entusiastica allocução, o estimado Rº. P. Vigario, Octaviano P. de Albuquerque.

A Exma. Sra. D. Eva Canel não recitou o seu applaudido discurso, leu-o, mas com admiravel gosto e irreprehensivel dicção.

Diário do Rio Grande, quinta-feira. 26 de abril de 1900. p. 2.

Eva Canel

Toma hoje passagem no trem da tarde para a cidade de Pelotas, onde terá curta demora, seguindo depois para Bagé, a laureada escriptora Exma. Sra. D. Eva Canel.
Feliz viagem.

Diário do Rio Grande, quinta-feira. 26 de abril de 1900. p. 2.

Eva Canel

PELA CARIDADE

De volta de Bagé a esta cidade a insigne oradora hespanhola Eva Canel, a convite de um alto representante do paiz amigo, far-se-á ouvir aqui em mais uma conferencia publica, provavelmente no Polytheama Rio-Grandense, revertendo o producto da sessão literaria em beneficio talvez das duas instituições pias locaes asylos “Coração de Maria” e “Mendigos”.

Só palavras de louvores temos para essa humanitaria ideia.

Diário do Rio Grande, sabbado, 28 de abril de 1900. p.2.

PELOTAS

Eva Canel – A eminente litterata hespanhola fará hoje no salão da Bibliotheca Pelotense, a sua primeira conferencia nessa cidade, fallando sobre a fraternisação da raça ibero-latina na America.

Diário do Rio Grande, terça-feira, 1º de maio de 1900. Primeira página..

PELOTAS

Eva Canel – Com todo o brilhantismo effectuou-se terça-feira à noite na Bibliotheca a conferencia de D. Eva Canel.

O salão estava repleto de senhoras e de cavalheiros da fina sociedade pelotense.

Trajando um rico vestuario de gorgorão lilaz, enluvada da branco, o peito esmaltado por algumas e bonitas e honrosas condecorações a intellectual senhora foi conduzida pelo seu compatriota Sr. Dr. Juan Cruz Trapaga ao estrado de onde deveria proferir o seu discurso.

Estava artisticamente preparado esse lugar na ampla sala; via-se ao fundo entrelaçados os pavilhões hespanhol e brasileiro, muitas flôres e estatuetas.

D. Juan Trapaga apresentou com palavras de apreço a Sra. Eva Canel ao escolhido auditório, depois do que principiou ella, entre applausos continuos, a fazer a leitura da these annunciada “fraternisação da raça ibero-latina na America” mostrando no decorrer da apreciada leitura vasta copia de conhecimentos alliados a uma superioridade de criterio pouco commum. Dissertou longamente sobre a situação dos varios paizes europeus, referiu-se à ilha de Cuba, absorvida pela Norte-America, salientou o character ambicioso desse paiz que deve pôr de sobre aviso todas as nações sul-americanas, e de raciocinio em raciocinio, com solidez de estudo, chegou à conclusão da necessidade de fraternisar todos os povos da raça ibero-latina na America.

A sua conferencia, que durou uma hora quase, terminou no meio de uma estripitosa ovação do auditorio.

A digna comissão hespanhola, encarregada da recepção da talentosa escriptora Eva Canel, offereceu-lhe na noute da mesma terça-feira, um banquete no hotel *Alliança*, a que assistiram muitas Exmas. Senhoras e cavalheiros.

A exma. sra. D. Eva Canel fallou, por diversas vezes dirigindo uma saudação à imprensa local, saudação a que respondeu o Dr. Leopoldo de Freitas, representante do *Correio Mercantil*.

Falaram ainda os Srs. João Cruz Trapaga e Ramon Trapaga Filho e o jovem Baldomero Trapaga.

A festa teve um character intimo a que os assistentes deram o maior realce.
(...)

Diário do Rio Grande, domingo, 6 de maio de 1900. p.3.

Eva Canel

A redação da *Gazeta da Manhã*, em Bagé, teve ha dias a honra da visita da exma. sra. D. Eva Canel.

As duas conferencias que essa illustre mulher hespanhola deve levar a effeito nessa cidade, realizar-se-ão dentro de breves dias no teatro dalli.

Diário do Rio Grande, sabbado, 12 de maio de 1900. Primeira página..

Eva Canel

Se o tempo permitisse, devia ter feito ante-hontem, na cidade de Bagé, a sua primeira conferencia publica, a illustre escriptora Eva Canel.

O assumpto escolhido pela egregia litterata hespanhola para sua dissertação era a – Educação da mulher.

Diário do Rio Grande, quarta-feira, 16 de maio de 1900. p.2.

PELOTAS

Eva Canel – Chegou ante-hontem à tarde a essa cidade, vinda de Bagé, a illustre Sra. D. Eva Canel.

À estação de Piratiny foram esperal-a algumas Exmas. familias.
Na *gare* da Southern aguardavam-na representantes da imprensa.
A festejada oradora é hospede do *Hotel Alliança*.

Diário do Rio Grande, sexta-feira 18 de maio de 1900. p.2.

PELOTAS

Eva Canel – Occupando-se do bello e elevado tema social – A educação da mulher – deverá fazer no dia 21 do corrente no theatro Sete de Abril a sua segunda conferencia nesta cidade a eminente senhora D. Eva Canel.

Diário do Rio Grande, sabbado, 19 de maio de 1900. Primeira página..

PELOTAS

Eva Canel – Tras-ante-hontem às 8 ½ da noite perante numerosa concurrencia no theatro realizou-se a conferencia da illustre litterata e oradora D. Eva Canel, sobre a educação da mulher.

O palco estava juncado de flores; à hora annunciada a eminente conferencionista apresentou-se e deu começo à leitura de sua eloquente dissertação produzindo a mais agradavel impressão no espirito dos ouvintes.

Diário do Rio Grande , quinta-feira, 24 de maio de 1900. p. 2.

Eva Canel

Deu-nos hontem o honroso prazer de sua fidalga visita a egregia litterata hespanhola D. Eva Canel, que o Rio Grande com sabido desvanecimento de novo hospéda. Saudomol-a.

Diário do Rio Grande, sexta-feira 25 de maio de 1900. Primeira página..

Eva Canel

Sabemos que a distincta litterata D. Eva Canel, fará, no proximo domingo, uma conferencia em favor de algumas instituições pias.

Diário do Rio Grande, sexta-feira, 25 de maio de 1900. p.2.

PELA CARIDADE

Eva Canel

É hoje, às 7 horas da noite, no vasto salão do Polytheama, gentilmente cedido pelo seu proprietario, que o generoso povo rio-grandense vae dar demonstração publica da sua proverbial philantropia, acudindo em globo a ouvir a palavra facunda e tersa da illustre escriptora hespanhola Eva Canel, pósta à protecção de duas casas pias.

A entrada é franca; ingressos só foram distribuidos para os camarotes.

A afinada banda musical *Gioacchino Rossini* obsequiosamente offerecida, realçará o sarau litterario, executando no theatro as mais belas composições do seu repertorio.

Não ha de haver hoje um unico logar vasio, basta ser uma mulher que fale e que por ella fale a caridade, na mais viva eloquencia do seu sentimento edificante.

Diário do Rio Grande, domingo, 27 de maio de 1900. p.2.

Eva Canel

A sua conferencia

A pessima noite de ante-hontem não permitiu que affluissem ao Polytheama Rio-Grandense todos quantos pretendiam levar ali suas humanitarias presenças. Foi, por isso, muito fraca a concorrência de assistentes à conferencia da eminente escriptora hespanhola D. Eva Canel, que mais uma vez pôs em destaque seus indiscutíveis dotes mentaes, discorrendo com elegancia de phrase, com elevação de criterio e com profundez de conceito, sobre o interessante thema – *Fé e Caridade*.

A traços fieis descreveu o que são estes dois sentimentos, o que valem, o que representam e o que conseguem. Citou, para próva, abundantes exemplos historicos.

Verberou com energia de quem sente o que diz a caridade falseada, mystificada, mentirosa, convertida pela vaidade banal em vicio, e por isso mesmo indigna de ser considerada oriunda da alma.

Sustentou que a verdadeira caridade deve ser espontanea, modesta, affectiva. Criticou com superioridade de argumentação, entre applausos estrepitosos dos ouvintes, os preconceitos sociaes absurdos, que fazem com que não tenham as pessoas asco de lavar até os animaes de sua predilecção, aos quaes dispensam os mais fraternaes carinhos, deixando no entanto entregues ao abandono, as pobres creanças sujas, esfarrapadas que não raro precisam de agua tantas vezes para as limpezas corporeas.

Não, que os pobres animaes, declarou a oradora, devam ser tratados sem amor, mas tão censuravel, disse ela, é o consentir que as creanças torturem e martyrisem os pequenos animaes, a pretexto de brinquedo e diversão, como censuravel é o cuidar dos mesmos sêres, com menosprezo da caridade que deve ser exercida para com as infelizes creanças famintas e necessitadas. E felicitando-se com o auditorio por estar ali dando uma publica demonstração de sua caridade, felicitava-se consigo propria por poder contemplar espetaculos tão edificantes, sendo seu maior desejo, voltando um dia ao seio do povo rio-grandense, unir-se novamente a elle, para a pratica nobilitante da caridade.

Demorada e entusiastica salva de palmas pontuou as ultimas palavras da insigne mulher hespanhola.

Terminada que foi a leitura da substanciosa peça oratoria, o Sr. Dr. Angelo Dourado, em nome das duas instituições pias beneficiadas, proferiu bella allocução de agradecimento, fazendo neste acto entrega de um valioso ramalhete de flores naturaes à laureada Exma. Sra. D. Eva Canel.

Já antes o Sr. Dr. Angelo Dourado havia feito no proscenio a apresentação da illustre senhora ao publico.

A excelente banda musical italiana *Gioacchino Rossini* encerrou a agradável conferencia com a execução do hymno nacional, ouvido de pé por todos os circumstantes.

Eis o que foi, em pallidas linhas, o applaudido sarau litterario realizado antehontem no Polytheama Rio-Grandense.

Diário do Rio Grande, terça-feira 29 de maio de 1900. Primeira página.

Eva Canel

A emerita mulher hespanhola Exma Sra. D. Eva Canel, tão finamente educada, quanto profundamente instruida, seguindo de Sant'Anna do Livramento para a capital uruguaia, teve a gentileza captivante de transmittir ao Sr. Florencio Rodrigues, honrado consul da Hespanha nesta cidade, as linhas que se seguem, nas quaes põe em evidente relevo o seu bondoso reconhecimento pelas provas de justo apreço que aqui recebeu:

“Sigo Montevideo, adiós a todos: prensa, españoles y amigos.”

Pela parte que nos tóca, nessa sua fidalga demonstração de sympathia, como humilde elemento constitutivo do jornalismo local, os nossos sinceros agradecimentos à illustre litterata do brioso paiz amigo.

Diário do Rio Grande, sabbado, 16 de junho de 1900. p.2,

EVA CANEL

Diz o *Debate* de Sant'Anna do Livramento de 11 do corrente:

“A insigne escriptora e oradora hespanhola Exma. Sra. D. Eva Canel, em sua breve estadia neta cidade, deixou as mais perduraveis impressões causadas pelo seu pujante e raro talento.

Durante os dias que a afamada escriptora esteve entre nós foi objecto das mais delicadas e merecidas atenções, quer por parte da patriotica colonia hespanhola, sempre cavalheiresca, quer por parte da culta sociedade santanense disputando aquella e esta quem mais homenagens e preito renderia à illustre viajante e hospeda.

No dia de sua chegada, quinta-feira, como dissemos já, uma comissão da distincta colonia hespanhola, às 8 horas da noite, foi cumprimental-a e pôr à disposição de sua eminente patricia os seus serviços no que lhe fosse util e necessario.

Na sexta-feira D.Eva recebeu diversas visitas e retribuiu-as à tarde, visitando por ultimo o vice-consulado hespanhol, exercido pelo nosso particular amigo e honrado negociante Sr. Eloy San Juan, sendo nesta ocasião apresentado à distincta escriptora o director desta folha Arthur Ulrich.

A noite deste dia, às 8 ½, D. Eva foi recebida no *Club Commercial* com todas as honras devidas a seu sexo e à sua justa fama, sendo-lhe offerecida uma taça de champagne, saudando-a em nome da conspícua associação o intelligente jovem Sr. Hugulino de Andrade e o director desta folha.

A Exma. Sra. D.Eva respondeu às saudações num bellissimo discurso cheio de sentimento e colorido.

Depois passou a visitar as diversas dependencias do *Club* demorando-se longo tempo na bibliotheca lendo as differentes obras e conversando animada e encantadoramente.

Após cerca de duas horas de estada nesta associação, retirou-se D.Eva sendo acompanhada até o *Hotel do Commercio* por uma comissão de Exmas. senhoras, jovens e cavalheiros.

No sabbado recebeu D. Eva varias e novas visitas, às quaes, à tarde, retribuiu.

A illustre escriptora D. Eva, acompanhada do illustre amigo Sr. Eloy San Juan, honrou esta redacção com sua visita, sendo recebida com toda a distincção e honra merecidas.

Foram-lhe mostradas as diversas salas de typographia – a de composição, de encadernação, de machinas, etc., passando depois ao escriptorio da redacção, onde lhe foram apresentadas as redactoras do *Orvalho* – Mathilde e Alayde Ulrich.

Após alguns momentos de animada palestra foi à eminente escriptora offercida uma taça de champagne, fazendo uso da palavra as redactoras do *Orvalho*, o director desta folha, o Sr. Eloy San Juan, agradecendo ela em breve oração às felicitações que lhe eram tributadas.

No domingo, o illustre vice-consul hespanhol Sr. San Juan offerceu a sua preclara patricia um opiparo almoço, ao qual assistiram o Sr. José Diez e Exma. esposa, D. Mimosa Correa Giudice, o director desta folha e a redactora do *Orvalho* Mathilde Ulrich Filha.

Abriu a serie de brindes o Sr. Eloy, seguindo-se com a palavra Arthur Ulrich, J. Diez, D. Mimosa, Mathilde Filha e D. Eva.

O almoço ocorreu alegre, animado e cheio de interesse.

À tarde D. Eva retribuiu diferentes visitas e recebeu os cumprimentos de uma comissão da redacção da *Restauração*, de Rivera.

À noite, o *Club Commercial* vestiu-se de galas para receber em seu seio a eminente oradora D. Eva Canel, que ali ia fazer uma conferencia.

A afamada preleccionista foi apresentada à sociedade santanense, ali brilhantemente representada, pelo director desta folha, que recebera da illustre directoria do *Club* tal incumbencia.

A conferencia cujo thema, a pedido da preclara oradora, fôra dado por nós, versou sobre – a educação da mulher, sua influencia na sociedade como esposa, mãe filha e cidadan – esteve brilhantissima, sendo a cada instante coberta de applausos estrondosos a incomparavel oradora.

Após a conferencia foi offercida uma taça de champagne à Exma. Sra. D. Eva fazendo uso da palavra os Srs. Dr. Agostinho da Silva Campos, Arthur Ulrich e Hugolino Andrade respondendo a proeminente oradora em jactos de eloquencia arrebatadora.

Hoje retirou-se a Exma. Sra. D. Eva para Montevidéo.

Todas as despesas, quer do hotel, passagens, carros, etc., foram custeadas pela patriotica colonia hespanhola, dando-lhe o *Club Commercial* um giro de cem pesos de ouro, proveniente da collecta feita entre socios da mesma distincta associação, que se houve *hors ligne* com a illustre hospeda.

Eis em rapidos traços, descripta a passagem da Exma. Sra. D. Eva Canel por esta localidade.”

Diário do Rio Grande, sabbado, 30 de junho de 1900. Primeira página.

ANEXO C: COLETÂNEA 3

M1

Fui criada junto com todas as filhas da S..., tudo, todas junto. Bom, depois nós fomos crescendo e já fomos separando, não é? Depois eu me empreguei, nas fábrica. Ajudei a S... a criar os filho. Eu, a N... e a Z..., essa aqui... eu junto também. Nós tudo fomos criado junto. E eu era gurria. E aí... eu não obedecia muito a S..., porque a S... prometia muito laço em mim, não é? E aí, quando foi, assim... aí, quando foi na... na... eu fui pra escola... e eu não queria estudar, aí eu não queria estudar e me escondi. Não. Fui pra casa dum... dum armazém, criar umas criança, pra ganhar uma... Sim, é...aí... depois a professora me chamou a S... . A S... foi lá... e disse: "Olha, a H... não tem aparecido na aula." E eu cuidava a hora que soltava a aula e ia embora pra casa. Fazia que tinha ido à aula. "Ô, H..., cadê as tuas lições?" "Ah, a professora, hoje, não me passou lição... não me passou nada." Aí... aí a S... me prometeu me entregar pro papai. Eu fui criada com a S..., a tua avó, minha irmã mais velha. E... quando o Z... nasceu, a mamãe morreu da espanhola. E nós fomos criado tudo, tudo junto, com a minha avó... a vó C... O vovô era francês. A vovó era assim mulata, cabelo liso e tudo. Grande, assim como eu. Tudo grande: pé grande, mão grande, tudo grande. Toda a vovó era muito grande. Aí... a vovó era só de mulher. Aí eu trabalhava muito. Aí a vovó botou eu pra lavar roupa no rio. E eu levava o Z... aqui, amontado na cintura. E as cobertas pra tapar o Z... . E eu lavava roupa no rio e depois eu queria botar o Z... num carrinho, feito um caixão. Assim... aí eu botava o Z... ali e depois eu puxava o Z... ali dentro. E... depois que a roupa tava tudo ensaboada, eu torcia e trazia a bacia na cabeça. Fazia um rolo, assim. Com a S... eu era gurria, ainda, pequena, assim. Aí, a S... botou eu na escola pra eu aprender a ler. Ah, eu disse: "Ah, saber ler não vai fazer falta pra mim. E agora faz, eu podia ter aprendido mais...". Aí, na escola... eu não gostava de estudar. Aí, eu ia pra venda pra cuidar umas criança. Aí, eu cuidava e ela me dava as coisa, tá? A S... não sabia! A S... era empregada da Dona M... . Aí, eu fui trabalhar na Dona I... . A Dona I... era rica, tinha armazém. A S... era empregada da Dona M... Aí, a S... tirou a M..., minha irmã, do asilo e depois a M... foi trabalhar na... na Dona I... A M... trabalhava na cozinha, a L... era pequena, o É... era pequeno e a M... era casada com o M... . A S... cozinhava com outra família, a Dona M... que era parente da Dona I... Aí, eu fui criada com elas, também, ali. Elas eram muito boas pra mim... e tudo. Aí, a S...

depois ficou... O padrinho era da barra, assim, desses navio... e quando ele vinha, a S... tinha que ir pra casa, porque ela trabalhava escondido, porque o padrinho não queria que a S... trabalhasse. Ele era meu cunhado e padrinho. Porque quando a mamãe era viva que teve nós, a S... não podia me batizar, porque irmã não podia batizar irmã. Aí o meu padrinho, que é casado com a S..., me batizou. E até hoje, que ele tá morto, eu chamo ele de padrinho. E eu tinha madrinha! A madrinha já morreu. A madrinha chamava Zulmira... e o padrinho era casado com a S... A minha madrasta me ensinou a cuidar da roupa... Prometia me dar. Eu judiava com ela e ela me judiava, não é? Uma vez ela me deu... em mim com uma trouxa... com a roupa molhada em cima de mim. Era tina... não tinha tanque. Eu agarrei...dei um pontapé nela e rebentou a veia. Ah, foi correndo pro hospital. Aí, eu me escondi embaixo da cama pro papai não me dar... não me dar... e a vovó procurou e não me achava. "A H... não tá aqui! Eu vou procurar a H..., pra ver onde a H... tá!" E o papai disse: "Quem pode dar na H... sou eu, tu não pode dar na H..." Era o papai. Aí o papai me procurou pra eu não apanhar. Depois o N... disse assim: "Vó, a H... está ali... atrás." Aí a vovó me tirou e me deu. A vovó que me deu... me deu uma surra. Aí, eu fui ficando mocinha, assim, e não precisou mais fazer isso. Eu morava com a S..., eu trabalhava. Morei com ela muito tempo, assim. Aí, eu fui me empregar na Swift, na fábrica. Na fábrica eu fazia muita coisa, a gente fazia lote, recolhia as lata, umas fazia lote, outras fazia não sei o quê... Depois eu saí e fui cuidar o papai. Eu, o Z..., o N... e o R..., porque a minha madrasta abandonou o papai... abandonou o papai e o papai ficou sozinho. Ela vestia a C... e iam pro carnaval. E ela fazia muito feitiço pro papai e tudo. Um dia o papai tava sentado numa cadeira de preguiçosa de antigamente e ela foi lá buscar as roupa. Depois de noite ela apareceu com um mundo de gente! Feitiçaria! Queria fazer feitiço, assim. Ela botou o nome da mamãe, o nome da vovó. Ela disse assim: "Olha, aqui está o nome da sua avó, da sua mãe, a mãe das criança!" E não sei mais o que é que ela falou. E eu peguei um cabo de vassoura e corri com ela lá de casa. Depois eu fiquei cuidando do papai. Até a morte dele eu tava junto com ele. Eu pegava as pomba, matava, fazia a comidinha pra ele. E ele perguntava de onde que eu tirava... eu tinha que desmanchar bem, pra ele não ver a coxinha! O papai morreu. Eu fiquei morando com a M... Aí, um dia eu tava aborrecida. A M... trabalhava, eu ficava cuidando o É... e a L... Eu ficava aborrecida... queria ter o meu dinheirinho e a Maria não podia me dar... e tudo. Aí, eu disse: "Olha, M..., vou procurar um emprego pra mim! Eu quero ter o meu dinheirinho!" Um dia eu saí, escondido da M... e fui caminhando... caminhando... caminhando... encontrei uma senhora e disse assim: "A senhora podia me explicar onde é a crecha?" Ela disse assim: "Crecha!!!!" "É, adonde tem criança." "É creche!". E me levou lá! Me levou lá e eu... eu perguntei pra madre e a madre disse que não...

que não, que não precisava de empregada. Ia toooodos os dia. E uma irmã, ela já é morta, disse assim, a Irmã R... "Vem todos os dia que a madre vai resolver te pegar, tá?" Eu disse: "Tá certo!" E aí, ia todos os dia! Aí, ela ia passando, entrando na capela e disse assim: "Ué, tu ainda estás aí?" "É que eu queria arranjar um emprego aqui!" E aí ela disse assim: "Então manda sua irmã aqui. Você tem irmã, não é?" Eu disse: "Tenho." "Manda a sua irmã aqui que eu quero conversar com ela." Aí a M... foi lá. Conversou com ela e tudo. Disse que eu era filha de Maria, da Igreja, mas que eu gostava de ir ver o carnaval. "Mas ela é muito caprichosa e tem muito juízo." Aí, eu não fui mais à parte nenhuma.. arranjei o emprego na creche de cuidar criança, trabalhar... Ah... depois, eu perguntei pra madre. "Por que é que aquela irmã dá aula pra aquelas três... três moças que estão lá dentro?" "Ah, minha filha, é pra vida religiosa!" E eu disse assim: "É boa a vida religiosa?" Ela disse: "É! Por quê?" "Ah, eu tinha vontade de ir pra... Eu queria ser religiosa!" E ela disse assim: "Primeiro eu vou falar com a sua irmã." Depois eu... Aí eu fui caminhando, caminhando... tão triiiste! Aborrecida! Disse: "Ah, eu não vou arranjar emprego nunca. Vou viver na pobreza, tão pobre... não tenho ninguém, não tenho mãe, não tenho pai... não tenho mais ninguém... Depois, se as minhas irmãs me abandonam? O que é que vai ser de mim?" Eu cá comigo. Aí, quando eu cheguei no portão de casa, eu fui pra abrir o portão, um menino Jesus deste tamanho, assim, bem pequenininho, cabelo bem loouuro, bem crespinho, crespinho: "H..., H..., a madre está te chamando! Vai lá! Vai lá que ela está te chamando!" Cheguei, fechei o portão de novo. "Então vou contigo!" Quando eu disse que vou contigo, ele desapareceu. Depois eu fui lá perguntar pro padre. Ele disse que foi o menino Jesus que me chamou pra vida religiosa. Aí eu falei com a madre e disse pra ela. E ela disse: "Sabe quem é, H...? É o menino Jesus que quer que tu seja freira." Depois eu cheguei em casa e contei pra M..., mas eu não disse que eu fui lá pra pedir emprego. A madre é que disse. Aí eu contei pra M... que quando eu abri o portão, eu vi aquele menino me chamando. Nunca mais... E foi indo. Eu trabalhei na creche. Ainda estudei mais um pouco, eu fiz exame de... de saúde, eu fiz exame da cabeça, pra ver se eu não tinha nada perigoso na cabeça, fiz exame nas unhas todas, unhas dos pé, dentista, exame no corpo todo, exame nos dentes, nos olhos... tudo isso eu fiz antes de ir pra vida religiosa. Ah, eu tinha muita gente que gostava de mim, muito homem. Aí, tinha um português podre de rico. Ficou viúvo. Então ele queria casar comigo. E falava com a S... : "Ó, Dona S..., eu tinha uma vontade de querer bem essa sua irmã. Eu acho que ela tem uma cara tão boa, trabalha, caprichosa!" E a S... queria! Também namorei um marinheiro. Gostava e não gostava! E esse português... ficou viúvo. Não era muito velho. E rico! Muito rico! E me queria! Eu não quis. Eu tinha medo de me casar! Eu tinha um medo!... Porque eu via minhas

companheiras sofrer com os maridos... largar... apanhar... beber... Eu tinha medo!... Eu tinha medo... Eu queria me divertir, ir aos bailes... e tudo. Mas casar eu não pensava! Eu via os mau exemplo. As minhas amiga... Eu ia pra Swift com as minhas amiga. A gente trabalhava muito, minha filha! Às vezes... alguma não podia ir pra fábrica porque o marido bebia, apanhava... dava... Tinha uma que tava pesada pra ter criança... E ele dava... Ela foi pro hospital, passou mal... E eu não quis... E a S... queria que eu me casasse com o português. Mas eu não quis me casar! O marido da Dona I... era muito bom, respeitoso. A Dona I... era muito boa pra mim! Não tenho queixa dela. Esses dias eu tava até pensando nela. Até mandei celebrar uma missa. Pra eles todos. E agora tou na minha vida religiosa! Não penso nada... de sair da minha vida... que muitas irmã saem... pra se casar... passar trabalho... nem religiosa, nem solteira, nem nada... eu tenho tudo, eu tenho minha vida religiosa boa, não é?... Eu tenho as minhas férias... lá nunca teve briga... A minha madre... A madre é muito boa pra mim. Eu tenho tudo na minha vida religiosa! E sempre estou dizendo: Eu não troco a minha vida religiosa pra viver no mundo! Eu não troco, minha filha, a minha vida religiosa por nada disso! Gosto de tudo! Gosto das minhas sobrinhas! Todas as minhas sobrinha... é meu sangue... é sangue do meu pai... Nós tudo temos sangue da minha família, das C..., não é? Da outra vez que eu fiquei mais de três meses sem ver vocês, como eu chorava de saudade! Ah, irmã, eu chorava tanto, tanto! Achava que não ia ver mais as minhas sobrinha! Como eu sentia falta de vocês! Uma falta, uma falta! Depois eu fui ao médico e o médico disse que eu podia viajar. Sempre eu peço pra Nossa Senhora... que Nossa Senhora cuide as minhas sobrinhas... que ela põe todas debaixo de seu manto... E os marido delas me tratam de tia... Eu quero todo mundo bem. Até a minha madrasta que já morreu! Sempre no dia de finados eu mando rezar uma missa pra minha madrasta e os filhos dela... A minha madrasta tá enterrada com o papai. Eu perdoei ela. Quando ela tava pra morrer, eu cuidei dela. Cuidei só um dia... Quando ela tava pra morrer, ela disse assim: "H..., tu me quer bem? Tu me perdoa?" "Perdôo. Quero bem a senhora! E perdôo tudo, tudo que a senhora fez!" E... quando a minha mãe era viva, ela era amante do meu pai! Quando a mamãe morreu... o Z... tinha três dias... A S... é que criou ele... Eu não tenho retrato da minha mãe... Naquele tempo não se tirava muito retrato, minha filha!... Ah, eu to ficando toda suada!...

M2

Bom-dia! Eu sou I... B... F... . E... tou contando um pouco da minha vida... Eu sou... a minha mãe era casada com um marinheiro que viajava muito. Meu pai era um... ausente-presente, custava muito... e a minha mãe criou sete filhos. Eu sendo a segunda filha e eu sempre que fui a dona da casa... pra resolver os problemas do papai e de mamãe... apesar, que eu era uma menina com 9 anos e já sabia tratar da casa, de fazer almoço, de lavar roupa, e cuidar os... os meus irmãos que a minha mãe trabalhava... trabalhava numa casa de família muito famosa aqui na cidade e ... então, quando ela tinha dois três filhos, eu ia junto com a trouxinha, com a mamadeira... me sentava embaixo de uma parreira pra... cuidar as criancinhas... E a minha mãe era cozinheira dessa casa... foi 12 anos cozinheira. Fazia almoço, arrumava a cozinha, ia em casa e voltava de tardezinha, pra fazer janta. Ah, era assim. Não comiam a mesma comida do almoço! O que sobrava, não os restos dos pratos, mas as sobras das panelas, a minha mãe levava pra casa. Eles eram muito bons, muito fartos! E o meu pai levava quatro, cinco, seis meses... que fazia o estrangeiro todo... navio grande... e a minha irmã foi pra casa de uma senhora fazer companhia, com 15 anos, e eu fiquei sendo a mais velha, nessa hora, e... ela ia pro emprego e eu que tomava conta da casa. Então... tudo comigo, né: era pra alugar casa, era pra desalugar casa, era pra levar a mãe pro hospital pra ganhar neném, pra chamar parteira e eu é que fazia as roupinha à mão: babeiro, as roupinhas pra ela, tudo de rendinha, tudo bonitinho. Naquele tempo, era muito bonito a gente ganhar um irmãozinho! Então foi juntando e ficou sete... Daí meu pai saiu da marinha, do navio... e ficou em terra, porque nós já tava ficando mocinha e ele achava que tinha que tá em casa pra ajudar a mãe a cuidar. Mas com meus 14 anos eu fiquei na casa que a mamãe trabalhava... fiquei de menina, de menina *chic*, de menina rica... que só tinha uma filha mocinha e tinha três rapazes... e eu era a relíquia da casa... Mas trabalhava também, ajudava a menina. Tinha empregada... mas tudo o que eu sei, tudo que eu aprendi, a coser, fazer crochê, fazer flor, tudo eu aprendi com elas... Era uma família muito boa que me criava bem. Às tardes tinha saraus em casa dela... Se juntava os doutores, os filhos rico, a menina mais velha tocava piano... que ela era bem mais velha do que eu. Na época, eu já tava, assim, com meus 14 anos e ela já tava acho que com uns com 18... Então, eu era acompanhante dela, né... Se dormia no mesmo quarto, eu tinha a minha caminha... e eu vinha pra frente do piano, que eu tinha uma loucura, uma loucura de aprender a tocar piano... mexia nas teclas e tudo... e tava num coleginho... mas quando eu tava querendo me animar no coleginho, a minha mãe ganhava outro neném e eu

tinha que ajudar a cuidar... e foi aquela luta pra minha vida até meus 17 anos... 17 anos eu saí da casa que eu estava... que eu me criei, assim, uma menina muito *chic*... muito fina... ia em todas festas... naquele tempo... eu sou mulata, assim, meio descascada, meia amarela, cabelo bom... Então elas me levavam, toda encacheada, me trajavam... me faziam tudo... eu era toda *chic*... Mas eu ia nas sociedades... que naquele tempo, gente de cor não ia, mas como eram gente muito rica, eram os presidente, então eu sempre ia nas festas... até que depois que eu fiquei com os 17 anos, eu saí... Todo mundo chorava! Mas é que eu queria também ter a minha vida de mocinha, né, aproveitar o resto da mocidade... fui embora pra casa. Mas, aí, eu trabalhava mais, porque eu me empreguei numa casa de costura... Naquele tempo se usava muito ter as casas de costura... ter cinco seis meninas... pra bordar, pra pregar botão... Então eu trabalhava lá... eu que botava a mesa, as tesoura tudo... nós era cinco, seis menina... e dali eu fiquei uns três anos, mas como o dinheiro era muito pouco, eu fui me empregar numa fábrica que tinha aqui, a fábrica de biscoitos Leal Santos... mas era muito boa, meninas tudo boa, tudo selecionada. Aí... eu que era a chefinha da turma... e foi muito bom pra mim aquilo, porque a gente trabalhava, a gente fazia um serão até onze hora, porque, naquele tempo tudo saía de... por navio e tinha muitos pedidos pra fora daqui... e a gente tinha que dar conta daquilo... e eu fazia serão, às vezes, até as onze horas da noite. Mas eu não tinha papai, mamãe que fosse me pegar. A gente vinha com as companheira da quadra que morava e cada uma ia ficando na sua casa. Naquele tempo era bom, não é?... Que a gente vinha vindo sozinha e até o papel que voava, a gente já se virava pra ver quem é, mas não tinha essas coisa de agora... Mas é que os pais, naquele tempo, não tinham muita confiança na gente... era tudo muito, assim... tudo era feio... tudo prometendo que "eu te dou, que eu faço, o dia que tu errar a porta da casa tá aberta, que eu não quero que ninguém erre aqui dentro..." Aquela coisa de militar, não é? E a minha mãe, coitada, foi muito... uma pessoa, assim, muito querida, muito bonitinha, toda arrumadinha, e o pai tinha um certo ciúme dela. E ele gostava de tomar uns vinhozinho, porque ele era filho de crioula... assim meia crioula com português... A família dele, que criou ele, era tudo gente muito *chic*, de Pelotas... A minha irmã também era de Pelotas. De mim pra baixo é que... que nós nascemos aqui. E a vida era assim, né! Tudo o que se fazia... a gente não podia ir numa festinha, não se podia ir uma amiga na casa, porque ele dizia que a gente tinha que trabalhar. Se chegava uma amiga, ele queria saber se... de quem que era filha... se a mãe era casada ou amigada. Ah, não podia ser amigada, né. Se possível fosse, queria ver a certidão do casamento! Se fosse amigada é porque era vagabunda e a filha já ia sair igual! Ele sempre dizia: "Mãe é cartão de visita!" Hã... dizendo assim, ele já ficava fora, né! Gostava duns vinhos! Mas homem podia fazer o que queria, mulher não, tuuudo era

feito! Na hora da tarde era sagrado, uma lavava o lampião, os tubos dos lampiões, porque era o que se usava. Outra com os orinozinhos pros nenenzinhos que eram pequenos. A gente tinha uma vida bem, assim, dentro de casa, bem de dona de casa! Lavar, se lavava numa tina... se tirava a água, lavava aquela tina... Olha, era um sufoco! Então, a gente não tinha vida de menina, eu não tive, em casa, uma vida de menina, alegre, assim... Não tive! De o meu pai me trazer um presente, um relógio... prova está que eu não tenho nada guardado que é lembrança dele, porque tudo é lembrança do meu trabalho. E fui indo... a minha vida assim... as... a mais velha casou, eu fiquei noiva, mas depois... o noivo era muito ciumento... era aquelas briga dentro de casa com o ciúme dele... até que um dia, eu saí com ele, e ele me trouxe umas roupa muito bonita, porque era gente de posses, né, também muito bem criado, com gente rica... me dava muito presente e eu tive aquela vida boa no tempo que namorei ele, um ano e pouco, já com móveis, com tudo pronto, faltando um mês pra eu me casar... um dia eu cismeiei, peguei a aliança, atirei... nós ia discutindo... eu atirei debaixo de um bonde a aliança! Eu só senti aquele barulho! Cheguei em casa... o meu pai também não fazia muito gosto, porque ele era, assim, meio brigão... tinha ciúmes do meu pai... Quando ele chegava, eu não podia atender ninguém... tinha que me sentar, porque, naquela época, namoro era sentado na sala, né! Tinha as horas de ir embora, domingos e sábados pra ir, nos dias de semana não era. Aí, quando ficava noiva, o papai dizia: "Olha, convida os rapazes pra vim almoçar com a gente!" Aí, já tinha a mais velha que era noiva. Mas a minha irmã mais velha não gostava das coisas do meu pai. Ele tomava aqueles vinhos e ele gostava de fazer umas das dele, lá. E eu é que aceitava isso tudo, porque eu era a única filha que ele respeitava... era eu, sim, nessa hora, né. Então ela foi pra trabalhar, quando veio, só veio pra se casar. Mas ela não teve muita sorte, porque o marido era meio pobre e não pôde alugar uma casa. Eu tive que desocupar o meu quarto pra dar pros noivos! E eu é que fiz toda a roupa de festa, de cama, de segundo dia... dossel... Era essa coisa que se usava nas camas, né? Uns cortinados... quando ela chegou, meu quarto tava desocupado pro casamento dela... Mas ela não teve muita sorte, coitada, porque ela que foi-se embora da casa, morar com essa família, porque não agüentava as briguinhas dela com o meu pai... assim, aquelas discussão de marido com mulher... ela não gostava dos vinhos dele... e eu agüentava aquilo tudo, tinha paciência, né, com aquela coisa, assim... e eu sempre tava pra acalantar um e outro, assim, quando tavam meio brigando... E fui ficando, fui ficando... e quando chegou meus 20 anos, eu namorei um rapaz que era da... marinha... era da aeronáutica... muito *chic*, muito bonito, um mulato, muito arrumado,... e nós nos namoremos. Isso foi em setembro... quando foi em março, ele me pediu em casamento. Ah, eu tava fazendo 20 anos... Naquele tempo se usava revólver, salva de tiros... ele era militar... aí eu fui

pro quintal e ele dando tiros... E ele dizia pra mim: "Ah, vamos se casar, porque tu já estás no baliaio!" Aos 20 anos já era muita coisa pra moça estar esperando casamento, né? Aí, contratemos casamento... e nisso arreventou a guerra e ele teve que ir-se embora... militar todo ia embora, tinham que ir pro Rio, tinha que ir pros quartel, guardar as fronteira... e eu fiquei de mala! Mas, não fiquei com o buquê na mão, só fiquei com a mala cheia de coisas bonitas! Aquelas roupinhas de baixo todas cheia de renda...até as ligas das meia de seda eram enfeitadas com renda!... E ele foi-se embora... E foi fazer guerra, foi pra Itália... E daí foi passando, passando, e eu mocinha... já com 21 anos e o homem não vinha, a guerra não terminava... E eu resolvi a namorar outro e namorei o que foi meu marido... que foi um marido assim... irmão, pai, amigo... foi uma pessoa que tá... há 23 anos já morto e eu ainda gosto dele! Ah, ainda gosto do meu marido, morto mesmo! Foi companheiro!... Ah!... Da minha família, da minha mãe, do meu pai... Ele corria pra tudo! Nós tínhamos um carro e aquele carro era pra tudo... pras festas, pra fazer os enterros... Eu me dava muito bem com a minha sogra! A minha sogra morava numa casa grande e eu, quando me casei fui morar com ela. Foi um casamento muito, assim, mixuruca... porque o noivo é que pagava o carro, a noiva que comprou o bolo! O presente do pai não vinha nunca! Os pais é que tinham que dar... mas eu mesma é que me dei tudo! Mas, olha, sabe que eu fui tão feliz com o meu casamento! A sogra... morei com ela 7 anos... foi uma sogra-mãe, aquela sogra que, quando ia fazer uma comidinha, o bife que ficava mais bonito, era o meu! Foi uma sogra maravilhosa! Até hoje eu tenho saudades dela! Foi uma mãe que eu tive! E o marido muito bom! E aí eu comecei a ter os meus filhinhos, na casa dela... depois é que eu fui morar sozinha. Meu marido trabalhava na Swift que, na época, ia fechar por causa da guerra. Aí, eu... comecei a trabalhar de novo... Tinha um senhor que era capitão... um vizinho, na Zalony, onde eu morava... Aí, ela me pediu... ele via... gostava muito de ver a minha roupa, tão branquinha, na corda... se eu queria lavar as fardas dele... e eu já queria o dinheirinho, porque o meu marido ganhava, assim, por quinzena, né... Aí, ele arrumou.. fiquei com três coronel... era ferro de carvão... eu acendia três, quatro ferro, enquanto eu fazia outra coisa... com um eu passava, o outro eu botava ali no arzinho pra acender e mudava aquele carvão... Eu sei é que sextas-feiras eu já tinha o meu dinheirinho na mão! Não me lembro quanto, mas, na época, dez real era muito dinheiro, né! E ele já me dava aquele dinheirinho e eu já ia fazer minhas comprinhas! Aí, depois, eu deixei aquilo e peguei minhas costuras. Eu tinha muita costura! Ah, e, no fim da semana, eu tinha sempre o meu dinheirinho dentro da gaveta da máquina! Meu marido chegava e dizia: "O que é que tem? Vamos matar zero, aqui?". E eu dizia: "Ah, já paguei a padaria! Já paguei sei lá mais o quê!". E foi assim... eu fui criando meus filhos! Os meus filhos sempre estiveram em

bons colégios! A única que não se letrou fui eu! Mas eu tenho certeza que fui uma mãe exemplar pros meus filhos! Eles sempre tiveram tudo de bom, tiveram colégio dos mais caros... São Francisco, colégio de irmãos maristas... Tu, ah, não a M... C... estudou no Joana D'Arc, colégio de freiras... tiveram empregadas... O meu marido, na época, ficou muito bem de vida, a gente tinha carro, a gente tinha tudo, né... Tenho 86 anos e me sinto com 15! Sou do grupo de idosos... sextas-feiras, eu vou pro meu baile de idosos... Fui rainha do carnaval nos 19 anos, em 1939! Ah, que coisa linda! No tempo daqueles velhos carnavais! Saí no corso... no carro alegórico, de capa de veludo toda bordada de lantejoulas, de coroa, de cetro, abanando... com a mão enluvada, pela Marechal! Fui convidada pelo jornal "O Tempo" que tinha aqui em Rio Grande! Os bailes, naquele tempo eram a coisa mais linda! Até os nomes dos baile eram bonitos! Olha só, o Baile das Rosas, o Baile das Neves... esse era no inverno... o Baile dos Lilases! E a gente se vestia conforme aquele nome! Cada uma queria fazer o vestido mais bonito! Eu memo que fazia os meus vestido, as flores pra botar na cabeça, as fitas pra amarrar meus cachos. A gente mandava forrar os sapato com a mesma fazenda do vestido. Ah, era muito lindo!... E agora, quando eu tava com 80 anos, fui miss da Festa do Mar, uma festa muito bonita que tem aqui... eu mesmo que ainda faço as minhas roupas, tenho muitas amigas e sou muito feliz!!!

Na casa onde que eu fui criada... eram gente muito rica, tem até nome de rua na cidade! Era uma família muito rica, onde eu estava, que era onde a minha mãe trabalhava... eu cuidava as meninas que tinham namorado, as sobrinhas que chegavam... Às vezes, eu tava lá dentro, fazendo meus teminhas e elas me chamavam: "I..., vai lá pro quintal, te senta embaixo da parreira pra cuidar os namorado, que o Dr. R... está aí, a A... esta aí, o Dr. I... ", que tudo era médico, né. Eles tavam pra longe e depois, quando vinham, se juntavam tudo na casa dessa tia e então, eu sempre tava por ali, cuidando... mas naquele tempo eu nem sabia o que era beijos de namorados nem coisas nenhuma assim, né... eu pegava os meus brinquedo, às vezes eu tava olhando, às vezes eu nem via nada: "Que tal, não se beijaram?" Tinha a sogra duma, que era dos... mãe dos doutores... que eram os P... os P... aqui eram muito falados... e os P... , que eram donos de armazéns grandes, taverneiros... que tinham armazéns de atacado, que vendiam pros outros armazéns... então, tinham aqueles filhos... que ficavam... na hora do café, ficavam na venda, no armazém... e ela me vestia, na hora do café, botava uns bules dentro de uma cesta e eu tinha que levar o cafezinho ou chazinho, aquelas coisas de antigamente, mas o meu pai não podia saber que eu fazia isso. Aí, um dia, eu ia bem faceira pra levar o bule e o meu pai já vinha vindo com os vinhozinhos dele: "Aonde tu vais, rapariga?" Ele chamava de rapariga, porque ele era filho de crioula com português. E os

português gosta muito de chamar as filhas de rapariga, né. E eu disse: "Ah, eu vou levar o café pros guris!" "Tu não vai levar café nenhum!". Aqueles bules muito bonitos, aquelas louças de mesa, de chá. Ele passou a mão naquele bule, atirou fora... e foi chá pra todo o lado! E eu voltei chorando: "Ué, o que é que houve?" "O pai não quer que eu seja negrinha escrava, pra levar café pra homem. Não vou mais!" Aí, elas ficaram com muito medo, né, porque o meu pai ia lá, batia na porta, falava... Então, nessa casa onde eu terminei de me criar, gostavam muito de ter a gente em casa, eu ajudava muito a minha mãe e eu era toda boneca... mas eu tinha que ficar cuidando... Chegava um namorado, que a mãe não queria aquele namorado... era, assim, tudo meios parente, sabe, os namorados... tão engraçado que era! Aí, as mães... eles almoçavam, iam se deitar... e os namorados iam pros quartos... se sentavam, naquelas cadeirinhas, uns se deitavam, com os pé pra fora das cama, e eu passava, assim, cantando, nas portas dos quarto... que eram aqueles corredor compriido, os quarto davam tudo portas pros corredores, né, e eu passava meio que olhando... mas não sabia se tavam se beijando nem nada... "Como é que tão?" "Ah, tão lá sentado, tão conversando!". Então, uma se casou. O pai não queria, nem a mãe. Então ela ficou na casa da tia. E foi aquele casamento! E chama nas lojas! Porque as lojas... nã precisava a gente ir, os empregados vinham trazer... os caixeiros... as amostras e a gente escolhia e já vinha tudo pronto, as rendinhas, essas rendinhas venezianas, botõezinhos, pra fazerem a roupinha e então faziam calcinhas, corpinhos... os sutiãzinhos eram feitos de fazenda, as calcinhas eram de umas opalina... muito bonito que ficava, aquelas rendinhas... E eu ficava ali na máquina aprendendo, também, né, pra saber como é que era. Às vezes me davam pra mim pregar as rendinhas nas calças. Mas ela morava lá e o namorado ia... pra visitar. Mas sabe como é, a gente dava aquela voltinha e os namorados tavam se agarrando! Porque não é só agora que os namorados se agarram, na esquina, e tudo! A gente não tinha tempo, mas qualquer viradinha que os velhos se viravam, a gente tava se beijando, se bolinando, essas coisas todas, assim. Era a mesma coisa, só que em ponto menor!

E... tinha uma mulher muito rica, que tinha lojas de fazendas com alfaiates, era dona das igrejas, que naquele tempo se usava, dona dos prédios das igrejas, né. Tinha o Carmo, aqui, a matriz... Eram as P... P..., que, antigamente, tinha aqui... muito faladas, tinham casa de modas, na Marechal. Tinha essa que era a O..., meio aloucada, aquelas moça que eram meio avoadas e ficou sem mãe... e, lá... ela namorou um rapaz e fez neném. Mas quando ela soube, assim... que, naquele tempo, moça tinha que esperar que viesse a menstruação, né... e ficavam muito assustadas e perguntavam umas pras outras: "Tu estás grávida?" Aí, ela... daquelas moças que já se governavam, tinha dinheiro... Pegava um Ita aí e iam-se embora pro Norte!

Aí, lá... elas faziam! Naquele tempo não se falava, mas tinha aqueles doutor que faziam aborto! Foi lá, fez uma cesariana, tirou aquele neném, veio se embora mocinha! Porque não podia fazer por lá por baixo o parto, porque aí não ia ficar igual e ela queria ficar... como virgem. Olha, era aquela falaçada na cidade, quando começaram a descobrir que a menina rica tinha feito essas coisa!

Essa que ficou lá na casa da tia, ela fazia das dela, mas, não... era direitinha, virgenzinha, se casou virgenzinha... essa sim! Mas, no dia do casamento, era uma coisa mais gozada! Eu tinha 12 doze anos... e a sogra vinha e dizia pro noivo: "Ô, R... , tu cuida... toma cuidado, trata ela bem, tira o véu, bota em cima do..." Naquele tempo, tinha uns sofás, que chamavam divãs, aqueles divãs, assim, pra repousar, né, porque marido não se deitava nas cama pra sestar... que as mulheres não gostavam que se desarrumassem as camas. Então se deitavam naquele sofá de couro, que era muito bonito... recostados, ali é que era pros senhores se deitar! Aí a velha dizia: "Tira o véu dela." E eu escutando... menina, né. "Tira o véu dela. Faz tudo direitinho, R..., tu... cuidado! Tem paciência com ela. Não machuca ela!" Mas eu não tava sabendo que aquele não pisar, não faz assim, não faz assado... era alguma coisa, né, porque não se falavam essas coisas... Eu achava aquilo muito... Daí a pouco me diziam: "I..., traz um prato de cocada!" O casamento foi abaixo de cocada e panelinha de coco e papos de anjo, tudo feito pela minha mãe. Aaaaah, os papos de anjo da minha mãe!!! E tinha umas baratinha, que no tempo não tinha carros, assim... tinha uns fordecos velhos de dar corda... Mas eles ganharam umas baratinha, que se formaram os dois, né, e cada um ganhou umas baratinha... uma era verde e a outra vermelha. Aí, os noivo iam os dois, ela de véu e tudo, o noivo guiando. Iam os dois naquela baratinha fechada. Eram só dois lugares que tinham. E eu fiquei na porta espiando! A sogra dava as ordens: "Tu sai por essa rua e o outro carro sai pela outra!". Não podiam saber que era casamento, na cidade. A velha queria tudo muito discreto, porque aquele casamento já tava muito falado na cidade, porque a moça tava lá na casa da tia. Aí foram pro Carmo, se casaram. E vieram, muito bonitinhos os dois! Tiraram o retrato. Depois foram-se embora pra Porto Alegre, que ele era advogado. Tiveram os filhos. E os carros tudo atrás. Ninguém ia pela mesma rua. A mãe não queria de jeito nenhum aquele casamento, por isso é que ela foi pra tia!

E tinha os outros parentes que eram os outros K... . Muito bem de vida! Tem muitos ainda em Porto Alegre... Eu ia pra lá costurar... Tinham muitos filhos, uns já moços, outros pequenos. E tinha o velho que gostava das empregadas, né. Cedo se levantava e já ia pra empregada! E a velha, Dona D... K... , ainda tava dormindo, porque tinha filhos pequenos e ficava arrumando os filhos. E o velho ia pra lá. E aquela gritaria dentro de casa... e a velha

não podia fazer nada, né. Se usava o marido dar os pulinhos dele e a mulher tinha que ficar sabendo e aceitando, porque se fosse embora, era vagabunda! Eu também dizia pra minha mãe: "Mãe, sai, deixa esse homem!" "Não, minha filha, eu não posso, porque vocês vão à sociedade, vão dizer que eu fiz isso, que eu fiz aquilo." Então, agüentava xingada, atirava pratos longe, fazia desaforo na mesa. Isso era os pais. E a gente vendo aquilo tudo! Mas os ricos também faziam. O rico fazia pior. A mulher nunca sabia que ele tinha filhos! Porque, naquele tempo, já tinha os fordeco, os carro, e sabe que de carro o homem faz tudo, correndo, na mesma hora e já vem, com a cara de cartão. E eu tava vendo tudo. Eu não entendia muito. mas, às vezes, eu dizia: "Olha, a A... está deitada com a cabeça no colo do Dr. R...!" Isso eu contava, mas outras coisas piores, eu não contava. Aí, esses parentes tinham muitos filhos, eu ia coser lá... E... agora tá se falando nessas coisas... nesses meninos que são... boiola... que são isso... Mas naquele tempo tinha quantidade, mas ninguém dizia nada, o papai não dizia, ninguém queria passar vergonha... Não é como agora, né, que as mãe dizem: "Meu filho é assim." Naquele tempo, não! Se botava fora! Um filho fazia assim... ah, se botava a campo fora, ficava na rua, dormindo na rua... Uma moça dava um mau passo... a gente tinha uma rua, aqui, que era de mulheres... um pai não queria aquela filha que errou em casa! Mandava pra ali, pra não dar mau exemplo!

E nessa família, o marido era de uma companhia de navegação e os filho, nenhum trabalhava. Mas o velho tinha amante por tudo quanto era lado! A velha era muito querida, muito quieta. Que pessoa boa! Ela me contava: "Eu tenho isso tudo, I..., mas sou uma infeliz! Porque eu tenho tudo em casa, mas nada é meu, tudo é do marido. Ele vive dizendo que tudo é dele!" A filha, coitada, cada vez que pedia uma coisa, ele fazia uma briga! Eu é que tinha que emprestar as minhas meias, que tavam novinhas... que naquele tempo era meia até o joelho... e emprestar pra moça porque ela ia a um casamento e o velho não queria dar! Mas, uma vez, a velha não se mixou! Ela estava no tanque, lavando uma roupa e ele começou a incomodar... Tinha que se falar chiando, dentro de casa... nada ele podia ouvir, senão já atirava a mesa no chão... Então, ela pegou uma roupa molhada, com sabão, e atirou por cima dele! E ali já saiu um forrobodó! Ah, ela passou muito trabalho com ele! Ela tinha duas empregadas, uma copeira e uma cozinheira, mas ela gostava muito de fazer as coisas da casa, porque foi uma moça pobre que se casou com um rapaz rico. E tinha uma sala de ping-pong, perto da área... E quando chegava de noite, que ela se deitava, porque tinha os filhinhos... tinha os filhinhos moços e tinha os filhinhos pequenos... Tinha aqueles mocinhos daquelas idades de 17, 18 anos... eram quatro filhos homens e três filhas mulheres... Um dos rapazes, depois que ficou moço, foi pra Porto Alegre e escrevia novelas pra Farroupilha. Novela de

rádio, né. Tinha um que era... ficou, depois, aviador... e morreu num desastre de avião. As meninas eram mocinhas, tavam tudo dormindo...o velho se levantava, pé por pé, e ia no quarto das empregadas. Umas gostavam, outras não gostavam, né. Naquele tempo era tudo enrustido, mas faziam de tudo também! E então a Dona D... me contava aquilo tudo. Dizia que as empregada não paravam lá. Uma noite ela ouviu uma barulhada e veio ver o que era. Olha, andava a empregada correndo casa adentro, porque ele queria pegar ela! Ficou espiando. E ela andava na roda da mesa... era quadrada, de ping-pong, era dos meninos jogar... e ela entrava por baixo da mesa e ele atrás.... E os meninos viam o pai fazer isso e depois faziam a mesma coisa! E ela ficava atormentada!

Quando eu me casei, a que foi patroa da minha mãe me dizia assim: "Não tenhas muito filho!". Eram dessas patroa que meio que governam as empregada, né! A minha tia M..., que trabalhava na Dona I..., também parente, uma vez, quando ela já tinha dois filhos, elas... os filhos eram médicos, né... levaram ela pra Porto Alegre e fizeram ela botar um botão de ouro no útero pra não ter mais filho. "M..., estás te cuidando? M..., olha, o botão aquele tem que se tirar e limpar!" Então, quando a gente se casava, elas, de vez em quando, iam na casa da gente fazer uma visitinha. Ah, elas queriam saber de tudo: "Quantos filhos tens? Ah, só tens um. Que bom!" Mas eu não dei muita confiança, não. Eu tive quatro, ah, ah, ah! Graças a Deus!

Ah, mas era gente muito boa! Tinham aquele costume se se juntarem, todas as parentes, de tarde, pra tomar chá. Aquilo era sagrado! Todos os dias! Se juntavam todas numa varanda e eu ia lá fazer aquele chá da tarde. Se botava uma mesa que era uma coisa muito *chic*! Ah, naquele tempo era uma mesa de luxo que se botava! Com taças japonesa, prataria! Ainda diziam o que queriam que se botasse na mesa. Aí, as parentes chamavam o doutor: "Meu filho, vem tomar o chá, que tem bolo, que tem tudo!" A casa ficava cheia! Desde as quatro horas da tarde até as sete da noite! Ah, e eu servia e depois me sentava junto a conversar! E como se falava da vida dos outros! A Dona J... se vestia toda bonita pra hora do chá... O marido ficava em casa, abafado, na cama, com as cuidadeira... as... as enfermeira... tava... tava, assim... parálítico... não caminhava mais. Era muito mais velho que ela! Como era elegante! Sempre de salto alto! Já era velha e sempre de salto alto! Aqueles taier, aquele cabelo misenplis! Bem pintada! Aqueles olhos bem pretos de lápis! Parecia aquelas artista dos filme do Carlito Champlin! Não eram todas que se vestiam assim! Ah, não! As outra eram mais, assim...mais senhoras, mais matrona. Elas falavam da Dona J...! Naquele tempo, eu era uma boboca, não entendia muito as coisas! Elas falavam que sentiam uns calorão. Se abanavam de leque. A Dona M... tinha até faniquitos de calorão! Depois, muito mais tarde,

quando eu já tinha mais maturidade é que eu fui entender que aqueles calorão eram de menopausa! Claro! Se eu tinha lá meus 12 anos, elas já eram de cinqüentonas pra mais! A vovozinha, mãe da Dona M... , já tinha oitenta e tantos, ficava só sentadinha, numa cadeira de balanço! E me contava umas história do tempo dela... dos baile, da gripe espanhola, da febre amarela! Imagina! Ela se lembrava quando o Dom Pedro teve aqui! É, sim... ela se lembrava! Ela tava velhinha mas a cabeça tava boa! Tu vê... e agora sou eu que tenho quase 90 anos e fico contando as coisa do meu tempo! E me lembro muito bem!... Ha, ha, ha...

A minha família é toda misturada! Às vezes o pessoal me pergunta por que é que eu... por que é que eu tenho o olho azul. Até o meu médico, meu dentista, assim, perguntavam: "Ô menina, por que é que tu tem o teu olhinho azul?" Achava, assim, que eu... mulata, né... com o cabelo bom, mas moreninha. E eles me diziam, achavam muito gozado. E eu dizia: "Não, meu pai é mulato, a mãe era uma mulata clara, mas o pai dela, da minha mãe, era filho de francês... era filho de francês. Era francês casado com uma negra... porque os francês vieram fazer aquela ponte que tem em Pelotas, dos trem, e a ponte dos francês, aqui em Rio Grande... e veio os francês... Naquele tempo só tinha... a mão de obra especializada tinha que vim de fora, né, do exterior... então, veio e começou a namorar a menina, porque era muito bonita, bem alta... a minha bisavó, eu conheci, não é?... Muito bonita!... Ainda usava aquelas saias rodadas... era da África, era africana! E então, ele se apaixonou pela mulata e se casou com a mulata! Então, a minha família saiu toda misturada... O meu avô era muito claro, muito bonito! Já o meu pai era filho de crioula com português, os B... É... naquele tempo, as mulata ficavam muito com esses senhores. Eram empregadas nas casa e tinha esses patrão que eles... iam lá pelos quartos das... das meninas... e elas, coitadas, não podiam dizer nada, quando viam tavam grávidas, não é? Aí davam todo o amparo, mas mandavam as moça embora, com filho e tudo.. e foi-se criando esses filho dessas família ricas aí que tem esses nome que, às vezes, a gente pergunta se é... Eu tenho uma tia que é irmã de caridade que o nome dela é Haydée, porque a minha bisavó era crioula casada com esse francês e tenho a tia... que era... o nome era Nicole... já morreu há muito tempo! Então a minha família é todinha com esses nome assim, né, Larry... um primo que também já morreu. É nome de francês... é tão engraçado!

Eu, quando eu tinha meus... meus 9 anos.. eu era aquela menina... que a gente não saía, né...depois das cinco horas, vinha do colégio e não se saía mais... E a minha mãe é que tinha toda a obrigação com a gente, né... a responsabilidade... que... meu pai viajava... e eu tou saindo de casa pra pegar o pão da tarde e então esse canaleta, que a gente chama hoje de canaleta, e é tão bonito, era uma valeta, na frente da nossa casa que pegava a ponta do rio a

outra ponta... era de ponta a ponta da cidade... que dos dois lados têm rio... é... mar, né... e eu atravessassei... que ainda tava com umas tábuas pra gente atravessar a valeta... e na esquina da nossa casa tinha uma casa grande, muito bonita, de esquina... era um chalé... que era de gente... era uma casa de encontro dessas mulheres... tinha um portão de ferro enooorme... tinha as visitas da noite, esses coronéis, gente rica... coisa fina... Aí, uma moça casada... diziam que era de família rica... namorava um carteiro, esses postalista que distribuían cartas nas casa, né... e ela tinha uma filhinha pequenininha... e ela namorava esse cara... e alguém viu essa moça com a neném entrando nessa casa e se dava com o marido da moça... foi lá e disse... que, hoje, a gente vê as coisas e não diz, cada um que se arrume, mas naquele tempo... a denúncia de vizinhos... que... as vizinhas, senhoras chiques das casas, viviam... depois das seis horas, nas portas, nas vidraça, cuidavam muito da vida dos vizinhos, né... a gente tinha que andar num pé só... não era como agora, né, que ninguém vê nada!... Então, ela tinha esse namorado e um cara se parou na esquina e viu entrar e contou pro marido... e ela chegou e o homem chegou... o homem esse, o carteiro... e tavam lá no bem bom... e a criancinha... dizem que do lado da cama, dormindo... e ela... de fantasias com o homem... Olha, o marido arrombou a porta, entrou, fez um estrago que nem sei!! De faca na mão! Tirou... despiu ela toda... correu ela... E nessa hora que a mulher saiu da casa, eu ia passando pra pegar o pão. E ele correu atrás dela e ela se atirou naquela valeta e ele passou aquela faca no pescoço dela, e o pescoço prum lado e a cabeça pro outro... era sangue e tudo... e eu fiquei apavorada!!!!... Fiquei até de cama de ter visto aquela cena... coisa que eu nunca vi, né? Já... naquele tempo, chamavam a viuvinha... que era um carro preto de polícia! E aquele crime, né... a mulher morta lá dentro! Todo o mundo correndo, saindo daquela casa de perdição pra acudir! Então, ela era mocinha, né, casadinha de pouco e... e tinha esse namorado! E eu vi aquela cena e aquilo nunca mais me saiu da cabeça! E então era um horror aquela coisa, assim, né... mulher casada, fazendo aquilo... a cidade toda se movimentou, jornal, tudo... Aquilo foi causo pra muito tempo! E tinha outros causo... também houve outro causo... que eu já era uma menina, assim, duns 15 anos... dum rapaz que trabalhava no mercado, que carregava... que, naquela época, a gente não ia buscar verduras, a gente já tinha os vendeiros e encomendava, né, e os meninozinhos traziam, os rapazinhos... e tinha um que era, assim, desses meninos que... que querem ser mulher, né... e todo o mundo falava dele, mas era uma pessoa muito boa!... Tinha o apelido de Lambisco, chamavam ele de Lambisco. E tinha um senhor, aqui, da polícia que era muito metido a fazer maldade com os presos: cortava o dedo, cortava a mão... fazia sucesso, na época, e ninguém se importava com nada!... E ele dizia assim: "Ainda vou te botar numa cadeira, tirar o fundo e botar um fogareiro embaixo, pra ti queimar, que isso é

uma vergonha, tu ser veado!". Não... não era assim que se dizia, naquele tempo.. era marica. "Tu é marica!". "O que é marica?", a gente perguntava, assim, por que a gente não sabia o que era. Tu sabes que um dia ele pegou o rapaz, levou prum lugar, um quarto, sei lá... pegou o fogareiro, acendeu, tirou o fundo de uma cadeira e botou o homem sentado! Ele, coitado, gritava tanto, que um vizinho arrombou a casa, a tal de casinha essa que ele levou o homem... e acudiu! Mas ele se apodreceu todo! Naquele tempo não tinha nada! Foi um crime muito conhecido na cidade do Rio Grande! Dizem que ele... quando tava muito mal, rogou uma praga pra esse delegado! É... e pegou... Dizem que ele morreu paralítico! Olha a praga, viu! Ainda dizem que praga não pega!

Ah, a Dona C... contava que namorou o Seu A... numa... numa palestra que teve... teve uma conferência aqui, com uma escritora espanhola... foi muito falado na cidade. Ela ficou no Hotel Paris, era o mais *chic* que a gente tinha, né! Quando vinham esses navios grandes, se hospedavam tudo ali! Aquelas senhoras, pessoas chiques, né, autoridades! E... e então teve no... no Sete de Setembro que era um teatro muito *chic* que ela foi fazer essa conferência. Mas era uma riqueza, eram chapéus, eram roupas... A Dona C... sempre contava isso. Naquele tempo já se usava brilhos nas roupas, muitas miçangas!... E as mulheres daqui nem eram muito cultas... No meu tempo, os homens sim, eram formados... iam pra Porto Alegre, pra Santa Maria, onde tinham essas faculdades... Mas as mulheres educadas e mulheres chiques eram tudo, assim, bordadeiras, costureiras, pianistas... e davam discursos no colégio.. Mas faculdades não tinha, né. Tinha que sair daqui. E as ricas também... os pais não deixavam... e não davam esse direito.... eram... faziam doces, eram professoras. A cultura era essa, né. Liam uns romancezinhos que se comprava igual jornal, que vinham na casa trazer pra gente ser sócia, né... aqueles folhetinzinhos. Não tinham certos livros, não.

Eu morava na cidade nova, na rua Padre Feijó. Aí, tava um dia, assim, muito lindo, tava tudo, assim, brincando... aquelas crianças de 10 anos, 9 anos... assim, na frente da casa... um sol muito forte e a gente vivia, assim, brincando e olhamo aquela coisa brilhosa, aquela... que vinha... parecia... uma enorme duma lua... Todo mundo gritava! Todo mundo! As crianças... uns jogavam areia pra cima, outros jogavam areia pra baixo... Eram meninos e meninas, né... Eram assim meio molecas, as gurias brincando com os guris... Se usava... as gurias e os guris brincavam junto. E aí... se soltaram tudo da roda...e ficaram brincando... e olhavam! E aquela algazarra! E as mães vieram correndo. Veio tudo pra rua! A rua ficou cheia! E subiam em cima de cadeira e subiam em cima de escada. E aquilo vinha... que brilhava... brilhava! Engraçado é que não fazia barulho! Quando chegou bem perto... aquilo parecia um monstro... parecia que ia rebentar, que ia cair no chão, sabe? E todo mundo achava

que era o mundo que tava se acabando!!! "Olha o mundo se acabando!" A gente gritava. porque se usava muito dizer que o mundo ia acabar. Eu fiquei muito impressionada, de noite, não dormi nada! Porque a gente tava sempre com sentido... que aquilo vinha e ia estourar! Então foi um... uma coisa, assim, que parecia um desastre que teve, né, na... na cidade! A gente não sabia o que era aquilo, pensava até que era coisa de outro mundo! Ninguém sabia! Antigamente, pra se saber as coisas, assim... não se sabia! Eu fui saber bem depois, que saía nos jornais o que que aconteceu... que era o tal do Zeppelin! Da onde que veio? Ninguém sabia da onde que vinha aquilo! Não se sabia! Não preparavam ninguém: "Olha vai aparecer um avião!" Não, não era como hoje que a gente, antes, já sabe tudo. Não tinha notícias! Telefone só quem tinha era rico... e olhe lá! Por telefone não se sabia nada! Me lembro que se dizia assim: "Vou passar um cabograma!". Rádio não tinha. Tinha gramofone. Depois é que veio umas vitrola. Pouco se saía. Quando a gente saía com a mãe, ah... a gente se admirava de tudo! Então quando se via uma coisa anormal, meu Deus, era coisa do outro mundo! Um pobre... todo escabelado... de bengala... pedindo esmola..., um aleijado, a gente ficava olhando. As mães diziam: "Não olhem! Não fiquem olhando!" "Mãe, olha ali o pé dele! Mãe, olha ali!" "Mas que guria!" Ah, era tudo um espanto pra gente, né! Pouco se saía pra rua, também, né! Assim... vinha o leiteiro com aqueles tarros dentro de umas carroça e gritava: "Olha o leite da vaca Barrosa... focinho branco e as pata cor-de-rosa." Toda a criançada saía pra rua e ficava arrodando aquela carrocinha que vinha com um tambor de leite! E as já mãe vinham correndo com aquelas jarras e... tiravam. Era dentro duns tambor grande... pra fora da carroça, tinha um cano, assim, tinha uma torneira. Aí botavam os vidro ali... Toda a vizinhança comprava! Pois é, e o Zeppelin... eu nem sabia de onde que era aquilo, ...não sabia, ninguém sabia! Depois de muito tempo é que eu fui saber que era de alemão, que passou por aqui, porque tava indo aí... pros castelhano... pra... pra Argentina. Chega? Ah, eu não paro mais de falar!!!

M3

Meu nome é I... K... F..., 84 anos, bem vividos, bastante viajados: pra Europa, pro Caribe, pra Argentina, pra todo o Brasil, quase. Passei muito, passei bastante. Tou muito satisfeita. Agora eu tou é meia... meia entrevada, meia... é... não tou inválida, mas tou com os

pés que não posso caminhar, porque eu tenho inflamação na sola dos pés. Então, quando eu tenho saudade, eu vou olhar os retratos.

Meu pai é A... K... e minha mãe, R... K... . Ele italiano e ela polonesa. Eles tiveram casa de móveis... de malas e bolsas, na rua Bacelar, durante 50 anos. É... os dois falecidos, já há bastante tempo. Olha, a minha infância foi boa, foi saudável! Eu tive mais duas irmãs, a Y... e a S..., a Y... já falecida. No... Nossos estudos foi no Lemos Júnior, na época do Lemos Júnior, que era Lemos Júnior, porque agora é um colégio... Eu sou bacharel, também. A minha Y... a minha irmã Y... também é bacharel do Lemos Júnior. A S... é professora do... do Joana D' Arc. É... do Joana D' Arc. E a... e que mais?... A vida continuou, a gente cresceu, ficou moça, casou. Casei duas vezes!... E sou feliz! Tou em casa, praticamente feliz!... Um filho e um neto! Só!... Não tive tempo de ter mais, porque tinha que jogar tênis!

A minha vida esportiva foi o tênis. Eu comecei a jogar com 15 anos e parei com 60 anos. Parei, porque eu casei de novo! E o meu marido gostava muito de ficar agarradinho comigo! Passear... nós passeávamos muito. E ele... e, eu não tinha muito tempo pra ir jogar, não! Então, eu resolvi deixar o tênis. As minhas amigas não gostaram, ficaram brabas! Mas eu deixei... deixei, deixei de jogar tênis, mesmo. Mas eu senti muito. Mas foi muito triste, porque eu senti muita falta do tênis. Eu tive que entrar pra uma academia de ginástica, pra substituir o tênis. Eu... quase todos os dias, eu ia na academia, ali na... Era na rua Benjamin a academia. Era ali... Mas joguei muito tênis, ganhei muitos prêmios, e... e... do interior, da cidade. Eu tenho muito... muitos prêmios na, no... no Regatas! Aqui, eu tenho duas tacinhas pequeninhas, só... Mas, no... no Regatas, eu tenho uma porção de prêmios. Ganhamos naquela época que nós jogávamos muito! Era uma turma muito grande pra jogar. E tinha... a gente disputava muito as quadras. Eu jogava de... de... terça-feira a... a domingo! Só não jogava segunda-feira! Mas nos outros dias, eu jogava todos os dias. Eu apurava com o meu serviço, em casa, todo, que era pra ir pro tênis. Eu adorava aquilo!... Eu adorava!... Nós jogávamos... com o primeiro marido... jogávamos juntos. Era I... S... C... . Ele jogava muito, também. Pois por isto é que eu fui jogar, também, é... naquela época... Não...não... não... já éramos casados, quando nós começamos a jogar, a jogar tênis. O outro... o segundo não... o segundo já era mais idoso, era da... da navegação... esse não gostava muito de tênis, não. . Então, por isso que eu deixei... fui deixando, fui deixando e acabei não jogando mais, mesmo.

Ah...ah... vou te contar da menstruação! Naquela época, eu me lembro, é eu vinha caminhando pela praça Tamandaré, naquelas duas pontes que têm, e eu me senti toda molhada. Aí eu cheguei em casa e mostrei pra minha mãe e a minha mãe só dizia assim: "Vem cá, vem, cá!...". E me levou no... no banheiro, botou a bacia com água morna: "Agora te

lava, bem lavadinha e toma isto aqui". Eram uns xiripá que a gente usava naquela época... assim de amarrar, assim... do lado... de amarrar do lado. E a mãe me deu o dela! E disse: Depois eu vou te fazer uns branquinhos que era... pra... pra ti. Aí, quando a minha irmã ficou, ela disse pra mim assim: Agora, pergunta pra tua irmã como é que eu te... que eu te ensinei. Porque a mãe não ensinou a minha irmã. Eu é que fui ensinar ela! Era a mais moça... e eu era a mais velha... Porque meu pai, quando casou-se, ele veio pra Rio Grande, em lua-de-mel... E gostou tanto do Rio Grande que quis ficar aqui. Então, ele foi a Porto Alegre e trouxe os cunhados, que eram três. Era a A... dos que conhecesses, que era enfermeira. Era a A..., era a E..., a I... e o Í..., que era o dono da Casa R... . Ele trouxe os quatro... Quer dizer que, na mesa, eram nove pessoas... meu pai casou com nove pessoas! Ah... Era uma família grande, né!... A minha tia I..., é... ficou com o meu pai até os 50 anos, ela casou-se com 50 anos!... Sempre com ele. Ela era gerente da casa de de... malas do meu pai!... Nós éramos em três irmãs. Mas nós andávamos juntas, eu e a Y..., sempre juntas. E nós íamos ao cinema. Aí nós arrumamos namorado! Cada uma arrumou um namorado. E a minha tia era contra!... Porque ela dizia que ela tinha que casar primeiro, que ela era a mais velha! Meu pai criou ela, né! Mas ela não adotava! E ela... quando nós íamos ao cinema, que eles sentavam atrás de nós, ela dizia até nomes feios pra eles. Eles ficavam furiosos! Eles ficavam brabos, porque eles queriam conversar com nós. Queriam pegar a nossa mão!... E ela ficava que era uma fera! Quer dizer que a proibição não saiu do meu pai e da minha mãe: saiu da minha tia! Que ela era minha tia. Ela que achava que tinha que se... ela a primeira que nós! No entanto, eu... quando ela... ela casou-se, com 50 anos, o meu filho já tinha e... quase 15 anos! Se eu tivesse esperado, eu taria solteira, até hoje!!!

Ah... Casamos em casa, em casa! Meu pai não adotava a gente na igreja pra casar... pra se exhibir! Então fez um casamento bonito, na casa da minha tia, ali na Benjamin, ainda eu tou te falando... que tem um portão... era um portão de grades... uma casa muito grande... Uma casa com quatorze peças! O pai mandou levantar um altar grande, ali... e foi o padre Caio que me casou... do Carmo... Ah, não... foi tudo bonito, com vestido de noiva, com véu... com o véu que foi da minha tia A... , do casamento dela, foi com o véu dela que eu casei! O enxoval era só seda, cetim, e renda! Um colosso! Aquelas camisolas, calcinhas, corpinhos... um conjunto pra cada noite, tudo da mesma cor: branquinho, cor-de-rosa, amarelinho, azul clarinho... preto não tinha! Preto não se usava pra moça, pra mulher direita, né! Tava muito bonito, tinha muita gente, tinha muito doce, tinha muita coisa! Mas foi... Naquela época, não se casava na igreja, casava-se mais em casa! Tinha uma coisa que eu não gosto de dizer pra ninguém: eu tinha horror de aias! E a minha sogra vestiu as duas filhas de aia e levou pro meu

casamento. Eu tirei o retrato com almofada e tudo. Eu... eu... os retratos que eu tirei com as gurias, com as duas gurias, foi pra família dele. As que eu tirei sozinha com ele foi pra minha família... porque eu tinha horror de aias! E ela não me disse nada... me trouxe as duas gurias vestida de branco, vestidinho compridinho, pra ser minhas aias!...

Ah...Meu pai até... até quando eu ganhei do meu namorado um anel... um anel com um brilhantezinho... Naquela época, não tinha esses anéis... é que um anel de ouro com um... um brilhantezinho, em cima, que era um anel de noivado. Eu ganhei. Meu pai, quando viu eu com aquele anel, na hora do almoço, ele ficou possesso, ficou possesso!... Mandou eu tirar o anel. E eu digo: "Não, pai! Eu não vou tirar, porque eu ganhei do meu namorado, não vou tirar!". "Mas, não! Sem o meu consentimento, não devias ter posto esse anel!". Aí, depois ele veio conversar com o meu pai. Meu pai consentiu. Aí, ele começou a freqüentar a casa. Meu pai não quis namoro na porta. "Dentro de casa, com... com... com o doce de pêra junto!" Tinha que ter doce de pêra! Até... até meu... o noivo dormia! Ele chegava a dormir, assim... Minha mãe ficava furiosa, porque ela... ela queria ir se deitar e ele... ele não... e ele dormindo. Aí ela... ela cutucava nele: "Vai-te embora, que já tá na hora!". "Vai-te embora!" Ah, meu Deus... eu me lembrando dessas coisa! "Vai-te embora, que já está na hora, que está muito tarde!". E o papai dormindo! Então, ele ia embora e eu ia dormir...

Ah... Eu não quis ter mais filho, eu evitava porque eu tinha que jogar tênis! Eu não tinha tempo... eu não tinha tempo de ter mais filhos! Eu usava camisinha! Era só camisinha! Já tinha camisinha! Nós jogávamos juntos... A nossa equipe era nós dois juntos e, às vezes, eu jogava com o seu C... S..., jogava com o T..., jogava com... de parceira com outras, mas quase sempre era com ele. Ele jogava muito, também! Ele jogava muito bem! Na mesma época que eu jogava tênis, eu tinha uma fabriqueta de ovos de Páscoa... de ovos de Páscoa de açúcar! Eu fazia. Eu tinha... eu botava aqui no Rio Grande, uma porção de casas e Pelotas! Eu fazia pra Pelotas, também! Ovos de Páscoa! Eu... oito anos eu trabalhei com ovos de Páscoa, lá na Guarda Marinha. Lá naquela casa que eu tinha, lá. Ali, né, bem na entrada. Era a segunda casa da Guarda Marinha, bem pegadinho à Capitania. Nesta época, até... nós fizemos uma obra grande lá na casa. Nós fizemos um telheiro pro tanque. Nesse dia, ele me convidou pra nós irmos ao cinema. Então nós fomos ao cinema e, quando nós voltamos, a nossa casa tinha sido assaltada e tinham me roubado oito mil reais! Da minhas carteiras, dentro do meu guarda-roupa! Quem foi que roubou? Só pode ter sido os pedreiros! Eu juntei dinheiro pra nós irmos a Montevidéo! Eu fui a Montevidéo, nós fomos a Montevidéo, mas não com o meu dinheiro. Eu queria ir com o meu dinheiro! Além do dinheiro, eles me roubaram jóias! A argola que

tinha quinze argolinhas... e uns anéis... e uma corrente, tudo de ouro que eu tinha lá, na mesma carteira. O ladrão levou tudo!

Separação? Quando fez trinta anos de casamento, eu já não agüentei mais! Porque ele saía de manhã e só voltava no outro dia! E eu comecei a... a reclamar. E ele dizia que ele tava trabalhando, que tava trabalhando, que tava... que tava lá no navio, que tava é... lá entrevistando lá o comandante, almoçando e jantando. E eu vim descobrir. Vieram me dizer que... que ele tinha outra. Aí foi aquele fuzuê... Foi um fuzuê danado! E... aí, sim, eu disse que não queria mais! Uma tava bem! Agora, outra, não! Mas ele fez tanta besteira! Quando eu descobri, ele já tinha uma filha! Ele já tinha uma filha grandinha, já de 3, 4 anos. Deus é grande! Deus não mata, mas maltrata: a menina nasceu aleijada!. Eu sempre dizia: "Deus não mata, mas maltrata!". Aí, eu... sabes o que eu fiz? Mandei trocar a chave da porta! Aí, ele não entrou mais! Ele foi pra Porto Alegre... ele tocou... ele foi pra Porto Alegre e levou a mulher. Ah... nós fomos de muda pra Porto Alegre. Eu fechei a casa de... de ovos de Páscoa e fomos de muda pra Porto Alegre... e a mulher foi junto! Eu descobri a casa dela, aonde ela morava, lá no canaleta, lá de Porto Alegre... no canaleta, lá na Ipiranga, né? E eu fui lá na casa! Bati na porta. A mulher abriu e eu vi a criança na... na... na... no sofá com aparelhos na perna. E eu digo: "Eu já vi o que eu queria!". E fui-me embora! Não falei nada, não disse nada, não briguei, nem nada. "Queres a mulher? Vai-te embora com ela!". E ele foi embora com ela. E morreu lá com ela!

Ele soube quando eu casei de novo! Ele disse: "Deus que faça ela feliz, porque eu não soube fazer!" Ele valorizou muito! Ele se arrependeu muito de ter feito isso! Muito! Ele sempre dizia que estava arrependido de ter dei... Porque ele não pegou uma mulher. Ele pegou uma vagabunda... dos bengue ali da rua... da rua... defronte do porto Ele pegou dali. Se fosse uma mulher decente, tudo bem! Mas não era. E me comparar a uma mulher dessas... Ah, não! De jeito nenhum! A minha mãe sempre me dizia assim: Minha filha, abre teu coração! E eu digo: "Mãe, vai cuidar dos teu remédios, vai cuidar das tuas coisas! Deixa... que eu sou bastante mulher pra saber o que eu estou fazendo!" E foi assim que eu me separei. Cada um foi pro seu lado e pronto! E as amigas apoiaram, porque elas tavam todas sabendo! Menos eu não sabia! Menos eu! Meus parentes todos sabiam! Menos eu! As minhas amigas... tinha uma que dizia que botava cartas. E eu nunca gostei disso! Mas tanto elas insistiam: "Vai! Vai! Vai! Vai fazer isso! Vai fazer isso!" Então, eu fui fazer. E a... a mulher começou a me contar... me contar... a vida do... do... dele! E eu passei a mão na... nela e disse assim: "Agora tu vais contar direitinho o... o... o que é que está acontecendo com ele. Porque tu começasses? Agora termina!" Então ela terminou! Que ele estava em Porto Alegre... que ele ia a Porto

Alegre...que... que a outra já estava lá... já tinha se mudado, sabendo que eu ia pra Porto Alegre de muda! Da casa da... da... da Capitania, eu fui pra Porto Alegre. Desaluguei a casa. Tive até que vender a casa, porque ele fez uma dívida enorme... de jogo... de... de televisão... de frigider... de... de... ventiladores... tudo ele comprou pra casa nova da mulher! Eu ia agüentar isso? Uma mulher não agüenta isso! Uma pessoa não agüenta isso! Meu filho nunca disse nada! Nunca disse tanto assim... "Mãe, tu sabe o que tu tá fazendo!" Então ficou assim! Cada um pro seu lado e pronto!

Depois de doze anos... até... que eu conheci o A... Doze... doze anos separada... ele lá e eu cá... Eu já tinha... Em seguida eu já fiz o desquite! Em seguida! Fui no advogado que era lá da nossa loja e... lá que eu fiz o desquite. Aí, quando apareceu o... o... o divórcio, eu fui lá e quis fazer o divórcio. Aí, ele veio de Porto Alegre, nós tivemos no Forum, ali na Silva Paes. Ele assinou lá em cima e eu assinei cá embaixo... e fui-me embora pra casa... Acabou-se. Cada um foi pro seu lado e acabou-se. Aí, ele só quis os... as taças dele... os troféus. E eu mandei tudo lá pro Forum e de lá foi que mandaram pra ele. Ah, eu fui muito dura... com ele. Quando ele morreu, eu fiz o filho ir lá. Ainda dei dinheiro pra ele se mandar... e "Ajuda lá no enterro do teu pai e tudo que ele precisar!" Ele teve muito doente. Ele ficou meio apara... paralisado e tal... e eu também mandei dinheiro pra ele. Eu fui boa... boa até demais. Naquela época, eu fui boa até demais, sabe? Porque eu trabalhava muito. E... eu já tinha... já tava na loja... tava trabalhando na loja lá... com o meu pai e a... e eu tinha daonde tirar, então eu mandei dinheiro pra ele lá... pra ele se cuidar!

Sabe como é que eu conheci o A...? Eu fui num aniversário... nem foi num aniversário, foi na formatura de Direito do J... porque ele era médico e formou-se em Direito... E eu... e eu fui no aniversário, por que eu morava ali perto, eu morava ali na.. na... na... no sobrado, ali na esquina. E ele também estava no aniversário. Ele com a filha... Ele tinha uma filha. E a E... se parou: "Olha bem ele, olha bem ele. Esse é que te serve. Te senta perto dele. E... e conversa com ele!" Aí nós começamos a conversar! Conversamos... conversamos e... e ele me disse assim: "Eu vou te telefonar! Amanhã, às sete horas eu vou te telefonar!" E começou a telefonar!... Ah, e eu comecei a gostar, né! Ah, eu comecei a gostar! Todos os dias, às sete horas, eu tava ali, pertinho do telefone, já esperando que ele telefonasse! Aí um dia ele me disse assim: "Eu... não vou mais te telefonar!" E eu digo: "Mas, por que é que tu não vais mais telefonar?" "Não, porque eu... amanhã vou na tua casa! Aí, ele foi... foi lá em casa, nós conversamos... Aí, o R... não sabia de nada! Ninguém tava sabendo de nada! Aí... o R... sempre dizia: "Mãe, vem pra cá pra cuidar do F..., pra nós ir ao cinema, mãe!" E eu digo: "Olha, hoje eu não posso ir, R...! Hoje, eu não posso ir, porque eu tenho um compromisso!"

"Mãe, que compromisso, mãe?" "Tu depois vai saber que compromisso é!" Aí, nós íamos muito pro Cassino... O R... já tinha casa no Cassino. E ele... ele morava... dobrando, assim, ... Nós morava na... aqui na rua do Lúdio e dobrando... não... lá no Cassino... aqui do Lúdio e dobrando é a Montevideo... E a casa dele era bem aqui assim... E da casa dele... nossa... nós enxergava a bandeira que ele botava lá na casa dele! E um dia.. e nesse dia ele veio me buscar pra eu ir com ele de carro pro Cassino. Porque ele disse: "Tu não vai mais pro Cassino com o teu guri, tu vai ir comigo, agora!" Aí, quando nós chegamos bem defronte à casa do R... o R... tava cavucando uma vala... ali defronte da casa dele. E ele disse assim: "E agora, o que é que eu faço?" E eu disse: "E agora tu paras e a gente desce." Aí nós paramos, descemos... e eu apresentei o... o A... pro R... e... e ficou tudo em família! Pronto! Aí já começou! A família dele gostou muito de mim... Aí já teve... um dia teve um almoço com... com bobó de camarão. E toda a família foi lá pro Cassino pra me conhecer! Também...todo o mundo já me conhecia... a M..., a M... todos já me conheciam, né! E aí, em seguida, eu... eu já ia... eu disse pra ele: "Eu vou... eu vou pra Gravatal! Eu ia pra Gravatal." E ele disse: "Não, tu não vai pra Gravatal!" E eu digo: "Mas, por que é que eu não vou pra Gravatal?" "Em vez de tu ir pra Gravatal, quem sabe a gente casa!..." Oito meses depois nós casamos... Imagina!... Na casa do R... na casa do R... nós casamos! Aí a vida continuou... até ele ficar doente.... ir pra Porto Alegre, nós fomos pra Porto Alegre... teve que operar o coração... Mas, lá, o... Naquele dia... deu uma dor tão grande nele... que ele foi pra sala de... de operação, né... e... e não voltou!...

Meu pai tinha um ciúmes da minha mãe que se matava todo!... Porque a minha mãe era uma mulher muito bonita! De cabelos vermelhos! Era uma mulher muito bonita! E ela era secretária da loja! Ela não era secretária... ela era guarda-livro da loja! Quer dizer que eles se davam muito bem. Não... não... Nunca houve brigas entre eles, não! Houve por causa dos filhos! As brigas eram mais por causa dos filhos! Por causa das... da I..., da A..., das cunhadas... Que.. lá em casa era muita gente... era a A..., era a I..., era a E..., era o Í..., eram quatro... e mais três são sete... e mais dois são nove! A minha mãe era decidida! A minha mãe era decidida, mesmo! Costurava muito bem... fazia crochê muito bem... Tudo o que ela... que ela pôde ensinar pros filhos e pras irmãs ela ensinou...

Ah, depois que eu fiquei viúva, eu viajei muito! Fui à Europa, fui ao Caribe, visitei todo o Brasil. Só não... só não visitei o Mato Grosso! Mas demais, visitei tudo! E... não... nada de casar... O A... me deixou muito bem, sabes? Ele era da... ex-expedicionário! Tanto que eu fiquei muito bem! Não preciso de nada! Graças a Deus! Eu ajudo até meu filho e ainda dou dinheiro pro meu neto! Graças a Deus! Não preciso de nada! Ainda ajudo o meu neto... lá no... lá na rural...

Ah... eu andava de bicicleta!... Mas! Na época do A... eu... só de bicicleta. Eu já tinha idade e andava de bicicleta, todo o Cassino! E nós íamos muito pra praia. Ele gostava muito do... de tomar banho! Nós íamos seguido pra praia... todos os dias! O passeio dele era o Cassino! Porque ele não gostava de... de viajar! Eu ganhei num bingo... no... no... naquela época era o Cruzeiro, ali no Cruzeiro, era a Germânia... ali no Cruzeiro... eu ganhei uma viagem pra Foz do Iguaçu, de avião, com acompanhante. Aí... eu... Engraçado que eu disse pra ele, antes de sair: "Se eu ganhar a viagem, A..., tu vai comigo?" "Não! Não me convida porque tu sabes que eu não gosto de viajar! Eu não gosto de viajar! Convida a tua irmã... a tua nora pra viajar contigo!" Aí eu fui pro bingo. Ganhei o bingo! Aí eu cheguei em casa com aquele papel, ele leu e disse: "Eu te disse que eu não ia viajar, que eu não gosto de viajar! Convida, eu já te disse, convida a tua nora!" Então, quando eu telefonei pra J... pra convidar ela pra ir pra Foz do Iguaçu, o R... disse assim: "Ah, eu também vou, então! Eu também vou!" E fomos os três! Cinco dias!... Passeamos! Fomos a... a... ao Uruguai! Jogamos na roleta, menina! Mas... nos divertimos, lá, os cinco dias! De avião! Foi a VARIG que deu o prêmio!

Ah... No carnaval nós íamos no Caixeral... Nós íamos acompanhando a Itália, a minha tia, eu e a Y..., acompanhando ela. Aí, nós dançávamos até... até de manhã! Aí, depois eu casei e o... o meu marido também gostava muito de baile! Ih!!! Ele adorava baile! Adorava! Bolero! Ah, como ele dançava bolero! Gostava muito de dançar! E... às vezes, nós vínhamos pra casa já era de manhã, nós passávamos na padaria Luso-brasileiro, ali da Benjamim... que nós morávamos ali pertinho, e ele perguntava: "Vão ou vêm?" "Não, nós já estamos vindo de volta do baile!" Nós vestido de... às vezes... de vestido comprido! Porque naquela época não se usava muito fantasia, se usava mais era mais vestido comprido. Pro baile era mais vestido comprido. Fantasia não era muito, não! A gurizada, sim, é que fantasiava... mais moça. Mas casada... de idade, era vestido comprido ou... tipo fantasia... mas era mais vestido mais... mais comprido... Os baile era a coisa mais linda que tinha! Eu vim a dançar agora... faz, agora, dois anos, dois anos e pouco... que eu fui eleita a rainha da FEARG! Mas eu já tava até de bengala, já tava com bengala, menina! E fui eleita pelo... pelo SESC! Que eu era do SESC... eu era da... ainda sou... da turma dos que cantam, da terceira idade... o coral da terceira idade! Então me convidaram pra... pra ser... candidata a... mas eu... mas eu não ganhei... ganhou outra lá... uma baixinha... Aí foi que eu dancei com o R...! Ainda tenho os retrato!...

M4

Eu sou de família de origem alemã, tanto por parte de mãe, quanto por parte de pai e... o relacionamento é um pouco assim rígido... porque principalmente o relacionamento com o pai, porque o pai é aquele que decide as coisas, aquele que dá os castigos. A mãe só diz, comunica o que tem que ser feito e ele que resolve as coisas. Sim...um exemplo, um exemplo, por exemplo disso é que as refeições, e isso tudo eu falo me referindo a quando eu era bem criança, a gente sentava à mesa e não conversava, porque a mãe dizia que... sentar para almoçar é para almoçar, não era para conversar, conversar era depois. A mesma coisa no jantar. Nós costumávamos jantar, não se fazia lanche. Era janta mesmo! E com comida diferente do almoço, porque o meu pai não gostava de comida requentada, tá. Tinha uma certa estabilidade, sim, a família vivia muito bem, o meu pai trabalhava muito, levantava às seis da manhã. E, antes da política... depois ele se apaixonou pela política e mudou um pouquinho de vida. Mas antes ele tinha... trabalhava com arroz, tinha engenho e plantava arroz e eu me lembro que nós passávamos as férias sempre lá fora. A gente saía depois que terminavam as aulas e só voltava... na época do Natal e no Natal nós íamos para a casa da vovó... a materna, né... e, lá, vinha como, assim...toda a família se reunia e faziam festas, não só no Natal, também, na época da Páscoa, é uma coisa interessante é que as tradições eram muito... fortes. Eu não lembro muito das tradições do Natal a não ser a árvore de Natal com velinha de verdade. Uma ocasião, na casa duma tia pegou fogo. Mas, eram velinhas. Até hoje eu tenho guardado como... relíquia, pode-se dizer,... aqueles... onde se prendem a velinha... se prendia na árvore de Natal. É um aplique, aquele aplique douradinho. E a mas.. aí... a o que eu mais lembro, realmente, é da Páscoa, porque... sabe como é criança, né... principalmente na casa grande, com jardim, faz muita estrepolia. Então eu lembro que havia uma ameaça assim: Quem não se comporta, na hora da de buscar os... ninhos que a gente escondia no jardim, quando não chovia, ou dentro de casa, se estava chovendo, e com ovinhos... Antigamente, pintava-se que... a minha mãe tinha o trabalho de pintar, tudo coloridinho! E quem não se comportava bem, recebia, a... a... não ovinhos,... mas recebia um pedaço de pau queimado na ponta. Até hoje eu não sei o porquê do queimado na ponta... mas causava uma impressão horrível à criança que tinha esse... por acaso tinha,... não era muito comum, porque o pessoal era comportado... o medo funcionava, né... chorava, assim, até... não poder mais. É que... a situação era boa. A comida, por exemplo, a comida alemã era muito farta. E, normalmente, a gente... eu era muito magra, quando pequena e tomava xarope. Era uma coisa horrível, que

a gente era obrigada a tomar antes das refeições. Mas depois eu fiquei gordinha, então aí não foi mais necessário fazer isso. Brincadeiras de criança... nós brincávamos muito, em conjunto. Porque a família alemã também tem uma característica: ela sempre se reúne muito com os parentes. Visitam-se, não sempre, mas em aniversários, em casamentos, em velórios, que não é bom... mas, que não é uma coisa alegre, mas é um tipo de reunião. E sempre vão todos. Por exemplo, os bailes, porque a família alemã fazia, faz bailes... ah, faz muito ainda. Aqui em Rio Grande, havia duas de origem alemã, eram os B... e os S... . E a gente ia junto também. Eu já me lembro de quando eu era maiorzinha, assim, uns oito anos, sete, oito anos. Mas a minha mãe sempre contava que lá na Sociedade Germânia existia uma sala em que uma senhora cuidava... se botavam uns cobertores no chão e as crianças iam, dançavam, não importava a idade tinham, se queriam dançar, dançavam e depois, quando sentiam sono, iam lá e dormiam. Quando acordavam, levantavam e iam dançar de novo. Então é uma... um tipo de relação familiar em que dá muita segurança pra gente, porque a gente sabe que tem pai, que é severo, é severo... tanto que, ...à mesa, a gente esperava que ele falasse. Se ele não falasse, a gente não falava. Por exemplo, o meu irmão mais velho jamais fumou na presença do meu pai. É... Eu não sei, se depois de casado ele fez isso. Mas antes de casar, jamais. Então havia muito respeito, mas também muita segurança, porque a gente tinha certeza absoluta que os dois resolveriam os problemas da gente. Aí, então, foi uma época, a minha infância, muito feliz, tá... Não quer dizer que os outros não tenham sido também. Mas esta foi, particularmente, feliz. Nós, que eu me lembre, eu, nós estudamos, aqui, eu e a minha irmã, quero contar... Os meninos iam para o São Francisco e as meninas iam pro Joana D'Arc. Com essa idade, fizemos o curso todo lá. E é... colégio de freiras, naquela época, não é o Joana D'Arc tipo hoje. Era um Joana D'Arc, também, com muito respeito. Por exemplo, quando a professora entrava, era uma freira, não havia leigos, naquela época, era freira. E a gente levantava e só sentava, se ela mandasse. E quando se retirava, era a mesma coisa. E, às vezes, tinha um... dia... assim um estrado... ficavam sempre lá em cima, é. E comandavam a gente, às vezes, só com o olhar. A aula era assim ansiosa... Imagine, se nós iríamos fazer o que agora a gente vê que fazem por aí, que reclamam, que chamam, que gritam. Jamais se dava isso, tá. Não havia a quem... castigos? Não, mas havia uma outra coisa interessante é que... o colégio Joana D'Arc é católico e a religião é uma âncora para a gente, não é...uma base muito forte pro resto da vida. Então, naquela época usava-se muito... ã... fazer sacrifícios corporais. E eu lembro... como criança, que sacrifício pode-se fazer, que sendo criança? Ora, a gente ia lá pra capela do Joana D'Arc, a gente ficava de joelhos, de braços abertos, por vinte minutos, quinze minutos, quanto suportasse, pelas almas do purgatório. E isso, é... nós saíamos de lá com uma

sensação, assim, de ter feito uma coisa maravilhosa! É... Missas? Filha de Maria, sempre, né. Procissões, sempre, não é? Missas. E havia um cuidado... as freiras cuidavam muito da gente, né. Naquela época, nós tínhamos matérias que eu não vejo, hoje. Não sei, se é porque não trabalho mais no segundo grau ou no primeiro e no segundo grau. Por exemplo, nós tínhamos aula de trabalhos manuais, nós tínhamos aula de música! Era a Irmã Dolores que nos dava. Amávamos a Irmã Dolores cantando. E tínhamos língua estrangeira, claro. Francês, principalmente. Depois entrou o Inglês. Espanhol nunca tivemos. Espanhol só na Universidade. Mas Francês e Inglês, sim, está? Também, na... havia um cuidado muito grande, na minha família e...tenho a impressão que, todas as famílias, não é só porque de origem alemã, mas, de ir ao médico, quando havia qualquer coisa. Nós tínhamos médico da família que ia em casa, visitar a gente, quando havia qualquer problema. Eu não me lembro de ter ido ao consultório médico, em criança. Sempre, sempre vinha em casa, para ver como é que a gente estava. E... não sei se, não havia... nós tivemos uma cozinheira que foi uma cozinheira baiana e morou na Bahia, durante muitos anos, depois veio pra cá com uma família e que... era preta, tá, e que nós a amávamos de paixão. Ela ficou conosco mais de 30 anos, depois ela aposentou e o meu pai, que tinha um engenho de arroz, tinha... deu uma casinha pra ela e ela ficava morando - morava, quando era nossa empregada - depois ficou morando, um espaço de tempo e foi morar na casa de uma filha de criação. Então, eu nunca senti, assim, que a família alemã... sendo que alguns a acusam de ter coisas contra pretos que, na nossa não havia isso. Nós tínhamos empregados, meu pai tinha empregados, o nosso *chauffeur*, a gente amava o R... - era o nome dele - e ele convivia com a gente, sem... sem nenhum problema, não é? E também outra particularidade é que a família alemã saía, assim, muito junto, como sempre... muito cuidado. Uma coisa engraçada que não se vê mais porque está totalmente fora de contexto social de hoje é que depois que meu pai veio pra cidade... nós moramos no Parque. Eu desde pequeninha morava no Parque. Quando nós viemos pra cidade, meu pai comprou um automóvel. A minha mãe tinha *chauffeur*! E o meu pai também tinha *chauffeur*, embora dirigisse... E a minha mãe fazia compras com o *chauffeur*. O *chauffeur* parava, ela descia, comprava as coisas. Da loja, levavam pro automóvel. É... um tipo assim de... não é porque ela fosse... fosse muito rica, fosse assim. É porque as senhoras daquela época costumavam fazer isso, não é. Elas não andavam sozinhas na rua, por exemplo. Elas andavam sempre com alguém e as compras eram feitas, assim de automóvel, né. E.. nós tínhamos uns amigos. Meu pai não gostava de viajar. Não. No máximo, depois de uma semana, ele já queria voltar pra casa. Mas, nós tínhamos uns amigos, e uma senhora que costumava se vestir em... Montevideo. Então... Só tinha filhos homens. E eu era a filha que ela não havia tido. Então eu

viajava... eu, eu, eu. Não a minha irmã. Tenho uma irmã mais velha, bastante mais velha. Eu veraneava e... veraneava não, viajava muito com ela. Tá? E já que saiu a palavra veranear, a gente veraneava também em família. Com... a... os tios, né? A.. eu tinha uma tia, tinha... deixa-me ver.. sete filhos... sete filhas e um filho. Então, as meninas... O filho depois ficou com a turma dos rapazes, mas a gente veraneava junto, na casa duma outra tia. Eu sempre... foi... que eu me lembre, da minha família, muito forte a idéia de união entre as pessoas e de que a família era a...uma coisa muito importante, tá, e que deveria ser preservado, né. Então... e isso me parece... parece que me marcou muito que até hoje eu considero isto assim. E... eu não me lembro de enterro de ninguém, assim... Essa parte... Os alemães fazem um enterro até meio cerimonioso. Mas não me lembro... porque criança também não dá muita confiança. E a gente ia a enterros! Mas não dá muita confiança, não... não guarda muito presente isso aqui. E... meu pai trabalhava, levantava de manhã, cedíssimo, e antes de se meter na política – que a política foi o micróbio da família, né – e com muitos problemas, inclusive econômicos. Mas que é... o que é micróbio a gente não domina, está? Então, é... nós tínhamos, assim, o trabalho... Meu pai trabalhava, vinha pra casa, jantava, não é, junto conosco. A gente sempre fazia as refeições em conjunto. Não me lembro de ter, quando pequena, hã...jantado... ou, talvez, café, sim. Nós tínhamos uns amigos portugueses aqui defronte, que a gente vi... freqüentava, mas almoço. E janta era sempre familiar. Não havia... diferença nisso. Acho... acho que agora, também muitas famílias são assim. E a minha mãe era dona de casa. No princípio era dona de casa completa. Ela fazia tudo. Era almoço, lavava, não havia máquina, né... E aí, depois, quando meu pai já... começou a entrar na política, que teve mais bens, a minha mãe tinha empregada, também. Mas éramos nós, filhas, que arrumávamos, por exemplo, os uniformes do colégio. Eu me lembro de... o uniforme estava com muito brilho, saia pregueada... e a gente passava essência de café pra tirar o brilho. Nós arrumávamos as nossas camas, estendíamos e estudávamos. Ai de nós se não passássemos de ano. Meu irmão mais moço rodou um ano e passou um outro ano na estância fun... meu pai tinha comprado uma estância... funcionando como peão, tá? Aí ele resolveu estudar. Aí ele se formou, e que bom! Um profissional igual aos outros, sem nenhum problema. Mas ele teve essa es...espécie de castigo. Porque não se admite, né, numa família alemã, alguém que não faça o que deve fazer. E eu acho que essa palavra "deve" é muito presente na minha vida, porque, quando menina eu devia proceder... bem, sempre. A moça de família não deve dar risada na rua, ela não deve dar confiança. Minha mãe tinha um ditado que, assim... não basta ser, é preciso parecer. As duas coisas ao mesmo tempo. Então a gente se controlava muito. A gente não podia ficar naquele... naquela época havia assim: a moça fácil e a... e nós. A moça fácil fazia

tudo que nós não fazíamos. E, às vezes, causava um pouquinho de inveja, né. Aqui tem... mas nós tínhamos coisas interessantes. Eu não me lembro de fazer, por exemplo, mas me lembro de ter escrito... um... não era diário que a gente chamava. A gente... a gente... tinha outro nome que eu não me lembro, agora. Mas, assim... era o nome e depois havia uma série de perguntas que a gente tinha que responder. É... Não era diário da gente: era diário da gente com os outros... com as amigas. E era muito interessante, sabe? Era bom! Era uma coisa típica da minha época! Do colégio Joana D'Arc eu lembro, ainda, ... a gente não podia se pintar! A gente não podia, imagina, pintar o rosto ou pintar as unhas! Até hoje, eu não con... eu não uso unha pintada. Eu guardei isso da minha infância, da época do Joana D'Arc! Porque a gente não pintava nada! A gente ia, assim: crua! Aqui oh!... E não tínhamos, nós não tínhamos, assim... eu acho que não é da cultura alemã, por exemplo - sarasus - que devia haver, naquela época, na sociedade rio-grandina. A gente dormia cedo, porque levantava cedo. As nossas aulas eram de manhã e de tarde. Inclusive, sábados, a gente tinha aula de manhã. Então, todas as festinhas, coisas que a gente fazia, era sábado de tarde. Eu lembro bem da... da gente... a matinée, não... a matinée só domingo! Mas a gente fazia festinhas, de vez em quando, no clube, tinha mocinhas... ah, por ocasião de ver namorados. Mas imagina, a gente dançar com o namorado? Ainda não dava. Era só de longe! A gente lá em cima. O namorado lá embaixo. A gente se olhava. As matinées da tarde, também, no Polytheama, naquela época. A gente lá embaixo. O namorado ali, lá em cima, no andar é. Valia a pena? Valia. Porque quando a gente conseguia chegar perto e conversar um bocadinho era uma coisa, assim, maravilhosa! Muuuuito boa! Não há aqui do que tirar... tá. Nós tínhamos o hábito, sim, de ler. Eu li muito. Eu li o que eu podia e o que eu não podia, o que eu entendia e o que eu não entendia. Eu lembro de ter lido Bertand Russel... uma... uma época, eu devia ter tinha treze anos, quer dizer. Acho que eu não entendi nada. Depois eu voltei a reler. Mas eu lia, porque tudo que me caía, lia. Principalmente aquela coleção de menina-moça. Todos aqueles da Madame Delly? Eu tinha a coleção completa. Eram... eram os livros que a gente podia ler. Eram os livros adequados pra gente, não é? Então a gente lia... não tinha, assim... Meu pai era o primeiro a ler os jornais... abria aquele jornal enooorme em cima da mesa e lia tudo, tudo mesmo, mi-nu-cio-as-men-te, em silêncio,... Adorava ler as notícias de enterros, os convites para missas de sétimo dia!

O que... Interessante. Às vezes pergunto: Qual é a diferença do namoro de hoje, do namoro de antigamente? Bom, o namoro era chamado namoro de gargarejo. Porque, logo no princípio a gente ficava na janela e o namorado ficava na... pa... na calçada! Bobagem? Não. Gargarejo! A gente ia levando assim, até que entravam. Mas entrar já era um

compromissinho, assim. Um compromissinho pequenininho, mas já era! E sempre numa sala aberta, onde passava gente... e, de vez em quando, parava e conversava. Mesmo o noivado. Eu lembro... de quando eu era noiva... uma semana antes de me casar. Nós fomos a um... pai, mãe, eu... e... e... o... o noivo. Claro que aquilo que a gente fazia, por que não? Ele me pegou a mão. Ficamos de mão dada. E quando nós chegamos em casa, o meu pai me fez uma preleição. Onde se viu uma moça direita estar em público de mão dada com um rapaz? Mas, pai, eu vou me casar na semana que vem! Mas ainda não casaste! Então, quando casar, tudo bem. Quer dizer, havia um controle maior, eu acho, não é? Jamais a gente viajava com as pessoas. Imagina! Nem ao cinema a gente ia. Se bem que, às vezes, a gente via... Não vou dizer que a gente fazia. Mas via, assim... o namorado entrava depois que apagava a luz, sentava do lado. Aí ela sentava atrás, se não tinha do lado. Quer dizer, são coisas que... e... lembro, porque era, assim, muito mais inocentes do que agora, não é? Havia muito mais romantismo, havia muito mais controle familiar. Diferente! Não digo que não haja, agora. Mas é diferente! Mas, em compensação, os... os pais não eram o que os de agora são: amigos, para toda a hora! Eles eram os donos da verdade. Eles estavam... estão um pouquinho acima da gente, não é? A gente... e as coisas que a gente queria conversar, conversava com as tias. Eu tinha uma tia que era maravilhosa! Inclusive, as minhas filhas herdaram a tia que foi maravilhosa para elas, também. Não é? Tem gente... eu fiz com a minha mãe o que elas deviam fazer, comigo, não é? Contavam coisas para ela que não contavam para mim. E assim a gente fazia, também, com ela. E... os pais... assim, nós tínhamos, sempre... eu me lembro de ir ao cinema com a minha mãe, ambas de chapéu... mocinhas... nós só andávamos de chapéu. E a gente ia no Polytheama. Depois a gente passeava... E a minha mãe se prestava! Mãe é isso! Porque...ã... nós fazíamos o *footing*... e àquela época, naquela quadra do Café Nacional, na frente da praça... A gente ia até o Café Nacional, que era ventoso. E a gente tinha que cuidar a saia que levantava. Então voltava e fazia... e fazia, assim, meia hora, mais... E a minha mãe de chapéu, junto com a gente! Ah e..., a..., é..., é..., e carnaval também. E... aquela... ó...ó... coisas muito diferentes, mas que deixaram até, não digo, saudades, mas que ficaram... lá, por dentro, não é? E festas? Maaas!... as festas nos clubes, sim... Nós íamos às festas, nos clubes, com os pais, tá, sempre... Jamais festas sozinhas! E... eu fui, eu fui... rainha de carnaval e me senti, realmente, rainha... Coisa boa! Melhor carnaval da minha vida! Toda aquela pompa, ah... No... na época do... aqui... agora é junho. Na época eu estaria... ah, eu era menina...tinha 14 anos... tenho que fazer rapidinho as contas?... Não precisa? Mas...quando foi a época da... das festas juninas, meu pai mandou trazer uma carreta puxada a boi, com um rapaz... e a gente foi pro clube de carreta, está!... Quer dizer, era só um pouquinho, porque era

uma carreta só, não era mais de uma. Mas a gente ia toda paramentada, não é? Então, era muito bom! Acho que eu esqueci uma coisa importante... quando eu fui rainha... por isso é que eu digo que me senti rainha... na frente... ai, a gente desfilava e também era a rainha velha que ia na frente. E a rainha nova! Todo o mundo queria ver a rainha nova. A velha já tinha ido! E o meu pai trouxe... mandou trazer a cavalo, a cavalo, dois cavaleiros - na frente da velha. A... a nova ia atrás... - tocando, tocando corneta. Ele conseguiu! Então, a gente passava pela Rua Marechal Floriano, que era a rua do carnaval - não é? - do curso. Então mandava fazer a volta de automóvel, sem capota. Fazia, ia até lá adiante, fazia a volta na praça e ia... fazia, fazia o chamado curso - não é? - que era muito bom! E a essa hora... eu... e nós tínhamos esse, o R..., que se prestava, e ele gostava, porque a gente ficava horas fazendo e ele nos cuidava. Ele era uma pessoa - um preto - extremamente confiável. Meu pai nos entregava pra ele, sem nenhum problema, não é? E que mais? Aqui... Casamento, foi uma coisa muito boa! Eu casei, apaixonada! Eu tinha três baús com enxoval! Minha camisola nupcial e meu chambre vieram de Paris! Renda francesa pura, arremates de arminho... chinelinho também com arminho, coisa mais linda! Não foi casamento marcado. Não foi casamento imposto, não. Foi casamento como devem ser todos os casamentos, não é? E... fui feliz. Ninguém pode dizer que não. Todos nós temos problemas, não é? Quatro filhos. Todos eles bem. Então, tive um casamento feliz. Não se pode dizer que não, sabe? Pesa-se os prós e os contras, os prós estão em maior número. Não há, aqui... Quatro filhos! Todos eles queridos. Nenhum deles por descuido, não é? Com intervalo, não é? Aqui. Hum... Vamos deixar ver, aqui... Oh! Oh! Sabe, uma pessoa criada assim como eu, não... não... sempre fui muito independente. Eu era muito independente. Não! Eu sou muito independente, tá? Tanto que uma ocasião não sei o que que disseram pro meu marido, que podia fazer isso, podia fazer aquilo, que eu podia fazer isso. “Hum? Ela faz o que ela quer.” Dentro, realmente, daqueles preceitos que a gente sabe... uma mulher casada... tem certas coisas que ela faz, certas coisas que ela não faz, não é? Eu... mas eu, por exemplo, quando eu me casei, eu era para ser mulher do marido e só. Mas eu tinha muita curiosidade. Graças a Deus eu a mantenho, ainda hoje. E eu resolvi estudar. Primeira coisa que eu determinei na minha vida, por exemplo, aos 14 anos, eu resolvi estudar francês. E estudei francês o resto da vida. Tinha uma professora particular que era... ela ia na minha casa. Às vezes, eu ia na casa dela, quando ela não podia, mas normalmente, ela ia lá pra casa. Depois que eu casei, tive filhos... aí a liberdade de se deslocar é muito menor. Então ela passava as férias comigo e nós falávamos francês. Pergunto: e os filhos falavam? Não. Eles não falavam, porque eles ficavam brabos. Eles não queriam falar francês. E a gente queria que eles falassem. Em compensação, eles tinham facilidade para

isso, sim... tanto que a minha filha morou na Europa, não é? E... se... e... dá... ela morou em Londres e depois morou em Paris - não é? - e acho que se deu bem. Não teve problemas, nenhum... A... a... aqui... aqui... Em relação... Se a família é política, o que é que eu sou? Apolítica. Declarada. Sem possibilidade de retrocesso, tá? Durante muito tempo, era... todos os buraquinhos da cidade, todas as coisas que não estavam bem pertenciam à minha família. Hã... e meu pai era... foi prefeito em tempo integral. As pessoas batiam lá em casa, as pessoas telefonavam pra lá - não é? - e ele atendia, na medida do possível. Então eu acho que não sou política, não, tá? Respeito. Voto. Cumpro meu dever de cidadã, mas não sou, não gosto, embora muitos membros da minha família o sejam, eu desisti desta parte, não é? E... eu acho que não tenho muito mais coisa diferente pra dizer, assim, de hábitos de... de coisas que eu lembre... que podem mais que eu posso lembrar. Já vem... Depois... Aí, quando eu comecei a estudar... interessante é que eu tinha parado. Eu parei o segundo grau... eu fiz o primeiro grau no colégio público, aqui..., não, religioso... ã... Eu terminei o ginásio e me casei. Aí, quando eu resolvi voltar a estudar, eu... voltei ao colégio. É... Mas não havia o segundo grau, a não ser num colégio público. E eu voltei. Não. Eu estou confusa. Eu fiz no Joana D'Arc, que não era público, era privado... Depois que eu terminei, que me casei, que tive filhos, foi que eu... um ano, eu fiz o colégio, num colégio público... fiz um ano de colégio público. Depois abriu, no colégio religioso, e eu voltei, tá? O engraçado é que eu e a minha filha, íamos as duas de uniforme - não importava que eu fosse casada, o uniforme era obrigatório - íamos as duas de saia azul-marinho, empregueada, camisinha branca, gravatinha, bonitinhas, sapatinho baixo, eu e ela, de mão dadas. Bonito! E... assim eu fui... Depois que eu terminei o segundo grau, eu fiz... fiz vestibular pra Católica de Pelotas. Sempre me interessei muito por línguas. Naquele tempo se podia fazer. Então eu fiz dois cursos de línguas, anlo-germânicas e as neo-latinas, não é? A gente fazia a formação e... e, quando era a formação pedagógica, aí, sim, nós tínhamos um ano para um curso e o outro ano para o outro curso. Eu e uma... poucas, poucas pessoas. E depois como eu gostava muito, gosto muito de estudar, sim, sempre... eu fiz, depois disso, eu fiz Direito... fiz Direito. ã... eu queria, em primeiro lugar, eu queria entusiasmar meu filho, que não estava, assim, com muita vontade de fazer. Então nós entramos e fizemos mais da metade do curso em conjunto, estudávamos juntos. Depois ele resolveu sair, foi embora. Ninguém cortou, eu... os filhos são para o mundo, não são para a gente. Então, ele foi pro Rio e eu... terminei o meu curso. Posteriormente ele voltou, ele concluiu o curso e está muito bem, obrigada. Mas, por necessidade de... de doença, na família, então, eu fiz enfermagem, também, que não exerço. Acho até que não sou enfermeira, mesmo, de coração. Eu sou, de coração professora, tá. Eu amo ser professora. Eu amo os meus

alunos... porque... mais do que uma profissão, eu acho que ser professora é uma missão... que a gente se impõe. Ninguém impõe isso, mas a gente se impõe, porque dá um prazer enorme a gente olhar pra uma pessoa e saber, ver na cara da pessoa que ela tá entendendo, ou então, não está entendendo e a gente poder ajudar. Tanto que, para mim, quando eu saio e me chamam: Oi, professora! Pra mim, é como se me dissessem: Oi, duquesa! Oi, princesa! Eu acho que isso é um título de honra, não é, um título muito bom. Ah, eu sou muito feliz!